



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1454

Quarta-feira - 26 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3
Antônio Carlos	5
Arroio Trinta.....	7
Atalanta.....	8
Benedito Novo	9
Biguaçu	9
Bom Jesus do Oeste	13
Bom Retiro	14
Braço do Trombudo	14
Brunópolis	27
Brusque.....	55
Caçador.....	56
Camboriú.....	62
Campo Alegre	67
Campos Novos	73
Canoinhas.....	73
Capinzal	75
Catanduvas.....	92
Chapadão do Lageado	101
Cocal do Sul.....	103
Concórdia	104
Coronel Freitas.....	105
Corupá	107
Curitibanos	107
Dionísio Cerqueira	108
Doutor Pedrinho.....	110
Ermo	125
Erval Velho	126
Forquilha.....	126
Fraiburgo.....	127
Garopaba.....	133
Garuva	133
Gaspar	137
Governador Celso Ramos	138
Guaramirim.....	138
Guarujá do Sul.....	139
Herval d'Oeste	142
Ilhota	148
Imbituba	149
Ipumirim	158
Irineópolis	176
Itaiópolis	182
Itapiranga.....	183
Itapoá	183
Jacinto Machado	186
Joaçaba.....	194
Lages	228

Lauro Muller	229
Lebon Regis.....	236
Leoberto Leal.....	254
Lindóia do Sul	255
Luzerna	256
Mafra	261
Maracajá	263
Marema	271
Massaranduba.....	301
Meleiro	303
Modelo	303
Monte Carlo	310
Navegantes.....	311
Nova Trento	329
Novo Horizonte	330
Orleans	330
Ouro Verde	347
Paial.....	347
Palhoça	348
Palmitos	354
Papanduva.....	354
Passos Maia	357
Paulo Lopes	383
Peritiba.....	383
Pinheiro Preto	384
Pomerode.....	384
Ponte Serrada	386
Presidente Castello Branco	386
Rio do Sul.....	387
Salto Veloso	390
Santa Terezinha do Progresso	392
São Bento do Sul.....	393
São Cristóvão do Sul.....	418
São João do Sul	419
São José.....	428
São Lourenço do Oeste.....	441
São Pedro de Alcântara.....	443
Schroeder	449
Serra Alta	461
Siderópolis.....	461
Timbé do Sul	486
Timbó	488
Três Barras	534
Treze Tílias	554
Tunápolis.....	555
Turvo	564
Vargeão.....	565

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1454

Quarta-feira - 26 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Vargem Bonita	566
Videira.....	577
Vitor Meireles.....	591
Xavantina	594
Xaxim.....	594

Consórcios

CIGA	595
------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 098/2014

PORTARIA Nº 098/2014 de 24 de março de 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO PARA OS PROFESSORES QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009. Lei complementar 011/98

Resolve:

Art. 1º Concede progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação para os professores que menciona, na tabela abaixo:

Nº	Professores/Profissionais	Nível	%	Carga Horária
01	Adriana Maria Tonial Piaia	9A/9B	100	20/20
02	Andréia Renata do Amaral e Silva	7E	100	40
03	Andriana Wensel Totti	7D/7D	100	20/20
04	Angela Raquel Lucietti Rossa	8A	100	40
05	Arlete Lúcia Venturin dos Santos	8C/8C	100	20/20
06	Carmelina Alves Paz	7E	100	20
07	Claiton Luiz de Souza Pinto	7D	100	30
08	Claudete D. Dall Agosta	7D	100	40
09	Claudia Elizabet Fávero Boccalon	9E	100	40
10	Cleuci Fátima dos Santos	8D/8D	100	20/20
11	Dayane de Moraes	7D	100	20
12	Darilene de Tomin	3D	100	20
13	Débora Zanatto	9A	100	40
14	Denise Putton	7E	100	40
15	Eleonora Beal Ceconello	7D	100	20
16	Elisabete Salvador	8B/7E	100	20/20
17	Eliseu Geraldo Boschetti	9C	100	20
18	Evandra Regina Macagnan	7D/8D	100	20/20
19	Evandro Carlos Zanatto	9B	100	40
20	Fabiana Provin Zenatti	7D	100	20
21	Fabiane Aparecida Pereira	7C/7D	100	20/10
22	Fátima Bortolini Pontel	8D/8B	100	20/20
23	Flávia Aparecida Zanini da Silva	8D/8B	100	20/20
24	Gilson Talis Percisi	9B	100	40
25	Giovana R. Sari Macagnan	9B/9C	100	20/20
26	Gladis M.C.Menegat	7E/7D	100	20/20
27	Hilda Viera	9A	100	20
28	Jacqueline Maria Celso	7D/8E	100	20/20
29	Jocerlei Judith Zattera Ribeiro	8D/8D	100	20/20
30	Juciana Souza Araujo Soares	7E	100	20
31	Juliana Luzia dos Passos	7D/8D	100	20/20
32	Juliana Pereira De Souza Katschor	7C	100	20
33	Julita Reetz Macagnan	9D	100	40
34	Karen Klotz Padilha	7D/8B	100	20/20
35	Keila Lúcia da Silva Arruda	7C/7D	100	20/20
36	Lorena Eleutério da Luz Rampazzo	7C/8D	100	20/20

37	Luana Colombo Thaler	7B	100	20
38	Luci Mara Anssolin Luchese	7D	100	20
39	Maira Ramos Hulthman	7B	100	20
40	Márcia Inês Johann Simão	8D/8D	100	20/20
41	Marciano A. Pereira	7D	100	20
42	Mari Paula Tonet Oldoni	7E/8E	100	20/20
43	Maria Luiza Luchese Piaia	5D/4C	100	20/20
44	Marines Lúcia Fioreze Petreski	9B/7D	100	20/20
45	Marisa de Fátima Saretto de Oliveira	8D/8D	100	20/20
46	Marisete Kochem	7D	100	20
47	Marisete Maria Pântano Guisleni	7C/8D	100	20/20
48	Marivete Toigo Ambrósio	8B/8D	100	20/20
49	Nadia Salvador	8A	100	20
50	Neusa Aparecida dos Santos	7D	100	20
51	Paula Mendes	7E	100	40
52	Raquel Heberle	7E/8E	100	20/20
53	Rosane P. Hartecopf	8C	100	40
54	Roseli Fontana Oselame	7B	100	20
55	Roseni Linhares Veloso	5D	100	20
56	Salete Parenti	7D	100	20
57	Sandra Iara Giaretta	7C/7D	100	20/20
58	Tânia Mara Zanatta	8D/7D	100	20/20
59	Tatiana Guerra de Barros	8D/8D	100	20/20
60	Tatiane Aparecida Paz	7E/7C	100	20/20
61	Thiara Gabriela Cyrino Ramos	7D	100	40
62	Waleska Porto Lima Souza	7D	100	20
63	Zelaine Aparecida Peliciolli	9B	100	40

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo em 01/03/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 24 de março de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto. de RH

Portaria 099/2014

PORTARIA Nº 099/2014 24 de Março de 2014

"CONCEDER LICENÇA LUTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento do pai, a partir de 19/03/2014, conforme art. 63º da Lei complementar nº 015/99, conforme certidão de óbito anexa, para o servidor Juarez César Tonial, funcionário efetivo no cargo de Motorista.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a 19/03/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de Março de 2014.
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 100/2014

PORTARIA Nº 100/2014 24 de Março de 2014
"CONCEDER LICENÇA LUTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento do pai, a partir de 19/03/2014, conforme art. 63º da Lei complementar nº 015/99, conforme certidão de óbito anexa, para a servidora Joelma Tonial, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 19/03/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de Março de 2014.
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 101/2014

PORTARIA Nº 101/2014 de 24 de Março de 2014
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder ao funcionário (a) Antônio Barbosa, inscrito sob CPF nº 430.342.689-04, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle Sanitário, a partir de 24/03/2014 a 07/04/2014, período 13/14, restando 15 dias para serem usufruídos em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de Março de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 102/2014

PORTARIA Nº 102/2014 24 de Março de 2014
"DESISTÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO 014/2009"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência de Concurso Público 014/2009, de Juliana Kusnier, referente ao cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, conforme pedido em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 20/03/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de Março de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 103/2014

PORTARIA Nº 103/2014 de 24 de Março de 2014.
"CONCEDE ADICIONAL DE 30% EM RAZÃO DE ACÚMULO DE FUNÇÕES DO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Art 1º Conceder a funcionária, Marília Lins da Silva, casada, funcionária pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, inscrita sob CPF nº 046.084.809-79, o adicional de 30% em razão de acúmulo de funções, proporcional a 20 dias sendo que a referida funcionária além de suas funções está substituindo temporariamente a servidora Maria Teresa Maccagnan, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, inscrita sob CPF nº 044.683.349-59 no seu período de férias.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05/03/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 24 de Março de 2014.
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 20/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO 2/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 20/2014, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 2/2014", destinado a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do município de Água Doce no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 24 de março de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 21/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 21/2014, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 3/2014", destinado a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do programa de gestão tributária aprovado pelo CIGA. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 24 de março de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****Aviso de Licitação Nº 42/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 42/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 30/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preços; Objeto: aquisição parcelada de material gráfico para uso das diversas Secretarias da Prefeitura e para o Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social do Município, de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 07 de abril de 2014 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 24 de março de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123
CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Aviso de Licitação Nº 43/2014**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 43/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 31/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preços; Objeto: aquisição parcelada de materiais elétricos destinados à manutenção e melhoria das instalações elétricas internas, das secretarias municipais, do prédio da Administração Municipal e da Iluminação Pública do Município, de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: 08 de abril de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 25 de março de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123
CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Portaria Nº 182/2014

PORTARIA Nº 182/2014.
Dispensa servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, LUCAS TORRES DA CUNHA PRATA, do cargo temporario de MEDICO – 40H, a partir de 31 de março de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 25 de março de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de março de 2014.

Aviso de Licitação Nº 40/2014**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 40/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 29/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: aquisição de 02 (dois) veículos, novos, 0 km (zero quilômetro) para uso e destinação das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 08 de abril de 2014 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 25 de março de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123

CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL

Nomeia Comissão Para Proc. Seletivo

PORTARIA n.º 005/2014

Constitui e nomeia a comissão de avaliação do processo seletivo 001/2014, e dá outras providencias.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso 23, III, "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

CONSIDERANDO, o afastamento de Servidor efetivo para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO, que não há previsão para o retorno do aludido Servidor, o que acarreta em prejuízo para a prestação dos serviços desta Casa Legislativa;

Resolve:

Art. 1º - Constituir e nomear os servidores LUIZ CARLOS ZIMMERMANN, JUCILENE APARECIDA MARTENDAL SCHMITZ e DOUGLAS CLASEN para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão especial de avaliação do Processo Seletivo 001/2014 – a fim de selecionar candidatos para o preenchimento temporário da vaga

de Auxiliar de Serviços Gerais.

Parágrafo único - No desempenho das suas funções, os servidores nomeados no caput do presente artigo poderão se utilizar de instalações, equipamentos, servidores e todos os elementos que forem necessários para o correto desempenho das suas atividades.

Art. 2ª – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência, 14 de março de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

Arroio Trinta

PREFEITURA

Contrato Nº 0024/2014 - Pedreira Treze Tílias Ltda Epp

CONTRATO Nº 0024/2014 DE FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA MISTA PARA ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2014.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2014.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídico de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 75.815.787/0001-49, com inscrição estadual nº 250.854.872, com sede na Linha São Paulo km 3,5, Interior, no Município de Treze Tílias - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor FÉLIX NEUHAUSER, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 434.454.899-04, e RG 11/R-857.588/SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Gaspar Coutinho, 235, Centro, no Município de Treze Tílias - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0007/2014, PREGÃO PRESENCIAL 0006/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A contratada se obriga a fornecer a pedra BRITA MISTA NAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0006/2014, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será fornecido nas estradas do interior do Município e espalhada com o caminhão da empresa, conforme determinação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem de solicitação, emitida pela Secretaria Municipal de Transporte e Obras da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – SC.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$22.500,00(VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste.

Cláusula Quarta – O prazo de fornecimento ora contratado é de 18 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014 ou até enquanto durar a quantidade de pedra brita licitada.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2014:

73/2014
00002.00010.00026.00782.00023.2.000043.3.3.3.9.0.00.00.00.0.00

Aplicações Diretas

74/2014

00002.00010.00026.00782.00023.2.000043.3.3.3.9.0.00.00.00.0.00

Aplicações Diretas

Parágrafo único – O pagamento à Contratada será efetuado à vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e a entrega deverá ser feita conforme a necessidade da contratante.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento da pedra brita de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento da pedra brita, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega da mesma. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu

objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 18 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP
CNPJ 75.815.787/0001-49

FÉLIX NEUHAUSER
Sócio Gerente
Contratada

TESTEMUNHAS:
EVA ARTEMIS KLOTZ
CPF: 636.945.149-4

TARCÍSIO LIDANI
CPF: 613.139.809-78

Pregão Presencial Nº 0006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2014

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0006/2014.
Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: SERVIÇOS DE LAVAGENS E LIMPEZA DE VEÍCULOS, CONsertos, REPAROS E MONTAGENS DE PNEUS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/06, Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 10/04/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 10/04/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2014.
TARCÍSIO LIDANI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

Atalanta

PREFEITURA

Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2014
Concorrência Publica: 1/2014

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Publica: 1/2014, conforme segue:.. CONCESSÃO DE USO DO GINÁSIO DE ESPORTES LEOPOLDO VOSS DA LOCALIDADE DE RIBEIRÃO MATILDE, E DO GINÁSIO DE ESPORTES MANOEL INÁCIO ANTUNES DO CENTRO DA CIDADE DE ATALANTA, AMBOS PRÉDIOS PÚBLICO. Julgamento: Maior Preço por Item. Abertura dia 05 de maio de 2014 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, no horário normal de expediente.

Atalanta, 24 de março de 2014.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****Aviso de Pregão Presencial Nº 33/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2014

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ATLÉTAS E GRUPOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAR DE COMPETIÇÕES E APRESENTAÇÕES.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 09 de abril de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 09 de abril de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 25 de março de 2014.

Osnir Floriani
Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Convite Nº. 19/2014**

CONVITE Nº 19/2014 – FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu – Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – SC – CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA UNIDADE DO CENTRO PARA INSTALAÇÃO DE UM CENTRO CIRÚRGICO PARA CONTROLE DE ZOO-NOSES cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 14:00 do dia 03/04/2014, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – SC – CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital somente poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 26/03/2014 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br.

Biguaçu, SC, 25 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Portaria Nº 916/2014

PORTARIA nº 916 de 25 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Rosa Luiza Inácio, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rosa Luiza Inácio, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/03/2014.

Biguaçu, 25 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 917/2014

PORTARIA nº 917 de 25 de março de 2014

Nomeia Gabriel Arthur Loeff, para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal do Orçamento Participativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Gabriel Arthur Loeff, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal do Orçamento Participativo, a contar de 12/03/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2014.

Biguaçu, 25 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 918/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 918 de 25 de março de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) JOAO LUIZ SPALL, detentor(a) da matrícula 151 e do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) JOAO LUIZ SPALL, detentor(a) da matrícula 151 e do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00029/09-1, da qual se extraiu o período de 14 (catorze) anos 09 (nove) meses e 06 (seis) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 25 de março de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Revogação - Pregão Presencial Nº. 120/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato de Revogação

Processo: Pregão Presencial PP Nº 120/2013 – FMS

Objeto da licitação revogada: Aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Motivo da revogação: CONSIDERANDO que, em atenção aos princípios narrados no art. 3º da Lei 8.666/1993 em especial a seleção da proposta mais vantajosa esta Administração Pública Municipal resolve REVOGAR o Pregão Presencial nº. 120/2013 e dar início a outro procedimento licitatório para aquisição do pretendido no presente certame.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2014 PMB

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE TEM POR FINALIDADE ALOCAR OS FUNCIONÁRIOS E OS ALUNOS DO CEIM DONA DORVALINA, NESTE MUNICÍPIO.

CONTRATADO: HELMO EDUARDO ZIMMERMANN

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, por um período de 12 (doze) meses, totalizando o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.026

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.10.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

X – para a compra e locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o

preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n. 8.883, de 08/06/94).

JUSTIFICATIVA: Trata-se de locação de um imóvel para abrigar os funcionários e alunos do CEIM Dona Dorvalina no qual não tem mais condições estruturais para permanecer no mesmo local. O valor do imóvel locado é compatível com o mercado, conforme documentos elencados no processo e atende às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

O contratado apresentou todos os documentos exigidos pela contratada, dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 25 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 74/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LONAS IMPRESSAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2014 A SEREM INSTALADAS NO PAINEL EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 10 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 10 abril, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 25 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Resolução Nº 04/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do MDS para o cofinanciamento através de repasse do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 21 de março de 2014.

- A ATA nº 04/2014.

- A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Res. CNAS nº 109/2009.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do cofinanciamento federal para oferta dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes

e Jovens até 21 anos, na modalidade abrigo, casa-lar, república e família acolhedora, os quais integram os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de março de 2014.

Silvana Cesconetto da Silva Garcia.

Vice-Presidente do CMAS/Biguaçu

Decreto Nº 033/2014

DECRETO Nº 033/2014 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS NÃO NATOS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL PARA BIÊNIO 2014/2015.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu; com o artigo 223, parágrafo único da Lei Complementar nº 12/2009; com o Decreto nº 14/2014, após as considerações abaixo, DECRETA:

Considerando que todas as unidades administrativas e entidades foram citadas através de comunicação interna ou ofício para encaminharem os nomes de seus indicados, nos termos do Decreto nº 14/2014.

Considerando a necessidade de homologação e nomeação dos indicados para funcionamento deste Conselho, devido a demanda de trabalho existente.

Considerando que os Delegados e Conselheiros do Orçamento Participativo, bem como as associações comunitárias e de moradores, ainda não indicaram seus membros.

Considerando a necessidade legal de se manter a paridade neste Conselho, deixo, por hora, de nomear os membros indicados pela Fundação do Meio Ambiente – Famabi, e Procuradoria Geral do Município.

Art. 1º Ficam nomeados e homologados os membros não natos do Conselho de Desenvolvimento Municipal para biênio 2014/2015, que passa a ter a seguinte nominata:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Titular: Luana Schmitt Montero

Suplente: João Carlos de Col Doroz

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Titular: John Kennedy Lara da Costa

Suplente: Manoel Custódio

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Titular: Matheus Hoffmann Machado

Suplente: Bruno Souza de Faria Wildner

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

Titular: Douglas Borba

Suplente: Marconi Kirch

REPRESENTANTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA – CAU

Titular: Suelen Cantelli Branco Miotto

Suplente: Isabela da Silva

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL BIGUAÇU – ACIBIG

Titular: Edson Miranda

Suplente: Deivty Luiz Carvalho

REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E URBANISMO DE SC - CREA/SC

Titular: Odemir Prazeres

Suplente: Adenilson Luiz Coelho

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/SC, ATRAVÉS

DA SUBSEÇÃO DE BIGUAÇU

Titular: Pedro Joaquim Cardoso Junior

Suplente: Thiago de Lara Vieira

REPRESENTANTE DO ROTARY CLUBE DE BIGUAÇU

Titular: Henrique de Azevedo

Suplente: Carlos Fernandes de Alcântara Junior

Art. 2º Ficam nomeados e homologados, nos termos do art. 12, I, II, 17 e 20 do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu, por indicação o Prefeito Municipal, o Presidente e o Secretário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu, a saber:

I - PRESIDENTE – Matheus Hoffmann Machado, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica.

II - SECRETÁRIO - Luana Schmitt Montero, representante titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 3º Este decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu (SC), 25 de março de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

919/2014

PORTARIA nº 919 de 25 de março de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Raquel Barboza Elizabete de Carvalho, ocupante do cargo temporário de Professor III (História), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho

de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Raquel Barboza Elizabete de Carvalho, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (História), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 07/03/2014.

Biguaçu, 25 de março de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº.4526/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4526/2014 de 21 de Março de 2014.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 0675/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/14 de 02 de janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 0675/2014, que tem por objeto Contratação de serviço de assistência técnica e extensão rural para o exercício de 2014.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	Contratação de serviços de assistência e extensão rural, junto a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A) para o Exercício de 2014, sendo de Abril a Dezembro de 2013, com o objetivo de implementação de trabalhos previstos no plano municipal de desenvolvimento rural.	9,00	24.066,00

vinte e quatro mil e sessenta e seis reais 24.066,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 21/03/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nr 38/2014.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 38/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXT. RURAL DE SC.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 675/2014

Objeto: Prestação de servi;os de assistência técnica e extensão rural.

Valor: r\$ 24.066,00 (Vinte e quatro mil e sessenta e seis reais).

Vigência: 21 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 21 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****Minuta Edital PP 04/2014 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 04/2014 do Fundo Municipal de Assistência Social para Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender o Fundo Municipal de Assistência Social. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 08/04/14 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 26 de março de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Reabrem-Se Os Prazos do Edital Pregão Presencial 9/2014.**

REABREM-SE OS PRAZOS DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 9/2014.

O Município de Braço do Trombudo, SC torna público para conhecimento dos interessados que REABRE a abertura do processo licitatório modalidade Pregão Presencial 9/2014 – REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA CONFORME ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL Ficando o credenciamento para o dia 10.04.2014 as 10h00min e a abertura dos envelopes para o mesmo dia 10h30min. A reabertura se dá devido à licitação deserta. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de licitação da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 25 Fevereiro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 29/2014

EXTRATO DE CONTRATO 29/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: G.G Turismo Ltda Me
CNPJ 09.589.204/0001-84, Sito a Rua Getulio Vargas, 821
Cidade de Trombudo Central- SC

Objeto: Contratação de empresa para efetuar serviço de Transporte Escolar no Município de Braço do Trombudo em caráter emergencial.

Valor: R\$ 7.961,25 (sete mil novecentos e sessenta e um reais vinte cinco centavos).

Data da assinatura: 19.03.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Aquisição de Troféus E Medalhas Para Premiação das Competições Que São Desenvolvidas Pela CME de Braço do Trombudo.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 5/2013		Data do Registro: 26/03/2013		Válido até: 27/03/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Troféu 820mm conforme anexo 1 Item 01 (9929)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	288,0000	1
2	Troféu 740mm conforme anexo 1 Item 02 (9930)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	248,0000	1
3	Troféu 670mm conforme anexo 1 Item 03 (9931)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	228,0000	1
4	Troféu 600mm conforme anexo 1 Item 04 (9932)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	196,0000	1
5	Troféu 650mm Conforme anexo 2 Item 05 (9933)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	267,5000	1
6	Troféu 580mm Conforme anexo 2 Item 06 (9934)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	237,0000	1
7	Troféu 510mm Conforme anexo 2 Item 07 (9935)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	206,0000	1
8	Troféu 440mm Conforme anexo 2 Item 08 (9936)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	176,5000	1
9	troféu 650mm Conforme anexo 3 Item 09 (9937)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	267,5000	1
10	Troféu 580mm Conforme anexo 3 Item 10 (9938)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	237,0000	1
11	Troféu 510mm Conforme anexo 3 Item 11 (9939)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	206,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013			Data do Registro: 26/03/2013		Válido até: 27/03/2014			Objeto da Compra: Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
12	Troféu 440mm Conforme anexo 3 Item 12 (9940)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	176,5000	1			
13	Troféu 400mm Conforme anexo 4 Item 13 (9941)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	80,0000	1			
14	Troféu 350mm Conforme anexo 4 Item 14 (9942)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	65,0000	1			
15	Troféu 300mm Conforme anexo 4 Item 15 (9943)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	50,0000	1			
16	Troféu 400mm Conforme anexo 5 Item 16 (9944)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	80,0000	1			
17	Troféu 350mm Conforme anexo 5 Item 17 (9945)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	65,0000	1			
18	Troféu 300mm Conforme anexo 5 Item 18 (9946)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	50,0000	1			
19	Troféu 630mm Conforme anexo 6 Item 19 (9947)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	205,0000	1			
20	Troféu 560mm Conforme anexo 6 Item 20 (9948)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	175,0000	1			
21	Troféu 490mm Conforme anexo 6 Item 21 (9949)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	145,0000	1			
22	Troféu 630mm Conforme anexo 7 Item 22 (9950)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	205,0000	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013		Data do Registro: 26/03/2013		Válido até: 27/03/2014				Objeto da Compra: Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
23	Troféu 560mm Conforme anexo 7 Item 23 (9951)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	175,0000	1				
24	Troféu 490mm Conforme anexo 7 Item 24 (9952)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	145,0000	1				
25	Troféu 630mm Conforme anexo 8 Item 25 (9953)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	205,0000	1				
26	Troféu 560mm Conforme anexo 8 Item 26 (9954)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	175,0000	1				
27	Troféu 490mm Conforme anexo 8 Item 27 (9955)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	145,0000	1				
28	Troféu 450mm Conforme anexo 9 Item 28 (9956)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	165,0000	1				
29	Troféu 400mm Conforme anexo 9 Item 29 (9957)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	105,0000	1				
30	Troféu 350mm Conforme anexo 9 Item 30 (9958)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	85,0000	1				
31	Troféu artilheiro Conforme anexo 10 Item 31 (9959)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	45,0000	1				
32	Troféu goleiro Conforme anexo 10 Item 32 (9960)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	45,0000	1				
33	Medalha 4mm Conforme anexo 11 Item 33 (9961)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	5,8600	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 5/2013 Data do Registro: 26/03/2013 Válido até: 27/03/2014
Objeto da Compra: Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Troféu 350mm Conforme anexo 12 item 36 (9962)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	140,0000	1
35	Troféu 820mm Conforme anexo 13 item 34 (9963)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	270,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 5/2013 Data do Registro: 26/03/2013 Válido até: 27/03/2014
Objeto da Compra: Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Troféu 740mm Conforme anexo 13 item 35 (9964)	UND	VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME (8525)		0	185,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 5/2013		Data do Registro: 26/03/2013		Válido até: 27/03/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2013
PROCESSO Nº 9/2013
(8525) - VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA ME

Braço do Trombudo, 26 de Março de 2013.

Registro de Preços Para Eventual Contratação de Mão de Obra Para Conserto de Pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, Conforme

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 18/2013		Data do Registro: 26/06/2013		Válido até: 26/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto pneu furo externo, (tarugo) pneu 185/60R 14, (10786)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
2	Conserto Pneu furo interno, (lip top) pneu 185/60 R 14, (10787)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
3	Conserto Pneu corte (vulcanizo) pneu 185/60R14, (10788)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
5	Balanceamento, (10791)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
6	Conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 RODA 15C, Liso, (10792)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
7	Conserto de pneu interno (lip top) 225/70 roda 15c, liso, (10793)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1
8	Conserto de pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14, Placa MHP 1072, (10794)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
9	Conserto de pneu interno (lip top) 185/60 Roda 14, (10796)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
10	Conserto de pneu furo externo (tarugo), pneu 175/70 R 14, (10798)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
11	Conserto de pneu interno (lip top), pneu 175/70 R 14, (10799)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
12	Conserto de pneu corte (vulcanizo), pneu 175/70 R 14, (10800)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
13	Conserto de pneu furo externo (tarugo), pneu 185/60, R 14 (10827)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013

Número do Registro de Preços: 18/2013		Data do Registro: 26/06/2013		Válido até: 26/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Conserto de pneu interno (tip top), pneu 185/60. R 14. (10828)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1
15	Conserto de pneu corte (vulcanizo), pneu 185/60 R 14. (10829)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30,0000	1
16	Conserto Pneu 18.4x30 trator traseiro. (10801)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1
17	Conserto de pneu 750x16 trator dianteiro. (10802)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1
18	Conserto pneu 14.9x28 trator traseiro. (10803)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1
19	Conserto dianteiro pneu 12.4x24 trator dianteiro. (10804)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1
20	Conserto pneu 185 R 16. (10805)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1
21	Conserto pneu 185/60 R 14. (10806)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
22	Conserto pneu 175/70 R 13. (10807)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
23	Tip Top numero 2. (10808)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
24	Tip Top numero 3. (10809)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1
25	Tip Top numero 4. (10810)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 18/2013		Data do Registro: 26/06/2013		Válido até: 26/06/2014				
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
26	Tip Top Numero 5. (10811)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1	
27	Tip Top numero 6. (10812)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1	
28	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional. (10813)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1	
29	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10814)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1	
30	Conserto pneu 17 5x25 com 16 lonas convencional. (10815)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1	
31	Conserto pneu 18.4x34 com 12 lonas convencional. (10816)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	45,0000	1	
32	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10817)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1	
33	Conserto pneu 750x18 F2 com 08 lonas trator dianteiro. (10818)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	15,0000	1	
34	Conserto pneu 16.9x24. (10819)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	35,0000	1	
35	Conserto pneu 12.5/80-R18. (10820)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1	
36	Conserto pneu 175/70-R14. (10821)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10,0000	1	
37	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10822)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 18/2013 Data do Registro: 26/06/2013 Válido até: 26/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
38	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas. (10823)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	20.0000	1		
39	Conserto pneu furo externo (tarugo), pneu externo 185 R 14 C (10831)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10.0000	1		
40	Conserto de pneu (tip top), pneu 185 R 14 C. (10832)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12.0000	1		
41	Conserto de pneu corte (VULCANIZADO), pneu 185 R 14 C (10833)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30.0000	1		
42	Conserto de pneu furo externo (tarugo), pneu 185 R 14C. (10824)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	10.0000	1		
43	Conserto de pneu furo interno (tip top), pneu 185 R 14C. (10825)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	12.0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 18/2013		Data do Registro: 26/06/2013		Válido até: 26/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	Conserto de pneu corte (vulcanizo), pneu 185 R 14 C. (10826)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VIPAL	0	30.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 18/2013		Data do Registro: 26/06/2013		Válido até: 26/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação de mão de obra para conserto de pneus da Frota Municipal de Braço de Trombudo, conforme detalhado no anexo I do Edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013
PROCESSO Nº 30/2013

(8764) - XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Braço do Trombudo, 26 de Junho de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 23/2014

DECRETO MUNICIPAL Nº. 23, DE 11 DE MARÇO DE 2014.
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei 766/2013 § 2;

DECRETA

Art. 1º. Fica Nomeado Conselho Municipal de Defesa Civil conforme Lei 766/2013, o qual passa a ter a seguinte composição:

I – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

RICARDO RAFAEL CORDEIRO

II - Secretaria Municipal de Obras;
ANDRE PANISSON

III - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
DANIEL DONDE E ALINE MENONCIN

IV - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio-Ambiente e Turismo;
WILLI WALDEMAR KERN

V - Secretaria Municipal de Educação;
ANDREIA APARECIDA FONTANA DEMENECK

VI - Secretaria da Administração e Fazenda Municipal;
JOSÉ THIERS ALVES RIBEIRO

VII - Coordenadoria Regional de Defesa Civil;
ROBERTO ADRIANO ROPER

VIII- Representante do CBMSC, PMSC e PC;
POLICIA MILITAR: CARLOS AP. DOS SANTOS

POLICIA CIVIL: MARTA AP. BIOLO SCHALY

X - Representante do Poder Legislativo Municipal;
ÉDER RODRIGO SCOLARI

Art. 2º. As atribuições do Conselho são as previstas na Lei 766/2013, a participação do Conselho é considerada serviço público não remunerado.

Art. 3º. O mandato dos Conselheiros será de dois anos permitida recondução de apenas um período de igual mandando.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Brunópolis, em 11 de março de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no DOM.

JOSÉ THIERS ALVES RIBEIRO
Secretário de Administração Planejamento E Fazenda.

Decreto Nº 24/2014

DECRETO Nº 24/2014

ALTERA O DECRETO Nº 39, DE 31 DE AGOSTO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE:

Artigo 1º. O inciso IV do artigo 1º do Decreto nº 39, de 31 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Lotes 3 e 4 da quadra nº 4, com área total de 1.162,49 metros quadrados, com as seguintes confrontações: ao norte, 41,50 metros com o lote 2, da quadra nº 4; ao sul, 36 metros com a rua Prof. Jacira Becker de Góis; ao Leste, 30,40 metros com imóvel de Pedro Batista; e ao oeste, 30 metros com a rua 'C'."

Artigo 2º. Cada uma das áreas indicadas respectivamente pelos incisos I, II, III e IV, do artigo 1º do Decreto nº 39/2009, poderá corresponder a uma matrícula, independente do número de lotes que a compoñham.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Brunópolis, 17 de Março de 2014.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

Decreto Nº 25/2014

DECRETO Nº 25/2014

ALTERA O DECRETO Nº 102/2013, QUE INSTITUIU A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRAMENTO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. A servidora MIRIAM KARLA MACIEL, matrícula nº 280, deixa de fazer parte da Comissão de Cadastro e Avaliação do Patrimônio do Município de Brunópolis, criada pelo Decreto nº 102/2013, nomeando-se, em substituição, a servidora SANDRA ALVES DE RAMOS, matrícula nº 950.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, 17 de março de 2014.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

Decreto Nº 26/2014

DECRETO Nº 26/2014

NOMEIA SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. Nomeia a servidora ROSA MARIA BETIOLO para ocupar, a partir desta data, o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Brunópolis, 24 de março de 2014.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

Decreto Nº 27/2014

DECRETO Nº 27/2014

EXONERA SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. Exonera, a partir desta data, a servidora ALINE MENONCIN do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Brunópolis, 24 de março de 2014.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (D)	9.900.000,00	9.900.000,00	1.837.091,67	18,56	1.837.091,67	18,56
2	RECEITAS CORRENTES	9.900.000,00	9.900.000,00	1.837.091,67	18,56	1.837.091,67	18,56
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	319.920,00	319.920,00	38.163,49	11,93	38.163,49	11,93
4	Impostos	309.600,00	309.600,00	31.954,19	10,32	31.954,19	10,32
5	Taxas	10.320,00	10.320,00	6.209,30	60,17	6.209,30	60,17
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	14.943,98	21,35	14.943,98	21,35
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	70.000,00	70.000,00	14.943,98	21,35	14.943,98	21,35
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	53.420,00	53.420,00	21.878,15	40,95	21.878,15	40,95
12	Receitas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	400,00	20,00	400,00	20,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	51.420,00	51.420,00	21.478,15	41,77	21.478,15	41,77
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	61.560,00	61.560,00	9.938,80	16,14	9.938,80	16,14
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.373.770,00	9.373.770,00	1.750.819,96	18,68	1.750.819,96	18,68
30	Transferências Intergovernamentais	9.176.770,00	9.176.770,00	1.746.580,96	19,03	1.746.580,96	19,03
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Conventos	197.000,00	197.000,00	4.239,00	2,15	4.239,00	2,15

R\$ 1,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.330,00	18.330,00	1.347,29	1.347,29	7,35	1.347,29	7,35	16.982,71	7,35	16.982,71	7,35	16.982,71
37	Multas e Juros de Mora	5.640,00	5.640,00	446,87	446,87	7,92	446,87	7,92	5.193,13	7,92	5.193,13	7,92	5.193,13
38	Indenizações e Restituições	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	240,00	0,00	240,00
39	Receita da Dívida Ativa	2.760,00	2.760,00	107,86	107,86	3,91	107,86	3,91	2.652,14	3,91	2.652,14	3,91	2.652,14
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	9.690,00	9.690,00	792,56	792,56	8,18	792,56	8,18	8.897,44	8,18	8.897,44	8,18	8.897,44
42	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	Transferências de Convênios - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Divida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	9.900.000,00	9.900.000,00	1.837.091,67	1.837.091,67	18,56	1.837.091,67	18,56	8.062.908,33	18,56	8.062.908,33	18,56	8.062.908,33
65	OPERÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Cred. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	9.900.000,00	9.900.000,00	1.837.091,67	1.837.091,67	18,56	1.837.091,67	18,56	18,56	8.062.908,33	8.062.908,33	
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	9.900.000,00	9.900.000,00	1.837.091,67	1.837.091,67	18,56	1.837.091,67	18,56	-	-	-	
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	903.570,10	-	-	-	550.000,00	-	-	-	-	
75	Superávit Financeiro	-	903.570,10	-	-	-	550.000,00	-	-	-	-	
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.300.000,00	1.533.008,62	10.833.008,62	3.263.821,53	3.263.821,53	1.428.889,07	1.428.889,07	13,19	9.404.119,55	
78	DESPESAS CORRENTES	7.897.338,00	1.353,56	7.898.691,56	2.350.917,19	2.350.917,19	632.506,23	632.506,23	8,01	7.266.185,33	
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.119.142,00	0,00	4.119.142,00	599.096,53	599.096,53	301.903,01	301.903,01	7,33	3.817.238,99	
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.778.196,00	1.353,56	3.779.549,56	1.751.820,66	1.751.820,66	330.603,22	330.603,22	8,75	3.448.946,34	
82	DESPESAS DE CAPITAL	1.387.662,00	1.531.655,06	2.919.317,06	912.904,34	912.904,34	796.382,84	796.382,84	27,28	2.122.934,22	
83	INVESTIMENTOS	1.382.662,00	1.531.655,06	2.914.317,06	912.904,34	912.904,34	796.382,84	796.382,84	27,33	2.117.934,22	
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	9.300.000,00	1.533.008,62	10.833.008,62	3.263.821,53	3.263.821,53	1.428.889,07	1.428.889,07	13,19	9.404.119,55	
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
95	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
96	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	9.300.000,00	1.533.008,62	10.833.008,62	3.263.821,53	3.263.821,53	1.428.889,07	1.428.889,07	13,19	9.404.119,55	
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
99	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	9.300.000,00	1.533.008,62	10.833.008,62	3.263.821,53	3.263.821,53	1.428.889,07	1.428.889,07	-	-	

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	25/03/2014	Diário Oficial dos Municípios - DOM

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:
Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERS ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC: 032837/O-1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.300.000,00	10.833.008,62	3.263.821,53	3.263.821,53	1.428.889,07	1.428.889,07	9.404.119,55
2	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	01031	Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	1.890.000,00	1.890.000,00	616.428,12	616.428,12	177.200,85	177.200,85	9.38 1.712.799,15
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	1.853.000,00	1.853.000,00	612.056,10	612.056,10	174.791,63	174.791,63	1.678.208,37
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	37.000,00	37.000,00	4.372,02	4.372,02	2.409,22	2.409,22	0.17 34.590,78
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	25.560,00	25.560,00	9.124,90	9.124,90	1.811,79	1.811,79	23.748,21
28	06181	Policimento	25.560,00	25.560,00	9.124,90	9.124,90	1.811,79	1.811,79	23.748,21
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	712.700,00	712.700,00	181.923,49	181.923,49	49.698,32	49.698,32	663.001,68
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	111.000,00	111.000,00	32.240,02	32.240,02	7.577,33	7.577,33	103.422,67
38	08244	Assistência Comunitária	601.700,00	601.700,00	149.683,47	149.683,47	42.120,99	42.120,99	559.579,01

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17544	Recursos Hídricos	135.000,00	143.900,00	62.421,23	62.421,23	16.384,47	16.384,47	1,15	11,39	127.515,53
82	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	463.000,00	515.500,00	95.426,51	95.426,51	25.675,28	25.675,28	1,80	4,98	489.824,72
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	463.000,00	515.500,00	95.426,51	95.426,51	25.675,28	25.675,28	1,80	4,98	489.824,72
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	00026	Transporte	230.840,00	1.060.840,00	749.500,00	749.500,00	749.500,00	749.500,00	749.500,00	52,45	70,65	311.340,00
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	230.840,00	1.060.840,00	749.500,00	749.500,00	749.500,00	749.500,00	749.500,00	52,45	70,65	311.340,00
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	30.000,00	30.000,00	10.275,97	10.275,97	4.154,80	4.154,80	4.154,80	0,29	13,85	25.845,20
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	30.000,00	30.000,00	10.275,97	10.275,97	4.154,80	4.154,80	4.154,80	0,29	13,85	25.845,20
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	125.000,00	125.000,00	110.000,00	110.000,00	18.817,68	18.817,68	18.817,68	1,32	15,05	106.182,32
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	125.000,00	125.000,00	110.000,00	110.000,00	18.817,68	18.817,68	18.817,68	1,32	15,05	106.182,32
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
142		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00009	Providência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Código	Descrição	Valor	Porcentagem (%)
165	Indústria	0,00	0,00
166	Comércio e Serviços	0,00	0,00
167	Comunicações	0,00	0,00
168	Energia	0,00	0,00
169	Transporte	0,00	0,00
170	Desporto e Lazer	0,00	0,00
171	Encargos Especiais	0,00	0,00
172	TOTAL (III) = (I + II)	9.340.000,00	100,00

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabecalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: MAR/2013 a FEV/2014

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Março 2013	Abril 2013	Maio 2013	Junho 2013	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	763.855,48	846.617,15	993.307,95	922.518,29	797.673,15	893.532,08	947.876,15
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	15.639,65	18.971,50	17.603,06	13.978,36	20.428,28	29.640,76	17.141,79
3	IP/TU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203,93
4	ISS	4.647,05	4.197,43	4.205,43	5.283,14	2.635,69	6.866,27	3.744,33
5	ITBI	2.026,42	1.855,48	4.297,33	0,00	8.713,57	11.696,31	4.125,13
6	IRRF	6.154,46	6.020,02	7.175,58	6.876,86	7.102,76	8.301,41	6.285,33
7	Outras Receitas Tributárias	2.811,72	6.898,57	1.924,72	1.818,36	1.976,26	2.776,77	2.783,07
8	Receita de Contribuições	4.453,03	5.001,99	5.567,90	4.216,34	4.427,01	4.784,98	4.112,27
9	Receita Patrimonial	4.203,38	8.725,31	4.586,16	5.354,89	6.535,62	26.381,76	5.980,52
10	Receita Agropecuária	165,00	2.285,00	140,00	0,00	0,00	0,00	50,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	3.907,63	3.346,80	3.705,20	4.341,99	4.294,51	3.216,00	3.217,50
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	733.764,29	807.814,78	961.312,34	894.276,43	761.285,12	827.668,41	916.698,44
14	Cota-Parte do FPM	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29
15	Cota-Parte do ICMS	218.864,78	263.902,72	262.260,55	245.655,15	300.120,79	255.672,33	271.648,11
16	Cota-Parte do IPVA	12.086,85	16.912,16	15.696,40	11.181,20	12.971,60	14.629,33	11.894,91
17	Cota-Parte do ITR	2.134,49	8,12	439,45	93,33	23,14	71,71	3.073,89
18	Transferências da LC 87/1996	0,00	4.801,84	1.200,46	1.200,46	1.200,46	1.200,46	1.200,46
19	Transferências da LC 61/1989	1.142,52	2.837,77	3.815,94	3.974,38	3.914,89	4.188,95	3.810,37
20	Transferências do FUNDEB	51.919,57	60.554,85	63.826,72	57.665,23	55.827,51	60.253,33	60.737,35
21	Outras Transferências Correntes	91.802,12	77.016,97	65.506,35	116.841,74	61.310,91	65.522,53	211.655,06
22	Outras Receitas Correntes	1.722,50	471,77	393,29	350,28	702,61	1.840,17	675,63
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	118.008,35	134.048,37	166.395,67	143.953,65	128.824,49	140.378,34	128.860,99
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	118.008,35	134.048,37	166.395,67	143.953,65	128.824,49	140.378,34	128.860,99
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	645.847,13	712.568,78	826.912,28	778.564,64	668.848,66	753.153,74	819.015,16

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	-----------------	------------------	------------------	-----------------	-------------------	----------------------	--------------------------------

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: MAR/2013 a FEV/2014

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)										R\$ 1,00	
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	129.049,60	159.210,10	161.638,71	180.910,70	185.973,40	1.777.252,37	1.860.800,00			
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	734.332,60	833.809,82	1.172.307,63	905.992,68	922.229,96	9.773.583,08	9.899.520,00			

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jan/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Fev/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RGPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jan/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Fev/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 31/Dez/2013 (b)	Em. 28/Fev/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	2.001.852,84	2.001.852,84	2.206.492,17
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.052.944,08	2.052.944,08	2.238.752,42
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	51.091,24	51.091,24	32.260,25
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.001.852,84	-2.001.852,84	-2.206.492,17
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.001.852,84	-2.001.852,84	-2.206.492,17

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-204.639,33	-204.639,33

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-300.000,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 31/Dez/2013	Em. 28/Fev/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	-	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	9.848.580,00	1.815.613,52	1.815.613,52	1.516.792,54
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	319.920,00	38.163,49	38.163,49	26.692,61
3	IPTU	4.200,00	0,00	0,00	71,20
4	ISS	105.000,00	11.414,17	11.414,17	2.913,88
5	ITBI	120.000,00	13.748,41	13.748,41	15.594,22
6	IRRF	80.400,00	6.791,61	6.791,61	3.050,89
7	Outras Receitas Tributárias	10.320,00	6.209,30	6.209,30	5.062,42
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	70.000,00	14.943,98	14.943,98	9.663,41
9	Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	70.000,00	14.943,98	14.943,98	9.663,41
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	2.000,00	400,00	400,00	0,00
12	Receita Patrimonial	53.420,00	21.878,15	21.878,15	6.742,30
13	(-) Aplicações Financeiras	51.420,00	21.478,15	21.478,15	6.742,30
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	9.373.770,00	1.750.819,96	1.750.819,96	1.471.242,95
15	FPM	4.640.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
16	ICMS	2.608.000,00	457.702,19	457.702,19	392.777,63
17	Convênios	197.000,00	4.239,00	4.239,00	7.920,17
18	Outras Transferências Correntes	1.928.770,00	304.859,29	304.859,29	208.930,72
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	82.890,00	11.286,09	11.286,09	9.193,57
20	Dívida Ativa	2.760,00	107,86	107,86	1.804,49
21	Diversas Receitas Correntes	80.130,00	11.178,23	11.178,23	7.389,08
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	9.848.580,00	1.815.613,52	1.815.613,52	1.516.792,54

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	7.898.691,56	632.506,23	632.506,23	632.703,32
33	Pessoal e Encargos Sociais	4.119.142,00	301.903,01	301.903,01	459.742,40
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	3.779.549,56	330.603,22	330.603,22	172.960,92
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	7.898.691,56	632.506,23	632.506,23	632.703,32
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	2.914.317,06	796.382,84	796.382,84	380,00
38	Investimentos	2.914.317,06	796.382,84	796.382,84	380,00
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	2.914.317,06	796.382,84	796.382,84	380,00
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	10.828.008,62	1.428.889,07	1.428.889,07	633.083,32
----	---	---------------	--------------	--------------	------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-979.428,62	386.724,45	386.724,45	883.709,22
----	--	-------------	------------	------------	------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	550.000,00	0,00
----	--------------------------------	---	---	------------	------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-46.420,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO

CONTADOR

CRC.: 032837/O-1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

CAMPO	PODER.ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	51.091,24	18.830,99	0,00	32.260,25	12.324,88	156.472,95	116.788,11	116.788,11	0,00	52.009,72
2	EXECUTIVO	0,00	51.091,24	18.830,99	0,00	32.260,25	12.324,88	156.472,95	116.788,11	116.788,11	0,00	52.009,72
3	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.640,00	1.640,00	1.640,00	0,00	0,00
4	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	333,27	0,00	0,00	333,27	0,00	59.246,79	47.971,50	47.971,50	0,00	11.275,29
5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.639,42	1.639,42	1.639,42	0,00	0,00
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.527,55	19.527,55	19.527,55	0,00	0,00
7	SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.554,16	8.095,54	8.095,54	0,00	454,62
8	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	50.757,97	18.830,99	0,00	31.926,98	12.324,88	65.865,03	37.910,10	37.910,10	0,00	40.279,81
9	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	TOTAL (III) = (I + II)	0,00	51.091,24	18.830,99	0,00	32.260,25	12.324,88	156.472,95	116.788,11	116.788,11	0,00	52.009,72

Fonte:
Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	9.468.521,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	9.900.000,00
3	Previsão Atualizada	-	9.900.000,00
4	Receitas Realizadas	1.837.091,67	1.837.091,67
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	550.000,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	9.300.000,00
9	Créditos Adicionais	-	1.533.008,62
10	Dotação Atualizada	-	10.833.008,62
11	Despesas Empenhadas	3.263.821,53	3.263.821,53
12	Despesas Liquidadas	1.428.889,07	1.428.889,07
13	Superávit Orçamentário	-	408.202,60

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	3.263.821,53	3.263.821,53
15	Despesas Liquidadas	1.428.889,07	1.428.889,07

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	9.773.583,08

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	-300.000,00	-204.639,33	68,21
31	Resultado Primário	-46.420,00	386.724,45	-833,10

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	51.091,24	0,00	18.830,99	32.260,25
33	Poder Executivo	51.091,24	0,00	18.830,99	32.260,25
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	168.797,83	0,00	116.788,11	52.009,72
36	Poder Executivo.	168.797,83	0,00	116.788,11	52.009,72
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	219.889,07	0,00	135.619,10	84.269,97

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	366.884,10	25%	6.124.943,24
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2014032509340800501623

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 25/03/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO

CONTADOR

CRC.: 032837/O-1

Brusque

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório Nº 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 001/2014

CONCORRÊNCIA nº 001/2014

RECURSO ADMINISTRATIVO

OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA (REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA) DA RUA FELIPE SCHMIDT, CENTRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RECORRENTE: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

RESULTADO DO RECURSO: Pelo exposto, recebo o recurso apresentado pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, mantendo-se a classificação da proposta da recorrida.

18/03/2014.

Rafael Luiz Pinto

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Diretor Geral de Licitações e Contratos

Decreto Nº. 7.400, de 25 de Março de 2014

DECRETO Nº. 7.400, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

04.00	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
004.122.0005.2308	Manut. Das Atividades da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.002	Fundo Munic. De Desenvol. Turístico
023.695.0170.2237	Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvol. Turístico
3.3.50.00	Transf. A Inst. Priv. S/Fins Lucrativos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

04.00	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001	Secretaria de Governo e Gestão

Estratégica

004.122.0005.2308

de Governo e Gestão Estratégica

3.3.90.00

Correntes

0.1.00.00

VALOR

10.00

10.002

023.695.0170.2237

Desenvol. Turístico

4.4.90.00

0.1.00.00

VALOR

Manut. Das Atividades da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

Aplicações Diretas – Outras Despesas

Recursos Ordinários

R\$ 5.000,00

Secretaria Municipal de Turismo

Fundo Munic. De Desenvol. Turístico

Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao

Aplicações Diretas – Investimentos

Recursos Ordinários

R\$ 40.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

Processo Licitatório 012/2014 - SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 012/2014

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 012/2014, na modalidade de Tomada de Preços, para aq. hidrômetros. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 16 de abril de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

Caçador

PREFEITURA

Portaria Interna Nº 006

PORTARIA INTERNA Nº 006, de 20 de Março de 2014.

Suspende os Pagamentos de conversão de licença prêmio e conversão de férias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige dos administradores públicos a correta aplicação dos recursos públicos, devendo esta ser tratada com austeridade, controle e, principalmente, em atendimento ao princípio da moralidade administrativa, cuja desobediência pode ensejar posterior sanções civis e criminais contra o ordenador de despesas;

CONSIDERANDO o esforço desta administração na manutenção do equilíbrio financeiro das despesas com pessoal;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender temporariamente, até 31 de dezembro do corrente ano, o pagamento de conversão de licença prêmio e conversão de férias.

Art. 2º - O pagamento poderá ser liberado apenas para as questões emergenciais, com prévia autorização especial do Prefeito Municipal, desde que demonstrada a extrema necessidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor, a contar de 1º de Abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Portaria Nº 23.628

PORTARIA Nº 23.628, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

RESOLVE

RESCINDIR, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de:
12625	Maria Alice Alves Cardoso	Servente	Educação	12/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.629

PORTARIA Nº 23.629, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações

RESOLVE

Art 1º - DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Servidor Público Municipal JOSÉ VILMAR SOARES DE MIRANDA ocupante do cargo de Guarda Patrimonial Municipal, lotado junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador – DITTESC, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 7.716 (sete mil, setecentos e dezesseis) dias, ou seja, 21 (vinte e um) anos e 01 (um) mês e 21 (vinte e um) dias conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00010/14-8, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 24/02/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.632

PORTARIA Nº 23.632, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal IBRAINA BLEICHVEL CASTILHO, em virtude de sua aposentadoria, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.633

PORTARIA Nº 23.633, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que era ocupado pelo Servidor Público Municipal VILMAR LEZAN, em virtude de sua aposentadoria, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.634

PORTARIA Nº 23.634, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Odontólogo, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que era ocupado pelo Servidor Público Municipal VALTER THIBES PEREIRA, em virtude de sua aposentadoria, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.635

PORTARIA Nº 23.635, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Professora de 5ª a 8ª série,

da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal ANTONIA RITA PONTES, em virtude de sua aposentadoria, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.636

PORTARIA Nº 23.636, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Servente, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal ARACY DE PAULA CORDEIRO DE AVILA, em virtude de sua aposentadoria, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.642

PORTARIA Nº 23.642, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Servente, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal IRES MILAN DOS SANTOS, em virtude de sua aposentadoria, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.637

PORTARIA Nº 23.637, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE

CONCEDER a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afast.	Assento do Óbito
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	8	22/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.639

PORTARIA Nº 23.639, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE

RESCINDIR, a pedido, os contratos por prazo indeterminado dos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de:
11878	Kerolin Vieira Goes	Agente Comunitário de Saúde	40h	21/02/2014
12031	Miriam Witiuk Fernandes	Agente Comunitário de Saúde	40h	27/02/2014
11875	Rubens Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	40h	17/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO

Portaria Nº 23.640

PORTARIA Nº 23.640, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, e art. 99, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipal de Caçador

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme atestados médicos apresentados durante o mês de Fevereiro de 2014, especificando código, nome, período e número de dias de afastamentos, conforme segue:

Código	Nome	Período	Nº de Dias
3267	Alvaro Prietto Junior	12/02/2014 16/03/2014	33
1384	Antonio Vanderlei Pires	27/01/2014 26/02/2014	30
4594	Gelson Luiz Savi	11/02/2014 25/02/2014	15
1795	Iraci Furtado	05/02/2014 19/02/2014	14
352	Íracilda Ribeiro Cristaldo	05/02/2014 22/02/2014	17
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	03/02/2014 04/03/2014	30
10620	Luciano Fernandes Valota	03/02/2014 07/02/2014	5
632	Miguelangelo Cury	31/01/2014 09/03/2014	38
883	Mirna Mingotti	04/02/2014 21/03/2014	45
10513	Nelson Batista Figueiredo	28/01/2014 04/02/2014	8
247	Orlando Nivaldo da Silva	13/02/2014 20/04/2014	67
554	Ricardo Pires de Camargo	10/02/2014 24/02/2014	15
1963	Silvio dos Santos Varela	02/02/2014 21/02/2014	20
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	28/01/2014 31/01/2014	4
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	17/02/2014 27/04/2014	70

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 23.643

PORTARIA Nº 23.643, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

RETIFICAR Portaria nº 23.560, de 15 de Fevereiro de 2014, que passa a ter a seguinte redação: "CONTRATAR, por tempo

determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:"

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Motivo da Contratação	Período
Adriani Galvão	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	03/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Elisandra Pires de Moraes Balatka	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Alcides Tombini	VV Conceição Ribas, lic. sem vencimentos	03/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Fernanda Conceição dos Santos	Merendeira Escolar	1.5/A	44	EMEB Alcides Tombini	Vaga Excedente	05/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Maria da Glória Gomes Pereira	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	03/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público
Vera Lúcia Cristaldo de Oliveira	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Esperança	VV Cassia Maciel, atrib. EMEB a Irmão Venâncio José	04/02/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.644

PORTARIA Nº 23.644, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE

RETIFICAR a Portaria nº 23.564, de 16 de Fevereiro de 2014, que passa a ter a seguinte redação: "Contratar, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:"

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Motivo da Contratação	Período
Jane Aparecida Ribeiro da Silva	Especialista Em Assuntos Educacionais – Orientadora Escolar	1.3/A	20	EMEB. Pierina Santin Perret	VV. Idalci Sampaio Colla	03/02/2014 a 02/07/2014
Zuleide Wartha Nora	Especialista Em Assuntos Educacionais – Administradora Escolar	1.3/A	20	EMEB. Alto Bonito	Vaga Excedente	03/02/2014 a 19/12/2014 ou até a realização do Concurso Público

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.645

PORTARIA Nº 23.645, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde, conforme atestados médicos apresentados durante o mês de Fevereiro de 2014, especificando: código, nome das servidoras, cargo, total de dias de afastamento, dias lançados para pagamento como auxílio doença e período da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Trat. Saúde a contar de:
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	30	15	11/02/2014 a 25/02/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
11969	Debora Cristina Muller	Agente Comunitário de Saúde	5	5	30/01/14 a 04/02/14
11969	Debora Cristina Muller	Agente Comunitário de Saúde	3	3	11/02/14 a 13/02/14
11969	Debora Cristina Muller	Agente Comunitário de Saúde	2	2	24/02/14 a 25/02/14

11935	Eliete Aparecida Kucher Furlin	Agente Comunitário de Saúde	5	5	30/01/14 a 03/02/14
11935	Eliete Aparecida Kucher Furlin	Agente Comunitário de Saúde	3	3	11/02/14 a 13/02/14
11935	Eliete Aparecida Kucher Furlin	Agente Comunitário de Saúde	2	2	24/02/14 a 25/02/14
12615	Odete Maria Deitos	Enfermeira	4	4	11/02/14 a 14/02/14
12615	Odete Maria Deitos	Enfermeira	10	10	17/02/14 a 26/02/14
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitário de Saúde	5	5	06/02/14 a 10/02/14
12020	Rosemari Alves Fernandes	Agente Comunitário de Saúde	30	15	27/01/14 a 10/02/14, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
12015	Sirlei Judite Sgarbi	Agente Comunitário de Saúde	30	15	12/02/14 a 26/02/14, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
12035	Zoraide Neto da Silva	Agente Comunitário de Saúde	3	3	12/02/14 a 14/02/14
12035	Zoraide Neto da Silva	Agente Comunitário de Saúde	3	3	17/02/14 a 19/02/14

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.648

PORTARIA Nº 23.648, de 05 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências

RESOLVE

NOMEAR o cidadão GUILHERME LUIZ PIAZZON, no cargo em comissão de Assessor de Secretário, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 05 de Março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.649

PORTARIA Nº 23.649, de 05 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências

RESOLVE

NOMEAR a cidadã FABIANA LIMA DOS SANTOS MATTIA, no cargo em comissão de Assessor para Assuntos Administrativos - SMS, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 05 de Março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.659

PORTARIA Nº 23.659, de 11 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, 17/08/2011, dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos programas Estratégia Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), programa Equipe de Saúde Bucal, e ainda no art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 23.483, de 28 de Janeiro de 2014, que concedeu Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal, VALÉRIA GONÇALVES PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, somente no que se refere ao período de licença, que passa a ser de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 22 de Janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.700

PORTARIA Nº 23.700, de 21 de Março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de

23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências

RESOLVE

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal, DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, do cargo em comissão de Secretária Adjunta para Assuntos da Administração, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 24 de Março de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.641

PORTARIA Nº 23.641, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 119, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ANGELA KNEBEL, ocupante do cargo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, lotada junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador – DITTESC, 01 (um) ano de Licença por Motivo de Afastamento de Cônjuge Militar, com efeitos a contar de 03 de Fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação CV 01/2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

EDITAL: CONVITE Nº 01/2014

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, PARA EXECUÇÃO DE AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS HIDRÁULICAS POR SOFTWARE DE SIMULAÇÃO, DIMENSIONAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA O SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (REDES, ELEVATÓRIAS, ADUTORAS DE ÁGUA TRATADA E RESERVATÓRIOS) DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 04/04/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 04/04/2014.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195,

e-mail : licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 25 de março de 2014.

Luiz Gustavo Pavelski

Presidente da FUNDEMA

Aviso de Licitação PR - 21/2014 - Prefeitura

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Caçador-SC

Aviso de Licitação

Edital: Processo de Licitação 28/2014 – Prefeitura

Pregão Presencial Nº 21/2014

Tipo: Menor Preço

Objeto - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA, GÁS, CASCOS, MANGOTE, VÁLVULA E MANGUEIRA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS, DOS FUNDOS E FUNDAÇÕES,

Entrega dos Envelopes: 14h00min do dia 04/04/2014.

Abertura dos Envelopes: 14h15min do dia 04/04/2014.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 25 de março de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO.

Prefeito Municipal.

Camboriú

PREFEITURA

PR 09/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2014-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 09:30 horas do dia 10 (Dez) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 25 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Chamamento Público 01/2014 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2014 - PMC

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e nos termos da Portaria nº465/11 e Portaria 521/12 e alterações do Ministério das Cidades, obedecendo os termos da Lei Federal nº 11.977/09 e alterações.

ABERTURA DO ENVELOPE: Iniciarà às 10:00 horas do dia 11 (Onze) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 25 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração Nº 194 - 1170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1170/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJG3782	55654740D	6599/2	18/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
DBW2678	54624406E	7340/0	26/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
DGX7303	54946157E	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
DGX7303	54946158E	6912/0	16/12/2013	R\$ 53,20	232
IMS7410	54946202E	5010/0	16/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
IMS7410	54946203E	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
IOM9282	54945901E	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
LZL6958	55958121B	6599/2	09/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZL6958	55958122B	5010/0	09/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZL6958	55958123B	5061/0	09/12/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZV3152	54945565E	6920/0	22/11/2013	R\$ 127,69	233
MBT1478	54946210E	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBT1478	54946211E	5045/0	20/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCI3671	54624482E	6599/2	19/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEX8398	54945698E	6912/0	13/12/2013	R\$ 53,20	232
MIO7475	54946052E	6653/2	07/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MIO7475	54946053E	6637/1	07/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIO7475	54946054E	6769/2	07/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MIO7475	54946056E	6912/0	07/12/2013	R\$ 53,20	232
MIO7475	54946060E	6637/2	07/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIO7475	54946061E	6599/2	07/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJK5998	54455764E	5169/1	14/04/2013	R\$ 1.915,38	165
MKO7699	54623631E	6556/5	15/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MKO7699	54623632E	6610/2	15/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1171/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1171/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DBW2678	54624405E	5185/2	26/12/2013	R\$ 127,69	167
DBW5166	54945935E	5541/1	16/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
EFY3928	54624331E	5541/6	11/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IFM3077	54623124E	5452/1	19/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
JPC7017	55002444D	5541/6	17/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD8569	54623125E	5452/1	19/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCH7258	54623130E	5738/0	25/12/2013	R\$ 191,53	186 * II
MCI3671	54624484E	5835/0	19/12/2013	R\$ 127,69	195
MCI3671	54624485E	7056/1	19/12/2013	R\$ 191,53	244 * III
MCI3671	54624486E	5819/1	19/12/2013	R\$ 574,61	193
MDA2851	55005399D	5568/0	08/11/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEX8398	54945697E	7048/1	13/12/2013	R\$ 191,53	244 * II
MEY1751	54946474E	5185/1	26/12/2013	R\$ 127,69	167
MGP5361	54946414E	7366/2	28/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIF9531	54946073E	5541/5	19/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO7475	54946051E	5215/2	07/12/2013	R\$ 191,53	170
MIO7475	54946059E	7056/1	07/12/2013	R\$ 191,53	244 * III
MIO7475	54946062E	5835/0	07/12/2013	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 24 DE MARÇO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Pregão 16/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 16/2014)

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskowski Junior, Pregoeiro, Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 16/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de peças (lâminas, porcas e parafusos) para manutenção de máquinas pesadas da frota municipal (patrôas), para estoque. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Julio Silvestri Filho ME e Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. José Antonio Moura, representante da empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda. A empresa Julio Silvestri Filho ME não credenciou representante na sessão. As empresas licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovaram o enquadramento como empresa de pequeno porte ou micro empresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço POR ITEM.

ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda	400,00	400,00	1ª	Habilitada
Julio Silvestri Filho ME	419,00	419,00		

ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda	1,00	0,69	1ª	Habilitada
Julio Silvestri Filho ME	0,70	0,70		

ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda	2,70	1,99	1ª	Habilitada
Julio Silvestri Filho ME	2,00	2,00		

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e habilitação da empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, o Pregoeiro adjudica sua proposta declarando-a vencedora, conforme valores acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 005/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 005/2014

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal em caráter temporário, no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC.

1- DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC.

Nº Vagas	Cargo	Função	Carga Horária	Habilitação Profissional	Vencimento
01 Imediata	Enfermeiro	Enfermeiro	40 horas semanais.	Ensino Superior de Enfermagem; Registro no Conselho Regional de Enfermagem.	R\$ 2.933,42 Insalubridade R\$ 144,80.

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 25 a 28 de março de 2014, na Sede do Poder Executivo Municipal "Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº. 292, Centro, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

2.2 – São condições de Inscrição:

- Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro;
- Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- Os estrangeiros deverão comprovar residência fixa no Brasil pelo prazo mínimo de 15 (quinze) anos, salvo os estrangeiros originários de países de língua portuguesa que deverão comprovar residência pelo período de 01 (um) ano ininterrupto, ou possuir seu diploma reconhecido pelas entidades brasileiras competentes, e não possuir participação como administrador, gestor ou diretor em empresas brasileiras, comerciais ou civis de qualquer natureza;
- Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias LEGÍVEIS dos seguintes documentos:

- Carteira de identidade;
- Cadastro de pessoa física – CPF;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e/ou guarda/tutela;

IV- Certidão de Quitação eleitoral (www.tse.gov.br) ou Comprovante de Votação da última eleição;
V- Certificado Militar;
VI- Comprovação do nível de escolaridade exigido;
VII- Registro do Conselho Regional e Habilitação exigida para o cargo;
VIII- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para a qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão Expedida por Repartição Pública.

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato;

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração e nem permitido anexar documentos;

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando a função para a qual o candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 – As inscrições deferidas serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente processo seletivo será de Tempo de Serviço do candidato na área;

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 28 de fevereiro de 2014;

3.3 – Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu;

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês;

3.5 – O resultado final será a maior pontuação por tempo de serviço na área;

3.6 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

O mais idoso;

Maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição).

3.7 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos na Sede do Poder Executivo Municipal “Prefeitura Municipal” de Campo Alegre/SC. e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos;

3.8 – O candidato terá prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos do Poder Executivo

Municipal.

4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de Enfermeiro será de 40 (quarenta) horas semanais;

4.2 – Os classificados no Processo Seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade.

5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo;

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro efetivo de pessoal do Poder Executivo Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência do Poder Executivo, dentro do interesse e conveniência da mesma;

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de Nascimento;
- c) Certidão de Casamento;
- d) CPF/MF;
- e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF/MF;
- f) Título de Eleitor;
- g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral;
- h) Carteira de Trabalho;
- i) Comprovante de Residência;
- j) Certificado de Reservista;
- k) Declaração de dependentes;
- l) Declaração de Imposto de Renda ou de isento;
- m) Certidão Nascimento dos Filhos;
- n) Carteira de Vacina Filhos menores de 06 anos;
- o) Informar se possui Filhos deficientes;
- p) Carteira de Registro no Órgão de Fiscalização Profissional;
- q) Certificado do Nível de Escolaridade;
- r) Pis/Pasep;
- s) Conta corrente no Banco Brasil S/A;
- t) Atestado Admissional;
- u) Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido;
- v) Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do Sul/SC, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional;
- w) O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogado se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre/SC, 24 de março de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

**ANEXO I
ATRIBUIÇÕES**

Cargo: Enfermeiro

1. Efetuar levantamento e diagnóstico, junto às equipes de saúde, essenciais ao planejamento de ações de Saúde Pública;
2. Estabelecer objetivos e metas para os serviços de saúde;
3. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde da unidade local e desta com a comunidade;
4. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promover orientação sobre a importância do registro de dados do pessoal técnico e auxiliar de enfermagem em especial;
5. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intra institucionais e interinstitucionais;
6. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem;
7. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local, nas atividades de consulta de enfermagem e consulta pré-natal;
8. Atender, em especial, crianças de 0 à 5 anos de idade, identificando e acompanhando grupos de riscos e fazendo visitas domiciliares;
9. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação de cobertura vacinal;
10. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infecto-contagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional;
11. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção às ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente;
12. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde;
13. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;
14. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
15. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem, quando solicitado pelas entidades da Administração Municipal;
16. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição de assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos

- científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
17. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde;
 18. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistências obstétrica, em situação de emergência;
 19. Participar de programas e nas atividades de assistências integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
 20. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;
 21. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 160);
 22. Desenvolver, quando designado, todas as atribuições de enfermagem vinculadas ao Programa de Saúde da Família;
 23. Como integrante da equipe de saúde:
 - a) prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pelos órgãos de saúde;
 - b) assistir a gestante, parturiente e puérpera;
 - c) prover a execução do parto sem distocia;
 - d) acompanhar a evolução do trabalho de parto;
 - e) participar em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde;
 24. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
 25. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
 26. Executar outras atividades correlatas.
- Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal Nº 7.498/86.

**ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 005/2014

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____
NOME: _____
RG: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____
CPF/MF: _____
TÍTULO DE ELEITOR: _____
ESTADO CIVIL: _____
Nº DEPENDENTES: _____
RUA: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____
CEP: _____ ESTADO: _____
FONE: _____
FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs.: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo nº 005/2014.

DATA: _____

ASS: _____

**FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 005/2014**

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____
RG: _____

Decreto Nº 8.276 de 21 de Março de 2014

DECRETO Nº 8.276 DE 21 DE MARÇO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
20.606.0083.1.010 -	Festa Estadual da Ovelha	
300000.00.167 -	Despesas Correntes	
330000.00.167 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.167 -	Aplicações Diretas	
339039.00.167 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
20.606.0083.1.010 -	Festa Estadual da Ovelha	
300000.00.167 -	Despesas Correntes	
330000.00.167 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.167 -	Aplicações Diretas	
339030.00.167 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de março de 2014.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.277 de 24 de Março de 2014

DECRETO Nº 8.277 DE 24 DE MARÇO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.096 de 12 de março de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.278 de 25 de Março de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.278 DE 25 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, Matrícula Funcional nº 000764, Registro no Sistema sob nº

955371, ao Cargo Público e Função de Enfermeira, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 2.933,42 (dois mil novecentos e trinta e três reais, quarenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA, aprovada em 6º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de abril de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.279 de 25 de Março de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.279 DE 25 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. CLAYTON FRANCISCO VALENTIM, Matrícula Funcional nº 000763, Registro no Sistema sob nº 955370, ao Cargo Público e Função de Farmaceutico, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 2.933,42 (dois mil novecentos e trinta e três reais, quarenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. CLAYTON FRANCISCO VALENTIM, aprovado em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de abril de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.280 de 25 de Março de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.280 DE 25 DE MARÇO DE 2014
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 005/2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir e nomear os membros da Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2014.

§1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Patrick Onghero, matrícula funcional nº 000609;

Lucielle Karolyne Cubas, matrícula funcional nº 000500;
Ana Claudia Vieira de Lima, matrícula funcional nº 000726.

§2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do seguintes cargo público: Enfermeiro, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2014, Poder Executivo Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2014, ao término emitir parecer/relatório do referido Edital.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 25 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Extrato de Contrato Nº 24/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 24/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis) destinados a alimentação escolar, para o Ensino Infantil, Fundamental e APAE, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão (presencial), nº. 11/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 – Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 – Educação; Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição; Programa: – Merenda Escolar; Projeto: 2.015 – Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 – Recursos Ordinários

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 – Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 – Educação; Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição; Programa: – Merenda Escolar; Projeto: 2.015 – Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0.1.0113 – PNAEF Merenda Escolar

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 – Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 – Educação; Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição; Programa: – Merenda Escolar; Projeto: 2.015 – Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0.1.0119 – PNAEC - Programa de Alimentação de Creche

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 – Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 – Educação; Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição; Programa: – Merenda Escolar; Projeto: 2.015 – Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0.1.0764 – PNAEP Merenda Escolar.

Vigência: 14/02/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais).

Contratado: EKO SUPERMERCADO LTDA

Processo Licitatório, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº. 12/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Dispensa Licitação 01-2014

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 001/2014

OBJETO: Estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação e execução de propaganda e/ou programa por ordem e conta da Câmara Municipal de Campo Alegre, com o objetivo de promover, difundir ideias e informar o público a respeito das funções institucionais, especialmente das funções legislativa e fiscalizadora, da Câmara e demais atribuições.

DETALHAMENTO DO OBJETO: Caberá a Rádio Cidade de Campo Alegre prestar os seguintes serviços: gravação, edição,

remasterização e divulgação dos atos/informações do poder legislativo municipal, através de 4 (quatro) inserções diárias de curta duração – SPOT – com duração de 30 (trinta) segundos e 1 (um) Bloco Informativo de semanal com duração de 45 minutos, bem como a transmissão ao vivo de todas as sessões da Câmara Municipal De Campo Alegre, quando previamente solicitado em horários comunicados pela contratante com todos os custos correndo por conta da contratada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, II e XIII da Lei Federal 8.666/1993 e Art. 37 caput da CRFB/1988.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, poder legislativo municipal, inscrito no CNPJ sob nº 83.536.862/0001-60, com sede à Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 640, em Campo Alegre/SC.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE – RADIO CIDADE FM 104,9, pessoa jurídica de utilidade pública inscrita no CNPJ Nº 02.843.454/0001-50, com sede à Rua Vicente Pereira Neto, nº 138, Bairro Belo Horizonte, município de Campo Alegre/SC.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.01.001.031.1101.2001.3390930 0 – Manutenção das Atividades Legislativas – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: com início em 01 de abril de 2014 e finalizado-se em 31 de dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Alegre

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial 04/2014 - Social

AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08 de abril de 2014 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS CRAS, CREAS E BOLSA FAMÍLIA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h30min, e das 13h 30min e 17.00horas diariamente.

Campos Novos, 26 de março de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto Nº. 001/Fmel/2014

DECRETO Nº. 001/2014
"HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/FME/2014"

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologado as inscrições do processo seletivo visando a contratação temporária de Professores/Técnicos, previsto no Edital nº 001/FME/2014, conforme abaixo relacionado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario

Canoinhas/SC, 18 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente da FME

Este decreto foi registrado e publicado na Fundação Municipal de Esportes em 18/03/2014.

Estado de Santa Catarina
Município de Canoinhas
Edital de Processo Seletivo nº. 001/FME/2014.

QUADRO DE VAGAS

Profº Técnico de Futsal (40 horas)

Nº	Nome	CPF
01	Ruan Phelipe Rodrigues	060.660.349-28
03	Roseliane Tibes de Souza	072.778.139-10

Profº Técnico de Tênis de Campo (20 horas)

Nº	Nome	CPF
02	Marcelo Darci Borges Muniz	806.722.139-15

Profº Técnico de Ginástica (30 horas)

Nº	Nome	CPF
05	Kátia Maria Jung	936.934.009-20
07	Tais Augusta Damaso da Silveira	074.916.109-43
09	Carla Regina Figura	008.133.009-08
11	Robson Luís Corrêa Soares	063.033.029-80

Profº Técnico de Futsal (20 horas)

Nº	Nome	CPF
08	Felipe Eduardo Flenik	059.548.309-75

Profº Técnico de Futebol (40 horas)

Nº	Nome	CPF
12	Laércio Manoel David	520.690.369-87
13	Fábio César Heineck	072.923.969-17

Profº Técnico de Voleibol (20 horas)

Nº	Nome	CPF
04	Marcos Gonçalves de Souza	200.593.918-80

Profº Técnico de Atletismo

Nº	Nome	CPF
14	Fábio Hanchuck	051.368.569-39

Integrador de Futebol do Interior (40 horas)

Nº	Nome	CPF
06	Dimas Antonio Chagas	249.111.439-91

Publicação do Edital de Pregão Presencial N. PMC 28/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 45/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 28/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/04/2014, às 09h05mim, Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NA ESCAFADEIRA HIDRÁULICA NEW HOLLAND 215E Nº. 104, ESCAFADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 160 Nº. 72 E CAMINHÃO IVECO Nº. 90 PLACA MFH-0137 ANO 2010. Recebimento de propostas até às 09h00mim do dia 10/04/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Resolução Nº 13/CMAS/2014

RESOLUÇÃO Nº 13/2014

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DO REORDENAMENTO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições resolve:

Considerando o Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação da Resolução 23 de 27 de setembro de 2013;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido extraordinariamente em 21 de março de 2014;

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprova o cofinanciamento do reordenamento do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Artigo 2º. O órgão gestor municipal fica responsável em, no prazo de seis meses, apresentar o Plano de Acolhimento com ações e metas de reordenamento de serviços e adequação da rede, para execução até o ano de 2017.

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 21 de março de 2014.

Karina Vieira Carvalho

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Capinzal

PREFEITURA

FMS Processo Licitatório Nº 0019/2014 - Pregão Presencial Nº 0014/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0019/2014

Pregão Presencial Nº 0014/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a Aquisição de medicamentos éticos, genéricos e similares constantes na tabela da Revista ABC Farma, para distribuição gratuita à população do Município de Capinzal durante o ano de 2014.

ENTREGA E ABERTURA: Diretamente no Departamento de Licitações e ou protocolo, Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 08/04/2014.

MAIOR DESCONTO SOBRE LISTA ABCFARMA

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 26 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Decreto 029/2014

DECRETO Nº 029, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 264.023,25 (duzentos e sessenta e quatro mil, vinte e três reais e vinte e cinco centavos)

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 264.023,25 (duzentos e sessenta e quatro mil, vinte e três reais e vinte e cinco centavos), na forma das dotações orçamentárias descritas no quadro a seguir.

1001.08.243.0175.2100	MANUTENÇÃO DO ABRIGO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-060	Material de consumo	324	55	R\$	13.352,51
33909300-061	Indenizações e restituições	324	55	R\$	13.336,40
44905200-062	Equipamentos e material permanente	324	55	R\$	1.647,64
	Sub-Total (I)	324	55	R\$	28.336,55
1001.08.243.0175.2100	MANUTENÇÃO DO ABRIGO	FTE	DR	R\$	0,00

44905200-063	Equipamentos e material permanente	352	00	R\$	4.165,77
1001.08.241.0170.2095	ATENDIMENTO SOCIAL AOS IDOSOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-059	Material de consumo	352	00	R\$	5.052,61
1001.08.243.0175.2101	MANUT SERV DE CONV E FORTALEC DE VINCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-064	Material de consumo	352	00	R\$	33.114,31
33903900-065	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	352	00	R\$	32.290,77
1001.08.243.0175.2102	TRANSF REC FI-NANC APAE PROG PPD PEMD PEAD	FTE	DR	R\$	0,00
33504300-066	Subvenções Sociais	352	00	R\$	1.951,02
1001.08.244.0195.2103	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REF	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-067	Material de consumo	352	00	R\$	31.796,12
44905200-075	Equipamentos e material permanente	352	00	R\$	72.000,00
1001.08.244.0195.2104	CONTROLE SOCIAL EM ATIV INFORMACÃO PARA F	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-069	Material de consumo	352	00	R\$	3.647,27
33903000-070	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	352	00	R\$	6.000,00
44905200-078	Equipamentos e material permanente	352	00	R\$	23.000,00
1001.08.244.0195.2105	MANUT DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-077	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	352	00	R\$	16.792,41
1001.08.244.0195.2106	MANUT DO IGD SUAS – ÍNDICE DE GESTÃO DESCENT	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-073	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	352	00	R\$	2.800,00
44905200-078	Equipamentos e material permanente	352	00	R\$	3.076,42
	Sub-Total (II)	352	00	R\$	235.686,70
	Total Geral			R\$	264.023,25

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013, do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 264.023,25 (duzentos e sessenta e quatro mil, vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Transferência de Convênios Outros Estado – Exercício Anterior	0324	55	R\$	28.336,55
Superávit Financeiro – Outras Transferências de Recursos do FNAS – Exercício Anterior	0352	00	R\$	235.686,70
Total			R\$	264.023,25

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de março de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Portarias

PORTARIA Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 4698/2013, a servidora Franciele Vagner dos Santos, matrícula nº 328740/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais e lotação no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 003 - A, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Artemio Renato de Souza Haus, matrícula nº 39754701, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, nível CC – 3, conforme o Anexo IV – E, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pela Diretoria de Desenvolvimento Social, pelo período de 02 a 21 de janeiro de 2014, em substituição à Diretora Elena Casagrande Reck, que se encontra em férias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, em exercício

Portarias

PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Eliana Luiza Durli, matrícula nº 309001/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Financeiro, nível FC - 5, conforme o Anexo IV – A, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder como Tesoureira do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2014 e com a Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Cicero Antonio Souza Silva, matrícula 40019002, no cargo de provimento em comissão de Superintendente Geral da Fundação Municipal de Esportes, nível CC – 3, conforme a Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Cicero Antonio Souza Silva

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício, senhor Wilson Luiz Farias, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Cicero Antonio Souza Silva, matrícula nº 40019002, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Superintendente Geral da Fundação Municipal de Esportes, nomeado pela Portaria nº 004, de 02 de janeiro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
Empossado
Prefeito Municipal

Portarias

PORTARIA Nº 005, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, conforme Carta de Concessão, Benefício nº 6043624323, a servidora Maria de Fatima Luiz, matrícula nº 314889/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Designa servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Enio Jose Paggi, matrícula nº 3094060/03, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Infraestrutura, nível CC – 5, conforme o Anexo IV

– G, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em substituição ao Secretário Renato Marcelo Markus, que se encontra em férias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, conforme requerimento, o servidor Marco Antonio Hachmann, matrícula nº 215988/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Administração, Finanças, conforme o anexo IV - A da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Designa servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Alexandre Luiz Teixeira da Silva, matrícula nº 39739301, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário de Desenvolvimento Econômico, nível CC – 5, conforme o Anexo IV – D, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pela Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

Portarias

PORTARIA Nº 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mariza Lucia Sonogo, matrícula nº 331830/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Marcia Maria Benetti Marques, matrícula nº 3145101/6, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mariza Lucia Sonogo, matrícula nº 331830/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Marcia Maria Benetti Marques, matrícula nº 3145101/6, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Monica Marta Stiirmer, matrícula nº 332100/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Joelice Mascarello, matrícula nº 330205/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 013, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Designa Comissão Especial de Avaliação na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis composta por:

I - Sérgio Luiz Riquetti, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72, registro no CREA nº 031.865-9;

II - Ruites Valmir Andrioni Jr., inscrito no CPF sob o nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 031.257-1; e

III - Maria Helena Maestri, inscrita no CPF sob o nº 670.376.829-34, registro no CREA nº 23.200-0.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo e avaliação do lote nº 01, da quadra 289, do Loteamento Bairro Lar Imóveis, com área de 564,58 m², (quinhentos e sessenta e quatro vírgula cinquenta e oito metros quadrados), situado na esquina formada entre as ruas projetadas 01 e 08, nesta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal sob matrícula nº 14.604, Livro nº 2-AAD, Fls. 061, de propriedade de Dirce Nardi dos Santos, para fins de desapropriação.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças interino

Portarias

PORTARIA Nº 014, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jocineia Luckaviz, matrícula nº 32991605, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 015, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 77/2014, a servidora Luiza Franciany da Rosa, matrícula nº 331210/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais e lotação na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 016, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação na forma que especifica.

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Imóvel composta por:

I – Daiane Giriolli, inscrita no CPF sob o nº 053.858.109-32 e no CRECI sob o nº 21947;

II – Diego Leal Bof, inscrito no CPF sob o nº 031.207.109-40, e no CRECI sob o nº 092.381-5;

III - Sergio Luiz Riquetti, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614;

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do terreno rural, sem benfeitorias, com área de 1.018,61m², (um mil e dezoito vírgula sessenta e um metros quadrados), parte integrante de uma área total de 17.571,98m², situada na Fazenda Santo Antonio, na localidade de Engenho Novo, matriculado sob o nº 10.965 no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal - SC, de propriedade de Lauri Schmidt e Luci Maria Pissolato, para fins de desapropriação.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 02 de janeiro de 2014.
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças interino

Portarias

PORTARIA Nº 016, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação na forma que especifica.

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Imóvel composta por:

I – Daiane Giriolli, inscrita no CPF sob o nº 053.858.109-32 e no CRECI sob o nº 21947;

II – Diego Leal Bof, inscrito no CPF sob o nº 031.207.109-40, e no CRECI sob o nº 092.381-5;

III - Sergio Luiz Riquetti, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614;

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do terreno rural, sem benfeitorias, com área de 1.018,61m², (um mil e dezoito vírgula sessenta e um metros quadrados), parte integrante de uma área total de 17.571,98m², situada na Fazenda Santo Antonio, na localidade de Engenho Novo, matriculado sob o nº 10.965 no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal - SC, de propriedade de Lauri Schmidt e Luci Maria Pissolato, para fins de desapropriação.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 02 de janeiro de 2014.
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças interino

Portarias

PORTARIA Nº 017, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Sidimara Lopes Duarte, matrícula nº 399060/02, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 018, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Adriana Mandeliche, matrícula nº 325953/03, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Cristiani Aparecida Rosseti, matrícula nº 1805990-2, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 020, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Loreni Lopes Duarte, matrícula nº 399043/02, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 021, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Leticia Izabel Müller, matrícula nº 399850/03, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 022, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Marli Terezinha Surdi, matrícula nº 331902/06, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 023, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Beatris de Lima, matrícula nº 321818/08, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 024, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Elizabete Simone Bof, matrícula nº 328200/04, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 025, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Scheyla Cristina Alves Schmidt, matrícula nº 325163/06, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 026, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Rosemari Pires Saretta, matrícula nº 333042/04, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 027, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Lucimari Mendes Rodrigues Calluans, matrícula nº 313840/07, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 027, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Lucimari Mendes Rodrigues Calluans, matrícula nº 313840/07, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 028, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Dalva Luiza Dalcortivo, matrícula nº 322172/05, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 029, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Josiani Cassiano, matrícula nº 330078/04, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 030, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Luciana Mendes Rapozo, matrícula nº 330930/07, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 031, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Luciana Mendes Rapozo, matrícula nº 330930/07, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 032, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Gracielli Rosseti Giumbelli, matrícula nº 177873/02, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 033, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Leonardo Dozza, matrícula nº 403121/02, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 579, referência 5-A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 034, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Henrique Ventura Olmos, matrícula nº 329185/07, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 579, referência 5-A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 035, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Guilherme Schneider Mendonça, matrícula nº 398535/02, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 579, referência 5-A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta

(40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 036, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Gladstone Ricardo Lenzi, matrícula nº 18236/03, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 579, referência 5-A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 036, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Gladstone Ricardo Lenzi, matrícula nº 18236/03, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 579, referência 5-A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 037, DE 02 DE JANEIRO DE 2014
Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Sarah Bernardon de Oliveira, matrícula nº 399175/02, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 579, referência 5-A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 038, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Vanderlei Lazarotto, matrícula nº 399817/02, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 040, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 008/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Flavio Jose Dondoni, matrícula nº 328715/05, para exercer as funções do cargo de Motorista do Transporte Coletivo, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 039, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Isabela Andressa Costanaro Petry, matrícula nº 329410/03, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 041, DE 07 DE JANEIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Katia Bazzo, matrícula nº 323586/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrivão, nível 153, referência A conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor de Farmácia e Almoxarifado e concede FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 07 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 042, DE 07 DE JANEIRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

CONSIDERANDO o inciso V do artigo 31 da Lei Complementar nº 006/1991, que dispõe sobre a vacância do cargo em caso de aposentadoria;

CONSIDERANDO instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina a respeito da vacância do cargo efetivo em razão de aposentadoria do servidor;

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, por motivo de aposentadoria, a contar de 06 de janeiro de 2014, conforme Carta de Concessão, Benefício nº 6046170277, o servidor Luiz Gustavo Bonadiman, matrícula nº 03140604/01, ocupante do cargo de Fiscal Tributário, nível 162, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º Fica indenizada a Licença Prêmio referente ao quinquênio de 08 de setembro de 1998 a 07 de setembro de 2003.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 07 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 07 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 043, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Paola Antonia Soares Raimondi de Lima, matrícula nº

404802/03, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 044, DE 08 DE JANEIRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Salete Aparecida Constantin de Mattos, matrícula 398640/02, no cargo de provimento em comissão de Secretário de Planejamento, nível CC – 5, conforme o anexo IV – B da Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 08 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 08 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Salete Aparecida Constantin de Matos

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício, senhor Wilson Luiz Farias, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sr.ª. Salete Aparecida Constantin de Matos, matrícula nº 398640/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Secretário de Planejamento, nomeada pela Portaria nº 044, de 08 de janeiro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 08 de janeiro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

Portarias

PORTARIA Nº 045, DE 13 DE JANEIRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Tatieli Biazotto, matrícula 407439/01, no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Turismo e Eventos, nível CC – 1, conforme o anexo IV – D da Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 08 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 13 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Tatieli Biazotto

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício, senhor Wilson Luiz Farias, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sr.ª. Tatieli Biazotto, matrícula nº 407439/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Turismo e Eventos, nomeada pela Portaria nº 045, de 13 de janeiro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 13 de janeiro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

Portarias

PORTARIA Nº 046, DE 17 DE JANEIRO DE 2014

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor,

resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de fevereiro a 31 de maio de 2014, conforme atestado médico, à servidora Monaise Fatima Crivelatti, matrícula nº 0332054/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor nível 372, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014

Capinzal, SC, em 17 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 047, DE 18 DE JANEIRO DE 2014

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 122/2014, ao servidor Ozair Pedro da Silva, matrícula nº 317306/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de setembro de 1999 a 31 de agosto de 2004, pelo período de 18 de janeiro a 17 de abril de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de janeiro de 2014.

Capinzal - SC, em 18 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 048, DE 21 DE JANEIRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Janderson Seganfredo, matrícula 407438/01, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Saúde, nível CC – 3, conforme a Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 21 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 21 de janeiro de 2014.

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Janderson Seganfredo

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício, Sr. Wilson Luiz Farias, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Janderson Seganfredo, matrícula nº 407438/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Saúde, nomeado pela Portaria nº 048, de 21 de janeiro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 21 de janeiro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

Portarias

PORTARIA Nº 049, DE 21 DE JANEIRO DE 2014

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Imóvel composta por:

I – Daiane Giriolli, inscrita no CPF sob o nº 053.858.109-32 e no CRECI sob o nº 21947;

II – Diego Leal Bof, inscrito no CPF sob o nº 031.207.109-40, e no CRECI sob o nº 092.381-5;

III - Sergio Luiz Riquetti, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614;

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação de parte do imóvel com área de 530,73m², situado no lado par da rua Alexandre Thomazzoni, nesta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, sob a matrícula nº 7.783, Livro nº 2 – AE, fls. 236, de propriedade de Hachmann S/A Indústria e Comércio, fazendo parte de uma área de 855m².

Art. 3º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 21 de janeiro de 2014.

Capinzal, em 21 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças interino

Portarias

PORTARIA Nº 050, DE 22 DE JANEIRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, por motivo de seu óbito, conforme Certidão de Óbito nº 104935 01 55 2014 4 00009 075 0002991 67, o servidor inativo pelo FAPA, Domingos Ferreira de Lima, matrícula nº 308420/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de janeiro de 2014

Capinzal – SC, em 22 de janeiro de 2014
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 051, DE 29 DE JANEIRO DE 2014
Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 29 de janeiro de 2014, a servidora Marcia Leão Bernardoni, matrícula nº 314420/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer somente atividades extra classe e que não envolvam esforços físicos de média intensidade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 29 de janeiro de 2014.
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 052, DE 29 DE JANEIRO DE 2014
Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 29 de janeiro de 2014, a servidora Elisangela Frizzo, matrícula nº 309168/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deverá exercer atividades extra - classe no período vespertino.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2014.

Capinzal – SC, em 29 de janeiro de 2014.
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portarias

PORTARIA Nº 053, DE 29 DE JANEIRO DE 2014
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de fevereiro a 31 de maio de 2014, conforme atestado médico, à servidora Carmem Maletzke Markus, matrícula nº 327131/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2014

Capinzal, SC, em 29 de janeiro de 2014.
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA
Secretário da Administração e Finanças, interino

SIMAE**Portaria N º 09/2014/SIMAE-Cao**

PORTARIA N º 009/2014/SIMAE-CAO, de 26 de março de 2014.
Concede licença prêmio à Servidor que que especifica .

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor Vanderlei Ribeiro da Silva, ocupante do Cargo de Vigia, padrão 02.11 nível 02, ref. B, referente período aquisitivo de 17.08.2008 a 16.08.2013, com gozo nos meses de maio e junho de 2014, e conversão de um terço do período em espécie no mês de abril de 2014.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Catanduvas**PREFEITURA****Decreto Nº 1.971, de 25 de Março de 2014**

DECRETO Nº 1.971, de 25 de março de 2014.

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2014"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do processo seletivo lançado pelo Edital nº001/2014, destinado à contratação por necessidade temporária e de excepcional interesse público, para preenchimento de vagas que surgirem durante o ano de 2014, conforme anexo único.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 25 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Secretário de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

ANEXO ÚNICO

Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Edital de Processo Seletivo 01/2014 - Resultado Final

Agente Comunitário de Saúde

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000275	GLAUCIA TAMARA LUZIA CARVALHO	373. . -	6,25	6,25
2	0000299	LETICIA APARECIDA ANTUNES DA ROCHA	476. . -	6,00	6,00
3	0000163	FERNANDA DANIELA RODRIGUES DE OLIVEIRA P	425. . -	4,50	4,50
4	0000120	ADRIELE ALVES DIAS	979. . -	3,75	3,75
5	0000156	SONIA GIMENES RAMBA	148. . -	3,75	3,75
6	0000097	CLAUDETE BOTCHER DEBAS-TIANI	338. . -	3,00	3,00

Agente de Construção e Manutenção

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000311	CEZAIR TURCATTO	314. . -	5,50	8,20	6,58
2	0000229	JAIR FERNANDES	244. . -	6,50	0,00	3,90

Agente de Copa e Higienização 25h

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000287	GENI APARECIDA CASSIANO DE MORAIS	509. . -	5,75	9,60	7,29
2	0000430	SOLANGE ANDERSON	624. . -	5,75	9,50	7,25
3	0000438	JULIANA MEDEIROS	545. . -	7,25	7,20	7,23
4	0000332	VERA LUCIA DE LIMA	596. . -	6,00	8,80	7,12
5	0000259	ANGELA CRISTINA SALVATORI	681. . -	4,75	9,20	6,53
6	0000189	DIRLEI TITON	618. . -	4,50	9,40	6,46
7	0000140	ALESSANDRA FATIMA MONTANARI	694. . -	5,50	6,80	6,02
8	0000220	ALESSANDRA ALVES RIBEIRO	832. . -	5,75	6,00	5,85
9	0000091	LETÍCIA DOS SANTOS BANDEIRA	663. . -	5,00	6,40	5,56
10	0000387	ILOCI TEREZINHA DOS SANTOS	527. . -	4,00	7,40	5,36
11	0000353	CIRLENE APARECIDA SPAZZINI SCOTTI	832. . -	3,75	6,60	4,89
12	0000155	MARIA APARECIDA CORREIA	981. . -	3,50	6,60	4,74
13	0000121	ELIZANGELA CAMILA PAGOTO PEDROSO	348. . -	2,50	6,60	4,14
14	0000423	MARCIA ALMEIDA RIBEIRO DE FREITAS	636. . -	6,75	0,00	4,05
15	0000335	IVANIR APARECIDA DOS SANTOS	690. . -	2,25	6,00	3,75
16	0000336	CLAUDENIRA RIBEIRO	655. . -	1,00	5,00	2,60

Agente de Copa e Higienização 40h

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000247	JUCELIR APARECIDA BANDEIRA DO AMARAL	393. . -	6,50	9,20	7,58
2	0000382	SIMONE ANDERSON	812. . -	6,25	8,90	7,31
3	0000145	ROSE MERI APARECIDA DE OLIVEIRA	461. . -	6,50	8,20	7,18
4	0000383	DANIELA CAVALHEIRO SANTANA	940. . -	6,25	8,20	7,03
5	0000231	ALCIMERI MARIA CAVALHEIRO	497. . -	6,25	7,80	6,87
6	0000367	DIANA CARLA D AGHETTI	465. . -	6,25	7,60	6,79

7	0000093	SIMONE DE LOURDES CAVALHEIRO	439. . -	6,25	7,40	6,71
8	0000246	SHARLENE MARIA HAEFLIGER	748. . -	6,50	5,40	6,06
9	0000426	DAIANE LUVISON	101. . -	5,50	6,40	5,86
10	0000061	SUELLEN CAVALHEIRO	104. . -	3,00	8,60	5,24
11	0000364	NELVA MAULE	915. . -	2,50	9,00	5,10
12	0000087	MARISTELA DALMAGRO PINTO	281. . -	3,00	6,60	4,44
13	0000143	EVA SALETE ALVES	472. . -	3,50	5,40	4,26
14	0000051	MARLY MARMENTINI FAGUNDES	845. . -	2,25	6,80	4,07
15	0000211	VANDERL IAPARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS	223. . -	4,00	0,00	2,40
16	0000388	IDANIR MAIA	319. . -	0,75	0,00	0,45

Agente de Serviços Gerais

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000359	PAULO SERGIO SANTOS	817. . -	5,25	9,50	6,95
2	0000082	ZELINDA DO PRADO FREITAS	824. . -	5,00	9,60	6,84
3	0000260	MARIA AMABILE APARECIDA ALVES MORAIS	644. . -	4,50	9,20	6,38
4	0000347	OSMAR DOS SANTOS NUNES	297. . -	2,75	9,00	5,25
5	0000174	JOÃO LUIZ MAYER	385. . -	2,50	9,30	5,22
6	0000081	NADIR ALVES DE OLIVEIRA	366. . -	2,25	9,60	5,19
7	0000338	CLEUNICE FATIMA CAMILO	807. . -	3,00	8,40	5,16
8	0000065	MARLENE TEREZINHA CAVALHEIRO	753. . -	2,00	9,50	5,00
9	0000055	JOAO ZILTON DE LIMA	942. . -	0,75	8,60	3,89
10	0000007	ZENO BRUNO BASSO	675. . -	5,25	0,00	3,15
11	0000150	VALDIR ALVES DE OLIVEIRA	200. . -	2,50	0,00	1,50
12	0000054	VALMIR LUIZ BANDEIRA	832. . -	2,00	0,00	1,20
13	0000129	LURDES RIBEIRO	541. . -	1,50	0,00	0,90
14	0000149	TEREZA RICARDO	191. . -	0,50	0,00	0,30

Auxiliar Odontológico

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000105	LARISSA CRISTINA DRUN	813. . -	7,25	7,25
2	0000036	GIOVANI CAVA-LHEIRO	967. . -	6,75	6,75
3	0000392	JUCIRLEI SALETE BÓRIO	663. . -	6,50	6,50
4	0000289	ALINE RIBEIRO DE CAMARGO	444. . -	6,25	6,25
5	0000102	TATIANE DE FATIMA LEMES	634. . -	6,25	6,25
6	0000341	DIANA CATTANI	668. . -	6,00	6,00
7	0000381	JULIANE CERINO	929. . -	5,75	5,75
8	0000278	VANESSA ROBERTA VERONEZE	381. . -	5,25	5,25
9	0000362	DAIANA CRISTINA MOREIRA	632. . -	5,00	5,00
10	0000251	RAFAELA ABATTI	894. . -	5,00	5,00
11	0000215	MARIANA CHINATO BAZZI	935. . -	4,75	4,75

Assistente Social

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000441	ALESSANDRA BEGNINI	828. . -	7,50	7,50
2	0000139	TEREZINHA MELÂNIA SOUZA DA LUZ SANTIN	665. . -	7,25	7,25
3	0000035	DAIANA BERTOTTI	526. . -	7,25	7,25
4	0000083	ADRIANE SIGNORI	345. . -	6,50	6,50
5	0000253	INDIANARA SILVIA LAZAROTTO	828. . -	6,00	6,00
6	0000166	TATIANE DA COSTA	600. . -	5,50	5,50
7	0000442	CLAUDIA ELIZANGELA SANTOS VIEIRA	278. . -	5,00	5,00
8	0000014	SAMANTHA PEDROSKI	684. . -	5,00	5,00
9	0000198	JOZEANE HILGERT	105. . -	5,00	5,00
10	0000185	VERONICA ALVES DE CARVALHO FERREIRA	211. . -	3,75	3,75
11	0000022	INDIAMARA FRANCISCON	815. . -	3,25	3,25

Cuidador Infantil

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PT	NF
1	0000032	GIOVANA APARECIDA ALVES DA SILVA	288. . -	5,00	10,00	6,50
2	0000072	IVANDRA SALETE ALVES DA SILVA	226. . -	4,25	10,00	5,98
3	0000267	LUCIANA APARECIDA RUSALEN	388. . -	3,75	10,00	5,63
4	0000153	JAQUELINE DEMARTINI	749. . -	7,50	0,00	5,25

5	0000328	THAIANA MOREIRA NORA	898. . -	7,50	0,00	5,25
6	0000005	JOCIMARA DE SOUZA PADILHA	822. . -	7,25	0,00	5,08
7	0000029	DANIELLE BRESSANELLI	353. . -	7,00	0,00	4,90
8	0000301	ELIANE BORGES	186. . -	6,75	0,00	4,73
9	0000033	PATRICIA DE CÁSSIA REIS-CHARDT	101. . -	6,75	0,00	4,73
10	0000175	CLAUDETE APARECIDA DE LIMA FERREIRA	824. . -	2,25	10,00	4,58
11	0000089	TATIANE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO DE FREI	823. . -	6,50	0,00	4,55
12	0000182	ROSILEI CAMPOS	745. . -	6,50	0,00	4,55
13	0000309	SILIMARA DOS SANTOS	663. . -	6,50	0,00	4,55
14	0000168	ROSANI APARECIDA CAVALHEIRO BALBINOT	151. . -	6,50	0,00	4,55
15	0000320	JANE LUCINA ETGES	587. . -	6,25	0,00	4,38
16	0000004	ROSELAINÉ ALICE CASIANO	100. . -	6,25	0,00	4,38
17	0000167	BRUNA DOSCIATTI VELHO	414. . -	6,25	0,00	4,38
18	0000238	DANIELA RAMOS	857. . -	6,25	0,00	4,38
19	0000321	GIZELE ALVES DA SILVA	512. . -	6,00	0,00	4,20
20	0000350	EDIANE DE OLIVEIRA	729. . -	6,00	0,00	4,20
21	0000242	HELENA APARECIDA CONCEIÇÃO	579. . -	6,00	0,00	4,20
22	0000207	VANUSA CZELUSNICKI PEGORARO	728. . -	6,00	0,00	4,20
23	0000434	ULIANA BOARETO SCAPINI	782. . -	6,00	0,00	4,20
24	0000277	MINEIA SANDRA VERONEZE	800. . -	6,00	0,00	4,20
25	0000201	ELAINE RIBEIRO DE CAMARGO	741. . -	5,75	0,00	4,03
26	0000237	GABRIELA ABATTI	894. . -	5,75	0,00	4,03
27	0000298	ELIANE DOS SANTOS JOSE MARIA	695. . -	5,75	0,00	4,03
28	0000285	ADRIANA MARIA DOS SANTOS	542. . -	5,75	0,00	4,03

29	0000025	TAINARA-GOMES DO PRADO	101. . -	5,75	0,00	4,03
30	0000090	ELIANE MORAIS DE SOUZA	356. . -	5,75	0,00	4,03
31	0000414	MICHAEL MAURILIO OBETZ	857. . -	5,75	0,00	4,03
32	0000428	BARBARA CRISTIANE DEMARTINI BALBINOTTO	502. . -	5,75	0,00	4,03
33	0000281	ANA PAULA DOS SANTOS	854. . -	5,50	0,00	3,85
34	0000206	JANCARLA MOLIN	101. . -	5,50	0,00	3,85
35	0000124	DIANA ESTHER LEITE DALLA COSTA	385. . -	5,50	0,00	3,85
36	0000017	JULIANA TEREZINHA CATSCHOR	631. . -	5,50	0,00	3,85
37	0000407	RAFAELA FAGUNDES	692. . -	5,25	0,00	3,68

38	0000371	SERLY CORDEIRO DE SOUZA	723. . -	5,25	0,00	3,68
39	0000254	TATIANE FERNANDES DANIELLI	415. . -	5,25	0,00	3,68
40	0000076	JESSICA MARIA LAVORATI	100. . -	5,25	0,00	3,68
41	0000116	SUZANA NEIS	861. . -	5,25	0,00	3,68
42	0000119	JESSICA BAGGIO	759. . -	5,25	0,00	3,68
43	0000107	MARIA EDUARDA MENEGHINI	767. . -	5,25	0,00	3,68
44	0000158	MARILEIA BARBOSA	508. . -	5,25	0,00	3,68
45	0000440	CRISTIANE CLOSS	616. . -	5,25	0,00	3,68
46	0000356	IVANILCE CABRAL CASCAES	204. . -	5,25	0,00	3,68
47	0000041	LUCIANA MOREIRA	756. . -	5,00	0,00	3,50
48	0000173	JESSICA DA ROSA LEMES	103. . -	5,00	0,00	3,50
49	0000377	CAROLINA RODRIGUES DE CAMARGO	893. . -	5,00	0,00	3,50
50	0000378	ARIADNE TARCILA DA ROSA	100. . -	5,00	0,00	3,50
51	0000330	ANA CHILEISEN DE LUCA	596. . -	5,00	0,00	3,50
52	0000026	ELIZANDRA GORCZICZAK	498. . -	4,75	0,00	3,33
53	0000376	ANGELINA JAIRE ZUCCHI GRAUER	785. . -	4,75	0,00	3,33

54	0000088	FRANCIELLE DALMAGRO DE SOUZA	894. . -	4,75	0,00	3,33
55	0000106	FABIANA ALMEIDA BAIROS	895. . -	4,75	0,00	3,33
56	0000099	NANCI LEON DE AGUERO PICCOLI	545. . -	4,50	0,00	3,15
57	0000396	EGILSE BITTENCOURT	812. . -	4,50	0,00	3,15
58	0000397	ALINE FERNANDES DE OLIVEIRA	665. . -	4,50	0,00	3,15
59	0000050	MARILEI MARIA MIOTTO	289. . -	4,50	0,00	3,15
60	0000401	MORGANA DE OLIVEIRA RIBEIRO	726. . -	4,50	0,00	3,15
61	0000272	JUCIMARA DIAS DA SILVA	103. . -	4,50	0,00	3,15
62	0000176	LUIZA MARIA-QUE DEITOS	707. . -	4,50	0,00	3,15
63	0000028	NOELI D AVILA MENDES	755. . -	4,50	0,00	3,15
64	0000044	GISELE LOPES DE LIMA	743. . -	4,25	0,00	2,98
65	0000015	DEVILIN SOARES	984. . -	4,25	0,00	2,98
66	0000070	IANA KELLI MENDES RODRIGUES KRAUSE	845. . -	4,25	0,00	2,98
67	0000038	ANA CRISTINA ZATERA DA COSTA	797. . -	4,25	0,00	2,98
68	0000161	WEDNA FELIX PAIVA	250. . -	4,00	0,00	2,80
69	0000307	LUCIANE APARECIDA SIQUEIRA MOCELIN	373. . -	4,00	0,00	2,80
70	0000134	EDNA DOS SANTOS	788. . -	4,00	0,00	2,80
71	0000344	SILVANA MAIA DE MORAES	867. . -	4,00	0,00	2,80
72	0000205	ELIANE KARVASKI	593. . -	4,00	0,00	2,80
73	0000218	PATRICIA CARDOZO DA SILVA CHAVES	678. . -	3,75	0,00	2,63
74	0000418	ALESANDRA MARIA DA COSTA ZAMBILO	302. . -	3,75	0,00	2,63
75	0000058	FERNANDA PEDROSO	894. . -	3,75	0,00	2,63
76	0000273	STÉFANI DA SILVA FARIAS	901. . -	3,75	0,00	2,63
77	0000384	BRUNA MEDEIROS DOS SANTOS	102. . -	3,75	0,00	2,63
78	0000256	DANIELA APARECIDA SALVATORI	100. . -	3,50	0,00	2,45

79	0000349	ILIANE APA- RECIDA DE OLIVEIRA	634. . -	3,25	0,00	2,28
80	0000066	MAURA CRISTINA MO- REIRA	536. . -	3,25	0,00	2,28
81	0000368	TERESINHA PAGANINI	942. . -	3,00	0,00	2,10
82	0000346	ANDREIA RODRIGUES	621. . -	3,00	0,00	2,10
83	0000427	EMANUELA CARLA MA- ZIERO	690. . -	2,50	0,00	1,75
84	0000389	CLARICE D AVILA	105. . -	2,25	0,00	1,58
85	0000415	NATACHA ALVIERO	512. . -	2,25	0,00	1,58
86	0000314	EDUARDA CARINE ZUC- CHETTI DOS SANTOS	104. . -	2,25	0,00	1,58
87	0000305	DELICI DE FATIMA DOS SANTOS PEREIRA	464. . -	1,75	0,00	1,23

Enfermeiro

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000196	TAILANA BAZZO	516. . -	7,50	7,50
2	0000394	JÉSSICA APARECI- DA BOFF	811. . -	7,00	7,00
3	0000400	LUCIANA MENDES RAPOZO	723. . -	6,75	6,75
4	0000159	TIAGO DAL BERTO	660. . -	6,00	6,00
5	0000250	LUANA LOPES DUARTE	749. . -	5,75	5,75
6	0000306	JESSICA MAR- TINS DE JESUS NISSOLA	728. . -	5,75	5,75
7	0000406	ALINE CORREA DE JESUS	692. . -	5,50	5,50
8	0000286	ANA PAULA RAMOS	278. . -	5,25	5,25
9	0000192	FRANCIELE MAN- TOVANI	841. . -	5,00	5,00
10	0000234	NÁDIA RUBIA HEYLMANN SEL- BACH	284. . -	5,00	5,00
11	0000433	ELICIANI APARE- CIDA KADES	183. . -	4,75	4,75
12	0000020	ALEXANDRA SCHERWINSKI PADILHA	358. . -	4,75	4,75
13	0000413	RITA DE CASSIA OLIVEIRA FRAN- CESCHINA	745. . -	4,50	4,50
14	0000226	EMÍLIA TERESA TRENTO BORTO- LINI	615. . -	3,75	3,75
15	0000132	ELIZANGELA FARIAS FILIPP	396. . -	3,00	3,00

Farmacêutico

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000142	SHEILA FERRI	853. . -	7,25	7,25
2	0000366	IARA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA	602. . -	6,50	6,50
3	0000270	LAÍS ZANCANARO	590. . -	6,25	6,25
4	0000249	JANAINA SEGAN- FREDO	431. . -	5,25	5,25

Fisioterapeuta

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000265	VIVIANNE LEITE	151. . -	7,25	7,25
2	0000323	REGIS OLIVEIRA BARETTA JUN- QUEIRA DE CARV	659. . -	6,50	6,50
3	0000324	EMANUELLI CORÁ	540. . -	6,25	6,25
4	0000348	KAROLYNE MO- TERLE	623. . -	6,00	6,00
5	0000052	MARCIA CARINA GIRARDI HERMES	238. . -	5,75	5,75
6	0000370	JULIANA MARCON- DES GIUMBELLI	526. . -	5,50	5,50
7	0000264	CRISTIANE ALINE MULLER	668. . -	5,00	5,00
8	0000193	FRANCIELE ROSSI ANTONIOLLI	646. . -	4,75	4,75
9	0000112	MARILIA SCHLI- CHTING	656. . -	4,50	4,50

Médico ESF

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000291	CAROLINE BIA- ZZOLO	546. . -	7,50	7,50
2	0000160	AMANDA DOS SANTOS	537. . -	7,00	7,00
3	0000419	VINÍCIUS ADEL- CHI CACHOEIRA	708. . -	6,25	6,25

Médico Ginecologista

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000141	JORGE UMSKI MARTELLI	364. . -	7,75	7,75
Médico Hospital					
CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000001	CARLOS ALBERTO BARBIERI	638. . -	8,00	8,00

Motorista de Ambulância

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000057	JACOB GUIMARAES JUNIOR	816. . -	6,25	8,80	7,27
2	0000422	ALDINHO DE MARTINI	612. . -	5,50	9,00	6,90

Motorista de Caminhão Basculante

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000329	DILVIO BEG- NINI FILHO	562. . -	6,00	8,40	6,96
2	0000303	ROBSON DOS SANTOS	893. . -	5,50	8,80	6,82
3	0000023	MAYKON- BASSO	380. . -	4,25	9,50	6,35
4	0000310	DIEGO RODRIGUES GALVÃO	666. . -	3,25	8,20	5,23
5	0000393	JACIR RO- BERTO DE MORAES	208. . -	3,75	7,30	5,17
6	0000342	ROVILIO FORTUNA	230. . -	3,50	7,20	4,98
7	0000074	GERCINDO MOREIRA	296. . -	3,25	7,00	4,75
8	0000011	LEODIR ANTONIO MASS	289. . -	2,75	7,20	4,53
9	0000190	RENATO LUIZ CAS- TELLI	711. . -	6,25	0,00	3,75
10	0000236	LUIZ FELIPE DA LUZ	889. . -	4,50	2,40	3,66

Motorista de Ônibus

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000073	MARCELO BANDEIRA	395. . -	4,50	9,20	6,38
2	0000269	EDSON DA SILVA	109. . -	5,25	8,00	6,35
3	0000391	CLAUDIO LOVATTO	266. . -	5,50	7,60	6,34
4	0000186	PAULO CESAR PAZ	789. . -	3,50	7,20	4,98

Operador de Máquinas Pesadas Moto Niveladora

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000010	MANDERLEI BASSO	812. . -	7,00	7,80	7,32
2	0000402	MAURICIO FILIPP	353. . -	4,25	3,40	3,91
3	0000034	ROBERTO LUCIO CAS- SIANO	568. . -	4,25	2,00	3,35

Operador de Máquinas Pesadas Trator de Esteira

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PP	NF
1	0000133	ANTONIO ALVES DA ROSA	423. . -	3,00	10,00	5,80
2	0000012	ALPIO RI- BEIRO	347. . -	2,50	9,60	5,34
3	0000385	VALDIR GIARDINI	468. . -	0,50	9,00	3,90
4	0000436	EDMAR LUIZ BORGARO	853. . -	4,50	2,80	3,82
5	0000031	ANORELINO MACIEL	220. . -	0,25	6,40	2,71

Professor de Artes

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000147	MARILENE APARECIDA DE OLIVEIRA	409. . -	6,75	6,75
2	0000429	LUCIANE HACK	725. . -	6,25	6,25
3	0000086	MARLI MONTEIRO DE FREITAS	660. . -	4,50	4,50

Professor de Educação Física

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000067	CLEITON JUNIOR BRANCO DE CA- MARGO	702. . -	7,25	7,25
2	0000078	CINTYA LAIS GOMES	483. . -	7,00	7,00
3	0000266	FABIANE APARECI- DA PEROTTO	320. . -	7,00	7,00
4	0000179	RAFAEL MUNA- RETTO	870. . -	7,00	7,00
5	0000420	MARCOS ANTÔNIO MAGRO	569. . -	6,75	6,75
6	0000223	REJANE BEGNINI	391. . -	6,25	6,25
7	0000125	GILCEMAR DALMA- GRO DE QUADROS	779. . -	6,25	6,25
8	0000180	SUZANA MIOTTO MUNARETTO	511. . -	5,50	5,50
9	0000244	JOHNATAN CAR- DOSO DA SILVA	800. . -	5,50	5,50
10	0000425	EBERTON ROVER	767. . -	5,25	5,25
11	0000290	ANGELA MARIA BROLLO BEGNINBI	458. . -	5,25	5,25
12	0000331	FERNANDA BRAN- CO DE CAMARGO	403. . -	5,25	5,25
13	0000315	DIOGO LASTA	824. . -	5,00	5,00
14	0000019	FERNANDA GRO- TTO	737. . -	5,00	5,00
15	0000152	HELENA MARIA CHINATO	416. . -	4,50	4,50
16	0000241	BRUNA MAGNA- BOSCO	661. . -	4,50	4,50
17	0000232	SUÉLI MANFÉ	635. . -	4,25	4,25
18	0000243	LUIZ HENRIQUE MENDES DA SILVA	707. . -	3,75	3,75
19	0000037	ANA PAULA SAN- TOS CERINO	829. . -	3,75	3,75
20	0000111	SAVANI MULLER SARTORI	217. . -	2,75	2,75

Professor de Educação Infantil

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PT	NF
1	0000064	VANUSA FOCHESATTO ZIMERMANN	933. . -	8,00	5,00	7,10
2	0000235	TATIANA MATIAS BIT- TENCOURT MENEGAT	196. . -	7,00	5,00	6,40
3	0000375	SHERLON CRISTINA DE BASTIANI	785. . -	7,75	3,00	6,33

4	0000059	TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO	814. . -	6,50	5,00	6,05
5	0000276	DANIA CECILIA DAROLD	339. . -	6,50	5,00	6,05
6	0000024	MARILU SALETE GABRIELLI ZAMPIERON	800. . -	6,50	5,00	6,05
7	0000318	TANIA MARIA NUNES DE AVILA	897. . -	6,50	5,00	6,05
8	0000194	VANESSA BRANCO DE CAMARGO DO VALE	504. . -	6,25	5,00	5,88
9	0000369	ADRIANA PAULA LOUZADA	743. . -	7,00	3,00	5,80
10	0000351	ELIZABET PARISOTTO BORIN	499. . -	6,00	5,00	5,70
11	0000228	DANIÉLA AMALCABURIO VARISA	390. . -	6,00	5,00	5,70
12	0000257	CLEUNICE APARECIDA GERVASIO	239. . -	6,00	5,00	5,70
13	0000092	ADRIANA CORREIA DE MELO	618. . -	5,75	5,00	5,53
14	0000170	ELIANE MARIA DE SA	234. . -	5,75	5,00	5,53
15	0000333	MARILIA PAGANINI	329. . -	5,75	5,00	5,53
16	0000325	MÔNICA SIMIONE GABRIELLI BRESSANELLI	498. . -	5,75	5,00	5,53
17	0000268	ANA PAULA LONGHINI	935. . -	6,50	3,00	5,45
18	0000138	ROSELI GARCIA DA ROSA THOMAZ DE VARGAS	330. . -	6,50	3,00	5,45
19	0000327	DALCIRA ARTIFON LAUBER	832. . -	5,50	5,00	5,35
20	0000417	LOURDES MARIA MAURO RAMOS	295. . -	5,25	5,00	5,18
21	0000412	SUÉLEN TONIELO	714. . -	5,25	5,00	5,18
22	0000056	TAIANE GOMES DE ALMEIDA	585. . -	5,00	5,00	5,00
23	0000352	JUSSARA ALVES DA SILVA	211. . -	5,00	5,00	5,00
24	0000123	PATRICIA DOS SANTOS PICININI	418. . -	5,75	3,00	4,93
25	0000337	FERNANDA MARTELLO HERMES	718. . -	5,75	3,00	4,93

26	0000214	VALÉRIA APARECIDA DE OLIVEIRA MAROLI	645. . -	5,75	3,00	4,93
27	0000085	MARCIA TEREZINHA FERREIRA FAGUNDES	245. . -	5,75	3,00	4,93
28	0000216	TEREZINHA ADELAIDE CHINATO BAZZ	845. . -	5,75	3,00	4,93
29	0000208	JENNIFER APARECIDA AMALCABURIO	746. . -	5,75	3,00	4,93
30	0000334	ELY TEREZINHA MARGANBOSCO MOTERLE	593. . -	4,75	5,00	4,83
31	0000154	LEONILCE ALVES PRADO	985. . -	5,50	3,00	4,75
32	0000071	FABIANA VIEIRA DOS SANTOS	441. . -	5,50	3,00	4,75
33	0000009	ALINE CRISTIANI LEITE	385. . -	4,50	5,00	4,65
34	0000128	JUDITE APARECIDA DE CARLI GIARDINI	216. . -	4,50	5,00	4,65
35	0000202	LIRA HECKLER	437. . -	5,25	3,00	4,58
36	0000302	CLEUCI DE PAULA	779. . -	4,25	5,00	4,48
37	0000280	DEBORA MARINA DOS SANTOS	758. . -	5,00	3,00	4,40
38	0000263	ANAÍ TAVARES CARDOZO	349. . -	5,00	3,00	4,40
39	0000297	GISLAINE APARECIDA GUINDANI	832. . -	6,00	0,00	4,20
40	0000108	FRANCIELY AMARO FERREIRA	933. . -	6,00	0,00	4,20
41	0000137	LIAMARATONIELO	737. . -	6,00	0,00	4,20
42	0000390	ROSANGELA APARECIDA DE LIMA PAGANINI	390. . -	6,00	0,00	4,20
43	0000006	SIMONE PAVIANI	479. . -	5,75	0,00	4,03
44	0000295	NÁYADA ZUCCHETTI BONGIOVANI	786. . -	5,50	0,00	3,85
45	0000431	LUANA APARECIDA FILIPINI	796. . -	5,50	0,00	3,85
46	0000410	ANA CARLA DE ALMEIDA PORTH	936. . -	5,50	0,00	3,85
47	0000077	ELIANE APARECIDA CARDOSO	663. . -	4,00	3,00	3,70

48	0000252	MARIZELE MUNIZ	919. . -	5,25	0,00	3,68
49	0000363	MAIARA CRISTINA TISATTO	778. . -	5,25	0,00	3,68
50	0000068	TATIANA KEILA MENDES RODRIGUES KRAUSE	845. . -	5,25	0,00	3,68
51	0000126	CAMILA GALVAN	750. . -	3,75	3,00	3,53
52	0000255	ELIANE SALETE DE LIMA	174. . -	5,00	0,00	3,50
53	0000245	KAROLINE LOPES SACHET	327. . -	3,50	3,00	3,35
54	0000187	JULIANA RODRIGUES	494. . -	4,75	0,00	3,33
55	0000048	ADILES APARECIDA RODRIGUES	915. . -	4,50	0,00	3,15
56	0000294	ANGELA RODRIGUES PUTTON	774. . -	4,25	0,00	2,98
57	0000046	ADRIANA IONA APARECIDA CORDEIRO	238. . -	3,00	0,00	2,10

Professor de Língua Estrangeira – Inglês

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000122	VANICE DORÉ BISSANI	690. . -	6,75	6,75
2	0000217	ROSANGELA HACKBART	320. . -	6,25	6,25
3	0000374	ZENILDE APARECIDA DA SILVA	597. . -	6,00	6,00
4	0000016	NATALIA MARIA FIRMINO BIANCON	473. . -	5,50	5,50
5	0000109	IONE SANTOS DA SILVA	159. . -	5,25	5,25

Professor de Séries Iniciais do Ensino Fundamental

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	PT	NF
1	0000151	MARIA HELENA MACEDO KNEBEL	933. . -	7,50	5,00	6,75
2	0000308	ANA PAULA FERNANDES	231. . -	7,25	5,00	6,58
3	0000008	ALESSANDRA FISCHER	286. . -	6,75	5,00	6,23
4	0000002	CLAUZIA ADRIANA DE VARGAS BROLL	949. . -	6,50	5,00	6,05
5	0000271	SOILI GROSS FELIPPE	983. . -	6,50	5,00	6,05
6	0000224	LENIR TEREZINHA BEGNINI	260. . -	6,25	5,00	5,88
7	0000040	ALEXANDRA VIEIRA DOS SANTOS	325. . -	6,25	5,00	5,88

8	0000060	CAMILA BISINELLA	418. . -	6,00	5,00	5,70
9	0000053	MARGARETE PETTER DUTRA	240. . -	6,00	5,00	5,70
10	0000063	MARTA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA	371. . -	6,00	5,00	5,70
11	0000316	CARLA REGINA DAS NEVES MENEZES GAT	378. . -	6,75	3,00	5,63
12	0000169	VARNEI BARCARO	933. . -	5,75	5,00	5,53
13	0000184	ELIS REGINA BERNARDI TIZATTO	597. . -	5,75	5,00	5,53
14	0000135	VALDEMIR BOGONI	356. . -	5,50	5,00	5,35
15	0000100	ELIANE HE-TKOWSKI	942. . -	5,25	5,00	5,18
16	0000181	ROSANE EVA BUCCO	790. . -	5,25	5,00	5,18
17	0000279	ALINE NERIS DA CRUZ	432. . -	5,75	3,00	4,93
18	0000069	DILVETE LUVISON TONIELLO	789. . -	4,75	5,00	4,83
19	0000118	DANIELA GARBIN	226. . -	4,25	5,00	4,48
20	0000340	LUCIANA DEPINÉ	295. . -	6,25	0,00	4,38
21	0000188	JULIANE BRESSANELLI	231. . -	6,00	0,00	4,20
22	0000439	SOELI TEREZINHA BEBER DALACOSTA	981. . -	5,75	0,00	4,03
23	0000162	JUÇARA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	201. . -	4,00	0,00	2,80
24	0000395	VANUSA LIM-BEGER	720. . -	4,00	0,00	2,80

Psicólogo

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000013	CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA	493. . -	8,35	8,35
2	0000084	ANA CRISTINA FINGER CAMPOS	473. . -	8,00	8,00
3	0000204	PATRÍCIA BEHREND	571. . -	8,00	8,00
4	0000225	ERICA TOMAZI RIBEIRO	504. . -	7,75	7,75
5	0000098	JÉSSICA CESCO	808. . -	7,50	7,50
6	0000274	KAUANA MEDEIROS SCHLICK BUSS	955. . -	7,25	7,25
7	0000171	MARCELO RAZERA	990. . -	7,25	7,25
8	0000398	FRANSSOIZE ALVES DE CARVALHO	538. . -	6,75	6,75
9	0000146	VERÔNICA ARRUDA WOLFF	714. . -	6,50	6,50

10	0000103	JULIANA CARLA GOTARDO AMA- RAL	242. . -	6,50	6,50
11	0000437	CAROLINE BEN- DER	605. . -	6,25	6,25
12	0000345	DELINA MACAN	574. . -	6,25	6,25
13	0000373	FRANCIELE DRES- CH SPIER BUTZEN	213. . -	5,75	5,75
14	0000435	KARINE KUREK	257. . -	5,50	5,50
15	0000313	ELIANE ZAM- BIASSI	515. . -	5,25	5,25
16	0000248	DAIANA ROMAN MOREIRA LEITE	524. . -	5,00	5,00
17	0000062	MARLI DA SILVA	495. . -	5,00	5,00

Técnico de Enfermagem

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000172	GEONARA PAULA SECCO	528. . -	5,75	5,75
2	0000379	MAYARA RIBEIRO	360. . -	5,75	5,75

Vigia

CLASS	INSC	NOME	CPF	PE	NF
1	0000282	VANDERSON BAN- DEIRA	439. . -	5,75	5,75
2	0000262	WILMAR RODRI- GUES VIEIRA	487. . -	2,25	2,25

CLASS = Classificação

INSC = Número de Inscrição

PE = Prova Escrita

PT = Prova de Títulos

PP = Prova Prática

NF = Nota Final

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0030/2014 - Pregão Nº 0023/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2014

PREGÃO Nº 0023/2014

Objeto: Aquisição de medicamentos, materiais, insumos e equipamentos hospitalares para a produção de atendimento hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Abertura das Propostas: 09h00min, do dia 09 de abril de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 25 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvras – SC, 25 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Adendo ao Edital de Processo Licitatório Nº 0023/2014 - Pregão Nº 0017/2014

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2014

EDITAL DE PREGÃO Nº 0017/2014

A Prefeita do Município de Catanduvras, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando as orientações do INMETRO com relação a precauções ao adquirir equipamentos de ginástica ao ar livre.

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as alterações das disposições que constam do edital de Pregão nº 0017/2014, conforme segue:

Fica acrescido ao item 6.4.1, da HABILITAÇÃO, do edital de Pregão nº 0017/2014, as seguintes alíneas:

d) Apresentar laudo biomecânico e ergonomia dos equipamentos assinados por técnico profissional de educação física atestando a ergonomia e biomecânica dos equipamentos;

e) Apresentar catálogo com fotos ilustrativas e desenho técnico que comprove fornecimento dos equipamentos que estão sendo licitados;

f) Declaração que todos equipamentos são desenvolvidos para instalação em ambientes externos, resistentes a ações climáticas;

g) Apresentar atestado(s) ou certidão(ões), no mínimo duas, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior compatível com o objeto licitado de forma satisfatória;

h) Apresentar atestado de registro da empresa participante e do seu Engenheiro Mecânico junto ao CREA, para todos os itens do objeto e comprovar que o responsável técnico tenha vínculo com a empresa;

i) Apresentar documentos que comprovem certificação de acreditação do INMETRO em nome do participante, das amostras de materiais utilizados, para todos os itens;

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvras - SC, 25 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 138 de 25.03.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 138/2014

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública DANIELY APARECIDA ESSER, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Divisão, Compras, Contratos e Licitação, na Secretaria Municipal da Fazenda, pelo período de 26.03.14 a 24.05.14.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 25 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Extrato do Edital do Processo Licitatório Nº 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 04 de abril de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é A presente licitação tem por objeto à aquisição de calçário a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Decreto 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 010 /2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso III da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2014, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, na fonte 317 – Superávit Financeiro – Contribuição para o Custeio dos serviços de Iluminação Pública, crédito adicional suplementar de R\$ 10.267,70 (dez mil duzentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), na seguinte dotação:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 – Divisão de Obras
15 – Urbanismo
13 – Urbanismo
451 – Infra Estrutura Urbana
317 – Superávit Financeiro – Contrib para Custeio serviços Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas
2044 – Manutenção Ampliação Serviços Iluminação Publica
R\$ 10.267,70

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Decreto 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 011/2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso III da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2014, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, na fonte 110 – Superávit Financeiro – Receita de Impostos Transferência de Impostos, crédito adicional suplementar de R\$ 12.847,86 (doze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos), na seguinte dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Secretaria da Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
09 – Saúde para Todos
301 – Atenção Básica
318 – Superávit Financeiro – Receita de Impostos Transferência de Impostos

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas
2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 12.847,86

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº012/2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso III da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2014, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, na fonte 111 – Superávit Financeiro – Transferências de Convênios - Saúde, credito adicional suplementar de R\$ 22.381,42 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos), na seguinte dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Secretaria da Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
09 – Saúde para Todos
301 – Atenção Básica
111 – Superávit Financeiro – Transferências de Convênios - Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas
1005 – Construção, Reforma e Ampliação R\$ 22.381,42

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 013/2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso III da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2014, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, na

fonte 112 – Superávit Financeiro – Vigilância em Saúde, credito adicional suplementar de R\$ 4.805,53 (quatro mil oitocentos e cinco reais e cinquenta e três centavos), na seguinte dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Secretaria da Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
09 – Saúde para Todos
305 – Vigilância Epidemiológica
112 – Superávit Financeiro – Vigilância em Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas
2025 – Manutenção/Pessoal Sistema Vigilância Epidemiológica ..
R\$ 4.805,53

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 014/2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso III da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2014, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, na fonte 127 –Superávit Financeiro – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, credito adicional suplementar de R\$ 43.568,39 (quarenta e três mil quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos), na seguinte dotação:

09 – Secretaria do Desenvolvimento Social
01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
10 – Desenvolvimento Social
244 – Assistência Comunitária
127 – Superávit Financeiro – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas
2029 – Manutenção dos Programas e Ações do CRAS R\$ 43.568,39

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 139 de 25.03.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 139/2014

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no Artigo 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Maternidade a Servidora Pública LUANA FRANZ DE OLIVEIREA, ocupante do Cargo de Professora-ACT, 20 horas Nível II, na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 25.03.2014 a 22.07.14.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 25 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Edital do Processo Licitatório Nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 07 de abril de 2014, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é aquisição de peças a serem fornecidas pela Proponente vencedora e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos), para conserto do veículo Microônibus Placa MJH 4889, de uso da Secretaria de Educação Cultura e Esporte, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****Aviso Pregão Presencial Nº 21/Pmcs/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 33/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 21/PMCS/2014, que objetiva a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de segurança, medicina e higiene do trabalho. A abertura do Pregão será as 09:00 horas do dia 08 de abril de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 25 de março de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 01 ao Edital de Tomada de Preço Nº 3/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 3/2014 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é contratação de empresa especializada para realização de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constantes no Anexo "D" do Edital, foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma:

Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, dos interessados não cadastrados até a data de 16/04/2014, às 16h00min.

Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados cadastrados até as 16h00min do dia 22/04/2014.

O Envelope 02 – Proposta de Preços dos interessados cadastrados e não cadastrados, até a data de 22/04/2014 às 16h00min.

A abertura dos envelopes se dará às 08h30min do dia 23/04/2014. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 24 de Março de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 8/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 8/2014- PMC

Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros para preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 11/04/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 11/04/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min,

ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 25 de março de 2014.

SAMIRA ABU E HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 14/2014

PORTARIA Nº 14, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER – Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 1º a 30 de abril de 2014, referente ao Período Aquisitivo de 3 de maio de 2013 a 2 de maio de 2014.

Concórdia, 12 de março de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

Resolução 390/2014

Estabelece normas para realização de homenagens a entidades pelo Poder Legislativo Municipal de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para realização de homenagens a entidades pelo Poder Legislativo Municipal de Concórdia na forma desta Resolução.

Art. 2º As homenagens a entidades serão realizadas no grande expediente das Reuniões Ordinárias da Câmara e deverão ser em comemoração a decênio, não podendo ser em período inferior.

Art. 3º O número de homenagens a entidades será limitado a 10 (dez), sendo que a decisão para realização das mesmas se dará por consenso dos Vereadores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo vigorará de abril até dezembro de 2014.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de março de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

Mauro Mendes

Vice-Presidente

Arlan Guliani

1º Secretário

Resolução 391/2014

RESOLUÇÃO Nº 391, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Constitui comissão para recebimento e análise das solicitações de credenciamento de empresas de rádio e de jornal para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para recebimento e análise das solicitações de credenciamento de empresas de rádio e de jornal para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 2º Nomear os servidores Neuri Comin, Zenite T. Michelon Farina e Edila Gracieli Souza, para comporem a comissão.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º A Comissão deverá analisar a documentação apresentada pelos interessados de acordo com o que dispõe o Edital de Credenciamento nº 1/2014, a Lei Federal nº 8.666/93 e legislação pertinente à matéria.

Parágrafo único. Julgada regular a documentação, a Comissão providenciará a elaboração e assinatura do Contrato de Credenciamento.

Art. 4º A Comissão terá amplo poderes para resolver os casos omissos no Edital de Credenciamento nº 1/2014.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 17 de março de 2014.

Rogério Luciano Pacheco
Presidente

Arlan Guliani
1º Secretário

Extrato de Contrato Nº 3

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 03/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: ATI – COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviço de posto móvel e vídeo monitoramento das sessões da Câmara, locação de equipamentos e operador dos sistema.

VALOR TOTAL: R\$ 4.500,00 (seis mil reais)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903959

DATA ASSINATURA: 05.03.2014

DATA VENCIMENTO: 31.05.2014

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Coronel Freitas**PREFEITURA****Pregão Presencial R.P. 03/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P. Nº 03/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelope: até as 09:00 h do dia 09/04/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 09/04/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 26 de Março de 2014

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preço Nº 02/2014

Objeto: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios e materiais de higiene e limpeza

Validade: 12 meses

Empresas com preços registrados:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR	VL.UNIT.	CLASSIFIC.
01	96 (PC)	AÇÚCAR CRISTAL PACT. 5 KG	Absolute Distribuidora Ltda	8,48	1º
02	20 (LT)	ÁGUA SANITÁRIA 2 LT	Supermercado Mais	3,47	1º
03	1000 (UN)	ÁLCOOL 90% 1 LT	SCS Comércio Ltda	6,98	1º
04	200 (UN)	ÁLCOOL GEL 480 ML	SCS Comércio Ltda	4,46	1º
05	60 (UN)	AMACIANTE DE ROUPAS 5 LT	SCS Comércio Ltda	9,79	1º
06	80 (UN)	CAFÉ SOLÚVEL 200 GR	Absolute Distribuidora Ltda	8,90	1º
07	600 (UN)	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 180 ML PACT. COM 100 UN	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	2,98	1º
08	450 (UN)	DESINFETANTE 2 LT	SCS Comércio Ltda	3,63	1º
09	80 (UN)	DESODORIZANTE DE AMBIENTES 360 ML	SCS Comércio Ltda	7,50	1º
10	250 (UN)	DETERGENTE 5 LT	SCS Comércio Ltda	10,05	1º
11	380 (UN)	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	Supermercado Mais	1,13	1º
12	250 (UN)	ESPONJA DE LÃ DE AÇO	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	1,54	1º

13	500 (UN)	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE PACT. COM 3 UN	Supermercado Mais	1,96	1º
14	30 (UN)	FÓSFORO PACT. COM 10 CX DE 40 PALITOS	Supermercado Mais	1,90	1º
15	60 (UN)	GUARDANAPOS PACT. COM 50 UN	Supermercado Mais	1,20	1º
16	30 (UN)	LENÇO DE PAPEL CX COM 28 PACT. COM 10 LENÇOS CADA PACT.	SCS Comércio Ltda	27,90	1º
17	80 (UN)	LIMPA PISO LIMPEZA PESADA 2 LT	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	5,79	1º
18	50 (UN)	LIMPA VIDROS REFIL 500 ML	Supermercado Mais	3,84	1º
19	50 (UN)	LIMPADOR DE USO GERAL 500 ML	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	3,17	1º
20	50 (PR)	LUVA DE BORRACHA TAM. G	Supermercado Mais	4,55	1º
21	50 (PR)	LUVA DE BORRACHA TAM. M	Supermercado Mais	4,55	1º
22	10 (UN)	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIUSO 100 ML	Supermercado Mais	3,73	1º
23	220 (UN)	PANO DE CHÃO GRANDE	Absoluto Distribuidora Ltda	4,08	1º
24	80 (UN)	PANO DE PRATO	Absoluto Distribuidora Ltda	3,28	1º
25	50 (UN)	PANO PARA TIRAR PÓ EM FLANELA LARG. 0,60 CM	Nutri Sc Com. de Alimentos	2,54	1º
26	90 (FD)	PAPEL HIGIÊNICO - FARDOS C/ 16 PACT. C/ 4 ROLOS DE 60 MT BRANCO	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	29,88	1º
27	900 (PT)	PAPEL TOALHA BCO C/ 1000	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	9,95	1º
28	40 (UN)	PILHA G	Absoluto Distribuidora Ltda	5,21	1º
29	40 (UN)	PILHA M	Absoluto Distribuidora Ltda	4,60	1º
30	60 (UN)	PILHA P	Absoluto Distribuidora Ltda	4,12	1º
31	150 (UN)	PILHA PALITO	Absoluto Distribuidora Ltda	3,79	1º
32	60 (UN)	PROTETOR SOLAR FP 30 200 ML	Supermercado Mais	27,00	1º
33	4 (UN)	RASTEL DE FERRO TAM M	Supermercado Mais	18,99	1º
34	8 (UN)	RODO DE FERRO	Supermercado Mais	53,38	1º
35	90 (UN)	SABÃO EM BARRA 400 GR	Supermercado Mais	2,86	1º
36	470 (UN)	SABÃO EM PÓ 1 KG	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	4,45	1º
37	500 (UN)	SABONETE LÍQUIDO 450 ML	Supermercado Mais	7,46	1º
38	300 (UN)	SACO P/ LIXO 50 LITROS PACTE C/ 50 UN	Nutri Sc Com. de Alimentos	7,49	1º
39	500 (UN)	SACO DE LIXO 100 LT ROLO C/ 25 UN	Nutri Sc Com. de Alimentos	7,18	1º
40	1500 (UN)	SACO DE LIXO 15 LT PACTE C/ 20 UN	Nutri Sc Com. de Alimentos	6,66	1º

41	450 (UN)	SACO P/ LIXO ROLO 30 LT C/ 50 UN	Nutri Sc Com. de Alimentos	7,05	1º
42	130 (UN)	SAPÓLIO EM PÓ 300 GR	Supermercado Mais	3,64	1º
43	130 (UN)	SAPÓLIO LÍQUIDO C/ CLORO 300 ML	Supermercado Mais	4,50	1º
44	18 (UN)	TOALHA BRANCA GRANDE	Absoluto Distribuidora Ltda	5,95	1º
45	30 (UN)	TOALHA DE ROSTO MACIA	Absoluto Distribuidora Ltda	4,79	1º
46	4 (UN)	VARAL DE ROUPAS PORTÁTIL TAM G	Supermercado Mais	44,80	1º
47	10 (UN)	VASSOURA C/ CABO TIPO ESCOVA	SCS Comércio Ltda	10,80	1º
48	50 (UN)	VASSOURA PALHA	AP Oeste Dist. de Alim. Ltda	13,00	1º
49	35 (UN)	VASSOURA DE NYLON C/ CABO	Nutri Sc Com. de Alimentos	5,45	1º

Coronel Freitas (SC), 26 de Março de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato de Rateio Nº 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: licitacao@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 016/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546 - Estreito - Florianópolis/SC.

Objeto: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Corupá ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 1891/09.

Valor do Contrato: R\$ R\$ 4.860,00 (Quatro mil e Oitocentos e Sessenta reais)

Data da Assinatura: 24/03/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria N º 2892/14

PORTARIA N º 2892/14
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR CLAUDIO AUGUSTO ARAUJO SILVINO PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor Sr. CLAUDIO AUGUSTO ARAUJO SILVINO, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa, portador da CNH Registro nº 00658161926, categoria AE, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 25 de março de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 17/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014
REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação e Cultura e a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, com o valor total de R\$ 968,15 (Novecentos e sessenta e oito e quinze centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO DO MICROÔNIBUS, PLACA MKW 6146, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA UTILIZADO NO TRASPORTE ESCOLAR, CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 24, INCISO XVII, E DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTE EDITAL.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 24 de março de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 24 de março de 2014.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 24 de março de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Editais de Pregão Presencial Nº 46/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a Aquisição e instalação de câmeras e demais materiais para vigilância eletrônica da Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, Museu Antônio Granemann de Souza, CEI Bernardo Berneck e Paço Municipal, conforme anexo I deste Edital e Planta com localização dos equipamentos e materiais.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/04/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****Aditivo de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 045/2013.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Betha Sistemas Ltda

Objeto: Licenciamento de sistemas de gestão pública municipal,
Origem: Pregão 042-2013 - PMDC Valor R\$ 107.507,76
vigência 01/04/2014 à 31/03/2015.

Dionísio Cerqueira 25/01/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 013/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Licenciamento de sistemas de gestão pública municipal,
Origem: Pregão 042-2013 - PMDC Valor R\$ 5.057,64
Vigência 01/04/2014 à 31/03/2015.

Dionísio Cerqueira 25/01/2014

João Stahl

Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 009/2013.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Licenciamento de sistemas de gestão pública municipal,
Origem: Pregão 042-2013 - PMDC Valor R\$ 5.057,64
Vigência 01/04/2014 à 31/03/2015.

Dionísio Cerqueira 25/01/2014

Juliana Debona

Gestora do HMDC

Aviso de Licitações.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 044/2014. Objeto: Aquisição de veículo para o gabinete do Prefeito Municipal Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 08/04/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 25/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 019/2014. Objeto: Aquisição de acessórios para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 08/04/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 25/03/2014.
Gestor do FMS
João Stahl.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 045/2014. Objeto: Contratação de Casa Abrigo para Abrigamento de idosos do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 09/04/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 25/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando a lei 11.947 e o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009, convoca Agricultores e Empreendedores Rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação - durante o período de 27 de Março à 02 de Abril de 2014, com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar.

ÍTEM	UN	QTD
Alface	PÉ	2.000
Cenoura	KG	500
Beterraba	KG	600
Repolho	KG	800
Batata doce	KG	700
Mandioca	KG	1,500
Tempero verde 250 gr	MAÇO	1.000
Coxa e sobrecoxa de frango	KG	6.000
Maracujá in natura	KG	300
Feijão Preto	KG	300
Fubá	KG	300
Arroz Colonial	KG	1000

Dionísio Cerqueira, 25 de Março de 2014.
ALTAIR RITTES
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 046/2014. Objeto: Contratação de Empresa para realização de cursos de música, informática, Assessoramento e apoio técnico e operacional sobre o Sistema Único de Assistência Social e Controle Social. .Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 09/04/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 25/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Resultado de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Dispensa de Licitação nº 047/2014, Objeto: Aquisição de passagens, hospedagens e alimentação para despesas de estadia para formadora do módulo de avaliação do programa esporte e lazer na cidade núcleo do bairro três fronteiras. município de Dionísio Cerqueira SC., Vencedores: Restaurante Sabor e Arte Valor R\$ 40,00 - Kreutz e Filhos Ltda. Valor R\$ 210,00 - Unesul de Transportes Ltda Valor R\$ 181,03.

Dionísio Cerqueira 25/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Decreto 010/2014

DECRETO Nº 010, de 20 de janeiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 36.127,36.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 36.127,36 (trinta e seis mil cento e vinte e sete reais e trinta e seis centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3610000	PNATE	1.258,52
TOTAL		1.258,52
05.001.12.306.0050.2010	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.306.0050.2010	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.306.0050.2010	MANUTENÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3600000	PNAE	3.362,56
TOTAL		3.362,56
03.001.04.122.0015.2003	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3540000	CONV. TRÂNSITO MILITAR	603,51
3550000	CONV. TRÂNSITO CIVIL	9.930,38
3560000	CONV. TRÂNSITO PREFEITURA	1.650,69
TOTAL		12.184,58
04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO SERVIÇOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3170000	COSIP	170,19
TOTAL		170,19
03.001.04.122.0015.2003	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINARIOS	1.450,42
TOTAL		1.450,42
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3010000	RECURSOS DE IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	1.589,29
TOTAL		1.589,29
06.002.08.244.0140.2022	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3635600	BOLSA FAMILIA	3.287,84
3245400	TRANSF CONV UNIÃO	9.823,96
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3635600	BOLSA FAMILIA	3.000,00
TOTAL		16.111,80
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		36.127,36

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro R\$ 36.127,36

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 20 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

Decreto 011/2014

DECRETO nº 011, de 23 de Janeiro de 2014.

Designa membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mandato 01/2014 a 01/2016.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica Municipal, e combinando com a Lei nº 545, de 12 de Dezembro de 2003;

DECRETA

Art. 1º - Ficam designados os membros abaixo relacionados para o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o mandato 23/01/2014 à 22/01/2016:

I – Representantes da Secretaria da Educação:

Titular: Giane Cristina Giacomozzi Claudino dos Santos
Suplente: Norton Gabriel Fernandes

II – Representantes do Departamento da Agricultura e EPAGRI:

Titular: Alicio Giacomozzi
Suplente: José Marcos Claudino dos Santos

III – Representantes da Secretaria de Obras Estradas e Serviços Urbanos:

Titular: Dirceu Koslowski
Suplente: Mario Schipietz

IV – Representantes da Secretaria da Saúde e Assistência Social:

Titular: Patricia Pessatto da Silva
Suplente: José Carlos Rosa Filho

V – Representantes do Funcionalismo Municipal:

Titular: Tassiana Ouriques Becker
Suplente: Cristiane Tonolli Tomelim

VI – Representantes das Associações de Pais e Professores Municipais:

Titular: Juranice Ap. Buzzi Rode
Suplente: Mathilde Judith Doemer Bocchi

VII – Representantes da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Doutor Pedrinho:

Titular: Marlene O. Bagio
Suplente: Givanildo Bernardes

VIII – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Pedrinho:

Titular: Mansueto Galkowski
Suplente: Marlene Nones

IX – Representantes da Comunidade Católica de Doutor Pedrinho:

Titular: Ilse Maria Girardi
Suplente: Antonio Nereu Girardi

X – Representantes da Comunidade da Assembléia de Deus de Doutor Pedrinho:

Titular: Elias Ossemer
Suplente: Germano Ossemer

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de janeiro de 2014;
26º ano de Fundação; 24º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 23 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Decreto 012/2014

DECRETO Nº 012, de 23 de janeiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 251.004,57.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 251.004,57 (duzentos e cinquenta e um mil quatro reais e cinquenta e sete centavos), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

04.001.15.451.0020.1016	SEC. DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	SEC. DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS	
04.001.15.451.0020.1016	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS	
183000		251.004,57
TOTAL		251.004,57
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		251.004,57

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação R\$ 251.004,57

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de janeiro de 2014;
26º ano de Fundação; 24º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 23 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Decreto 013/2014

DECRETO no 13, de 23 de Janeiro de 2014.

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014, para os Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e fundado no art. 3º da Lei nº 759, de 11 de Maio de 2010, na Lei Federal nº 9.093, de 12/09/1995, alterada pela Lei Federal nº 9.335, de 10/12/1996, na Lei Complementar Municipal nº 50, de 16/10/2006 (Estatuto dos servidores), e nas Leis Complementares nº 31 e 32, de 06/04/2004 (Planos de Carreira dos servidores); e

CONSIDERANDO-SE que as Repartições Públicas Estaduais observarão o calendário de feriados e pontos facultativos de que trata Decreto Estadual nº 1.958, de 07/01/2014;

CONSIDERANDO-SE que as Repartições Públicas Federais observarão o calendário de feriados e pontos facultativos decorrentes da Portaria nº 2, de 03/01/2014, expedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

CONSIDERANDO-SE a necessidade de ampla divulgação do calendário de funcionamento dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Doutor Pedrinho, principalmente junto aos usuários da Rede Municipal de Ensino e do Sistema Único de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos do período compreendido entre os dias 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014, para os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I – 1º de janeiro, quarta, Confraternização Universal (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

II – 03 e 04 de março, segunda e terça-feira de Carnaval (ponto facultativo);

III – 18 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

IV – 21 de abril, segunda-feira de Páscoa (feriado municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

V - 21 de abril, segunda-feira, Tiradentes (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

VI – 1º de maio, quinta-feira, Dia do Trabalho (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

VII – 01 de junho, domingo, Dia de Fundação do Município (feriado municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

VIII -19 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (feriado municipal – Lei Municipal nº 759, de 11/05/2010);

IX – 20 de junho, sexta-feira (ponto facultativo);

X - 07 de setembro, domingo, Independência do Brasil (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

XI – 12 de outubro, domingo, Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil (feriado nacional – Lei Federal nº 6.802, de 30/06/1980);

XII – 02 de novembro, domingo, Finados (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

XIII - 15 de novembro, sábado, Proclamação da República (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

XIV - 25 de dezembro, quinta-feira, Natal (feriado nacional – Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002).

Art. 2º - Fica declarado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais os dias:

I – 03 e 04 de março, segunda e terça-feira de Carnaval;

II – 20 de junho, sexta-feira que sucede o Feriado Municipal de Corpus Christi;

§ 1º - Excetuam-se ao disposto neste artigo às atividades consideradas essenciais do Município.

§ 2º - Entendem-se como atividades essenciais do Município, aquelas relacionadas à irrigação de ruas, atendimento nas creches e as emergências ocorridas com a saúde pública.

Art. 3º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas nos artigos anteriores, será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço, sobre-aviso ou plantão.

Parágrafo Único - Aos funcionários que desempenharem função durante os dias de ponto facultativo ou feriado, será acrescido o adicional de hora extraordinária, conforme determina a Lei.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de Janeiro de 2014.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de Janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

Decreto 014/2014

DECRETO nº 014 de 31 de janeiro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Airlton Benedet Borba CPF nº 898.548.109-68, contendo uma área de 1.020,15m² (um mil,

vinete metros e quinze decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano, com área escriturada de 1.020,15m² (um mil, vinte metros e quinze decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Aparecida, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pela mesma 554,04m até a esquina que esta faz com lado ímpar da Rua da Glória, Salto Donner, cidade de Doutor Pedrinho – SC, devidamente registrado sob matrícula nº 6.297, livro nº 2 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados dois lotes abaixo descrito e não restando área remanescente.

I - Lote nº01: Terreno urbano, com uma área de 477,38m² (quatrocentos e setenta e sete metros e trinta e oito decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Aparecida, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pela mesma 554,04m até a esquina que esta faz com lado ímpar da Rua da Glória, Salto Donner, cidade de Doutor Pedrinho – SC. Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue em direção ao lado direito em linha sinuosa com ângulo interno de 98º49'49" e distancia de 15.00m confrontando com o lado par da Rua Aparecida até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 77º29'17" em linha reta de 27.92m confrontando com terras do lote Nº2 á desmembrar de Arilton Benedet Borba (Matricula nº 6.297, Livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 131º46'19" em linha reta de 19.00m confrontando com terras de Reginaldo Knecht (Matricula nº 2.565, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 49º7'7" em linha reta de 37.90m confrontando com área remanescente de Arilton Benedet Borba (Matricula nº 2.324, Livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto PP inicio desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

II - Lote nº02: Terreno urbano, com uma área de 542,77m² (quinhentos e quarenta e dois metros e setenta e sete decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Aparecida, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pela mesma 569.04m até a esquina que esta faz com lado ímpar da Rua da Glória, Salto Donner, cidade de Doutor Pedrinho – SC. Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue em direção ao lado direito em linha sinuosa com ângulo interno de 102º30'43" e distancia de 27,00m confrontando com o lado par da Rua Aparecida até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 119º33'13" em linha reta de 8.43m confrontando com terras de Reginaldo Knecht (Matricula nº 2.565, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 87º7'51" em linha reta de 43.00m confrontando com terras de Reginaldo Knecht (Matricula nº 2.565, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 48º13'41" em linha reta de 27.92m confrontando com terras do lote Nº1 á desmembrar de Arilton Benedet Borba (Matricula nº 6.297, Livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto PP inicio desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de janeiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 31 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

Decreto 015/2014

DECRETO nº 015, de 31 de Janeiro de 2014.

Altera em caráter permanente a carga horária de professores da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990; e com fundamento nos artigos 6º e 7º da Lei Complementar nº 31, de 06/04/2004, e

Considerando-se que ainda existem servidores efetivos com carga horária diferente da estabelecida no Anexo I da Lei Complementar nº 31/2004, e que vem dependendo de aumento de carga horária a cada ano letivo, como verificado nos últimos cinco anos;

Considerando-se a necessidade de adequação do quadro de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, para verificação da necessidade ou não de abertura de Concurso Público;

Considerando-se que há professores com carga horária de vinte horas semanais que manifestam interesse na ampliação de carga horária, suprimindo necessidades da Administração para atendimento da demanda da rede municipal de ensino;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada em caráter permanente a carga horária das servidoras abaixo identificadas, autorizando-se o aumento proporcional de remuneração, como segue:

Nome	Emprego Público	Carga Horária Semanal	
		De	Para
Mônica Koglin Poeta	Professor	20	40
Izabel Cristina Saldanha Packer	Professor	20	40
Matilde Judith Doemer Bocchi	Professor	20	40
Marli Lewin Schurt	Professor	20	40

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de Janeiro de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de Janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Decreto 016/2014

DECRETO nº 016 de 10 de fevereiro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Marisia Judite Rozza CPF nº 056.598.818-23; Marcos Tercilio Rozza CPF nº 400.205.259-15 e Magali Elvira Rozza Diogo CPF nº 506.191.019-20, contendo uma área de 6.586,52m² (seis mil quinhentos e oitenta e seis metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano, com área escriturada de 6.586,52m² (seis mil, quinhentos e oitenta e seis metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante pelo lado direito 212,93m seguindo pela mesma até a esquina com a Rua Santa Catarina, lado ímpar localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 5.784, livro nº 2, com as seguintes confrontações: FRENTE com o lado ímpar da Rua Blumenau; FUNDOS com a margem esquerda do Ribeirão Piave; LADO DIREITO com terras de Jair Carlos Stulzer (Matrícula nº 6.600, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) e LADO ESQUERDO com terras de Leopoldo Rozza (Matrícula: nº 6.231, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC)

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados oito lotes abaixo descrito e não restando área remanescente.

I - Lote nº01: Terreno urbano, com uma área de 756,83m² (setecentos e cinquenta e seis metros e oitenta e tres decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 212,93m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 91°44'13" e distancia de 43,87m confrontando com terras de Jair Carlos Stulzer (Matrícula nº 6.600, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 80°12'12" em linha sinuosa e distancia de 17,26m, confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 97°16'3" em linha reta de 43,37m confrontando com terras do lote Nº2 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matrícula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 85°19'25" em linha sinuosa de 15,00m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 253,82m² (duzentos e cinquenta e tres metros e oitenta e dois decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

II - Lote nº02: Terreno urbano, com uma área 737,54m² (setecentos e trinta e sete metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 227,93m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 94°40'35" e distancia de 43,37m confrontando com terras do lote Nº1 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matrícula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 82°43'57" em linha sinuosa e distancia de 17,26m, confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 94°31'0" em linha reta de 43,56m confrontando com terras do lote Nº3 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matrícula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 84°0'55" em linha sinuosa de 15,00m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 253,44m² (duzentos e cinquenta e tres metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

III - Lote nº03: Terreno urbano, com uma área 735,47m² (setecentos e trinta e cinco metros e quarenta e sete decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 242,93m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 96°18'4" e distancia de 43,56m confrontando com terras do lote Nº2 L (Matrícula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 85°29'0" em linha sinuosa e distancia de 17,26m, confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 91°38'23" em linha reta de 44,85m confrontando com terras do lote Nº4 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matrícula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 82°40'39" em linha sinuosa de 15,00m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 253,23m² (duzentos e cinquenta e tres metros e vinte e três decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

IV - Lote nº04: Terreno urbano, com uma área 751,56m² (setecentos e cinquenta e um metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 257,93m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade

de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de $97^{\circ}19'21''$ e distancia de 44.85m confrontando com terras do lote N°3 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $88^{\circ}21'37''$ em linha sinuosa e distancia de 17.26m, confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $88^{\circ}46'16''$ em linha reta de 45.46m confrontando com terras do lote N°5 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $85^{\circ}32'46''$ em linha sinuosa de 15.00m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 253,27m² (duzentos e cinquenta e tres metros e vinte e sete decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

V - Lote nº05: Terreno urbano, com uma área de 778,77m² (setecentos e setenta e oito metros e setenta e sete quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 272.93m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de $94^{\circ}27'14''$ e distancia de 45.46m confrontando com terras do lote N°4 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $91^{\circ}13'44''$ em linha sinuosa e distancia de 17.26m, confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $85^{\circ}53'47''$ em linha reta de 50.44m confrontando com terras do lote N°6 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $78^{\circ}16'27''$ em linha sinuosa de 15.00m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 253,27m² (duzentos e cinquenta e tres metros e vinte e sete decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

VI - Lote nº06: Terreno urbano, com uma área de 1.150,61m² (um mil, cento e cinquenta metros e sessenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 287.93m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de $101^{\circ}43'33''$ e distancia de 50.44m confrontando com terras do lote N°5 á desmembrar de

Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza E Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $94^{\circ}7'31''$ em linha sinuosa e distancia de 22.53m, confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $96^{\circ}58'35''$ em linha reta de 52.49m confrontando com terras do lote N°7 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $80^{\circ}11'43''$ em linha sinuosa de 20.52m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 329,17m² (trezentos e vinte e nove metros e dezessete decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

VII - Lote nº07: Terreno urbano, com uma área de 823,42m² (oitocentos e vinte e tres metros e quarenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 308.45m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de $99^{\circ}48'17''$ e distancia de 52.49m confrontando com terras do lote N°6 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $82^{\circ}51'32''$ em linha sinuosa e distancia de 16.48m, confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $95^{\circ}20'40''$ em linha reta de 53.58m confrontando com terras do lote N°8 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $78^{\circ}52'36''$ em linha sinuosa de 15.00m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 243,66m² (duzentos e quarenta e tres metros e sessenta e seis decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

VIII - Lote nº08: Terreno urbano, com uma área de 852,32m² (oitocentos e cinquenta e dois metros e trinta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do lote, segue 323.45m pelo lado ímpar da mesma até a esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de $101^{\circ}7'24''$ e distancia de 53.58m confrontando com terras do lote N°7 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.784, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de $83^{\circ}56'18''$ em linha sinuosa e distancia de 15.79m, confrontando com a margem

esquerda do Ribeirão Piave, até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 96°3'42" em linha reta de 55.00m confrontando com terras de Leopoldo Rozza (Matricula: nº 6.231, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 78°52'36" em linha sinuosa de 16.00m confrontando com lado ímpar da Rua Blumenau, até o ponto PP início desta descrição, sendo esta a Frente. Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura, ao longo da margem esquerda do Ribeirão Piave com 236,88m² (duzentos e trinta e seis metros e oitenta e oito decímetros quadrados), conforme Lei Complementar 52 de 18/12/2006 art. 37, (Plano Diretor do Município).

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 10 de fevereiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

Decreto 017/2014

DECRETO nº 017 de 10 de fevereiro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Marisia Judite Rozza CPF nº 056.598.818-23; Marcos Tercilio Rozza CPF nº 400.205.259-15 e Magali Elvira Rozza Diogo CPF nº 506.191.019-20, contendo uma área de 13.550,95m² (treze mil quinhentos e cinquenta metros e noventa e cinco decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano, com área escriturada de 13.550,95m² (treze mil, quinhentos e cinquenta metros e noventa e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Blumenau, distante pelo lado direito 236,06m seguindo pela mesma até a esquina com a Rua Santa Catarina, lado ímpar localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 5.783, livro nº 2, com as seguintes confrontações: FRENTE com o lado par da Rua Blumenau; FUNDOS com terras de Ofelia Baldo Claudino dos Santos (Matricula: nº 2.608, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC); LADO DIREITO com terras de Leopoldo Rozza (Matricula nº 2.151, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) e LADO ESQUERDO com terras de Prefeitura Municipal

de Doutor Pedrinho (Matricula nº 6.164, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC).

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados três lotes abaixo descrito e não restando área remanescente.

I - Lote nº01: Terreno urbano, com uma área de 4.092,45m² (quatro mil, noventa e dois metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do lote, segue 236,06m seguindo pela mesma até a esquina com a Rua Santa Catarina, lado ímpar localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue em direção ao lado direito em linha sinuosa com ângulo interno de 64°21'39" e distancia de 40,00m confrontando com lado par da Rua Blumenau, até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo à direita com ângulo interno de 123°41'53" em linha reta e distancia de 139.03m, confrontando com lote Nº2 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.783, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 72°46'26" em linha reta de 22.12m confrontando com terras de Ofelia Baldo Claudino dos Santos (Matricula: nº 2.608, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 113°13'55" em linha reta de 150.35m confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho (Matricula nº 6.164, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto PP início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

II - Lote nº02: Terreno urbano, com uma área de 6.775,48m² (seis mil, setecentos e setenta e cinco metros e quarenta e oito decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do lote, segue 276.06m seguindo pela mesma até a esquina com a Rua Santa Catarina, lado ímpar localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue em direção ao lado direito em linha sinuosa com ângulo interno de 56°18'7" e distancia de 79,91m confrontando com lado par da Rua Blumenau, até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 124°37'13" em linha reta e distancia de 105.53m, confrontando com lote Nº3 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.783, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 84°38'58" em linha reta de 39.87m confrontando com terras de Ofelia Baldo Claudino dos Santos (Matricula: nº 2.608, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 107°13'34" em linha reta de 139.03m confrontando com lote Nº1 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.783, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto PP início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

III - Lote nº03: Terreno urbano, com uma área de 2.683,02m² (dois mil, seiscentos e oitenta e três metros e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Blumenau, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do lote, segue 355,97m seguindo pela mesma até a esquina com a Rua Santa Catarina, lado ímpar localidade de Ribeirão Piave, cidade de Doutor Pedrinho – SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue em direção ao lado direito

em linha sinuosa com ângulo interno de 55°22'47" e distancia de 40,00m confrontando com lado par da Rua Blumenau, até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 117°48'37" em linha reta e distancia de 89,87m, confrontando com terras de Leopoldo Rozza (Matricula nº 2.151, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 92°9'34" em linha reta de 21.76m confrontando com terras de Ofelia Baldo Claudino dos Santos (Matricula: nº 2.608, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 95°21'2" em linha reta de 105.53m confrontando com lote Nº2 á desmembrar de Marisia Judite Rozza, Marcos Tercilio Rozza e Magali Elvira Rozza Diogo (Matricula nº 5.783, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto PP inicio desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 10 de fevereiro de 2014.
EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

Decreto 018/2014

DECRETO nº 018, de 10 de Fevereiro de 2014.

Estabelece a forma de lançamento e os vencimentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e da Taxa de Coleta de Lixo, relativos ao ano fiscal de 2014, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, incisos II, V e XXII, combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e com fundamento nos artigos 242 a 246 e 370 a 375 da Lei Complementar nº 17, de 20 de Dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1o - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e a Taxa de Coleta de Lixo, no ano fiscal de 2014, serão lançados, com valores expressos em Reais com opção de pagamento em parcela única ou em quatro parcelas mensais.

§ 1º - O vencimento dos tributos, parcelados na forma deste artigo, ocorrerá de acordo com o seguinte calendário:

Nº PARCELA	VENCIMENTO
1a Parcela	25/04/2014
2a Parcela	25/05/2014
3a Parcela	25/06/2014
4a Parcela	25/07/2014

§ 2º - Ao contribuinte será facultado optar pelo pagamento integral dos tributos em parcela única, com ou sem desconto, como segue:

I - Pagamento em Parcela Única, com vencimento em 25 de abril de 2014, mediante desconto de 15% (quinze por cento) do montante devido, já calculado no carnê;

II - Pagamento em Parcela Única sem desconto, com vencimento em 25 de maio de 2014, já calculado no carnê.

§ 3º - A impugnação do lançamento deverá ser interposta no prazo, até o vencimento da primeira parcela.

§ 4º - A improcedência da impugnação do lançamento importará na cobrança da multa, juros e demais acréscimos financeiros desde a data do vencimento do tributo.

Art. 2o – Na forma do art. 248 do Código Tributário Municipal, são isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I – O imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos, Federais, Estaduais ou Municipais, relativamente às partes cedidas e enquanto ocupadas pelos citados serviços;

II – A propriedade imóvel unifamiliar única do sujeito passivo, quando e enquanto por ele ocupada como moradia, com renda mensal familiar inferior a 02 (dois) salários mínimos, desde que a área edificada não ultrapasse a 60 (sessenta) metros quadrados.

III - Os aposentados e pensionistas que, percebam mensalmente quantia não superior a um salário mínimo e que possuam apenas uma propriedade, quando e enquanto por ele ocupada como moradia.

§ 1º - O requerimento para isenção deve ser apresentado anualmente pelo sujeito passivo junto ao setor tributário do Município até o dia 15 ou primeiro dia útil do mês do vencimento da primeira parcela do imposto, devidamente instruído com os elementos comprobatórios de seu direito, e serão decididas pelo(a) Secretário Municipal de Administração e Finanças, e sua cassação se dará uma vez verificado não mais existirem os pressupostos que autorizam sua concessão.

§ 2º - As isenções concedidas no ano fiscal poderão ser revistas de ofício no caso de alteração da situação do contribuinte que o exclua do direito ao benefício.

Art. 3o - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de Fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, 10 de fevereiro de 2014.
EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

Decreto 019/2014

DECRETO Nº 019, de 11 de fevereiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.400,83.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 8.400,83 (oito mil quatrocentos reais e oitenta e três centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

03.001.04.122.0015.2003	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINARIOS	2.328,78
TOTAL		2.328,78
06.003.08.243.0140.2023	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.243.0140.2023	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
06.003.08.243.0140.2023	MANUTENÇÃO FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINARIOS	1.592,89
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
3000000	RECURSOS ORDINARIOS	4.479,16
TOTAL		6.072,05
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		8.400,83

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro R\$ 8.400,83

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 11 de fevereiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Decreto 020/2014

DECRETO Nº 020, de 17 de fevereiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.819,20.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 20.819,20 (vinte mil oitocentos e dezenove reais e vinte centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

03.001.28.843.0015.0001	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	
329000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINARIOS	1.685,83
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
469000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINARIOS	19.133,37
TOTAL		20.819,20
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.819,20

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro R\$ 20.819,20

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 17 de fevereiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Decreto 021/2014

DECRETO Nº 021, de 21 de fevereiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1641300	NASF FEDERAL	16.000,00
TOTAL		16.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		16.000,00

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação R\$ 16.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 21 de fevereiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Decreto 022/2014

DECRETO nº 022 de 24 de fevereiro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Cleudir Marcarini CPF 042.934.299/, contendo uma área de 75.196,56m² (setenta e cinco mil, cento e noventa e seis metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano com área de 75.196,56m² (setenta e cinco mil cento e noventa e seis metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na esquina do lado impar da Rua Navegantes, e com o lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pela curva de transição em 9,36m até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC., sob matrícula nº 6.289, do livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados oito lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 626,43m² (seiscentos e vinte e seis metros e quarenta e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na esquina do lado impar da Rua Navegantes, com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto PP, em (2) dois segmentos, defletindo à direita num ângulo de 74°12'04" com a curva de transição em 9,36m, até o ponto P1, e deste segue em uma linha reta de 22,00m com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 90°36'6" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 05, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P17, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 89°31'24" em uma linha reta de 22,15m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P18, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 104°52'17" em uma linha reta de 19,17m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

II - Lote nº02 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 667,27m² (seiscentos e sessenta e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado impar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P18, e deste segue pelo lado impar da mesma em 19,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P18, seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°0'26" em linha reta de 25,00m, deste sendo; 22,15m, com o lote nº 01, até o ponto P17, e mais 2,85m, com o lote nº 05, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P16, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 108°30'23" em uma linha reta de 28,00m, sendo 7,80m, com o lote nº 05, até o ponto P14, e mais 20,20m, com o lote nº 03, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P15, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 72°48'38" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P19, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 107°26'23" em uma linha reta de 28,00m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P18, início desta descrição, sendo esta a Frente.

III - Lote nº03 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 23.169,76m² (vinte e três mil, cento e sessenta e nove metros e setenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado impar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P19, e deste ponto segue pelo lado impar da mesma em 47,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P19, em cinco segmentos; seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°33'37" em linha reta de 25,00m, com o lote nº 02, até o ponto P15, defletindo à esquerda num ângulo de 287°11'22" em uma linha reta de 20,20m, com o lote nº 02, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P14, defletindo à direita num ângulo de 71°30'32" em uma linha reta de 55,00m, sendo 14,18m, com o lote nº 05, até o ponto P13, e 20,67m, com o lote nº 06, até o ponto P12, e mais 20,15m, com o lote nº 07, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P11, defletindo à esquerda num ângulo de 270°19'47" em uma linha reta de 2,60m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P10, defletindo à direita num ângulo de 89°6'45" em uma linha reta de 279,43m, sendo

20,40m, com o lote nº 08, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P09, e mais 259,03m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P26, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 69,80m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P25, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 335,98m, com terras de Juran-dir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P24, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita em (5) cinco segmentos num ângulo de 109°17'58" em uma linha reta de 9,79m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P23, defletindo à direita num ângulo de 72°21'50" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 04, até o ponto P22, defletindo à esquerda num ângulo de 287°43'42" em uma linha reta de 20,00m, com o lote nº 04, até o ponto P21, defletindo à esquerda num ângulo de 252°32'9" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 04, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P20, deste segue defletindo à direita num ângulo de 107°22'20" em uma linha reta de 20,00m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P19, início desta descrição, sendo esta a Frente. Pelo fato desta área ser gravada com um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP – Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 4.944,60m2.

IV - Lote nº04 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 418,40m² (quatrocentos e dezoito metros e quarenta décimos quadrados), sem benfeitorias, situado no lado impar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P20, e deste ponto segue pelo lado impar da mesma em 67,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P20, seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°37'40" em linha reta de 22,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P21, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 107°27'51" em uma linha reta de 20,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P22, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 72°16'18" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P23, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 107°38'10" em uma linha reta de 20,00m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P20, início desta descrição, sendo esta a Frente. Pelo fato desta área ser gravada por um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP – Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 136,35m2.

V - Lote nº05 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 588,47m² (quinhentos e oitenta e oito metros e quarenta e sete décimos quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P2, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 22,00m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P2, com ângulo de 89°23'54" em linha reta de 19,45m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P3, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 06, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P13, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita em (3) três segmentos; num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 14,18m, com o lote nº 03, até o ponto P14, defletindo à direita num ângulo de 108°29'28" em uma linha reta de 7,80m, com o lote nº 02, até o ponto P16, defletindo à esquerda num ângulo de 251°29'37" em

uma linha reta de 2,85m, com o lote nº 02, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P17, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°28'36" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 01, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P2, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VI - Lote nº06 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 660,48m² (seiscentos e sessenta metros e quarenta e oito décimos quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P3, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 41,45m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P3, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,67m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P4, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P12, sendo este o Lado Direito; deste segue defletindo à direita num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 20,67m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P13, sendo este os Fundos; deste segue defletindo à direita num ângulo de 90°3'22" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 05, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P3, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VII - Lote nº07 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 639,73m² (seiscentos e trinta e nove metros e setenta e três décimos quadrados) sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P4, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 62,12m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P4, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,00m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P5, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m; sendo 29,40m, com o lote nº 08, até o ponto P10, e mais 2,60m, com o lote nº 03 ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P11, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 20,15m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P12, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°3'22" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 06, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P4, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VIII - Lote nº08 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 599,33m² (quinhentos e noventa e nove metros e trinta e três décimos quadrados) sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P5, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 82,12m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P5, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,40m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P6, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 29,47m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P9, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 89°6'45" em uma linha reta de 20,40m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P10, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°53'15" em uma linha reta de 29,40m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P5, início desta descrição, sendo

este o Lado Esquerdo.

IX - Área Remanescente Terreno urbano, com área de 47.826,69m² (quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis metros e sessenta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P6, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 102,52m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P6, em dois segmentos; num ângulo de 89°31'49" em linha reta de 7,23m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P7, defletindo à esquerda num ângulo de 270°00'00" em uma linha reta de 9,62m, com os fundos da Rua Clara Marcarini, até o ponto P8, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°26'34" em uma linha reta de 713,60m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.146), até o ponto P28, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 71°42'04" em uma linha reta de 113,00m, com terras de Americana Granitos do Brasil Ltda. (Matricula nº 2.713), até o ponto P27, sendo este os Fundos; defletindo à direita em quatro segmentos num ângulo de 107°28'38" em uma linha reta de 422,90m, com terras de Jurandir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P25, defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 69,80m, com o lote nº 03, até o ponto P26, defletindo à esquerda num ângulo de 270°00'00" em uma linha reta de 259,03m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P9, defletindo à direita num ângulo de 90°53'15" em uma linha reta de 29,47m, com o lote nº 08, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P06, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo. Pelo fato desta área ser gravada com um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP – Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 344,30m².

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 045 de 10 de setembro de 2013.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 24 de fevereiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

Decreto 023/2014

DECRETO nº 23 de 24 de fevereiro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Cleudir Marcarini CPF 042.934.299/, contendo uma área de 24.971,52m² (vinte e quatro mil novecentos e setenta e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provém terreno urbano, com área total de 24.971,52m² (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.118,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC., sob matrícula nº 6.288, do livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados quatro lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 435,86m² (quatrocentos e trinta e cinco metros e oitenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.118,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto PP, com ângulo de 109°25'24" em linha reta de 13,00m, com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P1, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 70°50'25" em uma linha reta de 35,58m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P10, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°43'03" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P9, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°01'09" em uma linha reta de 35,00m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.145), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

II - Lote nº02 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 443,03m² (quatrocentos e quarenta e três metros e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P1, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.131,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P1, em dois segmentos; com ângulo de 109°09'35" em linha reta de 2,67m, até o ponto P2, defletindo a direita num ângulo de 175°55'59" em linha reta de 10,33m, ambos com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P3, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 74°49'31" em uma linha reta de 35,39m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P11, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°47'57" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P10, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°16'57" em uma linha reta de 35,58m, com o lote nº 01, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P1, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

III - Lote nº03 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 439,39m² (quatrocentos e trinta e nove metros e trinta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.144,70m até a esquina que esta

faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P3, com ângulo de 105°10'29" em linha reta de 13,00m, com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P4, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 75°20'27" em uma linha reta de 35,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P12, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°57'55" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P11, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°12'03" em uma linha reta de 35,39m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P3, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

IV - Área Remanescente Terreno urbano, com área de 23.653,24m² (vinte e três mil seiscentos e cinquenta e três metros e vinte e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P4, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.157,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P4, em dois segmentos com ângulo de 105°20'27" em linha reta de 0,63m, até o ponto P5, defletindo à esquerda num ângulo de 183°07'18" em uma linha reta de 73,52m com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P6, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 70°42'01" em uma linha reta de 307,13m, com terras de Jurandir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P7, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 59°06'08" em uma linha sinuosa de 160,00m, com a margem direita do Rio Capivari, até o ponto P8, sendo este os Fundos; defletindo à direita em três segmentos sendo; num ângulo de 141°33'51" em uma linha reta de 117,29m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.145) até o ponto P9, defletindo a direita num ângulo de 106°58'51" em uma linha reta de 39,00m, sendo; 13,00m, com o lote nº 01, até o ponto P10, e 13,00m, com o lote nº 02, até o ponto P11, e mais 13,00m com o lote nº 03, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P12, defletindo a esquerda num ângulo de 253°02'05" em uma linha reta de 35,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P4, início desta descrição, sendo esta o Lado Esquerdo. A dita área é gravada com área de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE numa faixa de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Rio Capivari e da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 6.624,84m².

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 046 de 10 de setembro de 2013.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 24 de fevereiro de 2014.
EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

Decreto 024/2014

DECRETO nº 024 de 24 de fevereiro de 2014.
Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Benvindo Angelo Buzzi CPF nº 146.759.789-91, casado com Liberata Buzzi CPF nº 015.843.949-00, contendo uma área de 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano, com área escriturada 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados), localizado na esquina do lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, com o lado ímpar da Rua da Torre, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 3.934, do livro nº 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados onze lotes abaixo descritos e não restando área remanescente.

I - Lote nº01: Terreno urbano, com uma área de 778,04m² (setecentos e setenta e oito metros e quatro decímetros quadrados), localizado na esquina do lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, com o lado ímpar da Rua da Torre, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel localizado no término da curva de transição da Rua da Torre, lado ímpar com a Rua Aderbal Ramos da Silva, lado par, seguindo em linha reta em direção ao lado direito e com distancia de 28.07m confrontando com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 126°46'20" e com distancia de 16.79m confrontando com terras do lote nº02 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 86°11'9" e com distancia de 30,00m confrontando com terras do lote nº02 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 93°48'51" e com distancia de 30.08m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto P4; deste segue em linha esconsa e distancia de 13.28m confrontando com a curva de transição do lado ímpar da Rua da Torre e lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, até o ponto PP início desta descrição sendo este o Lado Esquerdo.

II - Lote nº02: Terreno urbano, com uma área de 1.199,70m² (um mil, cento e noventa e nove metros e setenta decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 36.08m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 86°11'9" e com distancia de 30,00m, até o ponto P1; deste segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 273°48'51" e com distancia de 16.79m, ambas confrontando com terras do

lote nº01 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 53°13'40" e com distancia de 24.97m confrontando com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, até o ponto P3, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 126°46'20" e com distancia de 23.18m confrontando com terras de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 477, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P4, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 86°11'9" e com distancia de 50,00m confrontando com terras do lote nº03 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P5, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 93°48'51" e com distancia de 20.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

III - Lote nº03: Terreno urbano, com uma área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 56.08m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 86°11'9" e com distancia de 50,00m, confrontando com terras do lote nº02 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 93°48'51" e com distancia de 16.00m confrontando com terras de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 477, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 86°11'9" e com distancia de 50,00m, dos quais 20.00m confrontando com terras do lote nº11 e 30,00m com o lote nº04, ambos a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 93°48'51" e com distancia de 16.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

IV - Lote nº04: Terreno urbano, com uma área de 480,00m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 72.08m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 86°11'9" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº03 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 93°48'51" e com distancia de 15.00m confrontando com terras do lote nº11 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº05 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 17.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

V - Lote nº05: Terreno urbano, com uma área de 495,00m² (quatrocentos e noventa e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 89.08m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº04 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 16.50m confrontando com terras do lote nº11a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº06 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 16.50m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

VI - Lote nº06: Terreno urbano, com uma área de 510,00m² (quinhentos e dez metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 105.58m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº05 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 17.00m confrontando com terras do lote nº11 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº07 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 17.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

VII - Lote nº07: Terreno urbano, com uma área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 122.58m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº06 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue

em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 14.00m confrontando com terras do lote nº11 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº08 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 14.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

VIII - Lote nº08: Terreno urbano, com uma área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 136.58m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº07 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 15.00m confrontando com terras do lote nº11 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº09 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 15.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

IX - Lote nº09: Terreno urbano, com uma área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 151.58m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº08 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 14.00m confrontando com terras do lote nº11 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº10 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 14.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

X - Lote nº10: Terreno urbano, com uma área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da

frente com o lado direito do imóvel e seguindo 165.58m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº09 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 15.00m confrontando com terras do lote nº11 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº11 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo esta o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 15.00m confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre até o ponto PP inicio desta descrição sendo esta a Frente.

XI - Lote 11: Terreno urbano, com uma área de 13.997,26m² (treze mil, novecentos e noventa e sete metros e vinte e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua da Torre, distante a partir do ponto PP, vértice da linha da frente com o lado direito do imóvel e seguindo 180.58m pelo lado ímpar da mesma, até a esquina desta com o lado par da Rua Aderbal Ramos da Silva, centro, município de Doutor Pedrinho/SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel localizado no ímpar da Rua da Torre, seguindo em linha reta em direção aos fundos com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 30,00m, confrontando com terras do lote nº10 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1; deste segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 270°0'0" e com distancia de 106,50m dos quais: 15.00m com o lote nº10; 14.00m com o lote nº09; 15.00m com o lote nº08; 14.00m com o lote nº07; 17.00m com o lote nº06; 16.50m com o lote nº05 e 15.00m com o lote nº04, a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 86°11'9" e com distancia de 20.00m confrontando com terras do lote nº03 a desmembrar de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 3.934, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3 sendo este o Lado Direito; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 93°48'51" e com distancia de 342.85m confrontando com terras de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 477, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P4, sendo este os Fundos; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 50.00m confrontando com terras de Benvindo Angelo Buzzi (Matricula nº 477, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P5, sendo este o Lado Esquerdo; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 90°0'0" e com distancia de 218.34m, dos quais, 91.76m confrontando com terras de Claudiney Vicente (Matricula nº 5.860, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), 16.29m confrontando com terras de lote nº3 de Claudiney Vicente (Matricula nº 5.421, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), 16.29m confrontando com terras de lote nº2 de Claudiney Vicente (Matricula nº 5.421, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), 94.00m confrontando com terras de lote nº1 de Claudiney Vicente (Matricula nº 5.421, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P6; deste segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 119°39'3" e com distancia de 1.85m até o ponto P7; deste segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 239°55'45" e com distancia de 14,08m ambas

confrontando com o lado ímpar da Rua da Torre, até o ponto PP início desta descrição, sendo esta a Frente.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de fevereiro de 2014;
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 24 de fevereiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº. 051, de 25 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 051, de 25 de março de 2014.

Cancela Licença concedida a Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei N.º 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar licença, a pedido, do servidor JOÃO BORGES, concedida através da Portaria nº 092, de 28 de junho de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

Portaria Nº. 052, de 25 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 052, de 25 de março de 2014.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a Licença para tratar de assuntos particulares da servidora Karina Fontana, conforme Portaria nº 016, de 03 de fevereiro de 2014;

Considerando a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve e não havendo servidor disponível para substituí-la;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir SILVANO ANTÔNIO RODRIGUES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar Administrativo, em substituição a Servidora Karina Fontana no período de 25 de março de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 25 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

Erval Velho**PREFEITURA****Extrato de Edital de Pregão 005/2014Fms**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO
Processo Licitatório nº 006/2014

Edital de Pregão nº 005/2014

Objeto: Aquisição de medicamentos e material de enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09:00h00min do dia 08/04/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Forquilha**PREFEITURA****Extrato de Contrato 04/Fmps/2014**

EXTRATO DE CONTRATO 04/FMPS/2014
DA CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DO CONTRADADO – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OBJETO – Constitui objeto do presente contrato a prestação serviços técnicos especializados em previdência.
VALOR – R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).
VIGÊNCIA – 31/12/2014.
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Compra direta nº 03/2014.
DATA DA ASSINATURA – 05 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
FUNDO MUNICIPAL DE PREV. SOCIAL SERV. MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA
CONTRATANTE

DIJALMA CARDOSO DE AGUIAR
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CONTRATADA

Aviso de Licitação: Edital Leilão Nº. 60/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: Edital Leilão Nº. 60/PMF/2014

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC torna público, para o conhecimento de todos os interessados, conforme preceitua as Leis nº. 8.666/93, 8.883/94 e alterações posteriores, que fará realizar a abertura de Licitação na modalidade de Leilão Público do tipo Maior Preço, no dia 14 de Abril de 2014, às 09:30 horas, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, na sede do Município, situada na Av. 25 de julho, 3400, "Paço Municipal 26 de abril", Forquilha/SC. Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 25 de março de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da comissão de licitações

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso do Pregão Presencial Nº 0046_/014-PMF Rp 0026

Aviso do Pregão Presencial nº 0046/2014 – PMF
Registro de Preços nº 0026/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para consumo dos idosos durante as atividades desenvolvidas para o grupo no Centro de Convivência da Melhor Idade “Flor de Maçã”, durante os meses de abril a dezembro de 2014. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a dezembro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 08/04/2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 25 de março de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº Ct14pmf53

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF53
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS DISTRIBUIDORES DE ADUBOS E CALCÁRIO PARA EQUIPAR A PATRULHA AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO. VALOR TOTAL: R\$ 37.800,00 (TRINTA E SETE MIL E OITOCENTOS REAIS). DATA DO CONTRATO: 24.03.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24.03.2014 A 22.06.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0053/2014 – PMF. PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 0002/2014. RECURSOS: 221/9257 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (CONTRATO DE REPASSE Nº 1009580-44/2013 – PROCESSO Nº 792078/2013) E DE CONTRAPARTIDA RECURSOS PRÓPRIOS (109/1200) – SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

FRAIBURGO (SC), 24 DE MARÇO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 0805/2014

PORTARIA Nº 805, DE 25 DE MARÇO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ANDREA REGINA DA ROSA SOARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 063.863.539-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0806/2014

PORTARIA Nº 806, DE 25 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015, de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0044/2014, da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LORENI TEREZINHA POSSERA COLOMBELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.587.639-91, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0807/2014

PORTARIA Nº 807, DE 25 DE MARÇO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora JOCIMAR NUNES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 065.656.239-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0808/2014

PORTARIA N.º 808, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0531/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IARA CAMPAGNARO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 083.209.929-58, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0809/2014

PORTARIA Nº 809, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora DANIELA APARECIDA CHAVES CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 092.241.469-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0810/2014

PORTARIA N.º 810, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 109, de 03 de março de 2010 e conforme Processo Administrativo n.º 1285, de 20 de janeiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 08 (oito) para 06 (seis) horas diárias, em turno único, sem redução de remuneração, a carga horária da servidora MARLETE PALMIRA SCHNEIDER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 527.912.469-91, nomeada no cargo de provimento

efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, limitado ao ano letivo de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0811/2014

PORTARIA Nº 811, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 25 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e conforme ofício n.º 016/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ENORI FURLAN FERREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 472.306.499-00, na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0812/2014

PORTARIA N.º 812, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;

E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 2480, de 12 de março de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 31 de março de 2014, a servidora VERA LUCIA SANTIAGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º

613.502.149-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 27 de setembro de 2012 e data da concessão 22 de fevereiro de 2014, Benefício nº 1624673225.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0813/2014

PORTARIA Nº 813, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015, de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0044/2014, da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JACIRA MENDES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 737.624.669-04, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0814/2014

PORTARIA Nº 814, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora MARCIANE APARECIDA HUNING, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 020.312.979-29, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0815/2014

PORTARIA N.º 815, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0535/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDREA REGINA DA ROSA SOARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 063.863.539-00, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0816/2014

PORTARIA N.º 816, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 09 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 27/2014, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIO GIORGIO RAMOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 004.445.059-11, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0817/2014

PORTARIA Nº 817, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor PEDRO ALEXSANDRO RODRIGUES CAVALHEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.108.949-80, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ARTES/TEATRO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0818/2014

PORTARIA Nº 818, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e conforme comunicação interna n.º 028/2014, da Procuradoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor SILVANO PELISSARO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 737.700.949-72, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, no período de 25 de março de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 2.695, de 26 de dezembro de 2013.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0819/2014

PORTARIA Nº 819, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MÁRCIO LUÍS MACHADO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 019.654.979-50, no cargo de provimento efetivo de CONTADOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0096/2014

DECRETO Nº. 0096, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0019, DE 12 DE MARÇO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0019 de 12 de março de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 25 DE MARÇO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0019 DE 12 DE MARÇO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Técnico em Música

Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1

Área de Atuação: Departamento de Cultura

Disciplina: Técnico em Música

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	1	SÉRGIO DOMINGUES	2

Critérios de Desempate			
1°	2°	3°	4°
Cursos	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	0	NÃO	27/12/1984

Garopaba**PREFEITURA****Portaria N.º 317/2014**

PORTARIA N.º 317, DE 25 DE MARÇO DE 2014.
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 005/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: JOSÉ NILTON SANSEVERINO, LUIZ FELIPE FLORENTINO E TIAGO MEDEIROS, para sob a presidência do primeiro, efetuar o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 005/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Relançamento**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO - RELANÇAMENTO
Pregão Presencial PMG nº17/2014
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS, PORTAS E VIDROS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 07/04/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 25 de março de 2014.
IVANDRO SÉRGIO LOPES
Pregoeiro

Portaria Nº 266/2014

PORTARIA Nº 266, de 14 de março de 2014.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ARUAN LOPES CONSTANTINO, inscrito no CI-RG 4.986.751e CPF 080.035.179-74, na função de PROFESSOR NIVEL II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 21 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 250/2014

PORTARIA Nº 250, de 12 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE, inscrita no CI-RG 5.389.036-1 e CPF 061.444.259-18, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 21 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 263/2014

PORTARIA Nº 263, de 14 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANDRÉIA MARTINHAK, inscrita no CI-RG 5.755.784-4 e CPF 026.603.319-95, na função de PROFESSORA NIVEL II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 20 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 251/2014

PORTARIA Nº 251, de 12 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário NEIVA APARECIDA DE CAMARGO BRAMMER, inscrita no CI-RG 4.172.174 e CPF 006.416.999-56, na função de PROFESSORA NIVEL II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 262/2014

PORTARIA Nº 262, de 14 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário TATIANE DE MIRANDA, inscrita no CI-RG 1.352.772-0 e CPF 180.773.589-34, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 264/2014

PORTARIA Nº 264, de 14 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ELIANE SPANIOL, inscrita no CI-RG 9.838.536-3 e CPF 179.482.278-06, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 20 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 254/2014

PORTARIA Nº 254, de 12 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CLAUDIA LUCI DOS SANTOS MACHADO, inscrita no CI-RG 28.947.806-6 e CPF 276.857.448-13, na função de PROFESSORA NIVEL II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 20 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 276/2014

PORTARIA Nº 276, de 21 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANA LUCIA NOGUEIRA DE ANDRADE, inscrita no CI-RG 5.405.893-7 e CPF 033.257.569-13, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 21 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 265/2014

PORTARIA Nº 265, de 14 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA RITA DA SILVA, inscrita no CI-RG 6.440.443 e CPF 088.035.009-10, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 21 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 253/2014

PORTARIA Nº 253, de 12 de março de 2014.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ALYNE CRISTHINE DE AVELAR, inscrita no CI-RG 10.533.764-7 e CPF 063.744.949-54, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 21 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 252/2014

PORTARIA Nº 252, de 12 de março de 2014.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARI ESTELLA JARECKI, inscrita no CI-RG 5.075.240-2 e CPF 973.199.459-91, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 21 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 261/2014

PORTARIA Nº 261, de 14 de março de 2014.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA HELENA RIBEIRO, inscrita no CI-RG 1.352.772-0 e CPF 180.773.589-34, na função de PROFESSORA NIVEL II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 21 de Março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 246/2014

PORTARIA Nº 246, de 12 de março de 2014.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JÉSSICA EVARISTO, inscrita no CI-RG 4.974.905-6 e CPF 060.293.989-54, na função de PROFESSORA NIVEL I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 270/2014

PORTARIA Nº. 270 de 14 de março de 2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, Processo nº 810/2014.

RESOLVE:

Art.1o. – Exonerar a pedido, ANA LUCIA NOGUEIRA DE ANDRADE, portadora de RG nº. 5.405.893-7 e CPF nº. 033.257.569-13, da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeada em 06 de maio de 2010, através da Portaria 202/2010, e declara vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 20 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Fma Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 002/2014
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção da Feira Livre Municipal de Garuva, com área de 510,00 m², incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto, através do Programa de Transferência nº 2013000649, proposta de transferência nº 7149 - Estado de Santa Catarina / Prefeitura de Garuva.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 10/04/2014 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site:
www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 25 de março de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Aviso do Pregão Presencial Nº 59/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 59/2014

O OBJETO Registro de preços para futuras aquisições de fardas para os servidores do setor de área azul - Repetição. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 07/04/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min, no mesmo dia e local. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 25/03/2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Governador Celso Ramos**SAMAE****Aviso de Licitação Nº 16/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 16/2014

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 21/2014, de 20/02/2014, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 08/04/2014, as 09:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 – km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 3/2014-PR na modalidade PREGAO PRESENCIAL . Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr@samaegcr.com.br

Objeto da licitação
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ANÁLISES QUÍMICAS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Governador Celso ramos, 25 de Março de 2014.
ALCIDES PEREIRA
DIRETOR GERAL DO SAMAE

Aviso de Licitação Nº 17/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 17/2014

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 21/2014, de 20/02/2014, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 10/04/2014, as 09:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 – km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 4/2014-PR na modalidade PREGAO PRESENCIAL . Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr@samaegcr.com.br

Objeto da licitação
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA TRATAMENTO DE AGUA DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Governador Celso ramos, 25 de Março de 2014.
ALCIDES PEREIRA
DIRETOR GERAL DO SAMAE

Guaramirim**PREFEITURA****Extrato de Ata de Rp Nº08/2014 - Hsa**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARNES E LATICÍNIOS.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 008/2014.
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrito no CNPJ sob o nº 84.092.709/00054, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedores: JOSÉ MARTINI NETO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.350.289/0001-30.
Valor Total: R\$ 22.588,30 (vinte e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e trinta centavos)

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº . 03.612.312/0004-97.
Valor Total: R\$ 50.209,50 (cinquenta mil duzentos e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência: Início: 25/03/2014 Término: 24/03/2015.

Guaramirim (SC), 25 de março de 2014.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

Extrato de Ata de Rp Nº09/2014 - Hsa

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 009/2014.

Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrito no CNPJ sob o nº 84.092.709/00054, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedores: JOSÉ MARTINI NETO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.350.289/0001-30.
Valor Total: R\$ 21.321,82 (vinte e um mil trezentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos)

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.350.289/0001-30.
Valor Total: R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais)

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº . 03.612.312/0004-97.
Valor Total: R\$ 33.182,77 (trinta e três mil cento e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos)

Vigência: Início: 25/03/2014 Término: 24/03/2015.

Guaramirim (SC), 25 de março de 2014.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2342_2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.342 /2014.

Dispõe sobre a concessão de diárias e de adiantamentos aos Servidores Públicos Municipais e Agentes Políticos do Poder Legislativo do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Presidente Interina da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A concessão, o pagamento e as prestações de contas de diárias e de adiantamentos a Servidores Públicos Municipais de Guarujá do Sul, a serviço do Poder Legislativo, obedecerão às disposições desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se Servidor Público Municipal de Guarujá do Sul, a serviço do Poder Legislativo, os detentores de cargos efetivos, os empregados públicos, os detentores de cargos comissionados, os agentes políticos e os contratados em caráter emergencial e temporário.

Art. 2º Ao Servidor Público Municipal de Guarujá do Sul, a serviço do Poder Legislativo, que receba autorização para se deslocar, com o objetivo de serviço ou de estudo de interesse do Poder, serão concedidos adiantamentos para indenizar as despesas de transporte, pagamento de inscrição do evento, e pagamento de diárias para fazer frente às despesas de hospedagem e alimentação.

Parágrafo único. Entende-se por interesse do Poder, a participação em cursos, estágios, congressos ou outras modalidades de aperfeiçoamentos, diretamente relacionada com os cargos, empregos ou funções.

CAPÍTULO II DAS DIÁRIAS SEÇÃO I DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art. 3º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha delegação de competência.

Art. 4º A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterá, no mínimo:
I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;
II - justificativa do deslocamento; e

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais, previstas na legislação própria do ente.

§ 2º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 3º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 4º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 5º Os valores nominais das diárias serão fixados com base em critérios que leve em consideração o local de destino e os princípios da razoabilidade, da economicidade e da moralidade administrativa.

Parágrafo único. Os valores das diárias para viagem ao exterior fixadas em moeda estrangeira devem ser convertidos e pagos em moeda nacional.

SEÇÃO II DO DIREITO A DIÁRIAS

Art. 6º Não gera direito a diárias:

I - o deslocamento que não originar qualquer das despesas mencionadas no art. 2º;

II - quando o beneficiário, recebendo antecipadamente as diárias, não se deslocar, conforme solicitado na Autorização de Viagem, hipótese em que os valores serão devolvidos aos cofres do Município de Guarujá do Sul, unidade orçamentária do Poder Legislativo, estornando-se a despesa realizada para fins orçamentários; e

III - o deslocamento do Município não autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

CAPÍTULO III DAS INDENIZAÇÕES

Art. 7º - O Presidente da Câmara de Vereadores, os Vereadores, os Servidores efetivos e comissionados da Câmara de Vereadores, farão jus à indenização de transporte quando utilizarem meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições do cargo, no valor de 20% (vinte por cento) do preço do litro de gasolina comum por quilômetro rodado.

§ 1º O veículo utilizado para locomoção deverá estar previamente cadastrado no setor de contabilidade da Câmara de Vereadores.

§ 2º se o veículo utilizado não estiver em nome do condutor, o mesmo deverá apresentar termo de cedência autorizando a utilização do veículo.

§ 3º para efeito de cálculo do preço de gasolina comum, se utilizará o preço médio praticado no dia, tomando como base os 02 (dois) Postos de Combustíveis do Município.

§ 4º se o transporte for realizado em veículo oficial do Poder Legislativo não haverá qualquer tipo de indenização quanto ao transporte.

CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SEÇÃO I DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE DESPESAS COM DIÁRIA

Art. 8º O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação dos seguintes documentos comprobatórios entregues ao Setor de Contabilidade da Câmara de Vereadores em até 05 (cinco) dias úteis do retorno ao Município:

I - do deslocamento:

- a) autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo; e
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo.

II – da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista; e
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;
- b) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- c) declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
- d) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional; e

- e) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 1º O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º No caso de retorno antecipado o beneficiário restituirá o valor do saldo das diárias, e se por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o valor total das diárias, o valor do adiantamento para indenizar as despesas de transporte, e valor integral da inscrição do evento, ao setor de contabilidade da Câmara de Vereadores, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**SEÇÃO II
DAS PENALIDADES PELA NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 9º Se o beneficiário não prestar contas no prazo fixado no art. 8º, deverá ressarcir, como penalidade pelo atraso, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor recebido por dia de atraso, até o limite das indenizações concedidas.

Parágrafo único. Os valores correspondentes às devoluções, de que trata este artigo, poderão ser objeto de desconto em folha de pagamento, ou se não for possível este procedimento, inscrito em dívida ativa e cobrado administrativa ou judicialmente.

**SEÇÃO III
DEVOLUÇÃO DOS VALORES NÃO UTILIZADOS**

Art. 10. A não utilização dos valores requeridos para os adiantamentos, verificadas em processo de prestação de contas, ensejará a sua devolução.

§ 1º A devolução de valores correspondentes aos adiantamentos, se ocorrido no mesmo exercício da concessão, deverão ser estornados e os valores da dotação orçamentária, retornar para a rubrica própria.

§ 2º Se a devolução ocorrer em exercício diferente da concessão, os recursos integrarão a receita orçamentária daquele exercício.

§ 3º A devolução dos recursos não utilizados, deverá se dar até a apresentação da prestação de contas, em prazo fixado no art. 8º.

§ 4º Em caso de não devolução dos recursos não utilizados, incidirá as mesmas penalidades descritas no art. 9º.

**CAPÍTULO V
DO CÁLCULO DAS DIÁRIAS**

Art. 11. Os valores das diárias são definidos nos termos da tabela que segue:

R\$ 85,00	DESLOCAMENTO PARA OS MUNICÍPIOS DA AMEOSC
R\$ 180,00	DESLOCAMENTO PARA OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO ATÉ 250 KM DE DISTÂNCIA
R\$ 280,00	DESLOCAMENTO PARA OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO ACIMA DE 250 KM DE DISTÂNCIA DA SEDE DO MUNICÍPIO
R\$ 350,00	DESLOCAMENTO PARA ESTADOS DA REGIÃO SUL
R\$ 450,00	DESLOCAMENTO PARA OUTROS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL
R\$ 510,00	DESLOCAMENTO PARA FORA DO BRASIL

§ 1º A diária será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando o deslocamento implicar apenas a permanência no local de destino e alimentação, não exigindo pernoite.

§ 2º Considerando-se como pernoite, para fins desta Lei, a estada em hotel ou o período necessário do deslocamento para o Município realizado no turno da noite.

§ 3º Quanto ao número de diárias, nos termos do parágrafo anterior, será devido:

I – uma diária integral, a cada 24 (vinte e quatro) horas fora da sede do Município, contados do horário de saída do Município; e
II – meia diária, em horários inferiores a cada 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º As diárias superiores a 07 (sete) dias serão calculadas com redução de 50% (cinquenta por cento).

Art. 12. Os valores constantes desta Lei serão revisados anualmente, através de Portaria Legislativa, no mês de janeiro, com o Índice Geral de Preço de Mercado – IGPM, ou outro índice que vier a substituí-lo, acumulado no exercício anterior por Decreto Legislativo.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Resolução nº 06/2009, datada de 16 de novembro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SCe,
24 de março de 2014 - 62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

- Certifique-se. Publique-se. Registre-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 2343_2014

Lei Municipal nº 2.343/2014

Autoriza o Município de Guarujá do Sul a receber em doação lotes urbanos conforme especifica e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Guarujá do Sul, a RECEBER por DOAÇÃO a área de terras compreendida pelos lotes urbanos nº 101 e 102, da quadra 08, com área de 1.000,0m² (Hum mil metros quadrados), cada um, totalizando uma área de 2.000,0m² (dois mil metros quadrados) sem benfeitorias, situados na Avenida João Pessoa, esquina com a Rua São Paulo, centro da cidade de Guarujá do Sul, SC, matriculados sob nº 11.524 do CRI – Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro, SC, de propriedade da ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E BENEFICENTE GUARUJÁ, CNPJ 83.835.041/0001-25, e de conformidade com o Termo de Doação e Ata da Assembléia Geral Extraordinária, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º -As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão oneradas dos itens orçamentários específicos.

Art. 3º -Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC
24 de Março de 2014 62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

- Certifique-se. Publique-se. Registre-se

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal.

Extrato de Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 23/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 15/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: RODRIGO WOLFART 06973985955
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul e Polícia Civil e Polícia Militar.
VALOR TOTAL: R\$ 3.165,00
VIGENCIA: 31/12/2014.

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 24/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 15/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: SONIA CARAMORI ME
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas

da municipalidade de Guarujá do Sul e Polícia Civil e Polícia Militar.
VALOR TOTAL: R\$ 15.381,20
VIGENCIA: 31/12/2014.

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 25/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 15/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: ELENILTO GUZZATTO SECCO ME
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul e Polícia Civil e Polícia Militar.
VALOR TOTAL: R\$ 16.158,54
VIGENCIA: 31/12/2014.

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 26/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 15/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: R.C. COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul e Polícia Civil e Polícia Militar.
VALOR TOTAL: R\$ 3.457,50
VIGENCIA: 31/12/2014.

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 27/2014.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 16/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP
OBJETO: Contratação de empresas para prestação de serviço na área da Educação, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo para elaboração de projetos de viabilização e captação de recursos federais a fundo perdido e recursos estaduais a através de projetos do SEI-TEC, orientação, elaboração, monitoramento e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas – PAR (MEC/FNDE), no período de Abril a dezembro de 2014, sendo 24 horas mensais.
VALOR TOTAL: R\$ 35.505,00
VIGENCIA: 01/04/2014 A 31/12/2014.

Guarujá do Sul, SC, 24 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Lei Municipal 2346_2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.346/2014

Declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Aliança da Linha Baixo Arara, Município de Guarujá do Sul.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública à ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA ALIANÇA, na forma de pessoa jurídica de associação civil, de caráter social, cultural, recreativa, sem fins lucrativos, estabelecida na comunidade de Baixo Arara, s/n, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 19.406.442/0001-60, registro nº 483, Livro A-3, fls. 194, datado de 04 de maio de 2012, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de São José do Cedro, com sede e foro na Comarca de São José do Cedro, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A entidade de que trata o Artigo anterior, fica-lhe assegurado todos os direitos e vantagens previstas na Legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Fica revogada a Lei Municipal nº 179/1967, de 09 de agosto de 1967.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 24 de março de 2014. 62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

- Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CALOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Portaria Nº 533/2014**

PORTARIA Nº 533/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora MICHELE DEOLA (Matr. 3743), nascida aos 02/08/1990, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 2, Referência "A", do anexo XI, da LC 316/2013, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI, da LC 316/2013, a contar de 19 de março de 2014, tendo em vista a Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia, com fulcro no art. 33, da Lei Complementar 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 534/2014

PORTARIA Nº 534/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18 de Março de 2014 até 15 de Julho de 2014, conforme preceitua o Artigo 107, § 6º da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora GILVANIA APARECIDA RODRIGUES BILIBIO (Matr. 3380), a qual ocupa o cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 535/2014

PORTARIA Nº 535/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18 de Março de 2014 até 15 de Julho de 2014, conforme preceitua o Artigo 107, § 6º da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora CHARLINE ZARPELON (Matr. 3379), a qual exerce a função de Enfermeira, Nível/Referência – 12/1/A, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 536/2014

PORTARIA Nº 536/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora MARGARETE ZANELLA SAUER (Matr. 93), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, do Nível/Referência – 9/P, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 9/Q, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de março de 2013, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 537/2014

PORTARIA Nº 537/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor FLÁVIO FACENDA (Matr. 582), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, do Nível/Referência – 13/1/G, 20 horas semanais, para o Nível/Referência – 13/1/H, Anexo V da LC Nº 280/2011, 20 horas semanais, ref. ao mês de março de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 538/2014

PORTARIA Nº 538/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, ao Servidor IVO GUINDANI (Matr. 2562), nascido aos 01/01/1961, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 02 de janeiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 539/2014

PORTARIA Nº 539/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora SONIAMAR SEBEN WASEN (Matr. 1824), nascida aos 13/02/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/D, anexo XI, a partir de 13 de fevereiro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 540/2014

PORTARIA Nº 540/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 496/2014, a qual concede Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora LARIANE ASSIS XAVIER DOS SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), nascida aos 11/05/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, onde se lê: "do Nível – 2, Referência "A", do anexo XI da LC 316/2013, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI da LC 316/2013", leia-se: "do Nível – 2, Referência "C", do anexo XI, da LC 316/2013, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI, da LC 316/2013".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 541/2014

PORTARIA Nº 541/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora DEONICE MARIA CORTELLINI PARIZE (Matr. 576), nascida aos 17/05/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a contar de 24 de maio de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 542/2014

PORTARIA Nº 542/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora KELI MINEIA CAMAROTO (Matr. 1103), nascida aos 30/05/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a contar de 03 de junho de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 543/2014

PORTARIA Nº 543/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora ODETE MARIA KRUGER ESPER (Matr. 038), nascida aos 05/07/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 4/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 4/E, anexo XI, a contar de 22 de julho de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 544/2014

PORTARIA Nº 544/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora MARILENE ZANINI MILANI (Matr. 061), nascida aos 11/07/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 5/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 5.1/A, anexo XI, a partir de 19 de julho de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 545/2014

PORTARIA Nº 545/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora ROSANE APARECIDA PEREIRA (Matr. 2577), nascida aos 25/07/1981, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/B, anexo XI, a partir de 25 de julho de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 546/2014

PORTARIA Nº 546/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora LUCILA BRINKMANN (Matr. 2579), nascida aos 31/07/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a contar de 02 de agosto de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 547/2014

PORTARIA Nº 547/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora DAIZE TEREZINHA BORSOI (Matr. 40), nascida aos 04/08/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Orientador

Educacional, Nível/Referência – 9/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9/B, anexo XI, a contar de 21 de agosto de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 548/2014

PORTARIA Nº 548/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora ROSI MARIA HILLA (Matr. 603), nascida aos 09/08/1965, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/B, anexo XI, a contar de 19 de agosto de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 549/2014

PORTARIA Nº 549/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora MARLENE MARIA DE OLIVEIRA (Matr. 490), nascida aos 13/08/1953, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/E, anexo XI, a contar de 19 de agosto de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 550/2014

PORTARIA Nº 550/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora ROSANGELA DURIGON CERONI (Matr. 2559), nascida aos 11/10/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a contar de 06 de novembro de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 551/2014

PORTARIA Nº 551/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora ANA FERNANDA MARTINAZZO (Matr. 1523), nascida aos 08/11/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/B, anexo XI, a contar de 08 de novembro de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 552/2014

PORTARIA Nº 552/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora MARINÊS APARECIDA GONÇALVES, (Matr. 149), nascida aos 28/12/1964, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 5/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 5/C, anexo XI, a contar de 28 de dezembro de 2013, de conformidade com os artigos 22 a 24 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 13/2014 DE 20/03/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

Contratada: Andrade Construções Ltda.

OBJETO: Reforma da Unidade de Saúde Central situada a Rua Nereu Ramos, 09 Centro, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

VALOR R\$ 147.446,87 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos)

PRAZO: 120 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3016/2013 de 09/12/2013.

Herval d'Oeste (SC), 20 de março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito

Simar José Rosa
Pela contratada

Portaria Nº 553/2014

PORTARIA Nº 553/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ADILCE PALOSCHI TREVISOL (Matr. 3841), a partir de 24 de março de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 554/2014

PORTARIA Nº 554/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora RITA DE CÁSSIA SOCREPA BARATIERI (Matr. 3852), a partir de 24 de março de 2014, aprovada e classificada em 7º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Pedagogo, Nível – 2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, para atuar junto à Secretaria de Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de conformidade com a LC Nº 292/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 555/2014

PORTARIA Nº 555/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 503/2014, a qual concedeu Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos e Atualização e Aperfeiçoamento, ao Servidor IVO GUINDANI (Matr. 2562), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, do Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 556/2014

PORTARIA Nº 556/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 548/2014, a qual concede Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, a Servidora ROSI MARIA HILLA (Matr. 603), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, onde se lê: "do Nível – 7, Referência" A ", do anexo XI com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível - 7, Referência "B", anexo XI ", leia-se: "do Nível – 7, Referência "B", do anexo XI da LC 316/2013, para o Nível - 7, Referência "C", do anexo XI da LC 316/2013".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 557/2014

PORTARIA Nº 557/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 506/2014, a qual concede Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, a Servidora DIRLEI ZARPELON BETTONI (Matr. 24), nascida aos 20/01/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, onde se lê: "do Nível – 8, Referência" E ", anexo XI com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível - 8, Referência "F", anexo XI ", leia-se: "do Nível – 8, Referência "D", do anexo XI da LC 316/2013, para o Nível - 8, Referência "E", do anexo XI da LC 316/2013".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 558/2014

PORTARIA Nº 558/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 492/2014, a qual Concede Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora

ELENARI APARECIDA CASSUL DE MENEZEZ FIORIN (Matr. 1012), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, onde se lê: "do Nível – 2, Referência" A ", do anexo XI, da LC 316/2013, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI, da LC 316/2013", leia-se: "do Nível – 3, Referência "A", do anexo XI da LC Nº 316/2013, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI da LC Nº 316/2013".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 559/2014

PORTARIA Nº 559/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Retificar e dar nova redação à Portaria Nº 478/2014, a qual Concede Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora FERNANDA MARQUEZZE MOTT (Matr. 2851), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, onde se lê: "do Nível – 2, Referência" B ", do anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível - 2, Referência "C", do anexo XI", leia-se: "do Nível – 2, Referência "C", do anexo XI da LC Nº 316/2013, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível - 2, Referência "D", do anexo XI da LC Nº 316/2013".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Março de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

Republicação por Erro Material Lei Nº 1743/2013

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

Lei nº 1743/2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O prefeito do Município de Ilhota, Senhor DANIEL CHRISTIAN BOSI.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de máquinas e equipamentos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ilhota, 14 de agosto de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Este texto substitui o original publicado no Diário Oficial do Município – edição nº 1303, de 15/08/2013

Imbituba

PREFEITURA

Edital SEAGP Nº 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 035/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Março a 19 de Abril de 2014, no horário das 14h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 035/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista

Rafael de Quadros Moretto

Edital SEAGP Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 036/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de março a 19 de abril de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 20 de março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 036/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo

Leonardo Vieira da Rosa

Edital SEAGP Nº 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 037/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Março a 20 de Abril de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de Março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 037/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Veterinário

Rodrigo Fischer

Edital SEAGP Nº 038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 038/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Março a 20 de Abril de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de Março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 038/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Agrimensura

Ramon Correia

Edital SEAGP Nº 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública
Gerência de Gestão de Pessoas
EDITAL SEAGP Nº 039/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Março a 23 de Abril de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de Março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 039/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho

Bruno José Soares dos Santos

Edital SEAGP Nº 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública
Gerência de Gestão de Pessoas
EDITAL SEAGP Nº 040/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Março a 23 de Abril de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de Março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 040/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho

Gabrielle Carvalho Felipe

Edital SEAGP Nº 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 041/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Março a 23 de Abril de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de Março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 041/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho

Eliakin Chaves Machado

Resolução 56.2013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 056/2013

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba – CMAS – no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 05 de dezembro de 2013:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a compra de brinquedos para o Natal Solidário no valor de R\$ 15.040,00 (quinze mil e quarenta reais) com recursos do IGD-SUAS conforme orçamento em anexo e especificado abaixo:

Plaspolo Indústria e Comércio de Plástico Ltda – 2.000 (dois mil) Mix de carrinhos off.road, a R\$ 2,67 (dois reais, sessenta e sete centavos) cada – valor total: R\$ 5.340,00 (cinco mil, trezentos e quarenta reais);

Matrix Termoplástico Ltda - 1.000 (um mil) ferrinhos de passar, a R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) cada, valor total: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

Injetsul Indústria e Comércio de Plástico Ltda EP – 2.000 (dois mil) Mix de caminhões truck, a R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) cada – valor total: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

Presidenta do CMAS

Imbituba, 05 de dezembro de 2013:

Resolução Nº 01.2014 CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 01/2014

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba – CMAS – no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 20 de março de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar Termo de aceite do Cofinanciamento para os Serviços da Alta Complexidade

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

Presidenta do CMAS

Imbituba, 20 de março de 2014:

Resolução Nº 02.2014

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 02/2014

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba – CMAS – no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 20 de março de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar Edital de Convocação Nº. 01/2014 para a Eleição da nova Diretoria do CMAS.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

Presidenta do CMAS

Imbituba, 20 de março de 2014:

Editais Nº 01.2014 CMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMAS Nº. 01/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL /CMAS

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Sra. Edna dos Santos Souza Demetrio CONVOCA nos termos da Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social /LOAS; Lei Municipal Nº 3.936 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e considerando a Resolução Nº02/2014 do CMAS, as entidades Não – Governamentais vinculadas à área de Assistência Social, com sede no município de Imbituba, para Assembléia de Escolha dos Conselheiros Não-Governamentais titulares e respectivos suplentes, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/ Biênio 2014 – 2016, com o objetivo de realizar a escolha de instituições representantes da Sociedade Civil, conforme normas previstas neste Edital.

1- Informações Gerais

1.1 - Data da Assembléia de Escolha das Entidades: 06/05/2014.

Horário: 14h00min

Local: Câmara de Vereadores - Município de Imbituba, Rua Ernani Cotrin, nº555, Centro, Imbituba/SC.

1.2 - Número de Vagas: seis (06) vagas para Conselheiros Não-Governamentais titulares e seis (06) vagas para seus respectivos suplentes, sendo uma (01) para Representantes de Usuários indicados pelos Serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e ou Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS); uma (01) para Representante dos Trabalhadores da Assistência Social; quatro (04) para representantes do setor de serviços e organizações de Assistência Social.

1.3 - Duração do mandato: 02 anos.

1.4 - Dentre os Conselheiros do CMAS da Gestão 2012–2014 haverá uma Comissão Especial, composta por Conselheiros Não-Governamentais que coordenará o processo de Escolha;

2 . Da inscrição de candidatos e credenciamento de delegados:

2.1 - Data: 30/03/2012 a 25/04/2012.

2.2 - Horário: 13h30min às 18h (ininterruptamente)

2.3 - Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH, Rua Irineu Bornhausen, nº396, Centro, Imbituba-SC.

3.0 - Dos documentos para inscrição das Entidades e credenciamento de delegados:

3.1 - Cópia dos documentos que comprovem a existência da Entidade: Estatuto da Entidade e Ata de Posse da última Diretoria registrados em cartório;

3.2 – Plano de Ação do ano vigente e Relatório Quantitativo das Atividades do ano anterior;

3.3 - Cópia do Comprovante de Inscrição no CNPJ;

3.4 - Requerimento com o timbre ou carimbo da Entidade, à Comissão Especial, assinado pelo representante legal da entidade solicitando a inscrição da Entidade e/ou de credenciamento de delegado e de suplente de delegado;

3.5 - Cópia da Carteira de Identidade do candidato, do delegado e suplente de delegado, no caso de estrangeiros apresentarem também o visto de permanência válido;

Observação:

a) Os funcionários públicos em cargo de confiança ou de direção, na esfera pública, não poderão ser membros do Conselho representando algum segmento que não o do poder público;

3.6- Os modelos de requerimento e fichas de inscrição e credenciamento estarão disponíveis na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH, Rua Irineu Bornhausen, 396, Centro - Imbituba/SC.

3.7 - As entidades que tiverem seus pedidos deferidos, serão informadas através de ofícios, pela Comissão Especial até 30/04 as 18h00min. A referida Comissão providenciará também a publicação nos meios de comunicação impresso do município e no mural informativo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SEASH.

3.8 – Os eleitores deverão apresentar, no local de votação, antes da mesma, documento oficial de identificação com foto.

3.9 - O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

3.9.1 - Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos

3.9.2 - As entidades não governamentais devidamente credenciadas e aprovadas estarão aptas a votar e receberem votos.

3.9.3 - Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

3.9.4 - Serão considerados eleitos as entidades com maior votação e as

subseqüentes serão suplentes até o número de 06 (seis).

3.9.5 - Em caso de empate, será considerado eleito o candidato cuja entidade tiver sido fundada há mais tempo.

3.9.6 - Em caso de não completarem alguma vaga para Conselheiros Não – Governamentais do CMAS, será convocada nova Assembléia para preenchimento da vaga;

3.9.7 - Os conselheiros escolhidos serão aclamados pela Comissão Especial;

3.9.9 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial.

4.0 - Da Posse

4.1 - Os Entidades escolhidos serão empossados pelo Prefeito Municipal de Imbituba.

4.2 - Disposições Finais

4.3 - Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, não serão remunerados, sendo considerado seu serviço de interesse público relevante.

4.4 - Após a realização da Assembléia, serão afixados em locais públicos os nomes das entidades eleitas titulares e suplentes.

Imbituba, 24 de março de 2014.

Edna dos Santos Souza Demetrio

Presidente do CMAS

Selma Elias Westphal

Secretária M. de Assistência Social e Habitação - SEASH

Portaria PMI/DGP Nº 99/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 99, de 25 de março de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARLI DE MELO GUASSU, Auxiliar de Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 289.094.889-72, admitida em 01 de julho de 1994, contrato nº 390, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.10.2014 a 29.12.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de março de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 100/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 100, de 25 de março de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor JOÃO ROSA FRISCHENBRUDER, Odontólogo, inscrito no CPF sob o n.º 316.065.470-20, admitido em 01 de julho de 1994, contrato nº 231, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.07.2014 a 28.09.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de março de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 101/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 101, de 25 de março de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições

legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora LIZIANE CORDINI COIMBRA, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 827.847.440-00, admitida em 04 de julho de 2008, contrato nº 4494, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.04.2014 a 29.06.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de março de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 102/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 102, de 25 de março de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2009, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Luana Souza de Melo	Agente Comunitário de Saúde - PACS	082.597.769-01	18/02/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de março de 2014.
Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 103/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 103, de 25 de março de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Luciane Gonçalves Marques	Agente Comunitário de Saúde - PACS	025.658.759-08	07/03/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de março de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 104/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 104, de 25 de março de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA LÚCIA DA SILVA MARQUES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 932.794.699-53, para exercer o cargo de Chefe de Departamento, junto a Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 97/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 97, de 24 de março de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Servidores em funções de representação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009, a Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os (as) abaixo relacionados (as), nomeados (as) para exercerem as funções de representação de Diretores, Secretários (as) e Coordenadores de Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, conforme quadro a seguir, com a remuneração consignada na legislação pertinente:

Nome	Função	CPF	Admissão
Valmir Rocha Flor	Secretário – Escola Municipal Ugero Pitigliani	305.831.879-00	06/02/2014
Joelma da Silva Gabriel	Diretora – Escola Municipal Belarminda de Souza Pires	749.724.219-91	06/02/2014
Jerúzia Pires	Coordenadora – CMEI Doraci Spirelle	542.708.201-87	06/02/2014
Salete de Souza	Secretária – Escola Municipal Hermínia Souza Marques	591.485.279-04	06/02/2014
Zenaide Ouvídio Lúcio	Coordenadora – CMEI Altona	455.240.769-49	06/02/2014

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 98/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 98, de 24 de março de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Coordenadora de Educação Infantil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALDIRENE DIAS GONÇALVES, brasileira, Professora III – 20h, inscrita no CPF sob o n.º 888.453.119-53, para exercer o cargo de Coordenadora de Educação Infantil junto a Secretaria Municipal de Educação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 50% (cinquenta por

cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, II da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: FMS 2014/10 A00 Errata ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/10 A00

Contratada: VANIO VIEIRA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 12.360,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão nº08/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.

ONDE SE LÊ:

Valor: R\$ 12.360,00

DEVE-SE LER:

Valor: R\$ 32.671,50

Lei Complementar Nº 4.366.2014

Lei Complementar nº 4.366, de 25 de março de 2014.

Cria vaga de emprego público no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal, 01(uma) vaga para emprego público de Biólogo, que passa a integrar os Anexos correspondentes da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.367.2014

Lei nº 4.367, de 25 de março de 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba- APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.291.807/0001-58, no valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 4.368.2014

Lei Complementar nº 4.368, de 25 de março de 2014.

Altera a redação do parágrafo 3º do artigo 4º e do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera a redação do parágrafo 3º do artigo 4º da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Os veículos utilizados no serviço de Táxi terão o prazo de 6 (seis) meses para se adaptarem às exigências previstas no inciso I, II e III, e de 60 (sessenta) meses a partir da publicação desta Lei, para se adaptarem à exigência prevista no inciso IV".

Art. 2º Altera a redação do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, que passa a vigorar

com a seguinte redação:

“II - Possuir seguro de acidentes pessoais e terceiros, em valor estabelecido pelo Departamento e Terminais da Secretaria de Estado da Infraestrutura de Santa Catarina”.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 4.369.2014

Lei Complementar nº 4.369, de 25 de março de 2014.

Altera a redação da Lei nº 2.904, de 25 de maio de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos 3º e 3º-A da Lei nº 2.904, de 25 de maio de 2006, alterado pela Lei Complementar 3.446, de 29 de janeiro de 2009, e posteriormente, alterado pelas Leis Complementares 3.713, de 30 de junho de 2010, 3.988, de 04 de novembro de 2011 e 4.164, de 21 de março de 2013, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Para atender ao que dispõe o art. 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a colocar a disposição do Juízo da Comarca de Imbituba, no âmbito do Programa do Executivo fiscal, servidores efetivos do Quadro de Pessoal em quantidade suficiente ao bom funcionamento do sistema geral de recuperação dos créditos tributários, cartorário e de conciliações.

§ 1º Ficam criadas as Funções Gratificadas abaixo discriminadas, a que os servidores efetivos colocados a disposição do juízo da Comarca de Imbituba farão jus:

Nº de Servidores	Função	Valor da Gratificação
01	Conciliador Chefe	R\$ 2.100,00
02	Chefe de Cartório	R\$ 1.900,00
02	Assistente de Cartório	R\$ 1.500,00
02	Oficial de Justiça	R\$ 1.500,00

§ 2º Os Servidores de que trata este artigo, quando designados, temporariamente, por solicitação expressa do Poder Judiciário, para auxiliar junto ao Cartório Eleitoral, continuarão a perceber a gratificação de que trata este artigo.

Art. 3º-A Além das Funções Gratificadas a que se refere o artigo anterior, ficam criadas as seguintes Funções Gratificadas:

Nº de Servidores	Função	Valor da Gratificação
01	Cooperador de Dívida Ativa	R\$ 1.900,00
01	Agente de Dívida Ativa	R\$ 1.500,00

Parágrafo único. As funções gratificadas de que trata o caput deste artigo serão destinadas a servidores efetivos que, no âmbito do Programa do Executivo Fiscal, exercerão suas atividades na Sede

da Prefeitura Municipal”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de março de 2014, ficando revogadas as Leis Complementares nos 3.446, de 29 de janeiro de 2009, 3.713, de 30 de junho de 2010, 3.988, de 04 de novembro de 2011, 4.164, de 21 de março de 2013, e demais disposições em contrário.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.370.2014

Lei nº 4.370, de 25 de março de 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro à Associação Beneficente Ebenezer de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Beneficente Ebenezer de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 79.680.336/0001-00, no valor de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o “caput” observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 174/2014 de 24 de Março de 2014.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE SERVENTE PARA ASSUMIR O CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE PA CARREGADEIRA E ROLO COMPACTADOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLAUDIOMIR CANZI, Matrícula 1689-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim-SC, Carteira de Identidade nº. 3942716 e do CPF 036.314.499-41, com nomeação para o cargo de Servente, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 324/2010, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de março de 2014.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 175/2014 de 24 de Março de 2014.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA EFETIVA NO CARGO DE ZELADORA POR APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

IRICA SCHNEIDER RAUBER, Matrícula 512-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 516325 e do CPF 933.076.679-04, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria , a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de março de 2014.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 176/2014 de 24 de Março de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002,

que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 003/2013.

CONTRATA

MANOEL DENER BARTNISKI, sob a Matrícula 2271-3, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 5.664.115 e do CPF 068.177.149-66, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Giacomio Savaris, para o período de 24/03/2014 a 19/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 24/03/2014.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 177/2014 de 24 de Março de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 002/2013.

CONTRATA

SIMONE REGINA SCALCO, sob a Matrícula 2272-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3183728-0 e do CPF 021.382.429-94, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 24/03/2014 ate a volta da titular Carmen Zat que esta em Licença.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 24/03/2014.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Extrato de Contrato Nº 19/2014/PMESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 19/2014

Objeto: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ipumirim ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 64/2012.

Valor: R\$ 3.360,00 (Três Mil Trezentos e Sessenta Reais)

Assinatura: 21/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM.

Contratado: CIGA-CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, situada na RUA SANTOS SARAIVA, Nº 1.546, Bairro: ESTREITO, cidade de Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.427.503/0001-12.

Extrato de Contrato Nº 20/2014/PMESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 20/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012, Processo de Licitação nº 46/2012, homologado em 14 de maio de 2012.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 50/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA VIAGENS ZONTA LTDA ME, PARA O ANO DE LETIVO DE 2014.

Valor: R\$ 289,35 (Duzentos e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Assinatura: 21/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA - ME, situada na RUA 7 DE SETEMBRO, Bairro: CENTRO, cidade de Lindóia do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.333/0001-90.

Extrato de Contrato Nº 21/2014/PMESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 21/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO

PRESENCIAL Nº 5/2014, Processo de Licitação nº 11/2014, homologado em 21 de março de 2014.

Objeto: A presente licitação tem por objeto: contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família e crianças/adolescentes, do programa socioeducativo, conforme especificações anexo ao edital.

Valor: R\$ 18.972,00 (Dezoito Mil Novecentos e Setenta e Dois Reais)

Assinatura: 21/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BRUNA APARECIDA FEO - ME, situada na AVENIDA ROMA, Nº 800- SALA 02, 800, Bairro: JARDIM FLORESTA, cidade de Francisco Beltrão-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.798.665/0001-95.

Extrato de Contrato Nº 22/2014/PMESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 22/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2014, Processo de Licitação nº 22/2014, homologado em 24 de março de 2014.

Objeto: O presente contrato tem por objeto: Contratação de empresa destinada a manutenção e atualização do site do Município e veiculação de demais informações pertinentes a administração pública e interesse Público.

Valor: R\$ 7.200,00 (Sete Mil Duzentos Reais)

Assinatura: 24/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: PG COMUNICAÇÃO, situada na Rua Tancredo de Almeida Neves nº 152, Bairro CINQUENTENÁRIO, cidade de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.503.398/0001-56.

Extrato de Contrato Nº 23/2014/PMESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 23/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2014, Processo de Licitação nº 13/2014, homologado em 21 de março de 2014.

Objeto: O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa para realização de formação continuada dos professores da educação Infantil e do ensino Fundamental da rede municipal de Ensino de Ipumirim- sc, conforme especificações constantes no projeto anexo, que fica fazendo parte integrante do edital.

Valor: R\$ 29.000,00 (Vinte e Nove Mil Reais)

Assinatura: 25/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSCON- PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELLI - EPP, situada na RUA DR. MARURI, 1204-SALA 03, 0, Bairro: CENTRO, cidade de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.688.208/0001-48.

Ata de Reunião de Julgamento do PL 13, PP 6-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2014 Data do Processo: 06/03/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para realização de formação continuada dos professores da educação Infantil e do ensino Fundamental da rede municipal de Ensino de Ipumirim- sc, conforme especificações constantes no projeto anexo, que fica fazendo parte integrante deste edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 7/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 21 de Março de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 13/2014, Licitação nº 6/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e um dias do mês de março do ano de 2.014, às nove horas, reuni-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua equipe de apoio, constituída pela funcionária pública Jucilene Goldoni Calari, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: ASSCON-PP ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELLI - EPP. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª CRISTIANO TROMBETTA representante credenciado da empresa ASSCON-PP ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELLI - EPP. A empresa acima citada se credencia como Micro Empresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da proposta constatou-se que a licitante apresentou a mesma conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial e por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante legal da licitante. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigência do presente Edital. O representante da empresa denegou expressamente o direito de recorrer das fases desta licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante legal da licitante presente ao final da sessão.

Participante: 9632 - ASSCON- PPASSESSORIA E CONSULTORIA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Curso específico de formação e visa trabalhar com conceitos unificadores, integrando todas as disciplinas com o objetivo de trabalhar as temática sustentabilidade com os profissionais do magistério da educação básica. com carga horaria total de 120 horas. material de consumo; 1,032,00 Remineração de pessoal interno e externo; 23.937,00 Hospedagem, alimentação e transporte; 5.548,00 total das despesas; 30.517,00	SER	1,00		0,0000	29.000,00	29.000,00

Total do Participante -----> 29.000,00

Total Geral -----> 29.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2014 Data do Processo: 06/03/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 21 de Março de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 13, PP 6-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2014 Data do Processo: 06/03/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2014
b) Licitação Nr.: 6/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/03/2014
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para realização de formação continuada dos professores da educação Infantil e do ensino Fundamental da rede municipal de Ensino de Ipumirim- sc, conforme especificações constantes no projeto anexo, que fica fazendo parte integrante deste edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ASSCON- PPASSESSORIA E CONSULTORIA (9632)

1 Curso específico de formação e visa trabalhar com conceitos unificadores, integrando todas as disciplinas com o objetivo de trabalhar as temática sustentabilidade com os profissionais do magistério da educação básica. com carga horaria total de 120 horas. material de consumo; 1.032,00 Remineração de pessoal interno e externo; 23.937,00 Hospedagem, alimentação e transporte; 5.548,00 total das despesas; 30.517,00	SER	1,00	0,0000	29.000,00	29.000,00
---	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 29.000,00

Total Geral: 29.000,00

Ipumirim, 21 de Março de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Reunião de Julgamento do PL 14, PP 7-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2014 Data do Processo: 06/03/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para realização de serviço de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos, a serem realizados em estradas municipais e perímetro urbano.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 8/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 24 de Março de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 14/2014, Licitação nº 7/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Galdoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: KNAPP & CIA LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. ADELMIR HOLDEFER, representante credenciado da empresa, KNAPP & CIA LTDA. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, a empresa acima citada não se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial e por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Após procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricado pelo Pregoeiro a Equipe de Apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigências do presente Edital. Ante o exposto o representante da licitante renunciou ao direito de recorrer das fases da presente licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 6980 - KNAPP & CIA LTDA-DETONACAO-FAB.ART.CIMEN

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Serviço Perfuração e detonação de rochas por metro linear -No valor proposto já estão inclusos despesas referentes a óleo diesel, transporte, alimentação e estadia dos funcionários que realizarão a obra.	M	1.500,00		0,0000	48,00	72.000,00

Total do Participante -----> 72.000,00

Total Geral -----> 72.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 7/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 14/2014
Data do Processo: 06/03/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 24 de Março de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 14, PP 7-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2014 Data do Processo: 06/03/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2014
b) Licitação Nr.: 7/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/03/2014
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para realização de serviço de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos, a serem realizados em estradas municipais e perímetro urbano.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

KNAPP & CIA LTDA-DETONACAO-FAB.ART.CIMEN (6980)

2 Serviço Perfuração e detonação de rochas por metro linear	M	1.500,00	0,0000	48,00	72.000,00
-No valor proposto já estão inclusos despesas referentes a óleo diesel, transporte, alimentação e estadia dos funcionários que realizarão a obra.					

Total do Fornecedor: 72.000,00

Total Geral: 72.000,00

Ipumirim, 25 de Março de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Reunião de Julgamento do PL 15, PP 8-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2014 Data do Processo: 06/03/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preço de madeira de primeira qualidade serrada em bruto para construção e recuperação de pontes, pinguelas, abrigos de passageiros e aquisição de pregos, areia e cimento destinados a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Urbanismo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 9/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 24 de Março de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 15/2014, Licitação nº 8/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2014, às quatorze horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membro da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME e ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens do Edital. Assim o fez, a Srª MARCIRIO AIRTON BONISSONI, representante credenciado da empresa TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME e o Srº DEOCLIDES LUIZ VON FRUHAUF, representante credenciado da empresa ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF ME. Todas as empresas acima citadas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que as licitantes presentes não manifestaram interesse na redução dos preços, mantendo os valores da proposta inicial e por estarem dentro dos limites fixados no Edital, foram classificadas. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contido foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Ante o exposto os representantes das licitantes denegaram o direito de recorrer das fases dessa licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 6684 - ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF-SERRARIA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Barrotes de eucalipto de 5 X 0.15 X 0.08 metros	UN	600,00		0,0000	36,00	21.600,00
2	Pranchas de eucalipto para trilhos de 0.70 X 0.05 espessura	M	500,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	22,00	11.000,00
3	Tábuas de pinheiro de 3metros X 0,30 X 1'	UN	500,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	28,00	14.000,00
4	Barrote de pinheiro de 6x10 com 2 metro de comprimento	UN	30,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	11,00	330,00
5	Caibro de pinheiro de 6x8 com 2,5 metros de comprimento	UN	80,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	13,00	1.040,00
6	Ripão de pinheiro de 4x6 por 3 metros de comprimento	UN	100,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	9,00	900,00
7	Barrotes de madeira de eucalipto de 1 metro X 0,06 X 0,06	UN	100,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	6,00	600,00
8	Barrotes de madeira de Eucalipto de 1,30 metros X 0,06 X 0,08	UN	100,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	7,00	700,00
9	Esteio de madeira de eucalipto de 12x12 com 03 metros de comprimento	UN	100,00	ELPIDIO NEREU VONF.	0,0000	25,00	2.500,00

Total do Participante -----> 52.670,00

LOTE: 2

Participante: 6042 - TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	PREGOS 23 X 54	KG	130,00	GERDAU	0,0000	10,00	1.300,00
11	PREGOS 25 X 72	KG	150,00	GERDAU	0,0000	10,00	1.500,00
12	PREGOS 17 X 27	KG	60,00	GERDAU	0,0000	8,50	510,00
13	PREGO 18 X 30	KG	60,00	GERDAU	0,0000	8,50	510,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2014 Data do Processo: 06/03/2014
	Folha: 2/2

LOTE: 2

Participante: 6042 - TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	PREGOS 19 X 39	KG	80,00	GERDAU	0,0000	8,50	680,00

Total do Participante -----> 4.500,00

LOTE: 3

Participante: 6042 - TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	Cimento - saco de 50kg	Sc	300,00	VOTORANTIM	0,0000	26,00	7.800,00
16	AREIA	M	50,00	HOBBI	0,0000	115,00	5.750,00
17	TIJOLOS 6 FURROS	UN	10.000,00	LORENZETTI	0,0000	0,59	5.900,00

Total do Participante -----> 19.450,00

Total Geral -----> 76.620,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 24 de Março de 2014

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 15, PP 8-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2014 Data do Processo: 06/03/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2014
b) Licitação Nr.: 8/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/03/2014
e) Objeto da Licitação registro de preço de madeira de primeira qualidade serrada em bruto para construção e recuperação de pontes, pinguelas, abrigos de passageiros e aquisição de pregos, areia e cimento destinados a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Urbanismo.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF-SERRARIA (6684)**

1	Barrotes de eucalipto de 5 X 0.15 X 0.08 metros	UN	600,00	0,0000	36,00	21.600,00
2	Pranchas de eucalipto para trilhos de 0.70 X 0.05 de espessura - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	M	500,00	0,0000	22,00	11.000,00
3	Tábuas de pinheiro de 3 metros X 0,30 X 1' - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	UN	500,00	0,0000	28,00	14.000,00
4	Barrote de pinheiro de 6x10 com 2 metro de comprimento - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	UN	30,00	0,0000	11,00	330,00
5	Caibro de pinheiro de 6x8 com 2,5 metros de comprimento - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	UN	80,00	0,0000	13,00	1.040,00
6	Ripão de pinheiro de 4x6 por 3 metros de comprimento - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	UN	100,00	0,0000	9,00	900,00
7	Barrotes de madeira de eucalipto de 1 metro X 0,06 X 0,06 - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	UN	100,00	0,0000	6,00	600,00
8	Barrotes de madeira de Eucalipto de 1,30 metros X 0,06 X 0,08 - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	UN	100,00	0,0000	7,00	700,00
9	Esteio de madeira de eucalipto de 12x12 com 03 metros de comprimento - Marca: ELPIDIO NEREU VONF.	UN	100,00	0,0000	25,00	2.500,00
Total do Fornecedor:						52.670,00

Ipumirim, 25 de Março de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 8/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 15/2014
 Data do Processo: 06/03/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)

10	PREGOS 23 X 54 - Marca: GERDAU	KG	130,00	0,0000	10,00	1.300,00
11	PREGOS 25 X 72 - Marca: GERDAU	KG	150,00	0,0000	10,00	1.500,00
12	PREGOS 17 X 27 - Marca: GERDAU	KG	60,00	0,0000	8,50	510,00
13	PREGO 18 X 30 - Marca: GERDAU	KG	60,00	0,0000	8,50	510,00
14	PREGOS 19 X 39 - Marca: GERDAU	KG	80,00	0,0000	8,50	680,00
Total do Fornecedor:						4.500,00

LOTE: 3

TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)

15	Cimento - saco de 50kg - Marca: VOTORANTIM	Sc	300,00	0,0000	26,00	7.800,00
16	AREIA - Marca: HOBBI	M	50,00	0,0000	115,00	5.750,00
17	TIJOLOS 6 FURROS - Marca: LORENZETTI	UN	10.000,00	0,0000	0,59	5.900,00
Total do Fornecedor:						19.450,00
Total Geral:						76.620,00

Ipumirim, 25 de Março de 2014.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Reunião de Julgamento do PL 17, PP 9-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2014 Data do Processo: 11/03/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de equipamentos de sonorização, destinado as atividades da Administração Pública, conforme especificações anexas ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 10/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 25 de Março de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 17/2014, Licitação nº 9/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Calieri, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA, ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA e SONHO MEU - COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens do Edital. Assim o fez, a Srª MARCIO BONATO, sócio proprietário da empresa SONHO MEU - COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME, o Srº JONATAS DE ANDRADE, sócio proprietário da empresa ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA e o Sr. FABRICIO FRACASSO sócio proprietário da empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA. Todas as empresas acima citadas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas, anexados ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contido foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigências do presente Edital. Ante o exposto os representantes das licitantes denegaram o direito de recorrer das fases dessa licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 9611 - SONHO MEU COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Caixas 112V ativa 680 wts mas com um falante de 12.600wts, com amplificador digital de 1300 rms, mais um drive neodímio de 80wts rms caixa em chapa naval.	UN	2,00	TAIGAR MOD/REF112v	0,0000	1.669,00	3.338,00
2	caixas v112 passiva 680 wts rms com falante de 12 600 wts mais um drive neodímio de 80 wts rms caixa em chapa naval	UN	2,00	TAIGAR MOD/REFV112	0,0000	1.098,00	2.196,00
3	caixas sub sg 18 3000 wts rms ativa com amplificador digita de 3000 wts rms falante de 1500 wts rms chapa naval 18 mm	UN	2,00	TAIGAR MOD/REFSG11	0,0000	1.969,00	3.938,00
4	caixas sub sg 18 1500 wts, falante de 1500 wts rms chapa naval 18mm	UN	2,00	TAIGAR MOD/REFSG11	0,0000	987,00	1.974,00
5	mesa de som yamaha 16 canais com 10 canais xlr balanceadas	UN	1,00	YAMAHA MOD/REFMG1	0,0000	2.346,00	2.346,00
6	equalizador 31 bandas com saída de sub com entrada xlr m ef	UN	1,00	BEHRINGER/f	0,0000	934,00	934,00
7	Pedestal para caixa	UN	4,00	TAIGAR MOD/REFHAS	0,0000	134,00	536,00
8	cabos xlr macho e fêmea com 10 metro baalanceado	UN	10,00	TIAFLEX REFSTEREO2	0,0000	41,00	410,00
9	cabos de ac 10 metro com tomadas	UN	4,00	CORFIO REF 2/2,5	0,0000	35,00	140,00
10	microfone sem fio beta 58 modelo slx	UN	2,00	SHURE REF BETA	0,0000	1.344,90	2.689,80
11	cabos para interligar o som	UN	5,00	TIAFLEX REF 2/22	0,0000	83,00	415,00
12	pedestal rmv	UN	2,00	RMV REF PRT LOOK PLU	0,0000	160,00	320,00
13	monitor 400 wts com falante 12 mais drive 50 wts ativo	UN	1,00	TAIGAR REF V 400A	0,0000	1.410,00	1.410,00
Total do Participante ----->							20.646,80
Total Geral ----->							20.646,80

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2014 Data do Processo: 11/03/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 25 de Março de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 17, PP 9-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2014 Data do Processo: 11/03/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2014
b) Licitação Nr.: 9/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/03/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de equipamentos de sonorização, destinado as atividades da Administração Pública, conforme especificações anexas ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

SONHO MEU COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA (9611)

1 Caixas 112V ativa 680 wts mas com um falante de 12.600wts, com amplificador digital de 1300 rms, mais um drive neodimio de 80wts rms caixa em chapa naval. - Marca: TAIGAR MOD/REF112VA	UN	2,00	0,0000	1.669,00	3.338,00
2 caixas v112 passiva 680 wts rms com falante de 12 600 wts mais um drive neodimio de 80 wts rms caixa em chapa naval - Marca: TAIGAR MOD/REFV112P	UN	2,00	0,0000	1.098,00	2.196,00
3 caixas sub sg 18 3000 wts rms ativa com amplificador digital de 3000 wts rms falante de 1500 wts rms chapa naval 18 mm - Marca: TAIGAR MOD/REFSG18A	UN	2,00	0,0000	1.969,00	3.938,00
4 caixas sub sg 18 1500 wts, falante de 1500 wts rms chapa naval 18mm - Marca: TAIGAR MOD/REFSG18P	UN	2,00	0,0000	987,00	1.974,00
5 mesa de som yamaha 16 canais com 10 canais xlr balanceadas - Marca: YAMAHA MOD/REFMG166C	UN	1,00	0,0000	2.346,00	2.346,00

Ipumirim, 25 de Março de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 9/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 17/2014
Data do Processo: 11/03/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SONHO MEU COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA (9611)**

6 equalizador 31 bandas com saída de sub com entrada xlr m ef - Marca: BEHRINGER./REFFB6200	UN	1,00	0,0000	934,00	934,00
7 Pedestal para caixa - Marca: TAIGAR MOD/REFHASTE	UN	4,00	0,0000	134,00	536,00
8 cabos xlr macho e fêmea com 10 metro baalanceado - Marca: TIAFLEX REFSTEREO2/2	UN	10,00	0,0000	41,00	410,00
9 cabos de ac 10 metro com tomadas - Marca: CORFIO REF 2/2,5	UN	4,00	0,0000	35,00	140,00
10 microfone sem fio beta 58 modelo slx - Marca: SHURE REF BETA	UN	2,00	0,0000	1.344,90	2.689,80
11 cabos para interligar o som - Marca: TIAFLEX REF 2/22	UN	5,00	0,0000	83,00	415,00
12 pedestal rmv - Marca: RMV REF PRT LOOK PLU	UN	2,00	0,0000	160,00	320,00
13 monitor 400 wts com falante 12 mais drive 50 wts ativo - Marca: TAIGAR REF V 400A	UN	1,00	0,0000	1.410,00	1.410,00

Total do Fornecedor: 20.646,80**Total Geral: 20.646,80**

Ipumirim, 25 de Março de 2014.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 22, DI 9-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 22/2014 Data do Processo: 24/03/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 22/2014
b) Licitação Nr.: 9/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 24/03/2014
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa destinada a manutenção e atualização do site do Município e veiculação de demais informações pertinentes a administração pública e interesse Público.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

PG COMUNICAÇÃO (9498)

1 atualização do site do Município e veiculação de demais informações pertinentes a Administração Pública e interesse Público.	mês	9,00	0,0000	800,00	7.200,00
--	-----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 7.200,00

Total Geral: 7.200,00

Ipumirim, 24 de Março de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Termo de Compromisso

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

TERMO DE COMPROMISSO 01/2014

TERMO DE COMPROMISSO Nº 01 QUE A EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME ASSINA PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS – SC

A Empresa Brasileira de Navegação Oliveira Transportes Ltda - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.480.943/0001-00, com sede situada na Rua 8 de março, nº 28, sala 01, Centro, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 01, do bem público, constantes do anexo "G" do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, uma Balsa com Capacidade para 40 TON, MEDINDO TOTAL DO CASCO 16 MT, COMPRIMENTO COM RAMPAS 22,02MT, COMPRIMENTO ENTRE PERPENDICULARES 15,36 MT, BOCA 6MTS, PONTAL 1MT, ciente do seu texto e efeitos correlatados, bem como das obrigações a seguir especificadas: CLÁUSULA PRIMEIRA - A Permissão de Uso de que trata o presente Termo é oneroso, e está condicionada à vigência e correto adimplemento por parte da Permissionária, objeto da Concorrência Pública nº 01/2014, através de permissão de uso, de acordo com a Lei nº 1.553/2011 de 17 de março de 2011, da Balsa com Capacidade para 40 TON, MEDINDO TOTAL DO CASCO 16 MT, COMPRIMENTO COM RAMPAS 22,02MT, COMPRIMENTO ENTRE PERPENDICULARES 15,36 MT, BOCA 6MTS, PONTAL 1MT, que faz a travessia do Rio Iguaçu, entre os Municípios de Irineópolis – SC e Paula Freitas – PR. A balsa ora permissionada poderá ser utilizada para fins comerciais no seguinte ramo: transporte aquaviário de usuários e veículos (travessia fluvial de interior). Na exploração comercial do transporte aquaviário de pessoas e veículos, mediante a de Permissão de Uso de que trata este edital, o proponente deverá atentar para as seguintes observações:

Equipamentos necessários: equipamentos obrigatórios a serem implantados, deverão ser aprovados pela ANTAQ e/ou Marinha do Brasil, e pelo permitente, no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do Termo de Compromisso e Outorga de Permissão de Uso. Horário de Funcionamento: horário comercial e horário extraordinário (todos os dias), inclusive sábados, domingos e feriados (conforme proposto). Licenças, Autorizações e Seguro: é de inteira responsabilidade do permissionário a obtenção de todas as licenças, autorizações, seguro e demais documentações necessárias à exploração comercial do transporte aquaviário (travessia fluvial de interior), as quais deverão ser obtidas junto aos órgãos competentes (ANTAQ, Marinha do Brasil, etc); no prazo máximo de 60 dias após a assinatura do Termo de Compromisso e Outorga de Permissão de Uso. Manter a ordem e segurança do patrimônio, bem como arcar com as despesas por danos e responsabilidades administrativas, civil e criminal perante terceiros, permitente e/ou meio ambiente. CLÁUSULA SEGUNDA - O Permissionário efetuará o pagamento da permissão mensal de uso do bem público, até o décimo dia útil do mês subsequente ao que eles foram prestados, através de carnê de pagamento, expedido pelo Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Observada a legislação vigente na época de cada pagamento, o preço pelo qual será a permissão de uso (remuneração mensal pela permissão de uso), somente será reajustado a cada 12 (doze) meses, com reajuste do salário mínimo, tendo-se como data base o mês da assinatura do Termo de Compromisso e Outorga de Permissão de Uso. O valor proposto durante o

processo licitatório, das passagens dos veículos, e também dos pedestres, também sofrera alteração a cada 12 meses, a partir da assinatura deste e com base no reajuste do salário mínimo. Valor da passagem de veículos, conforme proposta do permissionário: Passeio, Utilitários e caminhonete: R\$ 4,00 (quatro reais)

Caminhão: R\$ 15,00 (quinze reais)

Máquinas agrícolas: R\$ 7,00 (sete reais)

Horário de passagem apresentada conforme proposta do permissionário (em horas diárias de prestação de serviços): 17hs (dezesete horas)

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência é de 12 (doze) meses corridos, contados a partir da data da assinatura do Termo de Compromisso e Outorga de Permissão de Uso, com possibilidade de renovação por até 60 meses, caso haja interesse da Permitente, tudo conforme autoriza o art. 57 da Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA - O Permissionário será o único e exclusivo responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, bem como por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar ao bem permissionado, ao contratante, à usuários, a terceiros e/ou ao meio ambiente, em decorrência da operação do objeto do presente termo e/ou em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos. Parágrafo Primeiro – Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão deverão ser executadas imediatamente pelo Permissionário, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente. Parágrafo Segundo – Caso as reparações sejam executadas de imediato, a Permitente reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo Permissionário dos dispêndios havido, podendo para tanto, lançar as quantias gastas nos valores mensais do preço da permissão de uso. CLÁUSULA QUINTA - Toda e qualquer benfeitoria (necessária, útil ou voluptuária) realizada no bem fica desde já, incorporada ao bem, renunciando ao Permissionário, ao eventual direito à retenção e/ou indenização. CLÁUSULA SEXTA - O Permissionário consente que a Permitente exerça constante fiscalização, no tocante do cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste e no Termo de outorga de Permissão de Uso, e das normas do Edital de Licitação nº 07/2014, modalidade Concorrência nº 01/2014. CLÁUSULA SETIMA - São, ainda, obrigações do Permissionário: Pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos prazos ajustados, cabendo-lhe, também, o pagamento dos impostos, taxas, seguro, etc., que recaírem sobre o bem e em seu nome;

Manter o objeto de permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;

Solicitar prévia e expressa autorização escrita da Permitente, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias no bem permissionado;

Sujeitar-se as exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;

Pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Permitente;

Não utilizar auto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade e não permitir algazarras no local;

Afastar do serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência for julgada inconveniente pela Permitente;

Cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da ANTAQ, Marinha do Brasil e Permitente, com os quais o Permissionário declara estar de acordo;

Exercer suas atividades conforme as determinações dos órgãos de fiscalização, mantendo o bem em perfeito estado de funcionamento;

Não transpassar, ceder ou transferir o objeto da permissão a terceiros;

Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito os Termos de Compromisso e de Outorga de Permissão de Uso, por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou itens, além daqueles dispositivos legais pertinentes ao assunto, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta do Permissionário;

Realizar manutenções periódicas no bem;

Executar e adimplir corretamente, todos os serviços constantes do Termo de Permissão de Uso nº 01/2014, referentes a manutenção do bem, objeto da Concorrência Pública nº 01/2014.

Atender à legislação vigente, no que diz respeito aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;

Manter durante a permissão de uso, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Responsabilizar-se pela boa qualidade na execução dos serviços;

Obedecer as normas de segurança necessárias para o desenvolvimento de todos os serviços contratados, bem como fornecer equipamentos de proteção individual e sinalizar onde serão executados os serviços;

Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Permitente, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da permissão de uso, respondendo por si e por seus sucessores.

Apresentar, sempre que solicitado, durante a Permissão de Uso, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

Executar os serviços constantes do objeto deste contrato na forma e condições avençadas;

Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Termo de Compromisso e Outorga de Permissão de Uso, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

Pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos impostos, taxas e despesas com luz, água, telefone, etc., que recaírem sobre o imóvel sob sua administração;

Não acumular material inservível e lixo em áreas sob sua responsabilidade;

Cumprir todas as condições do Edital;

Parágrafo Único – O não cumprimento de qualquer item da cláusula quinta ensejará a imediata rescisão da Permissão de Uso, sem qualquer direito à indenização.

CLÁUSULA OITAVA - O Permissionário declara estar ciente das facultades e prerrogativas concedidas ao ente Permitente, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao Instituto da Permissão de Uso.

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União para dirimir todas e quaisquer dúvidas decorrentes do termo de outorga de permissão de uso e do termo de compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Irineópolis em 18 de março de 2014

DIRCEU DE OLIVEIRA

EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA ME

CPF: 622.286.929-72

PERMISSIONÁRIO

Extrato Termo de Outorga

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

Termo de Outorga de Permissão de Uso nº01

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 83.102.558/0001-05, situada na Rua Paraná, 200, Centro, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Pozzi Pereira, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC, através deste instrumento, Outorga de Permissão de Uso, a título precário, de uma BALSA COM CAPACIDADE PARA 40 TON, MEDINDO TOTAL DO CASCO 16 MT, COMPRIMENTO COM RAMPAS 22,02MT, COMPRIMENTO ENTRE PERPENDICULARES 15,36 MT, BOCA 6MTS, PONTAL 1MT, que faz a travessia do Rio Iguaçu entre os Municípios de Irineópolis, Estado de Santa Catarina e Paula Freitas, Estado do Paraná constantes do anexo "H" do Edital de Concorrência Pública nº 01/2014, Processo Licitatório nº 07/2014, neste Município, à Empresa Brasileira de Navegação Oliveira Transportes Ltda - ME, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, inscrita no CNPJ sob o nº 13.480.943/0001-00, com sede na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua 08 de Março, nº 28, sala 01, Centro, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O bem acima descrito, será destinado exclusivamente à utilização comercial nos ramos de transporte aquaviário de pessoas e veículos (travessia fluvial de interior) não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer as condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes do Edital de Licitação nº 07/2014, modalidade Concorrência, nº 01/2014, do Termo de Compromisso nº 01, assinado pelo Permissionário. Parágrafo primeiro - Não será permitida a transferência da permissão de uso a terceiros.

CLAUSULA SEGUNDA - O Permissionário efetuará o pagamento da permissão mensal de uso do bem público, até o décimo dia útil do mês subsequente ao que eles foram prestados, através de carnê de pagamento, expedido pelo Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Observada a legislação vigente na época de cada pagamento, o preço pelo qual será a permissão de uso (remuneração mensal pela permissão de uso), somente será reajustado a cada 12 (doze) meses, com base no reajuste do salário mínimo, tendo-se como data base o mês da assinatura do Termo de Compromisso e Outorga de Permissão de Uso.

Valor da passagem de veículos, conforme proposta do permissionário:

Passeio, Utilitários e caminhonete: R\$ 4,00 (quatro reais)

Caminhão: R\$ 15,00 (quinze reais)

Máquinas agrícolas: R\$ 7,00 (sete reais)

Horário de passagem apresentado conforme proposta do permissionário (em horas diárias de prestação de serviços): 17hs (dezesete horas)

CLÁUSULA TERCEIRA - No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas nos termos de outorga ou de compromisso, não caracterizadoras de transferência, é exigível a aprovação prévia e escrita da Permitente para tanto.

CLÁUSULA QUARTA - Ocorrendo as hipóteses previstas na cláusula segunda, deverá ser formalizado novo termo de outorga ou compromisso, em substituição ou complemento ao anterior.

CLÁUSULA QUINTA - A presente Permissão de Uso vigorará a partir de 18/03/2014, objeto da Concorrência Pública n.º 01/2014, assinado entre a Permitente e o Permissionário, cuja vigência tem a previsão inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses, contados da data de firmamento daquele instrumento, caso haja interesse da Prefeitura Municipal de Irineópolis - SC (Permitente).

CLÁUSULA SEXTA - Tem a Permitente o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar a presente Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial ao Permissionário.

Parágrafo único - Ficará a Permissão de Uso rescindida de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

Alteração, pelo Permissionário, da destinação prevista no presente Termo ao bem ora permitido, ou qualquer outra julgada inconveniente pela Permitente;

Dissolução, falência, concordata, ou mudança na representatividade legal do Permissionário;

Inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pelo Permissionário;

Transferência da Permissão de Uso;

CLÁUSULA SETIMA - O Permissionário assinará o Termo de Recebimento, conforme memorial descritivo das condições do bem e zelará pela sua conservação.

CLÁUSULA OITAVA - Tem o Permitente o poder de fiscalizar o fiel cumprimento das condições do presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, do Termo de Compromisso, das condições estabelecidas no Edital de Licitação nº 07/2014, modalidade Concorrência n.º 01/2014, bem como das demais disposições legais pertinentes ao assunto.

CLÁUSULA NONA - As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo Permissionário, ficam incorporadas ao bem, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Irineópolis - SC, 18 de Março de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PERMITENTE

Decreto Nº 2572/2014

DECRETO N.º 2572/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

PROMOVE TRANSFERÊNCIA/CESSÃO DE BEM MÓVEL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, inciso VII, e, 87, inciso I, alínea "i", todos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a atual disponibilidade do VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECONOMY 2 PORTAS, 05 PASSAGEIROS, FAB/MOD. 2012/2013, COR BRANCO BANCHISA, CHASSI 9BD15802AD6797235, Placas MLB 3971, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 9775, pertencente a Secretaria da Infraestrutura;

CONSIDERANDO a inexistência de prejuízos no que se refere a adequada e eficiente prestação de serviços;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o VEÍCULO FIAT UNO MILLE ECONOMY 2 PORTAS, 05 PASSAGEIROS, FAB/MOD. 2012/2013, COR BRANCO BANCHISA, CHASSI 9BD15802AD6797235, Placas MLB 3971, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 9775, transferido para a Secretaria da Administração.

Art. 2º - Em virtude da transferência ora efetivada, as despesas com a manutenção do referido veículo, ficarão sob a responsabilidade da Secretaria da Administração, inclusive seu eventual condutor.

Art. 3º - Fica o Departamento de Patrimônio e Material autorizada a promover a respectiva transferência.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto nº 2377/2013 de 07 de fevereiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Irineópolis (SC), em 25 de março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2573/2013

DECRETO N.º 2573/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis, com a finalidade específica de proceder a avaliação, com base em valores de mercado, dos bens móveis de propriedade do Município, declarados inservíveis, para fins de Leilão pela Municipalidade nos Termos da Lei n.º 8.666/93, conforme abaixo segue: I – 01 AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE FIRE, PLACAS MCA-7219, 2 PORTAS, MODELO 2002, 04 CILINDROS, MARCA FIAT, 055 CV, ANO DE FABRICAÇÃO 2001, MODELO 2002, COR BRANCO, REVESTIDO TECIDO FANTASIA CLOUD AZUL, MODELO POPULAR, CHASSI N. 9BD15802524309220, MOTOR - 5241177. (Cadastro do Patrimônio n.º 4095);

II – 01 AUTOMÓVEL MARCA VW/GOL CL, PLACAS LXN-2356, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1987, COR BRANCA, 05 PASSAGEIROS, 090 CV, CHASSI Nº 9BWZZZ30ZHT016595. (Cadastro do Patrimônio nº 74);

III – 01 VEÍCULO GM/MONZA SL/E, ANO E MODELO 1992, COR AZUL, CODIGO DO RENAVAL 141585137, PLACAS JTH 3568. (Cadastro do Patrimônio nº 7691);

IV – 01 VEICULO GM VECTRA GLS, DOADO PELA RECEITA FEDERAL, CODIGO RENAVAL 724940081, PLACAS CXI 6234. (Cadastro no Patrimônio nº8523);

V – 01 VEÍCULO FIAT PALIO WEEKEND ADVENTURE LOCKER, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO 2009, MODELO 2009, COM 04 PORTAS LATERAIS, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, BICOMBUSTÍVEL, 1.8, 8 V, CHASSI 9BD17309TA4272849, RENAVAL 132772299, MOTOR X7*0485941, HP 114.111, PLACAS MGZ 4283 (Cadastro no Patrimônio nº 7149);

VI – 01 Balsa metálica para travessia de veículos, comprimento total 18,00m, comprimento externo do casco 14,00 m, boca máxima 4,50m, pontal 1,00m, rampas 2,00m, capacidade de carga 35T, fabricada em 23/07/1980. (Cadastro no Patrimônio nº 72);

VII - 01 COMPRESSOR DE AR CHICAGO PNEUMÁTICO. (Cadastro no Patrimônio nº 7163);

VIII – 01 AUTOMÓVEL MARCA FIAT MODELO PALIO FIRE 2 PORTAS, PLACAS - MEH-1502, COR VERMELHO ALPINE, GASOLINA, 4 CILINDROS, POTENCIA 65 HP, ANO/MODELO 2004, 2 PORTAS, 5 PASSAGEIROS, 1000 CILINDRADAS, RENAVAL NR. 152449, CHASSI NR. 9BD17103742434896, MOTOR 598592234. (Cadastro no Patrimônio nº 3990);

XI – 01 VEÍCULO MODELO TIGGO 2.0, MARCA CHERY, COR PRATA, ANO E MODELO 2011, A GASOLINA, 04 CILINDROS, 5 MARCHAS, CODIGO DO RENAVAL Nº 319299546, CHASSI Nº 9UJDB14B-9BU005661, PLACAS MIS 6032. (Cadastro no Patrimônio nº 8492);

X – 01 MOTONIVELADORA MARCA VOLVO, MODELO G930, SERIE/CHASSI VCE0G930L00039420. (Cadastro no Patrimônio nº 5818);

XI - 01 REBRITADOR DE MANDIBULAS MARCA FAÇO MOD 6013 MOTORIZADO SERIE RM 103.120. (Cadastro no Patrimônio nº2993);

XII – 01 VASSOURA MECANICA CMV (Cadastro no Patrimônio nº2993);

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

XIII – 01 ESTABILIZADOR (Cadastro no Patrimônio nº 4001); 01 BEBEDOURO MASTER FRIO ADVENCE PLUS - 220 V (Cadastro no Patrimônio nº4272); 01 AQUECEDOR PORTÁTIL, MARCA BRITÂNIA (Cadastro no Patrimônio nº6859); 01 APARELHO DE DVD COM ENTRADA USB (Cadastro no Patrimônio nº7401); 01 VIDEO CASSETE 4 CB VR 599 (Cadastro no Patrimônio nº1745); 01 VIDEO CASSETE 4 CB VR 599 (Cadastro no Patrimônio nº1765); 01 REFRIGERADOR R 250 ELETROLUX (Cadastro no Patrimônio nº1855); 01 NO BREAK MINI NHS 600 (Cadastro no Patrimônio nº3039); 01 IMPRESSORA DESKJET 610C (Cadastro no Patrimônio nº3041); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 3068); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº3071); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº3076); 01 MIMIOGRAFO FACIT A ALCOOL (Cadastro no Patrimônio nº3451); 01 PORTA DISQUETE PARA 100 UNID (Cadastro no Patrimônio nº3850); 01 VIDEO CASSETE LG 5 CAB BC480B (Cadastro no Patrimônio nº3859); 01 NOTEBOOK COMPAC PRE-SARIO MOD 1200 P III 700MHZ, HD10GB, DRIVE DE DISQUETE, MODEM 56.600, DVD, WINDOWS ME E WORD, TELA MATRIZ ATIVA (Cadastro no Patrimônio nº3930); 01 ESTABILIZADOR PLUS TS SHARA Nº11066928 (Cadastro no Patrimônio nº4002); 01 ESTABILIZADOR PLUS TS SHARA Nº 20203130 (Cadastro no Patrimônio nº4003); 01 ESTABILIZADOR. (Cadastro no Patrimônio nº4007); 01 APARELHO DE FAX MARCA SHARP COM SECRETARIA BAHIA SOUTH (Cadastro no Patrimônio nº4086); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4133); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA (Cadastro no Patrimônio nº4180); 01

ESTABILIZADOR TS SHARA (Cadastro no Patrimônio nº4182); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA (Cadastro no Patrimônio nº4183); 01 MICRO COMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4417); 01 IMPRESSORA OLIVETTI DM209L (Cadastro no Patrimônio nº4763); 01 MIMIOGRAFO. (Cadastro no Patrimônio nº4788); 01 ESTABILIZADOR SMS (Cadastro no Patrimônio nº4870); MIMIOGRAFO MENNO DM 96 (Cadastro no Patrimônio nº4942); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4994); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4995); 01 MICROCOMPUTADOR. (Cadastro no Patrimônio nº4996); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4997); 01 FOGÃO A GÁS NA COR AZUL (Cadastro no Patrimônio nº5004); 01 MIMIOGRAFO (Cadastro no Patrimônio nº5021); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº5205); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº5206); 01 DVD DOLLY DIGITAL (DIVX VIDEO) KARAOKÊ PLAYER OMNICON/MEC/SEED - MEC/FNDE (Cadastro no Patrimônio nº5239); 01 RADIO GRAVADOR AM/FM COM CD (Cadastro no Patrimônio nº5490); 01 SUPORTE PARA TV E VIDEO (Cadastro no Patrimônio nº5539); 01 VENTILADOR REDONDO COM PEDESTAL COM REGULADOR, 220 W (Cadastro no Patrimônio nº6049); 01 VENTILADOR REDONDO COM PEDESTAL COM REGULADOR, 220 W (Cadastro no Patrimônio nº6313); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº6426); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº6427); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº6428); 01 MICROCOMPUTADOR, (Cadastro no Patrimônio nº6429); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº6430); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº6432); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº8540); 01 MIMIOGRAFO FACIT A ALCOOL (Cadastro no Patrimônio nº9098); 01 RÁDIO GRAVADOR MARCA LENOX COM CD MODELO 162 (Cadastro no Patrimônio nº4035); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4129); 01 ESTABILIZADOR TS SHARA (Cadastro no Patrimônio nº4177); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4337); 01 IMPRESSORA HP DESKJET 3320 (Cadastro no Patrimônio nº4338); 01 IMPRESSORA HP DESKJET 3845 (Cadastro no Patrimônio nº4869); 01 RÁDIO DIGITAL LENOX (Cadastro no Patrimônio nº4913); 01 IMPRESSORA HP 3650 (Cadastro no Patrimônio nº4241); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4131); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4257); 01 MICROCOMPUTADOR. (Cadastro no Patrimônio nº 5207); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 9556); 01 MICROCOMPUTADOR. (Cadastro no Patrimônio nº 5204); 01 MONITOR COMPAQ V 40. (Cadastro no Patrimônio nº 9545); 01 MONITOR NIETRIX SA558 (Cadastro no Patrimônio nº 9555); 01 MONITOR NIETRIX SA558 (Cadastro no Patrimônio nº 9554); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 9546); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 6431); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 4597); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 4455); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 9548); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 2537); 01 NO BREAK ENERMAX BIV/115V AUTOM. 1 BAT. SEL. 600 VA (Cadastro no Patrimônio nº 4456); 01 ESTABILIZADOR 300 WATTS, MARCA NHS (Cadastro no Patrimônio nº 7859); 01 ESTABILIZADOR 300 WATTS, MARCA NHS (Cadastro no Patrimônio nº 7858); 01 ESTABILIZADOR 300 WATTS, MARCA NHS (Cadastro no Patrimônio nº 7855).

SECRETARIA DA SAÚDE

XIV- ESCRIVANINHA EM FORMICA 2 GAVETAS (L) (Cadastro no Patrimônio nº1243); 01 IMPRESSORA HP 695 JATO DE TINTA (Cadastro no Patrimônio nº2986); 01 AQUECEDOR ELETRICO AB 1200 220 V (Cadastro no Patrimônio nº4039); 01 AQUECEDOR AB 1000 220 V MARCA BRITANIA (Cadastro no Patrimônio nº4249); 01 IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 3920 (Cadastro no Patrimônio nº4594); 01 CENTRIFUGA MICROHEMATOCRITO 24 TURBO (Cadastro no Patrimônio nº4657); 01 ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM ETERNITY 300/600 VS BIVOLT (Cadastro no Patrimônio nº6050); 01 MONITOR LG CRT 17" 710E (Cadastro no Patrimônio nº6449);

01 INALADOR 110V/220V NEBULAR PLUS (Cadastro no Patrimônio nº6884); 01 BALANÇA PESSOAL MECANICA (Cadastro no Patrimônio nº7377); 01 APARELHO PARA INALAÇÃO - ADULTO, MARCA NEBULAR PLUS (Cadastro no Patrimônio nº7779); 01 BALANÇA PORTÁTIL MECÂNICA (Cadastro no Patrimônio nº9637); 01 BALANÇA PESSOAL MECANICA (Cadastro no Patrimônio nº9638); 01 BEBEDOURO BELLIERE XCT 602 (Cadastro no Patrimônio nº9680); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4254); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4215); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4231); 01 SONAR MD700 (Cadastro no Patrimônio nº4648); 01 ASSENTO DE MADEIRA PINTADO DE BRANCO (Cadastro no Patrimônio nº4671); 01 FAX SIMILLE SHARP (Cadastro no Patrimônio nº4674); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4677); 01 FOGÃO A GÁS 04 BOCAS (Cadastro no Patrimônio nº5106); 01 BALANÇA DIGITAL (Cadastro no Patrimônio nº9182); 01 BALANÇA DIGITAL (Cadastro no Patrimônio nº9639); 01 APARELHO PARA INALAÇÃO, INALAR COMPACT NS (Cadastro no Patrimônio nº7684); 01 BALANÇA MECANICA MODELO SPORT (Cadastro no Patrimônio nº6082); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 4222); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 6058); 01 MONITOR NETRIX SA558 (Cadastro no Patrimônio nº 9789); 01 MONITOR LCD LG FLATRON W1642C (Cadastro no Patrimônio nº 9881); 01 NO BREAK 600 WATTS (Cadastro no Patrimônio nº 4112);

XV- FAX SIMILLE OLIVETTI OFX 540 (Cadastro no Patrimônio nº4127); 01 ESTABILIZADOR BIVOLT 300 VA, MARCA SMS REVOLUTION 3 COM 4 SAÍDAS 157010127891 (Cadastro no Patrimônio nº4571);

XVI - RELOGIO DE PONTO (Cadastro no Patrimônio nº4309).

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

XVII- MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4115); 01 NO BREAK 600 WATTS ENTRADA 127/240 V SAIDA 127 V (Cadastro no Patrimônio nº4116); 01 MAQUINA DATILOGRAFIA TEKNE 3 ELETRONICA (Cadastro no Patrimônio nº112); 01 MAQUINA DATILOGRAFIA TEKNE 3 ELETRONICA (Cadastro no Patrimônio nº056); 01 IMPRESSORA HP 695C JATO DE TINTA COLOR (Cadastro no Patrimônio nº3062); 01 IMPRESSORA HP 840C (Cadastro no Patrimônio nº3939); 01 CALCULADORA SHARP COMPET CS-2612 (Cadastro no Patrimônio nº4556); 01 NO BREAK PROTECT - MINX - COMPACT STAND BY (Cadastro no Patrimônio nº4584); 01 IMPRESSORA HP 3920 (Cadastro no Patrimônio nº4587); 01 IMPRESSORA HP 3920 (Cadastro no Patrimônio nº4617); 01 MICROCOMPUTADOR 9278, 9279 (Cadastro no Patrimônio nº9278); 01 FOGAO 4 BOCAS D. BENTA BRANCO (Cadastro no Patrimônio nº4310); 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO CONSUL 12000 (Cadastro no Patrimônio nº1170); 01 CALCULADORA SHARP COMPET CS- 2181 (Cadastro no Patrimônio nº1178); 01 ESCRIVANINHA CEREJEIRA 3 GAVETAS (Cadastro no Patrimônio nº1404); 01 NO BREAK NHS PREMIUM 1200VA (Cadastro no Patrimônio nº3018); 01 IMPRESSORA EPSON FX-1170 (Cadastro no Patrimônio nº3088); 01 IMPRESSORA HP 840 (Cadastro no Patrimônio nº3847); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº4564); 01 ESTABILIZADOR MAGNETICS 500 VA BIVOLT (Cadastro no Patrimônio nº7825); 01 CALCULADORA LOGOS 682 - 2543147 (Cadastro no Patrimônio nº282); 01 IMPRESSORA HP LASERJET (Cadastro no Patrimônio nº 3845); 01 MICROCOMPUTADOR (CPU) (Cadastro no Patrimônio nº 9788); 01 MICROCOMPUTADOR (Cadastro no Patrimônio nº 4076); 01 IMPRESSORA HP 3320 - CONVERTIDA PARA HP 3550 (Cadastro no Patrimônio nº 9733); 01 NO BREAK SMS NET WINNER 700 BI (Cadastro no Patrimônio nº 5698); 01 IMPRESSORA EPSON LX 300 (Cadastro no Patrimônio nº 3066); 01 IMPRESSORA EPSON LX-300 (Cadastro no Patrimônio nº 2538);

XVIII - 01 TERRENO RURAL COM AREA DE 96.597,00M², LOCALIZADO EM COLÔNIA VELHA. (Cadastro no Patrimônio nº 9766);

XIX - 518 KG DE SUCATA.

XX - VEÍCULO ONIBUS, MARCA SCANIA, ANO E MODELO 1989,

CODIGO DO RENAVAL 247315990, CHASSI 9BSKT6X2BK3457693, CARROCERIA NIELSON DIPLOMATA, COR AZUL. (Cadastro no Patrimônio nº 9779);

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

XXI - 01 REFRIGERADOR 4 PORTAS, MARCA METALFRIO, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0363); 01 FREEZER HORIZONTAL, COM DUAS PORTAS, NA COR AZUL (Cadastro no Patrimônio nº 0364); 01 MÁQUINA DE COSTURA, MARCA SINGER FACILITA 248 COM CAIXA EM MADEIRA (Cadastro no Patrimônio nº 0378); 01 TAMPO PARA PIA COM 01 BACIA EM GRANITO (Cadastro no Patrimônio nº 0384); 01 LIQUIDIFICADOR COM COPO, MARCA WALITA TWIST, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0390).

XXII - 01 REFRIGERADOR COM 01 PORTA, MARCA CONSUL, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0365); 01 REFRIGERADOR COM 02 PORTAS, EM ALUMÍNIO, MARCA RANCO (Cadastro no Patrimônio nº 0385); 01 PORTA TEMPEROS COM 04 PEÇAS EM VIDRO (Cadastro no Patrimônio nº 0391); 01 MANTEIGUEIRA EM PORCELANA, NA COR MARROM, COM TAMPA (Cadastro no Patrimônio nº 0392); 01 MANTEIGUEIRA EM PORCELANA, NA COR MARROM, COM TAMPA (Cadastro no Patrimônio nº 0393);

XXIII - 01 ARQUIVO DE AÇO, COM 4 GAVETAS, NA COR CINZA (Cadastro no Patrimônio nº 0182); 01 ARQUIVO DE AÇO, COM 4 GAVETAS, NA COR CINZA, MARCA ADAP (Cadastro no Patrimônio nº 0204); 01 ARQUIVO DE AÇO, COM 5 GAVETAS, NA COR CINZA, MARCA PANDIN (Cadastro no Patrimônio nº 0238);

XXIV - 01 KIT DE COZINHA CONTENDO: 01 JOGO DE XÍCARAS PARA CAFÉZINHO EM PORCELANA, NA COR BRANCA COM DETALHES EM FLORES AMARELAS, COM 03 PIRES, 03 XÍCARAS E 01 BULE COM TAMPA; 01 JOGO PARA CAFÉZINHO DURALÉX, EM VIDRO MARROM TRANSPARENTE, COM 12 PIRES E 12 XÍCARAS; 01 JOGO PARA CAFÉZINHO EM PORCELANA, NA COR BRANCA COM DETALHES EM AZUL E DOURADO, COM 04 PIRES E 03 XÍCARAS; 10 XÍCARAS PARA CAFÉZINHO EM PORCELANA, NA COR BRANCA; 01 SOPEIRA EM PORCELANA, NA COR BRANCA, COM TAMPA; 35 PRATOS RASOS, EM PORCELANA, NA COR BRANCA; 01 JOGO PARA CAFÉZINHO EM PORCELANA, NA COR BRANCA, COM 12 XÍCARAS MÉDIAS, 01 AÇUCAREIRO COM TAMPA, 01 BULE PARA CAFÉ COM TAMPA, 01 LEITEIRA COM TAMPA; 07 PRATOS PARA BOLO MÉDIOS EM PORCELANA, NA COR BRANCA; 01 JOGO PARA BOLO EM PORCELANA MARROM COM 13 PRATOS MÉDIOS PARA BOLO, 01 BULE PARA CAFÉ COM TAMPA, 02 XÍCARAS PARA LEITE SEM TAMPA; 03 PRATOS MÉDIOS PARA BOLO EM PORCELANA, NA COR BRANCA COM DETALHES EM AZUL; 03 BULES EM PORCELANA COM TAMPA, NA COR BRANCA; 01 AÇUCAREIRO EM PORCELANA COM TAMPA, NA COR BRANCA; 01 LEITEIRA OVALADA EM PORCELANA, NA COR BRANCA; 27 GARFOS; 09 COLHERES; 05 FACAS; 02 ESPÁTULAS PLÁSTICAS; 01 BOMBA PARA CHIMARRÃO; 01 ESCUMADEIRA PLÁSTICA; 01 GARFO PLÁSTICO GRANDE; 02 FRIGIDEIRAS; 02 FORMAS RETANGULARES; 01 PAINEL EM ALUMÍNIO COM TAMPA (Cadastro no Patrimônio nº 0394);

XXV - 01 BALCÃO EM FÓRMICA, COM 02 GAVETAS, 5 PORTAS NA COR AZUL (Cadastro no Patrimônio nº 0395); 01 BALCÃO EM FÓRMICA, COM 02 GAVETAS, 4 PORTAS, NA COR AZUL (Cadastro no Patrimônio nº 0396); 01 BALCÃO EM FÓRMICA, COM 02 GAVETAS, 5 PORTAS, NA COR AZUL (Cadastro no Patrimônio nº 0397);

XXVI - 01 GUARDA ROUPA DE MADEIRA COM 02 PORTAS (Cadastro no Patrimônio nº 0366); 01 CÔMODA EM MADEIRA, COM 01 GAVETA (Cadastro no Patrimônio nº 0373); 01 CÔMODA EM MADEIRA, COM 01 GAVETA (Cadastro no Patrimônio nº 0374); 01 ARQUIVO PEQUENO EM AÇO, COM 05 GAVETAS (Cadastro no Patrimônio nº 0381);

XXVII - 01 CAMA DE SOLTEIRO, EM MADEIRA (Cadastro no Patrimônio nº 0367); 01 GUARDA ROUPA EM MADEIRA COM 04 PORTAS (Cadastro no Patrimônio nº 0370); 01 PENTEADEIRA EM MADEIRA, COM ESPELHO E DUAS GAVETAS (Cadastro no Patrimônio nº 0371); 01 FREEZER HORIZONTAL, DA MARCA PROSDÓCIMO, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0383);

XXVIII- 01 ARMÁRIO EM MADEIRA COM 04 PORTAS E 2 GAVETAS, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0368); 01 PENTEADEIRA EM MADEIRA COM ESPELHO E DUAS GAVETAS (Cadastro no Patrimônio nº 0372); 01 SOFÁ COM 3 LUGARES, EM MADEIRA, COM ALMOFADAS ESTOFADAS EM NAPA, NA COR PRETA (Cadastro no Patrimônio nº 0375); 01 CAMA DE SOLTEIRO, EM MADEIRA (Cadastro no Patrimônio nº 0376); 01 CAMA DE SOLTEIRO, EM MADEIRA (Cadastro no Patrimônio nº 0377).

XXIX - 01 ARMÁRIO COM 3 PORTAS DE VIDRO E 4 PORTAS DE MADEIRA, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0369); 01 REFRIGERADOR PEQUENO, MARCA CONSUL, NA COR MARROM (Cadastro no Patrimônio nº 0379); 01 BALCÃO PARA PIA, COM 02 PORTAS E 03 GAVETAS, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0382); 01 CÔMODA EM FERRO, COM 01 GAVETA, NA COR BRANCA (Cadastro no Patrimônio nº 0386); 01 BALANÇA ANALÓGICA DE COZINHA, MARCA YARA, NA COR BEGE (Cadastro no Patrimônio nº 0389);

XXX - 01 REFRIGERADOR PEQUENO, MARCA CONSUL, NA COR MARROM (Cadastro no Patrimônio nº 0380); 01 MESA DE PARTO COM MANIVELA PARA ELEVÇÃO (Cadastro no Patrimônio nº 0387); 01 ARMÁRIO EM FERRO E VIDRO COM 01 PORTA (Cadastro no Patrimônio nº 0388); 01 CÔMODA EM MADEIRA, COM 01 GAVETA (Cadastro no Patrimônio nº 0398);

XXXI - 01 CADEIRA EM FERRO, COM APOIO PARA BRAÇO, ESTOFADA EM NAPA NA COR PRETA (Cadastro no Patrimônio nº 0423); 01 BALCÃO EM MADEIRA E FÓRMICA, COM 04 PORTAS, NA COR AZUL (Cadastro no Patrimônio nº 0026); 01 MESA GRANDE EM MADEIRA E FÓRMICA, COM 06 GAVETAS, NA COR MARROM (Cadastro no Patrimônio nº 0309); 01 MESA PARA COMPUTADOR, CONTENDO 03 GAVETAS, EM MADEIRA, NA COR AZUL (Cadastro no Patrimônio nº 0310);

XXXII - 01 CADEIRA EM FERRO, ESTOFADA EM NAPA NA COR PRETA (Cadastro no Patrimônio nº 0429); 01 PENTEADEIRA CONTENDO ESPELHO E 02 GAVETAS, EM MADEIRA, NA COR MARROM (Cadastro no Patrimônio nº 0231); 01 SOFÁ COM 03 LUGARES EM FERRO E MADEIRA, ESTOFADA EM NAPA NA COR PRETA (Cadastro no Patrimônio nº 0306); 01 GUARDA ROUPA COM 04 PORTAS, EM MADEIRA, NA COR MARROM (Cadastro no Patrimônio nº 0307).

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes Membros:

I – Virlei da Silva, investido no Cargo de Provimento em Comissão de Secretário da Infraestrutura;

II – Patrícia Fabiane Fronczak, investido no Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Patrimônio e Materiais, lotada na Secretaria da Administração;

III – Silvana Rodrigues da Silva, investido no Cargo de Auxiliar Administrativo, lotada no Hospital Municipal Bom Jesus;

IV – Cristiano Back, investido no Cargo de Coordenador de Informática, lotado na Secretaria da Administração;

Art. 3º - A Comissão instituída através deste Decreto, será presidida pelo Senhor Virlei da Silva, será secretariada pela Senhora Patrícia Fabiane Fronczak e terá como membros: Silvana Rodrigues da Silva e Cristiano Bach.

Art. 4º - O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão será de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste ato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogado o Decreto nº 2558/2014 de 07 de fevereiro

de 2014, e demais disposições em contrário.

Irineópolis, 07 de Fevereiro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 5/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014 - OBJETO: registro de preços para aquisição de pneus novos e recapados, câmaras de ar e protetores novos. PROPONENTES: Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda. – ITENS: 4, 15, 16 e 21 – R\$ 25.244,00. Comercial Automotiva S.A – ITENS: 9, 10, 11, 12 e 29 – R\$ 85.016,00. Modelo Pneus Ltda. – ITENS: 6, 20, 25, 26, 27 e 30 – R\$ 108.030,00. Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. – ITENS: 1, 2, 5, 7, 8, 13, 14, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 28, 32 e 33 – R\$ 92.455,00. TOTALIZANDO: R\$ 310.745,00.

Itaiópolis, 07 de março de 2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014 - OBJETO: registro de preços para aquisição de pneus novos e recapados, câmaras de ar e protetores novos. Nº CONTRATO – CONTRATADA. 32/2014 - Comercial Automotiva S.A – R\$ 11.226,00. 33/2014 - Modelo Pneus Ltda. – R\$ 20.640,00. 34/2014 - Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. – R\$ 8.577,00. Prazo: 31-12-2014.

Itaiópolis, 07 de março de 2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 3/2014 – Pregão Presencial nº 3/2014. Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de gasolina comum para os veículos do Programa Bolsa Família, CRAS e Conselho Tutelar. CONTRATO nº 36/2014. CONTRATADA: Posto Estiva Ltda. EPP VALOR: R\$ 2,849 por litro. Totalizando: R\$ 21.367,50. PRAZO: 31/12/2014.

Itaiópolis, 24/03/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 27/2014 - Pregão Presencial nº 23/2014 – Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de Gasolina Comum e Etanol para frota municipal e equipamentos (roçadeiras, motosserras e máquinas de cortar grama). LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 10 de abril de 2014, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 10 de abril de 2014, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 24 de março de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 26/2014 – Dispensa de Licitação nº 1/2014. Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de gasolina comum e etanol para frota municipal e equipamentos (roçadeiras, motosserras e máquinas de cortar grama). CONTRATO nº 35/2014. CONTRATADA: Posto Estiva Ltda. EPP VALOR: R\$ 2,849 o litro da gasolina comum e R\$ 2,399 o litro do etanol. Totalizando: R\$ 3.601,72. PRAZO: 30 dias.

Itaiópolis, 20/03/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 47, de 21 de Março de 2014

DECRETO Nº 47, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 25.352,69 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos):

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.2038 – Manutenção das Atividades da Secretaria
31.71.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
R\$ 23.956,59
33.71.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
R\$ 1.396,10

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 21 de março de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 15/2014

O Município de Itapiranga – SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 15/2014, cujo objeto é a aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 08 de abril de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por e-mail: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 12 de fevereiro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Adm. Fundo Municipal Saúde

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 14/2014, Processo Licitatório Nº 23/2014 - Análise de Propostas, Lances Verbaís E Habilitação

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 25/03/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, ISABELA RAICIK DUTRA POHL, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000014/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ESCOLINHA DE RENDIMENTO DA SECRETARIA DE ESPORTE LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL.No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA
ESCOBRINQ LTDA EPP
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO -ME

Representantes (Credenciados)
PAULO ROBERTO KAMIENSKI
ANDERSON MENELLI
SERGIO LUIS KONDLATSCH

Analizados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s): TIA-GO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN-ME que descumpriu os itens 4.1, 5.1.2, 5.1.3 do edital e a empresa 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME que foi desclassificada pela ausência do item 5.6.1 do edital. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	18,9000	0,0000
2	KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	13,6000	0,0000

3	KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	6,3000	0,0000
4	KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	44,9000	0,0000
5	KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	250,0000	0,0000
6	KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	12,4200	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	9.592,4200

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 25/03/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
VALERIO PACHECO
ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Assinantes	
Representantes	Assinatura
KSPORTS COM. E IND. DE MAT. ESPORT.LTDA	
ESCOBRINQ LTDA EPP	
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO -ME	

Termo Aditivo Nº 11/2014

TERMO ADITIVO N.º 11/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 23/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Educação, aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO

SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, e a empresa BRIOVILLE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.069.935/0001-24 e Inscrição Estadual: 252.875.850, com sede à Rua Bento Gonçalves, nº 190, Bairro Glória, CEP: 89216-110, na cidade de Joinville/SC, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. SILVIO CRISPIM, portador do CNPF/MF nº 557.597.269-00 e do CI.RG nº 1.800.596-9, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 14/2013 – REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2013 – PROCESSO Nº 38/2013 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 4.721,00 (Quatro mil setecentos e vinte e um reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, os quantitativos relacionados abaixo:

Item	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Valor Unit	Valor total
4	Álcool Líquido graduação alcoólica 70º	Cx c/ 12	Da Ilha	50	R\$ 55,98	R\$ 2.799,00
11	Desinfetante para banheiro	Galão 5L	BRIOSOL	200	R\$ 7,56	R\$ 1.512,00
17	Esponjão dupla face 103x180mm	Unidade	BETTANIN	200	R\$ 2,05	R\$ 410,00
						R\$ 4.721,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 23/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 23/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de março de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA SILVIO CRISPIM
TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Termo Aditivo Nº 10/2014

TERMO ADITIVO N.º 10/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 72/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, devidamente representado e assistido pela Secretária de Assistência Social e Bem Estar, aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Secretária de Assistência Social e Bem Estar, a Sra. ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, portadora do CI.RG nº 2968091 SSP/SC e do CNPF/MF nº 820.875.479-04, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, e a empresa TIAGO ALEXANDRE BORGERSHAUSEN ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.765.586/0001-88 e Inscrição Estadual: 90624097-19, com sede à Rua Caetano Marschesini, nº 626, Bairro Portão, CEP: 81.070-110, na cidade de Curitiba/PR, representada neste ato pelo Sr. MARCELO JACOB, portador do CNPF/MF nº 026.131.759-82 e do CI.RG nº 6.758.981-5/SESP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene para manutenção do Abrigo Provisório, CRAS, Pastoral da Criança e Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 52/2013 – REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2013 – PROCESSO Nº 97/2013 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 114,69 (Cento e catorze reais e sessenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, os quantitativos relacionados abaixo:

Item/ Subitem	Descrição	Marca	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
18	Água Sanitária multiuso cloro ativo microfiltrada com 05 litros composição de sódio e água.	Onix	Unid	6	R\$ 3,88	R\$ 23,28
20	Copos descartáveis, 180ml c/100 unidades cada pacote.	Total Plast	Unid	5	R\$ 4,15	R\$ 20,75
26.1	Inseticida em aerosol p/ matar baratas e formigas, de 300 ml.	Guara	Unid	3	R\$ 7,30	R\$ 21,90
27	Limpa vidros, com borrifador tipo pistola. Embalagem de 500 ml.	Onix	Unid	3	R\$ 5,92	R\$ 17,76
32.1	Saco de lixo para 100 lt, reforçado, cor preto, com 8 micras de espessura. Pacote com 10 unidades	Nek-plast	Unid	6	R\$ 4,25	R\$ 25,50
32.2	Saco de lixo para 15 lt, reforçado, cor preto, com 5 micras de espessura. Pacote com 10 unidades	Nelplast	Unid	2	R\$ 2,75	R\$ 5,50
	TOTAL					R\$ 114,69

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 72/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 72/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de março de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	TIAGO ALEXANDRE BORGERSHAUSEN ME MARCELO JACOB
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
TESTEMUNHAS:	
NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Jacinto Machado

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Setor de Licitações, a Pregoeira e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Antonio João de Fáveri, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 09/04/2014 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC, 24 de março de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 071/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
Valor Global: R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).
Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2014/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 142 - 106/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 072/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME
Valor Global: R\$ 3.605,95 (três mil seiscentos e cinco reais e noventa e cinco centavos).
Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2014/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 142 - 106/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 073/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): COMERCIAL SARETTO LTDA - ME
Valor Global: R\$ 7.532,70 (sete mil quinhentos e trinta e dois reais e setenta centavos).
Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2014/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 142 - 106/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 074/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratado (a): ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME
Valor Global: R\$ 10.853,15 (dez mil oitocentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2014/PMJM

Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 142 - 106/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 021/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP

Valor do Contrato: R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2014 - CV

Dotação: 2.020.4490.00 - 94 - 12/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E NA SECRETARIA DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Extrato do Contrato Nº 022/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): COMERCIAL SARETTO LTDA

Valor: R\$ 5.314,75 (cinco mil trezentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2014 - CV
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Extrato do Contrato Nº 023/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME

Valor: R\$ 5.738,00 (cinco mil setecentos e trinta e oito reais).

Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2014 - CV

Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Extrato do Contrato Nº 024/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2014/FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME

Valor: R\$ 5.253,25 (cinco mil duzentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2014 - CV

Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Extrato do Contrato Nº 025/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 17/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2014 - CV

Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA USO DA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Extrato do Contrato Nº 001/2014/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2014/FMAS

Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL DE JACINTO MACHADO

Valor do contrato: R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 020/2013/FMAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, HOSPEDAGEM TOTAL E MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SOFTWARE WEB DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA SER UTILIZADO PELA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 2 de Janeiro de 2014.

Antonio João de Fáveri

Gestor do Fundo

Dispensa de Licitação P/ Compras E Serviços Nº 020/2013/FMAS Processo Licitatório Nº 112/2013/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 020/2013/FMAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2013/FMAS

Homologação: 02/01/2014

Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL DE JACINTO MACHADO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, HOSPEDAGEM TOTAL E MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SOFTWARE WEB DE

GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA SER UTILIZADO PELA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Valor da Despesa: R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 2 de Janeiro de 2014.

Antonio João de Fáveri

Gestor do Fundo

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.000.000,00	24.000.000,00	4.447.044,89	18,53	4.447.044,89	18,53
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.000.000,00	24.000.000,00	4.447.044,89	18,53	4.447.044,89	18,53
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	243.315,44	—	—	79.786,65	—
Superávit Financeiro	—	243.315,44	—	—	79.786,65	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.000.000,00	3.010.840,61	27.010.840,61	4.324.454,37	4.324.454,37	14,79	3.996.109,40	3.996.109,40	14,79	23.014.731,21
DESPESAS CORRENTES	20.459.000,00	302.291,25	20.761.291,25	3.028.604,66	3.028.604,66	13,01	2.700.259,69	2.700.259,69	13,01	18.061.031,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.093.000,00	-322.159,52	12.770.840,48	1.716.597,89	1.716.597,89	13,44	1.716.597,89	1.716.597,89	13,44	11.054.242,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	118,01	118,01	0,24	118,01	118,01	0,24	49.881,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.316.000,00	624.450,77	7.940.450,77	1.311.888,76	1.311.888,76	12,39	983.543,79	983.543,79	12,39	6.956.906,98
DESPESAS DE CAPITAL	3.501.000,00	2.708.549,36	6.209.549,36	1.295.849,71	1.295.849,71	20,87	1.295.849,71	1.295.849,71	20,87	4.913.699,65
INVESTIMENTOS	2.851.000,00	2.708.549,36	5.559.549,36	1.261.186,36	1.261.186,36	22,69	1.261.186,36	1.261.186,36	22,69	4.298.363,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	650.000,00	0,00	650.000,00	34.663,35	34.663,35	5,33	34.663,35	34.663,35	5,33	615.336,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.000.000,00	3.010.840,61	27.010.840,61	4.324.454,37	4.324.454,37	14,79	3.996.109,40	3.996.109,40	14,79	23.014.731,21

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.000.000,00	3.010.840,61	27.010.840,61	4.324.454,37	4.324.454,37	3.996.109,40	3.996.109,40	14,79
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	450.935,49	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.000.000,00	3.010.840,61	27.010.840,61	4.324.454,37	4.324.454,37	3.996.109,40	4.447.044,89	14,79
								23.014.731,21

FONTE:

JACINTO MACHADO, 25/03/2014

ANTONIO JOÃO DE FAVERI
ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS

ALÉXSANDER DOS SANTOS
CONTADOR-CRC/SC 023516/O-6

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
CONTROLE INTERNO

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")			R\$ 1,00							
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.000.000,00	27.010.840,61	4.324.454,37	4.324.454,37	3.996.109,40	3.996.109,40	100,00	14,79	23.014.731,21	
	Legislativa	1.040.000,00	1.040.000,00	155.670,92	155.670,92	115.348,36	115.348,36	2,89	11,09	924.651,64
	Ação Legislativa	1.040.000,00	1.040.000,00	155.670,92	155.670,92	115.348,36	115.348,36	2,89	11,09	924.651,64
	Administração	1.870.000,00	1.870.000,00	392.327,00	392.327,00	304.125,98	304.125,98	7,61	16,26	1.565.874,02
	Administração Geral	1.830.000,00	1.830.000,00	392.106,97	392.106,97	303.905,95	303.905,95	7,61	16,61	1.526.094,05
	Defesa Civil	40.000,00	40.000,00	220,03	220,03	220,03	220,03	0,01	0,55	39.779,97
	Assistência Social	756.000,00	756.000,00	68.936,36	68.936,36	64.416,36	64.416,36	1,61	8,52	691.583,64
	Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	7.249,09	7.249,09	7.249,09	7.249,09	0,18	9,06	72.750,91
	Assistência Comunitária	676.000,00	676.000,00	61.687,27	61.687,27	57.167,27	57.167,27	1,43	8,46	618.832,73
	Previdência Social	10.000,00	10.000,00	3.744,20	3.744,20	3.744,20	3.744,20	0,09	37,44	6.255,80
	Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	3.744,20	3.744,20	3.744,20	3.744,20	0,09	37,44	6.255,80
	Saúde	4.052.000,00	4.102.276,54	708.993,80	708.993,80	658.562,59	658.562,59	16,48	16,05	3.443.713,95
	Atenção Básica	4.052.000,00	4.102.276,54	708.993,80	708.993,80	658.562,59	658.562,59	16,48	16,05	3.443.713,95
	Educação	7.600.000,00	8.828.599,68	1.045.839,92	1.045.839,92	1.011.719,92	1.011.719,92	25,32	11,46	7.816.879,76
	Alimentação e Nutrição	260.000,00	433.389,34	3.593,70	3.593,70	3.593,70	3.593,70	0,09	0,83	429.795,64
	Ensino Fundamental	6.880.000,00	7.805.210,34	961.246,41	961.246,41	941.126,41	941.126,41	23,55	12,06	6.864.083,93
	Educação Infantil	360.000,00	490.000,00	79.679,81	79.679,81	65.679,81	65.679,81	1,64	13,40	424.320,19
	Educação de Jovens e Adultos	100.000,00	100.000,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	0,03	1,32	98.680,00
	Cultura	396.000,00	396.000,00	6.001,24	6.001,24	6.001,24	6.001,24	0,15	1,52	389.998,76
	Difusão Cultural	396.000,00	396.000,00	6.001,24	6.001,24	6.001,24	6.001,24	0,15	1,52	389.998,76
	Urbanismo	3.346.000,00	3.456.830,72	311.086,51	311.086,51	295.911,01	295.911,01	7,40	8,56	3.160.919,71
	Serviços Urbanos	3.346.000,00	3.456.830,72	311.086,51	311.086,51	295.911,01	295.911,01	7,40	8,56	3.160.919,71
	Saneamento	892.000,00	892.000,00	163.243,39	163.243,39	112.068,71	112.068,71	2,80	12,56	779.931,29
	Saneamento Básico Urbano	892.000,00	892.000,00	163.243,39	163.243,39	112.068,71	112.068,71	2,80	12,56	779.931,29
	Gestão Ambiental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
	Preservação e Conservação Ambiental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Agricultura	520.000,00	520.000,00	121.659,90	121.659,90	77.259,90	77.259,90	1,93	14,86	442.740,10	
Extensão Rural	520.000,00	520.000,00	121.659,90	121.659,90	77.259,90	77.259,90	1,93	14,86	442.740,10	
Indústria	68.000,00	118.000,00	20.227,00	20.227,00	20.227,00	20.227,00	0,51	17,14	97.773,00	
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
Propriedade Industrial	48.000,00	98.000,00	20.227,00	20.227,00	20.227,00	20.227,00	0,51	20,64	77.773,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.000.000,00	27.010.840,61	4.324.454,37	4.324.454,37	3.996.109,40	3.996.109,40	100,00	14,79
Comércio e Serviços	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.054.000,00	3.025.133,67	1.092.527,83	1.092.527,83	1.092.527,83	1.092.527,83	27,34	36,12
Serviços Urbanos	414.000,00	464.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	640.000,00	2.561.133,67	1.092.527,83	1.092.527,83	1.092.527,83	1.092.527,83	27,34	42,66
Desporto e Lazer	320.000,00	320.000,00	31.098,07	31.098,07	31.098,07	31.098,07	0,78	9,72
Desporto Comunitário	320.000,00	320.000,00	31.098,07	31.098,07	31.098,07	31.098,07	0,78	9,72
Encargos Especiais	2.000.000,00	1.600.000,00	203.098,23	203.098,23	203.098,23	203.098,23	5,08	12,69
Outros Encargos Especiais	2.000.000,00	1.600.000,00	203.098,23	203.098,23	203.098,23	203.098,23	5,08	12,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.000.000,00	27.010.840,61	4.324.454,37	4.324.454,37	3.996.109,40	3.996.109,40	100,00	14,79

FONTE:

JACINTO MACHADO, 25/03/2014

ANTONIO JOÃO DE FAVERI	MÁRCIO LUIZ ABATTI	ALÉXSANDER DOS SANTOS
ORDENADOR DA DESPESA	SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇ.	CONTADOR-CRC/SC 023516/O-6

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 261 de 21 de Março de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 261 DE 21 DE MARÇO DE 2014.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 211/2011 – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDACIONAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica alterado o número de vagas do cargo da Categoria 8 (Operador de Máquinas) do Anexo I - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL da Lei Complementar nº 211/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I						
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL						
PADRÕES DE VENCIMENTO INICIAL						
CATEGORIAS	GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	NOMENCLATURAS	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	R\$
8	II - SOP	4.5	Operador de Máquinas	30	40	1.567,32

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 21 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.467 de 24 de Março de 2014.

LEI Nº 4.467 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

DENOMINA RUA DAS FLORES NO DISTRITO DE SANTA HELENA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, SC,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Fica denominada RUA DAS FLORES, àquela localizada na vila do Distrito de Santa Helena, cujo início fica na Rua nº 1 e o final na Rua nº 7, conforme mapa do arruamento local.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.468 de 24 de Março de 2014.

LEI Nº 4.468 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE TÊNIS – AJT QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Fica declarada Entidade de Utilidade Pública a Associação Joaçabense de Tênis – AJT, com sede e foro no Município de Joaçaba e CNPJ 11.030.233/000-53.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.469 de 24 de Março de 2014.

LEI Nº 4.469 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO JOAÇABA DE ESPORTE E CULTURA – AJEC QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Fica declarada Entidade de Utilidade Pública a Associação Joaçaba de Esporte e Cultura - AJEC, com sede e foro no Município de Joaçaba e CNPJ 06.066.796/0001-61

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.470 de 24 de Março de 2014.

LEI Nº 4.470 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL – ADRECHA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Fica declarada Entidade de Utilidade Pública a Associação Desportiva e Cultural – ADRECHA, com sede e foro no Município de Joaçaba e CNPJ 06.225.109/0001-03.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.471 de 24 de Março de 2014.

LEI Nº 4.471 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Artigo 1º Fica a Câmara de Vereadores de Joaçaba, autorizado a Anular a dotação orçamentária do Orçamento vigente conforme abaixo:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

3. 3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0- Aplicações Diretas 100.000,00

Artigo 2º - O valor anulado de que trata o artigo 1º servirá para suplementar a dotação orçamentária:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

5. 4.4.90.00.00.00.00.00.0000.0- Aplicações Diretas 100.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Extrato Homolog PL 19 PP 16/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 19/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 16/2014/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.

EMPRESAS VENCEDORAS:

F. VACHILESKI & CIA LTDA

VALOR R\$ 11.130,00

GRANDO PNEUS LTDA

VALOR R\$ 68.250,00

PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA

VALOR R\$ 2.990,00

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA

VALOR R\$ 6.452,00

RECAUCHUTADORA RODA LTDA

VALOR R\$ 76.910,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 25 de março de 2014.

Marcos Weiss

Prefeito em Exercício

Resolução Nº 01/2014 Secretaria Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 01/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo:

ABRIGO – Juliana Schinato, Ediles Drey de Giacometi, Maria Eliza Monteiro e Francieli Carabolante (MHY 9721, PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 BRANCA)

CONSELHO TUTELAR – Daiani Cristina Samora Hoff, Rute Ramão, Mabel Falavinha Baran, Tânia Maria Schneider e Mirian Medeiros. (MLU 2478, PALIO WK ATTRAC - FIAT BRANCA, 2014).

CRAS – Sandrine Pizoni, Juliana Chiamulera, Rúbia Karen Provensi, Larissa Novello e Gislaine Ferreira Coutinho Soares. (MKF 7167, RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 BRANCA e MLN 0086 UNO MILLE – FIAT - 2013).

CREAS – Rozane Martins Schumautz, Adriano Feltrin, Marcelino Zuffo, Giolly Muriel Moreira, Rosilei Bordin Lago e Aline Aparecida Schmidt Dambros (MCD 0352, FIESTA GL 2001/2001 VERMELHA - MKE 5977, RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 BRANCA, MLN – 7742 – UNO VIVANCE 2014 BRANCO)

IDOSO – Marizete da Rosa Bottega e Roselem Cristina Rasmussen (MFY 1160, VW GOL SPECIAL 2002/2003 CINZA).

SEC. AÇÃO SOCIAL – Renan Zilio, Ivone Zanatta e Mário Wolfart. (MDR 4613, FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 BRANCA).

ACESSUAS - Elisamara Dal Moro, Veronica Arruda Wolff e Marcelo Junior de Lima Kochhan (MGD 8896 –UNO MILLER FLEX 2010 - BRANCO)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 05/2013.

Joaçaba, SC, 24 DE MARÇO DE 2014

MÁRIO WOLFART

Secretário de Assistência Social

Aviso de Alteração PL 24/2014/PMJ - PP 19/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO 01

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 19/2014/PMJ, cujo objeto é "Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos e utensílios para cozinha e equipamentos de informática, destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal."

ONDE SE LÊ:

Na pg. 01: "A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 02 de abril de 2014, às 14 horas, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe."

Na pg. 06: "O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até as 14 horas do dia 02 de abril de 2014, no local indicados no preâmbulo deste Edital."

LEIA-SE:

Na pg. 01: "A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 09 de abril de 2014, às 14 horas, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe."

Na pg. 06: "O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até as 14 horas do dia 09 de abril de 2014, no local indicados no preâmbulo deste Edital."

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefone 49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba, 25 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Aditivo 919/2012 TA 04

CONTRATO Nº 919/2012/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 – 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205, APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 919/2012/PMJ, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial

nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os valores contratados, constantes do contrato original, ficam reajustados em 12,51856%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2014, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2014, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
1	Mês	Contabilidade Pública com até 12 usuários simultâneos	1.700,00	1.913,00
2	Mês	Planejamento com até 04 usuários simultâneos	450,00	506,00
3	Mês	Compras e Licitações com até 05 usuários simultâneos	535,00	602,00
4	Mês	Patrimônio com até 04 usuários simultâneos	460,00	518,00
5	Mês	Folha de Pagamento com até 04 usuários simultâneos	1.000,00	1.125,00
6	Mês	Tributos com até 40 usuários simultâneos	2.200,00	2.475,00
7	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet sem limitação de usuários	1.300,00	1.463,00
8	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet sem limitação de usuários	2.900,00	3.263,00
9	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet sem limitação de usuários	3.900,00	4.388,00
10	Mês	Tesouraria com 02 usuários	330,00	371,00
11	Mês	Ponto eletrônico com 01 usuário.	420,00	473,00
12	Mês	Biblioteca com até 04 usuários simultâneos	325,00	366,00
13	Mês	Estoque com até 04 usuários simultâneos	310,00	349,00
14	Mês	Protocolo com até 24 usuários simultâneos	675,00	759,00

15	Mês	Recursos Humanos com 01 usuário	310,00	349,00
16	Mês	Atendimento ao servidor público via internet	290,00	326,00
17	Mês	Protocolo via internet com até 04 usuários simultâneos	170,00	191,00
18	Mês	Biblioteca para Centro Educacional Roberto Trompowsky com até 04 usuários simultâneos	250,00	281,00

31	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	60,00	67,00
----	------	--	-------	-------

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,71
Despesas de estada e alimentação	110,00	124,00

O valor mensal relativo à locação do sistema Fly Transparência (incluído no contrato pelo TA 03, de 16/09/2013), fica reajustado em 3,45819%, correspondente a variação do INPC/IBGE relativo ao período de setembro/2013 a fevereiro/2014, passando de R\$ 290,00 para R\$ 300,00 (trezentos reais), a contar de 01 de abril de 2014.

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 246.916,00 (duzentos e quarenta e seis mil novecentos e dezesseis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 25 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Aditivo 286/2012 TA 03

CONTRATO Nº 286/2012/FMS – TA 03

O Município de Joaçaba, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67,

estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 – 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua Araranguá, 205, Apto. 1004, na cidade de Criciúma/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 286/2012/FMS, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores contratados ficam reajustados em 12,51856%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2014, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2014, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
10	Mês	Tesouraria com 01 usuário	65,00	73,00
28	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Saúde com até 03 usuários simultâneos	100,00	112,50
29	Mês	Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Saúde com até 07 usuários simultâneos	570,00	641,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,71
Despesas de estada e alimentação	110,00	124,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 9.918,00 (nove mil novecentos e dezoito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer

outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 25 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA (Fundo Municipal de Saúde)
MARCOS WEISS
Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Aditivo 86/2012 TA 03

CONTRATO Nº 86/2012 – FAZ – TA 03

O FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 – 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205 APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 86/2012/FAZ, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores contratados ficam reajustados em 12,51856%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2014, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2014, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
10	Mês	Tesouraria com 01 usuário	65,00	73,00
19	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Assistência Social com até 02 usuários simultâneos	100,00	112,50
20	Mês	Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Assistência Social com até 04 usuários simultâneos	170,00	191,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,71
Despesas de estada e alimentação	110,00	124,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 4.518,00 (quatro mil quinhentos e dezoito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 25 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Aditivo 21/2012 TA 03

CONTRATO Nº 21/2012/FES – TA 03

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA – FMCE, com sede à RUA TIRADENTES, 170, inscrita no CNPJ sob nº 72.172.224/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 – 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e

domiciliado na Rua Araranguá, 205, Apto. 1004, na cidade de Criciúma/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 21/2012/FES, TERMO ADITIVO ao contrato nº 21/2012/FES, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores contratados ficam reajustados em 12,51856%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2014, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2014, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
10	Mês	Tesouraria com 01 usuário	65,00	73,00
19	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Assistência Social com até 02 usuários simultâneos	100,00	112,50
20	Mês	Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Assistência Social com até 04 usuários simultâneos	170,00	191,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,71
Despesas de estada e alimentação	110,00	124,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 4.518,00 (quatro mil quinhentos e dezoito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer

outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 25 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / F.M.C.E.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

BETHA SISTEMAS LTDA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Aditivo 22/2012 TA 02

CONTRATO Nº 22/2012/FUNREBOM – TA 02

O FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM, com sede à AV. CAETANO NATAL BRANCO, 1242, inscrito no CNPJ sob nº 78.502.598/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 – 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205 APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 22/2012/FUNREBOM, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os valores contratados ficam reajustados em 12,51856%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2014, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2014, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
26	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Reequipamento e Bombeiro com até 02 usuários simultâneos	100,00	112,50
27	Mês	Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Reequipamento e Bombeiro com até 04 usuários simultâneos	170,00	191,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,71
Despesas de estada e alimentação	110,00	124,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 3.642,00 (três mil seiscientos e quarenta e dois reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 25 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Aditivo 1/2012 TA 02 FIA

CONTRATO Nº 1/2012 – FIA/CMDCA – TA 02

O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA/CMDCA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 05.143.014/0001-88, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 – 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada

pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205 APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 1/2012/FIA/CMDCA, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os valores contratados ficam reajustados em 12,51856%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2014, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2014, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
22	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Criança e Adolescência com até 02 usuários simultâneos	100,00	112,50
23		Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Criança e Adolescência com até 04 usuários simultâneos	170,00	191,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,71
Despesas de estada e alimentação	110,00	124,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 3.642,00 (três mil seiscientos e quarenta e dois reais).

CLÁUSULA TERCEIRA**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para o custeio das despesas decorrentes da execução do contrato fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

2.102 – MANUT. DAS ATIV. CONS. DE DIR. DA CRIANÇA E

ADOLESCENTE.

72 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0000.0 – OUTRAS DESP. CORRENTES – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 25 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FIA-CMDCA

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

BETHA SISTEMAS LTDA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Ata Registro 8/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 25/03/2014		Válido até: 25/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 1300X24	SERV	GRANDO PNEUS LTDA (11204)	RUZI	0	600,0000	1
			RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	605,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	625,0000	3
2	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 1400X24	SERV	RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)	VIPAL	0	685,0000	1
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	690,0000	2
			GRANDO PNEUS LTDA (11204)		0	720,0000	3
3	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 12.5/80X18	SERV	GRANDO PNEUS LTDA (11204)	RUZI	0	465,0000	1
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	470,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (11205)		0	900,0000	3
4	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 14.9X24	SERV	GRANDO PNEUS LTDA (11204)	RUZI	0	590,0000	1
			RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	595,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	625,0000	3
5	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 17.5X25 - L2	SERV	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (11205)	RUBBERNEW	0	868,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 25/03/2014		Válido até: 25/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 18.4X30		RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	870,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	890,0000	3
		SERV	RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)	VIPAL	0	875,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	878,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	940,0000	3
7	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 18.4X34		RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (11205)		0	985,0000	4
		SERV	RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)	VIPAL	0	965,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	970,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	1,080,0000	3
		SERV	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (11205)	RUBBERNEW	0	1,490,0000	1
8	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 23.1X30		F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	1,500,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	1,550,0000	3
			RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	2,600,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 25/03/2014		Válido até: 25/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	RECAPAGEM A QUENTE - PNEU 500X70R24	SERV	F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)	N.C.	0	795,0000	1
			RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	800,0000	2
10	RECAPAGEM A FRIO - PNEU 295X80R22,5 - BORRACHUDO - PROFUNDIDADE MÍNIMA 20,5 mm	SERV	RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)	VIPAL	0	365,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (11204)		0	370,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	380,0000	3
11	RECAPAGEM A FRIO - PNEU 1000X20 - BORRACHUDO - profundidade mínima 19,7 mm	SERV	GRANDO PNEUS LTDA (11204)	RUZI	0	330,0000	1
			RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	333,0000	2
			PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	366,0000	3
12	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80R18	SERV	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	75,0000	1
			RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	78,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	190,0000	3
13	VULCANIZAÇÃO - PNEU 1.000 X 20	SERV	RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)	VIPAL	0	68,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 25/03/2014		Válido até: 25/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	VULCANIZAÇÃO - PNEU 1300 X 24		PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	70,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	140,0000	3
		SERV RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)	VIPAL	0	153,0000	1	
		PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	155,0000	2	
15	VULCANIZAÇÃO - PNEU 1400 X 24		F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	340,0000	3
		SERV RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)	VIPAL	0	148,0000	1	
		PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	150,0000	2	
		F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	350,0000	3	
16	VULCANIZAÇÃO PNEU 295X80R22.5	SERV PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA (11203)		0	70,0000	1	
		RECAUCHUTADORA RODA LTDA. (6211)		0	73,0000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 7/2014							Data do Registro: 25/03/2014		Válido até: 25/03/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					F. VACHILESKI & CIA. LTDA. (9011)		0	185.0000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 25/03/2014		Válido até: 25/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem e vulcanização de pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 7/2014

PROCESSO N° 19/2014

- (6211) - RECAUCHUTADORA RODA LTDA.
- (9011) - F. VACHILESKI & CIA. LTDA.
- (11203) - PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA
- (11204) - GRANDO PNEUS LTDA
- (11205) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA

Joaçaba, 25 de Março de 2014.

Edital de Processo Seletivo N.º 04/2014**Prefeitura Municipal de Joaçaba****EDITAL PROCESSO SELETIVO FMS Nº04 /2014 DE 19 DE MARÇO DE 2014.**

“Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo para provimento de cargos públicos em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba(SC).

O **MUNICÍPIO DE JOAÇABA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **MARCOS WEISS**, no uso de suas atribuições, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo para a contratação de servidores para atuação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

- 1.1 O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da Empresa Georgeo Almeida ME - APRENDER.COM – sediada em Joaçaba-SC.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período previsto no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, na Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba(SC), em anexo ao prédio do INSS, no setor de RH da secretaria municipal, localizada na Avenida XV de Novembro, nº 223, na cidade de Joaçaba-SC pela manhã no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e a tarde no horário das 13:00 hrs às 17:00 hrs.

2.2 A inscrição neste certame implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 A inscrição somente será efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado com poderes específicos para representá-lo.

2.4 A inscrição somente será efetuada mediante a apresentação da guia paga de recolhimento da taxa de inscrição que deverá ser requisitado na Prefeitura Municipal de Joaçaba, no setor de tributação, do preenchimento de requerimento de inscrição constante no Anexo V, do presente edital, e da apresentação da fotocópia dos seguintes documentos:
a) *CPF e Identidade* – (Cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação);

2.5. Será cobrada taxa de inscrição conforme o cargo escolhido, sendo que a guia de recolhimento desta taxa no valor do cargo pretendido será emitida pelo setor de tributação da prefeitura, ao qual o candidato deverá requerer na prefeitura municipal.

Cargo	Valor Inscrição
Médico	R\$ 70,00
Enfermeiro	R\$ 70,00
Técnico de Enfermagem	R\$ 40,00
Cirurgião Dentista	R\$ 70,00
Nutricionista	R\$ 70,00
Auxiliar de Serviços Internos	R\$ 30,00
Agente Comunitário de Saúde	R\$ 30,00
Médico Psiquiatra	R\$ 70,00
Auxiliar de Saúde Bucal	R\$ 40,00

2.6. O recolhimento da guia da taxa de inscrição se dará através da **Conta nº 006.340-0, Agência 0418 – Caixa Econômica Federal**, do valor referente ao cargo pretendido conforme item 2.5

2.7 Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato.

2.8 O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo, e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.





Prefeitura Municipal de Joaçaba

2.9 A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou fac-símile, e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.10 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.11 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.12 A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

2.13 A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição, a qual estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

2.14 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste certame.

3.2 Serão consideradas necessidades especiais somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99.3.3 Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.3 O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 16, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

3.4 A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

3.4 O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, dentro do prazo legal, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do cargo pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no local das inscrições, impreterivelmente até o último dia e horário estabelecido para as inscrições.

a) Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

b) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Joaçaba que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

3.5 O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.6 O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.

3.7 A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.8 A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, na primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e na segunda, somente a pontuação destes.





Prefeitura Municipal de Joaçaba

3.9 Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante no ANEXO IV deste Edital, e estarão disponíveis no site www.aprendersc.com.br / www.joacaba.sc.gov.br.

4.2 Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

V – DAS PROVAS

5.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará das seguintes etapas, de acordo com as especificações e disposições deste Edital:

a) Prova objetiva de conhecimentos, de caráter eliminatório/classificatório;

5.2 Todos os candidatos deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme dispuser o cronograma constante no Anexo IV deste Edital. Não poderão as provas ser realizadas individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital e em suas alterações posteriores.

5.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 8:20 HRS, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

5.4 As provas serão realizadas no Prédio do CERT- Centro Educacional Roberto Trompowsky no dia **13/04/2014** as **08:30 hrs**. É aconselhável que o candidato esteja no local para a realização das provas com antecedência mínima de 30 minutos, observando com atenção ao disposto no item 5.3.

5.5 As provas escritas serão realizadas em etapa única de três (03) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

5.6. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar documentos de identificação válidos e com foto.

5.7 Serão considerados documentos de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

5.8 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

5.9 Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

5.10 Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identificação válido, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

5.11 Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

5.12 No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou





Prefeitura Municipal de Joaçaba

pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

5.13 Durante a realização das provas é vedada consulta a livros, revistas, folhetos, anotações ou qualquer outro material, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no certame. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

5.14 No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

5.15 O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após 01 (uma) hora de seu início.

5.16 O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será eliminado automaticamente do Processo Seletivo.

5.17 Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas, rubricar todos os cartões respostas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

5.18 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital para todos os candidatos.

VI – DA PROVA OBJETIVA

6.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará das seguintes etapas, de acordo com as especificações e disposições deste Edital:

a.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Médico
b.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Enfermeiro
c.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Técnico de Enfermagem
d.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Cirurgião dentista
e.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Nutricionista
f.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Auxiliar de Serviços Internos
g.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Agente Comun. de Saúde
h.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Médico Psiquiatra
i.	Prova Objetiva de Conhecimento e caráter eliminatório/classificatório	Auxiliar de Saúde Bucal

6.2. A prova objetiva inclui questões de conhecimentos específicos, conforme ementa da disciplina constante do Anexo II, parte integrante deste Edital.

6.3 A pontuação de cada disciplina para as provas objetivas será a seguinte:

Disciplina	Número de questões	Peso individual	Peso total
Conhecimentos Português	05	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais	05	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Total	30		10,00

6.4 Para a realização da prova objetiva, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

6.5 A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

6.6 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;





Prefeitura Municipal de Joaçaba

d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

6.7 A prova objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (uma) decimal, sem arredondamento.

6.8 Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

6.9 O Gabarito Oficial referente a prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br / www.joacaba.sc.gov.br

6.10 Havendo impugnação de questões da prova objetiva, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

a) O formulário de impugnação de questão estará disponível e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

b) As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

c) A questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VII - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a 4,00 (quatro).

7.2 A nota final para os cargos será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaP \times 0,40 + NaCG \times 0,40 + NaCE \times 0,30) = MF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaP: Número de acertos em questões de Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos Gerais; NaCG; NaCE: Número de acertos de Conhecimentos Específicos. MF: Média Final.

7.3 A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

7.4 Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) *maior nota na prova de conhecimentos específicos;*

b) *maior nota na prova de conhecimentos português;*

c) *maior nota na prova de conhecimentos gerais;*

d) *sorteio público.*

7.5 A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no ANEXO IV deste Edital e será divulgada primeiramente nos endereços eletrônicos www.aprenderesc.com.br / www.joacaba.sc.gov.br e posteriormente, nos meios oficiais de publicação a critério da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.

7.6 A listagem a que se refere o item acima conterá somente os candidatos aprovados, em ordem de classificação contendo sua média final de acordo com a fórmula constante no item 7.2.

7.7 Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas, poderão enviar solicitação das mesmas para o e-mail contato@aprenderesc.com.br;

7.8 A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF e cargo que concorreu.

7.9. Em hipótese alguma serão fornecidas informações por telefone.

VIII – DOS RECURSOS





Prefeitura Municipal de Joaçaba

8.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Processo Seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

8.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br, na aba correspondente ao Edital do Município de Joaçaba (Saúde), o qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprenderesc.com.br dentro dos prazos estabelecidos por este Edital.

8.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 8.2, cabendo à banca examinadora da empresa a apreciação.

8.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

8.5. Às decisões dos recursos será dada de forma coletiva respeitando os prazos previstos no Cronograma do Anexo IV no site da empresa organizadora www.aprenderesc.com.br.

8.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

8.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

8.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer coletivamente.

8.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

IX – DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 O resultado final do Processo Seletivo objeto deste Edital será homologado pela autoridade competente e publicado no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e no órgão de publicação oficial do Município.

X – DA CONTRATAÇÃO

10.1 Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);
- b) Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais e regularidade no CPF.
- c) Certificado ou diploma de conclusão de curso e outros documentos comprobatórios da habilitação mínima exigida para o cargo no ANEXO I deste Edital;
- d) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- e) Declaração de bens;
- f) Declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;
- g) Laudo médico de boa saúde física e mental, a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal;
- h) Demais documentos que a municipalidade julgar necessário.

10.2 Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

10.3 O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato.

10.4 O candidato convocado terá prazo máximo de cinco (5) dias para assumir ou desistir da vaga ao cargo. Passado este prazo, o candidato passará automaticamente para o final da lista.





Prefeitura Municipal de Joaçaba

10.5 O requerimento de reclassificação deverá conter justificativa expressando quais os motivos que levaram o candidato a tal decisão, e deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba em até 15 (quinze) dias após a convocação.

10.6 Uma vez aceita a reclassificação será de caráter definitivo e não poderá ser cancelada pelo candidato, seja qual for o motivo alegado.

XI – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1 Delega-se competência à Georgeo Almeida ME (Aprender.com) para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as provas;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;

XII – DO FORO JUDICIAL

12.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba.

XIII– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

13.2 O presente Processo Seletivo e respectivo resultado terão validade pelo prazo de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

13.3 Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

13.4 As vagas constantes no Anexo I serão preenchidas conforme a necessidade da Secretaria Municipal; havendo necessidade, poderão ser abertas novas vagas, aproveitando-se os candidatos aprovados que comporão reserva técnica para essa finalidade;

13.5 A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

13.6 Será excluído do certame, por ato da APRENDER.COM, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- a) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- b) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- c) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

13.7 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

13.8 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário, ficará impossibilitada de realizar as provas.

13.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela Georgeo Almeida ME e pela Comissão Especial do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.





Prefeitura Municipal de Joaçaba

13.10 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos Cargos, Vencimentos Iniciais e Habilitações Mínimas;
- b) ANEXO II – Do Conteúdo Programático Geral para todos os cargos.
- c) ANEXO III – Do Conteúdo Programático Específico ao cargo;
- d) ANEXO IV – Do Cronograma Previsto.
- e) ANEXO V – Ficha de Inscrição.

13.11 Será publicado um extrato do presente Edital para fins de publicidade, sendo que este Edital completo estará disponível na Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba e no endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br a partir do dia 19/03/2014.

Joaçaba-SC, 19 de Março de 2014.

Secretária Municipal em Exercício
Paula Giovana Kleber





Prefeitura Municipal de Joaçaba

ANEXO I

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS.

Função	Nº Vagas	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Vencimento
Médico	1 +CR	Curso Superior em Medicina, habilitação legal no exercício da profissão e Registro no CRM.	40Hrs	R\$ 12.593,90
Enfermeiro	1 +CR	Curso Superior de Enfermagem e inscrição no COREN.	40Hrs	R\$ 2.515,40
Técnico de Enfermagem	1 +CR	Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em Enfermagem, habilitação legal no exercício da profissão e Registro no COREN.	40Hrs	R\$ 1.371,16
Cirurgião Dentista	1 +CR	Curso superior de Odontologia e registro no órgão fiscalizador.	40Hrs	R\$ 3.869,84
Nutricionista	1 + CR	Curso superior de Nutrição e registro no órgão fiscalizador	35Hrs	R\$ 1.751,11
Auxiliar de Serviços Internos	1 +CR	Alfabetizado	40Hrs	R\$ 783,79
Agente Comunitário de Saúde	1 +CR	Ensino Fundamental Completo	40Hrs	R\$ 799,23
Médico Psiquiatra	1 +CR	Curso superior de Psiquiatria e registro no órgão fiscalizador.	40Hrs	R\$ 12.593,90
Auxiliar de Saúde Bucal	1 +CR	Ensino Médio Completo e Curso Profissionalizante de Auxiliar de Odontologia ou Instrumentista.	40Hrs	R\$ 1.061,46

(*) O número de vagas será de acordo com a necessidade do Município, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo.

Notas:

- a) O candidato que, ao ser convocado para assumir a vaga, não aceitar, passará automaticamente para o final da lista de espera.
- b) O candidato que tiver seu contrato encerrado durante a vigência do Processo Seletivo, retornará para a lista de espera em sua posição de classificação.
- c) A convocação para preencher as eventuais vagas que surgirem deverá sempre observar a relação de candidatos selecionados disponíveis na lista de espera no momento da convocação.
- d) Ao cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, em conformidade com a Lei Federal nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006, é requisito essencial para a efetivação ao cargo público conforme Art.6º, que o candidato em questão resida na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público.
- No caso específico do presente edital, o candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverá residir no território do Município de Joaçaba, considerando-se que a atuação se dará no âmbito do Município.



Prefeitura Municipal de Joaçaba

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS

Língua Portuguesa: leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Joaçaba.

**** O nível de complexidade das questões será em função da habilitação mínima exigida para o cargo.





Prefeitura Municipal de Joaçaba

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO AO CARGO

MÉDICO : Operacionalização da Estratégia Saúde da Família; SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tópus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococciais, estafilococciais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Atualidades relativas à profissão: Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ENFERMEIRO: Leis Orgânicas da Saúde: Lei 8080/90 (Princípios e diretrizes), e Lei 8142/90 (Financiamento e participação popular). Atualidades na Saúde e Indicadores de Saúde Pública. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias. Situação atual, medidas de controle e de tratamento. Planejamento e programação local de saúde, distritos sanitários e enfoque estratégico. Planejamento, organização, coordenação e supervisão do trabalho da enfermagem junto a Equipe de Saúde da Família, nos Centros de Saúde e na comunidade. Planejamento e coordenação da capacitação e educação permanente dos auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Assistência integral às pessoas em todas as fases da vida: criança, adolescente, adulto e idoso, no Centro de Saúde, domicílio, escolas, creches e asilos (saúde do trabalhador, saúde mental, doenças crônicas degenerativas, sexualidade, gravidez, parto e puerpério, aleitamento materno, climatério, prevenção do câncer de mama e cérvico-uterino, violência doméstica, doenças transmissíveis, planejamento familiar, vacinas e calendário básico de vacinação, infecções respiratórias agudas, diarreia, desidratação, desnutrição, crescimento e desenvolvimento infantil, etc.). Lei do Exercício Profissional e Código de Ética de Enfermagem. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação, programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto ao Nível Ambulatorial. Fundamentos em geral da enfermagem. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno-infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional. Noções básicas de administração. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.



Prefeitura Municipal de Joaçaba

CIRURGIÃO DENTISTA:SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Prontuário odontológico; Revisão dos sistemas orgânicos; Anestesiologia; Exodontia; Inclusão dental; Cistos e tumores de origem odontogênica; Emergências odontológicas; Emergências médicas no consultório odontológico; Biossegurança e controle de infecção na clínica e cirurgia odontológicas; Promoção de saúde; Saúde bucal coletiva: políticas, administração e epidemiologia; Cariologia: diagnóstico, decisão de tratamento e tratamento não-invasivo; Doenças periodontais: diagnóstico, tratamento periodontal associado à causa, medicina periodontal; Procedimentos restauradores diretos: materiais odontológicos e técnicas restauradoras; Tratamento conservador do complexo dentinopulpar; Tratamento endodôntico radical; Noções de oclusão aplicada à clínica odontológica; Prótese Parcial Removível. Atualidades profissionais; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Carregamento e descarregamento de mercadorias leves de veículos em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Noções de Varrição de superfícies diversas. Cuidado no preparo das refeições; Conhecimento e uso dos utensílios de trabalho braçal, mobiliários e utensílios; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Jardinagem, Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros, ética e cidadania. Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.

MÉDICO PSIQUIATRA: Operacionalização da Estratégia Saúde da Família; SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 - Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefroletíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotiroidismo, hipertiroidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tópus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptococciais, estafilococciais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Novo Código de Ética Médica. Norma Operacional Básica - NOB 1/96 do Sistema Único de Saúde (saúde pública); Portaria nº 2.203, de 5 de novembro de 1996 (saúde pública); Pacto pela Saúde 2006 Consolidação do SUS (saúde pública); Norma Operacional da Assistência à Saúde NOAS-SUS 01/02; Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefroletíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotiroidismo, hipertiroidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tópus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico,



Prefeitura Municipal de Joaçaba

depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptocociais, estafilocociais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Prevenção em traumas no trânsito e por violência interpessoal. Prevenção nas doenças ocupacionais. Uso de drogas (tabaco, álcool, maconha, cocaína, sedativos e excitantes do SNC, alucinógenos). Sistema de registro, notificações de doenças, atestados. Principais indicadores da saúde da população brasileira. Ética Profissional. Medicamentos: Informações Básicas. Efeitos Colaterais e seu Manejo. Fundamentos Psicanalíticos: Teoria e Psicopatologia. Delirium, Demência, Transtorno Amnésico. Transtornos Relacionados a Substâncias. Esquizofrenia. Outros Transtornos Psicóticos. Transtornos de Humor. Transtornos de Ansiedade. Transtornos Alimentares. Transtorno de Déficit de Atenção. Reforma psiquiátrica. Diagnóstico em Psiquiatria. Psicopatologia. Transtornos mentais orgânicos, incluindo sintomáticos. Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Transtornos de personalidade e de comportamento em adultos.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL: Conceitos básicos sobre higiene bucal; Técnicas de agendamento; Preencher e anotar as fichas clínicas; Manutenção do arquivo e do fichário; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar no atendimento ao paciente; preparar, organizar e proceder a desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados (sugador, espelho, sonda, etc...) necessários para o trabalho; instrumentalizar o odontólogo junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico. Aplicar métodos preventivos para controle de cárie dental; proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico; sob supervisão do odontólogo realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidencição de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental, acompanhar e desenvolver o trabalho com a equipe de Saúde da Família no tocante a saúde bucal; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; proceder a limpeza, conservação e manutenção do ambiente de trabalho; executar outras tarefas afins. Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Operacionalização da Estratégia Saúde da Família - ESF e do Programa Agentes Comunitários de Saúde – PACS; Conhecimentos elementares sobre as funções inerentes ao cargo, abrangendo conhecimentos básicos sobre: Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Saúde do Adulto e do Idoso; Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde; Atribuições e postura profissional do ACS; Cadastramento familiar e Mapeamento: finalidade e instrumentos; Conceito de territorialização, microárea e área de abrangência; Calendário básico de vacinação; Doenças sexualmente transmissíveis; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Noções Básicas de Epidemiologia, Meio Ambiente e Saneamento; Ética Profissional; Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.



Prefeitura Municipal de Joaçaba

ANEXO IV

CRONOGRAMA PREVISTO SUJEITO À ALTERAÇÕES.

ATOS	DATAS
Divulgação do Extrato do Edital	19/03/2014
Publicação Legal do Extrato do Edital	19/03/2014
Publicação do Edital na Integra	19/03/2014
Período de Inscrições	19/03 a 03/04/2014
Divulgação da Homologação das Inscrições	04/04/2014
Recursos quanto às Inscrições	04/04 à 07/04/2014
Homologação Final das Inscrições	08/04/2014
Realização da Prova – 08h30min Prédio do CERT- Centro Educacional Roberto Trompowsky	13/04/2014
Divulgação do Gabarito Provisório	14/04/2014
Recursos quanto ao Gabarito	14/04 a 15/04/2014
Divulgação do Gabarito Oficial	18/04/2014
Divulgação dos Aprovados	18/04/2014
Recursos quanto à Classificação	18/04 a 21/04/2014
Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	22/04/2014



Prefeitura Municipal de Joaçaba

ANEXO V

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA - SC INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO - EDITAL FMS Nº 04/2014			
Número da Inscrição:			
Necessidades Especiais: () Sim () Não		Quais:	
Formação:			
Cargo:			
Nome do Candidato(a):			
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: Masc. () Fem. ()	
CPF nº:	Título Eleitoral nº:		
Estado civil: () – Solteiro(a) () – Casado(a) () – Divorciado(a) () - Viúvo(a)			
Endereço:		Bairro:	
Município:		Estado:	Fone: ()
<i>Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.</i>			
Local e data:		Assinatura do Candidato:	

Via da Prefeitura

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA - SC INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO - EDITAL FMS Nº 04/2014	
Número da Inscrição:	
Cargo:	
Nome do Candidato(a):	
<i>Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta tinta azul ou preta e chegar com um mínimo de 30 (trinta) minutos de antecedência, no dia da realização da prova.</i>	
Local e data:	Assinatura do candidato:

Via do Candidato



Retificação Edital Processo Seletivo N.º 04/2014**Prefeitura Municipal de Joaçaba****RETIFICAÇÃO 01/2014
EDITAL PROCESSO SELETIVO FMS Nº04 /2014 DE 19 DE MARÇO DE 2014.**

O **MUNICÍPIO DE JOAÇABA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **MARCOS WEISS**, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR o Edital FMS Nº 04/2014, conforme segue:

Acrescenta-se ao ANEXO III – Do Conteúdo Programático Específico ao cargo:

NUTRICIONISTA: Conceitos, generalidades, classificação e definições sobre alimentos e nutrição; Macronutrientes e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações); Metabolismo energético; Guias alimentares; Composição de dietas equilibradas; Planejamento de cardápios; Cálculo de NDPcal; Fisiologia e avaliação do estado nutricional nos diversos estágios de vida e recomendações nutricionais nos diversos estágios de vida; Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento; Fisiopatologia, prevenção e controle de doenças nutricionais; Tratamentos Dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Fenilcetonúria, Obesidade, Oncologia e etc); Planejamento e produção de refeições em Serviços de Alimentação; Segurança Alimentar e legislação aplicada; Métodos de conservação dos alimentos; Causas de deterioração dos alimentos; Saúde Coletiva (Saúde Pública): Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição; Alimentação e Nutrição para grupos da população (lactente, crianças, escolares, adolescentes, adultos, gestantes e idosos); Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.

Sem mais,

Publica-se em 21 de Março de 2014.

APRENDER.COM



PLASS**Balancete Financeiro Fevereiro/2014****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	261.835,32	Despesa Orçamentária	261.354,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	119.768,03	Despesas exceto Intra-orçamentárias	261.354,27
RECEITA PATRIMONIAL	87.684,66	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.925,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	257.428,39
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA ORCAMEN'	54.312,63		
Receita Extra - Orçamentária	279.554,60	Despesa Extra - Orçamentária	239.522,02
DEPÓSITOS	18.200,33	DEPÓSITOS	17.813,98
CONSIGNAÇÕES	18.200,33	CONSIGNAÇÕES	17.813,98
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.032,40	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.774,41
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.167,93	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.039,57
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	261.354,27	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	221.708,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	261.354,27	OBRIGAÇÕES A PAGAR	221.708,04
FORNECEDORES	251.546,98	FORNECEDORES	208.333,07
PESSOAL A PAGAR	3.925,88	PESSOAL A PAGAR	7.493,56
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.178,97	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.178,97
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.702,44	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.702,44
Saldos anteriores	11.180.013,16	Saldos atuais	11.220.526,79
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.179.963,16	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.220.476,79
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.721.403,08	Total	11.721.403,08

Joacaba, 21/03/2014

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE**Contrato Jhl0023/2014**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0023/2014

TOMADA DE PREÇOS JHL 0002/2014
PROCESSO LICITATÓRIO 0008/2014
PROTOCOLO 0231/2014
Data: 24/03/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção da nova Elevatória de Água Tratada, denominada EAT-005, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para implantação da elevatória no terreno da Estação de Tratamento de Água localizada na AV Caetano Natal Branco, no município de Joaçaba-SC

Valor Total: R\$ 132.873,32 (Cento e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos).

Contratado: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - ME
Prazo de vigência: 180 dias da emissão da ordem de serviço.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

Homologação Pp12/2014 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 17/2014 Processo de Licitação: 17/2014 Data do Processo: 21/02/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2014
b) Licitação Nr.: 12/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/03/2014
e) Data da Adjudicação: 25/03/2014 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE ASFALTO PARA REPARAÇÃO E FECHAMENTO DE VALAS EM VIAS PÚBLICAS, ONDE O SIMAE EFETUAR CONserto DE REDES E LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

COMPACTPAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA (8124)

1 MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE(CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE "CURA" PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME NÃO INFEROR A 5,6, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 A 2,35T/M3. - Marca: ASFALTECPAV	SC	5.000,00	0,0000	13,00	65.000,00
--	----	----------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 65.000,00

Total Geral: 65.000,00

Joaçaba, 25 de Março de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2014 - PR
	Processo Administrativo: 17/2014 Processo de Licitação: 17/2014 Data do Processo: 21/02/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18) Saldo: 972.219,46

Joaçaba, 25 de Março de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 012/14 - Veículos**

RESOLUÇÃO N. 012/2014 DE 24 DE MARÇO DE 2014.

"RELACIONA OS VEÍCULOS CADASTRADOS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL EM CUMPRIMENTO AO ART. 5º, INCISO III DA LEI Nº 4332 DE 19 DE ABRIL DE 2013."

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, no uso de suas atribuições regimentais, em especial o art. 32, II do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso III da Lei n. 4.332 de 19/04/2013 leva a conhecimento de quem interessar possa que estão previamente cadastrados no Poder Legislativo Municipal os seguintes veículos particulares:

NOME	FUNÇÃO	VEÍCULO	PLACA
Ademir Righi	Vereador	FOCUS	MFT 0116
		STRADA	MGA 1155
Almir Pastori	Vereador	CROSSFOX	MGL 9173
Divair Teresinha de Marco	Vereador	CRV Hyundai	MJR 8139
Eber Marcelo Bundchen	Vereador	MEGANE	AQM 5467
Eloi Hoffelder	Vereador	JETA	MLJ 8999
Francisco Moreira Lopes	Vereador	GOL	ITL 1580
Jucelino Jorge Ferraz	Vereador	FLUENCE	MJH 3118
Luiz Vastres	Vereador	HILUX SW4	MGS 1213
Vilmar Zilio	Vereador	VOYAGE	MLB 6207
Adriana Panizzi	Jornalista	DUSTER	MLC 5913
	Oficial Administrativo	PALIO	MHT 4487
Claudino Morandini			
Elisabeth Luz	Aux. Legislativo	UNO MILLE	MFX 5425
Franciele Fattori	Advogada	FOX	MJZ 7487
Marcio Roberto Piccoli	Contador	CIVIC	MFI 0706

Art. 2º - Para que o deslocamento possa ser realizado com o uso dos veículos particulares relacionados no art. 1º deverá haver expressa autorização do Presidente da Câmara de Vereadores para a realização da viagem bem como a comprovação da contratação de Seguro Total do Veículo utilizado na viagem em documentação a ser apresentada no momento da solicitação das diárias e/ou adiantamentos.

Art. 3º - A Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba não assumirá qualquer tipo de responsabilidade civil, penal ou administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo, ao proprietário, ao motorista, aos passageiros ou a terceiros, em razão da utilização do veículo particular a serviço.

Art. 4º - Esta Resolução tem seus efeitos a partir desta data.

Joaçaba, 24 de março de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Lages**PREFEITURA****Rerratificação PP 03-2014 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL – SMP, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS, EM REGIME DE COMODATO QUE DEVERÁ TER COBERTURA NACIONAL E OFERECER AS FACILIDADES DE ROAMING NACIONAL E INTERNACIONAL, E DE SERVIÇOS COMO: ACESSO MÓVEL A INTERNET POR VIA DE PACOTES DE DADOS PARA SMARTPHONES, POR MEIO DE APARELHOS MÓVEIS DO TIPO MODEM USB, GESTOR ON-LINE, E TARIFA ZERO INTRA-GRUPO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- NO ITEM 21. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Onde lê-se até 20% (vinte por cento) do valor contratado, leia-se 50 % (cinquenta por cento).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 25 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

PP 44-2014 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 44-2014 PML Objeto: Aquisição de Veículo Popular

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 25/04/2014 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 30.046,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br" www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 25 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº45/2014 - Pmlm

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2014 - PMLM
PROCESSO Nº44/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 8 de abril de 2014 às 15:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de 01 (um) coletor compactador de lixo novo, para uso na coleta de resíduos sólidos do Município de Lauro Muller/SC, em conformidade com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores, disposições deste instrumento. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 20 de março de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Decreto Nº 027/2014

DECRETO Nº 027/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

05.02 - Departamento de Serviços Públicos

2.030 - Manutenção do Serviço de Iluminação Pública

DOTAÇÃO 95

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 80.000,00

T O T A L R\$ 80.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte 116.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Errata Edital de Pregão Presencial Nº22/2014 - Hmhl

ERRATA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2014 - HMHL
PROCESSO Nº22/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes que houveram alterações em relação ao termo de referencia do presente edital, que mantém se a no dia 03 de abril de 2014 às 14:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para, contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais de lavanderia, expediente e limpeza para o Hospital Municipal Henrique Lage. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de março de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Decreto Nº 019/2014

DECRETO Nº 019/2014

CRIA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – CMAA, DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA – PPAC, DA FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A GESTÃO 2014-2016 NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento – CMAA, do Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC, da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - A Comissão de que trata este Decreto tem por finalidade acompanhar a elaboração e avaliação dos dados sobre a situação da infância solicitados pelo Programa, coletados diretamente pelo Município.

Parágrafo único - É de responsabilidade da Comissão estabelecer estrito relacionamento com o Sr. ALAN JUNG CROCETTA, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, como Articulador Municipal do Programa, junto à Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - São atribuições inerentes à Comissão:

I – realizar os contatos necessários com o Programa nos períodos de avaliação;

II – analisar a gestão do Programa nas seguintes etapas;

a) etapa quantitativa – avaliação da consistência dos dados coletados pelo Articulador Municipal;

b) etapa qualitativa – responder questões relativas à implementação de ações municipais e ao atendimento das demandas locais.

III – emitir relatórios das etapas quantitativa e qualitativa a partir do roteiro básico fornecido pelo Programa – MAPA PPAC;

IV – solicitar esclarecimentos ao Articulador Municipal do Programa, comunicando as informações prestadas pelo mesmo ao Chefe do Poder Executivo.

V – realizar reuniões periódicas para acompanhamento das ações do Município.

Art. 4º A Comissão será composta pelos seguintes representantes:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

a) CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

REPRESENTANTE: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CARGO: ASSESSORA

SUZAMARA VIEIRA

b) SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

CARGO: PROFESSORA

TOMASIA EMILIA B. MARTINHAGO

c) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

ROSIMERE CÂNDIDO

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

JOSIANE GIRARDI

e) SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL
CARGO: COORDENADORA DE DEPARTAMENTO

MARIA DARCI SANTA HELENA

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) PASTORAL DA CRIANÇA

LUZIA MADEIRA SALVADOR

b) APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MULLER
SELDIRENE CAMACHO DA ROSA

c) ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

SERGIO FIEIRA

d) CENTROS COMUNITÁRIOS
ROSILENE BARBOSA

e) ASSOCIAÇÃO AFAS
EDNA LAUREANO

Parágrafo Único - A Comissão de que trata o presente Decreto será presidida pela Srta. Suzamara Vieira de CPF nº 048.013.969-50, endereço comercial: à Rua Orleans, nº 283, Centro, Lauro Müller-SC, telefone comercial: 48 3464 4780, e-mail comercial: social@lauromuller.sc.gov.br, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representando a Secretaria da Assistência Social, observado o disposto no parágrafo único, do artigo 2º, deste Decreto.

Art. 5º - O mandato dos membros da Comissão coincidirão com o mandato do Prefeito.

Art. 6º - Fica facultada a participação de representantes de entidades que atuam na defesa de direitos e no atendimento à criança e ao adolescente e que não integrem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e de iniciativa privada que, a qualquer tempo, manifestem interesse em participar da Comissão.

Art. 7º - Os membros da Comissão criada por este Decreto não farão jus a remuneração, a qualquer título.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 7 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1.802/2014

LEI Nº 1.802/2014 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - SATC, PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS PARA O CURSO TÉCNICO DE GUIA DE TURISMO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina – SATC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.649.830/0001-71, para a concessão de até 03 (três) bolsas de estudo, destinadas a alunos matriculados no Curso Técnico de Guia de Turismo Nacional, economicamente carentes, residentes no município de Lauro Müller/SC e que preencham os requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º - Não havendo a concessão do total de bolsas de estudos previstas no caput deste artigo no ano de 2014, as bolsas remanescentes serão concedidas nos anos subsequentes até atingir a quantidade de 03 (três) bolsas de estudo.

§ 2º - O convênio de que se trata o "caput" deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

§ 3º - As bolsas de estudos darão cobertura ao beneficiário até à conclusão do curso, salvo a intercorrência de algum advento que justifique a cessação do benefício.

Art. 2º - O valor de cada bolsa de estudos será de R\$ 333,33 (trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) mensais, num total de 12 (doze) parcelas por ano, ficando autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar à Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina – SATC, o valor global das bolsas de estudo concedidas, de até R\$ 11.999,88 (Onze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) por ano.

§ 1º - A SATC deverá prestar contas mensalmente em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela e ao final em até 60 (sessenta) dias após o recebimento total dos recursos, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela legislação de regência aplicável à espécie e encaminhará semestralmente relatório com os nomes e notas dos bolsistas do município de Lauro Müller.

§ 2º - O valor das bolsas de estudos será reajustado de acordo com os reajustes anuais aplicado pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina – SATC ao valor de suas mensalidades.

Art. 3º - A seleção dos beneficiários e fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo de uma comissão designada pela SATC, assegurando-se a participação do Município.

Art. 4º - O aluno beneficiado por esta Lei perderá a bolsa de estudos nos seguintes casos:

I – dependência em qualquer disciplina;

II – comportamento disciplinar ou estudantil inadequado;

III - desistência do curso ou trancamento de matrícula;

IV – reprovação;

DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

Art. 5º - Para inscrever-se no processo de seleção o acadêmico interessado deverá estar regularmente matriculado no Curso de Técnico de Guia de Turismo Nacional mantido pelo SATC.

Parágrafo Único - Além do exigido no "caput" o aluno deverá preencher os seguintes requisitos:

COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ALUNO:

a) Comprovação de que reside no Município de Lauro Müller;

b) Cópia do boleto da matrícula no ano de 2014, quitada;

c) Comprovante de que estudou sempre em Escola Pública (Histórico Escolar) ou Comprovante de que estudou em Escola particular na condição de aluno bolsista

COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO ALUNO:

a) Se empregado: a última folha de pagamento, bem como cópia da carteira de trabalho.

b) Se trabalhador autônomo ou prestador de serviços: apresentar declaração do profissional, com assinatura reconhecida em cartório, além da cópia da contribuição na previdência social;

c) Se, aposentados, pensionistas ou beneficiários de auxílio doença do INSS, ou qualquer outro instituto de previdência pública ou privada: extrato de pagamento constando o valor bruto do benefício.

d) Estagiários: apresentar o contrato de Estágio ou Termo de Compromisso de Estágio.

e) Produtor Rural: declaração do rendimento total bruto e líquido mensal, que deverá ser preenchida e assinada pelo sindicato ao qual a produção está vinculada.

f) Do auxílio e da pensão alimentícia recebida de pessoa(s) não declarada(s) como integrante(s) do grupo familiar: considera-se como auxílio ou pensão alimentícia qualquer forma de contribuição regular ou eventualmente fornecida em dinheiro ou em pagamento de mensalidades, material escolar, alimentação, aluguel, plano de saúde, etc. Comprovação por declaração, da qual conste valor mensal e tipo de auxílio. Quando for variável ou esporádico, apresentar a média dos últimos 6 meses. A declaração deverá conter nome, CPF e endereço da pessoa que auxilia, com a assinatura desta reconhecida em cartório, (quando o pagamento é feito via depósito bancário, anexar o comprovante).

g) Desempregados há mais de 180 dias deverão apresentar declaração com data atual, assinada por duas testemunhas, de que não exerce atividade remunerada e cópia da carteira de trabalho.

h) Desempregado a menos de 180 dias: cópia do termo de rescisão contratual, cópia da carteira de trabalho e previdência social, comprovante de recebimento de seguro desemprego, comprovante do saque do FGTS;

i) Renda per capita não superior a um salário mínimo para alunos que residem com pais, parentes ou responsáveis, e renda per capita não superior a um salário mínimo e meio para alunos que residir e se mantiver sozinho.

DOS BENS PATRIMONIAIS:

a) Cópia do Carnê de IPTU, documentos de carros, motos, terrenos ou qualquer outro bem patrimonial;

b) Declaração de bens patrimoniais com assinaturas reconhecidas em cartório, em nome do grupo familiar, caso não consiga comprovar com outra documentação. Comprovante de consórcio ou financiamento.

c) No caso do grupo familiar não possuir bens, apresentar declaração de que não possui bens com assinaturas reconhecidas em cartório, em nome do grupo familiar.

DA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS:

a) Aluguel: cópia do contrato de locação ou recibo de pagamento do aluguel, com assinatura do locatário reconhecida em cartório.

b) Financiamento: cópia do contrato de financiamento e do recibo da última parcela paga. Se o recibo for emitido em papel timbrado da imobiliária ou instituição financiadora, dispensa-se a apresentação do contrato;

d) Se a moradia for cedida: o proprietário do imóvel deverá fornecer uma declaração com as assinaturas reconhecidas em cartório, esclarecendo que não cobra aluguel pela moradia;

c) Cópia de fatura de água, energia e telefone;

d) Declaração de pagamento de aluguel (pensão ou casa de família);

e) No caso de outras pessoas da família estudar em Instituição de Ensino Superior Particular, apresentar fotocópia do último boleto;

DA COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO:

Art. 6º - A seleção dos candidatos, a avaliação do grau de carência e do desempenho acadêmico dos alunos, a escolha dos beneficiários das bolsas e a fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo da Comissão Técnica, na qual fica assegurada a participação do Município, em conjunto com a SATC, composta pelos seguintes integrantes:

I - Um representante da Reitoria; (SATC)

II - Dois representantes indicados pelo Município;

III - Um representante dos Professores indicado pelos coordenadores; (SATC)

IV - Um representante do corpo discente. (SATC)

Parágrafo Único - O Município de Lauro Müller indicará os representantes para integrar à comissão técnica, indicada na alínea "b" acima, por meio de Decreto.

DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO

Art. 7º - Para a concessão da bolsa de estudos, serão considerados critérios de desempate, a saber:

I - Menor renda familiar

II - Menor Patrimônio Familiar

III - Existência de doença crônica

IV- Número de dependentes

Parágrafo Único - Todas as bolsas a serem concedidas serão previamente submetidas à aprovação da Comissão Técnica.

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 8º - A Comissão Técnica poderá promover, a qualquer tempo, visitas domiciliares aos beneficiados para verificar a veracidade das informações prestadas quando da inscrição.

Art. 9º - A Prefeitura Municipal de Lauro Müller fará a publicação de Edital para chamamento dos interessados contendo as regras previstas nesta Lei.

Art. 10 - Eventuais omissões deverão ser decididas pela Comissão Técnica.

Art. 11 - As despesas oriundas do convênio ora autorizado correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.784/2013 de 11 de dezembro de 2013; Órgão: 06.00 – Secretaria do Turismo, Cultura e do Desenvolvimento Econômico; Unidade: 06.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico; Proj./Ativ.: 2.038 – Apoio ao Desenvolvimento do Turismo; 3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - . Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE MARÇO DE 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1.803/2014

LEI Nº 1.803/2014 DE 11 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), mediante a celebração de convenio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ de nº 85.079.218/0001-36, com sede na Rua Henrique Lage, nº 219, Bairro Centro— Lauro Müller/SC, com o objetivo de custear despesas decorrentes de serviços médicos, odontológicos e de manutenção daquela entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e a Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.784/2013 de 11 de Dezembro de 2013; 07.01 - Fundo Municipal de Saúde; Projeto de Atividades: 2.015 – Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; rubrica 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de aprovação da presente Lei.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE MARÇO DE 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1.804/2014

LEI Nº 1.804/2014 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), mediante a celebração de convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.818.328/0001-47, com sede na Rua Pe. Hercílio Capeller, nº 892, Bairro Centro – Lauro Müller/SC, com o objetivo de auxiliar na cooperação financeira das atividades de cunho educativo e social da entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº.1784/2013, de 11 de Dezembro de 2013; 09.01 - Secretaria Municipal de Assistência Social; Projeto de Atividade: 2.012 - Atendimento à pessoa portadora de deficiência; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1.805/2014

LEI Nº 1.805/2014 DE 20 DE MARÇO DE 2014.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.781/2013 DE 06/11/2013 QUE INSTITUI BOLSA MORADIA E ALIMENTAÇÃO PARA MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o inciso I e II, e o parágrafo 1º do Artigo 3º da Lei Municipal nº 1.781/2013 de 06/11/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I – para auxílio moradia – R\$ 1.429,00 (mil e quatrocentos e vinte e nove reais);

II – para auxílio alimentação – R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais).

Parágrafo Único - Serão repassados aos Médicos citados nos incisos I e II deste artigo, o valor total mensal de R\$ 1.800,00 (hum e oitocentos reais), sendo possibilitado ao profissional fazer remanejamentos dos gastos efetuados com moradia e alimentação, em conformidade com suas necessidades.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1.806/2014

LEI Nº 1.806/2014 DE 20 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, À PASTORAL DA CRIANÇA FELIZ DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 5.500,00 (Cinto mil e quinhentos reais), mediante a celebração de convênio com a Pastoral da Criança Feliz do Município de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ de nº 06.554.953/0001-88, com sede na Rua Imarui, nº 115, Bairro Guatá – Lauro Müller/SC, com objetivo de custear as despesas decorrentes da aquisição de matéria-prima para manufatura de multimistura, para pessoas idosas, gestantes e crianças em estado de desnutrição, ou assemelhado.

Parágrafo Único - O convenio de que se trata o “caput” deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.784/2013 de 11 de Dezembro de 2013; 09.01- Fundo Municipal de Saúde; 2.039 – Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 6 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1.807/2014

LEI Nº 1.807/2014 DE 20 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA SENIOR LAURO MÜLLER DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais), mediante a celebração de convênio com a Associação Recreativa e Esportiva Senior Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ de nº 809.370.732/0001-48, com sede na Rua Henrique Lage, nº s/n, Bairro Centro— Lauro Müller/SC, com o objetivo auxiliar na prática do futebol, outras modalidades esportivas, bem como programar festividades de caráter social e torneios esportivos.

Parágrafo Único - O convênio de que se trata o “caput” deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.784/2013 de 11 de Dezembro de 2013; Órgão: 04 - Secretaria municipal da Educação e dos Esportes; Unidade: 03 - Departamento de Desporto; Projeto/Atividade: 2.040 – Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lei Nº 1.808/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.808/2014 DE 20 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS E VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS CONSTANTE DA LEI Nº 1.145/2001 DE 28/11/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal (auxiliar de consultório odontológico), conforme Anexo Único desta Lei, o qual fica inserido no Quadro Permanente de Cargos Públicos, da Lei Municipal nº 1.145/2001 de 28/11/2001 e Lei Municipal nº 1.349/2005 de 19/10/2005.

Parágrafo Único - As vagas de que trata o Anexo Único desta Lei, serão preenchidas de acordo com as necessidades administrativas por meio de Concurso Público.

Art. 2º - O provimento do cargo criado no art. 1º e das vagas no Anexo Único, serão mediante Concurso Público, nos termos da Lei.

Art. 3º - As despesas com implantação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE MARÇO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

ANEXO ÚNICO
CARGO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL
Nº. VAGAS: 06 (SEIS)
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

ATRIBUIÇÕES:

1. Organizar e executar atividades de higiene bucal;
2. Processar filme radiográfico;
3. Preparar o paciente para o atendimento;
4. Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares;
5. Manipular materiais de uso odontológico;
6. Selecionar moldeiras;
7. Preparar modelos em gesso;
8. Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;
9. Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;

10. Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
11. Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
12. Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;
13. Realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; e
14. Adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção.

Condições de Trabalho:

Geral: 40 (quarenta) horas semanais.

Requisitos:

- 1- Portador do Certificado de Conclusão de Ensino Médio;
- 2- Curso de Qualificação Profissional em TSB ou ASB com Registro no CRO;

Salário: R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais).

Editais de Prorrogação Seleção de Bolsas de Estudos Nº 001/2014**EDITAL DE PRORROGAÇÃO****SELEÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS Nº 001/2014**

O Prefeito Municipal de Lauro Müller, Fabrício Kusmin Alves, no uso de suas atribuições legais, resolve:

1. Prorrogar até 17 de abril de 2014, as inscrições para o Processo Seletivo para bolsas de Estudo do Curso Técnico em Guia de Turismo Nacional.
2. O resultado será divulgado no dia 25 de abril de 2014, no site do Município: www.lauremuller.sc.gov.br

Lauro Müller, 25 de Março de 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Errata Edital de Pregão Presencial Nº11/2014 - FMS**ERRATA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2014 - FMS
PROCESSO Nº11/2014**

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes que houveram alterações em relação no edital, que se mantém na data 8 de março de 2014 (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para, aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saude. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de março de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Retificação de Publicação Edital de Pregão Presencial Nº46/2014 - Pmlm**RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2014 - PMLM
PROCESSO Nº46/2014**

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 8 de abril de 2014 às 13:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para a aquisição de material de Higiene e Limpeza para as atender as Secretarias de Obras, Educação, Ação Social e Administrativo, em conformidade com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores, disposições deste instrumento. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 20 de março de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Prorrogação Edital de Pregão Nº41/2014 – Pmlm**PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº41/2014 – PMLM
PROCESSO Nº41/2014**

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o presente edital com data dia 27 de março de 2014 às 14:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, que se reunirá com a finalidade de receber propostas para a “contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de para levantamentos de dados, auditá-los, apontar com precisão os possíveis valores pagos indevidamente e consequentemente proceder à compensação com tributos da mesma espécie, em que o Município paga mensalmente ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS”, em conformidade com as Leis 10.520/02, 8.666/93 está prorrogado, tendo sua nova data para dia 10 de abril de 2014 às 14:00h. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel (48) 34643122.

Lauro Muller 24 de fevereiro de 2014.
ALAN CROCETTA
PREGOEIRO MUNICIPAL

Lebon Régis

PREFEITURA

Dispensa de Licitação

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 17/2014

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 018/2014, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X, da Lei n. 8.666/1993, visando a locação de um imóvel, de propriedade de GERMA VEIGA DE OLIVEIRA, sito à Rua Altamiro Guimarães, com aproximadamente 70,00 m², em Lebon Régis. O objetivo da locação do referido imóvel, destina-se às instalações da Biblioteca Pública Municipal "Waldomiro Amarante Maia".

Lebon Régis, 25 de Março de 2014.

MAIRON LEONAN

Presidente.

Decreto Nº 025/2014

DECRETO Nº 25/2014, de 21 de março de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	26	782	0021	2034	4490	00.01.0000	15.000,00
02	80	15	452	0018	2032	4490	00.01.0000	17.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0000	32.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis 21 de março de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

RREO 1º Bimestre 2014



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.445.240,00	21.445.240,00	4.102.829,28	19,13	4.102.829,28	19,13	17.342.410,72
RECEITAS CORRENTES	21.372.040,00	21.372.040,00	4.099.829,28	19,18	4.099.829,28	19,18	17.272.210,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	710.100,00	710.100,00	85.666,69	12,06	85.666,69	12,06	624.433,31
IMPOSTOS	566.000,00	566.000,00	44.860,49	7,93	44.860,49	7,93	521.139,51
TAXAS	94.100,00	94.100,00	40.806,20	43,36	40.806,20	43,36	53.293,80
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	220.000,00	220.000,00	34.348,81	15,61	34.348,81	15,61	185.651,19
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	220.000,00	220.000,00	34.348,81	15,61	34.348,81	15,61	185.651,19
RECEITA PATRIMONIAL	119.510,00	119.510,00	36.754,51	30,75	36.754,51	30,75	82.755,49
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	119.510,00	119.510,00	36.754,51	30,75	36.754,51	30,75	82.755,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.191.430,00	20.191.430,00	3.900.481,38	19,32	3.900.481,38	19,32	16.290.948,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.924.490,00	19.924.490,00	3.444.587,63	17,29	3.444.587,63	17,29	16.479.902,37
Transf. de Conv.	266.940,00	266.940,00	455.893,75	170,79	455.893,75	170,79	-188.953,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	131.000,00	131.000,00	42.577,89	32,50	42.577,89	32,50	88.422,11
Multas e Juros de Mora	29.000,00	29.000,00	13.014,56	44,88	13.014,56	44,88	15.985,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.000,00	48.000,00	16.140,49	33,63	16.140,49	33,63	31.859,51
RECEITAS DIVERSAS	53.000,00	53.000,00	13.422,84	25,33	13.422,84	25,33	39.577,16
RECEITAS DE CAPITAL	73.200,00	73.200,00	3.000,00	4,10	3.000,00	4,10	70.200,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00
ALIENAÇÃO DE BENS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	67.170,00	67.170,00	3.000,00	4,47	3.000,00	4,47	64.170,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	66.000,00	66.000,00	3.000,00	4,55	3.000,00	4,55	63.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.170,00	1.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.170,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.445.240,00	21.445.240,00	4.102.829,28	19,13	4.102.829,28	19,13	17.342.410,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/3							



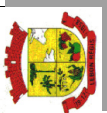
Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.445.240,00	21.445.240,00	4.102.829,28	19,13	4.102.829,28	19,13
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.445.240,00	21.445.240,00	4.102.829,28	19,13	4.102.829,28	19,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	277.000,00	—	—	44.821,86	—
Superávit Financeiro	—	277.000,00	—	—	44.821,86	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/a)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.445.240,00	2.287.893,75	23.733.133,75	3.401.956,23	3.401.956,23	11,88	2.819.227,14	2.819.227,14	11,88	20.913.906,61
DESPESAS CORRENTES	20.154.730,00	55.000,00	20.209.730,00	3.015.054,21	3.015.054,21	13,19	2.664.962,62	2.664.962,62	13,19	17.544.767,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.273.870,00	0,00	10.273.870,00	1.646.382,94	1.646.382,94	16,01	1.644.333,20	1.644.333,20	16,01	8.629.536,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	275.600,00	0,00	275.600,00	64.522,53	64.522,53	23,41	64.522,53	64.522,53	23,41	211.077,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.605.260,00	55.000,00	9.660.260,00	1.304.148,74	1.304.148,74	9,90	956.106,89	956.106,89	9,90	8.704.153,11
DESPESAS DE CAPITAL	1.280.510,00	2.232.893,75	3.513.403,75	386.902,02	386.902,02	4,39	154.264,52	154.264,52	4,39	3.359.139,23
INVESTIMENTOS	966.420,00	2.232.893,75	3.199.313,75	286.060,54	286.060,54	1,67	53.423,04	53.423,04	1,67	3.145.890,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	314.090,00	0,00	314.090,00	100.841,48	100.841,48	32,11	100.841,48	100.841,48	32,11	213.248,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.445.240,00	2.287.893,75	23.733.133,75	3.401.956,23	3.401.956,23	11,88	2.819.227,14	2.819.227,14	11,88	20.913.906,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.445.240,00	2.287.893,75	23.733.133,75	3.401.956,23	3.401.956,23	2.819.227,14	2.819.227,14	11,88
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	1.283.602,14	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.445.240,00	2.287.893,75	23.733.133,75	3.401.956,23	3.401.956,23	2.819.227,14	4.102.829,28	11,88

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TEC. CONTÁBIL - CRC/SC 016.115/0-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.445.240,00	23.733.133,75	3.401.956,23	3.401.956,23	2.819.227,14	2.819.227,14	100,00	11,88
Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	139.764,78	139.764,78	139.764,78	139.764,78	4,96	13,98
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	139.764,78	139.764,78	139.764,78	139.764,78	4,96	13,98
Administração	1.369.220,00	1.419.220,00	443.874,26	443.874,26	419.632,77	419.632,77	14,88	29,57
Planejamento e Orçamento	78.020,00	78.020,00	5.064,00	5.064,00	800,00	800,00	0,03	1,03
Administração Geral	1.291.200,00	1.341.200,00	438.810,26	438.810,26	418.832,77	418.832,77	14,86	31,23
Segurança Pública	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policimento	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1.065.000,00	1.065.000,00	128.592,87	128.592,87	66.723,08	66.723,08	2,37	6,27
Assistência ao Idoso	23.000,00	23.000,00	65,00	65,00	65,00	65,00	0,00	0,28
Assistência ao Portador de Deficiência	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	224.000,00	224.000,00	60.910,03	60.910,03	5.910,03	5.910,03	0,21	2,64
Assistência Comunitária	801.000,00	801.000,00	67.617,84	67.617,84	60.748,05	60.748,05	2,15	7,58
Saúde	5.384.160,00	5.384.160,00	817.685,99	817.685,99	754.748,99	754.748,99	26,77	14,02
Atenção Básica	3.698.150,00	3.698.150,00	559.425,00	559.425,00	500.344,25	500.344,25	17,75	13,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.686.010,00	1.686.010,00	258.260,99	258.260,99	254.404,74	254.404,74	9,02	15,09
Educação	9.249.980,00	9.476.980,00	1.220.130,98	1.220.130,98	901.437,15	901.437,15	31,97	9,51
Alimentação e Nutrição	182.860,00	182.860,00	44.500,50	44.500,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	8.663.210,00	8.890.210,00	1.152.437,89	1.152.437,89	881.097,00	881.097,00	31,25	9,91
Ensino Superior	36.000,00	36.000,00	520,00	520,00	520,00	520,00	0,02	1,44
Educação Infantil	341.100,00	341.100,00	22.672,59	22.672,59	19.820,15	19.820,15	0,70	5,81
Educação de Jovens e Adultos	16.800,00	16.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	10.010,00	10.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	983.080,00	2.483.080,00	240.921,07	240.921,07	160.943,68	160.943,68	5,71	6,48
Infra-Estrutura Urbana	413.060,00	1.913.060,00	69.925,82	69.925,82	12.500,20	12.500,20	0,44	0,65
Serviços Urbanos	570.020,00	570.020,00	170.995,25	170.995,25	148.443,48	148.443,48	5,27	26,04
Habitação	20.020,00	20.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	20.020,00	20.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de LEBON REGIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		23.733.133,75	3.401.956,23	3.401.956,23	2.819.227,14	2.819.227,14	100,00	11,88
Gestão Ambiental	21.445.240,00	76.020,00	8.783,00	8.783,00	8.783,00	8.783,00	0,31	11,55
Preservação e Conservação Ambiental	76.020,00	76.020,00	8.783,00	8.783,00	8.783,00	8.783,00	0,31	11,55
Agricultura	430.060,00	430.060,00	50.044,87	50.044,87	34.837,98	34.837,98	1,24	8,10
Extensão Rural	430.060,00	430.060,00	50.044,87	50.044,87	34.837,98	34.837,98	1,24	8,10
Indústria	199.000,00	199.000,00	22.671,00	22.671,00	9.780,50	9.780,50	0,35	4,91
Promoção Industrial	199.000,00	199.000,00	22.671,00	22.671,00	9.780,50	9.780,50	0,35	4,91
Comércio e Serviços	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	594.010,00	1.104.903,75	109.099,24	109.099,24	102.888,94	102.888,94	3,65	9,31
Transporte Rodoviário	594.010,00	1.104.903,75	109.099,24	109.099,24	102.888,94	102.888,94	3,65	9,31
Desporto e Lazer	213.000,00	213.000,00	4.623,36	4.623,36	3.921,46	3.921,46	0,14	1,84
Desporto Comunitário	152.990,00	152.990,00	3.617,36	3.617,36	2.915,46	2.915,46	0,10	1,91
Lazer	60.010,00	60.010,00	1.006,00	1.006,00	1.006,00	1.006,00	0,04	1,68
Encargos Especiais	739.690,00	739.690,00	215.764,81	215.764,81	215.764,81	215.764,81	7,65	29,17
Outros Encargos Especiais	739.690,00	739.690,00	215.764,81	215.764,81	215.764,81	215.764,81	7,65	29,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.445.240,00	23.733.133,75	3.401.956,23	3.401.956,23	2.819.227,14	2.819.227,14	100,00	11,88

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS

PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ADAIR DA SILVA MATTOS

TEC. CONTABIL - CRC/SC 016.11:

SERGIO INHAIA

CONTROLADOR INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma turção. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de LEBON RÉGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO														TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014				
RECEITAS CORRENTES (I)															
Receita Tributária															
60.884,67	1.983.884,78	1.857.018,99	2.152.111,09	1.744.838,88	1.571.111,57	1.738.271,36	1.738.723,98	1.893.080,86	3.203.304,88	2.544.088,70	2.038.279,36	24.212.383,35	23.995.440,00	23.995.440,00	
	59.031,26	150.639,43	41.737,74	25.066,58	1.473.74,74	27.056,89	33.922,07	47.805,67	304.218,67	58.781,86	97.530,87	710.000,00	710.000,00	710.000,00	
	0,00	31.823,88	85.840,48	10.824,20	7.669,57	9.005,88	7.170,48	1.009,55	1.679,63	65,42	162.905,79	150.000,00	150.000,00	150.000,00	
	9.390,97	7.820,09	17.729,84	3.248,70	13.730,44	12.955,27	6.439,29	9.048,29	10.038,59	18.844,48	154.003,74	215.000,00	215.000,00	215.000,00	
	1.700,40	7.024,42	2.720,08	3.650,32	5.839,01	2.111,01	5.274,56	23.087,50	28.041,64	3.947,89	97.427,24	70.000,00	70.000,00	70.000,00	
	2.929,01	1.745,51	33.533,28	823,00	890,01	890,00	67,01	1.631,01	225.249,44	0,00	2.121,56	131.000,00	131.000,00	131.000,00	
	46.864,29	10.617,36	10.813,75	6.520,36	13.608,71	10.649,04	6.810,33	11.175,23	12.099,02	7.003,69	33.862,51	144.000,00	144.000,00	144.000,00	
	1.342,74	3.296,09	114.369,69	15.873,07	12.683,17	16.329,61	567,06	30.560,26	1.449,94	31.890,04	16.720,10	220.000,00	220.000,00	220.000,00	
	5.739,98	8.736,33	9.927,29	9.269,76	7.936,19	11.546,20	11.500,73	13.786,77	14.735,49	13.805,97	17.132,48	119.510,00	119.510,00	119.510,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes															
1.879.148,18	1.766.465,53	1.948.221,71	1.672.569,22	1.475.945,34	1.675.779,48	1.668.506,12	1.633.461,32	1.802.034,94	2.827.752,27	2.464.411,06	1.917.019,10	22.626.314,27	22.817.830,00	22.817.830,00	
	509.040,49	731.421,98	610.219,91	434.554,46	568.173,01	470.237,72	470.244,94	654.101,18	986.788,44	793.108,49	846.923,86	8.200.000,00	8.200.000,00	8.200.000,00	
	272.811,29	328.974,52	326.927,33	306.227,46	303.979,55	318.714,61	338.629,68	361.541,92	360.008,80	353.887,36	336.042,97	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	
	35.882,90	49.875,26	48.492,82	45.616,14	51.437,63	49.607,25	37.226,57	27.985,15	19.467,99	22.127,64	35.534,55	457.439,92	457.439,92	457.439,92	
	3.368,04	76,22	57,81	25,98	2.080,00	142,39	10.548,05	55.382,41	3.506,03	3.405,42	903,60	90.000,00	90.000,00	90.000,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.006,03	0,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	
	0,00	5.985,85	1.496,46	1.496,46	1.496,46	1.496,46	1.496,46	1.496,46	1.496,46	1.492,20	1.492,20	200.000,00	200.000,00	200.000,00	
	6.592,58	3.537,48	4.758,84	4.954,39	4.880,19	2.487,18	4.749,93	5.077,71	5.682,50	6.019,93	5.646,84	60.000,00	60.000,00	60.000,00	
	379.515,71	442.636,99	466.553,48	421.469,82	408.081,48	440.195,49	443.971,44	431.416,20	485.627,18	528.460,97	516.644,32	5.400.000,00	5.400.000,00	5.400.000,00	
	706.630,05	426.338,72	268.000,99	382.559,06	265.425,57	294.915,09	335.646,27	308.428,32	259.068,31	967.243,31	741.776,11	4.370.800,00	4.370.800,00	4.370.800,00	
	17.179,21	19.489,69	28.952,97	22.058,25	32.819,13	32.407,00	35.640,46	22.572,56	26.994,62	23.638,13	26.625,82	128.000,00	128.000,00	128.000,00	
Outras Receitas Correntes															
158.398,50	179.497,70	222.733,25	193.707,88	159.687,21	188.123,93	175.577,46	173.131,16	211.467,70	213.031,35	235.813,37	246.135,41	2.359.496,92	2.359.496,92	2.359.496,92	
158.398,50	179.497,70	222.733,25	193.707,88	159.687,21	188.123,93	175.577,46	173.131,16	211.467,70	213.031,35	235.813,37	246.135,41	2.359.496,92	2.359.496,92	2.359.496,92	
1.804.896,28	1.677.521,20	1.930.377,84	1.551.130,00	1.411.424,36	1.583.478,56	1.566.693,90	1.565.649,82	1.681.612,86	2.988.273,28	2.308.485,23	1.791.143,95	21.862.886,43	21.426.040,00	21.426.040,00	
FONTE:															
LEBON REGIS, 21/03/2014															
LUDUVINO LABAS															
PREFEITO MUNICIPAL															
ADAIR DA SILVA MATOS															
CONTABILISTA - CRCSC 016.1150-7															
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI															
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS															
SERGIO INHAIA															
CONTROLADOR INTERNO															



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	1.822,37	491.974,01	24.169,61	1.238,63	466.388,14	828.542,38	828.255,31	16.060,42	355.206,93
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.109,85	283.613,68	16.807,97	1.238,63	266.676,93	774.886,31	774.886,31	16.060,42	348.801,30
CHEFIA DO EXECUTIVO	1.109,85	283.613,68	16.807,97	1.238,63	266.676,93	774.886,31	774.886,31	16.060,42	348.801,30
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESC DE LEB	0,00	865,00	865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93,42
FUNDO MUN. CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	865,00	865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93,42
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON R	0,00	30.962,50	0,10	0,00	30.962,40	18.982,21	18.982,21	0,00	0,00
FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	30.962,50	0,10	0,00	30.962,40	18.982,21	18.982,21	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS	712,52	115.224,88	4.648,24	0,00	111.289,16	34.072,49	33.998,47	0,00	6.143,72
FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	712,52	115.224,88	4.648,24	0,00	111.289,16	34.072,49	33.998,47	0,00	6.143,72
HOSPITAL MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO - LEBON F	0,00	61.307,95	1.848,30	0,00	59.459,65	528,31	388,32	0,00	168,49
HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO	0,00	61.307,95	1.848,30	0,00	59.459,65	528,31	388,32	0,00	168,49
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	1.822,37	491.974,01	24.169,61	1.238,63	466.388,14	828.542,38	828.255,31	16.060,42	355.206,93

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS	CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SERGIO INHAIA	TEC. CONTABIL - CRC/SC 016.115/C
CONTROLADOR INTERNO	



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.534.574,23	1.534.574,23	1.441.107,33
DEDUÇÕES (II)	3.072.314,54	3.072.314,54	3.653.070,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.554.201,65	3.554.201,65	4.020.796,53
Demais Haveres Financeiros	11.909,27	11.909,27	200,64
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	493.796,38	493.796,38	367.926,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.537.740,31	-1.537.740,31	-2.211.963,44
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.537.740,31	-1.537.740,31	-2.211.963,44

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-674.223,13	-674.223,13

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.063.549,23

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TEC. CONTABIL - CRC/SC 016.115/0-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.252.530,00	4.063.074,77	4.063.074,77	2.674.557,21
Receita Tributária	710.100,00	85.666,69	85.666,69	50.021,61
I.P.T.U.	150.000,00	239,41	239,41	140,99
I.S.S.	180.000,00	29.621,04	29.621,04	15.666,36
I.T.B.I.	70.000,00	7.047,24	7.047,24	5.188,76
I.R.R.F.	130.000,00	0,00	0,00	4.834,94
Outras Receitas Tributárias	180.100,00	48.759,00	48.759,00	24.190,56
Receita de Contribuição	220.000,00	34.348,81	34.348,81	2.777,59
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	220.000,00	34.348,81	34.348,81	2.777,59
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	119.510,00	36.754,51	36.754,51	9.239,82
(-) Aplicações Financeiras	119.510,00	36.754,51	36.754,51	9.239,82
Transferências Correntes	20.191.430,00	3.900.481,38	3.900.481,38	2.597.607,92
F.P.M.	6.560.000,00	1.312.025,94	1.312.025,94	922.191,86
I.C.M.S.	3.200.000,00	551.464,42	551.464,42	488.723,83
Convênios	266.940,00	455.893,75	455.893,75	0,00
Outras Transferências Correntes	10.164.490,00	1.581.097,27	1.581.097,27	1.186.692,23
Demais Receitas Correntes	131.000,00	42.577,89	42.577,89	24.150,09
Dívida Ativa	48.000,00	16.140,49	16.140,49	12.957,50
Diversas Receitas Correntes	83.000,00	26.437,40	26.437,40	11.192,59
RECEITAS DE CAPITAL (II)	73.200,00	3.000,00	3.000,00	0,00
Operações de Crédito (III)	30,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	67.170,00	3.000,00	3.000,00	0,00
Convênios	1.170,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	66.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	67.170,00	3.000,00	3.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.319.700,00	4.066.074,77	4.066.074,77	2.674.557,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.209.730,00	2.664.962,62	2.664.962,62	2.246.299,89
Pessoal e Encargos Sociais	10.273.870,00	1.644.333,20	1.644.333,20	1.575.967,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	275.600,00	64.522,53	64.522,53	111.625,81
Outras Despesas Correntes	9.660.260,00	956.106,89	956.106,89	558.707,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.934.130,00	2.600.440,09	2.600.440,09	2.134.674,08
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.513.403,75	154.264,52	154.264,52	68.962,38
Investimentos	3.199.313,75	53.423,04	53.423,04	3.218,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	314.090,00	100.841,48	100.841,48	65.744,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.199.313,75	53.423,04	53.423,04	3.218,00



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.143.443,75	2.653.863,13	2.653.863,13	2.137.892,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.823.743,75	1.412.211,64	1.412.211,64	536.665,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	44.821,86	0,00
Superávit Financeiro	-	-	44.821,86	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				464.150,00

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN

ADAIR DA SILVA MATTOS
TEC. CONTABIL - CRC/SC 016.115/0-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (Lei nº9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	643.000,00	643.000,00	73.767,12	73.767,12	11,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	218.000,00	218.000,00	28.982,24	28.982,24	13,29
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	150.000,00	150.000,00	239,41	239,41	0,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	3.460,65	3.460,65	100,00
Dívida Ativa do IPTU	48.000,00	48.000,00	16.140,49	16.140,49	33,63
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	9.141,69	9.141,69	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	70.000,00	70.000,00	7.047,24	7.047,24	10,07
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	70.000,00	70.000,00	7.047,24	7.047,24	10,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	224.000,00	224.000,00	35.526,12	35.526,12	15,86
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	215.000,00	215.000,00	35.452,28	35.452,28	16,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	9.000,00	9.000,00	73,84	73,84	0,00
Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	131.000,00	131.000,00	2.211,52	2.211,52	1,69
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	131.000,00	131.000,00	2.211,56	2.211,56	1,62
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	89,96	89,96	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.302.000,00	13.302.000,00	2.418.197,40	2.418.197,40	18,18
2.1- Cota-Parte FPM	8.200.000,00	8.200.000,00	1.640.032,35	1.640.032,35	20,00
2.1.1- Cota-Parte FPM - Parcela referente art. 159, alínea d	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	689.330,33	689.330,33	17,23
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	200.000,00	200.000,00	2.984,40	2.984,40	1,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	10.427,60	10.427,60	17,38
2.5- Cota-Parte ITR	45.000,00	45.000,00	2.154,50	2.154,50	4,79
2.6- Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	57.662,19	57.662,19	12,01
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8- Cota-Parte IPI - Exportação União	17.000,00	17.000,00	15.606,03	15.606,03	0,00
3- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.945.000,00	13.945.000,00	2.491.964,52	2.491.964,52	17,87
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	814.700,00	814.700,00	201.839,03	201.839,03	24,77
5.1- Transferências do Salário-Educação	551.000,00	551.000,00	48.268,59	48.268,59	8,76
5.2- Outras Transferências do FNDE	263.700,00	263.700,00	153.570,44	153.570,44	58,24
5.3- Aplicações Financeiras dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	914.700,00	914.700,00	201.839,03	201.839,03	22,07

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.609.400,00	2.606.000,00	480.948,78	480.948,78	18,46
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.1)	1.640.000,00	1.640.000,00	328.006,41	328.006,41	20,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	137.865,91	137.865,91	17,23
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.3)	40.000,00	40.000,00	596,88	596,88	1,49
10.6- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.4)	3.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.5)	18.000,00	18.000,00	861,78	861,78	4,79
10.7- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.6)	96.000,00	96.000,00	11.532,29	11.532,29	12,01
10.7- Cota-Parte IPI - Exportação União Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.8)	12.000,00	12.000,00	2.085,51	2.085,51	17,38
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.403.000,00	5.403.000,00	1.052.049,98	1.052.049,98	19,47
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.400.000,00	5.400.000,00	1.045.105,29	1.045.105,29	19,35
11.2- Complementação do Estado ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.000,00	3.000,00	6.944,69	6.944,69	0,25
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.790.600,00	2.794.000,00	564.156,51	564.156,51	20,19

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		
			DESPESAS LIQUIDADAS		% (g) = ((e+f)/d)x100
			No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.400.000,00	3.981.020,00	595.786,33	595.786,33	45,775,68
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.981.020,00	595.786,33	595.786,33	45,775,68
14- OUTRAS DESPESAS	1.075.400,00	1.621.000,00	180.286,75	180.286,75	35,618,81
14.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	6.011,29	6.011,29	6,01
14.2- Com Ensino Fundamental	975.400,00	1.521.000,00	174.275,46	174.275,46	35,618,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.475.400,00	5.602.020,00	776.073,08	776.073,08	81,394,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13 - 18 / 11) x 100					60,98
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					516,28
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)¹	3.486.250,00	3.486.250,00	622.991,13	622.991,13	17,87

DESPESAS EXECUTADAS

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% (g) = ((e+f)/d)x100
		(d)		(e)	(f)	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	267.000,00	267.000,00	12.247,41	12.247,41	2.478,12	5,52
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	6.011,29	6.011,29	0,00	6,01
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	167.000,00	167.000,00	6.236,12	6.236,12	2.478,12	5,22
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.930.910,00	7.930.910,00	827.946,08	827.946,08	83.532,10	11,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.502.020,00	5.502.020,00	770.061,79	770.061,79	81.394,49	15,48
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.428.890,00	2.428.890,00	57.884,29	57.884,29	2.137,61	2,47
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	192.860,00	192.860,00	0,00	0,00	44.500,50	23,07
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.390.770,00	8.390.770,00	840.193,49	840.193,49	130.510,72	11,57
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					564.156,51	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50)					6.944,69	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					0,00	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00	
36- CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46)					0,00	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					571.101,20	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					399.603,01	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ³ [(38) / (3)] x 100%					16,04	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% (g) = ((e+f)/d)x100
		(d)		(e)	(f)	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	551.000,00	551.000,00	43.981,74	43.981,74	46.565,03	105,87
42- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	691.730,00	691.730,00	16.741,92	16.741,92	260.594,16	1.556,54
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (40 + 41 + 42 + 43)	1.242.730,00	1.242.730,00	60.723,66	60.723,66	307.159,19	505,83
45- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (29 + 44)	9.633.500,00	9.633.500,00	900.917,15	900.917,15	437.669,91	48,58
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012			
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00		0,00			
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB					VALOR	
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012					632.764,38	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE					1.045.105,29	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					978.977,82	
49.1- PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE DO EXERCÍCIO					641.276,87	
49.2- PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE DE RESTOS					337.700,95	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE					6.944,69	
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL					705.836,54	

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

LEBON RÉGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Adm. e FinançasADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. ContabilidadeSERGIO INHAIA
Controlador Interno



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	30,00	0,00		30,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.513.403,75	154.264,52	0,00	3.359.139,23
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.513.403,75	154.264,52	0,00	3.359.139,23
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.513.373,75	-154.264,52		-3.359.109,23

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN

ADAIR DA SILVA MATTOS
TEC. CONTABIL - CRC/SC 016.115/0-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	6.000,00	0,00	6.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.000,00	0,00	6.000,00
TOTAL	6.000,00	0,00	6.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00
Investimentos	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00
TOTAL	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TEC. CONTABIL - CRC/SC 016.115/0-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	13.645.000,00	13.645.000,00	2.491.964,52	18,26
Impostos	566.000,00	566.000,00	44.860,49	7,93
Imposto s/ Propriedade Predial e Territorial Urbana	150.000,00	150.000,00	239,41	0,16
Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos	70.000,00	70.000,00	7.047,24	10,07
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	215.000,00	215.000,00	35.452,28	16,49
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	131.000,00	131.000,00	2.121,56	1,62
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa	77.000,00	77.000,00	28.906,63	37,54
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.000,00	9.000,00	3.624,45	40,27
Dívida Ativa dos Impostos	48.000,00	48.000,00	16.140,49	33,63
Multas, Juros de Mora, Atual. e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	20.000,00	20.000,00	9.141,69	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	13.002.000,00	13.002.000,00	2.418.197,40	18,60
Da União	8.462.000,00	8.462.000,00	1.660.777,28	19,63
Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.200.000,00	8.200.000,00	1.640.032,35	20,00
Cota - Parte do Imp. s/ a Propriedade Territorial Rural	45.000,00	45.000,00	2.154,50	4,79
Transferencia Financeira do ICMS - Desonerção - LC 87/96	200.000,00	200.000,00	2.984,40	1,49
Outras Transferencias da União	17.000,00	17.000,00	15.606,03	91,80
Do Estado	4.540.000,00	4.540.000,00	757.420,12	16,68
Cota - Parte do ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	689.330,33	17,23
Cota - Parte do IPVA	480.000,00	480.000,00	57.662,19	12,01
Cota - Parte do IPI s/ Exportação	60.000,00	60.000,00	10.427,60	17,38
Outras Transferencias do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	2.609.100,00	2.609.100,00	628.376,39	24,08
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	7.800.540,00	7.800.540,00	1.462.897,15	18,75
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.609.400,00	-2.609.400,00	-480.948,78	18,43
TOTAL	21.445.240,00	21.445.240,00	4.102.289,28	19,13

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%
	(c)	(d)	(e)		((d+e)/c)
DESPESAS CORRENTES	5.054.640,00	5.054.640,00	753.629,33	61.738,50	16,13
Pessoal e Encargos Sociais	2.517.170,00	2.517.170,00	434.165,06	0,00	17,25
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.527.470,00	2.527.470,00	319.464,27	61.738,50	15,08
DESPESAS DE CAPITAL	329.520,00	329.520,00	1.119,66	1.198,50	0,70
Investimentos	319.520,00	319.520,00	1.119,66	1.198,50	0,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	5.384.160,00	5.384.160,00	754.748,99	62.937,00	15,19

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%
	(f)	(g)	(h)	(i)	((f+g)/despesas com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	5.384.160,00	5.384.160,00	754.748,99	62.937,00	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.313.010,00	2.313.010,00	276.492,68	55.060,31	40,55
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.313.010,00	2.313.010,00	276.492,68	0,00	40,55
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	3.071.150,00	3.071.150,00	478.256,31	7.876,69	59,45

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	23.377,95	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(VI - VII f) / I]CONSTITUCIONAIS	19,51
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% ((h+i)/Total(h+i))
Atenção Básica	3.698.150,00	3.698.150,00	500.344,25	59.080,75	68,42
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.686.010,00	1.686.010,00	254.404,74	3.856,25	31,58
TOTAL	5.384.160,00	5.384.160,00	754.748,99	62.937,00	100,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

LEBON RÉGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Administração e FinançasADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.1150-7 Tec. ContabilidadeSERGIO INHAIA
Controlador Interno

Anexo XVI - Saúde 2014



Município de LEBON REGIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LEBON REGIS, 21/03/2014

 LUDOVINO LABAS
 PREFEITO MUNICIPAL

 CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

 ADAIR DA SILVA MATTOS
 TEC. CONTABIL - CRC/SC 016.115/0-7

 SERGIO INHAIA
 CONTROLADOR INTERNO

Município de LEBON RÉRIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	-		21.445.240,00
Previsão Atualizada	-		21.445.240,00
Receitas Realizadas	4.102.828,28		4.102.829,28
Déficit Orçamentário	-		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-		44.821,86
DESPESAS			
Dotação Inicial	-		21.445.240,00
Créditos Adicionais	-		2.287.893,75
Dotação Atualizada	-		23.733.133,75
Despesas Empenhadas	3.401.955,23		3.401.956,23
Despesas Liquidadas	2.819.226,14		2.819.227,14
Inscritas em Restos a Pagar não Processados	-		582.729,09
Superávit Orçamentário	-		700.873,05
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.401.955,23		3.401.956,23
Despesas Liquidadas	2.819.226,14		2.819.227,14
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			21.852.886,43
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)
Resultado Nominal	-1.063.549,23	-674.223,13	63,39
Resultado Primário	464.150,00	1.412.211,64	304,26
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	493.796,38	1.238,63	468.338,14
Poder Executivo	493.796,38	1.238,63	468.338,14
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.199.522,66	16.060,42	828.255,31
Poder Executivo	1.199.522,66	16.060,42	828.255,31
TOTAL	1.693.319,04	17.299,05	1.296.593,45
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		25	16,04
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		60	60,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito		0,00	30,00
Despesa de Capital Líquida		154.264,52	3.359.139,23
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2021
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	6.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	3.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	478.256,31	15	19,51
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas / RCL (%)		0,00	

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

LEBON RÉGIS, 21/03/2014

LUDOVINO LABAS
 Prefeito Municipal

ADAIR DA SILVA MATTOS
 CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
 Secretária de Administração e Finanças

SERGIO INHAIA
 Controlador Interno

Leoberto Leal

PREFEITURA

Contrato Nº 017/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 017/2014 – PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 009/2014 – Aditivo de Preço.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa GL-LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Luiz Antônio Fado, nº 1800, Bairro Centro, Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 95.377.990/0001-98, neste ato representada pelo Senhor RAFAEL LISTON, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 005/2014.

Considerando, a solicitação efetuada pela Empresa GL-LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES EIRELI EPP, de 07/03/2014, recebida através do Protocolo/Processo Interno nº 592/2014, de 13/03/2014, onde a empresa acima mencionada solicita Termo Aditivo de Valores ao Contrato nº 009/2014, em virtude de haver necessidade de trocar as seguintes peças: bomba de óleo, bucha garfo embreagem, comando válvula turbo moderno, engrenagem avanço completo e engrenagem virabrequim, do caminhão basculante MB 1518, placa MAC 5289, pois as mesmas não foram licitadas no Processo Licitatório nº 006/2014;

Considerando, a Comunicação Interna nº 013/2014, de 13 de março de 2014, da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças, informando que há necessidade de substituir as referidas peças, pois não é possível realizar o conserto do motor e da bomba injetora do caminhão basculante MB 1518, placa MAC 5289 e nem mesmo dar a garantia dos serviços prestados;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município referente ao Termo Aditivo de Preço, em relação ao Contrato nº 009/2014;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 006/2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2014, com fulcro no art. 65, inciso I, letra b, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 005/2014, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 009/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL”.

III - “O Termo Aditivo de Contrato nº 017/2014, tem por objeto a aquisição da bomba de óleo, bucha garfo embreagem, comando válvula turbo moderno, engrenagem avanço completo e engrenagem virabrequim, no valor de R\$ 1.856,00 (um mil oitocentos e cinquenta e seis reais) conforme preconiza o art. 65 da Lei nº 8.666/93”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as

partes ao Contrato nº 009/2014, do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 005/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 009/2014.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de março de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

GL-LISMOTOR RET. DE MOT. EIRELI

RAFAEL LISTON

Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Lei N.º 1.052/2014

LEI N.º 1.052, de 26 DE MARÇO DE 2014

“CONCEDE REVISÃO GERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS E AOS PENSIONISTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os proventos de aposentadoria dos servidores públicos inativos e os proventos de pensão por morte, administrados e pagos pelo IPRELL ficam revisados nos termos do art. 1º da Lei nº 1048/2014.

Parágrafo único. Os proventos dos aposentados e pensionistas do Tesouro Municipal serão revisados pela aplicação do contido no caput deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, em 26 de março de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Pregão Presencial Nº 012/2014-PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014

TIPO: Menor Preço (global). OBJETO: Objetiva-se a contratação de empresa especializada para realização de aulas de dança, com carga horária de 12 horas semanais, para atender as crianças e adolescentes participantes dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos das localidades de Rio das Pedras, Vargem dos Bugres e Centro do Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 012/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min, do dia 07 de abril de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 26/03/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Pregão Presencial Nº 013/2014-PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014

TIPO: Menor Preço (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 08 de abril de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 26/03/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Extrato Pregão 29/2014**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal, para o ano de 2014, no dia 08 de abril de 2014, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 24 de março de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Extrato Pregão 30/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de materiais de construções, ferramentas, e equipamentos de oficina, no dia 08 de abril de 2014, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 25 de março de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Resolução E Parecer 008 - CME

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/CME

UF: SC

ASSUNTO: Adoção de Sistema de Ensino Aprende Brasil

RELATORA: Andrea Dalla Lana Vieira

COLABORADORA: Edina Itcak

PROCESSO: 008

APROVADO EM: 08/11/2013

I - RELATÓRIO

A Secretaria de Educação encaminha para análise deste Conselho a proposta para adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil composto de: Livro Didático Integrado, Portal Aprende Brasil, Assessoria Pedagógica, SIMEB - Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil e hábil - Sistema de Avaliação Positivo. O Sistema de Ensino Aprende Brasil será utilizado com a Educação Infantil, que beneficiará aproximadamente 93 crianças do Espaço da Primeira Infância - Unidade III da Escola Municipal São Francisco, e 160 crianças da Pré Escola - Unidade I da Escola Municipal São Francisco. A Secretaria de Educação salienta que o parecer da equipe técnico-pedagógica da Escola Municipal São Francisco foi favorável a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil, conforme Parecer do dia 31/10/2013 e que pretende adquirir o material com recursos próprios da municipalidade.

II - ANÁLISE

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, garante as crianças da Educação Infantil o desenvolvimento integral.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementado a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Para que a escola possa desempenhar seu papel no que se refere ao desenvolvimento integral da criança, é fundamental dispor de materiais didáticos de qualidade que favoreçam e enriqueçam o trabalho do professor. E ainda, considerando os avanços sociais e tecnológicos da sociedade, é preciso propiciar aos alunos desde a Educação infantil um ensino inovador e alinhado a esses avanços, pois acreditamos que:

A escola do terceiro milênio deve acompanhar o ritmo celerado que se impõe devido ao avanço tecnológico. O mundo está globalizado e as relações sociais de menor contexto (micro bairro, comunidade) e do contexto maior (macro planetário), estabeleceram novos conceitos históricos, geográficos, econômicos, culturais, comerciais e até de novos valores. Surge paralelamente um novo conceito de homem, de história, sociedade, de cultura, portanto, surge um novo modo de conceber o currículo, a escola e seu papel social. Então a escola tem um caráter globalizado. (Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco, p.14)

Assim, é preciso "[] assegurar uma educação de qualidade garantindo a participação de toda a comunidade escolar, num ambiente de intensa criatividade e respeito mútuo" (Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco, p.16).

Nessa perspectiva, o uso de recursos didáticos inovadores e de

qualidade combinados a um ambiente escolar adequado, propiciará aos alunos da Educação Infantil a aprendizagem e o desenvolvimento humano integral.

De acordo com o Parecer Técnico Pedagógico, buscou-se no mercado editorial brasileiro uma solução educacional para atender as expectativas educacionais de nossa comunidade escolar.

O Sistema de Ensino Aprende Brasil, fornece um conjunto de ferramentas inovadoras que interagem entre si, visando atender alunos e professores com materiais impressos, digitais, acompanhamento pedagógico e ferramentas de monitoramento e de avaliação.

Os componentes do Sistema de Ensino Aprende Brasil são: o Livro Didático Integrado, o Portal Aprende Brasil, a Assessoria Pedagógica, o SIMEB - Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil e o hábil - Sistema de Avaliação Positivo. A proposta pedagógica do Sistema de Ensino Aprende Brasil está alicerçada nos mesmos preceitos da Proposta Pedagógica dessa municipalidade, a qual entende que:

A educação é o elo que conduz o homem a cidadania, e esta o torna capaz de usufruir, partilhar cultural e materialmente da sociedade. A partir da educação o homem se torna elemento ativo na construção de sua história [] (Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco, p.30)

Os materiais do Sistema de Ensino Aprende Brasil foram elaborados fundamentados nos ditames legais, estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDBEN - 9394/96) e pelos documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e Referenciais Curriculares Nacionais (RCN's) para a Educação Infantil. Ainda, de acordo com o parecer técnico pedagógico, os materiais didáticos do referido Sistema de Ensino, apresentam diversidade cultural e social, além de um conjunto de atividades que valorizam o conhecimento prévio dos alunos, possibilitando ao professor cumprir seu papel de mediador "que desempenhe a função de facilitador da aprendizagem, que interage com os alunos através da linguagem, realizando um processo dialógico" (Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco, p.30)

Respeitando os documentos sobre a educação brasileira, o Sistema de Ensino Aprende Brasil disponibiliza materiais didáticos para a Educação Infantil organizados por eixos e âmbitos de ensino.

De acordo com os RCNs, temos dois âmbitos de experiência com diferentes eixos. O âmbito Formação Pessoal e Social inclui o eixo de trabalho referente à constituição da Identidade, Intimidade e Autonomia pela criança.

O âmbito Conhecimento do Mundo inclui as diferentes áreas e/ou linguagens articuladas em seis eixos de trabalho, que são: Movimento, Música, Artes, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Matemática. Cabe destacar, que essa organização respalda-se em uma proposta integrada. Assim, os professores podem reafirmar, em sua prática educativa, o propósito da construção de conhecimentos, que deve se processar de maneira conjunta e global a partir das inter-relações entre os diferentes âmbitos a serem trabalhados com as crianças.

O proposto nos Livros Didáticos do Sistema de Ensino Aprende Brasil tende a valorizar a proposta para as Instituições de Educação Infantil de Luzerna -SC que preceitua, que:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. (Projeto Político Pedagógico

da Escola Municipal São Francisco, p.59)

De forma geral, a Proposta Pedagógica presente nos Livros Integrados do Sistema de Ensino Aprende Brasil busca, na realização do trabalho na EI, dar oportunidades para que a criança possa:

ampliar sua capacidade de autoconhecimento e, consequentemente, de se comunicar e interagir socialmente, estabelecendo vínculos afetivos positivos com outras crianças e adultos; apropriar-se dos conhecimentos e bens culturais constituídos historicamente, utilizando as diferentes linguagens (corporal, oral, escrita, plástica, musical, matemática) e construindo significados que lhe permitam elaborar e reelaborar essas aprendizagens.

O Sistema de Ensino Aprende Brasil disponibiliza, também, o Portal Aprende Brasil, uma ferramenta que têm muito a contribuir com a inclusão digital da comunidade escolar. Com a internet, essa ferramenta possibilita a ampliação dos conhecimentos vistos em sala de aula com o livro impresso. A parceria com o Sistema de Ensino Aprende Brasil possibilitará aos alunos e professores acesso a informações de qualidade confiáveis e facilmente localizadas por meio de mecanismo de busca disponível na internet. O Portal irá possibilitar a ampliação do ambiente escolar físico uma vez que o avanço tecnológico faz parte do cotidiano dos alunos da sociedade contemporânea.

O Sistema de Ensino oferece a Assessoria Pedagógica, uma equipe de profissionais especializados que fornecem aos professores e coordenadores das escolas os subsídios necessários para o aperfeiçoamento da equipe técnico-pedagógica garantindo a funcionalidade do Sistema de Ensino por meio de cursos e atendimentos pedagógicos personalizados.

Dentre os cursos ofertados pelo respectivo Sistema de Ensino, consta o curso de implantação que tem por objetivo a apresentação de sua da Proposta Pedagógica, e de metodologias que objetivam contemplar temas atuais pertinentes à educação brasileira. Já os atendimentos pedagógicos destinados às equipes gestoras, por meio de encontros regionalizados e/ou personalizados, tem como propósito, um trabalho de fidelização ao Sistema de Ensino Aprende Brasil. A finalidade desses atendimentos é promover um diálogo específico sobre os desafios, necessidades e experiências relacionadas à ação de cada ator educativo, na promoção de um trabalho pedagógico de qualidade.

Outro elemento disponibilizado é o SIMEB - Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil, uma ferramenta tecnológica educacional para acompanhar e informar, por meio de indicadores, sobre a qualidade da educação pública municipal antes, durante e após a implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil. O SIMEB é composto por módulos que interagem entre si a fim de produzir informações quantitativas e qualitativas aos responsáveis pelo Sistema de Ensino Aprende Brasil e as escolas parceiras. Cada módulo agrupa um conjunto de indicadores tais como IDEB, Prova Brasil, Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, que, em seu todo, fornecem parâmetros para traçar as potencialidades e as fragilidades da educação municipal no processo de implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil. Dessa forma, as escolas terão acesso a um diagnóstico das carências dos diversos setores que compõem a atividade educacional, tornando mais eficazes os investimentos e a gestão do ensino público.

Por fim, a Secretaria de Educação reafirma o desejo em estabelecer a parceria com o Sistema de Ensino Aprende Brasil, o qual fornece os recursos pedagógicos necessários para a construção significativa do conhecimento, e dessa maneira, oferece um ensino de qualidade aos alunos e o apoio necessário para o desenvolvimento do trabalho docente, contribuindo para que a Escola Municipal São Francisco construa um aluno capaz de viver e atuar na sociedade, transformando-a para o bem comum.

Luzerna(SC), 08 de novembro de 2013
RELATORA: Andrea Dalla Lana Vieira

III - DECISÃO DA PLENÁRIA

A Plenária acompanha o voto da relatora aprovando a proposta de Resolução por unanimidade dos presentes.
Conselheira Andrea Dalla Lana Vieira

Conselheira Roseli Otto Meisterlin

Conselheira Noely Fiorin Ungericht

Conselheira Ivete Favetti

Conselheira Franciele Iara Diesel

Conselheiro Samuel Henrique Werlich

Conselheira Márcia Regina Dociatti Cedron

RESOLUÇÃO Nº 008 de 08 de novembro de 2013.

"ADOÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL."

A Presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Regimento Interno e o Parecer nº 008 de 08 de novembro de 2013 da Comissão de Ensino Fundamental e Legislação e Normas, RESOLVE:

Art.1º - A presente Resolução analisa os procedimentos e normas para regulamentação da adoção de Sistema de Ensino Aprende Brasil.

Art.2º - O Sistema de Ensino oferece a Assessoria Pedagógica, uma equipe de profissionais especializados que fornecem aos professores e coordenadores das escolas os subsídios necessários para o aperfeiçoamento da equipe técnico-pedagógica garantindo a funcionalidade do Sistema de Ensino por meio de cursos e atendimentos pedagógicos personalizados.

Art.3º - Os cursos ofertados pelo respectivo Sistema de Ensino, abrange o curso de implantação que tem por objetivo a apresentação de sua da Proposta Pedagógica, e de metodologias que objetivam contemplar temas atuais pertinentes à educação brasileira.

Art.4º - Os atendimentos pedagógicos destinados às equipes gestoras, por meio de encontros regionalizados e/ou personalizados, tem como finalidade promover um diálogo específico sobre os desafios, necessidades e experiências relacionadas à ação de cada ator educativo, na promoção de um trabalho pedagógico de qualidade.

Art.5º - O SIMEB - Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil, é uma ferramenta tecnológica educacional para acompanhar e informar, por meio de indicadores, sobre a qualidade da educação pública municipal antes, durante e após a implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil. É composto por módulos que interagem entre si a fim de produzir informações quantitativas e qualitativas aos responsáveis pelo Sistema de Ensino Aprende Brasil e as escolas parceiras. Cada módulo agrupa um conjunto de indicadores tais como IDEB, Prova Brasil, Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, que, em seu todo, fornecem parâmetros para traçar as potencialidades e as fragilidades da educação municipal no processo de implantação do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

Art.6º - Através do SIMEB - Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil, a escola terá acesso a um diagnóstico das carências dos diversos setores que compõem a atividade educacional, tornando mais eficazes os investimentos e a gestão do ensino público.

Art.7º - Estabelece a parceria com o Sistema de Ensino Aprende Brasil e adota esse Sistema de Ensino, o qual fornece os recursos pedagógicos necessários para a construção significativa do conhecimento, e dessa maneira, oferece um ensino de qualidade aos alunos e o apoio necessário para o desenvolvimento do trabalho docente, contribuindo para que a Escola Municipal São Francisco construa um aluno capaz de viver e atuar na sociedade, transformando-a para o bem comum.

Luzerna(SC), 08 de novembro de 2013.

ANDREA DALLA LANA VIEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Lei 1218

LEI Nº 1218 de 25 de março de 2014.

"ALTERA O "CAPUT" E §§ 3º e 4º do art. 2º da LEI Nº 269 DE 22.03.2001, ALTERADOS PELAS LEIS Nº 308 de 10.09.2001, 428 de 20.02.2003, 447 de 08.05.2003, 500 de 18.03.2004, 581 de 04.04.2005, 590 de 05.05.2005, 628 de 15.12.2005, 650 de 13.04.2006, 784 de 03.04.2008, 834 de 28.04.2009, 896 de 27.04.2010, 976 de 04.05.2011, 1038 de 20.03.12, 1110 de 21.05.2013 e 1195 de 10.12.2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O "caput" e os §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 269 de 22.03.2001, alterados pelas Leis nº 308 de 10.09.2001, 428 de 20.02.2003, 447 de 08.05.2003, 500 de 18.03.2004, 581 de 07.04.2005, 590 de 05.05.2005, 628 de 15.12.2005, 650 de 13.04.2006, 784 de 03.04.2008, 834 de 28.04.2009, 896 de 27.04.2010, 976 de 04.05.2011, 1038 de 20.03.2012, 1110 de 21.05.2013 e 1195 de 10.12.2013, ficam alterados, passando a ter a seguinte redação:

"Art.2º - A remuneração para o CONSELHEIRO TUTELAR, se dará na forma de jeton, no valor de R\$ 62,68 (sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos) para cada sessão de 08 (oito) horas de expediente diário junto ao Conselho Tutelar e sobreaviso no intervalo para o almoço, respeitado o limite máximo de R\$ 1.441,99 (um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos) mensais.

§1º- Faculta-se o atendimento do expediente diário do Conselho Tutelar por um único Conselheiro, ou por um Conselheiro em cada período (matutino e vespertino), segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares, priorizando-se a ordem de classificação e de modo a não prejudicar o atendimento de expediente no Conselho, e sendo a remuneração proporcional às horas trabalhadas, respeitado o limite máximo constante do "caput";

§2º- No caso de não haver consenso na formulação da escala, ou seja, não se conseguir que todos os dias úteis nos dois períodos haja Conselheiro atendendo no expediente do Conselho, os Conselheiros que alegarem não ter condições de atuar no Conselho deverão pedir seu desligamento do mesmo por ordem decrescente de classificação na eleição do Conselho Tutelar;

§3º-Os membros do CONSELHO TUTELAR serão remunerados para cada 24 (vinte e quatro) horas de sobreaviso (nos sábados, domingos e feriados instituídos por lei), na forma de jeton, no valor de R\$ 62,68 (sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos); §4º- O sobreaviso durante a semana, fora do horário de expediente normal do Conselho será remunerado na forma de jeton, no

valor de por período; R\$ 31,34 (trinta e um reais e trinta e quatro centavos),

§5º- O sobreaviso durante a semana também será organizado segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares.

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2014.

Luzerna(SC), 25 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1219

LEI Nº 1219 de 25 de março de 2014.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 269 de 22 de março de 2001, alterada pela Lei nº 797 de 03 de julho de 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o inciso III do art.1º da Lei nº 269 de 22 de março de 2001, alterada pela Lei nº 797 de 03 de julho de 2008 e inserido o inciso V no mesmo artigo, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º -

III- férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

V - remuneração de reunião semanal em percentual calculado proporcionalmente sobre o valor da sessão de 08 (oito) horas de expediente diário."

Art.2º - As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de fevereiro de 2014.

Luzerna (SC), 25 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeita Municipal

Lei 1220

LEI Nº 1220 de 25 de março de 2014.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a dotação abaixo, atribuída ao Projeto

discriminado:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.1020 - Renovação da Frota Atendimento à Saúde
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde R\$ 70.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída ao Projeto abaixo discriminado:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.1024 - Construção da Unidade Básica de Saúde - São Francisco

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde R\$ 70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de março de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1221

LEI Nº 1221 de 25 de março de 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PREFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CAMPUS DE LUZERNA - APP IFC LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PREFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CAMPUS DE LUZERNA - APP IFC LUZERNA, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.890.851/0001-85, com sede neste Município de Luzerna(SC), mediante transferência de recursos financeiros, da APP IFC LUZERNA ao MUNICÍPIO para este efetuar o fornecimento de alimentação escolar (almoço), aos alunos do ensino médio articulado do IFC - Campus de Luzerna.
Art.2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2014, revogadas as disposições da Lei nº 1198 de 10 de dezembro de 2013.

Luzerna(SC) 25 de março de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Tomada de Preço - PL 0032/2014 - TP 0005/2014 - Ampliação Cemitério Frei Bruno - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0032/2014 - PML
Tomada de Preço nº 0005/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de 74,45m² de alvenaria de bloco de concreto para muro de contenção, para ampliação de espaço físico do Cemitério Municipal Frei Bruno, no Bairro Jardim Itália, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 10 de abril de 2014.
ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 10 de abril de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Decreto 1771

DECRETO Nº 1771 de 25 de março de 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte abaixo relacionada, criando a Modalidade de Aplicação e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2014, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Projeto - 1301.10.301.0016.1020 - Renovação da Frota para Atendimentos à Saúde

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte de Recursos - 0.3.64 - Programa Atenção Básica
R\$ 63.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de março de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1772

DECRETO Nº 1772 de 25 de março de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1220 de 25 de março de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente a dotação abaixo, atribuída ao Projeto discriminado:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.1020 - Renovação da Frota Atendimento à Saúde
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde R\$ 70.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída ao Projeto abaixo discriminado:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.01.10.301.0016.1024 - Construção da Unidade Básica de Saúde - São Francisco

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de março de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Pregão Presencial - PL 033.2014 - PP 015.2014 - Aquisição de Veículo - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0033/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0015/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de 1 (um) veículo tipo "hatch", zero quilometro, ano de fabricação-modelo 2014/2014 destinados ao Secretaria de Educação, Esporte e Cultura conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência Anexo I deste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 07 de abril 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 07 de abril de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato de Convênio Nº 0052014

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2014

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CAMPUS DE LUZERNA - APP IFC LUZERNA

CONVENIADO : MUNICÍPIO DE LUZERNA

VALOR: R\$ 4,00 (quatro reais) aluno/dia.

OBJETO: fornecimento de alimentação escolar (almoço) pelo MUNICÍPIO no Refeitório do Centro de Eventos São João Batista, aos alunos do ensino médio articulado do IFC - Campus de Luzerna, no período diurno, mediante transferência de recursos financeiros pela APP IFC Luzerna ao MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: 17 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Luzerna, 25 de março de 2014.

MARCUS VINICIUS BUENO ALBACH

Presidente APP IFC LUZERNA

CONVENIENTE

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONVENIADO

Extrato de Termo de Cessão de Uso 0012014

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2014

CEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CESSIONÁRIO: SENAI/SC - CENTRO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA - CETE de Luzerna(SC)

OBJETO: outorga ao CESSIONÁRIO do uso gratuito de 01 (uma) sala no subsolo onde funcionava a cozinha da Escola Profissional Feminina, no CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pertencente ao Patrimônio Público Municipal e destinada a realização das atividades das aulas práticas das turmas do PRONATEC, inclusive a guarda de máquinas e equipamentos pertencentes ao patrimônio da entidade.

VIGÊNCIA: Até 31/12/2014.

Luzerna, 21 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CEDENTE

JULCIMAR LUIS MACHADO

Diretor do SENAI/SC - CETE Luzerna

CESSIONÁRIO

Pregão Presencial - PL 034.2014 - PP 016.2014 - Aquisição de Veículo - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0034/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 0016/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos

interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de Aquisição de 1 (um) veículo utilitário, zero quilometro, ano de fabricação-modelo 2014/2014 destinados ao Fundo Municipal de Saúde conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência Anexo I deste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h50min do dia 07 de abril de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09 horas do dia 07 de abril de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços Nº 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2014.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 14/04/2014, às 09h05min horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para realizar pavimentação em lajotas, drenagem pluvial, sinalização viária (horizontal e vertical) na Rua Crisógno Maia, de acordo com o Contrato de Repasse nº 780388/2012/Ministérios das Cidades/Caixa, e Rua Campos Novos, de acordo com o Contrato de Repasse nº 773579/2012/Ministérios das Cidades/Caixa conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 14/04/2014, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 25 de março de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.601.745/0001-60

BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 4274 R\$ 4.740,00

Nota Fiscal nº. 4310 R\$ 4.741,63

Nota Fiscal nº. 4342 R\$ 2.358,00

Nota Fiscal nº. 4352 R\$ 3.683,00

Nota Fiscal nº. 4365 R\$ 4.477,11

Valor Total: R\$ 19.999,74

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta

maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 26 de março de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO
Secretario Municipal Interino da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 80.858.053/0001-87
VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA
Nota Fiscal nº. 3115 R\$ 8.563,74
Valor total: R\$ 8.563,74

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte coletivo para funcionários efetivos da Prefeitura Municipal, com o fornecimento de vale transporte, não podendo, desta forma, sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 26 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO
Secretario Municipal Interino da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Dispensa de Licitação nº 119/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2014.

FORNECEDOR: DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA.
CNPJ: 83.262.923/0010-30.
OBJETO: Aquisição de peças para revisão dos veículos Ford Fiesta placas MLL 7716 e MLH 6246, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, considerando o período de garantia dos veículos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 451,24 (Quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Mafra, (SC) 25 de março de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação nº 004/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2014

FORNECEDOR: LINCK MÁQUINAS S/A.
CNPJ: 92.747.492/0003-63.

OBJETO: Aquisição de peças para o conserto da Escavadeira Hidráulica Volvo Mod. EC210BLC, pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 10.280,22 (Dez mil duzentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

Mafra, (SC) 25 de março de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2014

FORNECEDOR: HGL – TECNOLOGIA LTDA - ME.
CNPJ: 10.471.338/0001-85.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a atualização e manutenção mensal do sistema COVS - Controle Operacional da Vigilância Sanitária, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 6.310,58 (Seis mil trezentos e dez reais e cinquenta e oito centavos).

Mafra, (SC) 25 de março de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2014

FORNECEDOR: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA.

CNPJ: 83.052.191/0039-35.

OBJETO: Contratação De empresa pra prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 44.250,00 (Quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

Mafra, (SC) 25 de março de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial nº 017/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de 02 (duas) motocicletas e acessórios destinados ao Programa de Prevenção e Combate a Dengue, através do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da C.C. 6240003-1 CEF, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 25 de março de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE JÉSSICA SCHMITZ
Prefeito Municipal Pregoeira Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Lei 956/2014

LEI Nº 956 DE 21 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roldinei Dassoler da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maracajá, juntamente com a Bancada do partido do PMDB e PT, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 35 inciso III e IV da lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e o Prefeito Municipal Wagner da Rosa sancionou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei define a nova estrutura organizacional e administrativa da Câmara Municipal de Maracajá, dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos, integrantes do quadro de Cargos de Gestão e Administração.

Art. 2º A estrutura organizacional da Câmara Municipal compreende:

I - órgãos de gestão administrativa e financeira com a finalidade de prestação dos serviços administrativos, financeiros, de controle patrimonial e de suporte às atividades próprias do Poder Legislativo do Município;

II - órgão de assessoramento formal, com a finalidade de prestar assessoria jurídica e legislativa às atividades fins da instituição legislativa – Vereadores, Presidência, Comissões Permanentes e Mesa Diretora;

III – órgão de atividades operacionais e de atividades em geral;

Art. 3º Os órgãos de gestão e de atividades, que compõe a estrutura da Câmara Municipal de Maracajá possuem independência funcional, porém, devem obrigatoriamente, manter cooperação mútua entre si, visando o bom andamento do expediente.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 4º Os serviços da Câmara Municipal de Maracajá são distribuídos de acordo com a competência de cada uma das funções.

Art. 5º Competem aos servidores da Câmara Municipal de Maracajá, pertencentes a cada cargo lotado, cumprir e fazer cumprir a legislação geral aplicável à Câmara Municipal, a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno e de mais resoluções e decretos legislativos.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS ÓRGÃOS DE APOIO

TÍTULO I DAS ATIVIDADES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E ASSESSORAMENTO FORMAL

Art. 9º São órgãos de gestão administrativa, financeira, de controle patrimonial, de assessoria jurídica e de assessoramento formal aos parlamentares:

I - Diretoria Administrativa;

II - Diretoria Financeira e de Patrimônio;

III - Assessoria Jurídica;
IV - Assessoria Legislativa;
Parágrafo Único - O Demonstrativo do Quadro de Pessoal dos Cargos Comissionados, com seus respectivos cargos, níveis, número de vagas e vencimentos, integram o Anexo I, desta lei.

SEÇÃO I DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 10. A Diretoria Administrativa é o órgão encarregado de prestar assessoria geral ao Presidente e à Mesa Diretora nos aspectos político, administrativo e funcional, em especial quanto à estrutura e organização da Câmara Municipal e será administrada por um Diretor Administrativo, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara.

§ 1º A Diretoria Administrativa está ligada diretamente à Presidência tem a missão de prover a gestão integrada entre os setores administrativos, supervisionar todos os órgãos integrantes da estrutura do Poder Legislativo, verificando e zelando pelo seu regular funcionamento de modo que os serviços públicos possam ocorrer com qualidade e eficiência.

§ 2º São atribuições do Diretor Administrativo:

- I - Exercer o controle e coordenar os serviços e atividades atribuídas aos órgãos sob sua subordinação;
- II - Orientar o cumprimento das leis, resoluções, portarias, ordens de serviço e demais atos administrativos;
- III - Propor métodos e rotinas visando à racionalização dos serviços da Câmara Municipal;
- IV - Orientar e acompanhar a elaboração de planos e projetos, visando à ágil tramitação dos processos de controle e o estabelecimento de normas e procedimentos para o funcionamento da Câmara Municipal;
- V - Manter sob sua guarda e conservação os papéis, processos, livros e quaisquer outros documentos da Câmara;
- VI - Orientar a política de recursos humanos, bem como supervisionar a correta aplicação da legislação de pessoal pertinente, inclusive propondo a regulamentação de normas, quando necessária;
- VII - Supervisionar todas as atividades administrativas ligadas às áreas de material, compras, patrimônio, documentação, atendimento ao público, organização dos serviços, orçamento, contabilidade, entre outras determinadas pela Mesa Diretora;
- VIII - Examinar a convocação de servidores para a prestação de serviços e tarefas atribuídas em caráter excepcional;
- IX - Supervisionar os procedimentos administrativos relativos às licitações e concursos públicos;
- X - Controlar a qualidade das atividades de gestão e seus resultados, visando à eficácia na consecução dos objetivos planejados;
- XI - exercer o controle superior da gestão financeira e patrimonial;
- XII - Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

SEÇÃO II DA DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

Art. 11. A Diretoria Financeira e de Patrimônio é o órgão encarregado de controlar, conferir, classificar e contabilizar as operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Câmara Municipal e será administrada por um Diretor Financeiro e de Patrimônio, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara. Esta diretoria também tem por finalidade exercer as atividades de registro e controle dos bens patrimoniais da Câmara. Guarda e organizar todos os processos e documentos financeiros pertencentes à Câmara Municipal de Maracajá, catalogação de todos os processos e documentos e demais correspondentes mandados a arquivar; permitir a consulta, mediante carga, quando autorizado pelo Presidente, dos livros contábeis, documentos e processos arquivados; comunicar, de imediato, qualquer irregularidade que ocorrer nas

atividades financeiras e requisitar todo e qualquer material necessário ao bom andamento do serviço.

Parágrafo Único - São atribuições do Diretor Financeiro e de Patrimônio:

- I - Acompanhar a elaboração mensal os balancetes demonstrativos;
- II - Supervisionar a elaboração do balanço anual da Câmara Municipal;
- III - Supervisionar a elaboração da prestação de contas para apreciação da Câmara Municipal e remessa ao Tribunal de Contas do Estado;
- IV - Verificar a escrituração da contabilidade;
- V - Preparar os relatórios contendo elementos para a programação orçamentária e financeira da Câmara Municipal;
- VI - Proceder à verificação final da documentação necessária para a efetivação da liquidação e pagamento das despesas da Câmara Municipal;
- VII - Verificar os processos de despesa relativamente à legalidade dos procedimentos adotados, comunicando a Mesa Diretora qualquer ocorrência diversa;
- VIII - Acompanhar a elaboração do orçamento da Câmara e acompanhar o planejamento financeiro em curto prazo;
- IX - Zelar pela correta aplicação dos recursos monetários da Câmara, administrando os serviços de controle e registros contábeis de suas contas;
- X - Patrocinar a alocação dos recursos necessários à Câmara, por ocasião da discussão do Orçamento;
- XI - Dar ao Presidente, ciência, explicações, esclarecimentos e subsídios técnicos sobre o funcionamento do mecanismo financeiro adotado pela Câmara, em consonância com as exigências legais, especialmente as oriundas do Tribunal de Contas do Estado, ou da União, quando for o caso;
- XII - Gerir o recebimento, o pagamento, a guarda e a movimentação dos dinheiros e outros valores da Câmara, procedendo ao registro contábil na forma da administração financeira ou patrimonial da Câmara;
- XIII - Fiscalizar a aplicação de auxílios financeiros concedidos aos órgãos de direito público interno, ou privados, favorecidos por convênios, tais como associações de servidores, institutos de previdência e fundações;
- IX - Conferir diariamente o movimento econômico financeiro das contas da Câmara, verificando o saldo registrado, que deverá ser informado ao Presidente;
- X - Assinar, em conjunto com o Contador, e com o "visto" do Presidente, todos os Boletins, Balancetes, Balanços, Anexos, e outros documentos contábeis;
- XI - Coordenar e controlar a elaboração e execução dos instrumentos orçamentários da Câmara Municipal;
- XII - Determinar a realização do balanço de todos os valores da tesouraria, com a necessária tomada de contas, obrigatoriamente, no último dia útil de cada exercício financeiro, realizando, se necessário, as perícias contábeis que tenham por objetivo salvaguardar os interesses financeiros e econômicos da Câmara;
- XIII - Fiscalizar a correta aplicação das dotações orçamentárias;
- XIV - Apresentar até 31 de janeiro do exercício a que se referir o cronograma de pagamento de despesas orçamentárias, por cotas trimestrais, que cada unidade de comando orçamentário estiver autorizada a realizar;
- XV - Efetuar o orçamento de caixa relativo às entradas e saídas, e seu indispensável fluxo, na forma dos critérios prévia e expressamente definida pelo Presidente;
- XVI - Realizar o levantamento, controle, numeração, avaliação e depreciação do patrimônio em nome do Poder Legislativo Municipal;
- XVII - Executar todas as tarefas inerentes ao exercício de seu cargo, responsabilizando-se, inclusive, por aquelas que lhe forem delegadas por seu superior, ou de sua competência, ainda que omissas nesta lei.
- XVIII - Implantar e manter o sistema de codificação dos bens

patrimoniais com o devido cadastro de todos os bens existentes;
IXX - Elaborar, implantar e manter atualizado o cadastro de todos os bens móveis e imóveis pertencentes à Câmara Municipal;
XX - Inventariar e contabilizar todos os bens patrimoniais da Câmara e seus locais de destino;
XXI - Responsabilizar-se pela entrada e saída de todos os bens pertencentes à Câmara e, em conjunto com os demais órgãos zelar pela manutenção e reparação de todos os bens pertencentes à Casa;

SEÇÃO III DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 12. A Assessoria Jurídica é o órgão responsável junto ao Gabinete do Presidente, os Vereadores, e aos titulares das demais unidades de comando orçamentário, pelo exame de toda a matéria que importe em assessoramento jurídico ou de solicitações da justiça, sendo administrada por um Assessor devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - São atribuições do Assessor Jurídico:

I - Representar a Câmara nos feitos judiciais ou extrajudiciais em que seja parte autora, requerida, contestante, reclamada, oponente ou assistente, litisconsortes, terceira interessada ou denunciada, dentro da esfera dos poderes que lhe forem conferidos, vedados o substabelecimento e o recebimento de citações;

II - Receber intimações judiciais ou notificações que não tenham o caráter de citação, emitir pareceres escritos, elaborar minutas, supervisionar a condução de processos administrativos, bem como acompanhar licitações e responder breves consultas, resultantes de dúvidas ou indagações suscitadas em plenário, por ocasião das discussões;

III - Revisar a redação de projetos de lei e quaisquer outros documentos escritos da responsabilidade da Câmara, da Mesa Diretora, das Bancadas dos Partidos Políticos, ou mesmo de qualquer Vereador, no que diz respeito, exclusivamente, às expressões vernaculares ou de conteúdo jurídico, oferecendo as sugestões ou recomendações que, no seu entendimento, melhor se ajustem aos dispositivos ou proposições apreciadas;

IV - Prestar assessoria e consultoria jurídica à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes e Especiais e demais órgãos componentes da estrutura administrativa da Câmara de Vereadores, em assuntos de natureza jurídica;

V - Emitir pareceres jurídicos sobre anteprojetos, projetos de leis, resoluções, regulamentos, editais, licitações, estudos e demais proposições, quando solicitado;

VI - Emitir pareceres sobre o teor de contratos e convênios apresentados à Câmara;

VII - Elaborar pareceres, contratos e demais documentos jurídicos;

VIII - Proporcionar assistência jurídica ao Presidente, bem como à Mesa Diretora, nos processos e assuntos jurídicos que envolvam a instituição;

IX - Orientar, quanto aos aspectos da constitucionalidade e legalidade, as ações legislativas e administrativas;

X - Elaborar pareceres jurídicos sobre questões legislativas e administrativas;

XI - Propor ações judiciais, elaborar defesas e recursos em processos administrativos e judiciais e assessorar os trabalhos e elaborar relatórios conclusivos de comissões legislativas, quando este exigir fundamentação jurídica.

SEÇÃO IV DA ASSESSORIA LEGISLATIVA

Art. 13. A Assessoria Legislativa é o órgão encarregado de prestar

assessoramento de apoio especial ao Presidente e à Mesa Diretora em temas de alta relevância, considerados como de maior interesse da Casa, estendendo-se tais atribuições ao âmbito geral da administração, com as limitações previstas no organograma hierárquico funcional e será exercida por Assessor Legislativo de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - São atribuições do Assessor Legislativo:

I - Assistir, permanentemente à Mesa Executiva da Câmara Municipal durante as sessões plenárias, visando o fiel cumprimento da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal;

II - Coordenar e elaborar a ordem do dia, observando o cumprimento dos dispositivos regimentais;

III - Registrar, em livro próprio, a presença dos vereadores nas sessões;

IV - Receber e controlar as proposições apresentadas, realizando os devidos registros e encaminhamentos;

V - Providenciar a preparação e encaminhamento devido das proposições aprovadas pelo Plenário, bem como ofícios e documentos diversos lidos no expediente da Mesa;

VI - Elaborar e revisar as atas das sessões plenárias;

VII - Acompanhar a tramitação dos projetos nas Comissões, principalmente no cumprimento dos prazos estabelecidos;

VIII - Organizar a pauta das sessões;

IX - Organizar e acompanhar as votações em plenário, a elaboração das atas, e no controle dos serviços do expediente em geral, repassando ao Presidente, as informações coletadas;

X - Acompanhar, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, a sanção, os vetos e a publicação dos projetos de leis aprovados, bem como o cumprimento, por parte do Executivo, das indicações, requerimentos, requisições, convites e convocações endereçadas aos órgãos competentes, transmitindo ao Presidente as notícias recolhidas;

XI - Controlar o recebimento, a expedição, numeração, distribuição de papéis e documentos em andamento na Câmara;

XII - Assessorar a Presidência e o Relator das Comissões na elaboração de proposições, pareceres, emendas, e nas demais questões do processo legislativo;

XIII - Manter completos e atualizados todos os registros necessários à execução de suas atividades;

XIV - Realizar a revisão e a redação final de toda matéria aprovada pelo Plenário para assinatura e expedição;

XV - Preparar os autógrafos das leis, resoluções, e indicações após aprovação final;

XVI - Controlar os prazos das leis remetidas ao Poder Executivo Municipal para sanção ou veto;

XVII - Comunicar ao Presidente da necessidade de promulgação de leis nos termos da Lei Orgânica do Município;

XVIII - Providenciar o arquivamento ou publicação de acordo com a decisão do Plenário;

XIX - Proceder à guarda dos originais das proposições aprovadas e arquivadas;

XX - Redigir projetos de leis de autoria do Poder Legislativo;

XXI - Analisar a legalidade e a redação de projetos de leis de autoria do Poder Executivo ou Legislativo;

XXII - Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

TÍTULO III DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ATIVIDADES EM GERAL

Art. 14 São órgãos de atividades operacionais e de atividades em geral os cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo, sendo compreendido pelas seguintes funções:

I - Auxiliar de Secretaria;

II - Contador;

III - Recepcionista;

IV - Serviços Gerais.

Parágrafo Único - O Demonstrativo do Quadro de Pessoal dos

Cargos Efetivos, com seus respectivos cargos, níveis, número de vagas e vencimentos integram o Anexo I, desta lei.

SEÇÃO I DO AUXILIAR DE SECRETARIA

Art. 15. À função de Auxiliar de Secretaria compete coordenar, planejar, supervisionar e controlar os trabalhos de processamento legislativo e de apoio à atividade legislativa da Câmara.

Parágrafo Único: São atribuições dos ocupantes do cargo de Auxiliar de Secretaria:

- I - Executar direção e controle da Unidade, coordenar, planejar, supervisionar e controlar os trabalhos de processamento legislativo e de apoio à atividade legislativa da Câmara;
- II - Dar cumprimento às diretrizes, planos e projetos concernentes à sua área de atuação e assessorar a Mesa Diretora quanto as disposições regimentais e tramitação de proposições e processos administrativos;
- III - Possibilitar o cumprimento das funções legislativa e fiscalizadora da Câmara Municipal;
- IV - Assessorar a Mesa, as comissões permanentes e as comissões temporárias;
- V - Auxiliar o Assessor Legislativo na elaboração e digitação de projetos de emenda à Lei Orgânica do Município, de lei ordinária, de decreto legislativo e de resolução;
- VI - Orientar e acompanhar os trabalhos durante a sessão, a elaboração das pautas de projetos, atas de sessões, de pedidos de informações e de requerimentos das sessões ordinárias e extraordinárias;
- VII - proceder à consolidação e à atualização da legislação municipal;
- VIII - Realizar o protocolo de documentos oficiais, despachar correspondências, redigir ofícios, memorando e outros;
- IX - Executar serviços de encadernação e composição de documentos da Câmara;
- X - Executar a reprodução de avulsos, documentos, jornais e outras matérias de interesse da Câmara;
- XII - Executar em máquinas copiadoras os serviços de reprodução requisitados pelas unidades da Câmara;
- XIII - Executar tarefas elementares de apoio administrativo;
- IX - Desempenhar outras funções correlatas, solicitadas pelo seu superior imediato.

SEÇÃO II DO CONTADOR

Art. 16. Os serviços de Contabilidade compreenderão o controle, conferência, classificação e contabilização das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Câmara Municipal, além de promover o recebimento das importâncias devidas a Câmara, efetuar o pagamento da despesa, de acordo com as disponibilidades de erário, promover a guarda de valores da Câmara e requisitar talões de cheques aos bancos em supervisão do Presidente e Secretário Geral da Câmara.

Parágrafo Único: São atribuições dos ocupantes do cargo de Contador:

- I - Executar a direção e controle da Unidade, planejar o sistema de registro e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, possibilitando o controle contábil e orçamentário;
- II - Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu prosseguimento, assegurando a observância do plano de contas adotado;
- III - Inspeccionar regularmente a escrituração dos livros contábeis, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, fazendo cumprir as exigências administrativas e legais;
- IV - Controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas bancárias, conferindo os saldos apresentados, localizando

e consertando os possíveis erros, assegurando a correção das operações contábeis;

- V - Orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza apropriando custos de bens e serviços;
- VI - Supervisionar cálculos de reavaliação do ativo e depreciações de veículos, máquinas, móveis e utensílios e instalações;
- VII - Participar de trabalhos adotando os índices indicados em cada caso para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes;
- VIII - Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, apresentando resultados parciais e gerais da situação patrimonial, orçamentária e financeira ao Presidente e ao Secretário Geral da Câmara;
- IX - Assessorar a Câmara em problemas financeiros, contábeis e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis; elaborar relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária;
- X - Acompanhar o cumprimento da Lei de responsabilidade Fiscal;
- XI - Manifestar-se nos processos administrativos de ordem financeira;
- XII - Exarar pareceres sobre os balancetes patrimoniais, orçamentários, econômicos e financeiros da Administração Direta e Indireta;
- XIII - Elaborar e exercer o controle da execução do orçamento da Câmara;
- XIV - Elaborar demonstrativos mensais, balancetes, balanços e prestação de contas da Câmara;
- XV - Elaborar relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária;
- XVI - Acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município;
- XVII - Realizar auditoria contábil e financeira;
- XVIII - Registrar os atos e fatos de natureza contábil e elaborar os demonstrativos financeiros correspondentes;
- IXX - Desempenhar outras atividades correlatas a função, solicitadas pelo superior imediato.

SEÇÃO III DO RECEPCIONISTA

Art. 17. O serviço de recepcionista compreende o atendimento ao público, prestando informações relativas ao setor onde deverá dirigir-se e com quem tratar, atendendo ligações telefônicas, dentre outras funções que lhe for solicitado.

Parágrafo Único: São atribuições dos ocupantes do cargo de Recepcionista:

- I - Assessorar o Presidente, os Vereadores, os diretores, os assessores e público geral nos esclarecimentos aos que procuram a Câmara;
- II - Executar o recebimento dos expedientes dirigidos a Câmara;
- III - Manter arquivo das correspondências recebidas e expedidas e de outros documentos de interesse da Câmara de Vereadores;
- IV - Preparar ofícios, pareceres e outros documentos quando solicitado;
- V - Recepcionar a presidência, os vereadores e público geral nas sessões da Câmara e no atendimento diário a população;
- VI - Auxiliar nas sessões da câmara, nos cerimoniais e eventos realizados;
- VII - Checar correspondências eletrônicas e demais formas de comunicação da Câmara com o ambiente externo;
- VIII - Efetuar a entrega e o recebimento de expediente ou correspondência;
- IX - Efetuar o serviço de circulação de documentos entre as unidades;
- X - Entregar correspondência ao correio;
- XI - Anotar e transmitir recados diversos, prestar informações ao público;
- XII - Auxiliar na classificação, separação e distribuição de expedientes e correspondências;

XIII - Prestar informações ao público sobre a localização de pessoas ou dependências de serviço;
XIV - Receber ligações telefônicas e transferilas aos ramais solicitados, efetuar ligações solicitadas, e registrá-las em impresso próprio para o devido desconto em folha de pagamento quando se tratar de ligações particulares;
XV - Imprimir o relatório de ligações telefônicas e encaminhá-lo ao setor competente para cálculo dos valores para posterior desconto em folha de pagamento;
XVI - Desempenhar outras funções correlatas, solicitadas pelo superior imediato.

SEÇÃO IV DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 18. Aos ocupantes do cargo de serviços gerais, incumbe realizar, controlar e fiscalizar os serviços de limpeza e conservação das dependências da Câmara e de seu patrimônio, bem como quaisquer outros que lhes sejam atribuídos dentro de sua competência, auxiliando os demais setores naquilo que necessário for e desempenhar outras atividades solicitadas por seu superior hierárquico.
Parágrafo Único: São atribuições dos ocupantes do cargo de Serviços Gerais:

I - Executar serviços de limpeza em geral do prédio da Câmara, espanando, varrendo, lavando ou encerando os móveis, utensílios e instalações;
II - Coletar lixo dos setores da Câmara, despejando-os em veículos, carrinhos e depósitos apropriados;
III - Lavar objetos e utensílios de copa e cozinha;
IV - Fornecimento de água, café e similares, em horários pré-estabelecidos ou quando solicitados;
V - Lavar e limpar paredes, tetos, móveis, vidraças, banheiros, pisos e outros, utilizando utensílios e equipamentos adequados, observando as normas de higiene e segurança;
VI - Desinfecção sanitários e outros locais, de acordo com as necessidades;
VII - Transportar objetos, volumes, equipamentos e outros, quando solicitado;
VIII - Conservar máquinas, equipamentos, utensílios e outros utilizados no desenvolvimento de suas atividades, mantendo-os sempre limpos e em condições de operação imediata;
IX - Requisitar material para realização de seu trabalho;
X - Identificar e registrar qualquer anormalidade com máquinas, equipamentos, objetos, utensílios, instalação e outros, solicitando reparos, quando for o caso;

CAPÍTULO IV DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 19. A jornada de trabalho normal dos servidores da Câmara Municipal de Maracajá será de 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, incumbindo ao Presidente determinar quanto ao horário de início e fim da jornada, ressalvados os casos regulados por Lei Especial.

Parágrafo Único - Poderá ser determinado turno único de trabalho que não excederá a 6 (seis) horas diárias, que deve ser aplicado quando o Poder Executivo Municipal determiná-lo e sua duração deverá também ser o mesmo do Paço Municipal.

Art. 20. O Presidente da Câmara poderá determinar, por ato próprio, os dias úteis de ponto facultativo aos servidores.

Art. 21. Todo servidor registrará sua presença diariamente, pela forma e meios determinados pela Diretoria Administrativa da Câmara.

Art. 22. Ao servidor efetivo da Câmara Municipal de Maracajá fica assegurado o direito à percepção de horas extras quando da execução de serviços que o levem a estender seu horário de trabalho,

atendidos os critérios de necessidade, motivo relevante e a complexidade dos trabalhos a serem executados, observados os seguintes critérios:

I - 02 (duas) horas extras diárias no limite de 10 (dez) horas semanais, em caráter habitual;

II - Mais de 02 (duas) horas extras, além das habituais, em caráter transitório e excepcional, por necessidade extraordinária, devendo o excesso justificado ser compensado em horas de outro dia normal de trabalho.

III - O adicional de horas extras a ser considerado quando do cumprimento das mesmas será de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras horas e 100% (cem por cento) para as demais, calculado sobre o vencimento base.

IV - O pagamento das horas extras de que trata o caput deste artigo ficará submetido à formalização de processo administrativo, requerido pelo servidor, com indicação de dia, hora e observância dos critérios já mencionados anteriormente.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto no artigo antecedente e seus incisos, aos servidores que exerçam cargo em comissão.

CAPÍTULO V DAS GRATIFICAÇÕES E DIÁRIAS

Art. 23. Fica instituída, por esta lei, sob o título de Vantagem Adicional, uma gratificação aos ocupantes de cargos em comissão, que será concedida caso a caso, a critério do Presidente da Casa, observada, para tanto, a produtividade do desempenho de cada um, a complexidade da função e cujo quantum é fixado em até 100% (cem por cento) do respectivo vencimento padrão.

Parágrafo Único - A concessão da Vantagem Adicional instituída pelo caput deste artigo poderá ser retirada ou alterada o seu percentual a qualquer tempo.

Art. 24. No ato de nomeação o ocupante de cargo comissionado poderá responder por mais de uma diretoria ou assessoria, sendo que a remuneração será a do cargo titular.

Art. 25. O ocupante de cargo efetivo poderá assumir a função de cargo comissionado, ficando o seu cargo de origem vago, até seu retorno a função de origem e sua remuneração será a do cargo em que estiver exercendo a função.

Parágrafo Único - O servidor de cargo efetivo que estiver em exercício de cargo comissionado, conta o tempo de serviço, a título de nível de referência, na matrícula do cargo em que for efetivo.

Art. 26. Ao servidor que se deslocar a outro Município, a serviço da Administração, além do transporte, será concedida diária a título de indenização de despesas.

Parágrafo Único - A Tabela de diárias com seus valores e distâncias mínimas de viagens, será fixada por ato do Presidente da Câmara e nela conterà, também, as diárias dos Vereadores.

CAPÍTULO VI DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 27. O quadro de Cargos, Níveis de Referência e Remuneração pertencente à estrutura organizacional da Câmara Municipal de Maracajá, estão definidas no Anexo I, constantes desta Lei, sendo estes divididos em:

§ 1º Quadro de Cargos de Pessoal Efetivo;

I - Quadro de Cargos de Pessoa Efetivo - é formado pelo pessoal que ingressou na Câmara Municipal de Maracajá, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na função pública atingindo estabilidade legal, após o cumprimento do estágio probatório de 03 (três) anos, obrigatórios, findo o qual somente poderá ser demitido por falta grave, apurada em Processo Administrativo Disciplinar, assegurando-se ampla defesa e o contraditório ao acusado.

a) A classificação por nível do quadro de cargos efetivos da Câmara

de Vereadores, está disposto no Anexo II.

§ 2º Quadro de Cargos de Pessoal Comissionado;

I - Quadro de Cargos de Pessoal Comissionado - é formado pelo pessoal detentor de cargo de confiança do Presidente do Poder Legislativo Municipal, ou a quem couber por Lei indicar a sua nomeação, que será feita mediante Portaria editada pelo Presidente da Câmara Municipal, e exonerados ad nutum, da mesma forma, por ato e vontade de quem os nomeou.

a) O quadro de Cargos de Pessoal Comissionado, bem como sua classificação por Tipo está disposto no Anexo I.

CAPITULO VII

DA NOMEAÇÃO, EXONERAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS SERVIDORES

Art. 28. A nomeação ocorrerá:

I - em caráter efetivo;

II - em comissão.

Art. 29. A nomeação para cargo efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida à ordem de classificação e o prazo de validade do concurso.

§ 1º Os candidatos nomeados para os cargos do Quadro de Cargos de Atividades Operacionais e de Atividades em Geral, serão submetidos a um programa de treinamento introdutório/permanente, em que sejam aplicados conteúdos relativos à natureza de cada cargo, podendo esse treinamento ser ministrado diretamente na execução dos trabalhos diários do servidor.

§ 2º Não será realizado novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado, para os mesmos cargos.

§ 3º A aprovação no concurso público não gera direito à nomeação, a qual se dará, a critério do Presidente da Câmara Municipal, observando este a necessidade e disponibilidade financeira da Câmara Municipal para convocação dos candidatos, dentro do prazo de validade do concurso, em conformidade ao número de vagas constantes, obedecida a ordem de classificação e atendimento por parte do candidato dos requisitos estabelecidos no edital.

§ 4º A deficiência física, mental e a limitação sensorial não servirão de fundamentos à concessão de aposentadoria, salvo se adquiridas posteriormente ao ingresso no serviço público observado às disposições legais pertinentes.

§ 5º O concurso público poderá ser realizado em conjunto com o poder executivo municipal, podendo um dos poderes realizar e quitar as despesas decorrentes do processo.

Art. 30. A nomeação para cargo em comissão será feita sem a necessidade de concurso público, bastando tão somente a indicação por parte do Vereador ou Vereador Presidente, sendo estes considerados como de atribuições de Direção e Assessoramento, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, conforme disposições constitucionais.

Art. 31. A nomeação ou exoneração dos servidores ocupantes de cargos que compõem a estrutura da Câmara Municipal far-se-á mediante Ato do Presidente em exercício, de acordo com os procedimentos habituais adotados pelo Poder Legislativo Municipal, observados:

§ 1º A nomeação para os cargos de provimento efetivo ocorrerá quando houver necessidade e disponibilidade financeira, observado o número de vagas existentes e a ordem de classificação dos candidatos aprovados no concurso.

I - O candidato aprovado no concurso será convocado a cumprir as determinações estipuladas em lei e no próprio edital do concurso, comparecendo a sede da Câmara Municipal, quando convocado, para entrega de todos os documentos exigidos.

II - Atendidas as exigências iniciais, e tendo o candidato cumprido rigorosamente o que foi determinado, a Câmara de Vereadores procederá, como é de praxe, a confecção do processo de admissão do servidor, publicando a Portaria de nomeação, onde

o mesmo, nos termos de lei tomará posse e entrará em exercício.

III - Cumpridas todas as formalidades legais, a Câmara de Vereadores encaminhará cópia do processo de admissão do servidor efetivo aos órgãos competentes de fiscalização e controle.

§ 2º A nomeação ou exoneração dos cargos em comissão será autorizada pelo presidente da Câmara que confeccionará o devido Processo e Portaria.

§ 3º Os requerimentos para nomeação ou exoneração de qualquer servidor ocupante de cargo em comissão, pertencente à estrutura da Câmara Municipal, deverão ser apresentados no máximo até o dia 20 (vinte) do mês corrente;

§ 4º Os requerimentos que não estiverem de acordo com o inciso anterior, somente poderão ser processados para o mês subsequente, tendo em vista o fechamento da folha de pagamento.

Art. 32. Os servidores de outros órgãos à disposição da Câmara Municipal, para o exercício ou não de cargo em comissão, serão solicitados pelo Presidente da Câmara Municipal, através de Ofício, onde só a partir do recebimento do Ofício-resposta poderão ou não ser considerados como à disposição do Poder Legislativo, devendo o responsável pela frequência remeter ao órgão de origem do servidor sua frequência mensalmente.

§ 1º Quando não mais necessária a disponibilidade do servidor junto ao Poder Legislativo, o mesmo será encaminhado pelo Presidente ao seu órgão de origem, através de Ofício, onde deverá obrigatoriamente se apresentar.

§ 2º A devolução do servidor ao seu órgão de origem faz cessar a obrigação do encaminhamento de sua frequência.

§ 3º Os servidores que exercerem cargos de direção ou assessoramento, ficarão isentos do preenchimento da folha de frequência, que é obrigatória para os demais servidores, salvo decisão contrária editada por meio de ato da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 33. Os servidores pertencentes ao quadro de Cargos de Atividades Operacionais e de Atividades em Geral da Câmara Municipal de Maracajá, poderão ser colocados à disposição de outros órgãos, desde que requisitados, e, quando o forem, não haja prejuízo para a Câmara Municipal, quanto aos serviços executados pelo servidor, ou qualquer outro impedimento para sua disponibilidade.

CAPÍTULO VIII

DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 34. Os servidores em estágio probatório serão avaliados pela Comissão de Avaliação constituída pelo poder executivo municipal, no mesmo período e mesmos critérios que os servidores públicos municipais do executivo.

CAPÍTULO IX

CONCEITOS GERAIS APLICÁVEIS AO PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRAS

Art. 35. O plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras da Câmara Municipal de Maracajá, obedece ao regime estatutário e sua estrutura possui as seguintes definições:

I - Servidor público é toda pessoa física legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão.

II - Considera-se cargo público aquele composto por um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor criadas por lei, com denominação própria, número certo e pagamento pelo erário municipal.

III - Considera-se Quadro de Cargos o conjunto correlacionado de cargos a partir da sua natureza, objetivos, legislação, atribuições, relacionamentos, serviços finais prestados e demais especificidades que justificam tratamento diferenciado no âmbito da Câmara Municipal de Maracajá.

IV - O Quadro de Cargos de Atividades Operacionais e de Atividades em Geral é aquele que envolve a sistematização dos cargos voltados para a prática das atribuições relativas à execução de

atividades administrativas, compreendendo planejamento, organização, coordenação e controles de natureza gerencial, assim como aqueles de natureza técnica e operacional, atendimento ao público, recepção e limpeza das instalações físicas, aplicáveis no âmbito interno da Câmara Municipal de Maracajá.

CAPÍTULO X

CONCEITOS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS AO PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRAS

Art. 36. Para os fins de aplicação do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras, aprovados por esta Lei, são utilizados os conceitos gerais constantes dos incisos deste artigo.

I - Nível - é o enquadramento do cargo a partir do nível de instrução formal exigido para a sua ocupação;

II - Amplitude de Referência - é a faixa de vencimentos que corresponde ao nível de enquadramento do cargo, disposta em classes progressivas por onde pode evoluir o servidor público municipal pelos critérios de promoção previstos nesta Lei;

IV - Interstício - é o lapso de tempo estabelecido como mínimo necessário para que o servidor possa evoluir de uma classe para outra, fazendo com que o valor de seus vencimentos seja devidamente reajustado.

CAPÍTULO XI

ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRAS

Art. 37. A estrutura básica do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos é aquela que consta do Anexo I desta Lei e que corresponde às definições constantes dos incisos que seguem:

I - Os cargos são distribuídos por níveis de enquadramento cuja variável central de diferenciação é a instrução formal mínima exigida do ocupante para ingresso no serviço público municipal, com os atributos complementares de diferenciação específicas, identificados com base nas habilidades necessárias a cada cargo;

II - Os cargos vinculados aos seus respectivos níveis de enquadramento são classificados em 9 (nove) classes sucessivas denominadas por letras maiúsculas do alfabeto, começando pela letra A e terminando com a letra I;

III - A cada nível corresponde a uma quantidade de cargos fixados por Lei;

IV - A cada classe do cargo corresponde a um interstício de serviço mínimo prestado especificamente naquele cargo na Câmara Municipal de Maracajá.

Art. 38. A investidura no cargo efetivo, farseá, sempre, no nível e classe inicial de cada cargo, podendo ser alteradas as progressões, obedecidas a forma estabelecida neste Plano de Cargos e Salários.

CAPÍTULO XI

ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRAS

Art. 39. Fica aprovada as tabelas constantes do Anexo II desta Lei, que define os níveis de referências e que fixa o valor do vencimento correspondente aos cargos do Quadro de Cargos de Atividades Operacionais e de Atividades em Geral da Câmara Municipal de Maracajá, que será reajustada anualmente através de lei específica.

§ 1º Além do vencimento, poderão ser pagas aos servidores da Câmara Municipal, quaisquer outras vantagens previstas em lei ou no Estatuto dos Servidores do Município.

§ 2º O sistema de vencimentos previsto nesta legislação destina-se exclusivamente aos servidores da Câmara Municipal de Maracajá, não servindo de base para efeito de cálculo de vencimento ou salário de servidor de outros órgãos cedidos ou colocados à disposição da Câmara.

§ 3º Os reajustes que importem em aumento de vencimento dos

servidores da Câmara Municipal respeitarão a política de remuneração definida nesta Lei.

§ 4º Não será aplicado aos cargos comissionados, o mesmo percentual de reajuste anual, aplicado aos cargos do quadro efetivo, os quais terão seus valores reajustados de acordo com Lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

§ 5º Nenhum servidor efetivo ou comissionado da Câmara Municipal de Maracajá, poderá receber remuneração superior ao subsídio do Vereador Presidente.

CAPÍTULO XII

DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

Art. 40. O servidor efetivo receberá, além de seus vencimentos, auxílio transporte, auxílio alimentação e auxílio saúde, que serão regulamentados através de Resolução.

CAPÍTULO XIII

PROGRESSÃO FUNCIONAL DO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 41. Considera-se progressão funcional a elevação do servidor da Câmara Municipal para a classe imediatamente superior do nível de enquadramento do cargo ocupado.

Art. 42. A progressão funcional do servidor da Câmara Municipal dar-se-á pela promoção por antiguidade.

Art. 43. A promoção ocorrerá em intervalos de 03 (três) anos de serviço efetivo prestado pelo servidor no cargo e na classe imediatamente anterior, computado nos termos previstos nesta Lei, conforme a tabela do Anexo II.

Parágrafo Único - atendendo o servidor os preceitos constantes do caput deste artigo, fará jus a um percentual de 3% (três por cento) em nível de reajuste, que incidirá sobre o vencimento base.

Art. 44. O tempo de serviço efetivo para os fins de promoção por antiguidade será computado na database fixada para sua realização.

Parágrafo Único - A database para promoção do servidor terá como referência o mês de março.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. Considera-se tempo de serviço efetivo para os fins de enquadramento dos servidores às definições previstas nesta Lei.

Art. 46. Os cargos em comissão enquadrados no Quadro de Cargos, Vencimentos e Carreiras passam a ser regulados por esta Lei, ficando revogadas todas as Leis e Resoluções que tratam da matéria, criadas anteriormente, respeitando-se o direito adquirido decorrente de ato jurídico perfeito.

Art. 47. Suspende-se a contagem do tempo de serviço dos servidores integrantes do Quadro de Cargos de Atividades Operacionais e de Atividades em Geral da Câmara Municipal para os fins de enquadramento e promoções por antiguidade, os afastamentos constantes dos incisos:

I - Licença sem vencimentos para trato de interesses particulares;

II - Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

III - Licença médica superior a 60 (sessenta) dias por triênio, exceto quando especificadas em Lei e acidente ocorrido em serviço;

IV - Períodos de cessão a outros órgãos de qualquer nível de Governo;

V - Disponibilidade remunerada;

VI - Exercício de mandato eletivo;

VII - Suspensão administrativa;

VIII - Prisão determinada por autoridade competente.

Art. 48. Ficam assegurados todos os direitos e vantagens decorrentes de Leis ou Resoluções criadas anteriormente, relativamente aos ocupantes dos cargos em comissão que passam a ser regulados por esta Lei.

Art. 49. Os servidores ocupantes de cargos comissionados, que forem mantidos nos respectivos cargos, de acordo com a nova estrutura da Câmara Municipal de Maracajá, ficarão dispensados de novo registro e posse, bastando para tanto serem lançadas as necessárias anotações em sua ficha de assentamento e alteração da portaria que o nomeou.

Art. 50. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de recursos orçamentários e créditos consignados à Câmara Municipal de Maracajá.

Art. 51. O Presidente da Câmara, por ato próprio, pode realizar reuniões itinerantes ou especiais, em bairros e localidades do Município, para assuntos de interesse da população, sejam elas de caráter emergencial, ou não.

Art. 52. Os servidores da Câmara Municipal poderão ser cedidos, por ato do Presidente da Câmara, a outras entidades, seja da Administração Direta ou Indireta, ao poder Judiciário ou a entidades beneficentes e filantrópicas, com ou sem ônus para o Município e sempre a requerimento da parte interessada.

Art. 53. O município poderá receber servidores de outras esferas governamentais da administração direta ou indireta dos governos da União, do Estado e Municípios, para exercer funções na Câmara Municipal, com ônus para a origem.

Art. 54. O aumento de vencimentos dos ocupantes de cargos efetivos criados por esta lei se dará na mesma data e com os mesmos percentuais daqueles do quadro permanente do poder executivo municipal.

Art. 54. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis: 540 de 11 de dezembro de 2001, 683 de 28 de fevereiro de 2007 e 767 de 19 de março de 2009.

Município de Maracajá/SC, 21 de Março de 2014.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente

Sancionada a presente lei pelo Poder Executivo Municipal em 21 de Março de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente lei na Secretaria de Administração em 21 de Março de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

ANEXO I

TABELA DE CARGOS, NÍVEL DE REFERÊNCIA E REMUNERAÇÃO CARGOS COMISSIONADOS

CARGO	TIPO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	GRAU DE INSTRUÇÃO	REMUNERAÇÃO
Assessor Jurídico	CC-1	01	20 h	Superior em Direito com Registro na OAB	1.500,00
Assessor Legislativo	CC-2	01	40 h	Superior	1.200,00

Diretor Administrativo	CC-3	01	40 h	Ensino Médio	1.100,00
Diretor Financeiro	CC-3	01	40 h	Ensino Médio	1.100,00

CARGOS EFETIVOS

CARGO	TIPO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	GRAU DE INSTRUÇÃO	REMUNERAÇÃO INICIAL DE CARREIRA
Auxiliar de Secretaria	Efetivo	01	40 h	Ensino Médio	1.315,00
Contador	Efetivo	01	10 h	Superior em Contábeis com Registro no CRC	850,00
Recepcionista	Efetivo	01	40 h	Ensino Médio	1.087,00
Serviços Gerais	Efetivo	01	40 h	Ensino Fundamental	988,00

Maracajá/SC, 18 de Fevereiro de 2014.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente

ANEXO II

TABELA DE NÍVEIS DE REFERÊNCIA CARGOS EFETIVOS

TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL DE REFERÊNCIA
Até 3 Anos	A
De 04 à 07 Anos	B
De 08 à 11 Anos	C
De 12 à 15 Anos	D
De 16 à 19 Anos	E
De 20 à 23 Anos	F
De 24 à 27 Anos	G
De 28 à 31 Anos	H
De 32 à 35 Anos	I

TABELA DE REMUNERAÇÃO POR NÍVEL DE REFERÊNCIA CARGOS EFETIVOS

NÍVEL DE REFERÊNCIA	REMUNERAÇÃO INICIAL + PORCENTAGEM
A	3%
B	6%
C	9%
D	12%
E	15%
F	18%
G	21%
H	24%
I	27%

Maracajá/SC, 18 de Fevereiro de 2014.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente

Marema

PREFEITURA

Portaria Nº 053/2014

Portaria nº053/2014

De 13/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMOR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal VALMOR PERUZZO, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 13 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA,
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Servidor Designado

Portaria Nº 054/2014

Portaria nº054/2014

De 14/03/2014

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE VENILDA KIPERT BARBIERO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERIODO 03/09/2013 A 05/03/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 21 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional da Servidora Pública Municipal VENILDA KIPERT BARBIERO com carga horária de 40 horas semanais, na função de AGENTE DE SAUDE em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 03/03/2013 A 03/09/2013. SEXTA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 13 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Setor Recursos Humanos

Portaria Nº 055/2014

Portaria nº055/2014

De 14/03/2014

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE CARLIZE EMANUELA TODESCATTO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERIODO 24/04/2013 A 25/10/2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 21 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional da Servidora Pública Municipal CARLIZE EMANUELA TODESCATTO com carga horária de 40 horas semanais, na função de ASSISSTENTE SOCIAL em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 24/04/2013 a 25/10/2013. TERCEIRA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 14 de março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Setor Recursos Humanos

Portaria Nº 056/2014

Portaria nº056/2014

De 17/03/2014

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE MAGALI TERRIBELI EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERIODO 15/09/2013 A 15/03/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 21 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional da Servidora Pública Municipal MAGALI TERRIBELI com carga horária de 40 horas semanais, na função de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 15/09/2013 A 15/03/2014. SEXTA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 17 de março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Setor Recursos Humanos

Portaria Nº 057/2014

Portaria nº057/2014

De 17/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAGALI TERRIBELE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a Servidora Publica Municipal MAGALI TERRIBELE, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 17 de março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA,
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Servidor Designado

Portaria Nº 058/2014

Portaria nº058/2014

De 17/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDEMAR JOSE NADAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal EDEMAR JOSE NADAL, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o

vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 17 de março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA,
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Servidor Designado

Portaria Nº 059/2014

Portaria nº059/2014

de 18/03/2014

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EDEMAR JOSE NADAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 118 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal. CONSIDERANDO o Certidão de nascimento de DAVI LUIZ BALBINOT NADAL, arquivado em sua pasta funcional;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença Paternidade ao Servidor Público Municipal EDEMAR JOSE NADAL, pelo período de 05 dias, de 09 de março a 14 de março de 2014.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº 060/2014

Portaria nº060/2014

De 18/03/2014

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ELISANDRO PAGANI EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERÍODO 15/09/2013 A 15/03/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 21 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional do Servidor Público Municipal ELISANDRO PAGANI com carga horária de 40 horas semanais, na função de PSICOLOGO em função da pontuação recebida,

considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 15/09/2013 A 15/03/2014. SEXTA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor Recursos Humanos

Portaria Nº 061/2014

Portaria nº061/2014

De 18/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDEMIR LUIZ NOSSAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal CLAUDEMIR LUIZ NOSSAL, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 18 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA,

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Portaria Nº 062/2014

Portaria nº062/2014

De 18/03/2014

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ALINE ANDRESSA MATIELLO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERIODO 21/09/2013 A 20/03/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 21 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional do Servidor Público Municipal ALINE ANDRESSA MATIELLO com carga horária de 40 horas semanais, na função de FISIOTERAPEUTA em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 21/09/2013 A 20/03/2014. SEXTA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor Recursos Humanos

Decreto Nº 034/2014

Decreto nº 034/2014

De 14/03/2014

DECRETA A EFETIVAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL VENILDA KIPERT BARBIEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II.

DECRETA

Art. 1º - A efetivação da Servidora Pública Municipal VENILDA KIPERT BARBIEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, na função de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE em função do cumprimento do estagio probatório e em decorrência de concurso publico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Marema, 14 de março de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto Nº 035/2014

DECRETO n. 035/2014

De 14/03/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO n. 005/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 004/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto

nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.005/2014 na Modalidade de Pregão Presencial n. 004/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Serviços de Levantamentos de Dados para cadastramento e recadastramento imobiliário.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto único do Processo Licitatório n.005/2014 na Modalidade de Pregão Presencial n. 004/2014 ao proponente vencedor ADTEC SERVIÇOS CARTOGRAFICOS LTDA EPP no valor total de R\$ 23.154,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 13 de março de 2014.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto Nº 036/2014

Decreto nº 036/2014

De 18/03/2014

DECRETA A EFETIVAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL ELISANDRO PAGANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II.

DECRETA

Art. 1º - A efetivação do Servidor Público Municipal ELISANDRO PAGANI, com carga horária de 40 horas semanais, na função de PSICOLOGO em função do cumprimento do estágio probatório e em decorrência de concurso publico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Marema, 18 de março de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto Nº 037/2014

Decreto nº 037/2014

De 18/03/2014

DECRETA A EFETIVAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ALINE ANDRESSA MATIELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II.

DECRETA

Art. 1º - A efetivação da Servidora Pública Municipal ALINE ANDRESSA MATIELLO, com carga horária de 40 horas semanais, na função de FISIOTERAPEUTA em função do cumprimento do estágio probatório e em decorrência de concurso publico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Marema, 18 de março de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto Nº 038/2014

DECRETO n. 038/2014

De 19/03/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO/FMAS n. 003/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMAS n. 003/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório/FMAS n.003/2014 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste aquisição de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente, Cursos para atendimento a programas do departamento.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 143 ao proponente vencedor TAIS MICHELI ZANARDI no valor total de R\$ 10.900,00 (reais); O objeto do item 47, 48, 51, 52, 53, 57, 59, 61, 64, 65, 68, 71, 72, 79, 81 e 83 ao proponente vencedor AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, no valor de R\$ 2.291,50 (reais); o objeto dos item 60 ao proponente vencedor CTR ALIMENTOS LTDA ME no valor de R\$ 184,50 (reais); o objeto dos item 144 ao proponente vencedor FENIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME no valor de R\$ 18.800,00 (reais); o objeto dos item 16, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 131, 132, 133,

134, 135 ao proponente vencedor FRANCIELI HAIDUK RIGO ME no valor de R\$ 12.830,62 (reais); o objeto dos item 13, 20, 21, 40, 41, 42, 43, 78 ao proponente vencedor MAQUIMALHAS COM. DE REPRES. LTDA no valor de R\$ 541,00 (reais); o objeto dos itens 89, 94, 95, 96, 97, 100, 105, 107, 110, 111, 112, 115, 123, 129, 130, ao proponente vencedor MARISA A. DE SOUZA BRANCO DOMINGOS no valor de R\$ 10.564,10 (reais); o objeto dos itens 145 ao proponente vencedor MOACIR CARBONERA no valor de R\$ 11.000,00 (reais); o objeto dos item 05, 06, 08, 09, 10, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 70, 91, 101, 102, 103, 104, 109, 113, 114, 117, 118 ao proponente vencedor PEGASUS ATACADISTA LTDA ME no valor de R\$ 13.151,95 (reais); o objeto dos item 03, 15, 34, 44, 46, 49, 50, 54, 56, 58, 63, 66, 69, 73, 76, 77, 80, 82, 84, 87, 88, 90, 92, 93, 98, 106, 108, 116 ao proponente vencedor SHOPPING DO REAL COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS no valor de R\$ 3.398,05 (reais); o objeto dos item 4, 7, 45, 55, 62, 7485, 86, 99, 136, 137, 138, 139 ao proponente vencedor SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME no valor de R\$ 1.047,70 (reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

Decreto Nº 039/2014

DECRETO n. 039/2014

De 20/03/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO n. 007/2014 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 002/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.007/2014 na Modalidade de Carta Convite n. 002/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de pneus novos.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01 a 11 ao proponente vencedor RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA no valor total de R\$ 76.836,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

Decreto Nº 040/2014

DECRETO nº040/2014

De 21/03/2014

NOMEIA PATRIK PABLO CASSOL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADJUNTO – CC-02 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de PATRIK PABLO CASSOL na função de Diretor Adjunto – CC -02 Cargos em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial Decreto 010/2013 de 09/01/2013.

Gabinete do Prefeito em 21 de março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

Lei Nº 1034/2014

Lei n. 1034/2014

De 11/03/2014

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE 05 DA QUADRA 06 DA MATRÍCULA n. 7.009 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do lote 05 da quadra 06 com área de 600,00m2 da Mat. 7.009 registrado no CRI da Comarca de Xaxim e localizado no perímetro urbano de Marema, que

consta pertencer a Creusa Maran, na forma do mapa e memorial descritivo em anexo a esta Lei.

§ 1º A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

Lote Urbano 05 da quadra 06 com área de 600,00m², localizado no lado ímpar da Rua Lauro Muller esquina com a Rua José Gaspari.

Noroeste: com a Rua José Gaspari em 30,00m.

Sudeste: com o lote 06 de Zulmira Mendes dos Santos Nogueira (mat. 7.010) em 30,00m.

Nordeste: com a Rua Lauro Muller em 20,00m.

Sudoeste: com parte do lote 04 de Claudir José Ferrari (mat. 7.008) em 20,00m.

§ 2º A situação do desmembramento consiste em:

Lote Urbano 05A da quadra 06 com área de 300,00m², localizado no lado ímpar da Rua Lauro Muller esquina com a Rua José Gaspari.

Noroeste: com a Rua José Gaspari em 15,00m.

Sudeste: com parte do lote 06 de Zulmira Mendes dos Santos Nogueira (mat. 7.010) em 15,00m.

Nordeste: com a Rua Lauro Muller em 20,00m.

Sudoeste: com o lote 05B em 20,00m.

Lote Urbano 05B da quadra 06 com área de 300,00m², localizado no lado par da Rua José Gaspari distante pelo lado direito 15,00m da esquina com a Rua Lauro Muller.

Noroeste: com a Rua José Gaspari em 15,00m.

Sudeste: com parte do lote 06 de Zulmira Mendes dos Santos Nogueira (mat. 7.010) em 15,00m.

Nordeste: com o lote 05 A em 20,00m.

Sudoeste: com parte do lote 04 de Claudir José Ferrari (mat. 7.008) em 20,00m.

Art. 2º Qualquer desmembramento ou remembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá os padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 11 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

Lei Complementar Nº 036/2014

Lei Complementar nº 036/2014

De 19/02/2014

“DISPÕE SOBRE A REFORMA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprovou a presente Lei:

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A presente Lei Complementar dispõe sobre Plano de Cargos de Provimento Efetivo e respectivos vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Executivo do Município de Marema, suas autarquias e fundações públicas municipais, destinado a organizar os cargos públicos de provimento efetivos em planos de carreira, os cargos de provimento em comissão, fundamentado nos princípios de qualidade profissional e desempenho, objetivando dar continuidade com maior eficiência e eficácia ao serviço público municipal.

§ 1º. Excetua-se das disposições da presente lei complementar os servidores integrantes do quadro de pessoal do magistério público municipal que terá plano de carreira específico.

§ 2º. Aos servidores contratados em caráter temporário aplicar-se-ão as normas definidas em lei específica.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Plano de Carreira, Cargos e Vencimento: é o conjunto de diretrizes e normas que disciplina a estrutura do Quadro de Pessoal ; as atribuições específicas e genéricas dos cargos; estabelece a identificação dos cargos e o número de vagas, bem como os respectivos vencimentos;

II - Quadro de Pessoal: é o conjunto de carreiras de provimento efetivo;

III – Cargo de provimento efetivo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.

IV – Vencimento base: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo fixado em Lei.

V – Vencimentos: é o vencimento de cada um dos cargos, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;

VI - Remuneração: é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em Lei;

VII – Comissionados: servidores de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal.

VIII – Vagas: é o número fixo e indicador de limite de servidores em cada um dos cargos da carreira.

IX – Carreira: é o conjunto de cargos de provimento efetivo, identificado pela natureza do trabalho, qualificação e formação profissional, atribuições e grau de complexidade.

§ 1º- Nenhum servidor municipal, ativo ou inativo poderá perceber, mensalmente, a título de vencimento, importância superior à soma dos valores fixados como remuneração, em espécie, a

qualquer título, para o Prefeito Municipal.

§ 2º- Vencimento e a remuneração não serão objetos de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos, resultantes de homologação ou decisão judicial.

Art. 3º. Os cargos de provimento efetivo estão reunidos nos seguintes grupos profissionais:

- I - Serviços Gerais - SEG
- II - Serviços Auxiliares - SAU
- III - Serviços Operacionais - SOP
- IV – Serviços Administrativos - SAD
- V - Técnico Profissional - TEP
- VI - Técnico Científico – TEC

§ 1º. As especificações e descrições dos grupos e cargos, a jornada de trabalho, número de vagas, constam dos Anexos I desta Lei.

§ 2º. As condições para ingresso, a habilitação profissional e as atribuições de cada cargo constam do Anexo VII.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. Os cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal classificam-se segundo os grupos profissionais, constantes dos Anexos I e VII desta Lei.

§ 1º. No Anexo I constará a identificação dos cargos ou empregos públicos, os níveis e referências de enquadramento e a quantidade de vagas e vencimentos anexo III.

§ 2º. No Anexo VII constará a identificação das carreiras, a habilitação mínima e as respectivas atribuições.

§ 3º. O Anexo II é aquele que define os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de provimento de livre nomeação, exoneração, respectivos vencimentos e vagas.

DO INGRESSO E VENCIMENTO

Art. 5º. Os cargos de provimento efetivo são acessíveis aos brasileiros natos e naturalizados que preencham os requisitos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e os previstos nesta Lei, e o ingresso dar-se-á após aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, atendidos os requisitos de escolaridade e habilitação, com nomeação do servidor para ingressar no cargo inicial da respectiva carreira.

§1º Em cada concurso Público para provimento de vagas em cargos carreira inicial, o Edital estabelecerá o número de vagas, os cargos a serem providos, por área de habilitação profissional.

§ 2º Após a homologação do resultado do concurso público, serão nomeados os candidatos habilitados, dentro das vagas disponíveis constantes do edital do concurso público ou disponibilizadas durante o prazo de validade do Concurso Público, obedecido à ordem de classificação estabelecida no respectivo regulamento ou edital.

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 6º. Para os ingressantes a partir desta Lei os Servidores Municipais serão submetidos à Avaliação de Desempenho ao longo de 3 (três) anos, a partir da entrada do servidor em exercício, em atendimento a Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 da Constituição Federal.

§ 1º. O Estágio Probatório é o processo de avaliação do desempenho de servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em

relação à sua aptidão e capacidade para o cargo ocupado identificando aspectos positivos, dificuldades encontradas e alternativas de solução.

§ 2º. Durante o período de estágio probatório serão avaliadas a aptidão e a capacidade do servidor para o exercício do cargo, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade e pontualidade, avaliando-se a frequência, pontualidade e a permanência no local de trabalho, inclusive no que se refere às saídas antecipadas do servidor;

II - produtividade, avaliando-se o volume e a quantidade de trabalho executados pelo servidor normalmente;

III - responsabilidade, avaliando-se a maneira como o servidor dedica-se ao trabalho, o cumprimento dos prazos, ordens e determinações hierárquicas, a observância e o respeito às leis e seus regulamentos, bem como quanto a fiscalização necessária para obter-se os resultados desejados;

IV - disciplina, avaliando-se o cumprimento ou não, pelo servidor, das determinações e ordens superiores, bem como das atribuições do respectivo cargo, constantes da lei;

V - dedicação ao serviço público, avaliando-se o empenho, a ordem e o esmero do servidor em relação ao serviço público que desempenha;

VI - cooperação, avaliando-se a vontade de cooperar e a atitude em relação aos colegas de trabalho e à chefia imediata;

VII - criatividade, avaliando-se a capacidade de proposição, construção de alternativas e iniciativas no desempenho de suas funções específicas;

VIII - organização e planejamento, avaliando-se a organização, o planejamento e a limpeza no local de trabalho do servidor;

IX - qualidade, avaliação da frequência de erros do servidor, bem como a ordem e a apresentação que caracterizam o seu trabalho.;

X - conhecimento do trabalho, avaliando-se a demonstração de segurança do conhecimento na implementação de ações pertinentes às suas atribuições;

XI – bom senso e iniciativa, avaliando-se o bom senso do servidor nas suas decisões, na ausência de instruções detalhadas ou em situações inesperadas;

XII - apresentação pessoal, avaliando-se a forma pela qual o(a) servidor(a) se apresenta no ambiente público de trabalho, observando-se a organização pessoal adequada às funções que desempenha.

§ 3º. As avaliações serão periódicas, realizadas de 6 em 6 meses após o ingresso, de acordo com critérios fixados pela instituição.

§ 4º. O acompanhamento dos servidores em estágio probatório é realizado pelo Departamento de Recursos Humanos e por uma Comissão Setorial de Avaliação que será composta dos seguintes membros:

I – Dois servidores efetivos;

II– Um Diretor do Departamento.

§ 5º. O estágio probatório ficará suspenso nas situações abaixo, sendo retomado a partir do término dos impedimentos:

-Licença para atividade política;

-Durante o período em que o servidor estiver em gozo de benefício do INSS;

-Em cargo de comissão.

I- De posse das informações, o órgão de pessoal deverá emitir parecer concluindo a favor ou contra a afirmação do servidor em estágio.

II- O Funcionário Público Municipal, avaliado em estágio probatório, terá vistas e assinará o boletim de avaliação, recebendo cópia deste, passando então a contar o prazo de 10 (dez) dias para, querendo, apresentar defesa escrita junto à comissão de avaliação.

III- O Presidente da comissão deverá no prazo de 03 dias úteis entregar a defesa do servidor e o parecer da comissão sobre o recurso do Servidor ao órgão de pessoal, que deverá encaminhar os mesmos ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que decidirá sobre a aceitação ou não do parecer da comissão, esgotando-se desta forma as vias administrativas.

§ 6º. Para atingir a estabilidade o servidor deverá atingir média igual ou superior a 50% (cinquenta) por cento, em cada avaliação de desempenho.

§ 7º. O servidor que não atingir a média em qualquer avaliação no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

§ 8º. O servidor que optar em prestar novo Concurso Público, terá que cumprir novo Estágio Probatório.

I – Durante o Estágio Probatório, não poderá ocorrer ascensão funcional ou movimentação.

II – Nos casos de afastamento para exercício de cargo em comissão, o estágio probatório será interrompido.

§ 9º - Durante o tempo de validade do concurso, o aprovado é convocado para assumir, com prioridade sobre os novos concursados da mesma carreira.

§ 10º - São estáveis, após três anos de efetivado exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

I - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

II- Extinto o cargo ou suprimida vagas, o servidor em estágio probatório, será o mesmo exonerado.

Art.7º - O vencimento dos servidores ocupantes de cargo efetivo será o estabelecido no Anexo III, de acordo com cargo e o nível.

Parágrafo único. É vedada a passagem do servidor de um cargo para outro, salvo aprovação em concurso público.

Art. 8º. O ingresso dos cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração dar-se-á por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. O vencimento dos servidores ocupantes de cargo comissionado será o estabelecido nos Anexos II.

Art. 10º. O exercício de cargo em comissão determina o afastamento do servidor ocupante de cargo efetivo, ressalvados os casos de acumulação legal, hipótese em que poderá optar pela remuneração acumulado ao cargo de comissão.

CAPÍTULO III DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 11º. A jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais não poderá ser inferior a 10 (dez) horas e 4 (quatro) horas diárias e nem superior a 40 (quarenta) horas semanais e 8 (oito) horas diárias, conforme carga horária constante no Anexo I desta Lei.

§ 1º. É permitida a prestação de serviço Extraordinário, desde que previamente autorizado pela chefia imediata, motivada pelo acúmulo de serviço inadiável, que será remunerado em 50% da hora normal.

§ 2º. O limite de horas extras não poderá ser superior a 60 horas mensais.

§ 3º. Considera-se trabalho noturno o prestado ao período 22h00min às 05h00min do dia seguinte, sendo a hora considerada 52:30 cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

CAPÍTULO IV DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 12º. O Poder Executivo Municipal, observada a dotação orçamentária e a disponibilidade de recursos, possibilitará a participação dos servidores públicos dos Grupos I, II, III, IV, V e VI, em cursos de capacitação, treinamento e desenvolvimento, congressos, seminários, palestras e demais encontros ou reuniões, que tenham por objetivo a modernização, a racionalização dos serviços públicos, o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como em momentos formativos versando sobre os temas de Concepção e Prática no Serviço Público Municipal e Administração Pública.

CAPÍTULO V DOS DIREITOS E VANTAGENS

Seção I Adicional de Titulação

Art. 13º. O servidor ocupante de cargo efetivo que apresentar título superior àquele ao exigido para o cargo ao qual foi concursado, mesmo que o título seja em área diversa do cargo, terá direito ao adicional de 5%, compreendendo-se como grau de instrução os níveis escolares de Ensino Médio, Superior, Pós Graduação/especialização, Mestrado e Doutorado.

§ 1º. Em se tratando de títulos diversos da área de atuação, passará pela análise do chefe do executivo, que avaliará se o novo título poderá ser aplicado no cargo ou utilizado de alguma forma para o melhoramento do servidor junto ao Município e assim concedido.

§ 2º. O percentual será calculado sobre o vencimento base do servidor e discriminado separadamente na folha de pagamento, de acordo com a denominação da verba.

§ 3º. A concessão do adicional de que trata o caput deste artigo, dar-se-á após a apresentação do novo título, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de requerimento, junto à Secretaria Municipal de Administração/Recursos Humanos.

§ 4º. É vedado o acúmulo de adicional de titulação, somente concedida uma gratificação por nível de título e área de atuação.

Seção II Função Gratificada

Art. 14º. A função gratificada instituída por esta Lei, para atender a encargos de Chefia e outros que não justificam a criação de cargo a função, será paga no percentual de 10% a 70% de acordo com o grau de responsabilidade, em verba separada na folha de pagamento sob a denominação "Função Gratificada".

§ 1º-O desempenho de função gratificada será atribuído, exclusivamente, ao funcionário, mediante ato expresso do Chefe do

Poder Executivo Municipal, aos funcionários que desempenharem funções de coordenação, chefe de serviço, atividade especial e operar máquinas pesadas;

§ 2º - Não perderá a gratificação a que se refere este artigo, o funcionário que se ausentar em virtude de férias, casamento, luto, serviços obrigatórios por Lei e licença para tratamento de saúde ou à gestante.

§ 3º - Ficam limitadas a 16 (dezesesseis) o número de Funções Gratificadas. Conforme quadro anexo VI.

§ 4º - O servidor municipal nomeado para o cargo de provimento em comissão e que opte pela remuneração do cargo efetivo, faz jus a uma gratificação correspondente a 10% a 70% do vencimento do cargo exercido em comissão enquanto estiver exercendo-o, perdendo assim a gratificação quando deixar o cargo.

DO ENQUADRAMENTO

Art. 15º. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Marema serão automaticamente reenquadrados nos cargos previstos no Anexo V desta Lei.

Art.16º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o reenquadramento e reclassificação de cargos e servidores, quando necessário, remanejando-os para as áreas onde houver necessidade de pessoal desde que haja conveniência para o município e a concordância do servidor.

CAPITULO VI

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Art. 17º. Os servidores que trabalham com habitualidade em locais considerados insalubres ou perigosos, identificados em laudo técnico de condições ambientais do trabalho, farão jus ao adicional de insalubridade ou de periculosidade.

§ 1º. Serão consideradas funções insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores ou empregados públicos, a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

§ 2º. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho, cujo laudo LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do trabalho) indicará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes.

§ 3º. As normas referidas no parágrafo anterior incluirão medidas de proteção do organismo do trabalhador nas operações que produzem aerodispersóides tóxicos, irritantes, alergênicos ou incômodos.

§ 4º. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

§ 5º. O exercício de atividades inerentes aos cargos públicos municipais, em condições insalubres e perigosas, acima dos limites de tolerância estabelecidos no LTCAT conforme parágrafo §2, cujos

agentes não são neutralizados na forma do parágrafo §4º, assegura a percepção de adicional, em 10%, 20%, e 40%, que constará no LTCAT para atividades insalubres, e no percentual de 30% para atividades perigosas.

§ 6º. São consideradas atividades ou funções perigosas, detectadas na forma do disposto no parágrafo § 2º constante no LTCAT, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos, em condições de risco acentuado.

§ 7º. O direito do servidor ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física.

§ 8º. Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade serão devidos a contar da data da inclusão da respectiva atividade no relatório pericial mencionado no § 2º deste artigo LTCAT.

§ 9º. Os materiais e substâncias empregados, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem conter, no rótulo, sua composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional.

§ 10. Os setores que mantenham as atividades previstas no parágrafo anterior fixarão, nos locais de trabalho atingidos, avisos ou cartazes, com advertência quanto aos materiais e substâncias perigosos ou nocivos à saúde.

§ 11. O pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade cessará na ocorrência dos afastamentos em virtude de:

I - licença por motivo de doença em pessoa da família;
II - licença para o serviço militar;
III - licença para atividade política;
IV - licença-prêmio por assiduidade;
V - licença para tratar de assuntos particulares;
VI - licença para o desempenho de mandato classista;
VII - licença para o tratamento da própria saúde;
VIII - licença maternidade;
IX - mudança temporária de função, que não seja insalubre ou perigosa.
X- com o fornecimento de EPI'S que elimine a insalubridade.

§ 12. Caberá ao chefe de departamento onde se encontrar lotado o servidor informar ao Departamento de Recursos Humanos a ocorrência da hipótese prevista no inciso IX do parágrafo anterior, a fim de que cesse o pagamento do respectivo adicional, sob pena de ressarcimento ao erário dos valores eventualmente pagos indevidamente.

CAPITULO VII

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 18º. O adicional por tempo de serviço é concedido por triênio de efetivo exercício no serviço público do Município, até o máximo de 12 (doze) triênios, correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento base do seu cargo efetivo.

§ 1º. O adicional é devido a partir do dia imediato aquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido a contar do ato da sua contratação;

§ 2º. O servidor que exercer, cumulativamente, mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o maior vencimento.

§ 3º. O adicional por tempo de serviço é acrescido em caráter

definitivo ao vencimento.

CAPÍTULO VIII DOS CARGOS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 19º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, com a finalidade precípua de atender aos convênios e acordos de interesse social, firmados com os organismos públicos ou privados das esferas estadual e federal, bem como com outros Municípios do Estado, visando à cooperação técnico-financeira.

Parágrafo Único - As contratações a que se refere o "caput" poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - atender aos termos de convênios, acordos ou ajustes de interesses sociais, firmados entre o Município e órgãos governamentais e privados das esferas estadual e federal;

II - atender a execução de programas especiais de trabalho instituídos por decreto do Executivo Municipal nas necessidades conjunturais que demandem a atuação da prefeitura por período determinado;

III - atender aos convênios de cooperação técnica ou financeira autorizados pela Câmara Municipal;

IV - atender necessidades de instalação ou do funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

Art. 20º - O prazo de duração dos contratos temporários referidos no Art. 19º desta Lei ficará adstrito à vigência dos respectivos convênios, acordos ou ajustes firmados pelo Município, não podendo ultrapassar o período de dois anos consecutivos.

Parágrafo Único - As contratações prescindirão de teste seletivo simplificado de provas ou de provas e títulos, respeitando os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência.

Art. 21º - As contratações temporárias autorizadas conforme descrito acima não constituirão vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º - A remuneração do pessoal contratado para o fim específico da contratação temporária será aquela determinada, pelo respectivo convênio, acordo ou ajuste.

§ 2º - Quando os convênios, acordos ou ajustes não fixarem a remuneração, observar-se-ão os valores pagos para os cargos idênticos ou assemelhados, constantes do Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Marema.

§ 3º - O pessoal contratado nos termos desta Lei fará jus a férias e 13º salário e qualquer outro tipo de vantagem previstas para os servidores públicos municipais.

§ 4º - O Regime Jurídico dos contratos temporários permitidos por esta Lei será o Regime Estatutário ou Celetista, adotando-se para todos os efeitos o Regime Geral de Previdência Social.

§ 5º - É opção do Município o Regime pretendido e será fixado no Edital de Processo Seletivo ou Concurso Público.

§ 6º - As contratações temporárias estabelecidas terão dotação específica e serão cobertas com os recursos previstos no Orçamento Anual do Município.

CAPÍTULO IX DOS CARGOS MANTIDOS E DO ENQUADRAMENTO

Art. 22º. - Ficam mantidos, no quadro único de pessoal do Poder

Executivo Municipal, os cargos que constam no anexo V.

§ 1º As atribuições, nível de vencimento, número de vagas, condições para o provimento, a habilitação exigida e requisitos qualificativos dos cargos mantidos no presente artigo são descritos no Anexo I, III e VII desta Lei Complementar.

Art. 23º. - O enquadramento constitui direito dos Servidores Públicos Municipais que integram o atual quadro de pessoal do Poder Executivo e se dará por ato específico do Poder Executivo Municipal, dando-se conhecimento ao Servidor enquadrado.

Art. 24º. - Os servidores públicos municipais, em exercício na data da publicação desta Lei, serão enquadrados por transposição no grupo e nível correspondente do Anexo I, de acordo com a linha de correlação de enquadramento, estabelecida no Anexo V, da presente lei, desde que preencham todos os requisitos seguintes:

I - Tenham ingressado através de concurso público;

II - Estejam lotados ou em exercício nos órgão ou entidades na data da publicação desta lei;

III - As atribuições do cargo sejam iguais ou semelhantes aquelas dos cargos de carreira;

IV - Preençam os demais requisitos para o ingresso na carreira.

§ 1º - Entende-se por transposição de que trata o artigo anterior, o deslocamento de uma categoria funcional do atual quadro de pessoal, para outra do quadro geral, observada a linha de correlação estabelecida nos anexos.

§ 2º - Para todos os efeitos legais, passa a vigorar a tabela de correlação de cargos, cuja transformação fica legalmente instituída, adaptando-se a situação anterior a atual.

I - Aplica-se a todos os servidores a nova nomenclatura de cargos, sem prejuízo de vencimentos.

Art. 25º. - Ficam assegurados, aos servidores públicos, todos os direitos e vantagens já concedidas na vigência das leis municipais anteriores à presente Lei.

§ 1º - O servidor que em decorrência do enquadramento sofrer redução de seu vencimento fica assegurado a diferença como vantagem nominalmente identificável.

§ 2º - Caso o vencimento previsto para o respectivo cargo seja maior do que o atualmente percebido, fica assegurado, automaticamente, a percepção do novo vencimento.

CAPÍTULO X DO QUADRO EM EXTINÇÃO

Art. 26º. - Consideram-se cargos em extinção os previstos no Anexo IV desta Lei, ficando desde já extintos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal as vagas não providas nesta Lei e aquelas cuja vacância ocorra posteriormente.

§ 1º - Os cargos dos servidores a que se refere o caput deste artigo serão extintos, gradativamente ou instantaneamente, de acordo e na medida que o interesse público exigir, assegurados, no que couber, os direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

I - Os cargos serão considerados definitivamente extintos na medida em que vagarem.

§ 2º - Os servidores ocupantes dos cargos extintos na forma Estatutária, bem como extintos na forma do art. 41 § 3º da Constituição Federal, que em caso de reintegração por medida judicial, passarão a integrar o quadro de cargo permanente, com

aproveitamento em outro cargo, do mesmo nível e padrão de vencimento, assegurando-lhes os vencimentos do cargo extinto.

§ 3º – Eventual redução salarial que possa ocorrer no ato do reenquadramento, será assegurado a diferença com vantagem nominalmente identificada.

§ 4º - Os direitos adquiridos pelos servidores ocupantes dos cargos postos em extinção ficam mantidos, como vantagem pessoal nominalmente identificável.

CAPÍTULO XI DO QUADRO LOTACIONAL

Art. 27º. - A quantificação dos cargos de provimento efetivo e comissionado necessário à execução das atividades de cada uma das unidades administrativas dos órgãos do Poder Executivo, constituirá o quadro lotacional dos mesmos.

§ 1º O quadro lotacional de Cargos de Provimento Efetivo de cada órgão será fixado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O ato de contratação irá definir em que órgão, secretaria ou departamento o servidor será lotado.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 28º. O vencimento base do Município é o estabelecido no Nível 10 do Anexo I da presente Lei.

Art. 29º. Os vencimentos constantes da presente Lei serão revistos anualmente, no mês de maio, nos termos do artigo 37 inciso 10 da Constituição Federal, utilizando-se como índice oficial para reposição/reajuste o IGPM/FGV (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO/FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS).

Parágrafo Único: A utilização do índice de que trata este art. não será automática, necessitando de Lei específica para concessão da revisão, especificando-se o percentual.

Art. 30º. O vencimento, os vencimentos, a remuneração e quaisquer vantagens previstas nesta Lei, serão sempre proporcionais a jornada de trabalho do servidor.

Art. 31º. O Setor de Recursos Humanos operacionalizará o enquadramento a que se refere esta Lei.

Art. 32º. As atribuições específicas de cada cargo, descritas no Anexo VII desta Lei, poderão ser alteradas, acrescidas ou suprimidas através de Decreto do Poder Executivo Municipal definindo as novas funções dentro da área de atuação.

Art. 33º. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 34º. Integra a presente Lei o respectivo impacto orçamentário-financeiro, constante de Anexo X a esta Lei.

Art. 35º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36º. Revoga-se os seguintes artigos da Lei Complementar 307/1995 de 10/08/1995: artigo 21 a 25, artigo 33 caput, artigo 36 caput e § 1º e § 2º, artigo 81 caput e § 1º, § 2º e § 3º, artigo 82 inciso, I,II,V,VI e VII, artigo 83, artigo 84 caput e § 1º e § 2º, artigo 85, artigo 88 caput e parágrafo único, artigo 89 e parágrafo, artigo 90, artigo 91 § 1º, § 2º e § 3º, artigo 92, e também os seguintes anexos da Lei 027/2005 de 12/12/2005: anexo I e seus quadros e o anexo II e seu quadro, anexo IV itens: 1,2,3,4 e 5.

Gabinete do Prefeito em 19 de fevereiro de 2014
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Lei Complementar Nº 036/2014 Amexo**ANEXO I- QUADRO DE CARGOS PERMANENTES E VENCIMENTOS**

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	CARGA HORARIA	N.º DE VAGAS	VAGAS OCUPA-DASR\$	VALOR
	001	Auxiliar de Serviços Gerais	10	200	25	23	813,16
	003.2	Merendeira	10	200	02	02	813,16
	003.1	Auxiliar de Manutenção e Conservação	10	200	04	04	813,16
	002	Vigia	10	200	08	04	813,16
	003	Auxiliar de Administração	10	200	05	01	813,16
	006.1	Agente Comunitário de Saúde ACS	10	200	12	10	813,16
	005	Telefonista	10	200	01	0	813,16
	006.02	Auxiliar de Consultório	10	200	02	02	813,16
	004	Auxiliar de Enfermagem	14	200	04	01	1.226,37
	008	Motorista	13	200	14	13	1.140,51
	009	Operador	17	200	19	19	1.471,65
	007	Fiscal Municipal	22	200	01	0	1.800,00
1-Serviços Gerais-SEG	010	Assistente de Administração	11	200	03	02	1045,62
2-Serviços Auxiliares-SAU	012.2	Instrutor de Informática	14	200	01	01	1.226,37
	006	Agente Administrativo	10	200	07	03	813,16
3-Serviços Operacionais SOP	012.1	Vigilante Sanitário	16	200	01	01	1.349,83
	026.13	Monitor de Programas	21	200	02	01	1.772,34
4-Serviços Administrativos – SAD	011	Assistente de Educação	19	200	03	02	1.567,97
5-Técnico Profissional - TEP	014	Técnico em agropecuária	20	200	03	02	1.750,69
	015	Técnico em enfermagem	20	200	05	03	1.750,69
	013	Técnico em Contabilidade	20	200	01	01	1.750,69
	026.17	Técnico em Consultório Dentário	10	200	01	0	813,16
	016.01	Tesoureiro	20	200	01	0	1.750,69
	016	Técnico em Administração	20	200	01	0	1.750,69

6 Técnico Científico- TEC	026.01	Fonoaudiólogo	12	50	01	01	1.090,80
	019	Enfermeira	28	200	02	01	3.609,21
	017	Engenheiro Agrônomo	30	200	01	01	4.120,00
	022	Médico Veterinário	26	200	01	01	3.332,91
	020	Assistente Social	28	200	04	02	3.609,21
	026.14	Assistente Social	15	100	01	0	1.296,17
	026.16	Fisioterapeuta	27	200	01	01	3.544,69
	026.02	Fisioterapeuta	24	100	01	0	2.138,80
	023	Odontólogo	28	200	02	01	3.609,21
	023.02	Nutricionista	18	100	01	01	1.476,96
	026.12	Farmacêutico	29	200	01	01	3.643,15
	023.01	Contador	31	200	01	01	5.200,00
	021	Advogado	32	100	01	01	7.384,78
	026.13	Psicólogo	27	200	01	01	3.544,69
	024	Psicóloga	24	100	01	01	2.138,80
	025	Médico Clínico Geral	25	100	02	0	3.040,00
	026.05	Engenheiro Civil	23	100	01	0	1.947,89
	026.04	Arquiteto	23	100	01	0	1.947,89
	018	Médico Clínico Geral	33	200	02	0	7.878,36

ANEXO II

DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS

CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS	VAGAS OCUPADAS	VENCIMENTO/SUBSÍDIO
50	ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO I	CC-08	3	3	1.226,37
51	ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO III	CC-10	6	2	813,16
52	ASSESSOR JURÍDICO	CC-12	1	1	4.873,05
53	CHEFE DE DEPARTAMENTO	CC-05	5	3	2.192,28
54	CHEFE DE SETOR	CC-06	3	2	1.635,84
56	DIRETOR	CC-02	8	6	3.609,21
57	SUBDIRETOR	CC-04	5	5	2.806,98
58	ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO II	CC-09	4	0	1.226,37
59	ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO IV	CC-11	3	0	813,16
60	CHEFE DE GABINETE	CC-07	1	0	1.144,16

OBS: Os cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração dar-se-á por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, conforme art. 8º desta lei e suas atribuições no anexo VIII;

ANEXO III

QUADRO DE VENCIMENTOS

NÍVEL	VENCIMENTO
10	813,16
11	1.045,62
12	1.090,80
13	1.140,51

14	1.226,37
15	1.296,17
16	1.349,83
17	1.471,65
18	1.476,96
19	1.567,97
20	1.750,69
21	1.772,34
22	1.800,00
23	1.947,89
24	2.138,80
25	3.040,00
26	3.332,91
27	3.544,69
28	3.609,21
29	3.643,15
30	4.120,00
31	5.200,00
32	7.384,78
33	7.878,36

ANEXO IV
QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	N.º DE VAGAS
1-SERVIÇOS GERAIS - SEG			
2-SERVIÇOS AUXILIARES - SAU			
	004	Auxiliar de Enfermagem	3
3-SERVIÇOS OPERACIONAIS -SOP			
4 -SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS -SAD			
5-TÉCNICO PROFISSIONAL - TEP			
6-TÉCNICO SUPERIORES - TEC	026.03	Farmacêutico 20 horas	1
	026	Odontólogo 20 horas	2

ANEXO V
QUADRO DE CORRELAÇÃO PARA O ENQUADRAMENTO

SITUAÇÃO NOVA (ANEXO I)			
CARGO	CODIGO	CARGO	NÍVEL
1-SERVIÇOS DE GERAIS - SEG			
Auxiliar de Serviços Gerais	001	Auxiliar de Serviços Gerais	10
Vigia	002	Vigia	10
Auxiliar de administração	003	Auxiliar de Administração	10
Auxiliar de Manutenção e Conservação	003.01	Auxiliar de Manutenção e Conservação	10
Merendeira	003.02	Merendeira	10
Agente Comunitário de Saúde	006.01	Agente Comunitário de Saúde	10
Telefonista	005	Telefonista	10
2-SERVIÇOS AUXILIARES -SAU			
Auxiliar de Enfermagem	004	Extinção	14
Auxiliar de Consultório	006.02	Auxiliar de Consultório	10
3-SERVIÇOS OPERACIONAIS -SOP			
Motorista	008	Motorista	13
Operador	009	Operador	17
Fiscal Municipal	007	Fiscal Municipal	22
4-SERVIÇOS ADMINSTRATIVOS -SAD			
Assistente de Administração	010	Assistente de Administração	11
Instrutor de Informática	012.2	Instrutor de Informática	14
Agente Administrativo	006	Agente Administrativo	10
Vigilante Sanitário	012.1	Vigilante Sanitário	16
Monitor de Programas	026.13	Monitor de Programas	21
Assistente de Educação	011	Assistente de Educação	19
5-TÉCNICO PROFISSIONAL - TEP			
Técnico em Contabilidade	013	Técnico em Contabilidade	20
Técnico em Agropecuária	014	Técnico em Agropecuária	20
Técnico em Administração	016	Técnico em Administração	20
Técnico em Enfermagem	015	Técnico em Enfermagem	20
Tesoureiro	016.01	Tesoureiro	20
Técnico em Consultório Dentário	026.17	Técnico em Consultório Dentário	10
5-TÉCNICO SUPERIORES - TEC			
Fonoaudiólogo	026.01	Fonoaudiólogo	12
Enfermeira	019	Enfermeira	28
Engenheiro Agrônomo	017	Engenheiro Agrônomo	30
Médico Veterinário	022	Médico Veterinário	26
Assistente Social	020	Assistente Social	28
Assistente Social 20 horas	026.14	Assistente Social 20 horas	15
Fisioterapeuta 20 horas	026.02	Fisioterapeuta 20 horas	24
Fisioterapeuta 40 horas	026.16	Fisioterapeuta 40 horas	27
Odontólogo	023	Odontólogo	28
Nutricionista	023.02	Nutricionista	18
Farmacêutica 40 horas	026.12	Farmacêutica 40 horas	29
Engenheiro Civil – 20 horas	026.05	Engenheiro Civil – 20 horas	23
Médico – 20 horas	018	Médico Clínico Geral 20 horas	25
Psicólogo – 40 horas	026.13	Psicólogo – 40 horas	27

Psicóloga - 20 horas	024	Psicóloga – 20 horas	24
Odontólogo 20 horas	026	Extinto	
Farmacêutica – 20 horas	026.03	Extinto	
Advogado	021	Advogado	32
Contador	023.01	Contador	31
Arquiteto	026.04	Arquiteto	23
Médico Clínico Geral	018	Médico Clínico Geral	33

ANEXO VI QUADRO DE GRATIFICAÇÕES

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES	% S/O VALOR DO SALÁRIO DO SERVIDOR
CHEFE DE SERVIÇO	FG-1	02	10% a 70%
COORDENAÇÃO	FG-2	02	10% a 70%
ATIVIDADE ESPECIAL	FG-3	04	12%
OPERAR MÁQUINAS PESADAS	FG-4	08	10% a 70%

Observação: Para efeitos desta lei entende-se:

Chefe de Serviço: O servidor público efetivo, que atua como organizador de atividades dentro de seu setor, melhorando assim a execução dos trabalhos.

Coordenação: Enquadra-se o servidor público efetivo, que desempenhar função de coordenação junto aos demais servidores, atuando e coordenando também programas do governo Federal, Estadual, Municipal.

Atividade Especial: os motoristas da Unidade Sanitária, conforme Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art.1º da Lei Municipal n. 559/2002 de 08/04/2002 que deu nova redação ao art. 24 da Lei Complementar n. 024/2001 de 04/07/2001. Fazendo necessário: Curso de Direção Defensiva e categoria da CNH correspondente;

Operar Máquinas Pesadas: Laborar com as seguintes máquinas: Trator de Esteira, Moto niveladora, Retroescavadeira e Escavadeira Hidráulica.

ANEXO VII

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

1.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO I, GRUPO II, GRUPO III E GRUPO IV

1.1 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA: Estatutário - 40 (quarenta) horas semanais

1.2 CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

1.3 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Auxiliar de Serviços Gerais: Ensino Fundamental Completo
- Auxiliar de Manutenção e Conservação: Ensino Fundamental Completo
- Vigia: Ensino Fundamental Completo
- Merendeira: Ensino Fundamental Completo
- Agente Comunitário de Saúde: Ensino Fundamental Completo
- Motorista: Ensino Fundamental Completo e portador da carteira nacional de habilitação profissional.
- Operador de Máquinas: Ensino Fundamental Completo e portador de carteira Nacional de Habilitação Profissional.
- Agente de Administração: Ensino Médio Completo.
- Auxiliar de Consultório: Ensino Médio Completo.
- Instrutor de Informática: Ensino Médio Completo.
- Auxiliar de Enfermagem: Ensino Médio Completo.
- Monitor de Programas: Ensino Médio Completo.
- Assistente de Educação: Ensino Médio Completo.
- Assistente de Administração: Ensino Médio Completo.
- Vigilante Sanitário: Ensino Médio Completo.
- Auxiliade Administração: Ensino Médio Completo.
- Telefonista: Ensino Médio Completo.
- Fiscal Municipal: Ensino Médio Completo. -

1.4 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas diretamente onde encarregam-se de executar atividades de ordem auxiliar, de natureza

repetitiva e complexidade mediana, encarregam-se das atividades de vigilância, conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, merenda, jardinagem, recepção, duplicação de documentos, trabalhos de operação, condução e transporte de veículos e equipamentos rodoviários agrícolas e atividades de ordem auxiliar, de complexidade mediana, envolvendo serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, enfermagem simplificada, auxiliar de consultório e dentista, operador de equipamentos de dados, sonoros, operação de aparelhos telefônicos, envolvendo a execução de serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, enfermagem simplificada, promoção social além de outras atividades correlatas, de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, fundamentalmente trabalho manual.

1.5 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

Auxiliar de Serviços Gerais:

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Executar serviços de conservação e limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, jardinagem, limpeza de ruas, praças e cemitérios municipais, além de outras atividades correlatas de natureza operacional.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Carregar e descarregar veículos em geral;
- Transportar, arrumar, elevar mercadorias, materiais de construção em geral e outros;
- Fazer mudanças;
- Proceder na abertura de valas;
- Efetuar serviços de capinas em geral;
- Varrer, escovar, lavar e remover lixo e detritos das ruas e prédios municipais;
- Proceder a limpeza em dependências públicas municipais;
- Recolher lixo à domicílio, operando nos caminhões de asseio público;
- Auxiliar em tarefas de construção, calçamento e pavimentação em geral;
- Preparar argamassas;
- Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem, contagem de materiais;
- Auxiliar em serviços de abastecimento de veículos;
- Aplicar inseticidas e fungicidas;
- Auxiliar em serviços simples de jardinagem;
- Cuidar de árvores frutíferas;
- Proceder a apreensão de animais soltos nas vias públicas;
- Quebrar e britar pedras;
- Executar o trabalho manual no local de operação de máquinas;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

Auxiliar de Manutenção e Conservação:

- Efetuar pequenos consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução.
- Executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e

eletricista.

- Fazer a manutenção preventiva, sob orientação da Chefia.
- Executar outras tarefas correlatas.
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre a localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Administrar o plantio de árvores no perímetro urbano, em próprios municipais.
- Conservar gramados e plantas existentes em próprios municipais.
- Plantar flores em locais próprios e em parte internas dos prédios públicos.
- Opinar sobre a melhor qualidade de árvores ou flores na ornamentação de prédios públicos ou áreas de uso comum;

Vigia:

- Manter vigilância em geral.
- Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso.
- Relatar anormalidades verificadas.
- Requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do fato ao chefe imediato.
- Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas.
- Desenvolver outras tarefas semelhantes.

Merendeira:

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão.
- Executar serviços auxiliares de limpeza.
- Executar a preparação das refeições de acordo com as orientações da Nutricionista e dentro de padrão de qualidade exigido, atendendo os servidores e alunos.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

Agente Comunitário de Saúde:

- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à Unidade Básica de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- Cadastrar todas as pessoas de sua micro área e manter os cadastros atualizados;
- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e
- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para as Agentes Comunitárias de Saúde em relação à prevenção e ao controle

da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

Motorista:

- Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
- Dirigir máquinas e equipamentos rodoviários, automóveis, caminhões e outros veículos destinados ao transporte de passageiros e cargas;
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Recolher máquinas, equipamentos rodoviários e veículos à garagem quando concluído o serviço do dia;
- Manter máquinas e equipamentos rodoviários e veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- Fazer reparos de urgência;
- Zelar pela conservação dos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários que lhe forem confiados;
- Providenciar no abastecimento de combustível, água e lubrificação;
- Comunicar ao seu superior imediato qualquer anomalia no funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos;
- Executar outras tarefas correlatas.

Operador de Máquina:

- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de esteira, perfuratriz, patrulas, retro e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Realizar com zelo e perícia os trabalhos que lhe forem confiados;
- Executar terraplenagens, nivelamentos, abaulamentos, abrir valas e cortar taludes;
- Prestar serviços de reboque;
- Realizar serviços agrícolas com tratores,
- Operar com rolo compressor;
- Dirigir máquinas e equipamentos rodoviários;
- Efetuar ligeiros reparos quando necessários;
- Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes na máquina sob sua responsabilidade;
- Zelar pela conservação das máquinas, sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao seu superior qualquer anomalia ao funcionamento da máquina,
- Executar outras tarefas correlatas.

Telefonista:

- Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;
- Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;
- Atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas

quando solicitadas;

- Controlar e auxiliar as ligações de telefone automático;
- Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;
- Manter registro de ligações a longa distância;
- Receber e transmitir mensagens pelo telefone;
- Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesa;
- Fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc.;
- Propor normas de serviços e remodelação de equipamento;
- Executar tarefas semelhantes.

Assistente de Administração:

- Assessorar o Diretor do Departamento de Administração;
- Acompanhar a atividade administrativa;
- Coordenar e protocolar correspondências recebidas e expedidas;
- Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais;
- Prestar auxílio a toda atividade técnica desenvolvida na área de atuação;
- Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentos e correspondência em geral;
- Controlar e arquivar publicações oficiais;
- Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;
- Atender usuários da biblioteca;
- Executar serviços de expedições de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA;
- Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor;
- Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas;
- Lançar Tributos Municipais;
- Desempenhar outras tarefas afins.

Agente de Administrativo:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Minutar contratos em geral;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;
- Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Realizar registros em geral;
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
- Executar outras atividades correlatas.
- Operador de sistemas.

Vigilante Sanitário:

- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
- Atuar na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais.

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Efetuar vigilância em saúde ambiental relacionada aos acidentes com produtos perigosos envolve desde a identificação das potenciais fontes de riscos até o monitoramento das populações expostas, bem como o acompanhamento das ações de prevenção, preparação, resposta, mitigação e controle desenvolvidos pelas diferentes instituições públicas envolvidas com os acidentes com produtos perigosos;
- Verificar a qualidade dos alimentos expostos à venda nos estabelecimentos, garantindo assim a qualidade;
- Instruir a população sobre o saneamento básico, às condições de saúde da população garantindo o acesso aos serviços, instalações ou estruturas e conservação ambiental;
- Fiscalizar o com medidas o abastecimento de água potável e o sistema de drenagem;
- Manter o controle de prevenção da dengue, febre tifoide, hepatite, diarreias, entre outros.
- Executar outras atividades correlatas.

Auxiliar de Consultório:

- Prestar assistência a consultório médico e odontológico,
- Fazer previsão de equipamento e material, segundo as normas estabelecidas.
- Fazer atendimento de pacientes, de acordo com programação estabelecida pela Instituição.
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade.
- Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população.
- Preparar peças anatômicas para serem examinadas e/ou conservadas.
- Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades.
- Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor.
- Preparar reagentes, soluções e corantes.
- Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
- Proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- Preparar e organizar instrumental e materiais necessários;
- Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o Técnico de consultório nos procedimentos clínicos;
- Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
- Organizar a agenda clínica;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde.
- Executar outras tarefas correlatas.

Instrutor em Informática:

- Realizar programas específicos de computação;
- Auxiliar na implantação de programas de informática para a administração;
- Ministras aulas de informática;
- Atender às necessidades dos equipamentos de informática,

- consertos, manutenção de computadores e impressoras;
- Efetuar a limpeza dos equipamentos de informática;
- Realizar digitação;
- Promover, planejar e desenvolver situações de ensino e aprendizagem voltadas para a qualificação profissional de jovens e adultos orientando-os nas técnicas específicas da área em questão.
- Avaliar o processo ensino/aprendizagem.
- Elaborar material pedagógico.
- Sistematizar estudos, informações e experiências sobre a área ensinada aos alunos aplicando técnicas de informática.
- Elaborar plano de ensino de acordo com as leis de diretrizes e bases para parâmetros curriculares.
- Realizar as demais tarefas atinentes a função.

Auxiliar de Administração:

- Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Minutar contratos em geral;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas;
- Realizar registros em geral;
- Desempenhar outras tarefas afins.

Auxiliar de Enfermagem (EM EXTINÇÃO):

- Executar procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas da instituição;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas de aplicação adequada;
- Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência;
- Efetuar visita domiciliar;
- Solicitar material de consumo permanente, necessários a suas atividades;
- Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente;
- Desempenhar outras tarefas afins.

Fiscal Municipal:

- Coordenar as atividades de fiscalização do município;
- Realizar cursos de ensinamentos visando demonstrar a importância da fiscalização;
- Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento, Código Florestal e Ambiental e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- Fiscalizar Construções, emitindo multas e embargando obras irregulares;
- Emitir alvarás de construções em acordo com a legislação;
- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes.
- Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
- Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais.
- Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas,

edificações e zoneamento.

- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano.
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal.
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.
- Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.
- Atuar na área da saúde pública, nos cumprimentos dos regulamentos municipais.
- Realizar outras tarefas afins.

Assistente de Educação:

- Desempenhar atividades que envolvem planejamento, execução e avaliação do processo de aprendizagem, de acordo com a legislação vigente;
- Auxiliar na coordenação e promoções sociais da escola;
- Colaborar nos serviços relativos à supervisão escolar, orientação educacional, biblioteca, promovendo a eficiência do Processo Ensino Aprendizagem;
- Colaborar nos serviços relativos à supervisão escolar, orientação educacional, biblioteca, promovendo a eficiência do Processo Ensino Aprendizagem;
- Orientar os trabalhos de servente, merendeira e vigia;
- Assessorar os professores na resolução de problemas referentes ao ambiente escolar, estimulando, pelos meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento e atualização profissional de todos os recursos humanos da Unidade Escolar;

Monitor de Programas:

- Assessoria, no âmbito de sua formação e atuação básica, a equipe administrativa dos Programas do SUS;
- Participar das atividades de apoio médico das Unidades Sanitárias e de Desenvolvimento Municipal de Saúde;
- Planejar, coordenar, avaliar e aplicar programas e realizar relatórios em qualquer departamento;
- Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando à implantação de serviços na área de desenvolvimento comunitário;
- Participar no desenvolvimento municipal e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Alimentar com informações necessárias os sistemas de informática de todo o governo municipal;
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.

2.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO V- OCUPAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO PROFISSIONAL (TEC)

2.1 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA: Estatutário 40 horas semanais.

2.2 CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

2.2.1 DA INSCRIÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO: quando exigido para o exercício da profissão.

2.3 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Técnico em Agropecuária: Portador do Certificado de 2º grau na área de Agropecuária.
- Técnico em Contabilidade: Portador de Certificado de Técnico em Contabilidade nível de 2º grau.
- Técnico em Administração: Portador de Certificado de Técnico em Administração a nível de 2º grau.
- Técnico em Enfermagem: Portador de Certificado de 2º grau na área ou curso de qualificação profissional.
- Técnico em Consultório Dentário: Portador de Certificado de

Técnico em Consultório Dentário nível de 2º grau.

- Tesoureiro: Portador de Certificado de Ensino Médio.

2.4 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

Os servidores deste grupo desempenham tarefas que envolvem planejamento, organização, coordenação, avaliação, fiscalização, instrução, execução e controle dos trabalhos técnico-administrativos nas diversas áreas de laboratório, agropecuária, estatística, contábil, serviços de engenharia, educação, saúde e desenvolvimento comunitário, além de outras atividades correlatas.

2.5 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

Técnico em Agropecuária:

- Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente.
- Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo.
- Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos.
- Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores.
- Atender consultas feitas por lavradores e criadores.
- Orientar a produção, administração e planejamento agropecuários.
- Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral.
- Orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.
- Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo.
- Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural.
- Orientar trabalhos de conservação do solo.
- Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas.
- Participar de previsões de safras.
- Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola.
- Orientar a produção de sementes e mudas.
- Organizar e monitorar: as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento dos animais; a obtenção e o preparo da produção animal; o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima animal e dos produtos agroindustriais; os programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
- Aplicar métodos e programas de reprodução animal (dentro de sua competência) e de melhoramento genético e nutrição animal;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial.
- Implantar e gerenciar misturas de controle de qualidade na produção agropecuária.
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para a distribuição e a comercialização de produtos.
- Identificar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão do empreendimento pecuário, e agroindustrial.
- Elaborar projetos pecuários e agroindustriais de incorporação de novas tecnologias e de crédito rural.
- Executar outras tarefas semelhantes.

Técnico em Enfermagem:

- Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a promoção, proteção e recuperação da saúde.
- Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas.
- Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição.
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade.

- Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população.
- Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas.
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a técnica de aplicação adequada.
- Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pela Secretaria da Saúde.
- Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro.
- Fazer notificação de doenças transmissíveis.
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
- Fazer visita domiciliar.
- Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas.
- Realizar cortes histológicos e inclusão.
- Preparar peças anatômicas para serem examinadas e/ou conservadas.
- Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades.
- Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e acondicionamento.
- Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas.
- Preparar as amostras de alimentos para análise.
- Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos auxiliares do setor.
- Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis.
- Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor.
- Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios.
- Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável.
- Auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe:
 - Assistir ao Enfermeiro: no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
 - Na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;
 - Na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica;
 - Na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar;
 - Na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência à saúde;
 - Participação em programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos;
 - Participação em programas de higiene e segurança do trabalho e prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;
 - Fazer palestras de prevenção de doenças, com orientação do enfermeiro;

- Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na Unidade de saúde e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde.
- Executar outras tarefas correlatas.

Técnico em Contabilidade

- Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa;
- Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão;
- Participar na elaboração de propostas orçamentárias;

- Classificar a receita;
- Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias, cheques e liquidações;
- Relacionar notas de empenho, subempenhos e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária;
- Efetuar balanço e balancete;
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos;
- Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária;
- Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes;
- Elaborar registros contábeis da execução orçamentária;
- Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão;
- Manter atualizados registro contábeis;
- Conferir boletins de caixa;
- Elaborar guias de recolhimento ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho;
- Controlar a execução orçamentária;
- Relacionar restos a pagar;
- Reparar recursos financeiros;
- Relacionar e classificar a despesa, receita e os empenhos por itens orçamentários;
- Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título;
- Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação;
- Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência;
- Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão;
- Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente;
- Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão;
- Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis;
- Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal;
- Controlar os recursos extras orçamentários e baixas de valores;
- Desempenhar outras tarefas semelhantes;
- Assinar balanços e balancetes, na ausência do contador.

Técnico em Administração:

- Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários.
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão.
- Minutar contratos em geral.
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas.
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral.
- Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências e normas do órgão.
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral.
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão.
- Realizar registros em geral.
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados às suas atividades.
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- Sugerir métodos e processo de trabalho para simplificação, recebimento, classificação registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo epapéis em geral.
- Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação.
- Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e

decretos.

- Realizar estudos e pesquisas sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição, a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos.
- Participar na elaboração de projetos ou planos de organização dos serviços, inclusive para a aplicação de processamento eletrônico.
- Estudar e propor normas para administração de material.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

Técnico em Consultório Dentário:

- Auxiliar o Odontólogo nos mais diversos procedimentos odontológicos;
- Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- Marcar Consultas;
- Auxiliar os profissionais em programas de odontologia;
- Auxiliar os trabalhos realizados no Posto de Saúde, de forma geral;
- Realizar atendimentos ambulatoriais;
- Participar de programas de Saúde Pública;
- Planejar, programar, orientar e supervisionar as atividades de assistência bucal;
- Prevenir e controlar as doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- Prevenir e controlar de forma sistemática danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;
- Participar nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual de grupos específicos;
- Participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças;
- Integrar a equipe de saúde;
- Aplicar métodos de limpeza, desinfecção e ou esterilização de instrumentos e superfícies;
- Manipular utensílios utilizados nos procedimentos ambulatoriais;
- Manusear arquivos e documentos relativos ao paciente, observando-se o sigilo ético;
- Cuidar da organização e administração do local de trabalho;
- Realizar a entrega de medicamentos, confiados por responsável técnico;
- Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção, prevenção, assistência e reabilitação) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais;
- Coordenar e realizar a manutenção e a conservação dos equipamentos odontológicos;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.
- Apoiar as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde nas ações de prevenção e promoção da saúde bucal;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde;
- Realizar as demais tarefas atinentes à função.

Tesoureiro:

- Efetuar pagamentos;
- Controlar contas bancárias;
- Controlar cobranças e recebimentos de Impostos, taxas, multas e tributos de qualquer natureza;
- Realizar controles de caixas se existentes;
- Assinar cheques, e documentos se ordenado;
- Desenvolver suas funções respeitando as normas legais existentes e que serão inseridas no ordenamento vigente;
- Classificar a receita;
- Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias, cheques e liquidações;
- Relacionar notas de empenho, subempenhos e estorno emitidos

no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária;

- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos;
- Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes;
- Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão;
- Manter atualizados registro contábeis;
- Conferir boletins de caixa;
- Elaborar guias de recolhimento ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho;
- Relacionar restos a pagar;
- Reparar recursos financeiros;
- Relacionar e classificar a despesa, receita e os empenhos por itens orçamentários;
- Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis;
- Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal;
- Controlar os recursos extras orçamentários e baixas de valores;

3.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO VI – TÉCNICO CIENTÍFICO

3.1 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA: Estatutário – 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais, prevista no Edital de Ingresso horas semanais;

3.2 CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

3.3 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

- Fonoaudiólogo: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Enfermeira: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Engenheiro Agrônomo: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Médico Veterinário: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Médico Clínico Geral: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Odontólogo: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Assistente Social: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Nutricionista: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Contador: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Advogado: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Engenheiro Civil: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Farmacêutica: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Fisioterapeuta: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Psicólogo: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
- Arquiteto: Portador de Diploma de Curso Superior na área, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

3.4 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Os servidores deste grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, jurídica, administrativa, social, empresarial, e médicas, além de outras atividades inerentes as área profissionais de cada atividade.

3.5 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

Fonoaudiólogo

- Realizar consulta ou atendimento individual;
- Promover atendimento a pacientes que demandem programas de atenção, de cuidados intensivos, por equipes multidisciplinares (programa de deficientes auditivos);
- Realizar o acompanhamento médico pós-cirúrgico;
- Realizar oficina terapêutica;
- Realizar orientação familiar para acompanhamento intensivo do paciente;
- Promover o acompanhamento de pacientes que utilizem aparelho auditivo;
- Realizar as demais tarefas atinentes a função.

Enfermeiro:

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde.
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição.
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem.
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição.
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem.
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais.
- Prestar assessoria quando solicitado.
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas.
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado.
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida.
- Fazer notificação de doenças transmissíveis.
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição.
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde.
- Participar de programas de saúde desenvolvidos pela comunidade.
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos.
- Elaborar informes técnicos para divulgação.
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação e educação permanente dos Agentes Comunitários de Saúde, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Facilitar a relação entre os profissionais da Unidade Básica de Saúde e Agentes Comunitários de Saúde, contribuindo para a organização da demanda referenciada;
- Realizar consultas e procedimentos de enfermagem na Unidade Básica de Saúde e, quando necessário, no domicílio e na comunidade;
- Solicitar exames complementares e prescrever medicações, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal, observadas as disposições legais da profissão;
- Organizar e coordenar grupos específicos de indivíduos e famílias em situação de risco da área de atuação dos Agentes Comunitários de Saúde;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade Básica.
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde,

- prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na Unidade de Saúde e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos Agentes Comunitários de Saúde e da equipe de enfermagem;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Consultório e Técnico em Consultório Dentário; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde.

Engenheiro Agrônomo:

- Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;
- Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de marcado desejáveis;
- Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico;
- Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
- Ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal;
- Nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;
- Biologia, química e física do solo;
- Emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;
- Organização de programas e campanhas de profilaxia e combate e doenças e pragas dos vegetais;
- Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;
- Estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
- Avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
- Controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
- Estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
- Projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
- Participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
- Orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;
- Orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;
- Orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
- Participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;
- Planejamento e direção de operações de campo contra vetores

de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para seu controle;

- Investigações sobre o valor fitossanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
- Divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
- Execução de serviços de desinfecção fitossanitária;
- Inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
- Orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária;
- Resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas a nível das unidades de produção;
- Integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
- Programas de investimentos no setor agrícola;
- Viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas a economia rural;
- Levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
- Mecanização agrícola;
- Avaliação agrícola;
- Construções rurais;
- Instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
- Topografia e fotointerpretação;
- Irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- Captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
- Estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
- Exame de problemas técnicos de engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor.
- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

Médico Veterinário:

- Exercer a prática da clínica em todas as suas modalidades.
- Coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma.
- Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animal, ou produtos de sua origem.
- Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais.
- Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais insetos nas exposições pecuárias.
- Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial.
- Participar de eventos destinados ao estudo da medicina veterinária.
- Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante à doenças de animais, transmissíveis ao homem.
- Proceder a padronização e à classificação dos produtos de origem animal.
- Participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos.
- Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootécnica bem como a bromatologia animal em especial.
- Proceder a defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos.
- Participar do planejamento e execução da educação rural.

- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

Médico Clínico Geral:

- Realizar atendimento ambulatorial.
- Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas.
- Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva.
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde.
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.
- Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior.
- Proceder à notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local.
- Prestar à população assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária.
- Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Realizar consultas clínicas e procedimentos na Unidade e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares de Enfermagem, Auxiliar de Consultório e Técnico em consultório Dentário; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde.

Odontólogo:

- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários.
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço.
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas.
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado.
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização.
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados.

- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las.
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo.
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental.
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública.
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação.
- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.
- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;
- Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;
- Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente, realizando supervisão técnica do Técnico em consultório dentário e do auxiliar de consultório;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade Básica.

Assistente Social:

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades.
- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde.
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.

- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social.
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
- Realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo da Assistência Social;
- Preparar programas de trabalho referente ao Serviço Social;
- Realizar e interpretar pesquisas sociais, orientar e coordenar os trabalhos nos casos de reabilitação profissional;
- Encaminhar pacientes a dispensários e hospitais, acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos e assistindo os familiares e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e de suas famílias;
- Fazer triagem dos casos apresentados para estudar o encaminhamento;
- Estudar os antecedentes da família, participar de estudo e diagnóstico dos casos e orientar os pais em grupo ou individualmente, sobre o tratamento adequado;
- Fazer levantamento socioeconômico com vistas a planejamento habitacional nas comunidades;
- Prestar assistência a condenados por delito ou contravenção, bem como a suas respectivas famílias;
- Promover a reintegração dos condenados a suas famílias e à sociedade;
- Realizar o cadastro e digitação dos dados cadastrais das pessoas habilitadas a receber auxílios dos programas a nível Federal, Estadual e Municipal;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam de âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Planejamento, organização e administração de Serviço Social e de Unidade de Serviço Social;
- Atuar no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e efetuar os procedimentos que compreendem: Recepção e cadastramento das famílias; Levantamento e identificação das necessidades das famílias cadastradas; Realização do atendimento sócio assistencial; Encaminhamento para acesso a bens e serviços comunitários; Mapeamento e articulação da Rede de Serviços Locais; Acompanhamento e avaliação de resultados dos trabalhos desenvolvidos com as famílias; Monitoramento e avaliação de resultados dos trabalhos desenvolvidos com as famílias; Registro de todos os contatos realizados com o grupo familiar.
- Executar outras tarefas correlatas.

Nutricionista:

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área de Nutrição aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;
- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área;
- Participar no desenvolvimento de pesquisas, e interpretar junto à equipe de saúde a situação nutricional do indivíduo e sua família;
- Diagnosticar e tratar problemas nutricionais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a

recuperação da saúde nutricional da população, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;

- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população;
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área da Nutrição;
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;
- Realizar visitas de rotina às Unidades Municipais e Conveniadas, para supervisionar a execução das atividades técnico-administrativas do Programa de Alimentação Escolar (PAE);
- Fiscalizar e orientar as atividades do Programa de Alimentação Escolar (FAE) nas Unidades Escolares com o serviço de nutrição e alimentação ;
- Planejar as atividades para a supervisão e ou fiscalização das Unidades Educacionais, avaliando prioridades de ações, frequência e tipo de visita;
- Realizar e acompanhar treinamentos técnicos e administrativos referentes ao Programa de Alimentação Escolar;
- Realizar pesquisa de campo, conforme estabelecido ou de acordo com a necessidade diagnóstica de cada região;
- Realizar nas Unidades Educacionais, testes de aceitabilidade de alimentos;
- Orientar os responsáveis das Unidades Educacionais da Rede Municipal e/ou pais envolvidos, sobre as dietas especiais dirigidas aos alunos com patologia específica;
- Realizar trabalhos de Educação Nutricional em parceria com a Unidade Educacional.
- Realizar vigilância alimentar e nutricional;
- Desempenhar tarefas semelhantes.

Contador:

- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade.
- Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos.
- Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos.
- Elaborar registros de operações contábeis.
- Organizar dados para a proposta orçamentária.
- Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis.
- Fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária.
- Controlar empenhos e anulação de empenhos e liquidações;
- Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas.
- Assinar balanços e balancetes.
- Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira.
- Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições.
- Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica-contábil financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese.
- Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
- Apresentar relatório de suas atividades.
- Fazer prestações de contas;
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.

Advogado:

- Realizar minutas de Projetos de Lei, Decretos, Editais e Portarias;
- Defender o Município em Ações de qualquer origem em todas as esferas do Poder Judiciário;
- Acompanhamento e assessoria jurídica nos processos licitatórios.
- Emitir o parecer jurídico em todos os processos licitatórios acusando e

apontando solução para qualquer irregularidade encontrada;

- Avaliação e prestação de informações buscando fazer com que a entidade administrativa siga os princípios básicos da administração pública, os quais são: o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Revisão, operacionalização e desenvolvimento de projetos de lei relacionados a base legal do município.
- Realizar toda e qualquer atividade que sua área profissional e de atuação permitir e que se fizer necessária;
- Manter registro em órgão competente que autoriza o exercício de suas atividades profissionais.

Engenheiro Civil:

- Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reformar, manutenção e locação de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição das instalações e equipamentos.
- Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica.
- Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais.
- Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações.
- Participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações.
- Fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos à especialidade.
- Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços.
- Efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação.
- Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica.
- Executar estudo, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras.
- Fiscalizar imóveis financiados pelo órgão.
- Participar de comissões técnicas.
- Elaborar projetos de loteamentos.
- Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos.
- Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como, baixar normas e instruções disciplinadoras para o uso e manutenção dos veículos, equipamentos e obras municipais.
- Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado.
- Projetar subestação de energia elétrica, quadros de comando, calculando todos os dispositivos de projeção e comando, adaptando-os às necessidades do sistema elétrico.
- Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria.
- Apresentar relatórios de suas atividades.
- desempenhar outras tarefas semelhantes.

Farmacêutico:

- Aviar, classificar e arquivar receitas;
- Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;
- Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
- Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;
- Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;
- Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;
- Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas.

- Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servir de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;
- Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas, ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência;
- Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;
- Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;
- Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;
- Realizar nos laboratórios de análises clínicas especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais;
- Viabilizar o tratamento orientado pelos médicos;
- Gerenciar e organizar farmácias ou postos de medicamentos;
- Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
- Executar outras atividades semelhantes.

Fisioterapeuta:

- Realizar consulta e/ou atendimento individual;
- Promover atendimento de fisioterapia em patologia neurológica, processos dia tróficos, paralisia cerebral e retardo do desenvolvimento motor;
- Realizar atendimento de fisioterapia em patologias vasculares periférica como disfunções decorrentes de distúrbios circulatórios arteriovenoso e linfáticos;
- Realizar atendimento de fisioterapia em patologias respiratórias como assistência em pré e pós operatório com uso ou não de equipamento, reeducação ventilatória em doenças pulmonares;
- Realizar atendimento de fisioterapia em patologia traumática e ortopédica;
- Realizar atendimento de fisioterapia em patologias reumáticas como disfunções decorrentes de alterações de ordem reumática degenerativa ou inflamatória de membros ou coluna vertebral;
- Participar de grupo de trabalhos médicos que orientem a população;
- Atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;
- Contribuir para a manutenção da saúde, bem estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, considerando suas circunstâncias éticas, políticas, sociais, econômicas, ambientais e biológicas;
- Realizar consultas, avaliações e reavaliações do paciente colhendo dados, solicitando, executando e interpretando exames propedêuticos e complementares que permitam elaborar um diagnóstico cinético-funcional, para eleger e quantificar as intervenções e condutas fisioterapêuticas apropriadas, objetivando tratar as disfunções no campo da Fisioterapia, em toda sua extensão e complexidade, estabelecendo prognóstico, reavaliando condutas e decidindo pela alta fisioterapêutica;
- Elaborar criticamente o diagnóstico cinético funcional e a intervenção fisioterapêutica, considerando o amplo espectro de questões clínicas, científicas, filosóficas éticas, políticas, sociais e culturais implicadas na atuação profissional do fisioterapeuta, sendo capaz de intervir nas diversas áreas onde sua atuação profissional seja necessária;
- Desempenhar atividades de planejamento, organização e gestão de serviços de saúde públicos ou privados, além de assessorar, prestar consultorias e auditorias no âmbito de sua competência profissional;

- Emitir laudos, pareceres, atestados e relatórios dos pacientes;
- Prestar esclarecimentos, dirimir dúvidas e orientar o indivíduo e os seus familiares sobre o processo terapêutico;
- Encaminhar o paciente, quando necessário, a outros profissionais relacionando e estabelecendo um nível de cooperação com os demais membros da equipe de saúde;
- Manter controle sobre a eficácia dos recursos tecnológicos pertinentes à atuação fisioterapêutica garantindo sua qualidade e segurança;
- Atuar junto a terceira idade, desenvolvendo atividades de grupo, orientações e acompanhamentos;
- Executar outras tarefas correlatas.

Psicólogo:

- Emitir diagnóstico psicológico e social, através da avaliação, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades;
- Participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas;
- Planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da população;
- Executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;
- Atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva da sua área de atuação;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes;
- Participar de programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;
- Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;
- Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- Participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Realizar visitas domiciliares fazendo acompanhamentos terapêuticos e orientações familiares;
- Realizar terapia ocupacional;
- Fazer parte da equipe multidisciplinar que atende programas fornecidos pelo Município;
- Executar outras atividades ou tarefas afins.

Arquiteto

- Projetar e acompanhar a construção de edificações, além de planejar os espaços urbanos e regionais.
- Compete ao arquiteto e urbanista, todas as atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística, urbanismo, projeto de interiores, planejamento físico, urbano e regional.
- Deverá exercer atividades como planejamento, projetos, especificação, direção e execução de obras, fiscalização de obras e serviços, orçamento, supervisão, orientação técnica;
- Coordenação, ensino, pesquisa, extensão, assessoria, controle de qualidade, estudos de viabilidade técnica-econômica, consultoria, vistoria, perícia, avaliação, produção técnica especializada;
- Todas as atividades que se inclua no âmbito da profissão.

ANEXO VIII

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

6.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores compreendidos neste Grupo dirigem e coordenam órgãos ou unidades específicas da Administração Superior; processam, executam e opinam sobre assuntos legais e jurídicos do Poder Público Municipal, assessoram os setores, com também na realização das políticas governamentais a nível municipal, e institucional.

6.2 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA:

Estatutário/Dedicação integral ou semi-integral.

6.3 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Nomeação pela autoridade competente, nos termos desta lei.

6.4 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Escolaridade mínima: Ser alfabetizado e compatível no caso de cargos em comissão exercidos por servidores efetivos.

ANEXO IX

QUADRO DE CARGOS ELETIVOS

GRUPO	Nº de VAGAS	CARGO	CARGA HORARIA	VALOR MENSAL
Conselho Tutelar	5	Conselheiro Tutelar	200	813,16

Observação

O cargo eletivo de Conselheiro Tutelar possui total de 05 vagas, sendo que todas são remuneradas com o menor vencimento do Município, na forma da legislação municipal, nível 10 conforme tabela do anexo III, sendo regido pela lei Municipal 1.014 de 30/07/2013.

ANEXO X

DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO

Artigo 17, § 1º Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estado de Santa Catarina

Município de Marema

Diminuição de Cargos Existentes

Cargo	(A) Vencimento Mensal atual	(A) Encargos 21%	(A) + (B)= Impacto Do cargo	(x) Nº Cargos Ocupados	Impacto Mensal	Impacto 2013 (4 m)	Impacto 2014 (13.33m)	Impacto 2015 (13.33m)
Auxiliar de Enfermagem (-) 40horas	1.226,37	257,54	1.483,91	03	4.451,73	17.806,92	59.341,56	59.341,56
Farmacêutico 20 horas	1.821,57	382,53	2.204,10	01	2.204,10	8.816,40	29.380,65	29.380,65
Odontologo 20 horas	1.804,60	378,97	2.183,57	01	2.183,57	8.734,28	29.106,99	29.106,99
Impacto com a atualização de cargos R\$					8.839,40	35.357,60	117.829,10	117.829,10

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

SIDIANE FATIMA PERIN
Contadora CRC 023004/O-8

Contrato Nº 012/2014

MINUTA

Contrato n. 012/2014

CONTRATANTE – O Município de Marema

CONTRATADO - DOUGLAS RAMPAZZO ME - CNPJ/MF n. 14.398.675/0001-45

OBJETO – Serviços de Mecânica, Retifica e Peças utilizado na recuperação de motor Veiculo Besta Kia.

VINCULAÇÃO – Processo Licitatório n. 004/2014, Modalidade de Carta Convite n. 001/2014.

VALOR TOTAL - R\$ 12.904,70 (reais)

FORO – Comarca de Xaxim – SC

Marema, 26 de fevereiro de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Contrato FMS Nº 012/2014

Minuta

Contrato nº: 012/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: LABORATÓRIO PADRÃO LTDA

Objeto: Aquisição de Exames Laboratoriais para Atendimento junto ao Posto de Saúde do Município

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 0002/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 0002/2014.

Valor total: R\$ 70.998,05 (reais)

Prazo: até 31 de dezembro de 2014

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 26 de fevereiro de 2014

CONTRATANTE

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 016/2014

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 016/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: TAIS MICHELI ZANARDI

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 10.900,00.

Foro: Comarca de Xaxim –SC.

Marema SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 017/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 017/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 2.291,50.

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 018/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 018/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: CTR ALIMENTOS LTDA ME

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático,

Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: 184,50.

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 019/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 019/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: FENIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 18.800,00.

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 020/2014

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 020/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: FRANCIELI HAIDUK RIGO ME

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 12.830,62.

Foro: Comarca de Xaxim - SC.

Marema SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 021/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 021/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: MAQUIMALHAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 541,00.

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema SC, 20 de Março de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 022/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 022/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: MARISA A. DE SOUZA BRANCO DOMINGOS ME

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 10.546,10 (reais)

Foro: Comarca de Xaxim- SC.

Marema-SC, 20 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
PREFEITO MUNICIPAL

Contrato FMAS Nº 023/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 23/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: MOACIR CARBONERA

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/30/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 11.000,00

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema-SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Contrato FMAS Nº 024/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 24/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 13.151,95.

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema-SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
PREFEITO MUNICIPAL

Contrato FMAS Nº 025/2014

MINUTA:

Contrato/FMAS nº: 25/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: SHOPPING DO REAL COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014

Valor: R\$ 3.398,05.

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
PREFEITO MUNICIPAL

Contrato FMAS Nº 026/2014

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 26/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME

Objeto: Aquis. de Produtos de Artesanato, Material Didático, Material Permanente e Cursos para atendimento ao Departamento.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 003/2014 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 003/2014.

Prazo: 20/03/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 1.047,70.

Foro: Comarca de Xaxim-SC.

Marema-SC, 20 de Março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Presencial/FMS N. 003/2014

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema, através do FMS-Fundo Municipal de Saúde, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 005/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 003/2014, para aquisição de um veículo novo, para transporte de passageiro, 1.0, zero. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 09/04/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 09/04/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222 ou www.marema.sc.gov.br

Marema, 25 de março de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Pregão Presencial/FMS N. 004/2014

Município de Marema/FMS – Fundo Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 006/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 004/2014, para Aquisição de Prótese dentária confeccionada a partir de modelo de gesso fornecido pelo cirurgião-dentista. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 09/04/2014, às 10h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 09/04/2014 às 10h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 25 de março de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Pregão Presencial N. 007/2014

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 0012/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 007/2014, para aquisição de Material Escolar. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 09/04/2014, às 14h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 09/04/2014 às 14h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 25 de março de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Massaranduba**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº. 03/2014 – Registro de Preço**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 07/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2014 – REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 792/2012, de 23 de Janeiro de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando a aquisição de diversos medicamentos destinados para a Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC).

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

a)Data: 10/04/2014

b)Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito à Rua 11 de Novembro, 2765 – Bairro Centro - Massaranduba (SC)

c)Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00 horas, no Setor de Licitações

d)Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30 horas na sala de reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito.

2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando a aquisição de diversos medicamentos destinados para a Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC), conforme especificações, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no Mural de Avisos da Prefeitura e Site da Prefeitura, e disponibilizado na íntegra no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Massaranduba - SC.

Massaranduba (SC), em 25 de março de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

Lei Nº1577/2014

LEI Nº1577/2014

Autoriza ao Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Produtores de Banana de Massaranduba (APROBAM)

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de cooperação técnico/financeira com a Associação de Produtores de Banana de Massaranduba – APROBAM, inscrita n CNPJ sob nº 05.273.318/0001-60, visando o atendimento de serviços de técnico agrícola para a entidade.

Art. 2º A despesa prevista no artigo 1º desta Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural

0901 – 33500000 – Transferência a Entidades Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O valor total do Convênio é de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) a ser repassado em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), podendo ser renovado mediante interesse das partes envolvidas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 25 de março de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei Nº1576/2014

LEI Nº1576/2014

Autoriza ao Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Piscicultores de Massaranduba (APISMA)

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de cooperação técnico/financeira com a Associação de Piscicultores de Massaranduba – APISMA, inscrita no CNPJ sob nº 08.929.720/0001-48, visando o atendimento de serviços técnicos especializados de Médico Veterinário para a entidade.

Art. 2º A despesa prevista no artigo 1º desta Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural

0901 – 33500000 – Transferência a Entidades Privadas sem fins

lucrativos

Art. 3º O valor total do Convênio é de R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais) a ser repassado em 12 (doze) parcelas de R\$ 700,00 (Setecentos reais), podendo ser renovado mediante interesse das partes envolvidas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 25 de março de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

Processo Licitatorio Nº. 005/2014 - Pregão Presencial Nº.001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2014

PREGÃO PRRESENCIAL Nº. 001/2014

A CAMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA(SC), torna público para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL acima mencionado, objetivando a contratação de empresa especializada em locação, instalação, manutenção, treinamento, provimento de datacenter e suporte técnico para sistema informatizado de Gestão Pública em ambiente WEB, para a Câmara de Vereadores de Massaranduba/SC, em conformidade com o Anexo I, do Edital.

Entrega de Envelopes: até as 09:00 horas do dia 07/04/2014.

Credenciamento e Abertura dos Envelopes: às 09:15 horas do dia 07/04/2014.

A integra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Câmara de Vereadores de Massaranduba das 7:30 as 11:30 e 13:00 às 17:00 horas ou solicitados através do e-mail: marilu@massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 25 de Março de 2014.
SUZANE ELISA F. REINKE
Presidente do Legislativo Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 116/2014

PORTARIA nº 116/2014
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JORGE DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 114/2014

DECRETO Nº 114/2014 DE 21 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO – SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em especial de conformidade com a Lei Municipal 2126/2013 de 23/12/2013,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar para reforço de dotação orçamentaria, no Orçamento Geral do Município de Modelo de 2014, no FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE, no valor de R\$60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme abaixo especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
103010007	VIDA SAUDÁVEL = ASSISTÊNCIA INTEGRAL A SAÚDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.280000	SAÚDE BUCAL– AÇÕES/SERV/ESTRAT/PROGR.SORRIDENTE,KIT DENTAL ATEND.PREV.CURATIVO,FORNEC.PROTESESDENTAL E OUTRAS
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA(COD.RED.323) FONTE DE RECURSOS0102 – RECURSOS IMPOSTO/SAUDE..R\$ 60.000,00

Art. 2º- Para cobertura do credito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, no Orçamento Geral do Município de Modelo SC de 2014, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, serão utilizados recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO MESMO PROJETO/ATIVIDADE, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme abaixo especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
103010007	VIDA SAUDÁVEL/ASSISTÊNCIA INTEGRAL A SAÚDE - BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.280000	SAÚDE BUCAL – AÇÕES/SERV/ESTRAT/PROGR.SORRIDENTE, KIT DENTAL ATEND.PREV.CURATIVO, FORNEC.PROTESES DENTAL E OUTRAS
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA(COD.RED.321) FONTE DE RECURSOS0102 – RECURSOS IMPOSTO/SAUDE..R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo
aos 21 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

Portaria Nº 052/2014

PORTARIA Nº 052/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA ADRIANA NEU, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Marcia Adriana Neu	22.12.2012 a 21.12.2013	20.03.2014 a 08.04.2014 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Portaria Nº 053/2014

PORTARIA Nº 053/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOVANI TEREZINHA BARON, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora LOVANI TEREZINHA BARON, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Portaria de nomeação nº 028/1984 de 20.02.1984, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de maio de 2014, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 02/2009 a 02/2014 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Portaria Nº 054/2014

PORTARIA Nº 054/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIA CECÍLIA URBAN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora LUCIA CECÍLIA URBAN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 014/2004 de 09.02.2004, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de março de 2014, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 02/2009 a 02/2014 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Portaria Nº 055/2014

PORTARIA Nº 055/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIMAR DE FATIMA RODRIGUES DALAGNOL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora LUCIMAR DE FATIMA RODRIGUES DALAGNOL, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 016/2004 de 09.02.2004 (20 h/s), correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de março de 2014, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 02/2009 a 02/2014 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Portaria Nº 056/2014

PORTARIA Nº 056/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DELINA FATIMA SCATOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora DELINA FATIMA SCATOLIN, ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde Pública, conforme Decreto de nomeação nº 036/2003 de 11.02.2003, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de março de 2014, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 03/2008 a 03/2013 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Portaria Nº 057/2014

PORTARIA Nº 057/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENICE RUCKS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora ELENICE RUCKS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa da Saúde, conforme Decreto de nomeação nº 126/2008 de 30.06.2008, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de março de 2014, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 06/2008 a 06/2013 e de conformidade com o disposto no

artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Portaria Nº 058/2014

PORTARIA Nº 058/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.883/2009, 1.960/2010, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora ELIANE FATIMA HANAUER CHAVES, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, lotada no Departamento Municipal de Educação, para desempenho de função gratificada, a partir de março de 2014, conforme abaixo especificado:

Código – FG/Denominação:

Função Gratificada: FG – 6 – 75 % (correspondente à carga horária de 20 horas semanais – Turno Matutino/Vespertino) sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho da coordenação da direção da Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller do município de Modelo - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 029/2014 a contar desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Portaria Nº 059/2014

PORTARIA Nº 059/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE LUIZ VARNIER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Jorge Luiz Varnier	05.02.2013 a 04.02.2014	24.03.2014 a 22.04.2014 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Portaria Nº 061/2014

PORTARIA Nº 061/2014 de 24.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde Pública, para a Micro Área 10, a Sra. LOIVA NEUMANN, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .

LOIVA NEUMANN

Decreto Nº 104/2014

DECRETO Nº 0104/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA LOVANI TEREZINHA BARON PARA DESEMPENHO DE CARGO EM COMISSÃO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal, LOVANI TEREZINHA BARON, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, para desempenhar as funções do cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, do Departamento Municipal de Educação do Município de Modelo/SC, com dedicação integral.

Parágrafo Único – Pelo desempenho das funções a servidora designada no caput deste artigo, perceberá a remuneração do cargo efetivo e a gratificação de representação do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Educação, nível CC-08, conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 102/2014

DECRETO Nº 0102/2014 DE 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FABRICIO EBERARDT PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado

de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 19.03.2014, o Sr. FABRICIO EBERARDT, portador do CPF nº 039.297.229-84, RG nº 4.453.784, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, com lotação no Departamento Municipal de Esporte do município de Modelo/SC.

Art. 2º - O servidor nomeado através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC - 08, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.03.2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 013/2014

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0102/2014

Cargo em Comissão: Chefe de Departamento

Aos dezenove dias do mês de Março de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu o Senhor FABRICIO EBERARDT, portador do CPF nº 039.297.229-84, RG nº 4.453.784, a fim de tomar posse no cargo de Chefe de Departamento, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0102/2014, com lotação no Departamento Municipal de Esporte de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 19 de março de 2014.

FABRICIO EBERARDT
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Decreto Nº 101/2014

DECRETO Nº 0101/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABRICIO EBERARDT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir desta data, o servidor FABRICIO EBERARDT, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Departamento, do serviço público do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.03.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Ciente e de acordo:
FABRICIO EBERARDT

Decreto Nº 100/2014

DECRETO Nº 0100/2014 DE 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELISANGELA NEU PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 19.03.2014, a Sra. ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA DE DEPARTAMENTO, para ação de acolhimento e encaminhamento dos serviços de saúde no Centro Municipal/Unidade Básica de Saúde, com lotação no Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-06, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.03.2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 012/2014
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0100/2014

Cargo em Comissão: Assessora de Departamento

Aos dezoito dias do mês de Março de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, a fim de tomar posse no cargo de Assessora de Departamento, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0100/2014, com lotação no Departamento Municipal de Saúde de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 19 de março de 2014.
ELISANGELA NEU
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Decreto Nº 099/2014

DECRETO Nº 099/2014 de 18.03.2014.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA NEU, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir desta data, a servidora ELISANGELA NEU, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora Geral de Equipes e Departamentos, do serviço público do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.03.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Ciente e de acordo:
ELISANGELA NEU

Decreto Nº 098/2014

DECRETO Nº 098/2014 DE 17.03.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JOCEANE WEBER PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada nesta data, a Sra. JOCEANE WEBER, portadora do CPF nº 040.284.989-29, RG nº 4.291.005, para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social e atribuição de exercício no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Modelo - SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-03, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 17 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 011/2014
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 098/2014

Cargo em Comissão: Assessora Administrativa

Aos dezessete dias do mês de Março de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora JOCEANE WEBER, portadora do CPF nº 040.284.989-29, RG nº 4.291.005, a fim de tomar posse no cargo de Assessora Administrativa, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 098/2014, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores

que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 17 de março de 2014.

JOCEANE WEBER
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Errata - Edital 19/2014

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 19/2014

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a aquisição de pessoa jurídica o objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 20/março/2014 até as 17:30 horas do dia 27/março/2014. Abertura da sessão no dia 28/março/2014 às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

ONDE SE LÊ:

ANEXO - VII

PRODUTO			
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
01	02	UND	Veículo automotor, tipo ônibus novo, zero quilometro, fabricação nacional, modelo 2014, com 01 porta dianteira direita sedan acionada pelo motorista, chassi com longarinas retas, com motor diesel dianteiro avançado de 04 cilindros em linha com potência mínima de 160 cv – Turbo aftercooler, câmbio de no mínimo 05 marchas e 01 marcha a ré, PBT - Peso bruto total de 8.500 kg, tacógrafo, direção hidráulica, freios tambor com acionamento pneumático, freio motor pneumático, tanque de combustível com capacidade mínima para 150 litros, rodado duplo na traseira com pneus radiais, poltronas reclináveis, ar condicionado, com capacidade para no mínimo 30 passageiros mais 01 auxiliar e mais banco para o motorista, com cintos de segurança em todos os assentos, cortinas, com no mínimo 4.800mm. de entre eixo, largura externa mínima de 2.260mm., comprimento externo mínimo de 9.040mm, altura interna mínima de 1.954mm, para sol duplo, assistência 24 horas e garantia de 12 meses sem limite de quilometragem, com todos os acessórios obrigatórios previstos pela lei de trânsito.
Valor máximo por unidade R\$: 242.524,78			
Valor máximo total R\$: 485.049,56			

LEIA-SE:

ANEXO - VII			
PRODUTO			
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
01	02	UND	Veículo automotor, tipo ônibus novo, zero quilometro, fabricação nacional, modelo 2014, com 01 porta dianteira direita sedan acionada pelo motorista, chassi com longarinas retas, com motor diesel dianteiro avançado de 04 cilindros em linha com potência mínima de 160 cv – Turbo aftercooler, câmbio de no mínimo 05 marchas e 01 marcha a ré, PBT - Peso bruto total de 8.500 kg, tacógrafo, direção hidráulica, freios tambor com acionamento pneumático, freio motor pneumático, tanque de combustível com capacidade mínima para 150 litros, rodado duplo na traseira com pneus radiais, poltronas reclináveis, ar condicionado, com capacidade para no mínimo 30 passageiros mais 01 auxiliar e mais banco para o motorista, com cintos de segurança em todos os assentos, cortinas, com no mínimo 4.500mm. de entre eixo, largura externa mínima de 2.260mm., comprimento externo mínimo de 9.040mm, altura interna mínima de 1.900mm, para sol duplo, assistência 24 horas e garantia de 12 meses sem limite de quilometragem, com todos os acessórios obrigatórios previstos pela lei de trânsito.
Valor máximo por unidade R\$: 242.524,78			
Valor máximo total R\$: 485.049,56			

Monte Carlo(SC), 25 de Março de 2014

MARCOS NEI COREA SIQUEIRA

Prefeito

Navegantes

PREFEITURA

Portaria de Admissão

PORTARIA Nº. 1607 DE 17 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA IZABEL EMILIO REBELLO, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014
PORTARIA Nº. 1608 DE 17 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARISE LINDOMAR COUTO, para exercer a função de Professora de Séries Iniciais MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.C. Cidade da Criança, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
PORTARIA Nº. 1609 DE 17 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANDREA RAMOS, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de março 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 13 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
PORTARIA Nº. 1618 DE 17 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. SONIA MARA SCHULER, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Lenita de Souza Gaya, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 12 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1619 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. FERNANDA MEDEIROS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria da Silva Santos, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1629 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. DENISE TEREZINHA ZENI, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria das Neves Emilio, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 14 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 14 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1630 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. II na disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Badia de Faria, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 12 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1644 DE 20 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROSEMARI APARECIDA RAMOS NASCIMENTO, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 18 de março 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
PORTARIA Nº. 1645 DE 20 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. SUNAMITA TABITA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de março 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 17 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
PORTARIA Nº. 1646 DE 20 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. DAIANE DE JESUS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria Carlota Vieira, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito retroativo a partir de 13 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
PORTARIA Nº. 1647 DE 20 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. DALVA MARIA FLORES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. II, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Eni Erna Gaya, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 19 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 19 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
PORTARIA Nº. 1660 DE 21 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. CLAUDINEIA PEDRO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Solange Pascuali de Souza, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 19 de

março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 19 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.

Portaria de Nomeação

“PORTARIA Nº. 1605 DE 17 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARILDA FRANCO BRICK, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 13/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 13 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,

17 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

“PORTARIA Nº. 1606 DE 17 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CARLA DELFINO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 14/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 14 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,

17 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

“PORTARIA Nº. 1610 DE 17 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CRISTINA ELIANE DA SILVA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,

17 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

“PORTARIA Nº. 1617 DE 17 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JULIANA DE ARAUJO CORREA DA SILVA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/02/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 19 de fevereiro de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
17 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1621 DE 17 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CLAUDETE DOS PASSOS ALVES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
17 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1628 DE 18 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ELAINE CRISTINA JORGE, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 05/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
18 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1631 DE 19 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SRª. CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
19 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.
BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1637 DE 19 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROSINETE DA SILVA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
19 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1638 DE 19 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SALVELINA NUNES DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 11/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 11 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
19 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1648 DE 20 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. RUBIA CRISTINA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 19 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
20 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1649 DE 20 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. NADIA APARECIDA ZAMARIOLA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 19 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
20 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1650 DE 20 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOSIANE WOSNIAK, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 21/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
20 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1653 DE 20 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ARIANE APARECIDA BORSOI, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 13/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito retroativo a partir de 13 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
20 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1656 DE 21 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CRISTIANE SOUZA SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
21 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1636 DE 19 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ZAI-DE ESPERANDIO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 11/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 11 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
19 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1661 DE 21 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SRª. SILVANE TE BEZERRA DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Alessandra da Silva, no período Vespertino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
21 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.

Adiantamento

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 283 DE 21 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDORES QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com a lei municipal nº 1674 de 27/05/2003,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário aos servidores elencados abaixo, respectivamente Coordenadores e Diretores de Centros Municipal de Educação Infantil e Escolas Municipais, dentro dos limites estabelecidos na lei municipal nº 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal nº 4.320/64 e Resolução nº 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, nos valores abaixo especificados:

NOME COMPLETO DO SERVIDOR	UNIDADES ESCOLARES	VALOR R\$
Liliane Aparecida Anacleto Pereira	C. E. M. Portal do Saber	300,00
Joice Largura de Oliveira	C. E. M. Profª Clarinda M. Gaya	400,00
Monica Leal	C. E. M. Profª. Giovana Soares da Cunha	599,00
Maria Inês Pacheco	C. E. M. Profª. Maria de Lurdes Antunes	400,00
Valdemir Chagas Junior	C. E. M. Profª. Maria de Lurdes Couto Cabral	1.000,00
Graziela Cristiane Correa	C. E. M. Profª. Maria de Lurdes Couto Cabral (Creche)	400,00
Giovana Scaburi Kraisch	C. E. Profª. Mª Regina Gazaniga da Costa	400,00
Luciana dos Passos Bento	C. M. E. I. Profª Isabel Flores Pagani Luiza	200,00
Maristela Reiser Rosa	C. M. E. I. Marlene de Souza Couto	400,00
Fabiana Francisco Bolsoni	C. M. E. I. Pedacinho do Céu	400,00
Nelci Maria Vieira Albino	C. M. E. I. Profª. José do Passos Lemos	200,00
Gilmara Rocha	C. M. E. I. Profª. Natalina Sabel do Amaral	200,00
Fernanda dos Santos	C. M. E. I. Profª. Alciréia Conceição Couto	400,00
Eusimarie Coelho de Souza	C. M. E. I. Profª. Bernadete Mª Sedrez da Silva	575,00
Elda de Souza	C. M. E. I. Profª. Didymea Lazzaris de Oliveira	300,00
Telma Balança	C. M. E. I. Profª. Julieta Pereira Muller	400,00
Maria Isabel de Oliveira	C. M. E. I. Profª. Kátia Regina G. de Souza	300,00
Luciani Pivatto Mafra	C. M. E. I. Profª. Lenita de Souza Gaya	200,00
Valéria Regina Camargo	C. M. E. I. Profª. Maria das Neves Emílio	400,00
Adriana Adelaide Borba	C. M. E. I. Profª. Maria de Silva Santos	200,00

Silvia Helena Maçaneiro	C. M. E. I. Profª. Martinha Correia da Silva	200,00
Marinei Leal de Souza	C. M. E. I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira	400,00
Daniele Carolina de Oliveira Rosa	C. M. E. I. Profª. Regina Marly da Costa	400,00
Maria Aparecida da Silva	C. M. E. I. Profª. Silvette Couto de Miranda	200,00
Rita de Cássia da Silva	C. M. E. I. Recanto dos Baixinhos	300,00
Marilda Maria de Souza	C. M. E. Profª. Adélia de Souza Fernandes	300,00
Angela Ramos Lima	C. M. E. I. Profª. Mª. Carlota Vieira	200,00
Antonio Carlos Uller	Cidade da Criança	300,00
Alexandra Rover	E. M. Profª. Mª. Ivone Muller dos Santos	675,00
Neide Maria Mathiola	E. M. Profª. Idília Machado Ferreira	400,00
Cátia Regina da Costa	E. M. Profª. Elsir Bernadete Gaya Muller	589,00
Cristiane Felício	E. M. Profª. Eni Erna Gaya	410,00
Sérgio Soares	E. M. Profª. Ilka Muller dos Santos	710,00
Edinéia Mônica de Andrade	E. M. Profª. Leonora ShmItz	400,00
José Elias de Jesus	E. M. Profª. Mª. Hostim da Costa	615,00
Sônia Vieira da Costa	E. M. Profª. Neusa Mª. Re-bello Vieira	667,00
Ledair Regina dos Santos Mathiola	E. M. Profª. Rosa Mª. Xavier de Araújo	715,00
Mirian Regina Galves	E. M. Profª. Vilna Correia Pretti	530,00
Ana Maria da Silva	Escola Municipal Profª. Izilda Reiser Mafra	400,00
Silvia Helena Maçaneiro	Escola Municipal Profª. Badia de Farias	400,00
Jaison José Policarpo	Escola Municipal Profª. Maria Tereza Leal	400,00
Mônica Evelyn Weirs	Extensão C. M. E. I. Profª. Silvette Couto de Miranda	400,00
Indiana dos Santos Rita	NAES	400,00
Patrícia Mengarda	Pré Escola M. Profª. Nazir Rodrigues Rebello	400,00

Art. 2º O referido adiantamento é feito com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Revogação de Lei

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2850 DE 21 DE MARÇO DE 2014

REVOGA, NA ÍNTEGRA, A LEI MUNICIPAL N° 2473 DE 10 DE AGOSTO DE 2011

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU o sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada, na íntegra, a lei municipal n° 2.473 de 10 de agosto de 2011, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel para a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Navegantes e dá outras providências".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Denomina Logradouro Público Servidão Leopoldina da Costa Couto

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2849 DE 12 DE MARÇO DE 2014

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO – SERVIDÃO LEOPOLDINA DA COSTA COUTO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A Servidão sem denominação oficial localizada na continuação da Rua Antônio Adolfo da Luz e transversal da Rua Osório Gonçalves, no Centro, passa a denominar-se oficialmente SERVI-DÃO LEOPOLDINA DA COSTA COUTO.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Proíbe O Uso de Equipamento Bate-Estaca Na Construção Civil

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br
LEI N.º 2851 DE 21 DE MARÇO DE 2014
PROÍBE O USO DE EQUIPAMENTO BATE-ESTACA NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO PERÍMETRO URBANO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica proibido o uso de equipamento tipo “bate-estaca” no perímetro urbano da cidade de Navegantes, utilizado na atividade de estaqueamento na construção civil.

Art. 2.º Excetuam-se da presente lei os equipamentos de estaqueamento da construção civil tipo “hélice contínua ou pré-furo hidráulico”.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Institui Programa Acessuas Trabalho

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br
LEI N.º 2852 DE 21 DE MARÇO DE 2014
INSTITUI O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO – ACESSUAS TRABALHO -, DO GOVERNO FEDERAL, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Fica instituído o Programa Federal de Promoção ao Acesso

ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO-, do Governo Federal, no Município de Navegantes, a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Navegantes, conforme legislação federal, Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº05 de 12 de abril de 2012 e Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº033 de 28 de novembro de 2011, nº 013 de 27 de abril de 2012 e nº018 de 24 de maio de 2012.

Art. 2.º O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO - constitui um conjunto de ações de articulação, mobilização e encaminhamento do público preferencial de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, beneficiárias ou não de programas sociais, para a garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho, por meio do acesso a cursos de qualificação e formação técnica profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra, além de ações de articulação com outras políticas públicas para superação das vulnerabilidades sociais.

Parágrafo Único: As ações do Programa devem ser planejadas e organizadas de forma a identificar os processos que podem ser utilizados na mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários, por meio:

I - do conhecimento do território;

II - da identificação do perfil do usuário

III - da implantação das condições físicas e materiais necessários à execução do Programa;

IV - do domínio e total esclarecimento sobre as ofertas dos cursos e ações de inclusão produtiva.

Art. 3.º O Município de Navegantes desenvolverá o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO, buscando nos seus limites legais:

I – articulação com políticas setoriais;

II – realização de mapa de oportunidades e demandas no território;

III – estabelecimento de parcerias;

IV – promoção da articulação da rede;

V – mobilização da população para a participação nos cursos de capacitação;

VII – acompanhamento e monitoramento do alcance das metas estabelecidas para o Programa;

VIII – atualização do sistema de acompanhamento do Programa.

Art. 4.º São usuários do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho a populações urbanas e rurais, preferencialmente em situação de vulnerabilidade e risco social, com idade mínima de 16 (dezesseis) anos, com prioridade de vaga para os usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, em especial para:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

I - famílias e indivíduos com perfil do Plano Brasil Sem Miséria;

II - pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;

III - pessoas inscritas no CadÚnico;

IV - beneficiários do Programa Bolsa Família;

V - jovens egressos do Serviço de Convivência para Jovens;

VI – egressos do Sistema Socioeducativo;

VII – famílias com presenças de Situação de Trabalho Infantil;

VIII – população em situação de rua;

IX – famílias com crianças em situação de acolhimento provisório;

X – adolescentes e jovens egressos do serviço de acolhimento;

XI – indivíduos e famílias moradores em territórios de risco cem

decorrência do tráfico de drogas;
 XII – indivíduos egressos do Sistema Penal;
 XIII – pessoas retiradas do trabalho escravo;
 XIV – mulheres vítimas de violência;
 XV – entre outros, para atender a demanda espontânea dos usuários e especificidades territoriais.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Ficam criadas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Navegantes, as seguintes funções para integrar a Equipe de Referência do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO, no Município de Navegantes:

I – 01 assistente social, nível superior em Serviço Social, com 40 horas semanais; (Técnico Nível Superior)

II – 01 psicólogo, nível superior em Psicologia, com 40 horas semanais; (Técnico Nível Superior)

III – 01 auxiliar administrativo, nível médio completo, com 40 horas semanais; (Técnico Nível Médio),

§ 1º Será escolhido pela Secretária Municipal de Assistência Social um dos profissionais, com formação em nível superior, que integra a Equipe de Referência, para Coordenar o Programa Nacional de Promoção ao Acesso do Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO no Município de Navegantes.

§ 2º São atribuições gerais do Auxiliar Administrativo (técnico de nível médio), do Assistente Social e Psicólogo (Técnicos de Nível Superior) da Equipe de Referência do Programa:

I – elaborar estudo sócio econômico do público alvo, quando solicitado;

II – identificar o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO;

III – identificar as pessoas com deficiência que possam participar dos cursos oferecidos pelo Programa ACESSUAS TRABALHO;

IV – participar da elaboração da campanha de mobilização e de divulgação do Programa;

V – organizar palestras, reuniões nos bairros, nas associações de moradores, com público prioritário do Programa;

VI – disponibilizar à população a lista de unidades ofertantes e relação dos cursos oferecidos pelo ACESSUAS TRABALHO;

VII – articular com a rede de Educação (EJA) que atua com o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO;

VIII – identificar famílias com perfil de acesso à renda, com registro específico daquelas em situação de extrema pobreza e incluir no CADÚNICO e no ACESSUAS TRABALHO;

IX – registrar informações sobre matrículas efetivadas, encaminhamento e acompanhamentos dos educandos;

X – acompanhar o desempenho dos educandos por meio de relatórios, devendo ser expedido um por educando no período de participação do Programa;

XI – disponibilizar informações sobre a permanência, evasão dos educandos e avaliação do Programa ACESSUAS TRABALHO;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

XII – participar de reuniões periódicas com a equipe de referência da Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS e Instituição de Acolhimento, para planejamento e avaliação de resultados do Programa ACESSUAS TRABALHO;

XIII – identificar situações de vulnerabilidade e risco social e oferta de e/ou encaminhamento para outros serviços, conforme necessidades;

XIV – articular com SINE a intermediação da mão de obra dos capacitados no Programa ACESSUAS TRABALHO;

XV – executar outras tarefas com a finalidade de melhor promover e desenvolver o Programa de acordo com as normativas existentes.

§ 3º São atribuições do Auxiliar Administrativo (técnico de nível médio) da Equipe de Referência do Programa:

I – apoiar a equipe técnica de nível superior nas funções administrativas, na mobilização, realizar matrícula dos educandos, o acompanhamento e no monitoramento da frequência dos alunos e no encaminhamento para vagas de trabalho;

II – apoiar a inclusão e realizar o encaminhamento de novos beneficiários no Cadastro Único;

III – participar de reuniões de planejamento, Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS e Instituição de Acolhimento, mantendo sempre o arquivo desses encontros inclusive relatando através de ata;

IV – executar demais funções e tarefas determinadas pelo Coordenador do Programa.

§ 4º São atribuições específicas do Coordenador do Programa:

I – responder pelo planejamento, implantação e execução do Programa Nacional do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO;

II – definir as ações e organizar o processo de mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários;

III – coordenar o Programa a nível Municipal;

IV – fazer articulação com outras políticas públicas visando a melhoria da qualidade de vida e superação das vulnerabilidades sociais;

V – desenvolver ações intersetoriais;

VI – realizar visitas domiciliares;

VII – articular parcerias com órgãos e entidades governamentais e não governamentais;

VIII – divulgar o Programa por meio de reuniões com a comunidade, palestras, oficinas, campanhas de mídia, entre outros meios legais;

IX – acompanhar e monitorar o alcance das metas estabelecidas para o Programa;

X – manter o sistema de acompanhamento do Programa atualizado e com registro das ações desenvolvidas;

XI – monitorar o cumprimento de metas pactuadas;

XII – Acompanhar o gerenciamento dos recursos do Programa;

XIII – prestar informações ao órgão gestor, ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

XIV – realizar outras tarefas afins, determinadas pela Gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º O integrante do Programa permanecerá contratado no Município de Navegantes, enquanto for mantido o incentivo financeiro do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAPÍTULO III

DO VENCIMENTO

Art. 7º O vencimento da Equipe de Referência, a ser contratada, será realizado por meio dos recursos recebidos para o desenvolvimento do Programa ACESSUAS TRABALHO, conforme descrito abaixo:

I – 1 (um) Assistente Social, denominado de Técnico de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

II – 1 (um) Psicólogo, denominado de Técnico de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

III – 1 (um) Auxiliar Administrativo, denominado de Técnico de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 8º Os profissionais do Programa ACESSUAS TRABALHO, devem ser contratados com base no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Municipal nº 2384/2010, observados os limites de despesas estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº101/2000.

Art. 9º A jornada de trabalho será em regime de dedicação integral, de 40 (quarenta) horas semanais, correspondendo a 8 (oito) diárias, exercidas pelos profissionais do Programa.

Art. 10 O prazo de contratação temporária está diretamente vinculado ao período de habilitação do Município de Navegantes com o Programa do Governo Federal, conforme definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e seguirá o estabelecido na Lei Municipal nº2384/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária excepcional interesse público.

Art. 11 Fica vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei, receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.

Parágrafo único: A inobservância ao disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades que lhe deram causa.

Art. 12 O contrato firmado nos termos dessa Lei extinguir-se-á:
I – pelo término do prazo contratual;
II – por iniciativa do contratado e/ou contratante;
III – por conveniência e oportunidade do serviço público;
IV – quando o admitido não demonstrar habilidade e capacidade e, ainda, quando não ocorrer assiduidade ou cumprimento da carga horária;
V – pelo término do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO;
VI – pela desvinculação do Município no Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO;
Parágrafo Único: A extinção do contrato no caso do inciso II e III deste artigo, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 13 O local de trabalho dos profissionais será na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Navegantes.

CAPÍTULO V DO PROCESSO SELETIVO

Art. 14 O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta lei estará sujeito à realização de processo seletivo simplificado.

Parágrafo Único: O processo seletivo simplificado será regulamentado por meio de edital elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Navegantes, o qual deverá ser divulgado no diário oficial do Município e afixado no Paço Municipal e na Câmara de Vereadores.

Art. 15 O processo seletivo simplificado será constituído das seguintes etapas:

- I – análise do currículo, de caráter eliminatório;
- II – dinâmica de grupo, de caráter classificatório;
- III – entrevista individual, de caráter classificatório.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 16 Será criada comissão para realização do processo seletivo simplificado a qual será composta por:

- I - um(a) assistente social do quadro de funcionários efetivos,
- II - um(a) psicólogo do quadro de funcionários efetivos,
- III - um membro do Conselho Municipal de Assistência Social;
- IV - pelo (a) Gestor(a) da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único: Deverá ser expedida a competente Portaria de nomeação para a indicação dos membros da Comissão de Avaliação.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 As informações sobre as atividades de mobilização realizadas pela Equipe de Referência do Programa deverão ser registradas no Registro Mensal de Mobilização que se encontra no portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, página SAGI, mediante senha do(a) Gestor(a) da Secretaria Municipal de Assistência Social, autorizada pelo Sistema de Autenticação de Usuários – SAA.

Art. 18 As funções previstas na presente Lei permanecerão enquanto for mantida a pactuação com o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 19 A contratação dos profissionais poderá ser renovada a critério da necessidade e do interesse público do Município, sem novo processo seletivo, a fim de atender as demandas do Programa respeitando o prazo de prorrogação previsto na Lei Municipal nº 2384/2010.

Art. 20 O não cumprimento das regras de funcionamento estabelecidas nesta lei implicará a rescisão imediata do contrato temporário de trabalho.

Art. 21 O tempo de serviço prestado nos termos desta lei será computado para todos os efeitos legais, e os contratos terão natureza jurídica administrativa, são gerando vínculo estatutário ou celetista, permanente ou estabilidade.

Art. 22 As despesas decorrentes da presente lei ocorrerão por conta dos recursos oriundo da transferência fundo a fundo do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO.

Art. 23 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Reajusta Subvenção Social da Beneficência Camiliana do Sul

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2853 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

REAJUSTA O VALOR DA SUBVENÇÃO MENSAL CONCEDIDA À ENTIDADE BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder ao reajuste de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) sobre o valor repassado mensalmente à entidade Beneficência Camiliana do Sul, autorizado pela lei nº 2652 de 14 de dezembro de 2012, nos termos do Convênio nº 0512/2009, firmado entre a entidade e o Município de Navegantes.

Art. 2.º O reajuste acima mencionado está previsto no Convênio nº 0512/2009 e tem por objetivo manter o equilíbrio econômico da relação jurídica entre o Município e a entidade.

Art. 3.º Os recursos para garantir a execução da presente lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Unidade: 01 - Diretoria Administrativa – FHMN

10.302.0102.2.073 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

3.1.50.00.00.00.00.0127 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Órgão: 21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Unidade: 01 - Diretoria Administrativa – FHMN

10.302.0102.2.073 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

3.3.50.00.00.00.00.0127 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Denomina Cmei Prof. Robson Francisco Lopes

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2854 DE 25 DE MARÇO DE 2014

DENOMINA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR ROBSON FRANCISCO LOPES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Creche construída anexa ao Centro Educacional Prof.ª Maria de Lourdes Couto Cabral, localizada na Rua José Inácio da Silva n.º 150, no Bairro Nossa Senhora das Graças, passa a denominar-se oficialmente CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR ROBSON FRANCISCO LOPES.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Denomina Cmei Bruce Cranston Kay

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2855 DE 25 DE MARÇO DE 2014

DENOMINA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRUCE CRANSTON KAY

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Creche construída na Rua Júlio Madruga Mendes s/nº, no Ba.irro São Paulo, passa a denominar-se oficialmente CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRUCE CRANSTON KAY.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Denomina Cmei Profª Maria dos Navegantes Ramos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2856 DE 25 DE MARÇO DE 2014

DENOMINA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA DOS NAVEGANTES RAMOS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º A Creche construída na Rua Prefeito Manoel Evaldo Müller, no Bairro de Volta Grande, passa a denominar-se oficialmente CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA DOS NAVEGANTES RAMOS.

Art. 2 º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regulamenta A Atuação dos Guardas Municipais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2857 DE 25 DE MARÇO DE 2014

REGULAMENTA A ATUAÇÃO DE GUARDAS MUNICIPAIS DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, SUAS FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES E TRATA DA RETENÇÃO E DO RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS, DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1 º Esta lei dispõe sobre os procedimentos, as funções e rotina de trabalho dos Guardas Municipais de Trânsito do Município de Navegantes.

Art. 2 º O Guarda Municipal de Trânsito está subordinado ao Superintendente da Fundação Municipal de Vigilância, Autoridade de Trânsito Municipal, que por sua vez está subordinada à Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social.

Art. 3 º O Guarda Municipal de Trânsito está sujeito ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Navegantes, devendo-se submeter a todas as disposições contidas na lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais de Navegantes-, bem como àquelas constantes deste Regimento, e às leis e normas que regem o trânsito.

Art. 4 º Para que possa exercer as atribuições, o Guarda Municipal de Trânsito deve estar credenciado, devidamente uniformizado e no regular exercício de suas funções.

§ 1 º Igualmente os veículos utilizados para a fiscalização devem estar devidamente caracterizados;

§ 2 º É obrigatório que o Guarda Municipal de Trânsito esteja presente no ato da infração, sendo vedada a autuação de infrações de trânsito por solicitação de terceiro.

CAPÍTULO II**DOS DEVERES DOS AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO**

Art. 5 º São deveres dos Guardas Municipais de Trânsito:

I – tratar com urbanidade as pessoas;

II - atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

III - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

IV - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

V - ser leal às instituições a que servir;

VI - observar as normas legais e regulamentares;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

VII - cumprir as ordens superiores;

VIII - levar ao conhecimento da Autoridade Superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

IX- zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

X - guardar sigilo sobre assuntos da repartição, devendo levar reclamações e denúncias para o superior imediato ou autoridade imediatamente superior a este, e assim sucessivamente;

XI - ser assíduo e pontual ao serviço;

XII - representar contra a ilegalidade ou abuso de poder;

XIII - apresentar-se ao serviço devidamente uniformizado e com aparência física adequada;

XIV - estar sempre atento ao trânsito, sendo proibidas as conversas alheias ao assunto de trânsito ou a permanência no interior de estabelecimentos durante o expediente;

XV - cumprir os horários determinados pelo Município, inclusive em regime de plantão.

XVI – quando da existência de sinalização insuficiente ou incorreta, o Guarda Municipal de trânsito não deve autuar o condutor que desobedece à mesma, mas fica obrigado a comunicar à autoridade de trânsito a irregularidade constatada, para substituição da sinalização equivocada;

Parágrafo Único : Os deveres dispostos nesta lei não excluem aqueles previstos na lei complementar n º 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

CAPÍTULO III**DAS ATRIBUIÇÕES DOS GUARDAS MUNICIPAIS DE TRÂNSITO**

Art. 6 º Os Guardas Municipais de Trânsito, a critério da Administração, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN, deverão cumprir as seguintes funções:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas obrigações;

II - orientar, fiscalizar e operacionalizar o trânsito de veículos, de ciclistas, de pedestres e de animais;

III - coletar dados e elaborar relatórios sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

IV - autuar e aplicar medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstos em lei, em

regulamento municipal e no Código de Trânsito Brasileiro.
V- participar de projetos e programas de educação e segurança para o trânsito;
VI - exercer demais atribuições inerentes ao cargo e determinadas em lei, regulamento municipal ou no Código de Trânsito Brasileiro.

CAPÍTULO IV

DA RETENÇÃO E DA REMOÇÃO DE VEÍCULOS

Art. 7º Nos casos de retenção do veículo, na impossibilidade de se sanar a falha no local da infração, o veículo poderá ser retirado, por condutor regularmente habilitado, desde que não ofereça risco à segurança do trânsito, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contrarrecibo, notificando o condutor do prazo para a sua regularização.

Parágrafo Único: Havendo comprometimento da segurança do trânsito, considerando-se a circulação, o veículo, o condutor, os passageiros e os demais usuários da via, ou o fato de o condutor não sinalizar que regularizará

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

a infração, a retenção poderá ser transferida para local mais adequado ou para o depósito do órgão ou entidade de trânsito.

Art. 8º A remoção deve ser feita por meio de veículo destinado para esse fim ou, na falta deste, valendo-se da própria capacidade de movimentação do veículo a ser removido, desde que haja condições de segurança para o trânsito.

Art. 9º A remoção do veículo não será aplicada se o condutor, regularmente habilitado, solucionar a causa da remoção, desde que isso ocorra antes que a operação de remoção tenha sido iniciada ou quando o agente avaliar que a operação de remoção trará ainda mais prejuízo à segurança e/ou fluidez da via.

§ 1º Este procedimento somente se aplica para o veículo devidamente licenciado e que esteja em condições de segurança para a sua circulação;

§ 2º Os veículos motocicleta, motoneta e ciclomotor, quando desmontados e/ou empurrados nas vias públicas, não se equiparam ao pedestre, estando sujeitos às infrações previstas no CTB;

§ 3º O simples abandono de veículo em via pública, estacionado em local não proibido pela sinalização, não caracteriza infração de trânsito.

Art. 10 No caso de estacionamento irregular e que, por motivo operacional, a remoção não possa ser realizada, será lavrado somente um Auto de Infração de Trânsito, independentemente do tempo que o veículo permaneça estacionado, desde que o mesmo não se movimente neste período.

Art. 11 Na autuação de veículo estacionado irregularmente, sempre que possível, será fixada uma via do AIT no para-brisa do veículo e, no caso de motocicletas e similares, no banco do condutor.

CAPÍTULO V

DOS LIVROS DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

Art. 12 É atribuição do Guarda Municipal de Trânsito, designado para a função de serviço interno administrativo pelo Superintendente da Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito, o preenchimento do livro de registro de ocorrências, obrigando-se ao registro das ocorrências, alterações e anormalidades verificadas nas vias ou outros eventos relevantes.

Art. 13 - O livro de registro de ocorrências deverá conter as seguintes informações:

I - Cabeçalho padrão;

II - Alteração no recebimento do serviço;
III - Alteração com material ou equipamento;
IV - Alteração com pessoal de escala;
V- Agentes e outros em serviço;
VI - Condições de limpeza das salas;
VII - Total de multas aplicadas pela equipe;
VIII - Total de veículos retidos, discriminando-se o motivo e o número do Termo de Apreensão;
IX - Total de documentos (C.N.H.) retidos, discriminando-se o motivo e número do recibo;
X - Ocorrências diversas e de relevância que não se enquadram nos quesitos anteriores;
XI - Data e assinatura.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE ABORDAGEM E “BLITZ” DE TRÂNSITO

Art. 14 - A abordagem e “blitz” de trânsito são os meios utilizados para a fiscalização ostensiva do uso das vias, da documentação, dos equipamentos obrigatórios e sistemas de iluminação, em cumprimento às regras e normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 15 As abordagens ou “blitz” deverão ocorrer apenas na companhia de Policiais Militares e Civis, em operações devidamente autorizadas e previamente agendadas com o Secretário de Segurança e Defesa Social.

Parágrafo Único: Fica proibida a realização de abordagem ou blitz de trânsito sem a presença de Policiais Militares ou Civis, conforme disciplina o Código de Trânsito em seu art. 24, por haver riscos à integridade física dos Guardas Municipais de Trânsito.

Art. 16. Esta operação deverá ser planejada considerando-se os seguintes fatores:

I - Número presumível de infratores por período;

II - Tempo médio para preenchimento de Auto de Infração;

III – Guardas Municipais de Trânsito encarregados de fiscalização;

IV – Guardas Municipais de Trânsito encarregados de parar os veículos;

V - Áreas críticas em número de infrações presumíveis;

VI - Definir as áreas e locais de parada (fiscalização) que não provoquem diminuição de fluência normal do trânsito, evitando o congestionamento;

Art. 17 Finda a operação, o Guarda Municipal de Trânsito com mais tempo de serviço deverá preencher o formulário próprio de “Relatório de Abordagem/Blitz” e encaminhar ao superior para análise.

Art. 18 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Lei Complementar N º 7

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 196 DE 17 DE MARÇO DE 2014

ALTERA A SUBSEÇÃO IX DA LEI COMPLEMENTAR N º 7 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º A subseção IX da lei complementar n º 7 de 11 de novembro de 2003 passará a vigor com a seguinte redação:

“DA LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 100 É assegurado ao servidor efetivo o direito à licença para o desempenho de mandato classista em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria, com remuneração do cargo efetivo.

§ 1 º Somente serão licenciados servidores eleitos para o cargo de direção ou representação nas referidas entidades, fixando-se o número máximo de 1 (um) servidor durante o mesmo período.

§ 2 º Poderá ser licenciado mais de um servidor, entretanto sem remuneração.

§ 3 º A licença terá a duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, por uma única vez.”

Art. 2 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Art. 381 da Lei Complementar N º 6 Ref. Contribuição de Melhoria

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 197 DE 21 DE MARÇO DE 2014

ALTERA O ARTIGO 381 DA LEI COMPLEMENTAR N º 6 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O artigo 381 do Código Tributário do Município passará a ter a seguinte redação:

“Art. 381 - O contribuinte poderá recolher, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, a contribuição lançada, com redução de até 40% (quarenta por cento) sobre o respectivo

montante.

§ 1 º O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no caput deste artigo poderá, a critério da Secretaria de Finanças, Fiscalização e Controle, pleitear o parcelamento do seu débito nos seguintes termos:

I – 30% (trinta por cento) de desconto em até 10 (dez) vezes sem juros;

II – 10% (dez por cento) de desconto em até 24 (vinte e quatro) vezes sem juros;

III – 10% (dez por cento) em até 36 (trinta e seis vezes) com juros e correção, nos termos da legislação federal.

§ 2º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor de 1(uma) UFM (Unidade Fiscal do Município).”

Art. 2 º Fica revogado o art. 12 das leis nº 2.734 06 de junho de 2013, nº 2733 de 06 de junho de 2013, nº 2732 de 06 de junho de 2013, nº 2731 de 06 de junho de 2013, nº 2730 de 06 de junho de 2013, nº 2729 de 06 de junho de 2013, nº 2728 de 06 de junho de 2013, nº 2727 de 06 de junho de 2013, nº 2726 de 06 de junho de 2013, nº 2725 de 06 de junho de 2013, nº 2724 de 06 de junho de 2013, nº 2723 de 06 de junho de 2013, nº 2722 de 06 de junho de 2013, nº 2721 de 06 de junho de 2013, nº 2713 de 22 de maio de 2013, nº 2712 de 22 de maio de 2013, nº 2711 de 22 de maio de 2013, nº 2710 de 22 de maio de 2013, nº 2709 de 22 de maio de 2013, nº 2708 de 22 de maio de 2013, nº 2707 de 22 de maio de 2013, nº 2706 de 22 de maio de 2013, nº 2705 de 22 de maio de 2013, nº 2704 de 22 de maio de 2013, nº 2703 de 22 de maio de 2013, nº 2702 de 22 de maio de 2013, nº 2701 de 22 de maio de 2013, nº 2700 de 22 de maio de 2013 e nº 2699 de 22 de maio de 2013.

Art. 3 º As condições de pagamento da contribuição de melhoria dispostas nas leis citadas no artigo 2º da presente lei, passa a ser disciplinada pelas disposições da Lei complementar n. 6, de 31 de dezembro de 2002 (Código Tributário Municipal).

Art. 4 º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente na época dos respectivos dispêndios.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Lei Complementar N º 7 E Cria Vagas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 198 DE 25 DE MARÇO DE 2014

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7 DE 11/11/2003 , CRIANDO VAGAS NO QUADRO DO PLANO DE CARREIRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de

Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes vagas para os cargos abaixo relacionados no quadro de servidores efetivos da municipalidade.

03 vagas de Analista Administrativo
02 vagas de Fisioterapeuta
02 vagas de Médico Cirurgião Geral 20 h
01 vaga de Médico Urologista 20 h
05 vagas de Monitora de Abrigo
02 vagas de Nutricionista
02 vagas de Psicólogo
02 vagas de Técnico em Agropecuária
02 vagas de Veterinário
80 vagas de Monitora de Educação Infantil

Art. 2º As vagas ora criadas passarão a constar do Anexo I da lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003, com suas respectivas atribuições e remunerações, as quais fazem parte da referida lei e suas alterações posteriores.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei complementar correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Anexos da Lei Complementar 164

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br
LEI COMPLEMENTAR Nº 199 DE 25 DE MARÇO DE 2014
ALTERA OS ANEXOS I E II DA LEI Nº 164 DE 18 DE JANEIRO DE 2013

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da lei nº 164 de 18 de janeiro de 2013, passando a ter a seguinte redação:

Relação dos Cargos de Provimento em Comissão da Secretaria Municipal de Gestão e Controle:

CARGO	VAGAS	VENCIMENTOS
Secretário Municipal de Gestão e Controle	01 (um)	7.659,00
Coordenador de Controle Interno	01 (um)	4.440,00
Ouvidor	01 (um)	2.941,50
Diretor de Controle Preventivo	01 (um)	2.941,50

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento	01 (um)	2.941,50
Coordenador de Frotas	01 (um)	2.719,50
Gerente de Fiscalização Externa (obras)	01 (um)	1.831,50
Gerente de Fiscalização Externa (saúde)	01 (um)	1.831,50
Gerente de Fiscalização Externa (educação)	01 (um)	1.831,50
Gerente de Fiscalização Externa (demais secretarias, fundos, fundações e autarquias)	01 (um)	1.831,50
Gerente de e-Sfinge Obras	01 (um)	1.831,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 2º Fica alterado o Anexo II da lei nº 164 de 18 de janeiro de 2013, passando a ter a seguinte redação:

Relação dos Cargos de Provimento Efetivo da Secretaria Municipal de Gestão e Controle:

CARGO	VAGAS	REQUISITOS DE INGRESSO	VENCIMENTOS	CARGA HORÁRIA
Auditor	02 (duas)	Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito e/ou Economia.	3.593,14	40H
Analista Consultor Administrativo	02 (duas)	Curso em nível superior.	2.694,86	40H
Técnico em Serviços Complementares	04 (quatro)	Certificação de conclusão de nível médio.	887,06	40H
Recepcionista	01 (um)	Certificação de conclusão de nível médio.	777,00	40H
Motorista	01 (um)	Certificação de conclusão de nível médio, devendo possuir CNH categoria mínima "B".	823,05	40H

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da lei nº 164 de 18 de janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 02/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) DESTINADOS AOS BENEFICIADOS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS), CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) E PROGRAMA DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA (PAEFI), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/04/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 07/04/2014 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 25 de março de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 64/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS DEVIDAMENTE FECHADAS EM EMBALAGENS PLASTICAS CONTENDO GENEROS ALIMENTICIOS (NÃO PERECIVEIS) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS BENEFICIADOS DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/04/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 07/04/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 25 de março de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Dispensa de Licitação 065/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2014

PROCESSO Nº 65/2014

HOMOLOGAÇÃO: 14/03/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014.

CONTRATADO: COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP.

VALOR: R\$ 44.693,25 (quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Extrato Contratual 076/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL Nº076/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: ENGITA CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo: Dispensa nº 042/2014.

VIGÊNCIA: 10/03/2014 – 08/07/2014.

RECURSOS: 2.115 3.3.90.00.00.00.00.

VALOR: R\$ 629.650,36. (seiscentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

OBJETO: CONTRATAÇÃO (EMERGENCIAL) DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA, SERVIÇOS DE CORTE E RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado de Licitação - Pregão Presencial Nº 019/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2014

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 019/2014, tendo por objeto: a contratação de Serviços especializados destinados para arbitragem, objetivando a realização dos campeonatos municipais de Futebol de Campo, Salão, Bocha, Futebol Society e Jogos de Mesa, para o ano de 2014, teve sua sessão realizada em 17/03/2014, com abertura iniciada às 09:30h e encerrada às 09:40h, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 17 de março de 2014.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Nota de Esclarecimento - Tomada de Preço Nº 006/2014

PREFEITURA DE NOVA TRENTO
ESTADO DE SANTA CATARINA
NOTA DE ESCLARECIMENTO
Processo Licitatório nº 035/2014 – Tomada de Preços nº 006/2014

A Prefeitura de Nova Trento/SC, faz os seguintes esclarecimento quanto ao edital citado acima:

1 – Na estimativa da despesa constante no item 5.1 do Termo de Referencia todos os itens se referem a Mão de Obra e Fornecimento de Material, conforme códigos constantes no Projeto de Pavimentação (códigos DEINFRA) que é parte integrante do Edital;

2 - No mesmo item, na parte da Observação, está incluso que serviço de Terraplenagem será por conta do licitante. Na verdade o serviço de Terraplenagem será executado, nesta etapa, pela Prefeitura.

Nova Trento/SC, 21 de março de 2014.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Presidente Comissão de Licitações

Resultado Fase de Propostas - Tomada de Preço Nº 003/2014

Resultado do Julgamento das Propostas – Processo Licitatório nº 016/2014 – Tomada de Preços nº 001/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários para Reforma estrutural e aumento de Pista da Ponte Ivo Silveira no Centro do Município de Nova Trento; transcorrido o prazo para interposição de recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do

art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, no julgamento da Proposta sagrou-se vencedora, a seguinte licitante: ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA. EPP (CNPJ nº 76.599.059/0001-00), valor de R\$ 447.372,81 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), estando o preço apresentado de acordo com orçamento da Prefeitura e pesquisa de preço de mercado.

Nova Trento (SC), 24 de março de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato PL Nº 026/2014-Pregão Presencial Nº 012/2014 Rp

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório Nº 026/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para: futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para a manutenção e melhorias da rede de iluminação pública do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 Horas do dia 09/04/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 26 de Março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

3.668 Designa Serv Idor

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.668 DE 25 DE MARÇO DE 2014
DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 64, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, etc.

DECRETA:

Art.1.º Fica designado o Senhor Valmir Felisbino, portador do CPF nº 516.069.849-34 e RG nº 1.080.984-8, residente e domiciliado nesta cidade e estado, para responder Interinamente pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 25 de março de 2014; 129º da Fundação e 100 da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e catorze.

VALMIR FELISBINO

Coordenador de Governo e Secretário de Administração Interino

3.669 - Revoga Processos Licitatórios

DECRETO Nº 3.669 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

REVOGA PROCESSOS LICITATÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o procedimento instaurado pelo Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração das comissões de licitação e pregão da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os processos Licitatórios, a saber:

Processo 31/2014 – Modalidade Concorrência Pública

Processos 40, 41, 42, 43 e 44 – Modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans, 25 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

VALMIR FELISBINO
Coordenador de Governo

3.670 - Revoga Edital 001/2014 Concurso Saúde

DECRETO Nº 3.670 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

"REVOGA EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e, CONSIDERANDO Recomendação do Ministério Público, autos do Procedimento Preparatório n. 06.2014.00003102-5;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Edital de Concurso Público n. 0001/2014, que tem por objeto a contratação de médicos para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans, 25 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos de Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

VALMIR FELISBINO
Coordenador de Governo

3.671 - Nomeia Comissão de Licitação Pregão

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.671 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Fabio Salvador

Equipe de Apoio: Ariel Alberton Bernardino Borges e Wiliam Juncklos Felisbino.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.654 de 06 de fevereiro de 2014.

Orleans/SC, 25 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100

anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

VALMIR FELISBINO
Coordenador de Governo

3.672 - Nomeia Comissão de Licitação Permanente

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.672 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros servidores públicos qualificados pertencentes ao quadro permanente, a saber:

Fabio Salvador
Ariel Alberton Bernardino Borges
Wiliam Juncklos Felisbino.

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Ariel Alberton Bernardino Borges.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 3.653 de 6 de fevereiro de 2014.

Orleans/SC, 25 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

VALMIR FELISBINO

Coordenador de Governo

2.542 - Dispõe Sobre A Acessibilidade - Calçadas

LEI Nº 2.542 DE 26 DE MARÇO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE, CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS CALÇADAS

Art. 1º - Esta Lei disciplina a construção, manutenção e conservação de calçadas, parte integrante da via pública e do sistema de circulação e transporte do Município.

Art. 2º - Calçada é a parte integrante da via pública não destinada à circulação de veículos, normalmente segregada e em nível diferente daquela, destinada à circulação de pessoas, bem como à implantação de mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, vegetação, sinalização e a outros fins assemelhados quando possível.

Parágrafo Único - A construção, manutenção e conservação da calçada bem como a instalação de mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, vegetação, sinalização, dentre outros equipamentos permitidos por lei, devem garantir o deslocamento de qualquer pessoa pela calçada, independentemente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção, com autonomia e segurança.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º - Para os fins desta Lei ficam adotadas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos ou outros elementos que possam ser alcançados, visitados e utilizados por qualquer pessoa, inclusive aquelas portadoras de necessidades especiais;

II - área de pedestres: vias ou conjunto de vias destinadas à circulação prioritária de pedestres, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB e demais legislações vigentes;

III - barreira arquitetônica ou urbanística: qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a plena acessibilidade de rota, espaço, mobiliário ou equipamento urbano;

IV - canteiro central: obstáculo físico construído como separador das duas pistas de rolamento, eventualmente substituído por marcas viárias;

V - calçada: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins;

VI - calçadas verdes: calçadas que contém faixa livre em piso com um ou dois canteiros, que podem ser ajardinados ou arborizados e que podem ser adotados em ruas estritamente residenciais;

VII - canteiro central: obstáculo físico construído como separador das duas pistas de rolamento, eventualmente substituído por marcas viárias;

VIII - cruzamento: local ou área onde 2 (duas) ou mais vias se cruzam em um mesmo nível;

IX - drenagem pluvial: sistema de sarjetas, bocas-de-lobo, e grelhas utilizadas para a coleta e destinação de água de chuva, desde as superfícies pavimentadas até as galerias, córregos e rios.

X - equipamento urbano: todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados;

XI - escadaria: passeios implantados em colinas, ladeiras ou outras declividades onde se executam escadas ou patamares, para o tráfego de pedestres, a fim de vencer acentuados ângulos de inclinação;

XII - estacionamento: local destinado à parada de veículo por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque;

XIII - faixa livre: área do passeio, calçada, via ou rota destinada exclusivamente à circulação de pedestres, desobstruída de mobiliário urbano ou outras interferências;

XIV - faixa de acesso: área da calçada limdeira aos imóveis e destinada, exclusivamente, ao acesso dos imóveis, devendo ser livres de qualquer interferência;

XV - faixa de serviço: área destinada à instalação de equipamentos, mobiliário urbano, vegetação e outras interferências existentes nas calçadas;

XVI - meio-fio: borda ao longo de uma rua, rodovia ou limite de calçada, geralmente construída de concreto ou granito e que cria barreira física entre a via, a faixa de serviço e o passeio, o que propicia um ambiente mais seguro para os pedestres e facilidades para a drenagem da via;

XVII - meio-fio rebaixado: borda ao longo da rua que deverá possuir 2,5(dois centímetros e meio) acima do nível da sarjeta e destinada a possibilitar o acesso ao nível entre estes e o leito carroçável;

XVIII - infraestrutura urbana: sistemas de drenagem, água e esgoto, comunicações e energia elétrica, entre outros, que provêm melhorias às vias públicas e edificações;

XIX - mobiliário urbano: todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados, como arborização pública, jardineira, canteiro, floreira e vaso, poste, totem, identificador de logradouro, mesa e cadeira de estabelecimento, caixa de correio, coletor de lixo urbano, suporte de lixo domiciliar, bebedouro, termômetro e relógio público, banca de jornal e revista, abrigo, gradil ou defesa de proteção de pedestre, banco de jardim, telefone público e

armário de controle mecânico, hidrante, cabine de sanitário público, toldo, painel de informação, placa de sinalização, letreiro, outdoor, backlight, porta-cartaz, equipamento sinalizador e outros de natureza similar.

XX - passeio (definição adotada pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB): parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres;

XXI - pedestre: quem anda ou está a pé, em cadeira de rodas ou conduzindo a pé uma bicicleta;

XXII - piso tátil: piso caracterizado pela diferenciação de cor e textura destinada a constituir aviso ou meio-fio perceptível por pessoas com deficiência visual;

XXIII - rampa de veículos: rampa construída ou instalada na calçada, destinada a promover a concordância de nível entre a calçada e o leito carroçável;

XXIV - vias e áreas de pedestres: vias ou conjuntos de vias destinadas à circulação prioritária de pedestres;

XXV - zonas de carga e descarga: parte da via designada por sinalização vertical e horizontal, reservadas exclusivamente para o uso de veículos comerciais portadores de licença ou credenciados provisoriamente.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º - A execução, manutenção e conservação da calçada bem como a instalação de mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, vegetação, sinalização, entre outros equipamentos permitidos por lei deve seguir os seguintes princípios:

I - acessibilidade, garantindo mobilidade para todos os usuários, assegurando e garantindo o acesso, principalmente, de idosos, pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - segurança, devendo as calçadas, caminhos e travessias serem projetados e implantados livres de riscos de acidentes, minimizando eventuais interferências decorrentes da instalação do mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, vegetação, sinalização, publicidade, tráfego de veículos e edificações;

III - observação dos aspectos estéticos e harmônicos, sendo que o desenho da calçada deve observar os aspectos estéticos e harmônicos de seu entorno, incluindo espaços como praças, jardins, parques e áreas para pedestres, assim como a fachada das edificações lindeiras;

IV - diversidade de uso, sendo que o espaço da calçada deve ser projetado para o aproveitamento máximo dos benefícios, redução dos custos de implantação e manutenção;

V - qualidade espacial de modo a caracterizar o entorno e o conjunto de vias com identidade e qualidade no espaço, contribuindo na qualificação do ambiente urbano e na adequada geometria do sistema viário;

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO DAS CALÇADAS

Art. 5º - As calçadas são formadas pelos seguintes componentes:

I - subsolo;

II - meio-fio e sarjeta;

III - faixa de serviço;

IV - faixa livre;

V - faixa de acesso ao lote ou edificação;

VI - esquinas.

§ 1º - A faixa de serviço, localizada em posição adjacente ao meio-fio, deve ser destinada à instalação de equipamentos e mobiliário urbano, à vegetação e outras interferências existentes nas calçadas como tampas de inspeção, grelhas de exaustão e drenagem das concessionárias de infraestrutura, lixeiras, postes de sinalização, iluminação pública e eletricidade, sendo permitida a instalação de mobiliários urbanos, vegetação, calçadas verdes, rebaixamento de meio-fio e outras interferências. A faixa de serviço deve ter largura mínima de 0,75m (setenta e cinco centímetros).

§ 2º - A faixa livre é a área destinada exclusivamente à livre circulação de pedestres, desprovida de obstáculos, equipamentos, urbanos ou de infraestrutura, mobiliário, vegetação, floreiras, rebaixamento de meios-fios para acesso de veículos ou qualquer outro tipo de interferência, permanente ou temporária e deve atender as seguintes características: superfície regular, firme, contínua e antiderrapante sob qualquer condição, constando do Anexo II alguns modelos e situações que poderão ocorrer quando da construção ou reforma das calçadas e a indicação das medidas mínimas para a faixa livre em cada perímetro, no qual elas se encontram, ficando fixada a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para a faixa livre.

§ 3º - na faixa livre não é permitida qualquer interferência.

§ 4º - as faixas livres, as calçadas devem atender as seguintes especificações:

I - a inclinação longitudinal acompanhando o nivelamento do topo do meio fio;

II - inclinação transversal da superfície máxima de 10% (dez por cento);

III - altura mínima livre de interferências 2,10m (dois metros e dez centímetros).

§ 5º - faixa de acesso ao lote ou edificação deve ter largura mínima de 0,10m (dez centímetros) e admitirá:

I - áreas de permeabilidade e vegetação que poderão ser instaladas nesta faixa desde que atendam os critérios de implementação de calçadas verdes e respeitados os perímetros descritos nesta Lei;

II - O estacionamento em recuo frontal que deverá estar contido dentro do limite frontal do lote.

§ 6º - Obras temporárias, de instalação ou manutenção dos equipamentos e mobiliários que interfiram na calçada devem ser sinalizadas e isoladas, assegurando uma largura mínima de passagem de 50% (cinquenta por cento) da largura da mesma ou o desvio do leito carroçável, por meio de rampa provisória com largura mínima de 1,00m (um metro) e inclinação máxima de 10% (dez por cento) e não deve ser executada próxima à esquina ou cruzamentos, onde interfere na área reservada livre de obstáculos.

§ 7º - A esquina é definida como lugar onde as vias se cruzam e onde ocorrem as travessias, com consequente aglomeração de pedestres, constituindo-se como o local de maior encontro de usuários na via pública.

§ 8º - A área das esquinas entre os pontos de concordância deverá ser livre de obstáculos de quaisquer naturezas, sendo admitidas somente as rampas para portadores de deficiência física.

§ 9º - Para garantir a segurança do pedestre nas travessias e do condutor do automóvel nas conversões, às esquinas deverão estar livres de interferências visuais ou físicas até a distância de 5,00m (cinco metros) contados a partir do bordo do alinhamento da via transversal.

§ 10 - Todo equipamento ou mobiliário acomodado próximo às esquinas deverá seguir critérios de localização de acordo com o tamanho e a influência na obstrução da visibilidade, conforme os critérios estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB e na NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou norma técnica oficial superveniente que a substitua.

§ 11 - Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização somente poderão ser instalados na faixa de serviço, em itinerário ou espaço de acesso para pedestres que deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

§ 12 - Poderão ser feitos alargamentos de calçadas nas esquinas, a critério da Prefeitura Municipal, e estes, deverão ter como finalidades o aumento da calçada, a acomodação de maior número de pessoas, encurtar a travessia e melhorar a visualização dos pedestres.

§ 13 - No trecho compreendido dentro do raio de curvatura do meio-fio, ponto de concordância, nas esquinas o piso a ser adotado é o concreto desempenado.

§ 14 - O Anexo III mostra algumas situações de concordâncias geométricas que poderão ocorrer quando da construção das calçadas e indica exemplificadamente as soluções técnicas que deverão ser adotadas, devendo estas ser adaptadas, se necessário, em cada caso concreto.

CAPÍTULO V

DO ACESSO DOS VEÍCULOS

Art. 6º - Nas áreas de acesso aos veículos, a concordância entre o nível da calçada e o nível do leito carroçável na rua, decorrente do rebaixamento do meio-fio deverá ocorrer na faixa de serviço, não devendo interferir na inclinação transversal da faixa livre de circulação.

Art. 7º - As áreas de acesso aos veículos deverão:

I - possuir um degrau separador entre o nível da sarjeta e o topo da meio-fio rebaixada, com altura de 0,05 m (cinco centímetros);

II - ter o rebaixamento do acesso feito dentro da faixa de serviço, junto à meio-fio, não obstruindo a faixa de livre circulação;

III - prever aba de acomodação lateral com largura de 0,50m (cinquenta centímetros) para os rebaixamentos de meio-fio destinados ao acesso de veículos quando eles intervirem, no sentido longitudinal, em áreas de circulação ou travessia de pedestres.

IV - não interferir na inclinação transversal da faixa de livre circulação de pedestres;

V - nas áreas de acesso aos veículos, à concordância entre o nível da calçada e o nível do leito carroçável na rua, decorrente do rebaixamento dos meios-fios, deverá ocorrer na faixa de serviço,

respeitando o mínimo de 0,75m (setenta e cinco centímetros) e o máximo de 0,90m (noventa centímetros), não devendo interferir na inclinação transversal da faixa de livre circulação.

CAPÍTULO VI

DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E SIMILARES

Art. 8º - Os imóveis destinados ao funcionamento de postos de combustíveis, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, conforme Resolução nº 038 do CONTRAN.

§ 1º - Os rebaixos de acesso aos veículos deverão estar em conformidade com o Código de Obras do Município.

§ 2º - Os postos de combustíveis e similares existentes no Município terão o prazo de 90 dias para promoverem as adequações às normas estabelecidas por esta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS RAMPAS DE ACESSO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

Art. 9º - O rebaixamento da calçada é um recurso que altera as condições normais da calçada melhorando a acessibilidade aos pedestres em geral, aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida e aos que portam carrinhos de mão ou grandes volumes de carga, quando pretendem efetuar travessia da pista.

Art. 10 - O rebaixamento da calçada é composto de:

I - acesso principal, que consiste no rebaixamento da calçada junto à travessia de pedestres que pode ser em rampa ou plataforma;

II - área intermediária de acomodação, que consiste nas áreas que acomodam o acesso principal ao nível da calçada que pode ser em abas laterais, rampas ou plataformas.

Art. 11 - O rebaixamento da calçada deve:

I - ser executado com piso de superfície regular, firme, estável e antiderrapante, sob qualquer condição climática;

II - ser executado com pavimento de resistência de 25 Mpa;

III - conter piso tátil de alerta;

IV - ser executado de forma a garantir o escoamento de águas pluviais.

Art. 12 - O acesso em rampa ou em plataforma deve ser construído:

I - na direção do fluxo de pedestres;

II - paralelo ao alinhamento da faixa de travessia de pedestres.

Art. 13 - As grelhas de drenagem, caso necessário, devem estar embutidas no piso transversalmente ao sentido do caminho, e ter largura útil máxima de 0,30m (trinta centímetros) podendo ser cobertas por grelhas ou tampas de concreto, devendo as juntas de dilatação estar embutidas no piso transversalmente e longitudinalmente ao caminho e ter vãos máximos de 0,015 m (um centímetro e cinquenta milímetros).

CAPÍTULO VIII

DA EXECUÇÃO DE CALÇADAS

Art. 14 - As calçadas no Município deverão ser construídas, mantidas e conservadas de acordo com o disposto nesta Lei, e com as especificações técnicas dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - As especificações técnicas a que se refere o caput deste artigo deverão levar em conta os seguintes parâmetros:

I - identificação do perímetro;

II - localização da via;

III - classificação da via;

IV - largura da calçada.

Art. 15 - As definições de largura mínima da calçada e do canteiro central nas vias públicas, associados à hierarquização viária deverão seguir o estabelecido em Regulamento a ser baixado pelo Departamento de Planejamento.

Parágrafo Único - Nos projetos de loteamentos, para atender a necessidade dos portadores de deficiência física, deverá ser previsto o rebaixamento de meios-fios, nos locais a serem definidos pelo Departamento de Planejamento, por ocasião da emissão das diretrizes do loteamento, de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e com os parâmetros estabelecidos nesta Lei.

Art. 16 - Os responsáveis por imóveis, edificadas ou não, situados em vias ou logradouros públicos dotados de calçamento ou meios-fios e sarjetas são obrigados a construir as respectivas calçadas na extensão correspondente a sua testada e mantê-las em perfeito estado de conservação, sob pena de, após decorridos 30 dias da Notificação, o Município realizar e cobrar o serviço a preços de mercado, acrescido de 20%, a título de taxa de administração, em conformidade com o Artigo 153 e seguintes da Lei Complementar nº 1.435 de 18 de dezembro de 1998,.

§ 1.º - O valor dos serviços será lançado a título de Contribuição de Melhoria, na forma prevista no Código Tributário Municipal.

§ 2.º - Poderá o Município de Orleans construir as mencionadas calçadas, desde que o proprietário ou o responsável do imóvel seja reconhecidamente carente, ou, ainda, quando imóvel esteja situado em empreendimentos de interesse social.

Art. 17 - Caracteriza-se como situação de mau estado de conservação das calçadas, dentre outras, a existência de buracos, ondulações, desníveis não exigidos pela natureza do logradouro, obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres e a execução de reparos em desacordo com o aspecto estético ou harmônico ou em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Art. 18 - As calçadas deverão ser construídas, reconstruídas ou reparadas com material duradouro, obedecidas às respectivas normas técnicas e regulamentares de acordo com os modelos estabelecidos pelo Município, e respeitadas as seguintes exigências:

I - as calçadas deverão ser contínuas, sem mudança de níveis ou inclinações que dificultem o trânsito seguro de pedestres, observados, os níveis imediatos dos passeios vizinhos já executados;

II - os degraus e rampas serão permitidos quando a declividade do logradouro o exigir, observadas as disposições da legislação vigente e aprovação do órgão da Administração Pública responsável;

III - as calçadas poderão ser executadas com ajardinamento e arborização desde que de acordo com esta Lei, exceto a faixa livre,

que deverá obedecer ao anteriormente disposto;

IV - as canalizações para o escoamento de águas pluviais deverão passar sob as calçadas;

V - a declividade normal da calçada, no sentido do alinhamento dos lotes à linha do meio-fio deverá ser de no máximo de 2% (dois por cento).

Art. 19 - Eventual desnível entre a calçada e o terreno lindeiro deverá ser acomodado no interior do imóvel;

Art. 20 - Toda saída de águas pluviais deverá ser embutida em tubulação ou canaleta fechada com tampas de concreto ou grelha e atender ao artigo 18 desta Lei.

Art. 21 - As calçadas das vias com declividades não superiores a 12% (doze por cento) não poderão apresentar, no sentido longitudinal, degraus ou desníveis, ressalvado o estabelecido nesta Lei.

Art. 22 - As situações em que as calçadas apresentem declividade entre 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento):

I - os acessos de veículos não deverão criar desníveis na faixa livre;

II - a rampa de acesso de veículos dentro da faixa de serviço deverá conter em um só plano as variações de altura até o limite da faixa livre.

Art. 23 - As calçadas não poderão ser interrompidas nas aberturas de acesso para espaços destinados à carga, descarga e estacionamentos.

Parágrafo Único - O rebaixamento de meio-fio para a execução do disposto no caput deste artigo deverá atender os requisitos estabelecidos por esta Lei.

DOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA

Art. 24 - As tampas de acesso a poços de visita, grelhas e equipamentos devem se localizar fora da faixa livre, não causando obstrução ao trânsito de pedestres.

§ 1º - As tampas e grelhas devem ser niveladas pelo piso da calçada, sendo os ressaltos ou juntas de dilatação embutidos no piso, transversalmente ao sentido do caminho.

§ 2º - As juntas de dilatação, grelhas e eventuais frestas existentes devem possuir entre elas vão máximos de até 0,01 m (um centímetro), locados transversalmente ao sentido do caminho.

§ 3º - A textura da superfície das tampas não pode ser similar à de pisos táteis de alerta ou direcional;

§ 4º - Nas obras de infraestrutura que exijam a quebra da calçada, as faixas de livre circulação devem ser refeitas em toda a sua largura, não sendo admitidas emendas longitudinais de acabamento.

CAPÍTULO IX

DOS PISOS

Art. 25 - Os pisos das calçadas devem atender aos modelos constantes no Anexo I, parte integrante desta Lei, para cada perímetro e estar em harmonia com seu entorno, não apresentar desníveis, usar matérias e padrões apropriados ao tráfego de pessoas e constituir uma rota acessível aos pedestres que nele caminham, com superfície regular, antiderrapante e sem obstáculos.

Art. 26 - Na escolha do piso e perímetro adequados foram observados, principalmente:

- I - uso e ocupação do solo;
- II - o desenho geométrico da via;
- III - as interferências do subsolo;
- IV - a topografia;
- V - a periodicidade de manutenção.

Art. 27 - Os tipos de piso que poderão ser utilizados são os constantes nos modelos que integram o Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO X

DA ACESSIBILIDADE

Art. 28 - O piso tátil de alerta deve ser utilizado sempre que houver mudança de plano ou travessia de pedestres, situação que risco aos transeuntes.

DAS GUIAS DE BALIZAMENTO

Art. 29 - Em projetos especiais, o Poder Público poderá determinar a implantação de guias de balizamento, de acordo com os critérios adotados na NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou norma técnica oficial superveniente que a substitua.

DOS CORRIMÃOS

Art. 30 - Em casos de topografia acentuada ou na implantação de rotas acessíveis especiais, poderá o responsável pela calçada, mediante consulta, solicitar autorização à Secretaria de Transportes para a instalação de dispositivos de assistência, como corrimãos, desde que não interfiram na faixa de livre circulação e não se comportem como interferências, prejudicando a paisagem urbana.

Parágrafo Único - As dimensões, alturas e espessuras deverão observar as regras da NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou de norma técnica oficial superveniente que a substitua.

DAS SITUAÇÕES ATÍPICAS

Art. 31 - As áreas remanescentes (residuais da implantação de soluções viárias e/ou urbanísticas) deverão ser pavimentadas de acordo com as disposições previstas nesta Lei sempre que oferecerem condições (largura mínima, inclinação aceitável) e integrarem uma rota acessível, caso contrário, deverão ser utilizadas apenas como áreas arborizadas ou calçadas verdes, quando a legislação assim o determinar, ou deverão ser pavimentadas com piso irregular que iniba a circulação de pedestres.

Art. 32 - As áreas de canteiro divisor de pista e ilhas de canalização, especificamente em vias arteriais e coletoras, deverão configurar-se como áreas arborizadas ou calçadas verdes, quando a legislação assim o determinar, podendo ser pavimentadas somente as áreas destinadas à travessia e circulação de pedestres, quando permitido pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Parágrafo Único - Quando não destinadas à circulação, as áreas de canteiro deverão ser pavimentadas com piso irregular que iniba a circulação de pedestres.

Art. 33 - Em locais com topografia com declive acentuado ou em áreas de acidentes naturais, onde não seja possível a adoção dos

parâmetros estabelecidos nesta Lei, o responsável pela construção da calçada deverá consultar à Secretaria de Transportes para que, mediante estudo do caso particular e de acordo com o procedimento previsto nos artigos 30, 31 e 32 desta Lei, o órgão competente forneça critérios específicos para a construção, com vistas a serem atendidos os princípios consagrados por esta Lei.

CAPÍTULO XI

DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS, DOS MATERIAIS E DO DESEMPENHO DOS MATERIAIS DAS CALÇADAS

Art. 34 - Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se aprovados para o pavimento das calçadas:

I - concreto pré-moldado ou moldado in loco, com juntas ou em placas, acabamento desempenado ou texturizado;

II - bloco de concreto tipo intertravados, até a dimensão máxima de 40 x 40 cm;

III - placas pré-fabricadas de concreto de alto desempenho para aplicação assentada com argamassa sobre base de concreto, ou removível, diretamente sobre a base ou como piso elevado.

Art. 35 - Nas calçadas, mediante consulta e no caso das situações especiais, tais como em passeios contíguos às áreas de lazer, de permanência e de pedestres, poderá ser obtida autorização específica do Departamento de Planejamento para a utilização dos seguintes materiais no pavimento:

I - pisos de forras de pedras naturais (granito e basalto) e mosaico português em áreas de permanência e lazer.

Parágrafo Único - No caso de se efetuar instalação de infraestrutura no subsolo das calçadas, elas deverão ser restauradas sem que subsista qualquer emenda ou interferências.

Art. 36 - O Departamento de Planejamento poderá aprovar, mediante o procedimento previsto nos artigos 30, 31 e 32 desta Lei, em projetos-pilotos, a utilização de outras tecnologias ou materiais de pavimentação das calçadas, desde que atendidos os critérios técnicos estabelecidos nesta Lei.

DOS CRITÉRIOS DE INSTALAÇÃO

Art. 37 - A execução do pavimento das calçadas deverá respeitar a recomendação específica das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT referentes aos respectivos materiais e sistemas construtivos, inclusive os seus instrumentos de controle de qualidade e garantia.

Parágrafo Único - Quando não houver referências sobre os critérios de instalação e execução, nos termos do caput deste artigo, deverão ser obedecidas às instruções normativas editadas pelos órgãos municipais competentes.

Art. 38 - Em matérias pertinentes ao trânsito que interfiram na execução desta Lei deverão ser observadas as orientações expedidas pelo órgão competente, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 39 - Nas faixas livres, as calçadas deverão atender às seguintes especificações:

I - a inclinação longitudinal deverá obedecer ao perfil horizontal (grade) da rua, exceto para os locais em que a declividade do terreno não permitir caso em que deverá ser formulada consulta ao Departamento de Planejamento para o estabelecimento da

solução adequada;

II - a inclinação transversal da superfície máxima de 2% (dois por cento);

III - altura mínima, livre de interferências, de 2,10m (dois metros e dez centímetros).

Art. 40 - A seleção dos materiais e técnicas adequadas para a pavimentação das calçadas deverá privilegiar:

I - pisos monolíticos com juntas regularmente espaçadas e com dimensão máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

II - peças modulares, preferencialmente aquelas que sejam reproveitáveis quando da recomposição do pavimento.

Art. 41 - Para as faixas livres, não serão admitidas técnicas e materiais que incluam forras de rochas, ou seja, de difícil recomposição ao estado original, seja pela origem do material, seja pela especificidade do desenho e da técnica construtiva.

DAS SITUAÇÕES ATÍPICAS DE INSTALAÇÃO

Art. 42 - No caso de áreas com declividade acentuada, o responsável deverá, antes da execução da calçada, formalizar consulta à Prefeitura Municipal, instruída com croqui da calçada, fotografias do local e proposta de execução que atenda aos seguintes critérios:

I - nas situações em que as calçadas apresentem declividade superior a 12% (doze por cento), poderão eles apresentar, no sentido longitudinal, degraus ou desníveis, ressalvado o estabelecido nesta Lei;

II - conforme a declividade da via e a consequente impossibilidade de total atendimento ao disposto no inciso I deste artigo, a calçada poderá apresentar, também, escadaria, cujos degraus deverão ter altura máxima de 0,175 m (dezessete centímetros e meio) e largura mínima de 0,28 m (vinte e oito centímetros);

III - a faixa de serviço e a de acesso a edificações poderão ter inclinações superiores em situações topográficas atípicas, desde que a faixa livre se mantenha com, no máximo, 2% (dois por cento) de inclinação transversal.

Parágrafo Único - Calçadas com declividade acima de 12% (doze por cento) não serão considerados rotas acessíveis.

Art. 43 - Poderá haver, em situações especiais, que deverão ser objeto de aprovação do órgão competente do Departamento de Planejamento, a ampliação da calçada sobre o leito carroçável, em razão da dificuldade de acomodação dos pedestres.

Art. 44 - Para as demais situações em que se caracterize a impossibilidade de cumprimento das exigências desta Lei, deverá o município ou o responsável pela execução da calçada consultar o Departamento de Planejamento.

DA RECOMPOSIÇÃO DO PAVIMENTO

Art. 45 - A recomposição do pavimento, pelos responsáveis e pelas pessoas físicas ou jurídicas que possuam permissão de uso de vias públicas, deverá atender, além das disposições gerais estabelecidas nesta Lei, às seguintes disposições específicas:

I - nas obras que exijam quebra da calçada, esta deverá ser refeita, em toda a sua extensão, conforme os parâmetros contidos nesta Lei;

II - deverão ser utilizados rigorosamente os mesmos materiais e técnicas especificados pela Prefeitura Municipal para o piso original;

III - a recomposição das faixas livres deverá ser feita em toda sua largura e toda extensão entre juntas contíguas;

IV - as demais faixas, quando pavimentadas, deverão ser repostas em planos regulares, com juntas definidas, não sendo admitidos remendos de qualquer espécie;

V - nas calçadas verdes, a vegetação, quando afetada pelas obras, deverá ser reconstituída;

VI - na recomposição de pavimentos com tratamento decorativo de blocos intertravados, a padronagem, se houver, deverá ser restituída ao projeto original;

VII - na recomposição das calçadas que ainda não atendam às disposições desta Lei, a reconstrução deverá ser feita de acordo com o novo padrão estabelecido.

Art. 46 - Ao realizarem a escolha do pavimento os munícipes ou responsáveis deverão observar, também, os seguintes critérios:

I - padronização de materiais e técnicas;

II - continuidade das faixas livres;

III - estabelecimento de rotas acessíveis;

IV - permeabilidade do solo como complemento ao sistema de drenagem;

V - condições de recomposição do piso, quando da instalação de equipamentos de infraestrutura urbana.

DA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO

Art. 47 - Para garantir a condição adequada de segurança e acessibilidade, deve-se restringir a instalação de equipamentos de infraestrutura e mobiliário urbano somente às faixas de serviço.

Art. 48 - Os mobiliários urbanos, dentro da via pública, devem:

I - garantir a autonomia e segurança de sua utilização;

II - ser posicionados de forma a não comprometer a circulação dos pedestres;

III - ocupar somente a faixa do mobiliário, junto à meio-fio, respeitando a faixa livre;

IV - preservar a visibilidade entre motoristas e pedestres;

V - ser instalados em locais que não intervenham no rebaixamento das calçadas.

Art. 49 - Nenhum mobiliário deve ser instalado nas esquinas, sendo admitido somente as rampas para portadores de deficiência especial.

Art. 50 - Fica proibida a instalação de banca de jornal e revista nas calçadas do Município a menos de 30,00m (trinta metros) das esquinas.

DAS CALÇADAS VERDES

Art. 51 - Para implantação das "Calçadas Verdes", estas deverão ter largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta) e conter uma faixa de canteiro.

Art. 52 - Para a execução de "Calçadas Verdes" com duas faixas de canteiros à largura mínima da faixa destinada à calçada deverá ser de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) tendo, no mínimo, as dimensões de 0,60m (sessenta centímetros) de canteiro a partir de 0,10m (dez centímetros) do meio fio, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de faixa de passagem de pedestres e 0,50m (cinquenta centímetros) de canteiro junto às testadas ou divisas de frente dos imóveis.

Art. 53 - Em qualquer hipótese, deverão ser observados os critérios estabelecidos a respeito das calçadas constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 54 - Nos canteiros próximos ao meio fio, só poderão ser plantados grama e árvores, não sendo permitido o plantio de arbustos ou de outras forrações.

Art. 55 - Nos canteiros junto às testadas dos imóveis, será permitido o plantio de arbustos e forrações, desde que não interfiram nas estruturas e usos dos imóveis lindeiros.

Parágrafo Único - As espécies de arbustos e forrações não poderão ter espinhos, conter princípios tóxicos, ou ser resistentes à poda.

Art. 56 - As "Calçadas Verdes" deverão ser objeto de conservação frequente de modo a se apresentarem, permanentemente, bem cuidadas

Art. 57 - O ajardinamento e o plantio de árvores podem ser executados em calçadas, desde que obedeçam as seguintes condições:

I - não prejudiquem a faixa livre;

II - estejam situados, preferencialmente, na faixa de mobiliário ou junto ao acesso dos imóveis (faixa de acesso);

III - estejam situados, no mínimo, a 5,00m (cinco metros) da esquina e não interfiram na visibilidade do cruzamento.

Parágrafo Único - Nas calçadas com largura inferior a 1,50m (um metro e meio) não é permitido o plantio de qualquer espécie de vegetação.

Art. 58 - Não devem ser utilizadas em áreas adjacentes à circulação:

I - plantas venenosas ou com espinhos;

II - plantas cujas raízes possam danificar o pavimento da calçada, dificultando o deslocamento, ou prejudicar os elementos de drenagem;

III - junto aos lotes são permitidos somente gramas, heras e vegetação rasteira, dentro do conceito de "Calçadas Verdes".

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 59 - As mudas deverão guardar uma distância mínima de 6,00m (seis metros) de postes de iluminação pública; 2,00m (dois metros) de entrada de garagens; 6,00m (seis metros) de esquinas; 2,00m (dois metros) das redes de água e esgoto e rede elétrica; 4,00m (quatro metros) dos pontos de ônibus e 0,35 m (trinta e cinco centímetros) de distância do meio fio, devendo o espaçamento entre as árvores seguir a tabela abaixo:

Parágrafo Único - Se necessária à implantação de rede de distribuição de água potável sob a calçada, aquela deverá ser implantada na faixa de acesso e, caso a mesma não exista, a rede de distribuição de água potável deverá ser implantada sob a faixa livre a 2,00m (dois metros) da faixa de serviço.

DAS RESPONSABILIDADES PROCEDIMENTOS E PENALIDADES

Art. 60 - Considera-se responsável pela obra ou serviço previsto nesta Lei:

I - o proprietário, o titular do domínio útil ou da nova propriedade, ou o possuidor do imóvel, a qualquer título;

II - as concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública e as entidades a elas equiparadas, se as obras ou serviços exigidos resultarem de danos por elas causados;

III - a União, o Estado, o Município ou entidades de sua administração indireta em relação aos bens sujeitos ao seu domínio, guarda ou administração, e no caso das obras ou serviços exigidos resultarem de danos por eles causados.

Art. 61 - Em casos especiais o Poder Executivo poderá determinar o tipo de calçada e as respectivas especificações técnicas e regulamentares a serem observadas na construção.

Art. 62 - Nas situações em que as calçadas não estiverem executadas ou estiverem executadas em desacordo com a legislação vigente, o Poder Executivo notificará o proprietário da desconformidade, assinalando prazo de 30 (trinta) dias para a regularização e se a notificação não for atendida no prazo fixado poderá ser aplicada multa de 50 UFM's, conforme previsão do artigo 113 c/c com 119 da Lei nº 1.435 de 18 de dezembro de 1998.

Art. 63 - Decorrido o prazo de 30 dias, o Poder Executivo poderá executar as calçadas caso o responsável não a execute de acordo com esta Lei, devendo se ressarcir dos valores gastos nos termos do Artigo 153 e seguintes da Lei nº 1.435 de 18 de dezembro de 1998.

Art. 64 - As calçadas construídas anteriormente a publicação desta Lei que estejam em perfeito estado de conservação, atendam aos parâmetros contidos no inciso II do artigo 4º desta Lei e, mediante vistoria e parecer técnico do órgão competente da Prefeitura Municipal, terão prazo de adequação de 8 (oito) anos.

Art. 65 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 25 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

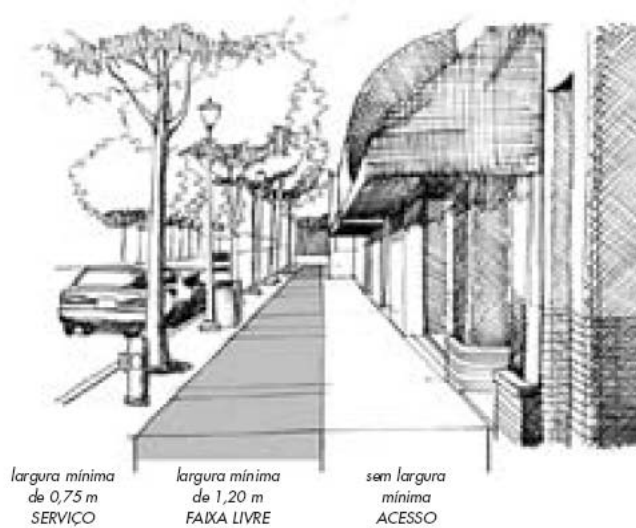
VALMIR FELISBINO
Coordenador de Governo

ANEXO I

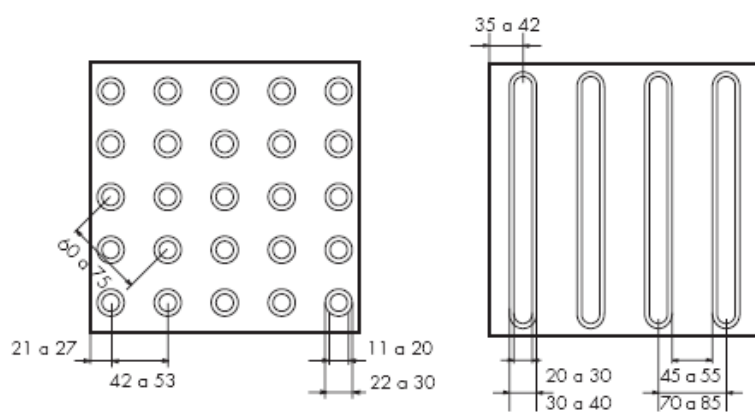
Padrão de calçada verde Superior a 2,5 metros

OBS: Os pisos táteis devem ser sempre de cor contrastante da calçada, de acordo com a norma técnica da ABNT (NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

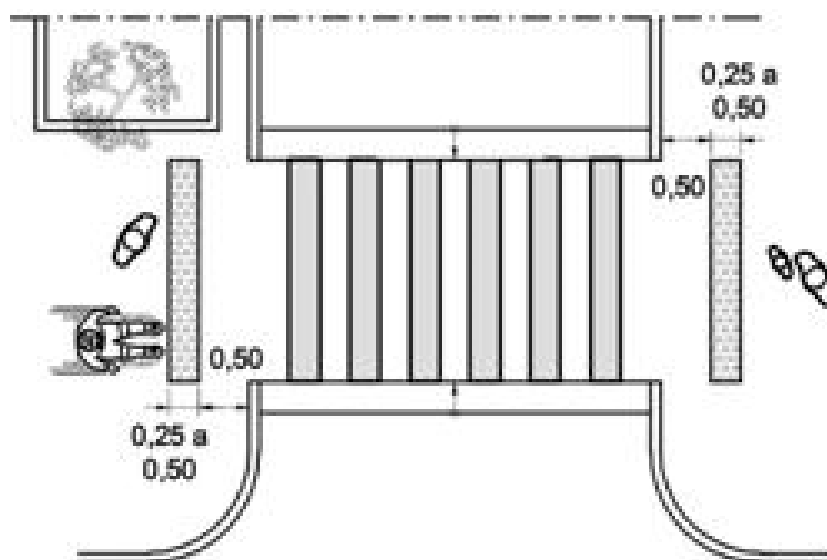
ANEXO I



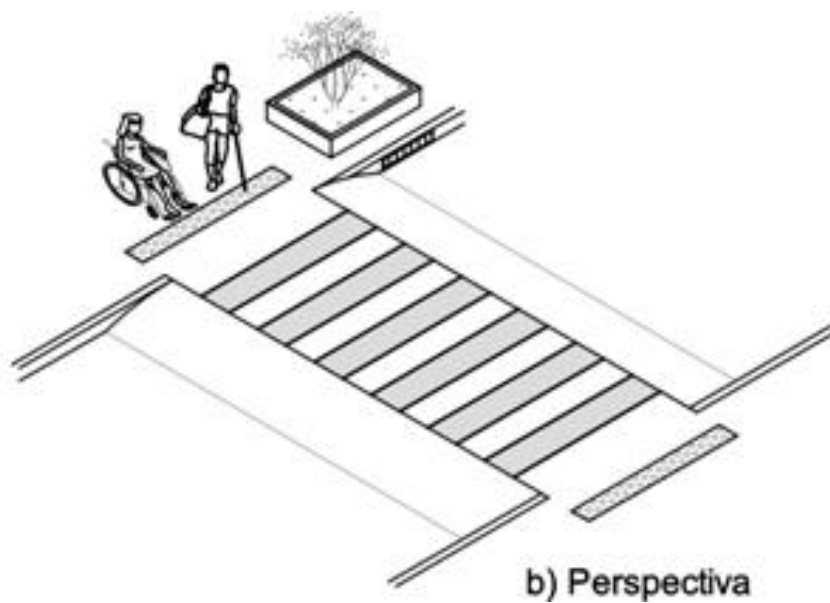
Padronização das faixas do passeio.

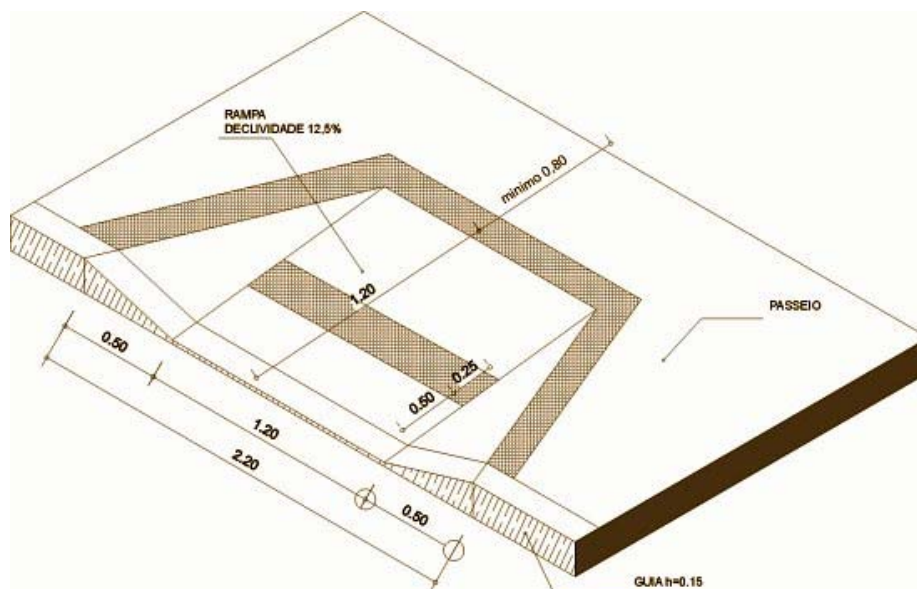


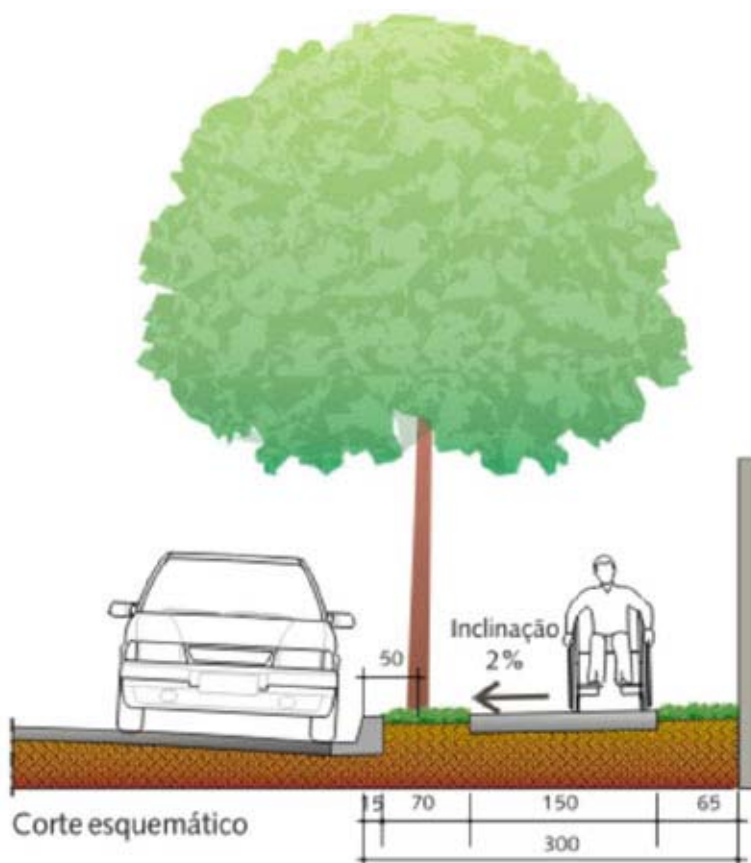
Dimensões em milímetros dos pisos tátil de alerta e tátil direcional. Relevos com espessura de 3 mm a 5 mm.



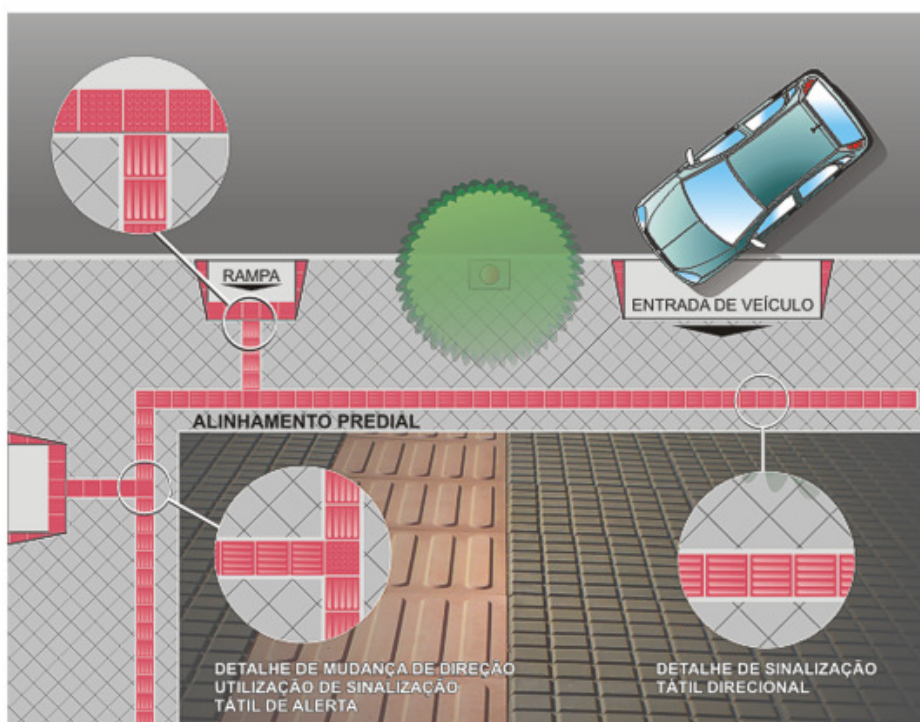
a) Vista superior







Padrão de calçada verde Superior a 2,5 metros



OBS: Os pisos táteis devem ser sempre de cor contrastante da calçada, de acordo com a norma técnica da ABNT (NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

2.543 - Recursos Projeto Bem-Ti-VI

LEI N. 2.543 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir a importância de R\$ 104.464,94 (cento e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), para o Fundo para Melhoria da Segurança Pública, inscrito no CNPJ sob o n. 85.280.147/00001-35, tendo por objeto a cooperação entre o Município e a Secretaria de Segurança Pública – SSP, para instalação de um sistema de vídeo monitoramento urbano, composto de 01 (uma) central de vídeo monitoramento, com 10(dez) câmeras de segurança no Município de Orleans.

Art. 2º Para custear as despesas com implantação da presente Lei fica criado o elemento de despesa 4.4.50.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos no seguinte Projeto/Atividade 08.02.2023 – Manutenção dos Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.´.

Orleans/SC, 25 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

VALMIR FELISBINO

Coordenador de Governo

2.544 - Auxílio Universitários

LEI Nº 2.544 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA OS UNIVERSITÁRIOS MATRICULADOS EM UNIVERSIDADES FORA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a repassar auxílio financeiro, até o valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), em dez parcelas iguais e sucessivas de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) cada, para transporte de alunos, residentes no Município, que estiverem cursando ensino superior nas Universidades que abaixo seguem:

- Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (Campus Tubarão) e

- Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – UNESC (Campus Criciúma).

Art. 2.º O pagamento do referido auxílio terá início mês de março de 2014, sendo que o repasse deverá ser realizado diretamente a Empresa Prestadora dos Serviços, vencedora do processo de licitação.

Art. 3º O rateio ao Universitário ficará sob-responsabilidade da Empresa Prestadora dos Serviços, vencedora do processo licitatório e do representante dos alunos de cada trajeto.

Art. 4º As despesas com a implantação desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária nº 06.01.2.016-3.3.90.00 – Auxílio Financeiro e Transporte Escolar Universitário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 25 de março de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

VALMIR FELISBINO

Coordenador de Governo

Ouro Verde**PREFEITURA****Extrato de Pregão**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço 0028/2014

O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde e Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC. Sessão publica Entrega Envelopes: Até as 09h15min 09/04/2014. Obt. informações Secre. Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 26 de março de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal.

Paial**PREFEITURA****Pregão Presencial 010/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Pregão Presencial 010/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 018/2014– Pregão Presencial 010/2014.

Objeto:

Aquisição de sementes de pastagem para distribuição gratuita aos agricultores do Município de Paial conforme descrição em anexo I deste edital.

Data e hora da Abertura: 10/04/2014 às 08h30min.

Data e Hora Limite para Entrega dos Envelopes: 10/04/2014 as 08h30min.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 25 de março de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 78/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 11 de abril de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de roçada, capina e limpeza geral nos pátios das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 25 de março de 2014.
A PREGOEIRA.

Errata 02 Pregão 69/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 02
PREGÃO Nº. 69/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO nº.69/2014, ficando apazado para o dia 08/04/2014 às 9:00 hs para entrega dos envelopes Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça 25 de março de 2014
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

Revogação Pregão Nº 68/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2014

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o prego 68/2014 que consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização, coordenação e execução de evento, com fornecimento de materiais, mobiliário, equipamentos, serviços de sonorização, filmagem, gravação, transmissão simultânea, produção fotográfica, suporte logístico, material de apoio técnico e demais instrumentos que se fizerem necessários, visando atender aos eventos de encerramento do verão deste Município, que ocorreria no dia 27 de março de 2014, por motivos superveniente (interesse público) – art. 49 da lei nº 8.666/93. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal diariamente das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 25 de março de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

Revogação Pregão 243/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 243/2013

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 243/2013, que consiste na contratação de empresa especializada em serviço de vigilância armada e monitoramento eletrônico, a ser executado nas dependências do Parque Ecológico Municipal, de acordo com os anexos contidos no edital convocatório. A Revogação se dá com amparo legal no parecer Jurídico nº 0480/2014-PGM, por considerar o dever desta Administração Pública de estar revendo constantemente seus atos. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 25 de março de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

Ata de Julgamento - Tomada de Preços Nº44/2014

ATA DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA O EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº44/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, a partir das 14h00min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações – CPL – designada pela portaria nº28/2014. Sob a Presidência o Senhor André José Silveira, convocando o funcionário Júlio César da Cruz para secretariar os trabalhos, a fim de realizar o julgamento e classificações das propostas apresentadas para a TOMADA DE PREÇOS nº44/2014, que tem como objeto a contratação de empresa para execução de serviços para implantação de rótula na intersecção da Avenida Pereira da Rosa com Padre João Batista Réus, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Após a abertura, assim levando em conta os dados constantes das propostas, esta Comissão de Licitações elaborou quadro comparativo de preços para melhor análise. A empresa CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, única licitante HABILITADA, apresentou proposta com o valor de R\$223.127,17(duzentos e vinte e três mil, cento e vinte e sete reais e dezessete centavos) tornando-se, assim, VENCEDORA do certame. A licitante CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA apresentou, em sua proposta, carta de renúncia ao prazo recursal dessa fase de PROPOSTA DE PREÇOS. Concluídos os trabalhos o Presidente determinou o envio do processo à autoridade superior para homologação, como também a publicação da referida Ata em Mural Público, no Site da Prefeitura Municipal de Palhoça e no Diário Oficial dos Municípios – DOM . Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada, na qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos membros da comissão abaixo assinados.

Palhoça, 25 de março de 2014.

ANDRE JOSÉ SILVEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ
MEMBRO DA COMISSÃO

JANE DAS DORES DA SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pregão Presencial Nº 18/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 18/2014 - SRP, objeto: contratação de serviços de seguro de 03 (três) ambulâncias da frota, pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Palhoça, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, contra terceiros e assistência 24 horas, no dia 08 de abril de 2014, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 25 de março de 2014.
ERONETE GILDA GOMES OLIVEIRA
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Publicação de Contrato Nº 03/- Fornecimento E Administração Vouchers (Papel) Representativos de Refeição-Convênio, Cartões Eletrônicos, Magnéticos Representativos de Refeição-Convênio Ou Representativos de Alimentação-Convênio, Desde com Operações de Carga E Recarga "On Line" (Automática), Que Pe

CONTRATO Nº 003/2014 _ Contrato de fornecimento e administração vouchers (papel) representativos de refeição-convênio, cartões eletrônicos, magnéticos representativos de refeição-convênio ou representativos de alimentação-convênio, desde com operações de carga e recarga "ON LINE" (automática), que permitam a aquisição de gêneros alimentícios ou refeição em estabelecimentos comerciais no Estado de Santa Catarina e no território nacional, que celebrem entre si a Câmara Municipal de Palhoça e a empresa GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

PREÂMBULO

1.1. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Palhoça Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Joci José Martins nº 101, Residencial

Pagani/Palhoça, SC, CEP 88132-282, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.813.675/0001-59, fone/fax (48) 3242-1501 e 3242-2500, endereço eletrônico (e-mail): compras@cmp.sc.gov.br, neste ato representada por seu Presidente Nirdo Artur Luz.

1.2. CONTRATADA: Green Card S/A Refeições e Serviços, com sede no Largo Visconde de Cairú, nº 12 10º Andar – Sala 1001 – Porto Alegre, RS, CEP 90030110, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.559.830/0001-71, neste ato representada Rosana Azevedo Nckel.

1.3. FUNDAMENTO LEGAL:

Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações, que regulamenta, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988;

Lei nº 10.520 de 17/07/2002;

Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

Autorização para Processo Licitatório nº 002/2014 de 17/02/2014, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem, e

Edital do Pregão Presencial nº 001 de 17/02/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Contrato para o fornecimento e administração vouchers (papel) representativos de refeição-convênio, cartões eletrônicos, magnéticos representativos de refeição-convênio ou representativo de alimentação-convênio, desde que com operações de carga e recarga "ON LINE" (automática), que permitam a aquisição de gêneros alimentícios ou refeição em estabelecimentos comerciais no Estado de Santa Catarina e no território nacional, de acordo com as demais especificações constantes do Edital, seus anexos e, com as condições propostas pela CONTRATADA.

2.1.1. Os instrumentos representativos do fornecimento de alimentação ficam limitados ao número aproximado de 120 cartões, ao valor unitário inicial de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) podendo o valor anual do contrato ser R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais), que correspondem a 09 (nove) meses de fornecimento, a variar para mais ou para menos em função da variação na estrutura de preço do valor dos alimentos ou da contratação de novos servidores e/ou demissões.

CLÁUSULA TERCEIRA

VALOR, REAJUSTAMENTO, PAGAMENTO E DOTAÇÃO

Dá-se como valor global para o presente Instrumento Contratual a importância de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais).

A taxa de administração está fixada em R\$ 0,00 (zero) por servidor atendido.

3.3. Os preços são fixos e irrevogáveis, exceto por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, desde que atendidas às condições preconizadas neste Edital.

3.4. Ocorrendo atraso no pagamento fica assegurada a atualização do débito, conforme preconizado no art. 117 da Constituição

do Estado, mediante critério idêntico ao exigido pelo Estado no recolhimento dos créditos tributários.

3.5. Em caso de renovação contratual, após 09 meses da vigência do contrato os valores poderão ser reajustados com base na variação do IGPM-FGV ocorrida no período, tendo como base inicial o preço consignado na proposta.

3.6. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, no mês subsequente ao da prestação, através de crédito bancário, na conta corrente informada pela licitante, no 1º (primeiro) dia útil depois de decorridos 20 dias da disponibilização dos cartões ou vouchers e créditos financeiros, sem prejuízo dos aceites, ateste e conferência do objeto, mediante a apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

3.7. A CMP pagará pelo fornecimento, o montante referente ao valor dos créditos efetivamente lançados, acrescido do correspondente custo de administração do quantitativo de cartões ou vouchers administrados no mês.

3.8. Para fins de pagamento a Contratada deverá apresentar mensalmente na Diretoria Financeira da Câmara Municipal as notas fiscais e faturas, comprovantes de entrega dos pedidos, de cartões e de liberação de crédito. Constatando-se alguma incorreção nesses documentos ou qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização, aceite e ateste.

3.9. A Nota Fiscal/fatura não deverá incluir serviços correspondentes a mais de um empenho, sob pena de suspensão do pagamento até sua substituição.

3.10. As despesas do presente Contrato correrão à conta do item orçamentário 3.3.90.46.01 (Auxílio-alimentação em pecúnia), do Orçamento da CMP.

CLÁUSULA QUARTA

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre 01/04/2014 e 31/12/2014, podendo ser prorrogada na forma da lei.

4.2. O presente Contrato poderá ser aditado e prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA

EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. Os serviços contratados serão executados de acordo com as especificações contidas no Edital de Pregão Presencial nº 001/2014, seus Anexos e as condições consignadas na proposta apresentada pela CONTRATADA.

5.2. A fiscalização dos serviços será feita pelo Coordenador de Processamento de Sistema Pessoal, que fará a anotação em ficha própria das faltas e defeitos ocorridos que deverão ser sanados pela CONTRATADA, devendo esta proceder às correções e substituições dos materiais/serviços.

5.3. A fiscalização pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA, na forma da lei, da fiel execução dos serviços contratados, ficando sob a sua responsabilidade todas as despesas diretas e indiretas cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA

RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

6.4. A CONTRATADA obriga-se a:

6.4.1. Organizar, manter e administrar rede de estabelecimentos comerciais que aceite como forma de pagamento os documentos representativos de alimentação e refeição-convênio por ela emitidos, na quantidade ideal ao atendimento dos usuários.

6.4.2. Apresentar semestralmente à CMP relação dos estabelecimentos conveniados;

6.4.3. Manter o número mínimo de estabelecimentos conveniados de acordo com as exigências da habilitação;

6.4.4. Efetuar, sob sua exclusiva responsabilidade, os pagamentos devidos aos estabelecimentos com os quais mantém convênios;

6.4.. Tomar providências imediatas e cabíveis para sanar problemas oriundos da utilização dos serviços prestados pelos estabelecimentos conveniados aos servidores da CMP.

6.4.5. Garantir, nos estabelecimentos conveniados, a aceitação dos cartões eletrônicos, magnéticos ou vouchers de legitimação por ela emitidos e encomendados pela CMP, independentemente do produto a ser adquirido.

6.4.6. Restituir à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, as importâncias correspondentes aos cartões eletrônicos ou vouchers (papel) representativos de refeição-convênio que forem devolvidos por ocasião da rescisão ou encerramento do contrato.

6.4.6.1. Compensar a CMP nas faturas subsequentes em aberto, as devoluções no curso da contratação, se as importâncias correspondentes aos créditos que forem devolvidos por motivo de não utilização em virtude de desligamento, bloqueios, alteração de valor, morte ou outras causas de movimentação de pessoal.

6.7. Comunicar imediata e expressamente à CONTRATANTE qualquer circunstância que prejudique o normal fornecimento do objeto na forma contratada.

6.8. Fornecer identificação aos seus funcionários responsáveis pela execução dos serviços e atendimento à Contratante;

6.9. Substituir qualquer funcionário encarregado de atendimento à CONTRATANTE, cujo comportamento, a critério da CMP, seja considerado prejudicial, inconveniente e/ou insatisfatório;

6.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

INEXECUÇÃO/RESCISÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato, terá procedimentos e consequências, assim como as hipóteses de rescisão, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

7.2. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial deste Contrato resultante do Pregão nº 001/2014:

7.2.1. advertência;

7.2.2. multa de 1% (um por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento do objeto licitado;

7.2.3. multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução;

7.2.4. Será considerado como desistência contratual, o atraso injustificado superior a 10 dias do término do prazo de entrega do objeto contratado, assim como, a suspensão dos serviços ou de fornecimento por igual período.

7.2.5. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, a licitante adjudicatária ficará sujeita ainda às seguintes penalidades:

7.2.5.1. 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado pela alocação de materiais e serviços em desconformidade com o especificado;

7.2.5.2. 1,0 % (um por cento) ao dia do valor do Contrato atualizado pela não substituição dos produtos recusados pela CONTRATANTE, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

7.2.5.3. 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos no edital e no Contrato, exceto nos casos previstos dos itens 7.2.2 e 7.2.5.2;

7.2.5.4. Sem prejuízo das sanções dispostas nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela CONTRATANTE, em retirar a Ordem de Serviço será interpretada como ruptura de Contrato e sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

7.2.6. Reconhecida força maior ou comprovado impedimento, deixará de ser aplicada à respectiva multa, conforme justificativa aceita pela Administração.

7.2.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7.2.8. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento da nota fiscal/fatura respectiva, ou cobradas administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça (SC), com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões oriundas do presente contrato.

8.2. E, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 25 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

CONTRATANTE:

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

ROSANA AZEVEDO NECKEL

CONTRATADA:

Green Card S/A Refeições e Serviços.

Testemunha

Testemunha

Publicação do Contrato Nº04/2014- Aquisição de Combustível Para A Frota Oficial da Câmara .

CONTRATO Nº 004/2014 EM QUE FIGURAM, COMO CONTRATANTE, A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, E COMO CONTRATADA, O AUTO POSTO PUEL LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, FIRMADO EM RAZÃO DO RESULTADO DO CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 001/2014, BASEADO NO §3º, DO ARTIGO 22, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E POSTERIORES ALTERAÇÕES.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.813.675/0001-59, situada na Rua Joci José Martins, 101 – Parque Residencial Paganí, Passa Vinte, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste instrumento devidamente representada pelo seu Presidente, Ver. Nirdo Artur Luz, brasileiro, casado, e inscrito no CPF/MF sob nº 007.156.969-39, e de outro lado:

O Auto Posto Puel Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.308.320/0001-64, situada na Rua: Lateral Br 101 Km 213, Centro, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo Senhor Saulo Puel, brasileiro empresário separado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1/R 445 146, e inscrito no CPF/MF sob nº 289.051.569-91, residente e domiciliado na rua Professora Sueli Juttel Machado, s/nº, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, tendo em vista o resultado do processo de licitação modalidade CARTA CONVITE nº 001/2014, têm entre si justa e contratada o FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

Do Objeto e da Fundamentação Legal

O presente contrato tem por objeto a contratação de fornecimento de combustível GASOLINA E DIESEL para a frota oficial da Câmara Municipal de Palhoça, com base no Edital do Certame Licitatório – modalidade: Carta Convite nº 001/2014 e seus Anexos, autorizado pela solicitação de compra nº 7/2014, e cuja fundamentação legal é a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações e atualizações posteriores.

1.2. A entrega do item referido fica condicionada à solicitação da CONTRATANTE.

1.3. O presente objeto poderá sofrer os acréscimos e supressões nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Da Vigência

2.1. O presente Termo Contratual possui vigência de até 09 (nove) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas formas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA

Dos Preços, dos Pagamentos, dos Reajustes e dos Recursos Financeiros.

3.1. O valor por litro do item I (gasolina comum) é de R\$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos).

3.2. O valor por litro do item II (diesel S10) é de R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos).

3.3. O valor estimado global anual é até, R\$ 70 (setenta mil reais), salvo o disposto na cláusula "3.5".

3.4. A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA efetuará o pagamento pelo(s) produto(s) recebido(s) em 05 (cinco) dias, contados a partir da data de entrega do documento fiscal idôneo na Diretoria de Contabilidade e Orçamento e do respectivo aceite.

3.5. Não haverá reajuste, em hipótese nenhuma, do(s) preço(s) ofertado(s), salvo o reequilíbrio econômico-financeiro.

3.6. As despesas oriundas desta CLÁUSULA serão suportadas por recursos próprios da CONTRATANTE consignados na dotação nº. 3.3.90.30.01.00 (Combustíveis e Lubrificantes Automotivos), do orçamento vigente.

3.7. O objeto deste Contrato poderá sofrer os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da CONTRATANTE, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA

Dos Pedidos

4.1. Os pedidos poderão ser efetuados de forma parcelada em atendimento às necessidades da CONTRATANTE, bem como seus interesses e conveniência.

4.1.1. A solicitação de que trata o item "1.2." será emitida pelo Responsável pelo Setor de Frotas da CONTRATANTE, e somente mediante a sua apresentação é que poderá ser realizado o abastecimento de veículos.

CLÁUSULA QUINTA

Das Obrigações da CONTRATADA e da Garantia

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

I. Fornecer o(s) produto(s) que lhe fora(m) adjudicado(s), de acordo com a demanda da CONTRATANTE e em estrita conformidade com o ANEXO I do Edital do certame Convite nº 001/2014.

II. Aceitar pedidos parciais de acordo com as necessidades e interesses da CONTRATANTE, nas formas dos itens "1.2" e "4.1" e do subitem "4.1.1".

III. Dar garantia da qualidade do(s) produto(s) fornecido(s) ou responsabilizar-se pelo cumprimento desta junto ao(s) fabricante(s) do(s) respectivo(s) produtos(s).

IV. Efetuar o ressarcimento ou substituição do(s) produto(s) fornecido(s) que, porventura, não apresentem os padrões mínimos de qualidade determinados pela autoridade federal competente, sem qualquer ônus à CONTRATANTE e à suas expensas.

CLÁUSULA SEXTA

Da Novação

6.1. A abstenção, pela CONTRATANTE, do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste contrato, ou a ocorrência de descumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADA, não será considerada novação, renúncia ou extinção da obrigação, que poderá ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da Subcontratação

7.1. A CONTRATADA obriga-se a não subcontratar o objeto do presente contrato.

7.1.1. Na hipótese de serviços complementares que, por sua natureza, reclamem execução por terceiros, fica a CONTRATADA, relativamente ao objeto subcontratado, direta e solidariamente responsável, técnica e civilmente, devendo promover a cessação imediata das atividades de subcontratação, quando solicitado pela CONTRATANTE.

7.1.2. Desde que a alteração social ou a modificação da finalidade ou, ainda, da estrutura da empresa comprovadamente não prejudique a execução do contrato, fica facultado à Câmara Municipal de Palhoça admitir a cessão ou transferência do contrato para a nova pessoa jurídica resultante da fusão, cisão ou incorporação, total ou parcial da CONTRATADA.

CÁUSULA OITAVA

Da Rescisão

8.1. A rescisão se dará:

a) por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores.

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

c) por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

d) por decretação de recuperação judicial, extrajudicial ou falência, dissolução judicial ou qualquer alteração social da CONTRATADA que prejudique a sua capacidade de executar fielmente o presente contrato, a critério da CONTRATANTE.

8.2. O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, de forma unilateral e administrativamente, total ou parcialmente, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA assista o direito de qualquer indenização se esta:

a) Falir ou entrar em Recuperação judicial;

b) Ter seus Diretores, títulos protestados;

c) Transferir o presente contrato ou equivalente, no todo ou em parte, à terceiros, sem anuência expressa da CONTRATANTE; e

d) Estiver impossibilitada de dar perfeito e cabal desempenho às obrigações assumidas.

8.3. A CONTRATADA, neste ato, reconhece expressamente o direito da CONTRATANTE de rescindir administrativamente o presente contrato ou parte dele.

CLÁUSULA NONA

Das Sanções e Penalidades

9.1. Em caso de inexecução total ou parcial, poderá a Câmara Municipal de Palhoça, a seu exclusivo critério, mediante procedimento que garanta o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, até o limite máximo de 10% (dez por cento);

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou do documento equivalente quando a contratada:

I. Cometer faltas reiteradas na entrega do(s) produto(s).

II. Prestar informações inexatas ou criar embargos à fiscalização;

III. Transferir ou ceder suas obrigações, total ou parcialmente, à terceiros;

IV. Fornecer produto(s) licitado(s) por este certame em desacordo com o Anexo I, independentemente da obrigação de fazer as substituições necessárias às suas expensas;

d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, quando a contratada se recusar a fornecer o(s) objeto(s) contratado(s);

e) Na hipótese de persistência, poderá a Câmara Municipal de Palhoça, a seu critério, considerar rescindido o contrato, sem prejuízo do ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados; e,

f) Cumulativamente, poderá a Câmara Municipal de Palhoça, a seu critério, declarar a suspensão temporária da CONTRATADA de participação em licitações da Câmara Municipal de Palhoça, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA

Das Partes Integrantes do Contrato

10.1. Respeitadas as disposições deste Contrato, passam a integrá-lo, com plena validade entre as partes, independente de transcrição, o Edital da Licitação "Carta Convite nº 001/2014" e todos os seus Anexos, além da proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme Anexo X.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Das Comunicações

11.1. Todas as comunicações, relativas ao presente contrato, serão consideradas como regularmente efetuadas se entregues ou enviadas por carta protocolada ou por telegrama no endereço indicado no preâmbulo deste instrumento, bem como por fac-símile com comprovante de envio e recebimento de e-mail com comprovante de leitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

Das Disposições Gerais

12.1. A CONTRATANTE, exercerá ampla e total fiscalização sob o objeto contratado, por intermédio de seu servidor responsável pela Setor de Frotas, de acordo com o art. 67 c/c art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, respeitados os limites e vedações legais.

12.2. Correrão por conta da Câmara Municipal de Palhoça as despesas que incidirem sobre a formalização deste contrato, aí incluídas, inclusive, as decorrentes de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

12.3. A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

Do Foro

13.1. Fica eleito, por convenção entre as partes, o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro foro por mais especial que seja.

13.2. E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Palhoça, 25 de março de 2014.

SAULO PUEL

Representante Legal

AUTO POSTO PUEL LTDA

NIRDO ARTUR LUZ

Câmara Municipal de Palhoça

Presidente

Testemunhas:

1)

2)

Palmitos**PREFEITURA****Processo 44/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº44/14 Modalidade: Convite nº07/14. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE DECORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA "DECORAÇÃO DE PÁSCOA" NOS SEGUINTE LOCAIS: PRAÇA CARLOS CULMEY, PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS (PÁTIO EXTERNO), RÓTULAS E PÓRTICO DE ACESSO A CIDADE. Entrega do Envelopes: 03/04/2014, até as 08:00 horas. Abertura do Envelopes: 03/04/2014 as 08:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 25 de Março de 2014.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Papanduva**PREFEITURA****1º Termo de Retificação - Pregão Presencial Nº 036/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014. Objeto: O presente termo tem por objetivo publicar a retificação feita no edital supra citado. Tipo: Menor Preço Unitário e Presencial. Entrega dos envelopes: até o dia 08 de abril de 2014 às 14:00hs; Início da Sessão Pública: dia 08 de abril de 2014 – 14:15hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 25 de março de 2014
ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

RETIFICAÇÃO

O presente Termo tem por objetivo retificar o extrato publicado na edição nº 1416 do DOM/SC em 29/01/2014, pg. 665, onde está : Contratado: JOÃO RODRIGUES DUFFECK, leia-se: Contratado: Sirlei Carlos de Maria de Souza.

Papanduva, 25 de março de 2014
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Notificação por Autuação**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRANNET

DETRAN-DEINFRA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 114 948/2014, 949/2014, 950/2014, 955/2014, 956/2014 E 960/2014.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIOS(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de infração	Código da infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJX2016	55678281D	5169/1	15/12/2013	CTB 165
AJX2016	55678282D	6912/0	15/12/2013	CTB 232
AJX2016	55678283D	6599/2	15/12/2013	CTB 230*V
HRF8795	55678358D	6920/0	26/12/2013	CTB 233
LYI6905	55678291D	6599/2	31/12/2013	CTB 230*V
MCE8504	55678214D	6599/2	15/01/2014	CTB 230*V
MCE8504	55678215S	6610/2	15/01/2014	CTB 230*VII
MCE8504	55678216D	5010/0	15/01/2014	CTB 162*I
MEI2412	55678292D	6599/2	15/01/2014	CTB 230*V
MEI2412	55678293D	5010/0	15/01/2014	CTB 162*I
CBB3648	55678324D	6920/0	26/12/2013	CTB 233
DWR3194	55678357D	6920/0	26/12/2013	CTB 233
MBY1436	55678887D	6599/2	20/12/2013	CTB 230*V
MDD5819	55678285D	5010/0	16/12/2013	CTB 162*I
MDD5819	55678286D	6912/0	19/12/2013	CTB 232
MIL8540	55678355D	6920/0	26/12/2013	CTB 233
MLT3104	55678364D	5541/5	16/01/2014	CTB 181*XVII
ADN3492	55678889D	6637/1	12/01/2014	CTB 230*IX
ADN3492	55678890D	6556/1	12/01/2014	CTB 230*I
AER7146	55678197D	6920/0	23/01/2014	CTB 233
AGN6110	55678377D	5045/0	15/02/2014	CTB 162*V
AGN6110	55678378D	6599/2	15/02/2014	CTB 230*V
ALH4796	55678735D	6599/2	23/01/2014	CTB 230*V
ARP8597	55678189D	6920/0	23/01/2014	CTB 233
CIR6526	55678290D	5010/0	30/12/2013	CTB 162*I
LYU7878	55678294D	6912/0	28/01/2014	CTB 232
MBX8604	55678328D	6599/2	31/01/2014	CTB 230*V
MBX8604	55678329D	5010/0	31/01/2014	CTB 162*I
MDF8582	55678190D	6920/0	23/01/2014	CTB 233
MDQ7408	55678327D	6912/0	29/12/2013	CTB 232
MHZ7980	55678188D	6920/0	23/01/2014	CTB 233
AFP1037	55678297D	5835/0	05/02/2014	CTB 195
ALH4796	55678736D	5525/0	23/01/2014	CTB 181*XV
LYR2224	55678299D	7234/0	06/02/2014	CTB 250*I*a
LZJ4599	55678368D	5746/3	28/01/2014	CTB 187*I
ABG5533	55678198D	6920/0	23/01/2014	CTB 233
ACW0786	55678300D	5010/0	18/02/2014	CTB 162*I
ACW0786	55678744D	6599/2	18/02/2014	CTB 230*V
ACW0786	55678745D	6637/2	18/02/2014	CTB 230*IX
BOY9921	55678195D	6920/0	23/01/2014	CTB 233
MBQ1712	55678892D	5061/0	24/01/2014	CTB 163 c/c 162*I
MDH1469	55678382D	6920/0	18/02/2014	CTB 233
MHO5682	55678372D	5010/0	09/02/2014	CTB 162*I
MIT0251	55678379D	5010/0	15/02/2014	CTB 162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

PAPANDUVA, 25 DE MARÇO DE 2014

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRANPV

Notificação de imposição**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRAN/NET

DETRAN – DEINFRA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 114 951/2014, 952/2014, 953/2014, 954/2014, 957/2014, 958/2014, 959/2014 E 961/2014.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA NA FORMA DO ART.285 E SEGUINTE DO CTB.

<i>Placa</i>	<i>Auto de Infração</i>	<i>Código da Infração/ Desdobramento</i>	<i>Data da Infração</i>	<i>Valor da Infração</i>	<i>Enquadramento</i>
AAX8977	55678174D	6610/2	25/10/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
AAX8977	55678175D	5118/0	25/10/2013	R\$ 574,61	CTB 164 c/c 162*I
AFL7923	55678787D	6920/0	23/10/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AIZ4413	55678024D	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	CTB 233
ANN8024	55678027D	6599/2	04/11/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
APB1839	55678105D	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	CTB 233
MAR5296	55678201D	6599/2	10/10/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MAR5296	55678202D	6912/0	10/10/2013	R\$ 53,20	CTB 232
MHA4148	55678262D	7366/2	20/11/2013	R\$ 85,12	CTB 252*VI
JLY3523	55678860D	5118/0	18/10/2013	R\$ 574,61	CTB 164 c/c 162*I
JLY3523	55678861D	6599/2	18/10/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
AFH5066	55678885D	7234/0	12/12/2013	R\$ 85012	CTB 250*I*a
MGX2053	55678074D	5525/0	03/10/2013	R\$ 85012	CTB 181*XV
AER8445	55678035D	6599/2	26/11/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
AHZ5162	55678177D	6963/0	03/11/2013	R\$ 127,69	CTB 237
CJJ7931	55678279D	5045/0	02/12/2013	R\$ 191,53	CTB 162*V
CJJ7931	55678280D	6599/2	02/12/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
LZW9422	55678272D	6599/2	29/11/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MDM7321	55678793D	6599/2	08/11/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MDZ2870	55678206D	6912/0	10/10/2013	R\$ 53,20	CTB 232
MDZ2870	55678207D	6599/2	10/10/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
MHK9116	55678878D	7323/1	15/11/2013	R\$ 85,12	CTB 252*II
MHZ7612	55678796D	6912/0	15/11/2013	R\$ 53,20	CTB 252
MHZ7612	55678797D	5010/0	15/11/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
ACB1891	55678259D	5185/1	20/11/2013	R\$ 127,69	CTB 167
AUA7809	55678795D	5525/0	10/11/2013	R\$ 85,12	CTB 181*XV
LYR2650	55678307D	5746/3	30/11/2013	R\$ 85,12	CTB 187*I
MBL5983	55678039D	5185/1	02/12/2013	R\$ 127,69	CTB 167
MES5417	55678085D	5185/1	27/10/2013	R\$ 127,69	CTB 167
MHM5135	55678265D	5207/0	20/11/2013	R\$ 53,20	CTB 169
ACW4549	55678270D	5185/1	26/11/2013	R\$ 127,69	CTB 167
DEZ9313	55678028D	5185/1	20/11/2013	R\$ 127,69	CTB 167
MII3605	55678038D	5746/3	30/11/2013	R\$ 85,12	CTB 187*I
MDA5329	55678727D	6610/2	08/12/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA, 25 DE MARÇO DE 2014

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRAN/PV

Passos Maia

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO 0033/2014

Processo Licitatório 0011/2014

Tomada de Preço 0001/2014

Contratante: Município de Passos Maia.

Contratada: CRI - Coleta Reciclagem e Incineração de Lixo Ltda
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e hospitalares da área urbana (sede e bairros) e interior do Município Contratante, nas localidades de Linha Dom Carlos, Linha Luvizon e Linha Bela Vista.

Valor: R\$ 6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais) mensais, totalizando a quantia de R\$ 55.620,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e vinte reais), durante todo o período de vigência.

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato é de 01 de abril a até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 25 de março de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-SC, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará o Processo licitatório n.0023/2014, para Registro de Preços, na modalidade de Pregão Presencial n. 0015/2014, tendo como objeto a aquisição de: Gasolina Comum (quantidade 60.000,00 litros); Álcool (quantidade 5.000,00 litros); Óleo Diesel Comum b5 S500 (quantidade 400.000,00 litros), Óleo Diesel b5 S10 (quantidade 100.000,00 litros), de forma parcelada, durante o exercício financeiro de 2014, para manutenção dos veículos pertencentes à frota municipal, conforme especificações contidas no anexo I do Edital Licitatório. O recebimento das propostas será até as 08h45m do dia 07 de abril de 2014, a abertura será realizada às 09h00m do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Passos Maia, sito a Avenida Padre João Botero,485,centro. Retirada do Edital no licitacao@passosmaia.sc.gov.br telefone: (49)3437-0010.

Passos Maia, 25/03/2014

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.713.237,08	18,34	2.713.237,08	18,34	12.080.679,92
RECEITAS CORRENTES	14.793.900,00	14.793.900,00	2.458.277,08	16,62	2.458.277,08	16,62	12.335.622,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.022.000,00	1.022.000,00	83.134,32	8,13	83.134,32	8,13	938.865,68
IMPOSTOS	960.000,00	960.000,00	74.684,65	7,78	74.684,65	7,78	885.315,35
TAXAS	54.000,00	54.000,00	8.449,67	15,65	8.449,67	15,65	45.550,33
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	52.000,00	52.000,00	7.810,22	15,02	7.810,22	15,02	44.189,78
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	52.000,00	52.000,00	7.810,22	15,02	7.810,22	15,02	44.189,78
RECEITA PATRIMONIAL	144.700,00	144.700,00	51.560,52	35,63	51.560,52	35,63	93.139,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	144.700,00	144.700,00	51.560,52	35,63	51.560,52	35,63	93.139,48
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	125.000,00	125.000,00	15.077,66	12,06	15.077,66	12,06	109.922,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.360.300,00	13.360.300,00	2.293.982,66	17,17	2.293.982,66	17,17	11.066.317,34
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.196.300,00	13.196.300,00	2.293.982,66	17,38	2.293.982,66	17,38	10.902.317,34
Transf. de Conv.	164.000,00	164.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84.900,00	84.900,00	6.711,70	7,91	6.711,70	7,91	78.188,30
Multas e Juros de Mora	12.600,00	12.600,00	2.228,21	17,68	2.228,21	17,68	10.371,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	659,21	9,42	659,21	9,42	6.340,79
RECEITA DA DIVIDATIVA	15.000,00	15.000,00	537,28	3,58	537,28	3,58	14.462,72
RECEITAS DIVERSAS	50.300,00	50.300,00	3.287,00	6,53	3.287,00	6,53	47.013,00
RECEITAS DE CAPITAL	17,00	17,00	254.960,00	764,71	254.960,00	764,71	-254.943,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	254.960,00	764,71	254.960,00	764,71	-254.943,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	254.960,00	764,71	254.960,00	764,71	-254.943,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.713.237,08	18,34	2.713.237,08	18,34	12.080.679,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.713.237,08	18,34	2.713.237,08	12.080.679,92
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	108.168,10	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.713.237,08	18,34	2.821.405,18	12.080.679,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	304.622,15	—	—	267.138,17	—
Superávit Financeiro	—	304.622,15	—	—	267.138,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.793.917,00	725.252,15	15.519.169,15	3.953.926,44	3.953.926,44	2.821.405,18	2.821.405,18	12.697.763,97
DESPESAS CORRENTES	14.194.300,00	120.122,15	14.314.422,15	3.232.702,63	3.232.702,63	2.260.181,37	2.260.181,37	12.054.240,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.763.460,00	0,00	8.763.460,00	1.259.391,71	1.259.391,71	1.259.391,71	1.259.391,71	7.504.068,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	40.000,00	0,00	40.000,00	3.676,04	3.676,04	3.676,04	3.676,04	36.323,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.390.840,00	120.122,15	5.510.962,15	1.969.634,88	1.969.634,88	997.113,62	997.113,62	4.513.848,53
DESPESAS DE CAPITAL	579.617,00	605.130,00	1.184.747,00	721.223,81	721.223,81	561.223,81	561.223,81	623.523,19
INVESTIMENTOS	524.617,00	605.130,00	1.129.747,00	707.534,82	707.534,82	547.534,82	547.534,82	582.212,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	55.000,00	0,00	55.000,00	13.688,99	13.688,99	13.688,99	13.688,99	41.311,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.793.917,00	725.252,15	15.519.169,15	3.953.926,44	3.953.926,44	2.821.405,18	2.821.405,18	12.697.763,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XI)	14.793.917,00	725.252,15	15.519.169,15	3.953.926,44	3.953.926,44	2.821.405,18	18,18	12.697.763,97
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.793.917,00	725.252,15	15.519.169,15	3.953.926,44	3.953.926,44	2.821.405,18	18,18	12.697.763,97

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R\$ 1,00										
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	14.793.917,00	15.519.169,15	3.953.926,44	3.953.926,44	2.821.405,18	2.821.405,18	100,00	18,18	12.697.763,97
	Ação Legislativa	738.000,00	738.000,00	190.878,92	190.878,92	111.332,91	111.332,91	3,95	15,09	626.667,09
	Administração	1.482.000,00	1.482.000,00	571.778,99	571.778,99	326.084,20	326.084,20	11,56	22,00	1.155.915,80
	Administração Geral	1.482.000,00	1.482.000,00	571.778,99	571.778,99	326.084,20	326.084,20	11,56	22,00	1.155.915,80
	Segurança Pública	41.800,00	41.800,00	3.441,98	3.441,98	3.441,98	3.441,98	0,12	8,23	38.358,02
	Policimento	41.800,00	41.800,00	3.441,98	3.441,98	3.441,98	3.441,98	0,12	8,23	38.358,02
	Assistência Social	1.091.501,00	1.091.501,00	143.624,05	143.624,05	128.662,17	128.662,17	4,56	11,79	962.838,83
	Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	297,27	297,27	297,27	297,27	0,01	0,99	29.702,73
	Assistência Comunitária	1.061.501,00	1.061.501,00	143.326,78	143.326,78	128.364,90	128.364,90	4,55	12,09	933.136,10
	Saude	3.929.693,00	3.929.693,00	875.720,56	875.720,56	664.557,85	664.557,85	23,55	16,91	3.265.135,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Atenção Básica	3.613.492,00	3.613.492,00	841.723,45	841.723,45	630.560,74	630.560,74	22,35	17,45	2.982.931,26
	Vigilância Sanitária	124.500,00	124.500,00	17.552,62	17.552,62	17.552,62	17.552,62	0,62	14,10	106.947,38
	Vigilância Epidemiológica	12.200,00	12.200,00	2.522,40	2.522,40	2.522,40	2.522,40	0,09	20,68	9.677,60
	Alimentação e Nutrição	164.500,00	164.500,00	13.922,09	13.922,09	13.922,09	13.922,09	0,49	8,46	150.577,91
	Abastecimento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
	Educação	4.266.053,00	4.493.833,00	979.757,25	979.757,25	745.231,66	745.231,66	26,41	16,58	3.748.601,34
	Ensino Fundamental	3.709.052,00	3.936.832,00	973.124,56	973.124,56	738.598,97	738.598,97	26,18	18,76	3.198.233,03
	Educação Infantil	530.001,00	530.001,00	6.632,69	6.632,69	6.632,69	6.632,69	0,24	1,25	523.368,31
	Educação Especial	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
	Cultura	60.000,00	60.000,00	7.230,00	7.230,00	7.230,00	7.230,00	0,26	12,05	52.770,00
Urbanismo	Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	7.230,00	7.230,00	7.230,00	7.230,00	0,26	12,05	52.770,00
	Infra-Estrutura Urbana	232.203,00	412.203,00	207.810,22	207.810,22	47.810,22	47.810,22	1,59	11,60	364.392,78
	Serviços Urbanos	70.003,00	250.003,00	200.000,00	200.000,00	40.000,00	40.000,00	1,42	16,00	210.003,00
	Habitação	162.200,00	162.200,00	7.810,22	7.810,22	7.810,22	7.810,22	0,28	4,82	154.389,78
	Habitação Urbana	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Saneamento Básico Urbano	Saneamento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
	Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00

Continua 1/2

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 33, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 100	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (II)	1.078.472,69	1.253.077,97	1.454.257,56	1.243.805,23	1.069.016,75	1.182.387,83	1.408.467,95	1.318.842,10	1.413.788,69	1.413.788,69	2.090.418,98	1.407.564,99	1.438.444,60	16.398.545,34	16.897.100,00
	80.259,20	88.086,83	132.471,18	47.611,09	31.890,08	32.824,11	207.729,04	78.200,97	68.945,16	30.747,22	68.945,16	47.334,38	35.799,94	881.808,20	1.022.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	5.685,18	46.042,55	3.871,91	2.074,26	1.465,81	1.476,49	995,25	0,00	0,00	1.507,65	0,00	0,00	63.149,10	70.000,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	289,93	0,00	0,00	2.636,88	166.620,94	34.615,57	16.997,71	16.997,71	18.991,25	22.895,46	15.308,68	278.207,42	250.000,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
L.S.S.	77.765,05	72.714,64	67.730,43	38.298,23	25.242,80	25.951,11	37.511,91	34.615,57	13.018,25	13.018,25	18.991,25	15.169,65	16.606,53	47.563,90	600.000,00
L.T.B.L.	1.239,84	3.573,97	663,24	1.067,38	1.930,00	730,00	1.596,35	4.521,26	390,20	390,20	0,00	2.534,16	2.197,17	20.413,48	40.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.254,30	6.113,04	17.735,03	3.413,57	2.553,02	2.010,31	592,44	696,57	1.390,29	1.390,29	6.794,11	6.794,11	1.695,56	44.399,30	62.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.033,82	3.751,29	4.241,84	0,00	6.528,39	3.470,08	3.362,78	3.762,42	3.857,26	3.857,26	3.857,26	4.271,16	3.539,06	44.425,73	52.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	15.326,01	29.197,61	23.018,51	16.390,47	19.101,72	16.946,72	17.633,43	22.039,27	978,16	978,16	22.186,04	22.487,31	29.073,21	234.381,46	144.700,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	563,00	5.377,14	18.676,29	8.248,44	5.951,12	9.216,08	10.158,18	7.763,49	3.228,60	3.228,60	10.186,16	10.186,16	4.889,50	86.570,89	125.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	973.424,66	1.121.628,17	1.272.823,42	1.169.053,23	1.004.163,77	1.116.721,87	1.167.696,67	1.205.506,24	1.357.710,19	1.357.710,19	1.971.126,82	1.321.971,30	1.360.743,87	15.042.840,21	15.463.500,00
Cota-Parte do FPM	355.813,56	381.730,35	546.598,47	457.694,94	325.915,82	426.161,91	392.676,29	352.690,56	493.575,98	493.575,98	601.209,67	489.576,36	655.192,90	5.427.827,11	6.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	288.909,99	324.246,18	322.228,51	301.826,16	299.610,60	309.660,70	333.762,64	324.496,95	393.345,62	393.345,62	545.834,54	386.133,11	393.287,83	3.950.342,83	4.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	17.879,37	18.856,07	22.073,01	19.663,94	20.826,44	24.097,28	18.550,22	17.249,56	8.402,22	8.402,22	7.076,23	6.799,13	11.957,29	193.412,86	200.000,00
Cota-Parte do ITR	799,66	1.187,90	2.394,51	1.890,33	490,80	288,27	14.094,85	78.417,03	3.310,14	3.310,14	6.913,14	3.890,55	17.178,61	130.815,79	130.000,00
Outras Transferências Correntes	154.483,05	185.971,60	160.273,32	190.980,05	166.382,40	150.579,72	241.820,62	230.950,40	272.258,59	272.258,59	775.093,72	197.821,36	105.778,22	2.833.283,07	2.447.500,00
Transferências da LC 61/1989	3.832,47	3.489,67	4.883,49	4.883,18	4.810,36	5.146,81	4.981,69	5.004,75	5.393,43	5.393,43	6.183,69	5.239,49	5.239,49	59.417,29	64.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	5.899,82	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.474,96	1.635,38	1.635,38	1.635,38	20.970,26	22.000,00
Transferências do FUNDEB	171.736,15	200.296,58	211.122,15	190.699,65	184.862,69	193.302,22	200.903,40	195.222,03	219.753,22	219.753,22	218.619,13	219.965,72	214.494,05	2.426.771,00	2.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.866,00	5.036,93	3.026,32	2.502,00	1.471,67	3.205,97	1.616,85	1.599,71	15.184,97	15.184,97	21.324,73	1.312,68	5.399,02	66.518,85	84.900,00
DEDUÇÕES (II)	129.440,94	147.091,19	180.284,99	157.478,45	130.623,51	153.361,39	145.046,31	155.385,17	173.131,89	173.131,89	195.495,42	180.838,40	207.894,11	1.956.554,77	2.103.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	129.440,94	147.091,19	180.284,99	157.478,45	130.623,51	153.361,39	145.046,31	155.385,17	173.131,89	173.131,89	195.495,42	180.838,40	207.894,11	1.956.554,77	2.103.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	949.031,75	1.105.986,78	1.273.972,57	1.086.326,78	938.393,24	1.029.026,44	1.263.419,64	1.163.456,93	1.240.656,80	1.240.656,80	1.894.923,56	1.226.726,59	1.231.550,49	14.402.990,57	14.793.900,00
FONTE:															
Passos Maia, 19/03/2014															
IVANDRE BOÇALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.339/C-7	EDSON SALVADego CONTROLE INTERNO													

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				Até o Bimestre/2013
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recosta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recosta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recosta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recosta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recosta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Passos Maia - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

NANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.308/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

KARINA PERIN
ASSESSORA DE SECRETARIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	152.834,41	152.834,41	139.145,42
DEDUÇÕES (II)	3.124.248,75	3.124.248,75	3.032.663,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.271.439,14	3.271.439,14	3.421.674,58
Demais Haveres Financeiros	10.559,30	10.559,30	7.697,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	157.749,69	157.749,69	396.708,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.971.414,34	-2.971.414,34	-2.893.518,48
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.971.414,34	-2.971.414,34	-2.893.518,48

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	77.895,86	77.895,86

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.649.200,00	2.406.716,56	2.406.716,56	2.171.213,78
Receita Tributária	1.022.000,00	83.134,32	83.134,32	162.344,40
I.P.T.U.	70.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	600.000,00	31.778,18	31.778,18	159.056,62
I.T.B.I.	40.000,00	4.731,33	4.731,33	2.106,05
I.R.R.F.	250.000,00	38.175,14	38.175,14	0,00
Outras Receitas Tributárias	62.000,00	8.449,67	8.449,67	1.181,73
Receita de Contribuição	52.000,00	7.810,22	7.810,22	7.544,57
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	52.000,00	7.810,22	7.810,22	7.544,57
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	144.700,00	51.560,52	51.560,52	31.055,05
(-) Aplicações Financeiras	144.700,00	51.560,52	51.560,52	31.055,05
Transferências Correntes	13.360.300,00	2.293.982,66	2.293.982,66	1.993.378,70
F.P.M.	4.880.000,00	907.815,48	907.815,48	861.614,43
I.C.M.S.	3.200.000,00	603.536,96	603.536,96	481.784,01
Convênios	164.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	5.116.300,00	782.630,22	782.630,22	649.980,26
Demais Receitas Correntes	214.900,00	21.789,36	21.789,36	7.946,11
Dívida Ativa	15.000,00	537,28	537,28	522,74
Diversas Receitas Correntes	199.900,00	21.252,08	21.252,08	7.423,37
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	254.960,00	254.960,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	254.960,00	254.960,00	0,00
Convênios	17,00	254.960,00	254.960,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	254.960,00	254.960,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.649.217,00	2.661.676,56	2.661.676,56	2.171.213,78
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.314.422,15	2.260.181,37	2.260.181,37	1.570.418,40
Pessoal e Encargos Sociais	8.763.460,00	1.259.391,71	1.259.391,71	1.030.093,18
Juros e Encargos da Dívida (IX)	40.000,00	3.676,04	3.676,04	7.378,37
Outras Despesas Correntes	5.510.962,15	997.113,62	997.113,62	532.946,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.274.422,15	2.256.505,33	2.256.505,33	1.563.040,03
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.184.747,00	561.223,81	561.223,81	185.016,47
Investimentos	1.129.747,00	547.534,82	547.534,82	93.272,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	55.000,00	13.688,99	13.688,99	91.744,36
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.129.747,00	547.534,82	547.534,82	93.272,11

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.424.169,15	2.804.040,15	2.804.040,15	1.656.312,14
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-774.952,15	-142.363,59	-142.363,59	514.901,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	267.138,17	0,00
Superávit Financeiro	-	-	267.138,17	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos			Saldo	Cancelados	Pagos	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					
PODER/ÓRGÃO													
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	4.853,87	4.853,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIME	0,00	4.379,14	4.379,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRARIA	0,00	10.121,00	10.121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PL	0,00	6.981,14	6.981,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	19.696,21	19.696,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	0,00	11.649,20	11.649,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DO DESENV	0,00	30.521,06	30.521,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	66.578,07	66.578,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I) + (II)	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	EDSON SALVADEGO CONTROLE INTERNO
--	---	-------------------------------------

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	972.600,00	972.600,00	75.229,87	75.229,87	7,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.600,00	80.600,00	545,22	545,22	0,68
1.1.1- IPTU	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	321,42	321,42	5,36
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	223,80	223,80	5,60
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	4.731,33	4.731,33	11,83
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	4.731,33	4.731,33	11,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	602.000,00	602.000,00	31.778,18	31.778,18	5,28
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	31.778,18	31.778,18	5,30
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	38.175,14	38.175,14	15,27
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	38.175,14	38.175,14	15,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.516.000,00	10.516.000,00	1.943.664,82	1.943.664,82	18,48
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.134.769,26	1.134.769,26	18,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.100.000,00	6.100.000,00	1.134.769,26	1.134.769,26	18,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	754.420,94	754.420,94	18,86
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	3.270,76	3.270,76	14,87
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	64.000,00	64.000,00	11.428,18	11.428,18	17,86
2.5- Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	21.039,16	21.039,16	16,18
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	18.736,52	18.736,52	9,37
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.488.600,00	11.488.600,00	2.018.894,69	2.018.894,69	17,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	437.600,00	437.600,00	37.674,65	37.674,65	8,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	240.000,00	240.000,00	37.489,74	37.489,74	15,62
5.2- Outras Transferências do FNDE	196.000,00	196.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.600,00	1.600,00	184,91	184,91	11,56
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	164.003,00	164.003,00	227.780,00	227.780,00	138,89
6.1- Transferências de Convênios	164.003,00	164.003,00	227.780,00	227.780,00	138,89
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	231.000,00	231.000,00	1.496,13	1.496,13	0,65
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	832.603,00	832.603,00	266.950,78	266.950,78	32,06
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.103.200,00	2.103.200,00	388.732,51	388.732,51	18,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	226.953,78	226.953,78	18,60
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	150.883,98	150.883,98	18,86
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	654,14	654,14	14,87
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.285,64	2.285,64	17,86
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	26.000,00	26.000,00	4.207,80	4.207,80	16,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	3.747,17	3.747,17	9,37
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.505.000,00	2.505.000,00	435.819,74	435.819,74	17,40
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	434.450,77	434.450,77	17,38
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.368,97	1.368,97	27,38
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	396.800,00	396.800,00	45.718,26	45.718,26	11,52
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.753.000,00	1.753.000,00	200.423,30	200.423,30	11,43
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.453.000,00	1.453.000,00	200.423,30	200.423,30	13,79
14- OUTRAS DESPESAS	752.000,00	752.000,00	96.744,78	96.744,78	12,86
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	712.000,00	712.000,00	96.744,78	96.744,78	13,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.505.000,00	2.505.000,00	297.168,08	297.168,08	11,86
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					45,99
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 2					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	2.872.150,00	2.872.150,00	504.723,67	504.723,67	17,57
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	515.000,00	515.000,00	6.632,69	6.632,69	1,29
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	175.000,00	175.000,00	6.632,69	6.632,69	3,79
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.185.950,00	3.185.950,00	458.104,72	458.104,72	14,38
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.165.000,00	2.165.000,00	297.168,08	297.168,08	13,73
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.020.950,00	1.020.950,00	160.936,64	160.936,64	15,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.700.950,00	3.700.950,00	464.737,41	464.737,41	12,56
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					45.718,26
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.368,97
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					47.087,23
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					417.650,18
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,69

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	240.500,00	240.500,00	52.714,25	52.714,25	21,92
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	362.103,00	589.883,00	240.016,66	240.016,66	40,69
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	602.603,00	830.383,00	292.730,91	292.730,91	35,25
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.303.553,00	4.531.333,00	757.468,32	757.468,32	16,72
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEF (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	434.450,77	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.368,97	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	435.819,74	0,00

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.184.747,00	561.223,81	0,00	623.523,19
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.184.747,00	561.223,81	0,00	623.523,19
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.184.747,00	-561.223,81		-623.523,19

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
 PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
 CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
 CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	500,00	0,00	0,00	500,00
Investimentos	500,00	0,00	0,00	500,00
TOTAL	500,00	0,00	0,00	500,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00			
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		972.510,00	972.510,00	75.229,87	7,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		40.000,00	40.000,00	4.731,33	11,83
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		600.000,00	600.000,00	31.778,18	5,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		250.000,00	250.000,00	38.175,14	15,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		510,00	510,00	0,00	0,00
Divida Ativa dos Impostos		8.000,00	8.000,00	321,42	4,02
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		4.000,00	4.000,00	223,80	5,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		10.494.000,00	10.494.000,00	1.940.394,06	18,49
Cota-Parte FPM		6.100.000,00	6.100.000,00	1.134.769,26	18,60
Cota-Parte ITR		130.000,00	130.000,00	21.039,16	16,18
Cota-Parte IPVA		200.000,00	200.000,00	18.736,52	9,37
Cota-Parte ICMS		4.000.000,00	4.000.000,00	754.420,94	18,86
Cota-Parte IPI-Exportação		64.000,00	64.000,00	11.428,18	17,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		11.466.510,00	11.466.510,00	2.015.623,93	17,58
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		1.115.800,00	1.115.800,00	156.462,73	14,02
Provenientes da União		1.115.800,00	1.115.800,00	156.462,73	14,02
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		2,00	2,00	27.180,00	1.359.000,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		100,00	100,00	1.026,45	1.026,45
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		1.115.902,00	1.115.902,00	184.669,18	16,55
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
				Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		3.681.090,00	3.681.090,00	854.883,47	23,22
Pessoal e Encargos Sociais		2.434.000,00	2.434.000,00	366.835,49	15,07
Outras Despesas Correntes		1.247.090,00	1.247.090,00	488.047,98	39,13
DESPESAS DE CAPITAL		79.102,00	79.102,00	6.915,00	8,74
Investimentos		79.102,00	79.102,00	6.915,00	8,74

Continua 1/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	79.102,00	79.102,00	6.915,00	8,74	6.915,00	8,74
Investimentos	79.102,00	79.102,00	6.915,00	8,74	6.915,00	8,74
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.760.192,00	3.760.192,00	861.798,47	22,92	650.635,76	17,30
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% (h/vf)x100	DESPESAS LIQUIDADAS	% (i/vf)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.239.902,00	1.239.902,00	288.540,07	33,48	195.376,38	30,03
Recurso de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.239.800,00	1.239.800,00	288.540,07	33,48	195.376,38	30,03
Recurso de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	102,00	102,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.239.902,00	1.239.902,00	288.540,07	33,48	195.376,38	30,03
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.520.290,00	2.520.290,00	573.258,40	-10,56	455.259,38	-12,73
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						22,59
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶						152.915,79

Continua 2/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2013	0,00	0,00			0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00			0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013			0,00	0,00		
TOTAL (VIII)			0,00	0,00	0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26			LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
			-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total n)*100
Atenção Básica	3.613.492,00	3.613.492,00	841.723,45	97,67	630.560,74	96,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.500,00	124.500,00	17.552,62	2,04	17.552,62	2,70
Vigilância Sanitária	12.200,00	12.200,00	2.522,40	0,29	2.522,40	0,39
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.760.192,00	3.760.192,00	861.798,47	100,00	660.635,76	100,00

FONTE:

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $M(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOÇALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO

Município de Passos Maia - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	14.793.917,00
Previsão Atualizada		—	14.793.917,00
Receitas Realizadas		2.713.237,08	2.713.237,08
Déficit Orçamentário		—	108.168,10
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	267.138,17
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	14.793.917,00
Créditos Adicionais		—	725.252,15
Dotação Atualizada		—	15.519.169,15
Despesas Empenhadas		3.953.926,44	3.953.926,44
Despesas Liquidadas		2.821.405,18	2.821.405,18
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		3.953.926,44	3.953.926,44
Despesas Liquidadas		2.821.405,18	2.821.405,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			14.402.990,57
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	77.895,86
Resultado Primário		0,00	-142.363,59
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO		157.749,69	0,00
		157.749,69	0,00
TOTAL:		157.749,69	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		417.650,18	25%
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		200.423,30	60%
			45,99
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		561.223,81	623.523,19
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2032
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	500,00

Continua 1/2

Município de Passos Maia - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	455.259,38	15,00	22,59

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Passos Maia, 19/03/2014

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

EDSON SALVADEGO
CONTROLE INTERNO

Paulo Lopes**PREFEITURA****Extrato do Contrato N° 010/2014**

Extrato do contrato n° 010/2014 conforme Processo Licitatório n° 026/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Valor do Contrato: 19.215,10 (dezenove mil duzentos e quinze reais e dez centavos).

Vigência: 31/12/2014.

Peritiba**PREFEITURA****Resumo de Licitação 24/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 15/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 24/2014 – Pregão Presencial 15/2014, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o transporte de idosos, hipertensos e alunos do interior para o centro do município, conforme condições, itinerários/percursos descrito no anexo I.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 09 de Abril de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio n° 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba – SC em 25 de Março de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 09, de 25 de Março de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 08, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE "ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 07, DE 20 DE AGOSTO DE 2013, QUE REESTRUTURA O QUADRO ÚNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO E CRIAÇÃO DE CARGOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDISON ANTONIO MANICA, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto – SC, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o seu Regimento Interno, no art. 28, IV, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam revogados todos os artigos da Resolução nº 08 de 11 de novembro de 2013, passando a vigorar o art. 4º, 6º, 7º, 13, com a redação original instituída na Resolução nº 07 de 20 de agosto de 2023, nos seguintes termos:

Art. 4º. Fica aprovado no Quadro Único da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, criado pela Resolução nº 05, de 14 de junho de 2011, constante no Anexo I.

Art. 6º. Fica extinto no Quadro de Pessoal da Câmara o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral da Secretaria Administrativa, nível CC-1, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 7º. As atribuições dos cargos referidos nos artigos 3º, 4º e 5º são as constantes do Anexo II ao V, que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 13. Os vencimentos dos cargos do quadro de pessoal corresponderão a níveis alfabéticos numéricos, com as suas referências básicas fixadas nesta Lei, através da tabela constante do Anexo VI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, com seus efeitos a partir de 01 de abril de 2014.

Sala das Sessões, 25 de Março de 2014.

EDISON ANTONIO MANICA
Presidente

IVAN BOGONI
Vice-Presidente

ODAIR VAILATTI
1º Secretário

EDISON LUIZ CARDOSO DE AGUIAR
2º Secretário

Pomerode

SAMAE

Retificação de Edital

I RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2014

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE – DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que ALTERA:

-Edital ,item 8.1

Onde se lê:

8.1 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO, VALOR POR ÍTEM, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

Leia-se:

8.1 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO, VALOR POR LOTE, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

- Edital,item 13.1:

Onde se lê:

13.1 - Os objetos licitados deverão ser entregues em, no máximo, 15 dias úteis, a partir da solicitação do SAMAE. A não entrega neste prazo acarretará na aplicação das penalidades cabíveis: advertência, multa, suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade.

Leia-se

Os objetos/serviços licitados deverão ser realizados e fornecidos, conforme ANEXO I. O não cumprimento dos prazos acarretará na aplicação das penalidades cabíveis: advertência, multa, suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade.

No ANEXO I - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE 2 -

Onde se lê:

Análises de água bruta do sistema de esgoto sanitário conforme 1 legislação resolução CONAMA nº430/2011 seção I e II e 2 legislação fama lei 14.675/2009 art. 177.

Leia-se:

Análises de efluentes (bruto e tratado) do sistema de esgoto sanitário conforme 1 legislação resolução CONAMA nº430/2011 seção I e II e 2 legislação FATMA, Lei 14.675/2009 art. 177.

3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Onde se lê:

3.1. Prova de CERTIFICAÇÃO DE ACREDITAÇÃO emitido pelo

INMETRO, conforme requisitos especificados na norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005, compreendendo parâmetros para a matriz "ÁGUA TRATADA" constantes da Portaria MS 2.914/11 OU

3.2. Relatório de AVALIAÇÃO DE LABORATÓRIO – RAV emitido pelo INMETRO mediante vistoria realizada na Proponente nos últimos 06(seis) meses, que apresente recomendação de conceder a acreditação na referida norma. OU

3.3. O laboratório que estiver em processo de acreditação junto ao INMETRO para a norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005 poderá participar do processo licitatório desde que comprovada a existência de vistoria/avaliação, por parte do INMETRO, mediante protocolo junto ao INMETRO, devendo ainda apresentar a documentação que trata o item 3.1 antes do início de vigência do contrato firmado junto ao SAMAE DE POMERODE.

3.3.1. Neste caso a não apresentação da documentação técnica impedirá a assinatura do contrato pelo proponente vencedor, sendo assim convocado o segundo colocado para assinatura do contrato e apresentação da Certificação, caso não tenha comprovado, e assim sucessivamente até a qualificação técnica ser comprovada.

3.4. Fica ainda condicionada a Proponente vencedora que apresentar apenas Relatório de Avaliação de Laboratório – RAV a apresentar em 06 meses a partir da data de início da vigência do contrato o Certificado de Acreditação emitido pelo INMETRO.

3.5. Para o caso de Terceirização de parte dos ensaios analíticos contratados o laboratório subcontratado deverá apresentar obrigatoriamente CERTIFICADO DE ACREDITAÇÃO emitido pelo INMETRO para a norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005 compreendendo parâmetros para a matriz "Água Tratada" constantes na Portaria MS 2.914/11.

3.6. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

3.7. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

3.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

Leia-se

3.1. Para o LOTE 01 Prova de CERTIFICAÇÃO DE ACREDITAÇÃO emitido pelo INMETRO, conforme requisitos especificados na norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005, compreendendo parâmetros para a matriz "ÁGUA TRATADA" constantes da Portaria MS 2.914/11 OU

3.2. Relatório de AVALIAÇÃO DE LABORATÓRIO – RAV emitido pelo INMETRO mediante vistoria realizada na Proponente nos últimos 06(seis) meses, que apresente recomendação de conceder a acreditação na referida norma. Fica ainda condicionada a proponente vencedora que apresentar apenas a RAV a apresentar em 03 meses a partir da assinatura do contrato o certificado de Acreditação emitido pelo INMETRO.

3.3. Para o LOTE 02 em atendimento ao ART 26 da Resolução CONAMA 430/11: Apresentar prova de CERTIFICAÇÃO DE ACREDITAÇÃO emitido pelo INMETRO, conforme requisitos especificados

na norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005 ou certificado de reconhecimento de laboratório n ISSO 17.025, emitido pela FATMA, CONFORME IN 064, compreendendo parâmetros para a matriz "EFLUENTE".

3.4 A não apresentação da documentação técnica impedirá a assinatura do contrato pelo proponente vencedor, sendo assim convocado o segundo colocado para assinatura do contrato e apresentação da Certificação, caso não tenha comprovado, e assim sucessivamente até a qualificação técnica ser comprovada.

3.4 Para o caso de Terceirização do LOTE 01 de parte dos ensaios analíticos contratados o laboratório subcontratado deverá apresentar obrigatoriamente CERTIFICADO DE ACREDITAÇÃO emitido pelo INMETRO para a norma ABNT NBR I.S.O./IEC 17025:2005 compreendendo parâmetros para a matriz "Água Tratada" constantes na Portaria MS 2.914/1. e para terceirização do LOTE 02 as exigências do item 3.3 deste termo de referência.

3.5 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

3.6 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

3.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

Item 4.13:

Exclui-se do ANEXO I a redação do item 4.13.

No Item 7 do anexo I

Onde se lê: c) Comprovar Certificação de Acreditação emitido pelo INMETRO antes de assinar o Contrato de Prestação de Serviços para Análises Laboratoriais;

Leia-se: c) A não comprovação de Certificação de Acreditação emitido pelo INMETRO em três meses poderá implicar no rompimento do Contrato de Prestação de Serviços para Análises Laboratoriais;

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e para que este produza os seus efeitos conforme Lei 8.666/93, art. 21, III, § 3, conte-se novo prazo para abertura, ficando a abertura das propostas adiada de 28 de março de 2014 para o dia 09 de abril de 2014, com recebimento das propostas por meio eletrônico até as 13:00h e início da sessão de disputa de preços as 13:30h.

Os interessados poderão obter maiores informações no Departamento de Licitações e Compras do SAMAE – POMERODE e no endereço eletrônico: www.bll.org.br

Pomerode, 25 de março de 2014.
JORGE ALFREDO HOGE
Presidente SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PUBLICA 0001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO 000026/2014

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

Qualquer elemento, informação, esclarecimento ou cópia da íntegra deste Edital, deverão solicitar a Secretaria Municipal de Administração – Setor de Compras e Licitações das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min de Segunda à Sexta-feira ou pelo e-mail: comprasps01@gmail.com, Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.
Republicação de edital por ausência de interessados no primeiro certame.

Ponte Serrada – SC 25 de Março de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nr 64/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 64/2014

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ILLO QUÍMICA LTDA EPP
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 647,15 (seiscentos e quarenta e sete reais, com quinze centavos).
VIGÊNCIA:	20/03/2014 a 31/12/2014.

MARISA PETKOV TALINI

Secretária Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nr 65/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 65/2014

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 2.191,17 (dois mil, cento e noventa e um reais, com dezessete centavos).
VIGÊNCIA:	20/03/2014 a 31/12/2014.

MARISA PETKOV TALINI

Secretária Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nr 66/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 66/2014

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 39.411,41 (trinta e nove mil, quatrocentos e onze reais, com quarenta e um centavos).
VIGÊNCIA:	20/03/2014 a 31/12/2014.

MARISA PETKOV TALINI

Secretária Municipal de Saúde

Rio do Sul

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços 039/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 039/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de cobertura de quadra esportiva no C.E.I. Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, localizado na Estrada da Madeira, Bairro Barragem em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 11 de abril de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 11 de abril de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 13 de março de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 0319/RH

PORTARIA Nº. 0319/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/03/2014, a servidora OTILIA BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotado no CEI Tia Bea, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando SME/GAB nº 103/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0320/RH

PORTARIA Nº. 0320/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli - CEPLAS, a partir de 24/03/2014, o servidor CELSO LUIS MARCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotado na Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando Interno nº 066/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0322/RH

PORTARIA Nº. 0322/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Administração, a partir de 24/03/2014, a servidora JOCELI TOBIA FRANCO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada no CEI Sebastião Back, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando SME/GAB nº 129/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0323/RH

PORTARIA Nº. 0323/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CEI Déa Bornhausen, a partir de 11/02/2014, a servidora LENICE ALVES DE SOUZA ANTONIO, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, nível "B", lotada no CEI Profª. Belmarli da Silva, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores Memorando SME/GAB nº 056/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0324/RH
PORTARIA Nº. 0324/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CE Willy Schleumer, a partir de 03/02/2014, a servidora MARILENE ORIATA FARIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, nível "B", lotada na Escola Modelo Ella Kurth, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando SME/GAB nº 056/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0325/RH
PORTARIA Nº. 0325/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CEI Sebastião Back, a partir de 03/11/2013, a servidora MICHELE KARINA BERNARDINO CANTARELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível "III", lotada no CEI Navegantes, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Parecer emitido pela Secretária de Educação anexo ao Protocolo nº 142820/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0326/RH
PORTARIA Nº. 0326/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/12/2013, a servidora GERTRUDES WHRMEISTER, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotado no CEI Favo de Mel II, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Portaria Nº 0327/RH
PORTARIA Nº. 0326/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/12/2013, a servidora GERTRUDES WHRMEISTER, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada no CEI Favo de Mel II, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

Decreto Nº 3930, de 10 de Março de 2014.

DECRETO Nº 3930, 10 de março de 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO DO PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS."

O Prefeito Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, dos Artigos 37 e 87 da Lei Orgânica e no Art. 96, da Lei Complementar nº 207/2010,

DECRETA

Art. 1º – Substitui membro para compor a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, os membros abaixo relacionados:

II - Patricia Soares, chefe de divisão do Cadastro Imobiliário Substitui Ronaldo da Rocha – Diretor do Departamento de Cadastro Imobiliário;

Parágrafo Único – A nomeação dos membros mencionados no

“caput” tem a vigência de 01 (um) ano, iniciando o período a partir do dia 19/03/2014, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.

Art. 2º - A Comissão ora nomeada, conforme disposição contida no Art. 87, da Lei Orgânica, tem a incumbência de avaliar previamente os bens imóveis, quando da aquisição pelo Município por compra, alienação, permuta, doação onerosa ou dação em pagamento.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de março de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 3940, de 12 de Março de 2014.

DECRETO Nº 3940, de 12 de março de 2014.

“NOMEIA AMILTON PADILHA”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear AMILTON PADILHA, para a partir de 04/03/2014, exercer o cargo em comissão de Assistente de Gabinete do Vice-Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

12 de março de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Contrato Administrativo Nº 280/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE MEIRE RADTKE, portador(a) do CPF nº 029.064.189-60 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Elma Lenzi, nº 275 – Apto. 201 Bl C - Bairro Canta Galo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Psicólogo, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para atender a programas

temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.402,03 (três mil, quatrocentos e dois reais e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 24/03/2014 e encerrando-se em 23/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 21 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

FRANCIANE MEIRE RADTKE

Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL**Resumo do Termo de Credenciamento Nº 01/2014**

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2014

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: RSTV LTDA EPP.

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa televisiva.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2014.

Valor: O preço para o presente ajuste, em emissora de televisão com sinal fechado é de R\$ 90,00 (noventa reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para inserções de 60 segundos, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total da execução do presente objeto.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Câmara Municipal

RICARDO HENRIQUE WIGGERS

RSTV LTDA EPP

Resumo do Termo de Credenciamento Nº 02/2014

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2014

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: RADIO DIFUSORA LTDA EPP.

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa falada.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2014.

Valor: O preço para o presente ajuste é de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 74,00 (setenta e quatro reais) para inserções de 60 segundos, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Câmara Municipal

HUMBERTO OHF DE ANDRADE

Radio DIFUSORA LTDA

Salto Veloso**PREFEITURA****Portaria Nº. 139/2014**

PORTARIA Nº. 139/2014

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data a Sra. SIMONIA SULDOVKI, da função de Atendente de Creche – 40 horas, da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 21 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº. 140/2014

PORTARIA Nº. 140/2014

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Maternidade, no período compreendido de 24 de Março de 2014 a 21 de Julho de 2017, a servidora CINTIA DE SOUZA ALMEIDA PERETTI, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, em 24 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 141/2014

PORTARIA Nº. 141/2014

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. JÉSICA CAMARGO DOS SANTOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos referentes ao código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo II.

Artigo. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de Março de 2014
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 142/2014

PORTARIA Nº. 142/2014

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. GENI ANA PAGANINI TERRES, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos referentes ao código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo II.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de Março de 2014.
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 143/2014

PORTARIA Nº. 143/2014

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a JUSARA TEREZINHA DALPIZZOL ABATI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduação, Nível "C", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de março de 2014.
PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Edital de Cientificação dos Resultados PP Nº 0015/2014

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM
PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº
10.520
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE
AS NORMAS

DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial

Número : 0015/2014

Data Início Processo: 13/02/2013

Abertura Propostas.: 05/03/2014

Objeto.: Aquisição de rolo compactador e trator sobre esteiras através do FUNDAM: Fundo de Apoio aos Municípios.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições

que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- Shark Máquinas LTDA, com um valor total de R\$ 804.000,00 (Oitocentos e quatro mil reais);

SALTO VELOSO, 23 de março de 2014.

Edital de Pregão Presencial Nº 20/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra-se alterada a data do PREGÃO PRESENCIAL 20/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Serviços de montagem e desmontagem de pneus, balanceamento e geometria.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 07/04/2014 até as 09h00min.

Abertura: 07/04/2014, às 09h30min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 24 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 21/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra-se alterada a data do PREGÃO PRESENCIAL 21/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de lubrificantes

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 07/04/2014 até as 14h00min.

Abertura: 07/04/2014, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das

Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 24 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Licitações

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso – SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 7/2014, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PRESENCIAL, VIA TELEFONE, INTERNET SEMPRE QUE NECESSARIO. ENGLOBANDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS, ORIENTAÇÃO E CONFECCÃO DE CONTRATOS, PLANOS MUNICIPAL DE SAUDE, ASSESSORAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE E O GESTOR MUNICIPAL.. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 09/04/14, até às 10:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:05 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21/03/14.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal.

Publicação Câmara de Vereadores

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE INFORMÁTICA.

FUNDAMENTO: LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, CONSOLIDADA, ARTIGO 24, II.

PREÇO TOTAL: R\$ 4.686,99 (QUATRO MIL SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).

CONTRATADO: SCEL INFORMÁTICA & TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO (SC),

EM 25 DE MARÇO DE 2014.

JANDIR PEROSSO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 0481/2014

DECRETO Nº 0481, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.011 – Departamento do Controle Interno - DECIN
(4) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica
R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.011 – Departamento do Controle Interno - DECIN
(5) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0482/2014

DECRETO Nº 0482, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.302 – Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica
(93) 4.4.90.52.00.00.00 266 - Equip. Material Permanente
R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.302 – Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica
(92) 4.4.90.51.00.00.00 266 - Obras e Instalações R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0483/2014

DECRETO Nº 0483, DE 25 DE MARÇO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Miriam Regina Schwetler Filipp, Denilson Stanga, Deborah Cintia de Quadros e Mauro Siqueira Ramos, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 24/2014, a realizar-se às 14:30 horas, do dia 27 de março de 2014, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Decreto Nº 484/2014

DECRETO Nº 0484, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Constitui Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação - CMAA do Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC 2013/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Constitui a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação – CMAA, para acompanhar, avaliar e validar os documentos da execução do Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC 2013/2016, composta por 01 (um) representante das classes relacionadas abaixo:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

GLACIRA REISER

Representante dos Conselhos Escolares do Ensino Fundamental:

SILMARA TERESINHA RINCON DE SOUZA

Representante dos Conselhos Escolares da Educação Infantil:

LARISSA GASTALDI

Representante dos Pais de Alunos do Ensino Fundamental:

TATIANE RIBEIRO

Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil:

FABIANO STOEBERL

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

LUCIANE MARY KOCH SCATOLOM

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

HELENICE GRANEMANN COSTA GREIN

Representante dos Professores do Ensino Fundamental:

JOSÉ CLAUDINEI DAMAS

Representante dos Professores:

PATRICIA REGINA SANTOS LIMA RANK

Representante dos Professores da Educação Infantil:

SIMONE SAUER RODRIGUES

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 0137 de 08 de maio de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 4814/2014

PORTARIA Nº 4814, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Concede aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art.

35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 18 de março de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada EDILA GESSER DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível II, Classe I, matrícula nº 20230, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 0959/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos partir de 18 de março de 2014.

São Bento do Sul, 20 de março de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 4815/2014

PORTARIA Nº 4815, DE 20 DE MARÇO DE 2014
Concede aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 19 de março de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição a RENILDA FÜRST DREVEK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível II, Classe J, matrícula nº 930, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1096/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos partir de 19 de março de 2014.

São Bento do Sul, 20 de março de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 4674, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Patricia Bayerl. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4675, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 06 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Luciane Stawny Sampaio. Atendente Educativo – Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 4676, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de dezembro de 2013, da Classe B para Classe C. Adriana da Silva. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4677, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Marianne Martins Gomes da Silva Auburger. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4678 de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 12 de fevereiro de 2014, da Classe A para Classe B. Camila Kaszubowski. Auxiliar Administrativo. Nível I. FMD.

Portaria nº 4679, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de dezembro de 2013, da Classe B para Classe C. Adriana Garcia Correa. Atendente Educativo – Magistério. SEMED.

Portaria nº 4680, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Adilesia Bertoli. Professor Educação Infantil – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4681, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Lorete Aparecida Souza Rengel. Professor Educação Infantil – Magistério. SEMED.

Portaria nº 4682, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 24 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Eliane Prestes de Souza Mallon. Auxiliar de Serviços. Nível I. SEMED.

Portaria nº 4683, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 25 de janeiro de 2014, da Classe D para Classe E. Sergio Marcos Gastaldi. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 4684, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de janeiro de 2014, da Classe B para Classe C. Lisandro José Fendrich. Analista de Sistemas. Nível I. SECAD.

Portaria nº 4685, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de fevereiro de 2014, da Classe D para Classe E. Sandro dos Santos. Auxiliar Administrativo. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 4686, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de fevereiro de 2014, da Classe E para Classe F. José Kaluzny Sobrinho. Fiscal da Fazenda. Nível II. SECAD.

Portaria nº 4687, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de fevereiro de 2014, da Classe B para Classe C. Lidiane Tascheck. Professor Anos Finais – Especialização. SECAD.

Portaria nº 4688, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de fevereiro de 2014, da Classe C para Classe D. Eliane Maria Pereira da Rosa Schadeck. Telefonista. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 4689, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 06 de fevereiro de 2014, da Classe E para Classe F. Vilmar Antunes. Vigia. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 4690, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 07 de fevereiro de 2014, da Classe A para Classe B. Erani Kriger Vargas. Auxiliar de Serviços. Nível I. SEMED.

Portaria nº 4691, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 07 de fevereiro de 2014, da Classe A para Classe B. Rosangela Belescky. Instrutor de Recriação. Nível I. SEMAS.

Portaria nº 4692, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 07 de fevereiro de 2014, da Classe A para Classe B. Rosangela Maria Pscheidt Kruger. Instrutor de Recriação. Nível I. SEMAS.

Portaria nº 4693, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de fevereiro de 2014, da Classe B para Classe C. Marcos André Alcântara Viana. Médico Nefrologista. Nível II. SEMUS.

Portaria nº 4694, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de fevereiro de 2014, da Classe A para Classe B. Alesandra Edelci Pereira. Técnico em Contabilidade. Nível I. SEFIN.

Portaria nº 4695, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de fevereiro de 2014, da Classe A para Classe B. Alaide Pereira de Barros. Auxiliar de Serviços. Nível I. SEMAS.

Portaria nº 4696, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 26 de fevereiro de 2014, da Classe C para Classe D. Fernando Lutke. Fiscal de Obras. Nível I. SEPLU.

Portaria nº 4697, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de fevereiro de 2014, da Classe A para Classe B. Derli Teles de Andrade. Auxiliar de Serviços. Nível I. SEMAS.

Portaria nº 4698, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de fevereiro de 2014, da Classe C para Classe D. Francisco Nivaldo Hack. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria nº 4699, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 10 de dezembro de 2013 da Classe E para Classe F. Alexandre Vinicius Weiss. Advogado. Nível II. PROCUR.

Portaria nº 4700, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Adelaide Cristina Sadowsky Rosá. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4701, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Adriana Piekarski. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4702, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Alvani Grosch Gumbowski. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4703, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Analia Maria Rodrigues. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4704, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Andreia Maria Koenig Grazek. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4705, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe I para Classe J. Anelise Liebl. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4706, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Angela Cristina Ferreira das Chagas Ribas. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4707, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Carlos José Fedalto. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4708, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Cirlene Nenevê Roesler. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4709, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Claudia Cristiane dos Santos Matos. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4710, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Claudia Pedrozo Ropke. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4711, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Claudicena Francisca Gastaldi. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4712, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Claudineia Andrzejewski. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4713, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Clauss Cidrea Dias. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4714, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Cleusa de Souza Freitas Borges. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4715, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe F para Classe G. Cleusenir Cordeiro Machado. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4716, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Crichima Paes de Lima. Atendente Educativo – Especialização. SEMAS.

Portaria nº 4717, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Denizia Aparecida Cavalheiro. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4718, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Deonilde Rudnick. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4719, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Dinai das Graças Fabian Steinbach. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4720, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Dinanci Maria Rosa. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4721, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Eli Matilde Grosskopf Rudnick. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4722, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Eliane Odia. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4723, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Eliane Siomara Brand. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4724, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Elisangela Randig Endler. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4725, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Elisete Filippin. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4726, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Eunice Terezinha Hilgenstieler Peres. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4727, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Giovana Fernandes Augustin. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4728, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Gisele Cristina Jankovski Minikovsky. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4729, de 17 de março de 2014. Promove Servidor

Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Heide Cristiane D'Ávila. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4730, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Iara Cristiane Voigt. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4731, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Ilda Smytka Alka. Professor Educação Infantil – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4732, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Ilse Maria Schroeder Heiden. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4733, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Inez Porpeta. Atendente Educativo – Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 4734, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe D para Classe E. Iracema da Silva. Professor Educação Infantil – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4735, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Iracildes Stiegler. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4736, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Irene Batista Fragoso Niepodzinski. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4737, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Isabel Cristina Meister. Professor Anos Iniciais – Licenciatura Curta. SEMED.

Portaria nº 4738, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Ivete Furtado. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4739, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe I para Classe J. Ivone de Borba Lenczuk. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4740, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Jane Miranda. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4741, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Janete Kingerski Leck. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4742, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Jeni Aparecida Krzezinski. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4743, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. João Orlando do Nascimento. Atendente Educativo – Ensino

Médio. SEMED.

Portaria nº 4744, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. José Claudiney Damas. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4745, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe F para Classe G. José Olinto da Silva de Castro. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4746, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Joseane Muehlbauer Paszeuk. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4747, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Josiane Aparecida Moreira Neumann. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4748, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Ketlen Luciane Rank. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4749, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Lenara Matilde Bauer Ropke. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4750, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe D para Classe E. Leni Rodrigues Skonieczny. Atendente Educativo – Magistério. SEMED.

Portaria nº 4751, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Lizionete Pedrozo do Amaral Beppler. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4752, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Lorildes Margarida da Maia Jusviack. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4753, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Luciana Gschwendtner Roberge. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4754, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Luciane Raimundo Lisboa. Professor Educação Infantil – Magistério. SEMED.

Portaria nº 4755, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Lucilene Ribeiro de Souza da Cruz. Professor Educação Infantil – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4756, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Lusia de Fatima Treml. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4757, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe

I. Marcia Jaqueline Schreiner. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4758, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Marcia Osmarina Neumann Seiffert. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4759, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Marcia Sueli Weiller Pscheidt. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4760, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Marciana Stiegler Frankenberger. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4761, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Margarida Krieger Alves. Professor Educação Infantil – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4762, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Maria da Graça Ribeiro da Silva. Atendente Educativo – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4763, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Maria Geralda da Silva Urbainsky. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4764, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Maria Iris Sanocki Reichardt. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4765, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Maria Rozeli de Paula. Atendente Educativo – Magistério. SEMED.

Portaria nº 4766, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Marise Kraemer Damas. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4767, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Marise Lang Stanchack. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4768, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe I para Classe J. Maristela Becker Lobermayer. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4769, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Marlise Ruda Arnold. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4770, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe D para Classe E. Nadia Rejane de Borba. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4771, de 17 de março de 2014. Promove Servidor

Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Neide Fatima Bonete Cabral Vargeniak. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4772, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Neide Nilceia Agostini Ceregatti. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4773, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe D para Classe E. Orlando Paitra. Professor Anos Iniciais – Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 4774, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe I para Classe J. Patricia Regina Santos Lima Rank. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4775, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Reilli Guetty Wabersich. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4776, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Rosane Ziemann. Professor Educação Infantil – Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 4777, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Rosangela Pires Cardoso. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4778, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Rosangela Theile. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4779, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe C para Classe D. Rosangela Vitali. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4780, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe H para Classe I. Roselaine Ester Rambo. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4781, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe C para Classe D. Roselene Pereira Rosa. Professor Educação Infantil – Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 4782, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Roseli Hackbarth. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4783, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Roseli Wengrzynowski Rodrigues. Professor Não Titulado – Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 4784, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe I para Classe J. Rosemari Ivane Strack Candido. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4785, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Rosilene Aparecida Sucky Heiden. Professor Educação Infantil – Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 4786, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe F para Classe G. Rosilene Ribeiro. Professor Anos Finais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4787, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe F para Classe G. Sandra Elisabeth Piekarski. Professor Anos Iniciais – Magistério. SEMED.

Portaria nº 4788, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Sandra Mara Kleinmayer. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4789, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Sandra Regina Bayerl. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4790, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Selma Aparecida Basilio. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4791, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Simone Sauer Rodrigues. Atendente Educativo – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4792, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Sintia de Cassia Pedrozo. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4793, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Siomara Gladis Wrublewski Kaminski. Professor Anos Iniciais – Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 4794, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Sirlene Lesnhak Munhoz. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4795, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Sueli Terezinha Zweifka Randig. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4796, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe A para Classe B. Susana Andrea Dal Bo. Professor Educação Infantil – Licenciatura Plena. SEMED.

Portaria nº 4797, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe I para Classe J. Tania Lucia Gruber. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4798, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Telma de Carvalho. Professor Especialista em Assuntos Educacionais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4799, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe G para Classe H. Viviane Aparecida Pilat. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4800, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Viviane Meri Neubauer. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4801, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Wanda Ribeiro Martins Knop. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4802, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 02 de fevereiro de 2014, da Classe E para Classe F. Claudia Mara Tureck Muench. Professor Anos Iniciais – Especialização. SEMED.

Portaria nº 4803, de 17 de março de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2013, da Classe E para Classe F. Anair Hubner Muller. Atendente Educativo – Ensino Médio. SEMED.

Portaria nº 4804, de 18 de março de 2014. Exonera Coordenador de Setor de Transportes, a partir de 01 de março de 2014. Angelo Ronei Peschinski. SEMOB.

Portaria nº 4805, de 18 de março de 2014. Nomeia Chefe de Divisão de Limpeza Pública, Coleta e Tratamento de Lixo, a partir de 01 de março de 2014. Angelo Ronei Peschinski. SEMOB.

Portaria nº 4806, de 18 de março de 2014. Nomeia Coordenador de Serviços de Zeladoria da Estrada dos Bugres, a partir de 17 de março de 2014. José Lenoir Kerscher. SEMOB.

Portaria nº 4807, de 18 de março de 2014. Exonera Coordenador de Setor do Aterro Sanitário, a partir de 01 de março de 2014. José Ferreira do Amaral. SEMOB.

Portaria nº 4808, de 18 de março de 2014. Nomeia Coordenador de Setor de Almoxarifado, a partir de 01 de março de 2014. José Ferreira do Amaral. SEMOB.

Portaria nº 4809, de 18 de março de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 18 de março de 2014. Rosangela Scrich. Psicólogo. Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, 40 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 4810, de 18 de março de 2014. Revoga, a partir de 18 de março de 2014, a Portaria nº 4809/2014 que nomeou servidora pública Rosangela Scrich, no cargo de Psicólogo, por desistência espontânea.

Portaria nº 4811, de 18 de março de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 18 de março de 2014. Caroline Angelica Pasini Roessler. Professor – Artes. Grupo Ocupacional - Ensino Fundamental - Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 4812, de 18 de março de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 18 de março de 2014. Francielli Oliveira de Souza. Professor. Grupo Ocupacional - Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 4813, de 18 de março de 2014. Revoga a partir de 18 de março de 2014, a Portaria nº 4812/2014 que nomeou Francielli Oliveira de Souza no cargo de Professor Educação Infantil, por

desistência espontânea.

Portaria nº 4816, de 20 de março de 2014. Prorroga prazo para posse no cargo de Professor Anos Finais – Artes, conforme Processo nº 1731/2014. Tatiane Olenik Peschiski. SEMED.

Portaria nº 4972, de 21 de março de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 20 de março de 2014. Aline Vieira do Prado Gadotti. Professor. Grupo Ocupacional -Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 4973, de 21 de março de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 20 de março de 2014. Adriana de Mira Caldas. Professor. Grupo Ocupacional I- Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 4974, de 21 de março de 2014. Revoga a partir de 20 de março de 2014, a Portaria nº 4972/2014 que nomeou Aline Vieira do Prado Gadotti no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea.

Portaria nº 4987, de 25 de março de 2014. Retira Função Gratificada de Operador de Moto Niveladora, a partir de 01 de março de 2014. Marcio Palhano. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 4988, de 25 de março de 2014. Concede Função Gratificada de Operador de Moto Niveladora, a partir de 01 de março de 2014. João Carlos Lourenço. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 4989, de 25 de março de 2014. Nomeia Coordenador de Setor de Meio Ambiente, a partir de 26 de março de 2014. Andreia Brosowski. SEMAN.

São Bento do Sul, 26 de março de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

Errata

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1451, de 21 de março de 2014, página 336, no local que se lê "Portaria nº 4685, de 17 de março de 2014" leia-se " Portaria nº 4658, de 17 de março de 2014".

Editais Nº 001/2014 - Progressão Funcional do Magistério Público Municipal

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 001/2014

Progressão Funcional do Magistério Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação de São Bento do Sul, torna público que ficam abertas as solicitações para a Progressão Funcional dos profissionais efetivos do Magistério Público Municipal, por comprovação de nova habilitação profissional, conforme prevê a Lei Municipal nº 945, de 28 de maio de 2004 e Lei nº 2985, de 27 de março de 2012.

DOS REQUISITOS:

1.1 Ser membro efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal estável e estabilizado;

1.2 Comprovar nova habilitação profissional correlata à área de ensino, atuação e formação, desde que não implique em mudança

de área de atuação.

2. DA SOLICITAÇÃO:

2.1 A solicitação deverá ser efetuada nos dias 31 de março a 07 de abril de 2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 75 – Centro.

2.2 O servidor deverá preencher o requerimento (modelo próprio), fornecido às Unidades Escolares e/ou no ato da inscrição, anexando cópia dos documentos.

2.3 O requerimento não poderá conter qualquer rasura ou emenda, sendo o mesmo cancelado.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:

Decreto de nomeação, e/ou Decreto de enquadramento no Quadro do Magistério Público Municipal, ou outro documento oficial que indique o atual cargo do servidor;

Documentos comprobatórios da nova habilitação:

Diploma e Histórico Escolar do Curso Superior de Licenciatura Plena, para a passagem de Magistério para Licenciatura Plena;

Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Certificado de Pós-Graduação (Lato Sensu) em nível de especialização, com duração mínima de 360 horas, incluindo monografia/artigo, para passagem de Licenciatura Plena para Especialização;

Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Mestrado para passagem de Especialização para Mestrado;

Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Doutorado para passagem de Mestrado para Doutorado;

Diploma e Histórico Escolar de Curso de Magistério ou Pedagogia para a passagem de Ensino Médio para Magistério ou Pedagogia, para os cargos de Atendente Educativo.

3.2 Os documentos somente serão válidos se expedidos até a data da efetivação da solicitação.

4. DA ANÁLISE:

4.1 A análise de solicitação para a Progressão Funcional caberá a Comissão Permanente de Progressão Funcional designada pelo Chefe do Poder Executivo.

4.2 A progressão vertical está condicionada ao seguinte:

à obtenção, pelo servidor, de novo nível de escolaridade com efetiva conclusão do curso indicativo do nível de escolaridade em questão, demonstrada com o respectivo certificado ou diploma, reconhecido segundo a legislação educacional vigente;

ao interstício anual, com data-base no mês de abril;

à obtenção do último resultado da Avaliação Periódica de Desempenho como "Avaliação Positiva".

4.3 A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da legislação vigente e normas deste Edital.

5. DA DIVULGAÇÃO:

5.1 O Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação expedirá listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento, a qual será fixada no mural da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, na Rua Benjamin Constant, nº 120, no dia 15 de abril de 2014.

5.2 A Secretária de Educação expedirá Portaria concedendo a Progressão Funcional.

6. DA RECONSIDERAÇÃO:

6.1 A contar da data de expedição da listagem das solicitações indeferidas, o membro do Magistério terá o prazo de 02 (dois) dias para solicitar reconsideração do indeferimento, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, por meio de:

Requerimento devidamente preenchido; e

Documento que justifique a solicitação de reconsideração.

6.2 Caberá à Comissão Permanente de Progressão Funcional, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será informado ao requerente.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 O servidor, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.2 Na impossibilidade do servidor efetuar sua inscrição, a mesma poderá ser efetuada por procuração com fins específicos.

7.3 O servidor que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

7.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada pelo Chefe do Poder Executivo.

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO

_____, ocupante do cargo efetivo de _____, Escolaridade _____, Classe _____, Grupo Ocupacional _____ com carga horária de _____ horas semanais, atuando na Unidade Escolar _____, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa. a Promoção Funcional, para Escolaridade _____, conforme prevê a Lei nº 945, de 28 de maio de 2004 e Lei nº 2985, de 27 de março de 2012, mediante comprovação anexa.

Nestes Termos, peço Deferimento.

São Bento do Sul, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 878/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 878/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACS2131	8492059715	7455/0	03/02/2014	218 * I
ADS8966	8492059155	5673/2	09/01/2014	183
AEY9243	8492059247	7455/0	08/01/2014	218 * I
AHS6577	8492060456	7455/0	19/02/2014	218 * I
AHX9073	8492059619	7455/0	27/01/2014	218 * I
AJV9435	8492059346	7455/0	17/01/2014	218 * I
ALK3323	8492060320	7471/0	22/02/2014	218 * III
ANK6638	8492059929	7455/0	10/02/2014	218 * I
ANL8642	8492059683	7455/0	22/01/2014	218 * I
ANR1233	8492060014	7455/0	10/02/2014	218 * I
AQV3757	8492060157	6050/3	16/02/2014	208
ARP9294	8492060085	6050/3	16/02/2014	208
AST1589	8492059255	7455/0	11/01/2014	218 * I
ATT3564	8492059201	6050/3	13/01/2014	208
AWL3940	8492059988	7455/0	11/02/2014	218 * I
AWP0633	8492059935	7455/0	08/02/2014	218 * I
AWT4421	8492059812	7463/0	02/02/2014	218 * II
AWX1069	8492059351	6050/3	20/01/2014	208
AXB5494	8492059744	7463/0	01/02/2014	218 * II
AXB5494	8492059747	7471/0	02/02/2014	218 * III
BFC2076	8492060471	7455/0	21/02/2014	218 * I
BMG3378	8492059854	7455/0	30/01/2014	218 * I
BNX2846	8492059773	6050/3	29/01/2014	208
BOE8013	8492060473	7455/0	19/02/2014	218 * I
CHH9605	8492060469	7463/0	25/02/2014	218 * II
CTQ3006	8492059276	7455/0	11/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CVO9029	8492060087	7455/0	16/02/2014	218 * I
DAL7498	8492059042	5673/2	04/01/2014	183
EMS9326	8492059858	7455/0	30/01/2014	218 * I
FMB1117	8492059649	7455/0	23/01/2014	218 * I
IEY8897	8492059337	6050/3	16/01/2014	208
IKB7326	8492060038	7455/0	10/02/2014	218 * I
IKT1020	8492060422	7455/0	22/02/2014	218 * I
IQS7882	8492058763	7455/0	21/12/2013	218 * I
JST2769	8492060254	7455/0	17/02/2014	218 * I
KAU1439	8492060094	5673/2	16/02/2014	183
KFG3002	8492059174	7455/0	08/01/2014	218 * I
KNX1631	8492060158	6050/3	16/02/2014	208
LSD3704	8492059821	7455/0	01/02/2014	218 * I
LWV1069	8492060345	5673/2	23/02/2014	183
LWV9113	8492059762	5673/2	29/01/2014	183
LXA4246	8492059667	7455/0	27/01/2014	218 * I
LXF0563	8492060110	6050/3	17/02/2014	208
LXM4678	8492060246	7463/0	18/02/2014	218 * II
LXM4678	8492060273	7455/0	18/02/2014	218 * I
LXO0009	8492060378	7455/0	22/02/2014	218 * I
LXQ1855	8492059815	7455/0	31/01/2014	218 * I
LXQ8913	8492059912	7455/0	06/02/2014	218 * I
LYW9657	8492060343	5673/2	19/02/2014	183
LZQ0058	8492060392	7455/0	20/02/2014	218 * I
MAH3599	8492060188	7455/0	12/02/2014	218 * I
MBH5418	8492059544	7455/0	26/01/2014	218 * I
MBJ5936	8492060308	7455/0	22/02/2014	218 * I
MBK3982	8492059833	7455/0	31/01/2014	218 * I
MBW9734	8492060330	7455/0	21/02/2014	218 * I
MBW9734	8492060444	7455/0	22/02/2014	218 * I
MCV3706	8492059552	7455/0	26/01/2014	218 * I
MDG1769	8492059311	7455/0	10/01/2014	218 * I
MDL1650	8492060477	7455/0	19/02/2014	218 * I
MDU5189	8492059595	7455/0	23/01/2014	218 * I
MDU8707	8492060442	7455/0	22/02/2014	218 * I
MDW2085	8492059593	7455/0	23/01/2014	218 * I
MEK9397	8492060352	6050/3	23/02/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU2935	8492059704	7463/0	30/01/2014	218 * II
MFC6819	8492060256	7455/0	17/02/2014	218 * I
MFE3569	8492060463	7463/0	21/02/2014	218 * II
MFO7442	8492059856	7463/0	30/01/2014	218 * II
MGE5466	8492060427	7455/0	24/02/2014	218 * I
MGL7526	8492060196	7463/0	16/02/2014	218 * II
MGN8139	8492059852	7455/0	03/02/2014	218 * I
MGO9332	8492059720	6050/3	29/01/2014	208
MGS2632	8492059855	7455/0	03/02/2014	218 * I
MGS5351	8492060307	7455/0	21/02/2014	218 * I
MGV5316	8492059805	7455/0	29/01/2014	218 * I
MGZ0277	8492059839	7455/0	04/02/2014	218 * I
MHI0489	8492060319	7455/0	25/02/2014	218 * I
MHL5290	8492060372	7455/0	19/02/2014	218 * I
MHQ1786	8492060297	6050/3	24/02/2014	208
MHU1933	8492060385	7455/0	24/02/2014	218 * I
MHY1168	8492059699	7455/0	26/01/2014	218 * I
MIA6531	8492060281	7455/0	20/02/2014	218 * I
MIS5010	8492060288	6050/3	21/02/2014	208
MIT1496	8492060317	6050/3	24/02/2014	208
MIX3027	8492060460	7455/0	20/02/2014	218 * I
MJG6838	8492059213	5673/2	11/01/2014	183
MJN6416	8492059182	7455/0	10/01/2014	218 * I
MJX7329	8492059198	6050/3	10/01/2014	208
MKK0768	8492059420	7455/0	18/01/2014	218 * I
MKR2932	8492060243	7455/0	16/02/2014	218 * I
MKW9224	8492059459	7455/0	19/01/2014	218 * I
MLC9427	8492059266	7455/0	14/01/2014	218 * I
MLK4094	8492059801	7455/0	02/02/2014	218 * I
MLM8084	8492060389	7455/0	19/02/2014	218 * I
MLU9298	8492059706	6050/3	30/01/2014	208
NHE6967	8492059229	7455/0	11/01/2014	218 * I
OLO3852	8492060451	7455/0	23/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 879/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 879/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKD9221	8492056980	7463/0	27/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
AKM8519	8492058202	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
ANN8416	8492058309	7455/0	06/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
APB7830	8492058325	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
API3962	8492057533	6050/3	16/11/2013	R\$ 191,53	208
AUC3861	8492057652	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AUI4234	8492058180	6050/3	06/12/2013	R\$ 191,53	208
AUM8269	8492058160	6050/3	05/12/2013	R\$ 191,53	208
AWX5714	8492058934	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
BPD2170	8492058684	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
CAL1799	8492058181	7463/0	07/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
CTA7645	8492057968	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
FUI2970	8492058562	7463/0	22/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
FUI2970	8492058565	7463/0	24/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
HJG0889	8492058103	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
HOD6408	8492058095	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ICH9234	8492058053	5673/2	28/11/2013	R\$ 85,12	183
IGL5505	8492058381	5673/2	13/12/2013	R\$ 85,12	183
ILT3239	8492057377	7455/0	11/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
KOA2261	8492058970	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
KRD0149	8492057568	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LNI7538	8492058590	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXC3396	8492058092	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXM7084	8492057574	7455/0	16/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXS9000	8492058408	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYN8680	8492057980	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZN8086	8492058455	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZV3269	8492058014	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAW7218	8492057952	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBM3701	8492058164	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBR4302	8492058419	6050/3	11/12/2013	R\$ 191,53	208
MCD8776	8492058527	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCI1626	8492057941	7455/0	20/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCT0255	8492058291	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDF6065	8492058171	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDJ7601	8492058048	6050/3	30/11/2013	R\$ 191,53	208
MDL8157	8492058733	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDM5453	8492058158	6050/3	05/12/2013	R\$ 191,53	208
MDT1357	8492058272	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MED9056	8492058336	7455/0	06/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE9979	8492058514	7463/0	12/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEH6581	8492058000	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH6581	8492058214	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFB0594	8492058195	7463/0	10/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFE4578	8492057701	7455/0	16/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFH5834	8492057555	7463/0	18/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFH5834	8492057557	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY2862	8492058213	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFZ2665	8492058831	7455/0	30/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGF8816	8492058046	5673/2	30/11/2013	R\$ 85,12	183
MGF9921	8492058377	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGJ6802	8492058261	5673/2	05/12/2013	R\$ 85,12	183
MGP7306	8492057966	6050/3	01/12/2013	R\$ 191,53	208
MHO6794	8492058362	6050/3	13/12/2013	R\$ 191,53	208
MIB0345	8492058169	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIS2808	8492058008	7455/0	03/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIZ0117	8492058350	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJB0994	8492058205	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJB1129	8492058220	7455/0	07/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC5573	8492058403	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJS2989	8492058770	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJT4973	8492058409	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJT6013	8492058339	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJV8086	8492058152	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJV9197	8492058259	7455/0	04/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJX5912	8492058218	7455/0	06/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKB4018	8492058280	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLI9066	8492058135	7455/0	03/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLJ3827	8492058515	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMM1221	8492058170	6050/3	08/12/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1833/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1833/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADX4713	54596015E	5045/0	24/02/2014	162 * V
ADX4713	54596016E	6599/2	24/02/2014	230 * V
ADX4713	54596017E	6912/0	24/02/2014	232
AET8258	54592773E	6637/2	01/02/2014	230 * IX
AGX9127	54592025E	5045/0	07/02/2014	162 * V
AGX9127	54592026E	6912/0	07/02/2014	232
AGX9127	54592027E	5029/2	07/02/2014	162 * II
AKY7817	54597303E	5010/0	08/02/2014	162 * I
AKY7817	54597304E	5118/0	08/02/2014	164 c/c 162 * I
AOR5915	54596003E	6610/2	20/02/2014	230 * VII
AOR5915	54596004E	6637/2	20/02/2014	230 * IX
AOR5915	54596005E	6670/0	20/02/2014	230 * XIII
AVU3278	54593511E	6599/2	23/02/2014	230 * V
AVU3278	54593512E	5010/0	23/02/2014	162 * I
AVU3278	54593513E	5118/0	23/02/2014	164 c/c 162 * I
AWS6224	54596018E	5010/0	25/02/2014	162 * I
AWS6224	54596019E	5118/0	25/02/2014	164 c/c 162 * I
LYL8612	54597309E	5010/0	27/02/2014	162 * I
LYL8612	54597310E	5118/0	27/02/2014	164 c/c 162 * I
LYL8612	54597311E	6670/0	27/02/2014	230 * XIII
LZJ1198	54597208E	6599/2	05/02/2014	230 * V
MBD2381	54597991E	6653/2	07/03/2014	230 * XI
MBD2381	54597992E	6769/1	07/03/2014	230 * XXII
MEC7064	54592022E	6599/2	07/02/2014	230 * V
MEC7064	54592023E	6912/0	07/02/2014	232
MEC7064	54592024E	5037/1	07/02/2014	162 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH3335	54596114E	5274/1	07/03/2014	175
MFH3335	54596115E	6610/2	07/03/2014	230 * VII
MFH3335	54596116E	6912/0	07/03/2014	232
MIK4114	54596025E	5045/0	07/03/2014	162 * V
MIK4114	54596026E	6912/0	07/03/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE MARÇO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1834/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1834/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEV1490	55514360D	5568/0	15/02/2014	181 * XIX
AGN6334	55513868D	5541/2	19/02/2014	181 * XVII
AJY4756	54593707E	7366/2	10/03/2014	252 * VI
AKL0080	55514353D	5568/0	15/02/2014	181 * XIX
APV2711	55514395D	5185/1	26/02/2014	167
ASR2030	54593706E	5185/1	06/03/2014	167
AWD1306	55514128D	6050/1	28/02/2014	208
AWS2146	55513921D	5185/1	19/12/2013	167
BEW1707	55514365D	7366/2	17/02/2014	252 * VI
BLU0723	55514312D	5541/2	14/02/2014	181 * XVII
BST7374	55724178D	5185/1	05/02/2014	167
GTZ8033	55514315D	5541/2	17/02/2014	181 * XVII
IHC8385	55514269D	5541/2	12/02/2014	181 * XVII
JFT8627	54596008E	6564/0	23/02/2014	230 * II
JSM1704	55514309D	5185/1	24/02/2014	167
KUE6434	55514228D	5185/1	12/02/2014	167
MAB6220	54597215E	5185/1	05/02/2014	167
MAB6778	54043434D	5207/0	28/02/2014	169
MAV9015	55514382D	5185/1	24/02/2014	167
MAW6486	55514375D	5967/0	21/02/2014	203 * V
MBT0156	55514354D	5967/0	14/02/2014	203 * V
MCA5817	55513970D	7366/2	06/02/2014	252 * VI
MCI9414	55514271D	5541/1	10/03/2014	181 * XVII
MCS8022	54593504E	5452/1	27/01/2014	181 * VIII
MCZ9614	55514126D	5568/0	27/02/2014	181 * XIX
MCZ9614	55514127D	5185/1	27/02/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDY9589	55514090D	5568/0	27/01/2014	181 * XIX
MEA3404	55514119D	7366/2	05/02/2014	252 * VI
MEJ0303	55513689D	5541/2	15/02/2014	181 * XVII
MEO0698	55514121D	5746/1	26/02/2014	187 * I
MET9916	55514397D	5959/1	27/02/2014	203 * IV
MEX9461	54043435D	5185/1	28/02/2014	167
MFH3335	54596112E	5835/0	07/03/2014	195
MFH3335	54596113E	5215/1	07/03/2014	170
MFL4818	55514380D	5819/6	24/02/2014	193
MFM2980	55514268D	5819/6	21/02/2014	193
MGD5036	55514355D	5568/0	15/02/2014	181 * XIX
MGK4795	54597216E	5185/1	05/02/2014	167
MGR0035	55513867D	5541/2	18/02/2014	181 * XVII
MHS5537	54043446D	5185/1	05/03/2014	167
MIK4154	55514230D	5185/1	12/02/2014	167
MIN7007	54591935E	5185/1	16/02/2014	167
MIN7007	54591936E	5967/0	16/02/2014	203 * V
MIN7783	55513969D	5185/1	06/02/2014	167
MIP4339	55514224D	5452/1	11/02/2014	181 * VIII
MJI8909	55514165D	5568/0	09/03/2014	181 * XIX
MJZ3953	54597640E	5738/0	19/02/2014	186 * II
MKJ0373	55514163D	7366/2	01/03/2014	252 * VI
MKK8601	55514390D	5541/2	11/02/2014	181 * XVII
MLE9022	54043450D	5207/0	05/03/2014	169
MMD6801	55514372D	5185/1	19/02/2014	167
NHE6967	55514207D	5541/2	17/01/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1835/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1835/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFX3299	55724147D	6599/2	09/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
AFX3299	55724148D	6726/1	09/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
AFX3299	55724149D	6670/0	09/12/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
AFX3299	55724150D	6610/2	09/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
AGN5236	54597902E	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233
AJD2571	54597263E	6920/0	12/12/2013	R\$ 127,69	233
ATM9337	54597878E	6920/0	25/11/2013	R\$ 127,69	233
BFJ0466	54592495E	5169/1	10/12/2013	R\$ 1.915,38	165
BFJ0466	54592496E	5010/0	10/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
BFJ0466	54592497E	5118/0	10/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BFJ0466	54592498E	6599/2	10/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
BFJ0466	54592499E	6726/1	10/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
BFJ0466	54592500E	6556/1	10/12/2013	R\$ 191,53	230 * I
BFJ0466	54597585E	6637/2	10/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZY3400	54597935E	6920/0	09/12/2013	R\$ 127,69	233
MAH1944	54597272E	6920/0	13/12/2013	R\$ 127,69	233
MAM3381	54597577E	5274/1	05/12/2013	R\$ 191,53	175
MAM3381	54597580E	5010/0	05/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAM3381	54597581E	5118/0	05/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAM3381	54597582E	6912/0	05/12/2013	R\$ 53,20	232
MAR1342	55723581D	6599/2	07/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBF7285	55723038D	5010/0	13/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBF7285	55723041D	6726/1	13/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFO4459	54597606E	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGG5737	54597608E	5010/0	12/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGG5737	54597609E	5118/0	12/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGO9953	54597944E	6920/0	10/12/2013	R\$ 127,69	233
MHD0829	54597947E	6920/0	10/12/2013	R\$ 127,69	233
MIO7989	55723987D	6920/0	27/12/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE MARÇO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1836/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1836/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAL4631	54591882E	5185/1	14/11/2013	R\$ 127,69	167
AEX7355	55723913D	5550/0	23/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
AIL5748	54597807E	5738/0	10/12/2013	R\$ 191,53	186 * II
ALI2880	55513616D	7366/2	10/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ARL5953	55513730D	5541/2	18/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AUG8568	55513719D	7366/2	06/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
BFJ0466	54597583E	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
BFJ0466	54597584E	6319/0	10/12/2013	R\$ 127,69	220 * VI
IJX9526	55512781D	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
KBI9687	55514014D	5568/0	22/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LXY9236	55513524D	5568/0	26/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LYW0847	55512773D	5185/1	09/12/2013	R\$ 127,69	167
MAM3381	54597578E	5835/0	05/12/2013	R\$ 127,69	195
MAM3381	54597579E	6050/2	05/12/2013	R\$ 191,53	208
MBC9488	55513779D	5541/2	11/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB6276	55514705D	5541/2	09/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE0641	54591912E	5541/1	09/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP2882	55514003D	5568/0	21/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDA5215	54597534E	5967/0	09/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MDK1314	55512787D	5185/1	12/12/2013	R\$ 127,69	167
MEI1956	54592697E	5541/1	07/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD6166	54591890E	7366/2	26/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHF6241	55513756D	7366/2	03/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHZ0378	55513735D	7366/2	12/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIU6118	55513759D	7366/2	03/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJA1971	55513906D	5185/1	17/12/2013	R\$ 127,69	167

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJC2257	55512779D	5185/1	09/12/2013	R\$ 127,69	167
MJE8380	55512785D	5185/1	12/12/2013	R\$ 127,69	167
MJI5592	55513511D	7366/2	03/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJL1525	55513701D	7366/2	22/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKO7951	55514089D	5568/0	27/01/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MLA8145	55513717D	7366/2	06/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MMF8761	55513765D	7374/0	10/12/2013	R\$ 191,53	253

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 25 DE MARÇO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE**Aviso de Licitação - Pregão Nº 23/2014**

Resumido Edital de Pregão Presencial nº 23/2014
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 07 de abril de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Construção, com fornecimento de material, de base de concreto armado e casa de química para ETE compacta do Aterro Sanitário Municipal.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 25 de março de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 11/2014

Contrato nº ..: 11/2014
Contratante..: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE
Contratada : TECGEO TECNOLOGIA EM SONDAGENS GEOFÍSICAS LTDA – EPP.
Valor : R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) total
Vigência :Início: 06/03/2014 Termina: 22/04/2014
Licitação :Pregão Presencial nº 06/2014
Recursos :Dotação: 2.066.3.3.90.39.00.00 (88) – Exercício Vigente.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO GEOLÓGICO GEOFÍSICO DE DIAGNÓSTICO DE SOLO SEM PERFURAÇÃO PARA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 100.000 M2 PARA Mapeamento de Resíduos e Fluxo Subterrâneo DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – SC.

São Bento do Sul, 06 de março de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 29/2014

Contrato nº ..: 29/2014
Contratante..: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE
Contratada :ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Valor : 110.400,48 (cento e dez mil, quatrocentos reais e quarenta e oito centavos) total
Vigência :Início:19/03/2014 Termina:19/03/2015
Licitação :Pregão Presencial nº 02/2013
Recursos :Dotação: 14 - 23.01 2.063.3.3.90.37.00.00.00 (05) e 38 - 23.02 .064.3.3.90.37.00.00.00(05)
Objeto :SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA 03 AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA

GERAL (SALAS, WC'S, VARANDAS, ESCADAS, CALÇADAS), FAZER CAFEZINHO COM LIMPEZA DE LOUÇAS E GARRAFAS DE CAFÉ NOS PRÉDIOS DA SEDE DO SAMAE, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

São Bento do Sul, 20 de março de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 078, de 21 de Março de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 078, de 21 de março de 2014.
"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor RENATO JOSE QUOST, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no Processo 004/2014.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2011/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 005, de 21 de Março de 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara Municipal de São Bento do Sul
RESOLUÇÃO Nº 005, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
"Altera o Art. 145, inciso I, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores".

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 145, inciso I, sendo à este adicionado a alínea m, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 145. O Plenário deliberará, salvo determinação contrário:

I – por maioria absoluta sobre:

()

m) Alteração da denominação de ruas, praças, logradouros e demais bens públicos municipais."

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de Março de 2014.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY
Presidente

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

Edital 18/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2014 DISPENSA Nº 4/2014

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 4/2014, Processo de Licitação nº 18/2014 para locação da sala para realização de Baile em comemoração ao aniversário do município, em favor de ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA GABOARDI, inscrito no CNPJ sob nº 01.052.275/0001-31.

São Cristóvão do Sul (SC), 25 de março de 2014.
SISI BLIND
Prefeita Municipal

Edital 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2014 INEXIGIBILIDADE Nº 2/2014

O Município de São Cristóvão do Sul (SC), torna público o edital de Inexigibilidade nº 2/2014, Processo de Licitação nº 19/2014, para contratação de Grupo Musical para realização de baile no dia 29 de março, alusivo ao aniversários do município, em favor de A. ZAMBONI RAMOS – SHOWS E EVENTOS - ME, inscrito no CNPJ sob nº 15.608.307/0001-47.

São Cristóvão do Sul (SC), 25 de março de 2014.
SISI BLIND
Prefeita Municipal

Edital 20/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014 DISPENSA Nº 5/2014

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 5/2014, Processo de Licitação nº 20/2013 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar para o ano de 2014, Lei n.º 11.947/2009, Resolução n.º 38/2009 do FNDE, em favor de ADILSON JOSÉ RECH, inscrita no CPF sob nº 561.890.109-97.

São Cristóvão do Sul (SC), 24 de março de 2014.
SISI BLIND
Prefeita Municipal

Edital 14/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2014 INEXIGIBILIDADE Nº 11/2014

O Fundo Municipal de Saúde de São Cristóvão do Sul, torna

público a Inexigibilidade de Licitação nº 11/2014 para consultas em psicologia em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 1/2013, em favor de ROSIRIS MARIA CAMARGO NASSIF inscrito no CPF sob nº 466.282.319-68.

São Cristóvão do Sul (SC), 20 de março de 2014
SISI BLIND
Prefeita Municipal

Edital 15/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014 INEXIGIBILIDADE Nº 12/2014

O Fundo Municipal de Saúde de São Cristóvão do Sul, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 12/2014 para consultas em psicologia em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 1/2013, em favor de JULIANA PINHEIRO DOS SANTOS inscrito no CPF sob nº 063.381.909-32.

São Cristóvão do Sul (SC), 20 de março de 2014
SISI BLIND
Prefeita Municipal

Edital 16/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014 INEXIGIBILIDADE Nº 13/2014

O Fundo Municipal de Saúde de São Cristóvão do Sul, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 13/2014 para cirurgia ortopédica em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 1/2013, em favor de INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL inscrito no CNPJ sob nº 86.552.809/0003-03.

São Cristóvão do Sul (SC), 20 de março de 2014
SISI BLIND
Prefeita Municipal

Edital 21/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2014 DISPENSA Nº 6/2014

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 6/2014, Processo de Licitação nº 21/2014 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar para o ano de 2014, Lei n.º 11.947/2009, Resolução n.º 38/2009 do FNDE, em favor de DOMINGA RIBEIRO, inscrita no CPF sob nº 684.747.929-91.

São Cristóvão do Sul (SC), 24 de março de 2014.
SISI BLIND
Prefeita Municipal

Chamada Publica 3/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2014

A Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, torna público, a Chamada Pública nº 3/2014, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar para o ano de 2014, Lei n.º 11.947/2009, Resolução n.º 38/2009 do FNDE. Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br.

São Cristóvão do Sul (SC), 13 de março de 2014.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

São João do Sul**PREFEITURA****Portaria Nº 044 de 11 de Fevereiro de 2014.**

PORTARIA Nº 044 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Atribuir exercício aos Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de dezembro de 2014:

- 01 – ALEXANDRA SCARIOT BENDO TEIXEIRA, na APAE – SAEDE de São João do Sul;
- 02 – ANGELA MARIA BIANCHINI MAGNUS, na APAE – SAEDE de São João do Sul;
- 03 – ANSELMO TELES SABINO, no EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;
- 04 – FABRICIA DE JESUS RODRIGUES ALVES, no EEB. Caetano Lummertz;
- 05 – IZOÉ DINORÁ RIBEIRO FIDELIS, na EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 06 – JUCILENE DE SENA CRISTIANO, no "MAIS EDUCAÇÃO" EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;
- 07 – JUCILÉIA CAMILO MORAIS SCANDOLARA, no EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 08 – LILIAN SOMBRIIO, no EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;
- 09 – LUIZ CITADIN MARQUES, no EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 10 – LÚCIA TROMBIM G. ROXO, no EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco - São João do Sul;
- 11 – MARILENE CARDOSO CARLOS, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;
- 12 – MARIA BERNADETE DA ROSA, no EEB. . Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 13 – PATRICIA SANTANA DIAS, no EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;
- 14 – QUETILANI DOS SANTOS CARVALHO, no EEB. Vila Velha II – Vila Conceição e EEB. Caetano Lummertz;
- 15 – ROSANGELA BAUER DOS SANTOS CARDOSO, no EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco;
- 16 – RITA APARECIDA DA SILVA LAUREANO, no EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco e CEJA Vereadora Rita Quadros;
- 17 – SABRINA DE SOUZA TEIXEIRA, no EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;
- 18 – VALDETE FRAGA MAGNUS, no EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco;
- 19 – ZANEIDE DE MATOS CLEZAR, no EEB. Vila Velha II e EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 11 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 045 de 11 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 045 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora tem problemas de saúde (artrose na coluna cervical, pelve e ombro – CIDs M16, M 75, M 54 e M 199) conforme comprova atestados médicos apresentados e, que a servidora esteve afastada de suas atividades por auxílio doença no período de 01/10/2013 a 31/12/2013 e, em anos anteriores pelo mesmo motivo;

CONSIDERANDO ainda, que a servidora tem seu problema de saúde agravado quando desenvolve a atividade de escrever no quadro, e desenvolvendo suas funções na educação infantil, possibilita uma melhor qualidade no seu trabalho, não prejudicando seu problema de saúde;

RESOLVE:

Atribuir exercício a servidora ZANILDA TEREZINHA SCHEFFER MACHADO, ocupante do cargo de professora, com carga horária de 40 horas semanais, no CEI. Professor João Vitorino Lopes – Vila Conceição, no período de 03/02/2014 a 30/12/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 11 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 46 de 13 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº. 46 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 138 DE 01 DE AGOSTO DE 2013"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 138, de 01 de agosto de 2013, que concedeu Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem vencimentos, para a servidora CRISTIANE CARDOSO MACHADO DE BORBA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
13 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 018/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, elaboração de projetos, assessoria técnica, levantamentos, cartas consultas, cadastros, consultas prévias, projetos básicos, orçamento, memorial descritivo, parecer técnico e assessoria de monitoramento do simec.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: J. LEAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - ME
VIGÊNCIA: 31/01/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 60.000,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 009/2014 – Carta Convite nº 001/2014 de 22/01/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0101; 0501 – 12.365.0128.2032 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0101; 0601 – 04.121.0123.2006 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0080; 0901 – 26.782.0135.2051 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0080.

São João do Sul, 31 de Janeiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 019/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos para implantação de duas academias ao ar livre.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CELITO CARLESI & CIA LTDA
VIGÊNCIA: 03/02/2014 à 31/03/2014.

VALOR: R\$ 29.450,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 007/2014 – Pregão Presencial nº 001/2014 de 20/01/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 – 27.812.0130.1042 – 4.4.90.52.10.00.00.00.00024; 0601 – 27.812.0130.1042 – 4.4.90.52.10.00.00.00.0080

São João do Sul, 03 de Fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 020/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para os alunos da rede municipal de ensino.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LEONIR RAUPP ESPÍNDOLA - ME
VIGÊNCIA: 06/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 38.642,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 010/2014 – Pregão Presencial nº 002/2014 de 27/01/2014, de acordo com a Lei

10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0080; 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 06 de Fevereiro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 021/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para os alunos da rede municipal de ensino.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PAULO CARDOSO CONSTANTE - ME
VIGÊNCIA: 06/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 38.984,25 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 010/2014 – Pregão Presencial nº 002/2014 de 27/01/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0080; 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3103.

São João do Sul, 06 de Fevereiro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 022/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para os alunos da rede municipal de ensino.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DOUTEL ALVES - ME

VIGÊNCIA: 06/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 8.000,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 010/2014 – Pregão Presencial nº 002/2014 de 27/01/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103

São João do Sul, 06 de Fevereiro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 023/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2014

OBJETO: Fruição dos direitos e plena exploração da concessão do direito de uso e exploração de seixos rolados.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: COLODEL & MATOS DE BORBA LTDA ME
VIGÊNCIA: 12/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 176.000,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 011/2014 – Pregão Presencial nº 003/2014 de 30/01/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0902 – 26.782.0135.2051 – 3.3.90.39.99.00.00.00.0080.

São João do Sul, 12 de Fevereiro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 024/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2014

OBJETO: Prestação de serviços de inserções de chamadas em rádio com abrangência regional para publicidade institucional da prefeitura municipal de São João do Sul.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MAMPITUBA FM STEREO LTDA

VIGÊNCIA: 14/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 4.005,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 013/2014 – Dispensa de Licitação nº 006/2014 de 14/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0401 – 04.123.0123.2005 – 3.3.90.39.88.00.00.00.0080.

São João do Sul, 14 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 025/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ALTAMIRO PEREIRA COSTA
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 10.879,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3054; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3061.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 026/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 7.600,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0054.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 027/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: WANDERBILT PEREIRA RAUPP
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 4.640,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3061.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 028/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: EVERALDO RODRIGUES MIGUEL
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 7.200,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 029/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 10.240,50 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3054 – 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3061.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 030/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ORIDES PEREIRA DE MATOS
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 10.359,00 – Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3054 – 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3061.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 031/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: VALÉRIO CARDOSO MENGUE
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 4.320,00 – Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3061.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 032/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PEDRO PERUCCHI COSTA
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 1.910,00 – Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035

– 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3054.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 033/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino e para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LUCAS MAGNUS DE FÁVERI
VIGÊNCIA: 18/02/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 7.040,00 – Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2014.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeitura Municipal em Exercício

Extrato de Contrato Nº 034/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2014

OBJETO: Aquisição de peças e serviços de mecânica para manutenção corretiva dos ônibus placas MFM 8875, MBC 3222, IBB 0861, IBC 5042, IAY 6286 da Secretaria Municipal da Educação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CARLOS PEDRO BAUER
VIGÊNCIA: 21/02/2014 à 31/03/2014.

VALOR: R\$ 14.750,00 – Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2014 – Pregão Presencial nº 004/2014 de 05/02/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.39.19.00.00.00.0112; 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.30.39.00.00.00.3112; 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.39.19.00.00.00.3112.

São João do Sul, 21 de Fevereiro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 035/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2014

OBJETO: Aquisição de peças e serviços de mecânica para manutenção corretiva dos ônibus placas MFM 8875, MBC 3222, IBB 0861, IBC 5042, IAY 6286 da Secretaria Municipal da Educação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JANDER DE OLIVEIRA SCHEFFER - ME
VIGÊNCIA: 21/02/2014 à 31/03/2014.

VALOR: R\$ 5.800,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2014 – Pregão Presencial nº 004/2014 de 05/02/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.39.19.00.00.00.0112; 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.39.19.00.00.00.3112.

São João do Sul, 21 de Fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 036 A/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036 A/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total para os veículos da frota municipal.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DAL PONT COSTA CORRETORA DE SEGUROS LTDA
VIGÊNCIA: 28/02/2014 à 31/03/2014.

VALOR: R\$ 27.379,14 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2014 – Carta Convite nº 002/2014 de 18/02/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0201 – 04.122.0122.2003 – 3.3.90.39.69.00.00.00.0080; 0301 – 04.122.0123.2004 – 3.3.90.39.69.00.00.00.0080; 0501 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.39.69.00.00.00.0101; 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.39.69.00.00.00.0112.

São João do Sul, 28 de Fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 036/2014

6PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2014

OBJETO: Aquisição de peças e serviços de mecânica para manutenção corretiva dos ônibus placas MFM 8875, MBC 3222, IBB 0861, IBC 5042, IAY 6286 da Secretaria Municipal da Educação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI - ME
VIGÊNCIA: 21/02/2014 à 31/03/2014.

VALOR: R\$ 8.560,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2014 – Pregão

Presencial nº 004/2014 de 05/02/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.30.39.00.00.00.3108; 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.39.19.00.00.00.3112.

São João do Sul, 21 de Fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº. 010/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 010/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, DO TIPO PASSEIO, PARA USO PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: NAPOLY COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

VIGÊNCIA: 13/02/2014 à 31/03/2014

VALOR: R\$ 47.057,30 – Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.301.0127.1028 – 4.4.90.52052; 0701 – 10.301.0127.1028 – 4.4.90.52.52.00.00.00.0085.

São João do Sul, 03 de Fevereiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 011/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 011/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE COM A FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E VEICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE CAMPANHAS NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: REDE DE COMUNICAÇÕES AMORIM LTDA EPP

VIGÊNCIA: 07/02/2014 à 31/12/2014

VALOR: R\$ 24.999,90 – Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.39.88.00.00.00.0085.

São João do Sul, 07 de Fevereiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 012/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 012/2014

OBJETO: Aquisição de medicamentos e injetáveis para o programa de saúde mental e demais medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes de São João do Sul

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC

VIGÊNCIA: 11/02/2014 à 31/12/2014

VALOR: R\$ 33.436,94 – Total.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.32.00.00.00.0044; 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.30.99.00.00.00.3044; 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.32.02.00.00.00.0087; 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.32.02.00.00.00.3087.

São João do Sul, 11 de Fevereiro de 2014.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 013/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA MÍDIA IMPRESSA, SENDO QUE, AS INFORMAÇÕES TERÃO CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO E DEVERÃO ESTAR EM SINTONIA COM AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS E ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SUL-SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: VALMOCI J DE SOUZA ME

VIGÊNCIA: 20/02/2014 à 31/12/2014

VALOR: R\$ 7.215,00 – Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.39.88.00.00.00.0085.

São João do Sul, 20 de Fevereiro de 2014.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 014/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 014/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA MÍDIA IMPRESSA, SENDO QUE, AS INFORMAÇÕES TERÃO CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO E DEVERÃO ESTAR EM SINTONIA COM AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS E ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SUL-SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: PARANHOS & LOPES LTDA ME

VIGÊNCIA: 20/02/2014 à 31/12/2014

VALOR: R\$ 11.935,00 – Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.39.88.00.00.00.0085.

São João do Sul, 20 de Fevereiro de 2014.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 015/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2014

OBJETO: Fica aditado ao contrato original o valor de R\$ 29.173,81 (Vinte e nove mil, cento e setenta e três e oitenta e um centavos).
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 006/2014 – Dispensa de Licitação nº. 006/2014 de 02/01/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.39.99.00.00.00.0085.

São João do Sul, 20 de Fevereiro de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 038/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 038/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2014

OBJETO: Ficam reajustado os valores unitários e totais dos ITENS 01 (ÓLEO DIESEL) E 02 (ÓLEO DIESEL S10) DO CONTRATO ORIGINAL.

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2014 – Pregão Presencial nº 028/2013 – Registro de Preços nº 001/2013 de 18/11/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 06 de Março de 2014.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº. 039/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 039/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2014

OBJETO: Ficam reajustado os valores unitários e totais DO ITEM 01 (GASOLINA COMUM) DO CONTRATO ORIGINAL.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO UL AUTO POSTO LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2014 – Pregão Presencial nº 028/2013 – Registro de Preços nº 001/2013 de 18/11/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 06 de Março de 2014.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2014

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO (PADRÃO FNDE), COM ÁREA TOTAL CONTRUÍDA DE 980,40M², ANEXA A E.E.B. VILA VELHA II NA COMUNIDADE DE VILA CONCEIÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP
VIGÊNCIA: 23/01/2014 à 23/10/2014.

Considerando erro de natureza formal na publicação original do extrato anterior, onde lia-se "VALOR: R\$ 500.029,04 - Total" leia-se: "VALOR: R\$ 509.029,04". Permanecem inalteradas as demais descrições.

São João do Sul - SC, em 21 de março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 01/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais odontológicos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Hospclin – Comércio Atacadista de Mat. Hospitalares Eireli ME.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 93.737,28

Processo Licitatório nº. 032/2013 – Pregão Presencial nº 004/2013 de 03/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Elosul – Medicamentos e Materiais Hospitalares LTDA EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 87.564,00

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 03/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Altermed Mat. Médico Hospitalar Ltda

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 5.083,20

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 04/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Dimaser Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 15.022,70

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 05/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 7.286,00

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 06/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 1.179,00

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 07/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 132,00

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 08/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Centermedi – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 8.484,00

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 09/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 2.112,00

Processo Licitatório nº. 033/2013 – Pregão Presencial nº 005/2013 de 04/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 10/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais hospitalares para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Hospclin – Comércio Atacadista de Mat. Hospitalares Eireli ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 127.282,15

Processo Licitatório nº. 034/2013 – Pregão Presencial nº 006/2013 de 05/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços 11/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2013

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais hospitalares para unidade de saúde central e esf's municipais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: Altermed Mat. Médico Hospitalar Ltda

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 8.947,80

Processo Licitatório nº. 034/2013 – Pregão Presencial nº 006/2013 de 05/12/2013

São João do SUL, 02 de Janeiro de 2014.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São José

PREFEITURA

Edital de Seleção de Projetos Esportivos Nº 01/Funesj/2014

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 01/FUNESJ/2014

A Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ, torna público o presente Edital de Chamada para Seleção, destinado a entidades sem finalidades lucrativas, interessadas em executar PROJETOS ESPORTIVOS DE INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ESPORTE (desporto comunitário) E/OU DE DESPORTO DE RENDIMENTO no Município de São José (SC), no ano de 2014.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objeto:

O Edital objetiva selecionar entidades, sem fins lucrativos, interessadas em executar:

1.1.1 Programas/projetos sociais na área de esporte, com investimentos específicos, por meio de celebração de Convênios de Cooperação, em áreas remanescentes do Município, não abrangidas por nenhum projeto social e/ou, em modalidades não contempladas pelo Edital nº 03/FUNESJ/2013.

1.1.2 Programas/projetos de rendimento desportivo, com investimentos específicos, por meio de celebração de Convênios de Cooperação, em modalidades e/ou categorias (ou naipes) não contempladas pelo Edital nº 04/FUNESJ/2013.

1.2. Cronograma:

1.2.1. Lançamento do Edital: 24/03/2014

1.2.2. Apresentação dos Projetos e Documentação: a partir do dia de lançamento

Horário: 13h às 19 horas

Forma: Envelope lacrado

1.2.3. Publicação dos resultados preliminares: 30 (trinta) dias após o protocolo do projeto

1.2.4. Assinatura do Termo de Convênio: 15 (quinze) dias após a publicação do resultado

1.2.3. Primeiro pagamento: 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Convênio

1.3. Este edital ficará aberto por todo o ano de 2014 para projetos a serem executados até Dezembro do mesmo.

1.4. Condições de Participação:

Poderão participar na condição de proponentes, para este edital, pessoas jurídicas, sem finalidade econômica, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva, ainda que não exclusiva.

2. APRESENTAÇÃO E ENVIO DOS PROJETOS

2.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar projetos na formatação de Plano de Trabalho (Anexo 1), prevendo prazo de execução para no máximo 8 (oito) meses ou proporcionalmente ao mês de protocolo, em envelope específico, conforme item 3.3.

2.2. Juntamente com o Projeto, o Envelope deve conter toda documentação relacionada no Anexo 2, sem a qual o projeto será desclassificado.

2.3. Não será aceito nenhum acréscimo de material ou informações após a entrega do projeto.

2.4. Será indeferido o projeto que não preencher os requisitos enumerados neste Edital ou não apresentar todos os itens discriminados em seu Anexo 1.

2.5. A FUNESJ se reserva ao direito de não contemplar todos os projetos aprovados. Os convênios serão celebrados conforme

interesse e disponibilidade financeira dos recursos da Fundação.

2.6. O montante máximo destinado a cada projeto fica estabelecido da seguinte forma:

2.6.1 R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o objeto descrito no item 1.1.1;

2.6.2 R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para o objeto descrito no item 1.1.2;

2.7. Todos os projetos serão inteiramente gratuitos, sendo vedado qualquer tipo de cobrança.

3. INSCRIÇÃO

3.1. A inscrição será gratuita, aberta e direta, mediante a entrega do Envelope a partir da data estipulada no item 1 deste Edital.

3.2. Os envelopes deverão ser protocolados presencialmente na Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José no endereço:

Avenida Acioni Souza Filho, s/nº. (Beira Mar de São José), Bairro Campinas, São José (SC), CEP. 88.101-175

3.3. O Envelope deverá conter a seguinte informação:

Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

REF. EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 01/2014

ENVELOPE: Projeto e Habilitação

Proponente: (indicar a razão social do proponente)

Tipo de Projeto: (Desporto Comunitário ou Desporto de Rendimento)

3.4. A documentação incompleta implica na desclassificação do projeto.

3.5. Os projetos remetidos para inscrição e eventuais anexos, bem como a documentação entregue, não serão devolvidos aos proponentes.

3.6. O ato da inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital, regulamentos e Leis vigentes.

3.7. A inscrição não garante ao proponente a seleção do respectivo projeto, não gera obrigação de contratação à FUNESJ e não gera a obrigação de patrocínio ao projeto pelo valor solicitado.

4. SELEÇÃO:

4.1. A seleção será desenvolvida em quatro etapas:

4.1.1. Avaliação dos Projetos e da Documentação por Comissão específica, no prazo máximo de trinta dias após a data de protocolo, não cabendo recursos.

4.1.2 Homologação final.

4.2. A Comissão de Análise de Projetos - composta por 3 (três) membros e designada pela Superintendente da FUNESJ - examinará os projetos, verificando, primeiramente, o cumprimento de todos os requisitos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Os integrantes da Comissão de Projetos não poderão manter qualquer tipo de vínculo profissional, direto ou indireto, com entidades proponentes.

4.3. Os projetos aprovados na triagem administrativa serão analisados segundo os critérios técnicos descritos abaixo:

4.3.1. Histórico de projetos do proponente na área afim do projeto;

4.3.2. Consistência da proposta: adequação entre objetivo, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução;

4.3.3. Regionalização, modalidade esportiva e número de atendimentos;

4.4. Serão atribuídas notas de 1 (um) a 4 (quatro) referentes a cada um desses critérios, sendo estas equivalentes a: ruim (1), regular (2), bom (3), excelente (4). Os projetos deverão alcançar média mínima de 3.

4.5. Serão eliminados projetos apresentados para modalidades já contempladas no local de execução proposto.

4.6. A Comissão de Projetos, de posse da avaliação do projeto, enviará, para deliberação da Superintendente da FUNESJ, um relatório final emitido e assinado por todos os membros desta Comissão, juntamente com as planilhas de avaliação, valores destinados ao projeto e demais documentos do processo, para homologação.

4.7. O montante destinado ao presente Edital será definido em função dos projetos pré-selecionados e considerará a disponibilidade orçamentária remanescente da FUNESJ para programas de desenvolvimento desportivo comunitário e de rendimento.

4.8. A seleção não implica na sua aprovação pelo valor solicitado. A FUNESJ se reserva do direito de decidir o valor do aporte destinado a cada projeto, conforme disponibilidade orçamentária da instituição.

5. ITENS FINANCIÁVEIS

5.1. São itens financiáveis, que podem constar no Plano de Trabalho dos projetos apresentados:

- I. Material permanente;
- II. Material de consumo;
- III. Serviços de profissionais para execução do projeto;
- IV. Serviços de assessoria de pessoa jurídica;
- V. Ajuda de custo com atletas para alimentação e transporte, no valor máximo de R\$ 300,00 por atleta.

5.2. Para os serviços de profissionais para execução do projeto cujo objeto seja aquele descrito no item 1.1.1 deste Edital, o Termo de Convênio fixará valor máximo da hora/aula a ser paga por profissional, tomando por base o vencimento da categoria dos ACT's (Admitidos em Caráter Temporário) da Secretaria Municipal de Educação.

6. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS

6.1 Destaca-se que os itens a seguir não serão financiados por este edital:

- a) Despesas com obras e reformas (estrutura física): construções, obras civis de ampliação e/ou reformulação em estruturas prediais;
- b) Despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar, bem como gratificações, prestações de serviços de assistência técnica, consultoria ou qualquer espécie de remuneração a integrantes de seu quadro funcional ou a empregados e servidores públicos da administração direta e indireta, de qualquer esfera de governo;
- c) Despesas de rotina, tais como contas de luz, água, telefone, e similares (entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da entidade que tiver seu projeto aprovado);
- d) Despesas para pagamento de impostos, taxas;
- e) Despesas com elaboração de projetos ou quaisquer despesas de pré-investimento;
- f) Despesas com aquisição de imóveis e aluguéis;
- g) Despesas de participações em campeonatos e torneios de rendimento.

7. CONTRAPARTIDAS

7.1. As contrapartidas oferecidas à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, devem ser, no mínimo, as seguintes:

7.1.1. Impressão da logomarca da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José (Anexo 3) em todas as peças de publicação do projeto, peças de divulgação e de distribuição, inclusive convites de lançamento. Todo o material em que sua logomarca seja exibida deverá ser previamente aprovado, em termo escrito a ser juntado à prestação de contas final, pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José;

7.1.2. Citação verbal do patrocínio da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José em todas as entrevistas à imprensa sobre o projeto, os quais deverão também estar disponíveis para entrevistas e matérias jornalísticas de veículos acionados pela Fundação;

7.1.3. A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José poderá mencionar seu patrocínio ao projeto em suas campanhas e peças de comunicação institucional, e utilizar imagens dele decorrentes, sem qualquer ônus;

7.1.4. Exibição de banner da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, confeccionado pela Proponente,

como Patrocinadora do evento, no local de realização do projeto.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas deverá ser apresentada periodicamente (trimestral) e deverá obedecer às normas do Termo de Convênio firmado entre a Entidade e a FUNESJ e à Lei nº 8.666/93.

8.2 A não apresentação da Prestação de Contas trimestral no prazo previsto e/ou a existência de Prestação de Contas com pendências não solucionadas em tempo hábil, impede que a Entidade receba novos repasses de recursos, mesmo que para Projetos diferentes.

8.3 A simples apresentação da Prestação de Contas trimestral, não enseja automaticamente sua aprovação. A Prestação de Contas deverá ser analisada pela FUNESJ, em relação a organização, conferência dos documentos, validade das despesas, etc. Em seguida, é contabilmente checada e, se aprovada, liquidada, ficando disponível para objeto de auditoria pela Controladoria Municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado.

9. DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS.

9.1 É vedada a participação de organização inadimplente com o poder público municipal.

9.2 A celebração do convênio fica a cargo da FUNESJ; e somente será realizada a assinatura dos referidos convênios as entidades que estiverem com documentação e situação regularizada junto aos órgãos competentes, caso contrário o projeto deverá ser desclassificado.

9.2.1 Para efeitos do item 9.1, considera-se situação de inadimplência o conveniente que:

- I. Não apresentar a prestação de contas, final ou parcial, dos recursos recebidos nos prazos estipulados por esse edital, ou, tiver pendências em prestações de contas anteriores;
- II. Não tiver a sua prestação de contas aprovadas pela concedente por qualquer fato que prejudique o erário.
- III. Estiver em débito junto a órgão ou entidade da Administração pública municipal, pertinentes à obrigações fiscais ou contribuições legais.
- IV. Destinar recursos públicos como contribuições, auxílios ou subvenções a instituições com fins lucrativos.

10. INFORMAÇÕES GERAIS

10.1. O período de execução do projeto seguirá o ano calendário, encerrando-se, obrigatoriamente, em dezembro de 2014.

11. ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÕES

11.1. Caso o Proponente tenha qualquer dúvida com relação ao Edital e seus anexos, deve requerer à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José a interpretação ou esclarecimento, antes da apresentação de seus documentos.

11.2. A Superintendência da FUNESJ reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente edital.

11.3. Os documentos dispostos no anexo 3 deste Edital pode sofrer alterações, às quais será dada a devida publicidade.

11.4. Os Anexos 1 a 3 integram este edital e devem ser observados tanto quanto as demais cláusulas do presente documento.

12. LIBERAÇÃO DE RECURSO

Ficará suspensa a liberação das parcelas do convênio quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública ou municipal nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio.

13. RESULTADO

A relação dos projetos selecionados será divulgada na fan Page oficial da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José (<http://facebook.com/esportesj>), no Diário Oficial do Município de São José e via correspondência eletrônica, diretamente aos participantes, em datas previstas no item 1 deste edital.

14. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo o presente edital poderá ser revogado, reestruturado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

15. DA FISCALIZAÇÃO DOS PROJETOS

15.1. Será designado pela FUNESJ, no mínimo, um fiscal para acompanhar a execução do convênio, reservando-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas de fiscalização e/ou solicitar informações adicionais (quando julgar conveniente), visando aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação, o qual preencherá um relatório no modelo disposto no Anexo 4 deste Edital.

15.2. Verificado o descumprimento de qualquer item do Edital, do Termo de Convênio ou das normas aplicáveis, a entidade ficará sujeita às sanções previstas no Termo de Convênio, sem prejuízo das sanções legais.

São José (SC), 24 de Março de 2014.

Andréa Luiza Grando

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

Antenor Paes de Castro

Superintendente Adjunto da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José



SÃO JOSÉ

PREFEITURA

FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER

ANEXO 1 PLANO DE TRABALHO

NOME DO PROJETO			
DADOS DA ENTIDADE			
Nome da instituição:			
CNPJ:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone(s):	Fax:	Página na internet:	
Endereço eletrônico (e-mail):			
RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO			
Nome completo:			
Cargo:	Mandato:	Término:	
	Início:		
CPF:	Identidade / Órgão Expedidor:		
Telefones:	E-mail:		
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO			
Nome completo:			
CPF:	CREF:		
Telefone:	E-mail:		
Formação:			
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO			
INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO ESPORTIVO			
Previsão de início e fim de execução do projeto:			
Início: Fevereiro/2014		Término: Dezembro/2014	
Local(is) de Execução do Projeto Esportivo:			
Público-Alvo e Números de Atendimentos Diretos			
Público-Alvo			
Atendimentos Diretos			
Observações			
RESUMO DO PROJETO			
JUSTIFICATIVA			
Proposição do Projeto em linearidade aos Núcleo(s) Conceitual(is)			
<input checked="" type="checkbox"/> Esporte	<input type="checkbox"/> Assistência Social	<input type="checkbox"/> Sustentabilidade	<input type="checkbox"/> Saúde



AV. ACIONI SOUZA FILHO, S/N, SÃO JOSÉ (SC) CEP: 88.101-175 - (48) 3241 - 3511



SÃO JOSÉ

PREFEITURA

FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER

ANEXO 1 PLANO DE TRABALHO

GRADE PRELIMINAR DIA X HORÁRIO X ATIVIDADE							
Dia / Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES							
Ações / Mês	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Treinamento							
....							
ORÇAMENTO RESUMIDO							
Fonte			Valor do Investimento (R\$)				
Município de São José – FUNESJ							
Proponente (Contrapartidas)							
Total							
ORÇAMENTO							
Item de Custo					Valor		
1. Equipamentos esportivos							
....							
ORÇAMENTO ANALÍTICO							
1 - Número	2 - Detalhamento da Ação		3 - Qtd	4 - Unid.	5 - Duração	6 - Valor Unitário	7 - Total (R\$) (3x5x6)
	Item	Balizamento					
1. Equipamentos esportivos							
1.1	Material esportivo e equipamentos						
....							
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO							
Nº Parcela		Valor				Data de repasse	
01		O valor das parcelas será sempre igual				
....						
DADOS BANCÁRIOS DA ENTIDADE (Conta específica para o projeto*)							
Banco:		Agência:		Conta:		Operação:	
* Obs: os dados bancários podem ser preenchidos por escrito, até a data do primeiro desembolso.							
PLANO DE MÍDIA							
ESTRATÉGIAS DE AÇÃO:							
Obs. O plano de mídia acima transcrito não exime a entidade do cumprimento da cláusula específica do termo de convênio que trata da publicidade.							

PLANO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS e/ou CAMPEONATOS: Este item é obrigatório para os projetos apresentados para o objeto descrito pelo item 1.1.2 deste Edital.



AV. ACIONI SOUZA FILHO, 5/N, SÃO JOSÉ (SC) CEP: 88.101-175 - (48) 3241 - 3511



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

**FUNDAÇÃO
DE ESPORTES
E LAZER**

ANEXO 2

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES EM 2014

Deverão ser entregues no Envelope 2 (Habilitação) a seguinte documentação:

- Estatuto da Entidade (autenticado);
- Ata de Posse (autenticado);
- CPF e RG, ou CNH do Presidente e Tesoureiro da Entidade (autenticado);
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- Prestação de Contas do exercício de 2013, caso tenha recebido algum valor da PMSJ, no exercício de 2013;

As certidões deverão estar válidas na data limite determinadas no preâmbulo deste Edital. Quando nas certidões não constar o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias da data de emissão.





SÃO JOSÉ
PREFEITURA

**FUNDAÇÃO
DE ESPORTES
E LAZER**

ANEXO 3 PUBLICIDADE

As imagens, entregues em formato .pdf (aberto) em CD para cada entidade, também podem ser solicitadas através do e-mail: esporte@pmsj.sc.gov.br.

1. Logo oficial (uniformes oficiais e de treino)

A logo da Fundação deve aparecer nos uniformes com, no mínimo, 25 cm de largura. Deve se fazer presente nas costas na parte de cima. Em caso de camisas numeradas, pode ser colocada imediatamente abaixo do número.



SÃO JOSÉ
PREFEITURA

**FUNDAÇÃO
DE ESPORTES
E LAZER**

Na frente dos uniformes, deve estar presente o brasão do Município, no lado oposto ao da entidade, devendo medir, no mínimo, 10 cm de largura, conforme imagem à direita:



2. Banners de divulgação

No local do projeto deve constar um banner de, no mínimo, 2 m² (dois metros quadrados), contendo o **Nome do Projeto** e a marca da Fundação da seguinte forma:



**SÃO JOSÉ**
PREFEITURA**FUNDAÇÃO
DE ESPORTES
E LAZER****3. Patch (kimonos)**

Nos kimonos, deve se fazer constar a imagem do item 1 nas seguintes dimensões:

2 patches nos ombros de 25 cm x 5 cm

1 patch nas costas de 30 cm x 10 cm

4. Folders, fichas de inscrição e demais materiais em papel

Os materiais de divulgação em papel devem fazer constar a seguinte imagem, nas mesmas proporções da marca da entidade conveniada.

**SÃO JOSÉ**
PREFEITURA**FUNDAÇÃO
DE ESPORTES
E LAZER**

Decreto Nº 2449/2014

DECRETO Nº 2449/2014

NOMEIA INTERINAMENTE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,e,

CONSIDERANDO que o Secretário da Receita entrou em férias pelo período de 15 dias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, ANTONIO CARLOS VIEIRA, para exercer INTERINAMENTE o cargo em comissão de Secretário da Receita – SM, com lotação na Secretaria da Receita, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 24 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2013 - Processo nº 313/2013. Contratado: PRIME GRAFHICS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual prestação de serviços gráficos para atender a demanda das Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquia do Município de São José/SC. Valor Total: R\$466.093,44 (quatrocentos e sessenta e seis mil, noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).

Carlos Alfredo Schmidt

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Pregão Eletrônico Nº 080/2013 - Retificado

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2013 - RETIFICADO - Processo nº 391/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de consumo, expediente e limpeza para atender todas as unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 09 de abril de 2014, às 13h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 09 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014 - Processo nº 036/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de fórmulas lácteas infantis em pó integral para serem distribuídos na rede de atenção básica por meio dos programas DST/AIDS, Hepatites Virais, NUTAJ e São José Criança do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 08 de abril de 2014, às 15h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 15h30min do dia 08 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2014 - Processo nº 042/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de mobiliário em MDF, cadeiras e longarinas, para atender a rede de atenção básica e demais setores vinculados à Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 09 de abril de 2014, às 14h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 09 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Presencial 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 012/2014 – Processo nº 049/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e acessórios mecânicos em geral, para a frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 10/04/2014 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 10/04/2014 às 17h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Eletrônico Nº 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2014 - Processo nº 035/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva, de aparelhos de condicionadores de ar, com o fornecimento de peças, para atender a rede de atenção básica, especial, SAMU, DST/AIDS, VISA, VIEP e demais unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 08 de abril de 2014, às 14h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 08 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2014 - Processo nº 052/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de madeiras para uso geral da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 09 de abril de 2014, às 15h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 15h30min do dia 09 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2014 - Processo nº 021/2014. Objeto: Registro de preços para fornecimento de óleos lubrificantes, fluido sintético, graxa, desengraxante, shampoo e pano trapo para serem utilizados na frota da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 10 de abril de 2014, às 13h00minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h00min do dia 10 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2014 - Processo nº 057/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual fornecimento de tendas, palcos, camarotes e grades de isolamento, para serem utilizados nos eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 15 de abril de 2014, às 14h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 15 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Presencial 128/2013 – Nova Abertura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 128/2013 – NOVA ABERTURA – Processo nº 347/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento e colocação de granito polido e cubas, nos ambientes destinados às cozinhas, dispensas e lavanderias das unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 10/04/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 10/04/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor

de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 139/2013 – Nova Abertura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 139/2013 – NOVA ABERTURA – Processo nº 372/2013: Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para compra de grama esmeralda em tapetes de 40x60cm para a manutenção dos campos de futebol administrados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 10/04/2014 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 10/04/2014 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 013/2014 – Processo nº 059/2014: Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada, para realizar manutenção predial corretiva e preventiva na Fundação Municipal de Cultura e Turismo do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 11/04/2014 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 11/04/2014 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Eletrônico Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2014 - Processo nº 027/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual prestação de serviços de chaveiro e confecção de carimbos para o setor de trânsito do 7º Batalhão de Polícia Militar localizado na cidade de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 16 de abril de 2014, às 14h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 16 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2014 - Processo nº 025/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de equipamentos de informática, condicionadores de ar, cones de sinalização, extintores de incêndio,

equipamentos para motocicletas, coletes táticos, mobílias e pilhas recarregáveis para pistola taser, destinados ao setor de trânsito do 7º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 16 de abril de 2014, às 15h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 15h30min do dia 16 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2014 - Processo nº 031/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de televisores, calculadoras científica, quadros branco magnético, equipamentos e suprimentos de informática para serem utilizados pela 1ª Companhia de Bombeiros Militares de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 16 de abril de 2014, às 16h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h30min do dia 16 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2014 - Processo nº 030/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de ferramentas de corte e perfuração, medidores de pressão, móveis para escritório, extintores, compressor de ar, canhão monitor de solo, microfones e ferramentas em geral, destinados a 1ª Companhia de Bombeiros Militares de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 16 de abril de 2014, às 17h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 17h30min do dia 16 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2014 - Processo nº 029/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de higienização, lavagem e passagem de capas de coletes balísticos para o pelotão de trânsito do 7º Batalhão da Polícia Militar localizado no Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 16 de abril de 2014, às 13h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 16 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2014 - Processo nº 047/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de medidores de distância laser, telefones fixo de mesa sem fio, tablets e smartphones para serem utilizados pela 1ª Companhia de Bombeiros Militares de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 15 de abril de 2014, às 16h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h30min do dia 15 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2014 - Processo nº 028/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual fornecimento de materiais de construção e consumo diversos, para serem utilizados na manutenção preventiva e corretiva do setor de trânsito do 7º Batalhão da Polícia Militar localizado na cidade de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 15 de abril de 2014, às 13h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 15 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2014 - Processo nº 082/2014. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de mobiliário, materiais permanentes, eletro-eletrônicos e condicionadores de ar (com instalação), para o centro de referência de educação especial e educação de jovens e adultos do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 08 de abril de 2014, às 13h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 08 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 046/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2013 - Processo nº 293/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento, instalação/aplicação de películas de controle solar, de inibição e contenção de raios solares para atender os prédios da Secretaria de Saúde de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às

18h00min até dia 08 de abril de 2014, às 16h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h30min do dia 08 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Eletrônico Nº 077/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2013 - Processo nº 382/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de móveis, licença de software e aparelhos eletro-eletrônicos, para serem utilizados pela Secretaria de Infraestrutura e Ouvidoria Geral do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 26 de março de 2014 às 18h00min até dia 15 de abril de 2014, às 15h30minh. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 15h30min do dia 15 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Pregão Presencial 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 004/2014 – Processo nº 016/2014: Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de sonorização fixa, locação de som volante e locação de tendas para a Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 09/04/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 09/04/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Pregão Presencial 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 016/2014 – Processo nº 069/2014: Objeto: Registro de preço para contratação de empresa jornalística para eventual prestação de serviços de publicação de extratos de editais, avisos e demais atos pertinentes a licitações, em jornal de grande circulação (local/regional) para o Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 11/04/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 11/04/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Resultado da Carta Convite Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 003/2014 - Processo nº

050/2014. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação e drenagem nas servidões João José Ventura e Selma Ventura, bairro Forquilhas e Elvira Pereira Coelho, bairro Colônia Santana, no Município de São José. EMPRESAS CLASSIFICADAS (Lotes 01, 02 e 03): 1ª DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; 2ª DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; 3ª EMPREITEIRA PAVICON LTDA; e 4ª LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Notificação Nº 001/2014

NOTIFICAÇÃO nº 001/2014

O Presidente da Tomada de Contas Especial – Portaria nº 006/2013, de 19 de setembro de 2013, considerando a devolução do AR nº SA 30046357 6 BR, faz publicar em edital e notifica o Sr. TELMO PADILHA – CPF nº 295.201.420-53, com endereço na Rua Martinho de Haro, 199, apto. 203, Ingleses – Florianópolis/SC – 88058-540, ex-presidente da Autarquia São José Previdência, pelo valor de R\$ 23.417.200,01 (vinte e três milhões quatrocentos e dezessete mil duzentos reais e um centavo), corrigido monetariamente até a data de 31/01/2014, em conformidade com o Relatório Preliminar da Comissão de Tomada de Contas Especial (anexo).

O referido valor deverá ser recolhido à conta nº 200031-0, da agência 3078, operação 006, do banco Caixa Econômica Federal.

Conforme faculta o inciso VI do art. 11 do Decreto Municipal nº 368/2013, Vossa Senhoria poderá apresentar justificativas e/ou documento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

Notifique-se.

São José/SC, 13 de março de 2014.
LUÍS FABIANO DE ARAÚJO GIANNINI
Presidente – Portaria nº 007/2013

RODRIGO JOÃO MACHADO
Presidente – Portaria nº 006/2013

Portaria– Sa - Nº 1429/2014

PORTARIA– SA - Nº 1429/2014

O Secretário da Administração do Município de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e do Decreto nº 170/81, de 03 de junho de 1981.

RESOLVE:

I – Conceder licença especial ao servidor GIOVANO ROSSI, de conformidade com o art. 127, § 1º da Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991, e art.115, inciso I da Lei nº 2.791 de 25 de abril de 1995, ficando à disposição do SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores Municipais.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Dezembro de 2013.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 13 de Fevereiro de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

Republicado por incorreção

Portaria— Sa - Nº 1849/2014

PORTARIA— SA - Nº 1849/2014

O Secretário da Administração do Município de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e do Decreto nº 170/81, de 03 de junho de 1981.

RESOLVE:

I – Conceder licença especial ao (a) servidor (a) ILIANE TURNES, de conformidade com o art. 127, § 1º da Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991, e art.115, inciso I da Lei nº 2.791 de 25 de abril de 1995, ficando à disposição do SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores Municipais.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Março de 2014.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 13 de Março de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

Republicado por incorreção

Portaria— Sa - Nº 1850/2014

PORTARIA— SA - Nº 1850/2014

O Secretário da Administração do Município de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e do Decreto nº 170/81, de 03 de junho de 1981.

RESOLVE:

I – Conceder licença especial ao (a) servidor (a) ALESSANDRA GORGES, de conformidade com o art. 127, § 1º da Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991, e art.115, inciso I da Lei nº 2.791 de 25 de abril de 1995, ficando à disposição do SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores Municipais.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2013.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 13 de Março de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

Republicado por incorreção

Portaria— Sa - Nº 1851/2014

PORTARIA— SA - Nº 1851/2014

O Secretário da Administração do Município de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e do Decreto nº 170/81, de 03 de junho de 1981.

RESOLVE:

I – Conceder licença especial ao (a) servidor (a) JUMERI ZANETTI, de conformidade com o art. 127, § 1º da Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991, e art.115, inciso I da Lei nº 2.791 de 25 de abril de 1995, ficando à disposição do SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores Municipais.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2014.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

Republicado por incorreção

Portaria— Sa - Nº 1852/2014

PORTARIA— SA - Nº 1852/2014

O Secretário da Administração do Município de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e do Decreto nº 170/81, de 03 de junho de 1981.

RESOLVE:

I – Conceder licença especial ao (a) servidor (a) MARCOS AURELIO DOS SANTOS, de conformidade com o art. 127, § 1º da Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991, e art.115, inciso I da Lei nº 2.791 de 25 de abril de 1995, ficando à disposição do SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores Municipais.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2014.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

Republicado por incorreção

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Resolução CMAS Nº. 003 de 24 de Março de 2014.

Resolução CMAS nº. 003 de 24 de março de 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do Cofinanciamento Federal para expansão qualificada e reordenamento de Serviços de Acolhimento para Crianças, adolescentes e Jovens até 21 anos com recurso advindo do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS para execução de Serviços de Proteção Social Especial referente ao Piso de Alta Complexidade I (PAC I) para o exercício de 2014, no município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais; no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Lei Nº 2.010, de 23 de Maio de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº 1.040, de 21 de outubro de 1996 e nº 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente, e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como em Reunião Extraordinária realizada no dia 24 de março de 2014, registrada em ata nº 003/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e;

Considerando a Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 269, de 13 de novembro de 2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a resolução CNAS nº.17, de 20 de junho de 2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Termo de Aceite/2014 do cofinanciamento federal para expansão qualificada e reordenamento de Serviços de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens de até 21 anos, sendo cofinanciado por meio do Piso de Alta Complexidade I (PAC I), considerando o valor de 5.000,00 (Cinco mil reais) para

capacidade de atendimento de até 10 pessoas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 24 de março de 2014.

Itamar Fernandes

Presidente CMAS

Decreto Nº 4.828, de 25 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.828, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Designa membros para comporem a Subcomissão Técnica que atuará no Processo Licitatório para seleção de agências de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação à Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, incisos VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que estabelece a necessidade de implantar a Subcomissão Técnica que atuará no Processo Licitatório para seleção de agências de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação à Administração Direta e Indireta do Município de São Lourenço do Oeste - SC, composta pelos membros formados na área de Comunicação, Publicidade ou Marketing, sorteados na data de 17 de março de 2014, pela Comissão Permanente de Licitações, em sessão pública, após serem cadastrados/credenciados em conformidade com o Processo Licitatório nº 011/2014, Chamamento Público nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, os membros abaixo relacionados, para comporem a SUBCOMISSÃO TÉCNICA que atuará no Processo Licitatório para seleção de agências de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação à Administração Direta e Indireta:

I - Cláudio Arcidio Muller, inscrito no CPF/MF sob o nº 472.261.960-34;

II - Adriano Oltramari, inscrito no CPF/MF sob o nº 725.888.969-87;

III - Pedro Rodrigues Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.436.589-18.

Art. 2º A Subcomissão Técnica, nomeada na forma do art. 1º, deverá analisar e julgar as propostas técnicas das agências concorrentes no Processo Licitatório para a escolha da prestadora de serviços, devendo respeitar os procedimentos de julgamento que serão estabelecidos pelo Município quando de sua realização.

Art. 3º Os serviços prestados pela Subcomissão Técnica dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 016/2014, Inexigibilidade Nº 001/2014 - FMS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2014

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO ATRAVÉS DO HOSPITAL DA FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC; PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CNPJ: 11.359.214/0001-75

CONTRATADA: FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. CNPJ: 86.223.864/0001-98.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 8. 666/93, art. 25, caput.

VALOR TOTAL: R\$ 367.500,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Orçamento do exercício financeiro de 2014, sob as seguintes rubricas:

D – 10/2014 – 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00 – Atenção Básica – Manutenção da Saúde Pública.

D – 29/2014 – 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00 – Bloco Média e Alta Complexidade.

VIGÊNCIA: Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inc. II e § 4º, da Lei 8.666/1993.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Retificação - Processo Licitatório Nº 042/2014, PR, Nº 029/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o edital referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS, PROTETORES E SERVIÇOS DE RECAPAGENS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO. Deste modo RESOLVE: 1) INCLUIR ao edital o item 06.1.4, no que consta; Apresentar juntamente com sua proposta para os itens cotados: a) Cópia do certificado expedido pelo Inmetro; b) Declaração de que o(s) item(ns) cotado(s) encontra(m)-se em conformidade com a RTQ-41 (Regulamento Técnico de Pneus Novos) e com o SBC – Sistema Brasileiro de Certificação; c) Declaração da ANIP- Associação Nacional de Indústria de Pneumáticos, de que, a fabricante do pneu é associada. d) Declaração de que oferece garantia de no mínimo 03 (três) anos ao(s) pneus cotados, 2) CORRIGIR o valor referente ao item 35 do Anexo I, "recauchutagem de pneu 1400 x 24 ...", onde consta R\$ 190,00 (cento e noventa reais), passe a constar R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), 3) REABRIR o prazo legal para realização de sessão de licitação; e 3) DESIGNAR nova data de sessão para abertura dos envelopes, para o dia 09/04/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Edital de Dispensa 26.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@
pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos nº 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CNPJ 09.427.503/0001-12, para a contratação dos serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina para o exercício de 2014.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais), divididos em 09 (nove) parcelas de R\$373,33 (trezentos e setenta e três mil trinta e três reais) até 31/12/2014.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos Serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa, CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, Associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546 – Estreito – Florianópolis SC- CEP: 88070-101. Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);

g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

h) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 03.01.2.004.3.1.7.1.00.00.00.00.00.0000 (172); 03.01.2.004.3.3.7.1.00.00.00.00.00.0000 (173); 03.01.2.004.4.4.7.1.00.00.00.00.00.0000 (174)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2013 MARINA KOERICH

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2013

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de 2014, MARINA KOERICH, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora I – Auxiliar de Sala, classificação 11, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2014.

DECRETO 043.2014

DECRETO Nº43/2014

Institui o Conselho de Desenvolvimento Municipal, órgão autônomo, colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva no processo de planejamento e gestão municipal na área do desenvolvimento urbano e do Plano Diretor Municipal, tendo as diretrizes e objetivos específicos na Lei Complementar nº 91/2013 de 18 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 96/2014 de 17 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso do artigo 150 da Lei Complementar nº 80/2011 Plano Diretor Municipal, Lei Complementar nº 91 de 18 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 96 de 17 de março de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho de Desenvolvimento Municipal, órgão autônomo, colegiado, de natureza permanente deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva no processo de planejamento e gestão municipal na área do desenvolvimento urbano e do Plano Diretor Municipal, tendo as diretrizes e objetivos específicos na Lei Complementar 91 de 18 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 96 de 17 de março de 2014.

Art. 2º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal será presidido pelo Prefeito Municipal ou alguém nomeado por ele e terá a seguinte composição:

I - Representantes do Poder Público Municipal:

Membros da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento:

GILSON PEITER TESTONI – Titular

MICHELE MAIA DA SILVA – Suplente

Membro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

TCHARLES WILLIAN VEBER – Titular

DANIEL SILVEIRA – Suplente

Poder Legislativo

MARCELO STÄHELIN – Titular

MARCOS RODRIGO REITZ – Suplente

II – Representantes da Sociedade Civil:

Membros da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Gama Rosa – APP

ELIETE HOFFMANN KUHN – Titular

CLÉA HAMES KRETZER – Suplente

Membro da Associação de Empresários e Empreendedores de São Pedro de Alcântara.

RAFAEL KRETZER – Titular

JOSÉ CARLOS DIAS – Suplente

Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

ADAILTON HACK – Titular

FRANCISCO HILLESHEIM – Suplente

Membro do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG.

ROBERTO STÄHELIN – Titular

FERNANDO FERREIRA DA SILVA – Suplente

§ 1º - Os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal terão suplentes em número igual aos titulares.

§ 2º - Os representantes titulares e suplentes de que tratam os incisos I e II, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, por um período de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

§ 3º - O executivo determinará o local onde funcionará o Conselho de Desenvolvimento Municipal, podendo designar servidor para executar os serviços de secretário (a) do Conselho.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 25 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Contrato de Prestação de Serviço N.º 038/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 039/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR - LPHF, com sede na Rua Prefeito Nelson Martins, S/Nº, Centro – Palhoça -- SC, inscrito no CNPJ sob nº. 85.116.747.0001-62, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de arbitragem para a 1ª fase do Campeonato Intermunicipal da Liga dos Campeões.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 1.520,00 (um mil, quinhentos e vinte reais). O pagamento será efetuado em quatro parcelas no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 22/03/2014 a 13/04/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de Março de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR LPHF

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 -
Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br administração@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 039/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ANIUCIO ROGENIO EGER, portador do RG: 1/R-2.084.693, inscrito no CPF sob n.º. 646.776.489-72, Pis 122.9032.43-55, com sede a Rua Geral Rocinha, s/nº.– São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à roçada de 7 km de extensão da Estrada Geral da Rocinha, em São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 24/03/2014 a 30/04/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2. A despesa com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ANIUCIO ROGENIO EGER

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 -
Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br administração@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 040/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JOSÉ ROBERTO KNIES, portador do RG: 4.215.880-0, inscrito no CPF sob n.º. 038.175.249-60, Pis 133.08235.72-1, com sede a Rua Geral Barro Banco, s/nº.– São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à roçada de 1,7 km da Rua Vicinal de Barro Branco – São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 24/03/2014 a 24/04/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2. As despesas com o deslocamento e ferramentas utilizadas serão de responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os

princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

JOSÉ ROBERTO KNIES

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 041/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado FABIANO RACHADEL 04828675906, inscrito no CNPJ sob nº. 12.248.421/0001-15, com sede a Rua Alfredo Hiachitzki, nº 91 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços fotográficos dos Pontos Turísticos do município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 24/03/2014 a 11/04/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2. As despesas com transporte e alimentação serão de responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

FABIANO RACHADEL 04828675906

Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 042/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 042/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº 005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de confecção da arte para revista com pontos turísticos, história, atrativo e cultura do município e confecção de brasões da bandeira do município e escola municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 24/03/14 a 30/05/14.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de Março 2014.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DIEGO FERNANDO DA SILVA
Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 043/2014

CONTRATO Nº 043/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. RENATO WEINGARTNER, residente a Rua Geral Santa Isabel, s/nº – Águas Mornas/SC, inscrito no CPF sob nº. 543.365.549-00, Pis/Pasep 114.55940.59-8, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços com o Grupo Folclórico Infante Juvenil do Município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado será reajustado conforme acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste Contrato será de 24/03/2014 a 19/12/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
O Contratado fica obrigado:

A prestar os serviços definido no objeto deste contrato;

Ensinar e reger o Grupo Folclórico Infante Juvenil;

Sempre comparecer nos eventos quando solicitado pela Prefeitura;

E outras obrigações vinculadas ao presente objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

RENATO WEINGARTNER
Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 044/2014

CONTRATO Nº 044/2014

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado SÉRGIO MÜLLER DE FREITAS, com endereço na Rua Manoel José Emerenciano, 110 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara - SC, inscrito no CPF nº 037.822.429-80, RG nº. 3.885.366 – SSP/SC, PIS nº 190.04846.85-1, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO.

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de regência da Fanfarra Municipal FAMUSPA, a ser realizado junto a Escola Dr. Adalberto Tolentino de carvalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste Contrato será de 24/03/2014 a 19/12/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado fica obrigado:

- A prestar os serviços definido no objeto deste contrato, com jornada de trabalho de 07 horas semanais;
- Ensinar e reger a Fanfarra Municipal;
- Sempre comparecer nos eventos quando solicitado pela Prefeitura;
- E outras obrigações vinculadas ao presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de São José para dirimir qualquer questão contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal	SÉRGIO MÜLLER DE FREITAS Contratado
--------------------------------------	--

Contrato de Prestação de Serviço N.º 045/2014 CONTRATO Nº 045/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. MORILO BEPPLER, residente a Estrada Geral de Rio Forquilhas Baixo São Pedro de Alcântara - SC, portador do RG: 1/R- 1.661.678, inscrito no CPF sob nº 398.673.589-53, PIS/PASEP nº. 119.78232.19-0 doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à roçada de 8 km de extensão nos dois lados da estrada geral de Rio Forquilhas Alto e Rio Forquilhas Baixo – São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

O pagamento será efetuado em duas parcelas, no valor de R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste Contrato será de 01/04/2014 a 31/05/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

As despesas com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

MORILO BEPPLER
Contratado

Errata do Contrato Nº 038/2014 ERRATA DO CONTRATO Nº 038/2014

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: CONTRATO 039/2013

Leia-se: CONTRATO 038/2014

Os demais termos e condições do Contrato 038/2014 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 25 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DECRETO 042.2014 ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO Nº042/2014
TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:
Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2015– Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 40.000,00

Anula:
3.3.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Suplementa:
3.1.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.12.365.4-2016– Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 55.000,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº. 47/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 47/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 23/2014-PMS

Processo nº. 52/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.666.159/0001-89, estabelecida na Rua Venâncio da Silva, nº 353, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-230.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para conserto de cadeiras de uso nos setores da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Gabinete do Prefeito e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pistão a gás	25	Unidade	65,00	1.625,00
02	Aranha 4001	1	Unidade	75,00	75,00
03	Rodízios	110	Unidade	8,00	880,00
04	Assento Secretária pp bege queimado	1	Unidade	54,50	54,50
05	Assento Secretária pp marom / preto	1	Unidade	54,50	54,50
06	Flange SC	1	Unidade	55,50	55,50
07	Aranha 4004	3	Unidade	65,00	195,00
08	Assento 4014 cinza / preto	1	Unidade	50,00	50,00
09	L de encosto	1	Unidade	31,50	31,50
10	Kit Encosto	1	Unidade	20,00	20,00
TOTAL R\$					3.041,00

Valor do contrato: R\$ 3.041,00 (Três mil e quarenta e um reais).

Data da Assinatura: 25/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 38/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 38/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 19/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 17/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PHARMA E PHORMULA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.045.955/0001-04, estabelecida na Av. Mal. Deodoro da Fonseca nº. 1034, sala 03, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-700.

Objeto: Aquisição de medicamento a ser fornecido para paciente, através de determinação judicial processo 50025175920114047209, pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	NITROFURANTOÍNA 5MG/ML 270ML	03	FRASCO	33,33	99,99
VALOR R\$ TOTAL					99,99

Valor do contrato: R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Data da Assinatura: 25/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 39/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 39/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 21/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 19/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FRIOGASMAQ COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.985.079/0001-57, estabelecida Rua Marina Frutuoso, nº 636, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-500.

Objeto: aquisição e instalação de termostato para a geladeira da sala de vacina da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e instalação/troca de termostato para geladeira; Modelo: Bosch E-NR KSG325006K/17 FD8906 036936; 320 Litros; 220 v; 60 Hz; 127w	01	Unidade	170,00	170,00
VALOR R\$ TOTAL					170,00

Valor do contrato: R\$ 170,00 (cento e setenta reais)

Data da Assinatura: 25/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 40/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 40/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 20/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 18/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: KN INDUSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.362.128/0005-90, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 840, Centro Sul, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: aquisição e instalação de par de placas refletivas e lacre para veículo oficial modelo Corsa, placa MDO7506, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e instalação de par de placas refletivas e lacre para veículo oficial modelo Corsa, placa MDO7506	01	Unidade	125,00	125,00
VALOR R\$ TOTAL					125,00

Valor do contrato: R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 25/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANA PAULA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 028.157.859-19, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de ENFERMEIRA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 04 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 25 de março de 2014.

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público Nº. 003/2013-ESF

Convocação Concurso Público nº. 003/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LARYCE GALVAN, inscrita no CPF sob nº. 054.731.969-00, aprovada em 13º lugar no Concurso Público nº. 003/2013-ESF, para o cargo de MÉDICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 04 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 25 de março de 2014.

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KARINA RETZLAFF, inscrito no CPF sob nº. 031.161.679-82, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de TÉCNICA EM INSEMINAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00 h do dia 04 de abril de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 25 de março de 2014.

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5.502/2014, de 25 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.502/2014, de 25 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, por meio de Ofício nº 04/2014 – SMS, datado de 10 de março de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Farmacêutica para atuar na Secretaria de Saúde Municipal;

Considerando que esta contratação será em substituição tendo em vista o pedido de demissão da servidora Luciane Jezur em 12/03/2014;

Considerando que o Concurso Público nº02/2011 ainda está vigente, porém, a lista de candidatos foi exaurida;

Considerando que o referido secretário já foi orientado proceder com os ditames para realização do processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que os profissionais da Farmácia Básica do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e a entrega dos medicamentos conforme legislação específica e continuidade do incentivo do Programa de Melhoria do Acesso;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.901/2014, de 24/03/2014, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR a Sra. Grazielle Baniski Pacheco, para exercer o cargo de Farmacêutica, percebendo o nível salarial nº 50 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações, a ser pago proporcionalmente de acordo com a carga horária necessária ao atendimento de toda a população, determinada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, assinando contrato entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de março de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.503/2014, de 25 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 5.503/2014, de 25 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por licença-maternidade de Adriana de Fatima Dorigon Adams em 21 de fevereiro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Gustavo Luis Deretti para exercer o cargo de Professor B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.902/2014 de 24 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.902/2014 de 24 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.255,53 (sete mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.368 - Alimentação Centro de Educação Infantil
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0060 - Material de Consumo R\$ 476,16
05.02.12.365.3009.2.373 - Merenda Escolar - Pré-escolar
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0060 - Material de Consumo R\$

5.129,51

05.02.12.368.3009.2.325 - Merenda Escolar - Ens. Fundamental
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0060 - Material de Consumo R\$ 1.647,72

05.04 - UNIDADE DO FUNDEB

05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0018 - Obrigações Patronais R\$ 2,14

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0060 R\$ 7.253,39

Superávit Financeiro do FUNDEB - Recurso: 00.03.0018 R\$ 2,14

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Dispensa Nº 23/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 23/2014 - DL
	Processo Nr.: 52/2014 Data: 25/03/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP Endereço: R. VENÂNCIO DA SILVA PORTO, 353 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 80.666.159/0001-89	Código: 6080 Inscrição Estadual: 251.631.656
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para conserto de cadeiras de uso nos setores da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Gabinete do Prefeito e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	25,00	Pistão a gás	UN	65,00	1.625,00
2	1,00	Aranha 4001	UN	75,00	75,00
3	110,00	Rodízios	UN	8,00	880,00
4	1,00	Assento Secretária pp bege queimado	UN	54,50	54,50
5	1,00	Assento Secretária pp marom / preto	UN	54,50	54,50
6	1,00	Falange SC	UN	55,50	55,50
7	3,00	Aranha 4004	UN	65,00	195,00
8	1,00	Assento 4014 cinza / preto	UN	50,00	50,00
9	1,00	L de encosto	UN	31,50	31,50
10	1,00	Kit Encosto	UN	20,00	20,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Este levantamento para conserto, conforme objeto acima, ocorre normalmente uma vez no ano. Portanto se faz necessário este trabalho com urgência, pois existem muitas cadeiras sem condições de uso e gerando constantes reclamações dos usuário. Como se trata de pequenas oficinas que se prontificam a realizar estes serviços, torna-se muito difícil despertar interesse das mesmas, para participarem em licitações. Tratando-se de serviços que ocorre muito esporadicamente, optamos por Dispensa.

Schroeder, 25 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 23/2014 - DL

Processo Nr.: 52/2014
Data: 25/03/2014

Folha: 2/2

19/3/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Março de 2014

Valor da Despesa: 3.041,00 (três mil e quarenta e um reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 17/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 17/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 19/2014 Data: 25/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: PHARMA & PHORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - M Endereço: AV MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 1034, SA Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 07.045.955/0001-04	Código: 10831 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de medicamento a ser fornecido para paciente, através de determinação judicial processo 50025175920114047209, pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	NITROFURANTOÍNA 5MG/ML 270ML	FR	33,33	99,99

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA PACIENTE PROCESSO 50025175920114047209

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 25 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2014 - DL**

Processo Nr.: 19/2014
Data: 25/03/2014

Folha: 2/2

24/03/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Março de 2014

Valor da Despesa: 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 19/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 19/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 21/2014 Data: 25/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: FRIOGASMAQ COMERCIAL LTDA Endereço: RUA MARINA FRUTUOSO, 636 Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC CNPJ: 00.985.079/0001-57	Código: 8295 Inscrição Estadual: 253.173.795
Objeto da Compra: Aquisição e instalação de termostato para a geladeira da sala de vacina da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aquisição e instalação/troca de termostato para geladeira; Modelo: Bosch E-NR KSG325006K/17 FD8906 036936; 320 Litros; 220 v; 60 Hz; 127w	UN	170,00	170,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Há urgência da aquisição e instalação de termostato para a geladeira da sala de vacina, pois esta geladeira é utilizada para armazenamento das vacinas para atendimento de todos os munícipes de Schroeder, se a temperatura da geladeira não estiver adequada para armazenar as vacinas elas estragam, perdendo-se dinheiro e correndo riscos se os munícipes não são devidamente vacinados, sendo esta uma obrigação do Município.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 25 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 19/2014 - DL**

Processo Nr.: 21/2014
Data: 25/03/2014

Folha: 2/2

24/03/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Março de 2014

Valor da Despesa: 170,00 (cento e setenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa nº 18/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 18/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 20/2014 Data: 25/03/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: KN INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO, 840 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 76.362.128/0005-90	Código: 12792 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição e instalação de par de placas refletivas e lacre para veículo oficial modelo Corsa, placa MDO7506, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aquisição e instalação de par de placas refletivas e lacre para veículo oficial modelo Corsa, placa MDO7506	UN	125,00	125,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de veículo usado para transporte fora domicílio (TFD) e ser de extrema necessidade a sua circulação de forma regular visto que o lacre foi violado.

Schroeder, 25 de Março de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2014 - DL

Processo Nr.: 20/2014
Data: 25/03/2014

Folha: 2/2

24/3/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Março de 2014

Valor da Despesa: 125,00 (cento e vinte e cinco reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta**PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial Nº 021/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Aquisição de Mobiliário sob medida destinados a equipar o ambiente da Biblioteca Pública Municipal de Serra Alta.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08 de Abril de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08 de Abril de 2014.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 26 de março de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Pregão Presencial Nº 10/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2014 -FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 - FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Próteses Dentárias para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde aos municípios Serraltenses que necessitam, atendendo ao Programa Saúde Bucal Saudável para adultos, nos termos da legislação municipal vigente.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 10 de Abril de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 10 de Abril de 2014.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 26 de março de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Siderópolis**PREFEITURA****Decreto Nº 19/2014**

DECRETO Nº 19 DE 28 DE JANEIRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA "PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA" (CMAA), NOMEAÇÃO DE MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inciso VII da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art.1º - Fica criada a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança - CMAA, Gestão 2013-2016.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa "Prefeito Amigo da Criança" (CMAA), que será composta por Representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, na forma paritária, que terá a seguinte composição:

I - Representantes do Poder Público Municipal:

a) Presidente do CMDCA, Presidente do CMAA, Professora da Rede Municipal, Marilene Machado de Souza, telefone nº 99287953, e-mail: ceicriancacidade@sideropolis.sc.gov.br.

b) Representante da Assistência Social, Coordenadora do CRAS Nezinho Feltrin, Mariângela de Mattia Cardoso.

c) Representante da Secretaria de Saúde, Enfermeira de ESF, Gabriela Casagrande Savi.

d) Representante da Secretaria de Finanças, Assessor Especial, Roberto Júlio Ribeiro.

e) Representante da Secretaria de Administração, Chefe de Setor I, Helena Seika Tanabe do Livramento.

f) Representante da Câmara de Vereadores, Vereador, Joênio Marques.

I - Representante da Sociedade Civil

a) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis e Treviso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis e Treviso, Valmir de Bona.

b) Representante do Movimento de Irmãos, Conselho Municipal de Educação, Professora da Rede Pública Municipal, Iêda Tomasi Ribeiro.

c) Representante do Movimento Familiar Cristão, Conselho do FUNDEB, Assistente Técnico Pedagógica de Escola da Rede Pública Estadual, Luciana de Souza Bettiol.

d) Representante da Sociedade, Estudante, João Gabriel Niotti Pereira.

e) Representante do Lions Clube, Marlene Frassetto de Souza.

f) Representante da Associação de Pais e Professores (APP) da Escola Pública Estadual, Presidente da APP, Clademir Manoel de

Souza.

Art. 3º - A Referida Comissão ficará responsável pelo acompanhamento e avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança - CMAA-PPAC, no município.

Art. 4º - As funções dos membros da comissão nomeada neste Decreto serão exercidas graciosamente, sendo considerados serviços relevantes do poder público.

Art 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 164/2013.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de Janeiro de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Janeiro de 2014.

Decreto Nº 20/2014

DECRETO N.º 20, DE 28 DE JANEIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 57.124,83 (cinquenta e sete mil, cento e vinte quatro reais e oitenta e três centavos), para suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
		Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	08	
FUNÇÃO	15	Urbanismo
		Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
PROGRAMA	03	
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
		Transferências de Convênios
RECURSO	01.0024	
		Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	

Valor: R\$ 57.124,83 (cinquenta e sete mil, cento e vinte quatro reais e oitenta e três centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de

vinculados, referente ao Contrato de Repasse nº0310060-82/2009 – Programa: Gestão da Política de Desenvolvimento no valor de R\$ 57.124,83 (cinquenta e sete mil, cento e vinte quatro reais e oitenta e três centavos), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de janeiro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de janeiro de 2014.

Decreto Nº 21/2014

DECRETO N.º 21, DE 28 DE JANEIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.051,55 (quatorze mil, cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), para suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
		Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	08	
FUNÇÃO	15	Urbanismo
		Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
PROGRAMA	03	
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	01.0024	Transferências de Convênios
		Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	

Valor: R\$ 14.051,55 (quatorze mil, cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de vinculados, referente ao Contrato de Repasse nº0327460-89/2010 – Programa: Gestão da Política de Desenvolvimento no valor de R\$ 14.051,55 (quatorze mil, cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17

de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 28 de janeiro de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de janeiro de 2014.

Decreto Nº 23/2014

DECRETO N.º 23, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

HOMOLOGA ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SIDERÓPOLISE - FAMSID - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Estatuto da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID que dispõe sobre as normas da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID.

Art. 2º - O referido Estatuto, na íntegra, passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de Fevereiro de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de Fevereiro de 2014

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SIDERÓPOLIS – FAMSID.

CAPÍTULO I

DA SEDE, DURAÇÃO E FINS

Art. 1º - A Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com sede na Rua Presidente Dutra, 01, Centro, Siderópolis, instituída pela Lei Municipal nº 2.088 de 18 de novembro de 2013, reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Estatuto, sem prejuízo das disposições da Lei Complementar que a instituiu.

Art. 2º - A FAMSID terá duração indeterminada ficando sua extinção condicionada à aprovação de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Em caso de extinção da FAMSID o seu patrimônio reverter-se-á:

I – os resultados de convênios a quem de direito, consoante ao que neles estiver estabelecido;

II – os demais, ao patrimônio do Município de Siderópolis.

Art. 3º - Respeitadas as competências da União, do Estado, bem como suas legislações, no que couber, a FAMSID terá as seguintes atribuições:

I - executar a Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Siderópolis, prevista na Lei Orgânica do Município – Capítulo VIII,

artigos 143, 144, 145, 146, 147 e Lei Municipal nº 2.088 de 18 de novembro de 2013, fundamentada na preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no Município, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, ao desenvolvimento sustentável, à proteção da dignidade da vida humana;

II - Celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID e a efetiva consecução de seus objetivos e metas;

III - Implantar, fiscalizar e administrar as unidades de conservação e áreas protegidas do município, em consonância com o que dispõe as Leis Ordinárias Federais, a Lei Federal nº. 12.651, de 25 de maio de 2012, a Lei Federal nº. 9985/00 (SNUC), a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e suas posteriores modificações, a Lei Estadual nº. 14.675, de 13 de abril de 2009, a Lei Municipal nº.1951/11, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, as Leis de Proteção Ambiental – APA: Lei nº 1.012/94 de setembro de 1994, que cria área de proteção ambiental dos mananciais do Rio Kuntz, Rio Fiorita e da outras providências, alterada pela Lei nº 1.315 de 31 de outubro de 2000 que altera a redação dos polígonos, Lei nº. 1.080, de 28 de junho de 1995; que autoriza criar área de proteção ambiental dos mananciais do Rio Sangão, Rio Sant’ Ana e outros e da outras providências, alterada pela Lei nº. 1.138, de 22 de outubro de 1996, que autoriza e ratifica a área de proteção ambiental dos mananciais do Rio Sangão, Sant’ Ana e outros, Lei 1.271, de 24 de agosto de 1999 e suas alterações (Lei nº 1.675, de 20 de abril de 2007), que autoriza criar área de proteção ambiental dos mananciais do Rio da Serra, Rio São Bento, Rio Serrinha e o do Costão da Serra no Âmbito Municipal, alterada pela Lei nº 1.675 de 20 de abril de 2007, entre outras que visam à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, e outros bens de interesse ambiental;

IV - Colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de área de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;

V - Controlar os padrões de qualidade ambiental relativo à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento da potabilidade e balneabilidade das águas, além de seu uso e consumo;

VI - Propor normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, em consonância com o que dispõe as Leis municipais, incluindo critérios para a colocação de propaganda em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos;

VII - Implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar reflorestamento, projetos paisagísticos, serviços de jardinagem e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;

VIII - Colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e na normatização e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no município;

IX - Propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem no Município;

X - Estimular a implantação e normatizar as atividades relacionadas ao Turismo Ecológico no Município;

XI - Contribuir na definição das políticas de limpeza urbana, em relação à coleta, reciclagem e disposição do lixo;

XII - Participar na fiscalização das atividades utilizadoras de substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XIII - Promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XIV - Operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

XV - Executar projetos específicos de defesa, preservação, e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XVI - Apoiar com os recursos próprios disponíveis e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XVII - Fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades previstas em lei;

XVIII - Assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos do meio ambiente;

XIX - Licenciar as atividades potencialmente poluidoras no âmbito do Município;

XX - Analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço público de estrutura básica com repercussão ambiental.

Art. 3º - A área de atuação da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID será em todo território municipal na gestão de impactos locais, nos termos da Lei Complementar Federal nº. 140, de 08 de dezembro de 2011, e Resolução do CONSEMA nº. 14/2012 e do CONAMA nº. 237/97, e suas posteriores modificações.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA:

Art. 3º – Constituem Patrimônio e Receita da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID:

I - Dotação orçamentária inicial;

II - Os bens móveis, imóveis e também os que forem adquiridos, ou constituídos para instalação de seus serviços e atividades;

III - Os bens móveis e imóveis e direitos livre de ônus que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais, jurídicas, ou judiciais, privadas ou públicas, nacionais ou internacionais.

IV - As heranças ou legados de qualquer natureza.

Art. 4º – Constituem receitas da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID:

I - Dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município de Siderópolis, além dos recursos específicos recebidos pela Prefeitura e vinculados à Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID;

II - Auxílios e subvenções da União, do Estado ou de quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - recursos financeiros resultantes de:

a) receitas operacionais de sua atividade de prestação de serviços, tais como, taxa, fiscalização no exercício do poder de polícia, licenças ambientais, autorizações e de administração financeira;

b) de conversão especial de bens e direito;

c) de renda de bens patrimoniais;

d) de operação de crédito e financiamento;

e) da extinção de contratos, convênios, acordos celebrados para prestação de serviços;

f) dos saldos do exercício financeiro encerrado;

g) das arrecadações de fundos especiais que proporcionarem resíduos financeiros para o funcionamento da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID;

h) do produto da cobrança de entrada para visitação de parques, APA's, trilhas ecológicas e outras atividades;

i) das ajudas financeiras de qualquer natureza;

j) do produto da venda do patrocínio de qualquer atividade da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID;

l) de depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza que reverterem aos seus cofres, em razão de inadimplemento contratual;

m) das doações, heranças ou legados de pessoas naturais e jurídicas, privada ou pública, nacionais ou estrangeiras, bem como multas, indenizações e restituições;

n) de quaisquer outras receitas inerentes as suas atividades;

o) de quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros, os bens e direitos da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID, serão administrados e aplicados, exclusivamente na execução de seus objetivos.

Art. 5º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º - Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID terá a seguinte estrutura Organizacional na forma do anexo I da Lei Complementar nº. XX/2013:

I - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE SIDERÓPOLIS – COMDEMA.

II - ORGÃOS DE DIREÇÃO.

Presidente.

Diretor Administrativo e Financeiro.

Diretor de Educação Ambiental, Unidades de Conservação e Arborização.

Assessoria Jurídica

III - ORGÃO DE EXECUÇÃO

Art. 7º - À Presidência da Fundação compete:

I - representar a Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as leis de política municipal do meio ambiente e a legislação estadual e federal pertinente, firmar acordos, contratos e convênios, termo de cooperação com entidades públicas e privadas, administrar, supervisionar e praticar todos os atos administrativos ao funcionamento da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID, bem como os demais previstos no Estatuto.

Art. 8º - Diretor Administrativo e Financeiro

I- representar a Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as leis de política municipal do meio ambiente e a legislação estadual e federal pertinente, firmarem acordos, contratos e convênios, termo de cooperação com entidades públicas e privadas, administrar, supervisionar e praticar todos os atos

administrativos e financeiros ao funcionamento da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID, bem como os demais previstos no Estatuto.

Art. 9º - Diretor de Educação Ambiental, Unidades de Conservação e Arborização

I-representar a Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as leis de política municipal do meio ambiente e a legislação estadual e federal pertinente, firmarem acordos, contratos e convênios, termo de cooperação com entidades públicas e privadas, administrar, supervisionar e praticar todos os atos administrativos ao funcionamento da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID, bem como os demais previstos no Estatuto.

Art. 10º - Assessoria Jurídica

I- representar a Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as leis de política municipal do meio ambiente e a legislação estadual e federal pertinente, firmarem acordos, contratos e convênios, termo de cooperação com entidades públicas e privadas, administrar, supervisionar e praticar todos os atos administrativos ao funcionamento da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID, bem como os demais previstos no Estatuto.

SEÇÃO I DAS DIRETORIAS E DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 11º - Às Diretorias e Assessoria Jurídica, dirigidas por Diretores, serão de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Fundação, devendo serem ocupadas preferencialmente por servidores de carreira da Fundação e são as seguintes:

I - Diretor Administrativo e Financeiro

II- Diretor de Educação Ambiental, Unidades de Conservação e Arborização.

III-Assessoria Jurídica.

Art. 12º - Compete à Diretoria Administrativa e Financeira, Diretor de Educação Ambiental, Unidades de Conservação e Arborização e Assessoria Jurídica aquelas descritas nos artigos 8º, 9º e 10º respectivamente.

SUBSEÇÃO I DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 13º - A Fundação terá ainda, para a execução de seus fins, o seguinte quadro de cargos de provimento efetivo com suas respectivas atribuições, condições de trabalho e forma de recrutamento nos termos da Lei nº 2088 de 18 de novembro de 2013:

a) Biólogo

Desenvolvimento de atividades conforme as atribuições profissionais, como exemplos: emissão de pareceres técnicos sobre todas as atividades potencialmente poluidoras, ou as de degradação ambiental, análise e licenciamento das atividades passíveis de degradação ambiental, análise e elaboração projetos de controle ambiental, fiscalização do controle da poluição de todas as suas formas no município, monitoramento, fiscalização das áreas protegidas, bem como as demais funções previstas no estatuto. Cumprir as determinações dos órgãos de direção. Exercer atividades que exigem o domínio de softwares específicos da área.

b) Engenheiro Ambiental

Desenvolvimento de atividade conforme as atribuições profissionais, como exemplos: emissão de pareceres técnicos, elaboração e análise de projetos técnicos, licenciamento de atividades passíveis de degradação ambiental, propor medidas mitigadoras e compensatórias em processos de licenciamento ambiental,

monitoramento das atividades degradadas, análise dos processos de gestão de resíduos, elaboração e análise de projetos de saneamento ambiental, bem como as demais atividades constantes no estatuto. Cumprir as determinações dos órgãos de direção.

c) Engenheiro Agrônomo

Desenvolvimento de atividades conforme as atribuições profissionais, como exemplos: emissão pareceres técnicos, análises de projetos, inventários florestais, licenciamento e monitoramento das atividades da flora, e dos recursos naturais, elaboração de projetos de arborização e de cultivo junto ao horto, bem como as demais atividades constantes no estatuto. Cumprir as determinações dos órgãos de direção.

d) Fiscal do Meio Ambiente

Desenvolvimento das seguintes atividades: emissão de notificações e auto de infrações, fiscalização e monitoramento da produção de carvão vegetal, queimadas, disposição de embalagens de defensivos agrícolas, dos recursos hídricos, poluição atmosférica, extração de recursos naturais não renováveis, disposição de resíduos sólidos no solo, lançamento de efluentes, emissão de sons e ruídos, bem como, fiscalização das condicionantes das licenças e o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal na área ambiental, bem como as demais atividades constantes no estatuto da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID.

e) Assistente Técnico Administrativo

Desenvolvimento de atividades administrativas, abrangendo serviços de operacionalização, manutenção execução de serviços burocráticos, receber e prestar informações, digitar material inerente ao setor, organizar e manter atualizados os arquivos, prestar assessoramento na área administrativa, recursos humanos, bem como as demais atividades constantes no estatuto da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID. Cumprir as determinações dos órgãos de direção, domínio de softwares e de informática.

f) Assistente Técnico de Contabilidade:

Atividade de nível médio, de complexidade mediana referente à: atividades de natureza qualificada, abrangendo os serviços de folha de salário, recursos humanos - RH, licitações, executar os trabalhos de análise e conciliação de contas, classificar e contabilizar as despesas, receitas e movimentação financeira, elaborar quadros demonstrativos, relatórios e tabelas, compilando dados contábeis, participar da elaboração de balancetes e balanços, aplicando normas contábeis, organizar demonstrativos e relatórios de comportamento das dotações orçamentárias, elaborar prestações de contas de convênios, concursos e outros recursos específicos, acompanhar saldos orçamentários para autorização de realização de despesas, manter arquivo da documentação relacionada a contabilidade, participar de programas de treinamento e atividades inerentes ao cargo técnico de contabilidade, bem como as demais atividades constantes no estatuto da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID.

g) Químico ou Engenheiro Químico

Desenvolvimento de atividades inerentes a formação profissional, como exemplos: direção, supervisão, programação, coordenação, orientação e responsabilidade técnica no âmbito das respectivas atribuições; análise química e físico-química, químico-biológica, fitoquímica, bromatológica, químico-toxicológica, sanitária e legal, padronização e controle de qualidade; vistoria, perícia, avaliação,

arbitramento e serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e atestados, no âmbito das respectivas atribuições; estudo, elaboração e execução de projetos da área; desempenho de cargos e funções técnicas no âmbito das respectivas atribuições; exame e controle da poluição em geral e da segurança ambiental, quando causados por agentes químicos e biológicos.

h) Advogado

Atividades de caráter jurídico, que consiste na representação judicial do Município nas demandas relacionadas ao Meio Ambiente, em que ele seja autor ou réu, oponente ou assistente; representá-lo extrajudicialmente; emitir pareceres sobre questões jurídicas, minutas de leis, decretos, portarias, contratos e outros atos normativos; orientar e preparar processos administrativos; prestar assessoramento jurídico ao Prefeito e demais órgãos da Administração; revisar os projetos de leis, decretos, portarias e outros atos normativos, antes de serem assinados e publicados; providenciar minutas de contratos, leis, decretos, portarias e outros atos normativos; providenciar a elaboração de razões de vetos a projetos de lei; contratar serviços profissionais de outros advogados para desenvolverem tarefas específicas e de relevância; substabelecer a outro advogado o mandato outorgado pelo Município, funcionando sempre em conjunto; exercer outras atividades inerentes à função atribuída a ele.

i) Agente de Serviços Gerais

Atividades de natureza operacional, de limpeza, poda, arborização, ajardinamento, pintura, manutenção de máquinas, equipamentos, serviços de zeladoria, abrangendo trabalhos braçais em geral, protocolo, bem como as demais atividades constantes no estatuto da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis - FAMSID. Cumprir as determinações dos órgãos de direção

j) Motorista

Atividades de natureza operacional, abrangendo condução e conservação de veículos motorizados utilizados no transporte oficial de passageiros e cargas; dirigir automóveis, caminhonetes, veículos leves de transporte de passageiros, caminhões, micro-ônibus, ônibus escolar e ambulâncias; verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros, para o transporte de cargas; verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; efetuar transporte de pacientes que necessitam de atendimento urgente, dentro ou fora do Município; realizar transporte de estudantes da rede municipal de educação; orientar o carregamento e descarregamento de cargas a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados; observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura; fazer pequenos reparos de urgência; manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; auxiliar na carregamento e descarregamento de volumes; auxiliar na distribuição de volumes, de acordo com normas e roteiros pré- estabelecidos; conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado. Executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas

nesta lei.

SEÇÃO II

DO ÓRGÃO DE DIREÇÃO

Art. 14º - O Órgão de Direção têm como objetivo estruturar e assessorar internamente o funcionamento dos serviços da Fundação por meio de consultoria técnica e jurídica.

Art. 15º - A Unidade de Assessoramento é composta pela:

I - Assessoria Jurídica;

SUBSEÇÃO I

DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 16º - A Assessoria Jurídica é composta por um assessor jurídico e advogado ocupante de cargo de provimento efetivo, subordinados diretamente ao Presidente da Fundação, competindo-lhes:

I - a prestação de consultoria jurídica, mediante a emissão de pareceres;

II - promoção da defesa da Fundação em juízo e fora dele, de conformidade com as diretrizes jurídicas emanadas da Procuradoria Geral do Município, quando esta não o fizer;

III - a articulação com a Procuradoria Geral do Município, visando ao cumprimento de atos normativos, bem como a execução de outras atividades jurídicas e afins.

IV - sendo necessário, a assessoria poderá contratar serviços de profissionais capacitados, externamente.

Parágrafo único - O cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico é de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Fundação.

CAPÍTULO IV

DOS REGIMES ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 17º - Os regimes orçamentário e financeiro da Fundação obedecerão ao disposto nas normas legais aplicáveis à Administração Pública.

Art. 18º - O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 19º - O Presidente encaminhará a proposta orçamentária ao Executivo Municipal, especificando separadamente as despesas de capital e custeio até a data definida pela Administração Pública.

Art. 20º - A prestação de contas anual será acompanhada dos seguintes elementos:

I - balanço patrimonial;

II - balanço financeiro;

III - balanço orçamentário;

IV - quadro comparativo entre receita prevista e realizada;

V - quadro comparativo entre despesa prevista e realizada;

VI - demonstrativo de receita e despesa segundo a categoria econômica;

VII - natureza da despesa segundo categoria econômica;

VIII - programa de trabalho;

IX - programa de trabalho do governo;

X - demonstrações das variações patrimoniais;

XI - demonstrativo de despesas por órgãos e funções, programas e subprogramas;

XII - demonstração da dívida flutuante.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º - O Estatuto, a ser aprovado por Decreto do Prefeito Municipal, disporá sobre as demais condições específicas e complementares de funcionamento da Fundação, respeitados os princípios estabelecidos na Lei Complementar e neste Estatuto.

Art. 22 º - O quadro de pessoal e a estrutura administrativa estabelecida no presente Estatuto entrará em funcionamento, gradualmente, na medida em que os Órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração e as disponibilidades dos recursos.

Art. 23 º – Todos os cargos da Fundação previstos neste estatuto, serão regidos pela CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas conforme Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943.

Art. 24 º – As alterações que se fizerem necessárias deverão ser processadas da mesma forma que sua elaboração.

Art. 25 º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor.

Art. 26 º - Este presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin,
Em 07 de Fevereiro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 25/2014

DECRETO N.º 25 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014
REGULAMENTA O INCISO IV DO ART.330 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.255/98.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere de conformidade com o Art. 51, V, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art.28, §1º e 2º da Lei Complementar nº 1.486/2003.

DECRETA:

Art. 1º - O imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, que incidirá sobre os itens 7.02 e 7.05 do Anexo I da Lista de Serviços, constante na Lei 1.486/03, será arrecadado da seguinte forma:

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA

CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	R\$ 13,50 P/M²
EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES	R\$ 18,00 P/M²
CONSTRUÇÃO PARA FINS INDUSTRIAIS	R\$ 17,00 P/ M²
CONSTRUÇÃO PARA FINS COMERCIAIS	R\$ 16,00 P/M²
CONSTRUÇÕES MISTAS (TODAS)	R\$ 12,00 P/ M²

CONSTRUÇÕES EM MADEIRA

CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR/MULTIFAMILIAR	R\$ 11,50 P/M²
CONSTRUÇÃO PARA FINS COMERCIAIS	R\$ 13,00 P/M²

CONSTRUÇÕES EM MADEIRA OU ALVENARIA

CONSTRUÇÃO DE EDÍCULAS/TELHEIROS/DEPÓSITOS E SEMELHANTES	
PARA FINS DE USO RESIDENCIAL	R\$9,00 P/M²
PARA FINS INDUSTRIAIS E OU COMERCIAIS	R\$12,00 P/M²

Art. 2º - As obras em madeira com área de até 40m², ficarão isentas do recolhimento do ISSQN.

Art. 3º - As obras executadas pelo proprietário do imóvel e que use mão de obra própria, bem como as obras executadas em regime de mutirão, desde que comprovada execução própria, ficarão isentas* do recolhimento de ISSQN.

Art. 4º - O valor de ISSQN a ser recolhido poderá ser pago em até 05 (cinco) parcelas, sendo que a parcela mínima não poderá ser inferior a R\$600,00 (seiscentos reais).

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 18 de fevereiro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de fevereiro de 2014.

Decreto Nº 31/2014

DECRETO N.º 30, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco Atenção Básica – PAB Fixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	19	

Valor: R\$ 50.000,00 (cinqüentamil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados do Bloco de Atenção Básica - PAB, no valor de R\$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei

Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de fevereiro de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de fevereiro de 2014.

Decreto Nº 34/2014

DECRETO N.º 34, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para suplementar no orçamento da Secretaria de Educação e Esporte, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	09	Gestão de Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	01.1058	Salário Educação
PROJETO/ATIVIDADE	1001	Aquisição de Área, Construção e Reforma de Unidades de Ensino Fundamental
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

VALOR: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação

PROGRAMA	09	Gestão de Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	01.1058	Salário Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2007	Aquisição de Área, Construção e Reforma de Unidades de Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

Valor: 29.000,00 (vinte e nove mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados ao Salário Educação, no valor de R\$ 29.037,60 (vinte e nove mil, trinta e sete reais e sessenta centavos), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de fevereiro de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de fevereiro de 2014.

Decreto Nº 35/2014

DECRETO N.º 35, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº001/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº1.111/1996 combinada com a 1.767/2008;

DECRETA

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 001/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social, que aprova A prestação de contas dos benefícios eventuais de recursos recebidos através do FEAS.

Art. 2º - A referida Resolução, na íntegra, passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de Fevereiro de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2014.

Decreto Nº 36/2014

DECRETO N.º 36, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

NOMEIA OS MEMBROS DO GRUPO CONSULTIVO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SIM) NO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E ATRIBUI COORDENAÇÃO AO GRUPO CONSULTIVO E SERVIÇO DE INSPEÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições conferidas no disposto do inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições do art. 14, da Lei nº.2.054, de 16 de julho de 2013, considerando o objetivo de emitir pareceres sobre todos os processos de estabelecimentos de produtos de origem animal, localizados no âmbito do Município.

DECRETA :

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Grupo Consultivo do Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (SIM):

- a) Representante da Secretaria da Municipal de Agricultura: Ronaldo Remor;
- b) Empresa de Pesquisa e Extensão Rural – EPAGRI: Nicolau José Fernandes;
- c) Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária: Jesieny Bonassa Martins;
- d) Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC: Carla Zoche;
- e) Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL: Dilnei Demétrio
- f) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR: Jadna Chipinski Damian De Mattia.

Art. 2º - O Coordenador do Grupo Consultivo e do Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Animal do Município será de responsabilidade do Médico Veterinário da Secretaria da Agricultura do Município de Siderópolis: Leomar Dalcin.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 28 de fevereiro de 2014
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Fevereiro de 2014.

Decreto Nº 37/2014

DECRETO N.º 37 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos

do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para suplementar no orçamento da Secretaria de Educação e Esporte, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
PROGRAMA	09	Gestão de Incentivo aos Esportes
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.014	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas
CÓDIGO REDUZIDO	60	

VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de fevereiro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de fevereiro de 2014.

Decreto Nº 38/2014

DECRETO N.º 38, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.935,28 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais, e vinte e oito centavos), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
		Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
PROGRAMA	07	
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde
		Investimentos, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	

Valor: R\$ 58.935,28 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais, e vinte e oito centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme proposta nº11270545000113005 ref. ao Programa de Requalificação de UBS, no valor de R\$ 58.935,28 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais, e vinte e oito centavos), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 40/2014

DECRETO N.º 40 DE 05 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
		Gestão da Infra Estrutura e Mob. Urbana
PROGRAMA	03	
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
		Aquisição de Equip., Veículos e Maquinas
PROJETO/ATIVIDADE	1.014	
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	89	

VALOR: R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 39/2014

DECRETO N.º 39, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.1002	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	7	

Valor: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.1002	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	4	

Valor: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 – Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 05 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 41/2014

DECRETO N.º 41 DE 05 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 337.031,25 (trezentos e trinta e sete mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
FUNÇÃO	20	Agricultura
PROGRAMA	12	Gestão de Apoio a Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.017	Manutenção do Depto de Agricultura
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	71	

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
FUNÇÃO	20	Agricultura
PROGRAMA	12	Gestão de Apoio a Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
RECURSO	01.0024	Recursos de Convênios
PROJETO/ATIVIDADE	2.017	Manutenção do Depto de Agricultura
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	105	

VALOR: R\$ 327.031,25 (trezentos e vinte e sete mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e de recursos vinculados referente Contrato 784920/2013 – Processo 1005197-78/2013 através da comunicação da Caixa Econômica Federal no ofício nº 482/2014/GIDUR/CR no valor de R\$ 327.031,25 (trezentos e vinte e sete mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 42/2014

DECRETO N.º 42 DE 05 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Des.Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manut.do Fundo Munic. de Assist. Social
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	07	

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 43/2014

DECRETO N.º 43 DE 05 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilid. Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.004	Construção, Ampliação e Refor. de Praças
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	78	

VALOR: R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 44/2014

DECRETO N.º 44, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Investimentos, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	

Valor: R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme proposta nº11270545000113001 ref. ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 45/2014

DECRETO N.º 45, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 125.551,35 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Investimentos, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	

Valor: R\$ 125.551,35 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme proposta nº 11270545000113003 ref. ao Programa de Requalificação de Unidade Básica de Saúde, no valor de R\$ 125.551,35 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Decreto Nº 46/2014

DECRETO N.º 46, DE 06 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Investimentos, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	

Valor: R\$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme proposta nº 11270545000113003 ref. ao Programa de Requalificação de Unidade Básica de Saúde, no valor de R\$ 52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 06 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de março de 2014.

Decreto Nº 47/2014

DECRETO N.º 47 DE 06 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mob. Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	01.0024	Transferência de Convênios – Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pav., Conserv. E Recup. de Ruas e Aven.
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	

VALOR: R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados referente Contrato 786408/2013 – Processo 1006019-23/2013 através da comunicação da Caixa Econômica Federal no ofício nº 476/2014/GIDUR/CR no valor de R\$ de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 06 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de março de 2014.

Decreto Nº 48/2014

DECRETO N.º 48, DE 06 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	01.0055	Convênio Trânsito – Civil
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manut. dos Recur. de Conv. com Trânsito
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	01.0055	Convênio Trânsito – Civil
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manut. dos Recur. de Conv. com Trânsito
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	12	

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 – Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de março de 2014.

Decreto Nº 49/2014

DECRETO N.º 49 DE 14 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, FUNDAM, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mob. Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	01.0024	Transferência de Convênios – Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pav., Conserv. E Recup. de Ruas e Aven.
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	

VALOR: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme Programa de Transferência 2013000640 – Pacto pelos Municípios/FUNDAM Fundo de Apoio aos Municípios no valor de R\$ de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 06 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de março de 2014.

Decreto Nº 50/2014

DECRETO N.º 50, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 134.325,00 (cento e trinta e quatro mil trezentos e vinte e cinco reais), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde
		Investimentos, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	

Valor: R\$ 134.325,00 (cento e trinta e quatro mil trezentos e vinte e cinco reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados conforme proposta nº 11270545000113004 ref. ao Programa de Requalificação de Unidade Básica de Saúde, no valor de R\$ 134.325,00 (cento e trinta e quatro mil trezentos e vinte e cinco reais), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de março de 2014.

Decreto Nº 51/2014

DECRETO N.º 51, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde
		Manut. do Bloco de Assistência Farmacêutica
PROJETO/ATIVIDADE	2.025	
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	13	

Valor: R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados ref. ao Transferências de Convênios com o Estado - Saúde, no valor de R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de março de 2014.

Decreto Nº 52/2014

DECRETO N.º 52, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0067	Assistência Farmacêutica Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.025	Manut. do Bloco de Assistência Farmacêutica
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	14	

Valor: R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados ref. ao Transferências da Assistência Farmacêutica Básica, no valor de R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de março de 2014.

Decreto Nº 53/2014

DECRETO N.º 53, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar Ambulatorial
RECURSO	01.0065	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
PROJETO/ATIVIDADE	2.031	Manutenção do Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	30	

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme preceitua o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de março de 2014.

Portaria Nº 28/2014

PORTARIA Nº 28, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede Licença para tratar de interesses particulares a servidora LUCILA MAGAGNIN e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares a servidora LUCILA MAGAGNIN, CPF/MF nº 432.493.299-91, Professora, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 1 (dois) ano, a partir de 13/02/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 03 de Fevereiro de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Fevereiro de 2014.

Portaria Nº 39/2014

DECRETO N.º 69, DE 01 DE ABRIL DE 2013

ALTERA O CARGO DA FUNCIONÁRIA DAIANE FERREIRA GOMES

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o cargo da funcionária DAIANE FERREIRA GOMES, brasileira, CPF/MF sob nº 046.222.409-04, para Chefe de Departamento – C2, na Secretaria de Administração, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de Abril de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Abril de 2013.

Portaria Nº 44/2014

PORTARIA Nº 44, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede Licença para tratar de interesses particulares a servidora MARLEI ELISETE VALDATTI SOUZA e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares a servidora MARLEI ELISETE VALDATTI SOUZA, CPF/MF nº 037.953.139-96, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil e Creche, do Quadro Permanente do Município, no período de 07/02/2014 a 07/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 17 de Fevereiro de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Fevereiro de 2014.

Portaria Nº 86/2014

PORTARIA Nº 86, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede FG à Servidora Jesieny Bonassa Martins

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada à servidora JESIENY BONASSA MARTINS, CPF nº 915.641.159-68, Auxiliar de Enfermagem, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$250,00 Responsabilidade pelo Setor de Vigilância Sanitária, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/02/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de Fevereiro de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Fevereiro 2014.

Portaria Nº 87/2014

PORTARIA Nº 87, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº244/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art.1º da Portaria nº244/2013, passa a vigorar com seguinte redação, a contar de 01/02/2014.

"Art. 1º - Conceder Função Gratificada à servidora ALAIR VICENTE CPF/MF sob nº 064.135.559-98, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$ 250,00, Responsabilidade pelo plantão 24h, em feriados e finais de semana."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 26 de Fevereiro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Fevereiro de 2014.

Portaria Nº 88/2014

PORTARIA Nº 88, DE 05 DE MARÇO DE 2014
RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ZAIRA BORTOLUZZI DONADEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária ZAIRA BORTOLUZZI DONADEL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 060.935.439-60, Psicóloga, na Secretaria de Assistência Social a partir de 09/03/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de Março de 2014
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Março de 2014

Portaria Nº 89/2014

PORTARIA Nº 89, DE 05 DE MARÇO DE 2014
COLOCA À DIPOSIÇÃO DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL IVANA DE CESARO, LOTADA NA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar à disposição do Setor de Administração a servidora IVANA DE CESARO, brasileira, CPF nº579.827.32-68, Auxiliar Administrativo, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de Março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Março de 2014.

Portaria Nº 90/2014

PORTARIA Nº 90, DE 05 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA MARILENE BOTINI DE SILVESTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARILENE BOTINI DE SILVESTRO, brasileira, CPF/MF sob nº 909.388.019-53, para ocupar a função de Agente de Saúde, na Secretaria de Saúde, a contar desta data, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de Março de 2014
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Março de 2014.

Portaria Nº 91/2014

PORTARIA Nº 91, DE 05 DE MARÇO DE 2014
RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO THIAGO RODRIGUES BASTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário THIAGO RODRIGUES BASTOS, CPF/MF sob nº 095.888.409-96, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Portaria Nº 92/2014

PORTARIA Nº 92, DE 05 DE MARÇO DE 2014

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO ADEMIR ELIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário ADEMIR ELIAS, CPF/MF sob nº 245.983.999-53, Operador de Retroescavadeira, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 24/03/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Portaria Nº 93/2014

PORTARIA Nº 93, DE 05 DE MARÇO DE 2014

CONTRATA SANTOS MORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SANTOS MORO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 054.408.469-13, para ocupar a função de Operador de Retroescavadeira, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data até realização de Concurso Público/ Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Portaria Nº 94/2014

PORTARIA Nº 94, DE 05 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA MÁRCIA DO CARMO TRENTA VAMERLATI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora MARIA DO CARMO TRENTA VAMERLATI, CPF/MF 769.241.819-53, Merendeira, a contar de 01/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Portaria Nº 95/2014

PORTARIA Nº 95, DE 05 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA ZELINDA VITALI DE BONA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora ZELINDA VITALI DE BONA, CPF/MF 999.432.049-15, Auxiliar de Serviços Gerais, a contar de 04/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de março de 2014.

Portaria Nº 96/2014

PORTARIA Nº 96, DE 07 DE MARÇO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº 19/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº19/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora RITA DE CÁSSIA PATEL PÉRICO, CPF/MF nº 946.965.359-91, Agente Comunitária de Saúde, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de março de 2014.

Portaria Nº 97/2014

PORTARIA Nº 97, DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA CLAUDETE RAUPP CESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora CLAUDETE RAUPP CESA, CPF/MF nº341.456.139-53, Professora MAG-LP, a contar de 06/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de março de 2014.

Portaria Nº 98/2014

PORTARIA Nº 98, DE 10 DE MARÇO DE 2014
Cessa os efeitos da portaria nº 41/2014
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº41/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora VERA REGINA FERNANDES SPECK, CPF/MF nº 754.986.859-04, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 11/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de março de 2014.

Portaria Nº 99/2014

PORTARIA Nº 99, DE 10 DE MARÇO DE 2014
Cessa os efeitos da portaria nº 14/2014
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da

Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº14/2014, considerando o retorno ao trabalho do servidor DIONE LUIZ BURNAGUI, CPF/MF nº 609.833.619-91, Secretário de Obras, a partir de 01/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de março de 2014.

Portaria Nº 100/2014

PORTARIA Nº 100, DE 10 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA ROQUE CABRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ROQUE CABRAL, brasileiro, CPF/MF sob nº 823.543.249-87, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 17/03/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de Março de 2014
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de Março de 2014.

Portaria Nº 101/2014

PORTARIA Nº 101, DE 13 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA PATRÍCIA OLIVO BOTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente PATRÍCIA OLIVO BOTINI, brasileira, CPF/MF sob nº 045.721.409-01, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Saúde a contar desta data, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 13 de Março de 2014
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de Março de 2014.

Portaria Nº 102/2014

PORTARIA Nº 102, DE 14 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA PATRICK PEDRO DOMINGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente PATRICK PEDRO DOMINGOS, brasileiro, CPF/MF sob nº 055.345.179-05, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos a partir de 17/03/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 14 de Março de 2014
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Março de 2014.

Portaria Nº 103/2014

PORTARIA Nº 103, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Concede Licença para tratar de interesses particulares a servidora LUCIA VICENTE DE MELLO e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares a servidora LUCIA VICENTE DE MELLO, CPF/MF nº 838.068.229-72, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Município, no período de 05/03/2014 a 06/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 17 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 104/2014

PORTARIA Nº 104, DE 17 DE MARÇO DE 2014
Rescinde o Contrato Temporário da funcionária NORMA FONTANELLA DE NEZ e dá outras providências.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária NORMA FONTANELLA DE NEZ, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 415.506.419-72, da função de Professora de Educação Infantil, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar do dia 05 de março de 2014.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 17 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 105/2014

PORTARIA Nº 105, DE 17 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA ROSITA AGASSI SARTOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ROSITA AGASSI SARTOR, brasileiro(a), Inscrição nº 9771, do processo Seletivo nº 04/2013, CPF/MF sob nº 022.278.099-14, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil - 20h, em vaga Vinculada de Marilene Machado de Souza, na CEI Criança Cidadã, a contar de 10/03/2014 até o retorno da titular do cargo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 17 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 106/2014

PORTARIA Nº 106, DE 17 DE MARÇO DE 2014

CONTRATA ELISÂNGELA VITORINO BRUNEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ELISÂNGELA VITORINO BRUNEL, brasileiro(a), Inscrição nº 9796, do processo Seletivo nº 04/2013, CPF/MF sob nº 032.438.289-88, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil - 20h, em vaga Vinculada de Maria de Lourdes P. Marcelino, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 20/03/2014 até 19/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 17 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 107/2014

PORTARIA Nº 107, DE 17 DE MARÇO DE 2014

CONTRATA LUCIANA SIPRIANO DA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente LUCIANA SIPRIANO DA ROSA, brasileiro(a), Inscrição nº 9809, do processo Seletivo nº 04/2013, CPF/MF sob nº 018.063.119-50, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil - 20h, em vaga Vinculada de Xênia de Abreu, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 20/03/2014 até 19/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 17 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 108/2014

PORTARIA Nº 108, DE 17 DE MARÇO DE 2014

CONTRATA PAULA PÉRICO ELIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do

Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente PAULA PÉRICO ELIAS, brasileiro(a), Inscrição nº 9744, do processo Seletivo nº 04/2013, CPF/MF sob nº 097.076.579-79, para ocupar a função de Professor MAG-LP - 10h, em vaga Vinculada de Alessandra Ramiro, na EEBM Aurora Péterle, a contar de 05/03/2014 até 12/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 17 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 109/2014

PORTARIA Nº 109, DE 17 DE MARÇO DE 2014

CONTRATA ANDRÉIA ANSELMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANDRÉIA ANSELMO, brasileiro(a), Inscrição nº 9496, do processo Seletivo nº 04/2013, CPF/MF sob nº 715.647.569-04, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil - 40h, em vaga Vinculada de Rosângela Cardoso Roussenq e Lourdes Maria Zuchinalli, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 05/03/2014 até 19/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 17 de março de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 110/2014

PORTARIA Nº 110, DE 17 DE MARÇO DE 2014

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO DIOGO VINÍCIUS DE MELO DESTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato do funcionário DIOGO VINÍCIUS DE MELO DESTRO, CPF/MF sob nº 060.559.739-10, Médico Plantonista, na Unidade de Saúde São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 14/03/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 17 de março de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 111/2014

PORTARIA Nº 111, DE 17 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA KARINA DE MATTIA DAMIAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente KARINA DE MATTIA DAMIAN, brasileiro(a), Inscrição nº 9503, do processo Seletivo nº 04/2013, CPF/MF sob nº 046.937.639-26, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino - 30h, em vaga Vinculada de Lúcia Vicente de Melo, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 05/03/2014 até 19/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 17 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2014.

Portaria Nº 112/2014

PORTARIA Nº 112, DE 19 DE MARÇO DE 2014
Cessa os efeitos da portaria nº 181/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº181/2013, considerando o retorno ao trabalho do servidor ROGÉRIO OLI RODRIGUES, CPF/MF nº 289.334.279-53, Operador de Trator Esteira, a partir de 21/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de março de 2014.

Portaria Nº 113/2014

PORTARIA Nº 113, DE 19 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA LÚCIA VICENTE DE MELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente LÚCIA VICENTE DE MELLO, brasileiro(a), Inscrição nº 9783, do processo Seletivo nº 004/2013, CPF/MF sob nº 838.068.229-72, para ocupar a função de Professora de Educação Infantil - 20h, em vaga Vinculada de Sandra Biz, na CEIM Olírio Cesa, a contar de 05/03/2014 até 19/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de Março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Março de 2014.

Portaria Nº 114/2014

PORTARIA Nº 114, DE 21 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA VERIDIANA RODRIGUES ADRIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente VERIDIANA RODRIGUES ADRIANO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 653.547.290-68, para ocupar a função de Merendeira, na CM Rosália Pierini Salvaro, a contar de 20/03/2014 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo

19/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 21 de Março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Março de 2014.

Portaria Nº 115/2014

PORTARIA Nº 115, DE 21 DE MARÇO DE 2014
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR CLEBER FERNANDES ANTUNES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor CLEBER FERNANDES ANTUNES, CPF/MF nº031.873.959-37, Professor MAG-LP, a contar de 19/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 21 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de março de 2014.

Portaria Nº 116/2014

PORTARIA Nº 116, DE 21 DE MARÇO DE 2014
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA ALINE CIPRIANO MACHADO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora ALINE CIPRIANO MACHADO, CPF/MF nº 032.425.839-90, a partir de 22/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 21 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de março de 2014.

Portaria Nº 117/2014

PORTARIA Nº 117, DE 24 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA HENRIQUE KELLER FRUTUOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente HENRIQUE KELLER FRUTUOSO, brasileiro, CPF/MF sob nº 044.123.959-52, para ocupar a função de Médico Plantonista, no Plantão 24 horas São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 18/03/2014, até realização de Concurso

Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de março de 2014
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de março de 2014.

Aviso de Reabertura do Edital FMS 15/2014 TP 01/2014

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
Fundo Municipal de Saúde
Processo de Licitação FMS nº 15/2014

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO FMS Nº 01/2014

O Município de Siderópolis, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que foi reaberto o prazo para abertura do Edital acima, para o dia 14/04/2014, às 09h00m, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada para serviços de reforma da cobertura da E.S.F. Vila São Jorge no município de Siderópolis com recursos provenientes do PAC 2 referente ao programa de Qualificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), proposta nº 11270545000113003, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município. Maiores informações: licitação@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188.

Siderópolis, 25 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA.
Prefeito Municipal.

24 2014 TP Aviso de Licitação FMS

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
Fundo Municipal de Saúde
PROCESSO DE LICITAÇÃO TP 24/2014
AVISO DE EDITAL DE TP FMS N. 05/2014

O Município de Siderópolis, por meio da Comissão Permanente de Licitações comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8666/93 e legislação subsequente, que no dia 14/04/2014 às 14:00h no referido setor, na Rua Presidente Dutra, 01, Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações com a finalidade de receber propostas a aquisição de materiais gráficos para exercício de 2014. O edital na íntegra esta disponível no Setor de Licitações, ou através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br

Siderópolis, 25 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

Resultado Final Lic 22/2014 PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Resultado de Licitação
Processo Licitatório nº 22/2014 – Pregão Presencial

O Município de Timbé do Sul torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 22/2014 – Pregão Presencial, referente aquisição de um caminhão e uma Pá Carregadeira nova para recuperação de estradas vicinais do município. Item 01 – Forauto Veículos Ltda – valor adjudicado: R\$ 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil reais); Item 02 – BMC Hyundai S/A – valor adjudicado: R\$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais). Valor total adjudicado: R\$ 623.000,00 (seiscentos e vinte e três mil reais).

Timbé do Sul, 24 de março de 2014.
Helder Pessetti
Pregoeiro

Extrato do Convenio 03/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Convenio nº 03/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Objeto: Execução, de forma descentralizada, do(s) Programa(s) de atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência.

Valor: R\$ 7.150,08 (sete mil, cento e cinquenta reais e oito centavos)

Vigência: de 05/03/2014 até 31/12/2014.

Extrato do Contrato 28/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 28/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Acélio Baesso ME
Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos aluno participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2014.
Valor: R\$ 31.676,85 (trinta e um mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) global estimado
Vigência: de 07/03/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 29/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 29/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Mercado Irmãos Zilli Ltda ME
Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos aluno participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2014.
Valor: R\$ 17.346,80 (dezesete mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos) global estimado
Vigência: de 07/03/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 30/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 30/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Supermercado Romão Ltda
Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos aluno participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2014.
Valor: R\$ 77.827,25 (setenta e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos) global estimado
Vigência: de 07/03/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 31/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 31/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Padaria E Confeitaria Pietsch Ltda ME
Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos aluno participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2014.
Valor: R\$ 16.830,00 (dezesesseis mil, oitocentos e trinta reais) global estimado
Vigência: de 07/03/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 32/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 32/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Bortolotto Indústria e Comércio de Laticínios Ltda ME

Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos alunos participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 19.137,50 (dezenove mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos) global estimado

Vigência: de 07/03/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 33/2014

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 33/2014

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Polpas e Sucos Ros – Indústria e Comércio de Frutas Naturais Ltda ME

Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos alunos participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) global estimado

Vigência: de 07/03/2014 a 31/12/2014

Decreto 60/2014

DECRETO Nº. 60, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, abaixo discriminada, no valor de R\$ 23.886,00 (vinte e três mil e oitocentos e oitenta e seis reais), distribuídos da seguinte forma:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032 – Assistência Farmacêutica Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0103(31)–Aplicações Diretas R\$ 23.886,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do provável excesso de arrecadação na conta corrente nº 52.793-9, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 21 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 61/2014

DECRETO Nº. 61, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), distribuídos da seguinte forma:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0037(70)–Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0037(66)–Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 21 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 62/2014

DECRETO Nº. 62, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 53.664,51 (cinquenta e três mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), distribuídos da seguinte forma:

15.01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

2.020 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(87)–Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0481(162) – Aplicações Diretas R\$ 25.664,51

4.4.90.00.00.00.00.00.0481(163) – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior são de correntes:

I – Da Anulação parcial da dotação vigente abaixo descrita:

15.01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
2.020 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(88)–Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

II – Do Excesso de Arrecadação no exercício R\$ 28.664,51

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 21 de março de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 63/2014

DECRETO Nº. 63, DE 21 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Município de Timbé do Sul, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais), distribuídos da seguinte forma:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças
1.003 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais
4.4.90.00.00.00.00.00.0152(50)–Aplicações Diretas R\$ 29.600,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2013, deduzido os Restos a Pagar, na conta corrente nº 56.500-8, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil....R\$ 29.600,00(vinte e nove mil e seiscentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 21 de março de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 3425, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3425, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-302,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
10734	01 Livro "Perícia Contábil"	R\$ 65,00
10736	01 Livro "Medidas Liminares e Leis"	R\$ 65,00
10738	01 Livro "Constituição Federal Interpretada pelo STF"	R\$ 93,00
10740	01 Código Civil – Theotonio Negrão	R\$ 79,00
11963	01 Livro "Pré-Questionamento nos Recursos Extraordinários"	R\$ 59,00
11964	01 Livro "Conceito de Princípios Constitucionais"	R\$ 43,00
11966	01 Livro "Direito Ambiental" – Thex Editora	R\$ 52,00
11967	01 Livro Sumulas STL Comentadas – Lenz	R\$ 90,00
12435	01 Livro "Código Comercial e Legislação Complementar"	R\$ 116,00
12436	01 Livro "O Controle Judicial das Comissões Administrativas"	R\$ 94,00
12492	01 Livro "Estudos de Responsabilidade Civil"	R\$ 225,00
12790	01 Livro "Lei dos Registros Públicos Comentada"	R\$ 178,00
12871	01 Livro "Comentários ao Código Civil" – Modesto Carvalho	R\$ 96,00
12976	01 Livro – Recurso Cíveis na Prática Judiciária	R\$ 180,00
12982	01 Livro "A Nova Lei do Agravo e suas Implicações"	R\$ 38,00
13984	01 Livro "Manual Prático do Processo Civil 2ª Edição"	R\$ 310,00
13985	01 Livro "Instituições de Direito Processual Civil"	R\$ 330,00
14008	01 Livro "A Competência no Processo Civil" – Patrícia	R\$ 113,00
14010	01 Livro "A Tutela Antecipada em Relação"	R\$ 27,00
14011	01 Livro "Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos"	R\$ 113,00

14012	01 Livro "A Intervenção Estadual nos Municípios"	R\$ 51,00
14207	01 Livro "Dano Moral Indenizável" – Antônio Jeová Santos	R\$ 118,00
14208	01 Livro "O Valor do Dano Moral"	R\$ 104,00
14211	01 Livro "Prática Forense" – João Roberto Parizatto Ré	R\$ 235,00
14308	01 Livro "Manual Prático dos Contratos" Teoria e Prática	R\$ 69,00
14309	01 Livro "Dano Moral nos Tribunais" – Emílio Sabatov	R\$ 67,00
14311	01 Livro "Execução nas Ações Coletivas" – Ariane	R\$ 29,00
14312	01 Livro "Conselhos de Fiscalização Profissional"	R\$ 50,00
14935	01 Livro "Direito Administrativo" 6ª Edição – Celso	R\$ 44,00
14936	01 Livro "A Água, a Lei, a Política e o Meio Ambiente"	R\$ 59,70
14937	01 Livro "Embargos à Execução Fiscal" – Regina	R\$ 32,00
14939	01 Livro "Petições Cíveis Controvertidas" – Irineu Antônio	R\$ 98,00
14941	01 Livro "Tutela Antecipada" – Suzi D'Angelo e Elcio	R\$ 45,00
14942	01 Livro "Recursos Extraordinários e Especial" – João	R\$ 65,00
14944	01 Livro "Impostos – Federais, Estaduais e Municipais"	R\$ 76,00
14974	01 Livro "Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos"	R\$ 180,00
14980	01 Livro "Tratado do Processo de Conhecimento" José	R\$ 150,00
15677	01 Livro "Juros no Direito Brasileiro" – Luiz Antônio	R\$ 1,00
15681	01 Livro "Curso de Direito Tributário" 18ª Edição Revista	R\$ 1,00
15682	01 Livro "Tributos Municipais Interpretados pelo Tribunais"	R\$ 1,00
15686	01 Livro "A Previdência Social em Perguntas e Respostas"	R\$ 1,00
15695	01 Livro "Adoção em Santa Catarina, Poder Judiciário"	R\$ 1,00
15696	01 Livro "A Lei 8069/90 (O que é preciso saber...)"	R\$ 1,00
15697	01 Livro "Programa Nacional de Direitos Humanos"	R\$ 1,00
15711	01 Livro "Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis"	R\$ 1,00
15713	01 Livro "Procedimento Sumário" – Editora Revista	R\$ 1,00
15714	01 Livro "Elementos de Direito Processual Civil"	R\$ 1,00
15715	01 Livro "Embargos de Declaração" Editora Revista	R\$ 1,00
15716	01 Livro "O Pré-Questionamento nos Recursos Extraordinários"	R\$ 1,00
15740	01 Livro "Crimes Contra a Natureza" – Editora Revista	R\$ 1,00
15742	01 Livro "Legislação do Distrito Federal para Inspeção"	R\$ 1,00
15743	01 Livro "Responsabilidade Civil e Reparação de Danos"	R\$ 1,00
15744	01 Livro "Legislação Ambiental Brasileira"	R\$ 1,00

15747	01 Livro "Legislação Ambiental Brasileira"	R\$ 1,00
15749	01 Livro "Lei de Responsabilidade Fiscal, Abordagem"	R\$ 1,00
15755	01 Livro "O Poder Público em Juízo" – Editora Max Limon	R\$ 1,00
15756	01 Livro "Prefeito Municipal, Jurisprudência"	R\$ 1,00
15761	01 Livro "Exceção de Pré-Executividade" – Editora Pariz	R\$ 1,00
15762	01 Livro "Teoria e Prática do Processo de Execução"	R\$ 1,00
15764	01 Livro "Contratos, Procurações, Requerimentos e Outros"	R\$ 1,00
15765	01 Livro "Sindicância e Processo Administrativo"	R\$ 1,00
15766	01 Livro "Teoria e Prática do Processo Administrativo"	R\$ 1,00
15769	01 Livro "Manual de Sindicância e Processo Administrativo"	R\$ 1,00
15770	01 Livro "O Processo Administrativo Disciplinar"	R\$ 1,00
15772	01 Livro "Processo Administrativo e suas Espécies"	R\$ 1,00
15784	01 Livro "Ética e Administração Pública" – Maurício	R\$ 1,00
15785	01 Livro "Controle da Administração Pública" – Odete	R\$ 1,00
15786	01 Livro "Autorização Administrativa de Acordo com a..."	R\$ 1,00
15787	01 Livro "Temas de Direito Administrativo" – Álvaro Laz	R\$ 1,00
15788	01 Livro "Do negócio Jurídico Administrativo" Edmir	R\$ 1,00
15792	01 Livro "Saneamento Básico – Concessões e Permissões"	R\$ 1,00
15798	01 Livro "Publicidade dos Atos Processuais e Direito"	R\$ 1,00
15800	01 Livro "Responsabilidade Civil nos Acidentes de Trabalho"	R\$ 1,00
15801	01 Livro "O Direito à Informação e as Concessões"	R\$ 1,00
15802	01 Livro "Responsabilidade Civil – Teoria, Legislação"	R\$ 1,00
15805	01 Livro "Teoria e Prática da Desapropriação" – Carlos	R\$ 1,00
15806	01 Livro "A Desapropriação" – A Luz da Doutrina	R\$ 1,00
15808	01 Livro "Lei Eleitoral Comentada" Paulo Mascarenhas	R\$ 1,00
15811	01 Livro "Código Eleitoral e Legislação Complementar"	R\$ 1,00
15813	01 Livro "Princípios Políticos do Direito Penal" – 2ª	R\$ 1,00
15814	01 Livro "Código Penal Interpretado" Júlio Fabrini	R\$ 1,00
15815	01 Livro "Código de Processo Penal e sua Interpretação"	R\$ 1,00
15816	01 Livro "Código Penal e sua Interpretação Jurisprudência"	R\$ 1,00
15821	01 Livro "Direito Municipalista Constitucional" – Ayrton	R\$ 1,00
15822	01 Livro "O Direito Constitucional e a Efetividade"	R\$ 1,00
15834	01 Livro "Golpe e Fraudes – Saiba como Evitar"	R\$ 1,00

15837	01 Livro "Prefeitos e Vereadores" – Crimes e Infrações	R\$ 1,00
15841	01 Livro "O Mandado de Segurança e Outras Ações"	R\$ 1,00
15842	01 Livro "Competência da Justiça Federal" – Vladimir	R\$ 1,00
15843	01 Livro "Suspensão de Segurança – Sustação da Eficácia"	R\$ 1,00
15844	01 Livro "Vademecum da Aquisição de Imóveis" (Jurisprudência)	R\$ 1,00
15844	01 Livro "Vademecum da Aquisição de Imóveis" (Jurisprudência)	R\$ 1,00
15846	01 Livro "Parcelamento e Desmembramento do Solo Urbano"	R\$ 1,00
15849	01 Livro "Curso Avançado de Direito Civil" Vol. 1	R\$ 1,00
15850	01 Livro "Direito Tributário – 2 Volumes" Luís Eduardo	R\$ 1,00
15851	01 Livro "Sistema Constitucional Tributário – Interpretação"	R\$ 1,00
15890	01 Livro "Manual Prático de Retenções" – Luiz Fernando	R\$ 63,00
16291	01 Livro "Reforma do Judiciário" – Analisada e Comentada	R\$ 86,00
16743	01 Livro "Suspensão de Liminares e Sentenças"	R\$ 64,00
16746	01 Livro "Limitações ao Direito de Propriedade" 2ª Edição	R\$ 49,00
17140	01 Livro "Os Agravos no CPC Brasileiro" 4ª Edição	R\$ 124,00
17488	01 Livro "Constituição do Brasil Interpretada e Legislação"	R\$ 281,00
17964	01 Livro "Cumprimento da Sentença" 2ª Edição Revista	R\$ 39,90
17965	01 Livro "Nova Execução de Título Extrajudicial"	R\$ 59,00
18245	01 Livro "Manual de Auditoria Governamental" – Maria	R\$ 43,00
18246	01 Livro "Manual dos Recursos Cíveis" – Sergio Gilberto	R\$ 52,00
19589	01 Livro (Diverso)	R\$ 199,00
19590	01 Livro (Diverso)	R\$ 179,00
19930	01 Direito Tributário e Const. (Paulsen)	R\$ 330,00
20303	01 Livro "Leituras Complementares do Direito Administrativo"	R\$ 49,00

Livros sem identificação patrimonial	Ano	Valor
01 Livro "Pessoa Portadora de Deficiência, Legislação Federal Básica"	2007	x-x-x-x
01 Livro "Bonijuris"	2011	x-x-x-x
01 Livro "Código Civil 1ª Liminar" – Modelos dos Mandados de Segurança	2003	x-x-x-x
01 Livro "Código de Justiça desportiva de Santa Catarina"	2004 /2005	x-x-x-x
01 Livro "Manual Prático de Petições Cíveis, Petições Judiciais e Extrajudiciais"	2004	x-x-x-x
01 Livro "Recursos Ordinários, Extraordinário e Especial, Teoria, Prática, Jurisprudência e Legislação"	2007	x-x-x-x

01 Livro "Manual de Orientação Ética e Disciplinar"	2006	x-x-x-x
01 Livro "O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa" – Vol.II	2008	x-x-x-x
01 Livro "Estatuto da Criança e do Adolescente"	2009	x-x-x-x
01 Livro "Estatuto do Idoso e Normas Correlatas"	2009	x-x-x-x
01 Livro "Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar em Vigor"	2005	x-x-x-x
01 Livro "Manual Prático das Relações Trabalhistas"	2005	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3426, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3426, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-303,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA COMARCA DE TIMBÓ – DELEGACIA REGIONAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19514	01 Teclado Padrão PS2	R\$ 34,50
19981	01 CPU	R\$ 1.850,00
20238	01 Monitor LCD 17"	R\$ 649,00
23191	01 Impressora Código Barra Argox RABBIT 214 Plus (Impressora Específica para Etiquetar)	R\$ 895,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões

econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3427, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3427, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-304,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE DE SAÚDE FAMÍLIA ARAPONGUINHAS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Armário de Ferro na Cor Branca, com 02 Portas e Vidro (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Autoclave (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
01382	01 Balança Antropométrica – Marca Welmy com Carga Máxima	R\$ 150,00
08888	01 Balança Pediátrica – Marca Welmy	R\$ 100,00
12601	01 Banqueta em Cedrinho para Cozinha com 50Cm	R\$ 40,00
x-x-x-x	01 Biombo de Madeira (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
08816	01 Cadeira Mocho com Rodizio, Estofada em Curvim Preto	R\$ 40,00
08814	01 Cadeira Mocho com Rodizio Estofada em Curvim Preto	R\$ 40,00
16255	01 Escada de 2 Degraus	R\$ 48,00
x-x-x-x	01 Esfigmomanômetro de Coluna de Mercúrio (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Fichário (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mesa de Madeira Bege com 3 Gavetas (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mesa de Madeira com 3 Gavetas com Tampo de Vidro (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
01617	01 Escrivania de Madeira com 02 Gavetas	R\$ 40,00

x-x-x-x	Quadros de Parede (sem identificação patrimonial) * NÃO NOS INFORMARAM A QUANTIDADE	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Saboneteira (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Suporte para Soro (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Tampo de Pia com Cuba (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3428, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3428, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-305,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

UNIDADE DE SAÚDE FAMÍLIA NAÇÕES		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	02 Cadeiras Estofadas (quebradas)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Tampo de Mesa de Escrivania	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Vidros	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Quadros de Recados	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Bancada com 2 Gavetinhas	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Banco de Madeira	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Suportes de Lâmpadas Fluorescentes (Quebrados e Enferrujados)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3429, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3429, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-306,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA EFS/SESAS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
01762	01 Amalgamador – Marca Cimpa Degussa, Modelo Denton	R\$ 210,00
14787	01 Aparelho de Pressão Arterial, Adulto	R\$ 49,00
x-x-x-x	01 Nebulizador Portátil (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Oftalmoscópio “quebrado” (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Válvulas de Oxigênio (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3430, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3430, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-307,

DECRETA:

Art. 1o Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
22087	01 Computador – Empenho nº 781/10 e NF: 73707	R\$ 1.067,74

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no “caput” deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3431, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3431, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-308,

DECRETA:

Art. 1o Fica declarado inservível para o uso do Município, o bem móvel abaixo relacionado, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00182	01 Cadeira Giratória Estofada na Cor Preta/Vermelha	R\$ 40,00

Parágrafo único. O bem móvel do Município relacionado no "caput" deste artigo, é declarado inservível por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3432, de 24 de Fevereiro de 2014

DECRETO No 3432, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-309,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20161	01 Aparelho de Telefone Fixo	R\$ 31,90
20989	01 Nobreak 2 KVA (220/110V), com Quatro baterias Seladas	R\$ 595,00
25400	01 Estabilizador Preto	R\$ 65,00
x-x-x-x	01 Telefone Convencional Branco Intelbras (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Mouses Preto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Calculadora Kenko Kt-808V (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Placa Roteadora da Samsung (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Placa Roteadora da Intelbras (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Grampeador Pequeno (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cartucho HP 20 na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

x-x-x-x	02 Cartuchos HP 45 na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cartucho 15 na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cartucho HP 78 Colorido (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	04 Cartuchos HP 57 Colorido (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cartucho 649 Inkos Color (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Cartuchos HP 15-42 na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	08 Cartuchos HP 22/28/57 Color (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Cartuchos Multi Connection HP 58 Color (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cartucho Multi Connection HP 49 Color (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cartucho Multi Connection HP 6615 na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Estabilizador Pregão: 45/2007 na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Estabilizador Force Line na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Teclado na Cor Preta (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 DVD Pioner (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N.º 3437, de 05 de Março de 2014

DECRETO N.º 3437, DE 05 DE MARÇO DE 2014

Altera o Anexo I do Decreto n.º 3174, de 20 de Junho de 2013, que regulamenta o inciso V do art. 23 da Lei n. 2.506/2011 concernente à padronização da comunicação visual dos veículos de aluguel utilizados para o transporte individual de passageiros no Município de Timbó.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V c/c art. 70, inciso I, alíneas "a" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, com fundamento no artigo 23 da Lei Municipal 2.506, de 22 de março de 2011;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica ALTERADO o Anexo I do Decreto n. 3174 de 20/06/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

Os veículos de aluguel a serem utilizados para o transporte individual de passageiros – Táxi, junto ao Município de Timbó deverão obedecer as características a seguir descritas:

Laterais:

Faixa horizontal quadriculada – impressão fotográfica com 15 cm de largura e na área da bandeira com 21,5 cm (contando da parte inferior onde a faixa é ampliada, até a parte superior).

Bandeira: 19,5 x 18,5 cm (impresso diretamente na faixa) mais a palavra TIMBÓ.

Contorno branco: 21,5 x 20,5 cm (impresso diretamente na faixa)

Letreiro – TÁXI : Fonte ARIAL BLACK – tamanho: 287 pt ou seja: 26 x 9,2 cm, contorno branco 29 x 12 cm

Distância entre a faixa e o vidro: será variável conforme cada veículo

A bandeira e letreiro TÁXI devem sempre estar centralizados nas portas, conforme arte base constante do ANEXO II.

Traseira:

Faixa horizontal quadriculada – impressão fotográfica com 15 cm de largura.

Bandeira: 13 x 12,3 cm (impresso diretamente na faixa), contorno branco 14,5 x 13,8 cm (impresso diretamente na faixa)

Letreiro TÁXI – Fonte: ARIAL BLACK – tamanho: 170 pt ou seja: 14,9 x 5,4 cm. Número do ponto: fonte: ARIAL BLACK – tamanho: 95 pt ou seja: 15,3 x 2,5 cm, contorno branco: tamanho 17,1 x 10,9 pt.

A identificação do ponto deve vir abaixo da inscrição táxi, com distância de 1 cm. Ambos impressos junto com a faixa.

Distância entre a faixa e o vidro: será variável conforme cada veículo

Material a ser utilizado para confecção da faixa: Adesivo automotivo (específico para envelopamento de veículo), branco, com impressão fotográfica e após a secagem o material deve receber aplicação de verniz a fim de garantir maior durabilidade."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Decreto Nº 3438, de 05 de Março de 2014

DECRETO Nº 3438, DE 05 DE MARÇO DE 2014

Altera o Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com os artigos 36 a 40 da Lei Complementar nº 335, de 05/10/2007,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, fica alterado conforme abaixo descrito, a contar desta data, designando:

.....

15) Procuradoria Geral do Município:

Titular:

Suplente: PAMELA APARECIDA CAMPREGHER FLORIANO, em substituição a Gabriela Bertoldi Purim Roeder.

....

23) Polícia Militar de Santa Catarina:

Titular: João Marcos Tanan Sales, em substituição a Pablo David Henden.

Suplente:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3439, de 05 de Março de 2014

DECRETO Nº 3439, DE 05 DE MARÇO DE 2014

Homologa a Resolução do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor nº 001 de 28 de fevereiro de 2014.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

Considerando o que dispõe o inciso XII, do art. 5º, da Lei nº 2.613 de 21/12/2012, o qual dispõe que compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, elaborar o seu regimento interno;

Considerando que em 28 de fevereiro de 2014 foi aprovada pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

- CONDECON, a Resolução nº 001/2014 que institui o regimento interno,
DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 001, de 28 de fevereiro de 2014 do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, constante em anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON

RESOLUÇÃO DO CONDECON Nº 001, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

O Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, no uso das atribuições e competências estabelecidas na Lei nº 2.613 de 21/12/2012, em especial o inciso XII do art. 5º, e alterações da Lei nº 2.656 de 16/08/2013

RESOLVE:

Art.1º. Instituir o seu Regimento Interno, nos seguintes termos:

TÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DO CONDECON

Art.2º. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, instituído nos termos da Lei Municipal nº 2.613, de 21/12/2012 e alterações, tem caráter deliberativo e consultivo e possui as seguintes atribuições:

I - aprovar a política municipal de relações de consumo;

II - atuar no controle e na formulação de estratégias e diretrizes da política municipal de defesa do consumidor;

III - propor rotinas que visem à melhoria da qualidade e a integração de ações e serviços prestados pelos órgãos públicos e privados na defesa do consumidor;

IV - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de projetos e programas de proteção e defesa do consumidor;

V - aprovar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDDD com vistas à consecução das metas e ações previstas na legislação específica;

VI - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDDD, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VII - apreciar os projetos que visem à reparação dos danos causados aos consumidores;

VIII - prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos e privados;

IX - elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90;

X - editar, em colaboração com o PROCON, material informativo sobre a proteção e defesa do consumidor;

XI - promover e divulgar atividades e eventos que contribuam para a formação de maior consciência sobre as relações de consumo junto aos consumidores e fornecedores;

XII - elaborar seu Regimento Interno;

XIII - elaborar o regulamento do processo administrativo para aplicação de sanções por infrações ao direito do consumidor;

XIV - julgar como última instância administrativa, os recursos contra aplicação das penalidades por infrações aplicadas pelo Coordenador Geral do PROCON;

XV - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

TÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art.3º. O CONDECON será composto por oito membros, nomeados por ato do Prefeito, indicados pelas entidades a seguir:

I - Coordenador Geral do PROCON;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Vigilância Sanitária, indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

V - Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL);

VI - Associação Empresarial do Médio Vale do Itajaí – ACIMVI;

VII - Associação de Micro e Pequenas Empresas - AMPE;

VIII - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB subseção de Timbó;

§ 1º - O Coordenador Geral do PROCON será membro nato e presidente do CONDECON.

§2º - O presidente do CONDECON será automaticamente impedido de votar nos casos elencados no inciso XIV do art. 2º;

§ 3º - As indicações para designações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º - Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5º - Perderá a condição de membro do CONDECON e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º - Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no § 3º deste artigo.

§7º - Em caso de omissão do órgão representado, em suprir a falta de seus representantes, após a devida comunicação, poderá ser

proposto pela maioria dos membros do CONDECON ao Chefe do Poder Executivo, a alteração da composição do Conselho, inclusive com a exclusão da entidade.

§ 8º - As funções dos membros do CONDECON não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 9º - Os membros do CONDECON e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

TÍTULO III DAS REUNIÕES

Art. 4º. O CONDECON reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Relator da sessão ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As sessões plenárias do CONDECON instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

Art. 5º. O CONDECON reunir-se-á para fins de julgamento de recursos de segunda instância, quando necessário, e convocado previamente, com antecedência mínima de 07 dias.

TÍTULO IV DOS JULGAMENTOS DOS RECURSOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.6º. Da decisão de primeira instância proferida pelo Coordenador-Geral do PROCON caberá recurso para o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, que proferirá decisão definitiva.

§1º. O recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da data da intimação.

§2º. No caso de aplicação de multa, o recurso será recebido com efeito suspensivo.

Art.7º. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo mencionado.

Art.8º. O Coordenador Geral do PROCON embora seja membro nato do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON fica automaticamente impedido de votar em decisão de recurso.

§1º. Qualquer membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON poderá declarar suspeição ou impedimento, desde que fundamentado, para eximir-se de proferir decisão em recurso de processo originário de Auto de Infração.

§ 2º. Na hipótese deste artigo, a autoridade referida no parágrafo anterior deverá remeter o processo ao seu suplente.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

Art.9º. Em grau de recurso, o CONDECON deverá adotar o seguinte procedimento:

I – Para cada pauta de julgamento será nomeado um Relator, pelo presidente do CONDECON, dentre os membros do Conselho

Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, que deverá preparar o seu voto para apresentar no dia do julgamento;

II - Os membros do CONDECON podem ter vistas dos autos para elaborar o seu voto/entendimento individual antes do julgamento;

III – Aberta a sessão de julgamento, e apresentado cada caso pelo Relator, os membros deliberam e proferem a decisão final.

Parágrafo único. As sessões de julgamento instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

SEÇÃO I DO RELATOR

Art.10. O presidente do CONDECON deverá observar os seguintes critérios para a escolha e nomeação do Relator da sessão:

I – Será obedecida a seguinte ordem cronológica:

- a) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) representante da Vigilância Sanitária;
- c) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- d) representante da Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL);
- e) representante da Associação Empresarial do Médio Vale do Itajaí – ACIMVI;
- f) representante da Associação de Micro e Pequenas Empresas - AMPE;
- g) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB subseção de Timbó.

II – Se o Relator nomeado, justificar de forma fundamentada a impossibilidade de comparecer à reunião, poderá enviar seu voto pelo seu suplente. No caso de impossibilidade de comparecimento deste, o Relator poderá se fazer representar por qualquer um dos demais membros, que na data da reunião proferirá a leitura do voto e a colocará em discussão e votação.

III – Em caso de suspeição ou impedimento, será chamado para ser Relator o próximo membro da lista, passando o suspeito/impedido a ser Relator na reunião subsequente.

§1º. Ao receber os recursos, o membro Relator deverá convocar os demais membros para a sessão de julgamento.

§2º. Ao final de cada sessão de julgamento, será eleito o Secretário da próxima reunião, pela maioria dos votos presentes, para auxiliar os trabalhos do Relator.

Art.11. Cabe ao Relator:

- I – receber do Presidente do CONDECON os recursos;
- II – convocar os demais membros para a sessão de julgamento com antecedência mínima de 07 dias;
- III - presidir a sessão;
- IV- anunciar a Ordem do Dia e o número de Conselheiros presentes em Plenário;
- V – apresentar o relatório e voto dos recursos;
- VI - manter a ordem da sessão;
- VII - conceder a palavra aos Conselheiros;
- VIII- suspender ou levantar a sessão quando necessário;
- IX - decidir as questões de ordem;
- X - submeter à discussão e votação a matéria, assim como estabelecer o ponto da questão que será objeto da votação;
- XI - anunciar o resultado da votação;
- XII – redigir a decisão final.
- XIII - convocar as sessões extraordinárias para julgamento de recursos.

Art.12. Em caso de empate nas votações, o Relator decidirá com voto de qualidade.

SEÇÃO II DO SECRETÁRIO

Art.13. Cabe ao Secretário:

- I - assessorar o Relator durante as sessões;
- II - redigir a ata da sessão;
- III - substituir o Relator em suas faltas ou impedimentos, cumulativamente com suas funções.

SEÇÃO III DOS CONSELHEIROS

Art.14. Considera-se impedido para proferir julgamento aquele que:

- I - for parte;
- II - interveio como mandatário da parte, oficiou como perito ou prestou depoimento como testemunha;
- III - tiver seu cônjuge ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral até o segundo grau, postulando como advogado da parte;
- IV - for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;
- V - pertencer a órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Art.15. Caberá ao Conselheiro:

- I - comparecer às sessões;
- II - discutir e votar todas as matérias apresentadas;
- III - receber as matérias a ele distribuídas para análise e respectiva manifestação.

§ 1º - No caso de impossibilidade de comparecer o titular e também o suplente, deverá ser apresentada justificativa por escrito ao Relator da sessão.

§2º - O membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) sessões de julgamento consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano será denunciado pelo Relator ao Presidente do CONDECON para que este tome as providências necessárias.

§ 3º - Cada membro terá direito a um voto, observadas as disposições deste Regimento.

§4º - O suplente apenas terá direito a voto quando o representante faltar a sessão de julgamento.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. De cada reunião ou sessão do CONDECON lavrar-se-á ata a ser aprovada na reunião subsequente e assinada pelos membros presentes.

Parágrafo único - A ata será lavrada, ainda que não haja reunião por falta de quorum e, nesse caso, nela serão mencionados os nomes dos membros presentes.

Art.17. Este Regimento vigorará imediatamente após sua aprovação que deverá ser por maioria absoluta dos integrantes.

Art.18. A qualquer tempo qualquer Conselheiro poderá propor mudanças, acréscimos ou supressões neste Regimento Interno, que pode ser mudado por no mínimo 3/4 (três quartos) do

Conselho.

Art.19. Serão deliberados em reunião os casos omissos e as dúvidas que surgirem quanto à aplicação deste regimento.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 DE FEVEREIRO de 2014, 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
COORDENADOR-GERAL DO PROCON

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REPRESENTANTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS (CDL)

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – ACIMVI

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – AMPE

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)/SUBSEÇÃO DE TIMBÓ-SC

Decreto Nº 3440, de 05 de Março de 2014

DECRETO Nº 3440, DE 05 DE MARÇO DE 2014

Homologa a Resolução do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do consumidor nº 002 de 28 de fevereiro de 2014.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

Considerando que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON é de caráter deliberativo e consultivo e, dentre as suas atribuições destaca-se a elaboração do regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor (inciso XIII do art. 5º, da Lei nº 2.613, de 21/12/2012);

Considerando que em 28 de fevereiro de 2014 foi aprovada pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, a Resolução nº 002/2014 que institui o regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 002, de 28 de fevereiro de 2014 do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, constante em anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ**SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR****CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON****RESOLUÇÃO DO CONDECON Nº 002, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014**

O Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, no uso das atribuições e competências estabelecidas na Lei nº 2.613 de 21/12/2012, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON e o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD e alterações, e

Considerando que a Lei nº 2.613, de 21/12/2012 institui os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC:

Art. 2º - São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC:

- I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;
- II – Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON;
- III – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDDD;
- IV – Entidades civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, com sede neste município.

Considerando que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON é de caráter deliberativo e consultivo e dentre as suas atribuições destaca-se a elaboração do regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor (inciso XIII do art. 5º da Lei nº 2.613, de 21/12/2012);

Considerando que é de competência da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, fiscalizar e aplicar, mediante regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90, regulamentado pelo Decreto nº 2.181/97, e em outras normas e leis federais, estaduais e municipais pertinentes à defesa do consumidor (inciso XVI do parágrafo único do art.3º da Lei nº 2.613, de 21/12/2012);

RESOLVE:

Art.1º. Instituir o regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor (inciso XIII do art. 5º da Lei nº 2.613, de 21/12/2012 e alterações), a ser aplicado pelo PROCON, nos seguintes termos:

TÍTULO I**Da Jurisdição e da Autuação****CAPÍTULO I****Da Jurisdição**

Art.2º A jurisdição administrativa inerente às matérias de que trata este Regulamento, é exercida pelo Coordenador Geral do PROCON, no Município de Timbó/SC.

CAPÍTULO II**Da Autuação**

Art. 3º - As infrações serão apuradas, processadas e julgadas

mediante processo administrativo que terá por base o Auto de Infração ou a reclamação devidamente protocolada.

Seção I**Do Auto de Infração**

Art. 4º. O Auto de Infração, com numeração sequencial impressa, em 03 (três) vias, rubricado pelo Coordenador-Geral do PROCON de Timbó/SC, ou por servidor devidamente designado, deverá ter todos os seus campos preenchidos, contendo descrição clara e objetiva das ações ou omissões caracterizadoras das infrações constatadas.

Parágrafo único. Em caso de recusa do autuado em assinar ou receber o Auto lavrado, o agente do PROCON certificará o fato no próprio Auto, remetendo ao autuado por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou publicação em edital ou outro procedimento equivalente.

Seção II**Das Modalidades de Autuação**

Art.5º - As autuações serão:

I - comuns: quando decorrem de infrações constatadas no momento da fiscalização;

II- especiais: quando se fundamentarem em quaisquer dos instrumentos preliminares previstos neste Regulamento.

Seções III**Dos Instrumentos Preliminares**

Art.6º- Constituem instrumentos preliminares as seguintes autuações especiais:

- I - Auto de Constatação;
- II - Notificação;
- III - Auto de Apreensão;
- IV – Reclamações.

Subseção I**Do Auto de Constatação**

Art.7º- O Auto de Constatação lavrado em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos e objetiva descrever a ação ou omissão caracterizadora de infração, quando:

I - for constatada fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável;

II- depender de documentos ou esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários à lavratura do Auto de Infração;

III- estabelecer um prazo para adequação das irregularidades verificadas no ato da fiscalização, sob pena de lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou a receber a via do Auto de Constatação, o agente do PROCON, procederá na forma expressa no parágrafo único do art. 4º.

Subseção II**Da Notificação**

Art.8º - A Notificação objetiva exigir a exibição ou entrega de documentos, prestação de esclarecimento de matéria pertinente à fiscalização em curso, à instrução do próprio processo originário

do Auto de Infração, devendo ser expedida sempre que dados não estiverem disponíveis no momento da diligência fiscalizadora.

Art.9º- A Notificação, expedida em modelo próprio, em 3 (três) vias deverá conter:

I - descrição clara e objetiva do fato constatado que se relaciona com o documento a ser exibido ou com o esclarecimento a ser prestado;

II - finalidade da expedição deste documento;

III - local, data e horários para seu cumprimento.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a receber a 2º via da notificação, o agente do PROCON procederá na forma expressa no parágrafo único do artigo 4º.

Art.10- O prazo para o cumprimento da Notificação, independente da localização da empresa fiscalizada, será de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O prazo inicialmente concedido poderá ser, excepcionalmente prorrogado pelo Coordenador Geral do PROCON, por igual período, desde que justificado através de requerimento fundamentado e tal prorrogação não venha a prejudicar o andamento normal do processo.

Art.11- Se a empresa fiscalizada ou notificada não cumprir a Notificação, tal fato deve ser declarado imediatamente, no verso da primeira e terceira vias, procedendo-se em ato contínuo, a consequente lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Cumprida a Notificação no prazo fixado, não se constatando infração, o Coordenador Geral do PROCON aporá declaração de cumprimento nas três vias do respectivo documento, arquivando a primeira e terceira vias, e devolvendo a segunda ao notificado.

Art.12- Equipara-se à Notificação, para efeito de permitir a lavratura de Auto de Infração, ofício ou documento através do qual a autoridade competente requisite, no prazo que instituir, o fornecimento de informações, dados periódicos ou especiais da empresa em geral ou comparecimento do representante legal da mesma na sede do PROCON.

Subseção III Do Auto de Apreensão

Art.13- O Auto de Apreensão objetiva o recolhimento de amostra destinada à análise do conteúdo de mercadoria cujo tipo, especificação, peso ou composição possam ter transgredido determinações legais ou não correspondam à respectiva classificação oficial ou real, bem como, a apreensão e retirada das mercadorias impróprias ao consumo.

§1º- A quantidade suficiente de amostra da mercadoria apreendida e o invólucro em que ela será acondicionada obedecerão à legislação do órgão competente para realização do exame pericial;

§2º- Na falta de disposição constante da legislação do órgão competente, a amostra da mercadoria será acondicionada em invólucro adequado, fechado de modo inviolável, do qual constarão a assinatura do autuante e do responsável pelo estabelecimento;

§3º- No caso de recusa do responsável pelo estabelecimento em assinar o invólucro, o autuante certificará o fato no próprio invólucro;

§4º- Nos casos referentes a peso, não haverá apreensão quando

a mercadoria for comercializada a granel ou sem embalagem própria da empresa fiscalizada, procedendo-se neste caso, à verificação de peso na balança do próprio estabelecimento;

§5º- No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, estas ficarão a disposição dos órgãos competentes para análise e recolhimento, devendo ser acondicionadas e lacradas pelo agente do PROCON, devendo-se nomear um depositário.

Art. 14- O Auto de Apreensão, lavrado em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa da mercadoria apreendida, bem como sua qualidade;

II - finalidade de apreensão.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou receber a segunda via do Auto de Apreensão, o Coordenador Geral do PROCON procederá na forma expressa no Parágrafo Único do artigo 4º.

Art.15- O Coordenador Geral do PROCON remeterá no prazo de 10 (dez) dias, cópia da primeira via do Auto de Apreensão e a mercadoria apreendida ao órgão competente mais próximo, para proceder à perícia técnica, solicitando-lhe o laudo pericial.

§1º- Se o laudo pericial comprovar o cometimento da infração, o Coordenador Geral do PROCON autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração, a primeira via do Auto de Apreensão e o referido laudo.

§2º- A terceira via do Auto de Apreensão ficará arquivada.

§3º - No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, o Coordenador Geral do PROCON lavrará o Auto de Apreensão e autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão, promovendo a destinação final dos produtos apreendidos com o devido preenchimento do Termo de Destinação dos mesmos.

Subseção IV Das Reclamações

Art.16- A reclamação lavrada em modelo próprio, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa dos fatos;

II - documentos apensados referente à reclamatória;

III - fundamentação legal.

§1º- A reclamação sempre que configurar prática infrativa procederá ao Auto de Infração, devendo fazer parte integrante do mesmo em forma de anexo.

§2º - Caso haja dúvidas quanto à caracterização da infração, poderá ser promovida a notificação para investigação preliminar.

§3º- Em se tratando de reclamação formulada na sede do PROCON, em decorrência de fato pretérito proveniente de relação de consumo, pode o Coordenador Geral do PROCON intimar o Reclamante e o Reclamado para audiência de conciliação;

§4º- Quando exitosa a conciliação, esta será lavrada em ata e homologada pelo Coordenador Geral do PROCON.

§5º- Havendo a Conciliação, será o processo administrativo suspenso, sendo arquivado quando cumpridas as condições do termo e em não havendo o cumprimento, será dado seguimento ao

processo administrativo;

§6º- Se em decorrência da audiência ou de documentos juntados, houverem indícios de outras infrações à legislação de proteção ao consumidor, pode o Coordenador Geral do PROCON determinar de ofício, abertura de novo processo administrativo para apurar a existência da infração;

§7º- Não havendo conciliação e sendo fundamentada a reclamação, seguirá o processo na forma estabelecida no Título II.

Seção IV Das Autuações Decorrentes dos Instrumentos Preliminares

Art.17- No caso previsto no inciso I do artigo 7º, o Coordenador Geral do PROCON lavrará Auto de Infração ao qual obrigatoriamente juntará a primeira via do Auto de Constatação.

Parágrafo Único - Proceder-se-á de maneira idêntica ao disposto no "caput" no caso do inciso II do artigo 7º, se em razão dos documentos ou esclarecimentos obtidos ficar caracterizado que o fato descrito no Auto de Constatação configura a infração a qualquer dispositivo da Lei Federal nº 8.078/90.

Art.18- A empresa deverá ser autuada no próprio estabelecimento se deixar de cumprir a Notificação, devendo o Coordenador Geral do PROCON, juntar obrigatoriamente ao Auto de Infração e a primeira via daquele instrumento preliminar com a declaração do seu não atendimento aposta no verso da folha.

Parágrafo Único - Os fornecedores que deixarem de prestar as informações e os dados requisitados por ofício serão autuados, devendo ser anexado obrigatoriamente ao Auto de Infração, uma cópia do documento que as requisitou com declaração do desatendimento, sem prejuízo de representação criminal, quando couber.

Art.19- O fornecedor será autuado na sede do órgão notificante quando o seu responsável comparecer para cumprir a notificação:

I - fora do prazo previsto no artigo 10;

II - no prazo estipulado no artigo 10 e ficar caracterizado o cometimento de qualquer infração.

Parágrafo Único - Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o Coordenador Geral do PROCON juntará ao Auto de Infração uma das vias da Notificação, e se for o caso, os documentos que comprovem o ilícito praticado pela empresa autuada.

Seção V Dos Critérios De Classificação Da Infração

Art.20- São critérios de classificação de cada infração a infringência à Lei Federal nº 8.078/90 e suas Regulamentações posteriores, o momento da prática infrativa e a unidade ou a pluralidade de lesados, classificando-se em:

I - Leves: quando verificadas pelo menos uma das circunstâncias atenuantes;

II - Graves: quando verificadas somente circunstâncias agravantes.

Seção VI Dos responsáveis por Infrações e Penalidades

Art. 21- Responderão por infrações ou penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078/1990 as empresas em geral, por atos praticados por administradores, empregados ou prepostos e ainda por pessoas físicas quando for o caso.

Parágrafo Único - Para efeito deste Regulamento consideram-se:

I - Empresas em Geral: as sociedades empresariais, as sociedades simples, as firmas individuais registradas ou não, as cooperativas, fundações e as sociedades de fato, administradoras de consórcios, concessionárias de serviço público, empresas segurárias de serviços de bancos e financiamentos e outros;

II - Estabelecimento: a sede industrial, comercial ou administrativa da empresa suas filiais, sucursais, depósitos ou similares;

III - Responsável pelo Estabelecimento: diretores administradores, gerente, ou quem, de direito ou de fato pratique, em nome de outrem, ato de comércio;

IV - Pessoas Físicas: aquelas não inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

V- Agente do PROCON: O Coordenador Geral do PROCON ou o servidor por ele designado.

TÍTULO II Do Processo

CAPÍTULO I Da defesa

Art. 22- Do dia da entrega da segunda via do Auto de infração, ou da data do recebimento de Notificação ou da data única da publicação do Edital, correrá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa escrita.

§1º. Não será recebida defesa via e-mail.

§2º Para efeito de observação da tempestividade, as reclamadas que optarem pelo protocolo de defesa via AR (Aviso de Recebimento), dar-se-á como data de protocolo a data da postagem junto aos Correios.

Art. 23- A qualquer momento, o representante da empresa autuada terá vista, na sede do PROCON do processo originário do Auto de Infração, podendo coletar os dados que julgar necessários a sua mais ampla defesa, mediante requerimento expresso.

Art. 24- A empresa ou pessoa física autuada somente será permitida a produção ou indicação de prova documental ou pericial.

Parágrafo Único - A empresa ou pessoa física autuada poderá apresentar, na defesa, cópia de quaisquer documentos, sendo facultado ao Coordenador Geral do PROCON exigir a sua conferência com o documento original.

Art. 25- A empresa ou pessoa física autuada poderá anexar documentos e laudos, em prazo marcado pelo Coordenador Geral do PROCON, quando informado na defesa e por motivo de força maior não puder juntá-los de plano.

§1º- A empresa ou pessoa física autuada especificará a prova indicada, sua natureza ou finalidade, podendo o Coordenador Geral do PROCON negá-la, quando não for comprovada a força maior ou se a prova indicada for estranha à matéria em apreciação.

§2º- O prazo marcado pelo Coordenador Geral do PROCON para a produção da prova indicada na defesa, não poderá exceder de 30 (trinta) dias da data da ciência do despacho que a determinar.

§3º- Não caberá recurso do despacho do Coordenador Geral do PROCON, que denegar a produção de posterior de prova não indicada na defesa.

CAPÍTULO II**Da Decisão em Primeira Instância**

Art.26- Finalizada a fase de instrução, o Coordenador Geral do PROCON, dentro de 10 (dez) dias, proferirá decisão no sentido de:

I - homologar o Auto e/ou processo administrativo e arbitrar multa para cada infração nela caracterizada;

II - deixar de homologar o auto e, se for o caso arquivar ou extinguir o processo administrativo.

§1º- O Coordenador Geral do PROCON fundamentará a sua decisão e declarará as infrações subsistentes e as insubsistentes fixando para cada infração que reconhecer, a multa adequada, observando o disposto na Lei Federal nº 8.078/90.

§2º- Se a decisão não atender ao disposto nesta regulamentação, a autoridade competente, antes de apreciar o recurso, determinará o retorno do processo ao Coordenador Geral do PROCON para fundamentar seu despacho decisório e especificar o valor de multa atribuída para cada infração.

CAPÍTULO III**Das Penalidades**

Art.27- Declarada subsistente a infração, poderá se aplicar ao infrator as penalidades de:

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - inutilização do produto;

IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente;

V - proibição de fabricação do produto;

VI - suspensão de fornecimento de produtos ou serviços;

VII - suspensão temporária de atividade;

VIII - revogação da concessão ou permissão de uso;

IX - cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;

X - interdição, total ou parcial, do estabelecimento, da obra ou de atividade;

XI - intervenção administrativa;

XII - imposição da contrapropaganda.

Seção I**Da multa**

Art.28- Para os fins da aplicação da multa levar-se-á em conta o porte da empresa e as circunstâncias em que a infração foi praticada.

Art.29-Na imposição de sanções serão consideradas a repercussão de ordem econômica e social da infração cometida, o valor da operação de locupletamento ilícito ou outras vantagens obtidas pelo infrator; seu grau de instrução, experiência, antecedentes fiscais e comerciais e condição econômica.

§1º. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada após o procedimento administrativo e revertida para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD.

§ 2º. A multa será em montante não inferior a 175 UFM's e não superior a 100 (cem) vezes o salário mínimo.

§ 3º. Os valores da multa serão atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no exercício anterior, ou, no caso de sua extinção, por índice equivalente que venha a substituí-lo.

Seção II**Das Demais Penalidades**

Art. 30- As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produto ou serviço de cassação de registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pelo Coordenador Geral do PROCON, mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou qualidade por inadequação ou insegurança de produto ou serviço.

Art. 31- As penalidades de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária de atividade, bem como, a intervenção administrativa serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática de infrações de maior gravidade previstas neste Regulamento e na legislação de defesa do consumidor.

§1º- A pena de cassação será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§2º- A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias do fato desaconselharem à cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§3º- Estando em tramitação ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá incidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 32- A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90 e sempre às expensas do infrator.

Parágrafo Único - A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e preferencialmente no mesmo veículo, local e espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa e abusiva.

Seção III**Das Nulidades**

Art. 33- A inobservância de forma não acarretará a nulidade do ato, se não houver prejuízo para a defesa.

Parágrafo Único - A nulidade dos procedimentos prejudica somente os atos posteriores ao ato declarado nulo e dele diretamente dependentes ou de que sejam consequência, cabendo à autoridade que a declarar indicar tais atos e determinar o adequado procedimento saneador, se for o caso.

Seção IV**Dos Recursos Administrativos**

Art.34. Da decisão caberá recurso para o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, que proferirá decisão definitiva.

§1º. O recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da data da intimação.

§2º. No caso de aplicação de multa, o recurso será recebido com efeito suspensivo.

Art.35. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo mencionado.

Art. 36. O Coordenador Geral do PROCON embora seja membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

– CONDECON fica automaticamente impedido de proferir decisão em recurso.

§1º. Qualquer membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, por despacho fundamentado, poderá declarar suspeição ou impedimento, desde que fundamentado, para eximir-se de proferir decisão em recurso de processo originário de Auto de Infração.

§ 2º. Na hipótese deste artigo, a autoridade referida no parágrafo anterior deverá remeter o processo ao seu suplente.

Art.37. Em grau de recurso, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

I – Para cada pauta de julgamento será nomeado um Relator, pelo Presidente do CONDECON, dentre os membros do Conselho, que deverá preparar o seu voto para apresentar no dia do julgamento;

II - Os membros do CONDECON podem ter vistas dos autos para elaborar o seu voto/entendimento individual antes do julgamento;

III – Aberta a sessão de julgamento, e apresentado cada caso pelo Relator, os membros deliberam e proferem a decisão final.

§1º. O Presidente do CONDECON ao nomear o Relator da sessão deverá observar aos critérios definidos no regimento interno.

§2º. As sessões de julgamento instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

Seção V Da Inscrição na Dívida Ativa

Art. 38- Não sendo recolhido o valor da multa em 30 dias, será a mesma inscrita em dívida ativa em livro próprio, devendo ser emitida a Certidão de Dívida Ativa para a subsequente execução judicial.

TÍTULO IV Da Competência

Art. 39. Compete:

I - Ao Coordenador-Geral do PROCON:

- a) lavrar Autos de Infração, de Constatação e de Apreensão;
- b) processar o auto de infração;
- c) prolatar a decisão de primeira instância no processo originário do Auto de Infração;
- d) emitir notificação.
- e) apreciar pedido de reconsideração;
- f) intimar para audiência.

§1º. O Coordenador-Geral do PROCON poderá designar servidor para proceder aos casos elencados na alínea "a".

§ 2º. O Agente do PROCON terá livre trânsito em qualquer dependência do estabelecimento fiscalizado, podendo examinar estoques, notas fiscais, papéis, livros e demais documentos que julgar conveniente ao desempenho de suas atribuições.

II – Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor apreciar e julgar o recurso interposto em face da decisão

de primeira instância.

TÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 40- A autuação somente poderá versar sobre fato pretérito ocorrido até 5 (cinco) anos antes de sua lavratura.

Art.41- A autuação que versar sobre fato pretérito basear-se-á no ato interventivo vigente à época do fato, mesmo que na data da lavratura esteja revogado.

Art. 42- Nos casos em que este Regulamento não determinar que a Notificação seja feita na pessoa do responsável pela empresa ou estabelecimento, esta será efetivada de acordo com o que consta o art. 46 do presente instrumento.

Art.43- Quando o Auto de Infração ou Auto de Constatação se fundamentar em documentos, estes deverão ser comprovados mediante cópia anexa àquele.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de tal fato ocorrer, o autuante deverá:

- a) mencionar no auto a causa impeditiva da juntada e descrever minuciosamente o documento;
- b) notificar o autuado para apresentar cópia do documento respectivo.

Art. 44- Todos os atos decorrentes de ação fiscalizadora serão lavrados ou expedidos no estabelecimento fiscalizado, exceto quando:

I - Não houver segurança para o Coordenador-Geral do PROCON exercer suas funções;

II - da lavratura do Auto de Constatação, no caso do inciso I do art. 7º;

III - da lavratura do Auto de Apreensão, a mercadoria se encontrar em local diverso daquele em que foi produzida, embalada ou comercializada;

IV - da lavratura do auto de Infração, nos casos previstos no artigo 19;

V - da lavratura do Auto ou da expedição de Notificação para o comerciante ambulante, que ocorrerá no local onde este se encontrar.

§1º- Na hipótese do inciso I deste artigo, o Coordenador-Geral do PROCON iniciará ou concluirá sua missão em local que julgar seguro, previamente comunicando ao responsável pelo estabelecimento, podendo solicitar auxílio à autoridade policial, caso julgue necessário.

§2º- O Coordenador-Geral do PROCON deverá lavrar Auto de Constatação contra outras empresas infratoras que não a titular do estabelecimento fiscalizado, para posterior lavratura da Infração, desde que apure ou comprove infrações cometidas por àquelas.

§3º- Tratando-se de comerciante ambulante, o Fiscal do PROCON mencionará, no ato decorrente da ação fiscalizadora, a residência e os elementos dos documentos de identidade do fiscalizado.

Art. 45 - Após a entrega da primeira via do Auto da Infração pelo Fiscal autuante, à seção responsável pela protocolização do mesmo, deverá encaminhar o processo formado, juntamente com a

primeira via do auto lavrado, à fiscalização para proceder a revisão do instrumento lavrado em formulário próprio, e de imediato:

I - Determinar a juntada dos documentos que não tenham sido anexados;

II - Sugerir ao Coordenador-Geral do PROCON, quando for o caso, a retificação do Auto, que não poderá alterar a descrição do fato caracterizador da infração ou suprir a falta de assinatura do autuante, do autuado ou da declaração da recusa deste, em assinar o documento.

§1º- A fiscalização, no caso de retificação, comunicará imediatamente o fato a empresa autuada e lhe abrirá o prazo de dez dias para defesa, a partir do dia do recebimento da retificação.

§2º- O Auto de Infração com vício que não possa ser retificado será protocolizado e o Diretor após decurso do prazo para apresentação da defesa, declara de plano, a nulidade e extinção do processo.

Art. 46- Na inviabilidade da entrega da segunda via do Auto de Infração ou do instrumento preliminar ao responsável pelo estabelecimento fiscalizado, a remessa será feita à empresa por via postal com Aviso de Recebimento (AR) e na impossibilidade desta, a ciência será dada por edital.

Parágrafo Único - Da única publicação do edital, contendo o inteiro teor do Auto de Infração ou do instrumento preliminar, no órgão de imprensa local, correrá o prazo de dez dias para apresentação da defesa ou cumprimento da exigência.

TÍTULO III

Disposições Transitórias

Art. 47. Os prazos previstos nesta Resolução serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, sendo contínuos, sem interrupção em sábados, domingos e feriados, não iniciando e nem terminando nestes dias, sendo prorrogados, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 48. Transcorridos os prazos sem que se tenha sido cumpridas as determinações, certificar-se-á o desatendimento em 24 horas, dando-se prosseguimento ao feito.

§ 1º. O órgão processante deverá deixar de juntar ao processo qualquer petição, guia ou documento apresentado fora dos prazos mencionados nos artigos anteriores, devendo os mesmos serem arquivados.

§ 2º. A restauração dos processos originários de Auto de Infração será iniciada com as respectivas terceiras vias arquivadas no órgão competente.

Art. 49. Todos os formulários de fiscalização previsto nesta Resolução tem como base o Guia de Municipalização da Defesa do Consumidor no Brasil do Ministério da Justiça – Secretaria de Direitos Econômicos e serão aprovados pelo Coordenador-Geral do PROCON de Timbó/SC e encaminhados, quando necessário, ao Órgão responsável pela formatação, regulamentação e impressão.

Art. 50. Aos procedimentos administrativos disciplinados por esta Resolução, aplicam-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Civil, da Lei nº 6.830 de 23 de setembro de 1980 e demais normas vigentes no Direito Processual Brasileiro.

Art.51. Os casos omissos serão deliberados pelos membros do Conselho.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 DE FEVEREIRO de 2014, 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
COORDENADOR-GERAL DO PROCON

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REPRESENTANTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS (CDL)

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – ACIMVI

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – AMPE

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)/SUBSEÇÃO DE TIMBÓ-SC

Portaria NºSEMFA-D0613 de 20 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0613 de 20 de Fevereiro de 2014.
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ruth Anklam Hoffmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora RUTH ANKLAM HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH06-0210;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06/02 à 20/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21/02 à 06/04/2014 (45 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0614, de 20 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0614, de 20 de Fevereiro de 2014
Concede afastamento para exercer Cargo de provimento em Comissão na Administração Estadual ao Servidor Público Municipal Emino Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamentos no artigo 25, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, redação dada pela LC nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art. 1º Concede AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, de Diretor Geral da Escola de Educação Básica Ruy Barbosa, ao Servidor Público Municipal EGINO VALCANAIA, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06 de Fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angelica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0615, de 21 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0615, de 21 de Fevereiro de 2014
Concede Licença Prêmio à servidora Caciilde Picinini Prada.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora CACILDE PICININI PRADA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 09.02.2009 a 08.02.2014, por trinta dias (24.02 à 25.03.2014), conforme Processo RH009-0059.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0616 de 24 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0616 de 24 de Fevereiro de 2014.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Theodoro Gassmann Filho.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor THEODORO GASSMANN FILHO, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme Processo RH03-0171;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 18/02 à 04/03/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 05/03 à 30/04/2014 (57 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0617 de 26 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0617 de 26 de Fevereiro de 2014.
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marly Adam.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARLY ADAM, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH14-0019;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06/02 à 20/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21/02 à 23/04/2014 (61 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0618, de 26 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0618, de 26 de Fevereiro de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 27.02.2014 à 31.03.2014, por Trinta e Três (33) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0619 de 26 de Fevereiro de 2014

PORTARIA Nº SEMFA-D0619 de 26 de Fevereiro de 2014

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 1º semestre de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Primeiro semestre de 2014 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Patricia Macedo	Letras – 7º semestre – FURB	50%	RH11-0033

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0620 de 27 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0620 de 27 de Fevereiro de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Vilma Reichert da Cunha.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora VILMA REICHERT DA CUNHA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH04-0279;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/02 à 27/02/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 28/02 à 14/04/2014 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0621, de 27 de Fevereiro de 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0621, de 27 de Fevereiro de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Cristiane Zerna Trombrelli Cristofolini	GP-75	GP-76	23/01/2014	RH08-0017
Muryel Cristine Dallabrida Vargas	SP-31	SP-32	17/01/2014	RH14-0011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2.014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0622, de 27 de Fevereiro de 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0622, de 27 de Fevereiro de 2.014
Concede Promoção por Qualificação para servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, ao Servidor ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Odair José Tamanini	SP-60	SP-61	22/01/2014	RH02-282

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2.014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0623, de 27 de Fevereiro de 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0623, de 27 de Fevereiro de 2.014
Concede Promoção por Qualificação para servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei

Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Doraci Cristofolini	SG-23	SG-24	15/01/2014	RH02-594

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2.014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0624, de 27 de Fevereiro de 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0624, de 27 de Fevereiro de 2.014
Concede Promoção por Qualificação para Professor do Ensino Fundamental e Pré - Escola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação – Ensino Fundamental e Pré - Escola, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Ivone Roepke Trainotti	D-26	D-27	15/01/2014	RH00-125
Marcos Friske	D-25	D-26	30/01/2014	RH00-098
Marlene Gaulke Batista	D-29	D-30	22/01/2014	RH01-069
Marlise Brehmer	C-22	C-23	09/01/2014	RH00-101
Monika Stange Zimmermann	D-25	D-26	20/01/2014	RH02-628
Rosangela Cristina Machado Bertram	E-25	E-26	09/01/2014	RH00-115

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2.014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0625, de 27 de Fevereiro de 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0625, de 27 de Fevereiro de 2.014
Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Maria Zulair Ramos Moser	D-29	D-30	28/01/2014	RH07-0032
Mirian Rahn Lorenz	C-18	C-19	27/01/2014	RH14-0009
Neusi Crista Ewald	B-18	B-19	28/01/2014	RH14-0010
Solange Maria Pellin Michel-son	C-19	C-20	16/01/2014	RH11-0277
Sulinha Bauml-er Colombo	B-24	B-25	20/01/2014	RH02-a1016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2.014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0626, de 27 de Fevereiro de 2.014

PORTARIA No SEMFA-D0626, de 27 de Fevereiro de 2.014
Concede Progressão Funcional para servidora ocupante de cargo efetivo de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, à Servidora ocupante de cargo efetivo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Mirian Rahn Lorenz	B-18	C-18	17/01/2014	RH14-0008

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2.014; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0627, de 27 de Fevereiro de 2.014

PORTARIA Nº SEMFA-D0627, de 27 de Fevereiro de 2.014
Declara estável no serviço público municipal a servidora da Secretaria Municipal de Educação, por ter sido aprovada no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, a seguinte servidora:

Servidor (A)	Matrícula	CARGO	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Neusi Crista Ewald	104564.4	Educadora Infantil	927 de 16/11/2009	16/11/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Fevereiro de 2014; 144o ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0628, de 28 de Fevereiro de 2014

PORTARIA No SEMFA-D0628, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar

nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados no Fundo Municipal de Saúde de Timbó - FMS, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ – FMS				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Dirce Lurdes Busarello	Aux. de Enfermagem	HUM (01) dia	06/02/2014	RH13-0044
Cláudio Amaro Pezzini	Dentista	01:30 HRS	29/01/2014	RH07-0347

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0629, de 28 de Fevereiro de 2014

PORTARIA No SEMFA-D0629, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Educação de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ - SEMED				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Lea Liana Gramm Oss-Emer	Educadora Infantil	QUINZE (15) dias	29/01/2014	RH08-0172
Débora Mariane Peyerl Florencio	Educadora Infantil	HUM (01) dia	12/12/2013	RH11-0062
Débora Mariane Peyerl Florencio	Educadora Infantil	HUM (01) dia	28/01/2014	RH11-0062
Cristiane Hardt Strey	Aux. Operacional	SETE (7) dias	29/01/2014	Rh12-0078

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 21 2014 PMT - Vale Transporte

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de vale-transporte intermunicipal destinado aos servidores, estagiários e contratados, que utilizam transporte coletivo para deslocamento intermunicipal, sendo de sua respectiva residência ao local de trabalho e vice-versa e para distribuição gratuita dos usuários do CRAS/CREAS da Assistência Social. EMPRESA FORNECEDORES: Auto Viação Catarinense LTDA; e Expresso Presidente Getúlio LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.040,00 (dezenove mil e quarenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/03/2015

Timbó, 25/03/2014
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

Ata de Credenciamento Nº. 01.2014 FMAS - Comercial Abelam

PREFEITURA DE TIMBÓ
ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTO
CREDENCIAMENTO Nº. 01/2014 - FMAS

Às dezesseis horas, do décimo nono dia do mês de março de dois mil e quatorze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 792, de 02 de janeiro de 2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, secretária Pamela Ap. Campregher Floriano e membro Aline Burger. Entregou, tempestivamente, os documentos de habilitação a empresa Comercial Abelam Ltda (CNPJ: 00.205.532/0001-65). Em análise aos documentos verificou-se que os mesmos atendem as condições exigidas no Edital, restando a empresa habilitada. Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó (SC), 19 de Março de 2014.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Portaria Nº Fct-024, de 18 de Março de 2014

PORTARIA Nº FCT-024, DE 18 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no 2º da Lei Complementar nº 290, de 03/10/2005 e alterações, e Lei Complementar nº 356, de 29/08/2008 e alterações, ou seja, na manutenção das atividades da Fundação Cultural de Timbó, conforme Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE a servidora abaixo identificada:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT				
Cargo: Bibliotecário Referencia Salarial: 46				
Nome	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Debora Tonio- lo Rau (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Público/Proc. Seletivo)	22/07/62	417.240.209- 78	35h	18/03/2014 a 31/05/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 18 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

Relatório Resumido da Execução Orçamentária-Bimestre 1

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	% (b/a)	Até Fevereiro (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	147.658.000,00	147.658.000,00	17.316.948,22	11,72	17.316.948,22	11,72	130.341.051,78
RECEITAS CORRENTES	102.307.000,00	102.307.000,00	17.045.067,52	16,66	17.045.067,52	16,66	85.261.932,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.263.000,00	19.263.000,00	2.906.089,62	15,08	2.906.089,62	15,08	16.356.910,38
Impostos	16.050.000,00	16.050.000,00	2.678.118,37	16,68	2.678.118,37	16,68	13.371.881,63
Taxas	3.063.000,00	3.063.000,00	177.060,85	5,78	177.060,85	5,78	2.885.939,15
Contribuição de Melhoria	150.000,00	150.000,00	50.910,40	33,94	50.910,40	33,94	99.089,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.687.000,00	4.687.000,00	749.243,10	15,98	749.243,10	15,98	3.937.756,90
Contribuições Sociais	2.797.000,00	2.797.000,00	503.302,19	17,99	503.302,19	17,99	2.293.697,81
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	245.940,91	15,37	245.940,91	15,37	1.354.059,09
RECEITA PATRIMONIAL	4.615.570,00	4.615.570,00	665.003,07	14,40	665.003,07	14,40	3.950.566,93
Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00	2.556,23	25,56	2.556,23	25,56	7.443,77
Receitas de Valores Mobiliários	4.565.570,00	4.565.570,00	662.446,84	14,50	662.446,84	14,50	3.903.123,16
Receita de Concessões e Permissões	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.DirExpl.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	220.000,00	220.000,00	9.475,60	4,30	9.475,60	4,30	210.524,40
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	220.000,00	220.000,00	9.475,60	4,30	9.475,60	4,30	210.524,40
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.705.000,00	5.705.000,00	967.452,79	16,95	967.452,79	16,95	4.737.547,21
Receita de Serviços	5.705.000,00	5.705.000,00	967.452,79	16,95	967.452,79	16,95	4.737.547,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.001.750,00	63.001.750,00	10.956.820,93	17,39	10.956.820,93	17,39	52.044.929,07
Transferências Intergovernamentais	62.956.750,00	62.956.750,00	10.956.820,93	17,40	10.956.820,93	17,40	51.999.929,07
Transferências de Instituições Privadas	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.814.680,00	4.814.680,00	790.982,41	16,42	790.982,41	16,42	4.023.697,59
Multas e Juros de Mora	1.740.000,00	1.740.000,00	287.667,99	16,53	287.667,99	16,53	1.452.332,01
Indenizações e Restituições	568.320,00	568.320,00	113.208,25	19,91	113.208,25	19,91	455.111,75
Receita da Dívida Ativa	1.290.000,00	1.290.000,00	374.809,78	29,05	374.809,78	29,05	915.190,22
Rec.Dec>Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	1.216.360,00	1.216.360,00	15.296,39	1,25	15.296,39	1,25	1.201.063,61
RECEITAS DE CAPITAL	45.351.000,00	45.351.000,00	271.880,70	0,59	271.880,70	0,59	45.079.119,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.000.000,00	13.000.000,00	151.960,70	1,16	151.960,70	1,16	12.848.039,30
Operações de Crédito Internas	13.000.000,00	13.000.000,00	151.960,70	1,16	151.960,70	1,16	12.848.039,30
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Amortizações de Empréstimos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.996.000,00	31.996.000,00	119.920,00	0,37	119.920,00	0,37	31.876.080,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	31.996.000,00	31.996.000,00	119.920,00	0,37	119.920,00	0,37	31.876.080,00
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	5.510.000,00	5.510.000,00	856.331,93	15,54	856.331,93	15,54	4.653.668,07
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	153.168.000,00	153.168.000,00	18.173.280,15	11,86	18.173.280,15	11,86	134.994.719,85

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	% (b/a)	Até Fevereiro (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	153.168.000,00	153.168.000,00	18.173.280,15	11,86	18.173.280,15	11,86	134.994.719,85
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	153.168.000,00	153.168.000,00	18.173.280,15	11,86	18.173.280,15	11,86	134.994.719,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	990.628,70	-	-	329.259,49	-	-
Superávit Financeiro	-	990.628,70	-	-	329.259,49	-	-
Reabertura de Créditos Acionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo a Realizar (F-g)
				Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VIII)	145.817.200,00	731.913,82	146.549.113,82	25.098.008,77	25.098.008,77	12.069.597,94	12.069.597,94	8,23	134.479.515,88
DESPESAS CORRENTES	85.046.880,00	342.499,27	85.389.379,27	24.345.193,50	24.345.193,50	11.564.736,81	11.564.736,81	13,54	73.824.642,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.812.550,00	193.078,04	45.005.628,04	6.443.181,73	6.443.181,73	6.349.105,20	6.349.105,20	14,10	38.656.522,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	358.000,00	0,00	358.000,00	86.689,22	86.689,22	86.689,22	86.689,22	24,21	271.310,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.876.330,00	149.421,23	40.025.751,23	17.815.322,55	17.815.322,55	5.128.942,39	5.128.942,39	12,81	34.896.808,84
DESPESAS DE CAPITAL	55.739.820,00	389.414,55	56.129.234,55	752.815,27	752.815,27	504.861,13	504.861,13	0,89	55.624.373,42
INVESTIMENTOS	53.686.820,00	389.414,55	54.076.234,55	303.572,59	303.572,59	55.618,43	55.618,43	0,10	54.020.616,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.053.000,00	0,00	2.053.000,00	449.242,68	449.242,68	449.242,68	449.242,68	21,88	1.603.757,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.030.500,00	0,00	5.030.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.030.500,00
RESERVA RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	7.350.800,00	258.714,88	7.609.514,88	1.296.133,95	1.296.133,95	951.262,23	951.262,23	12,50	6.658.252,65
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	153.168.000,00	990.628,70	154.158.628,70	26.394.142,72	26.394.142,72	13.020.860,17	13.020.860,17	8,44	141.137.768,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	153.168.000,00	990.628,70	154.158.628,70	26.394.142,72	26.394.142,72	13.020.860,17	13.020.860,17	8,44	141.137.768,53
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.152.419,98	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	153.168.000,00	990.628,70	154.158.628,70	26.394.142,72	26.394.142,72	13.020.860,17	18.173.280,15	11,78	135.985.348,55

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	% (b/a)	Até Fevereiro (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	5.510.000,00	5.510.000,00	856.331,92	15,54	856.331,92	15,54	4.653.668,07
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.410.000,00	5.410.000,00	837.841,83	15,48	837.841,83	15,48	4.572.158,17
Contribuições Sociais	5.410.000,00	5.410.000,00	837.841,83	15,48	837.841,83	15,48	4.572.158,17
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	18.490,10	18,49	18.490,10	18,49	81.509,90
Receita de Serviços	100.000,00	100.000,00	18.490,10	18,49	18.490,10	18,49	81.509,90
TOTAL	5.510.000,00	5.510.000,00	856.331,92	15,54	856.331,92	15,54	4.653.668,07

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)	SALDO A LIQUIDAR (F-g)
				Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (g)		
DESPESAS CORRENTES	7.350.800,00	258.714,88	7.609.514,88	1.296.133,95	1.296.133,95	951.262,23	951.262,23	12,50	6.658.252,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.139.800,00	258.714,88	7.398.514,88	1.140.483,95	1.140.483,95	936.219,67	936.219,67	12,65	6.462.295,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	211.000,00	0,00	211.000,00	155.650,00	155.650,00	15.042,56	15.042,56	7,12	195.957,44
TOTAL	7.350.800,00	258.714,88	7.609.514,88	1.296.133,95	1.296.133,95	951.262,23	951.262,23	12,50	6.658.252,65

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 11h e 35m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES
Controle InternoKATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 1/3

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo (a-b)
			Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	145.817.200,00	146.549.113,82	25.098.008,77	25.098.008,77	12.069.597,94	12.069.597,94	134.479.515,88
LEGISLATIVA	2.690.000,00	2.690.000,00	409.094,68	409.094,68	221.390,92	221.390,92	2.468.609,08
Acao Legislativa	2.690.000,00	2.690.000,00	409.094,68	409.094,68	221.390,92	221.390,92	2.468.609,08
ADMINISTRACAO	9.165.750,00	9.165.750,00	2.105.481,89	2.105.481,89	860.902,14	860.902,14	8.304.847,86
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	126.000,00	126.000,00	37.772,23	37.772,23	13.834,30	13.834,30	112.165,70
Representacao Judicial e Extrajudicial	583.750,00	583.750,00	93.463,50	93.463,50	69.501,41	69.501,41	514.248,59
Administracao Geral	7.381.000,00	7.381.000,00	1.843.380,49	1.843.380,49	700.048,72	700.048,72	6.680.951,28
Comunicacao Social	1.075.000,00	1.075.000,00	130.865,67	130.865,67	77.517,71	77.517,71	997.482,29
SEGURANCA PUBLICA	809.000,00	809.000,00	118.607,00	118.607,00	23.823,32	23.823,32	785.176,68
Policimento	405.000,00	405.000,00	95.223,83	95.223,83	12.525,97	12.525,97	392.474,03
Defesa Civil	404.000,00	404.000,00	23.383,17	23.383,17	11.297,35	11.297,35	392.702,65
ASSISTENCIA SOCIAL	2.030.700,00	2.060.700,00	547.872,46	547.872,46	237.832,05	237.832,05	1.822.867,95
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	158.000,00	158.000,00	22.860,00	22.860,00	6.065,00	6.065,00	151.935,00
Assistencia Comunitaria	1.872.700,00	1.902.700,00	525.012,46	525.012,46	231.767,05	231.767,05	1.670.932,95
PREVIDENCIA SOCIAL	7.393.000,00	7.393.000,00	1.114.172,51	1.114.172,51	1.092.424,01	1.092.424,01	6.300.575,99
Previdencia Basica	1.093.000,00	1.093.000,00	159.401,83	159.401,83	158.719,18	158.719,18	934.280,82
Previdencia do Regime Estatutario	6.300.000,00	6.300.000,00	954.770,68	954.770,68	933.704,83	933.704,83	5.366.295,17
SAUDE	21.179.250,00	21.235.765,76	5.660.225,91	5.660.225,91	3.232.950,62	3.232.950,62	18.002.815,14
Administracao Geral	860.000,00	860.000,00	147.986,81	147.986,81	105.766,57	105.766,57	754.233,43
Aucao Basica	10.401.250,00	10.455.365,76	2.233.654,23	2.233.654,23	1.438.180,12	1.438.180,12	9.017.185,64
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	8.565.000,00	8.565.000,00	2.756.206,89	2.756.206,89	1.389.175,42	1.389.175,42	7.175.824,58
Suporte Profilatico e Terapeutico	600.000,00	600.000,00	311.333,04	311.333,04	185.659,69	185.659,69	414.340,31
Vigilancia Sanitaria	465.000,00	465.000,00	102.935,19	102.935,19	46.946,98	46.946,98	418.053,02
Vigilancia Epidemiologica	288.000,00	290.400,00	108.109,75	108.109,75	67.221,84	67.221,84	223.178,16
TRABALHO	57.000,00	57.000,00	18.095,63	18.095,63	1.694,57	1.694,57	55.305,43
Fomento ao Trabalho	57.000,00	57.000,00	18.095,63	18.095,63	1.694,57	1.694,57	55.305,43
EDUCACAO	20.985.000,00	21.158.798,06	4.183.318,23	4.183.318,23	2.357.216,35	2.357.216,35	18.801.581,71
Ensino Fundamental	9.890.000,00	9.900.240,78	1.931.607,39	1.931.607,39	1.027.918,82	1.027.918,82	8.872.321,96
Educao Infantil	11.095.000,00	11.258.557,28	2.251.710,84	2.251.710,84	1.329.297,53	1.329.297,53	9.929.259,75
CULTURA	6.081.000,00	6.082.600,00	703.059,66	703.059,66	209.057,90	209.057,90	5.873.542,10
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	447.000,00	447.000,00	129.846,63	129.846,63	35.144,55	35.144,55	411.855,45
Diffusao Cultural	5.634.000,00	5.635.600,00	573.213,03	573.213,03	173.913,35	173.913,35	5.461.686,65
URBANISMO	17.861.000,00	17.861.000,00	3.344.788,19	3.344.788,19	1.400.593,50	1.400.593,50	16.460.406,50
Planejamento e Orcamento	2.565.000,00	2.565.000,00	264.392,65	264.392,65	173.093,14	173.093,14	2.391.906,86
Infra-estrutura Urbana	9.535.000,00	9.535.000,00	1.056.687,20	1.056.687,20	158.092,82	158.092,82	9.376.907,18
Servicos Urbanos	5.761.000,00	5.761.000,00	2.023.708,34	2.023.708,34	1.069.407,54	1.069.407,54	4.691.592,46
HABITACAO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Habitacao Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
SANEAMENTO	23.298.500,00	23.723.500,00	2.654.049,37	2.654.049,37	942.235,08	942.235,08	22.781.264,92

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c') (R\$ 1,00)

CONSOLIDADO

Pag: 2/3

Saneamento Basico Urbano	23.298.500,00	23.723.500,00	2.654.049,37	2.654.049,37	942.235,08	942.235,08	7,24	3,97	22.781.264,92
GESTAO AMBIENTAL	297.500,00	297.500,00	61.605,34	61.605,34	42.106,58	42.106,58	0,32	14,15	255.393,42
Controle Ambiental	297.500,00	297.500,00	61.605,34	61.605,34	42.106,58	42.106,58	0,32	14,15	255.393,42
AGRICULTURA	1.510.000,00	1.510.000,00	527.447,68	527.447,68	232.860,62	232.860,62	1,79	15,42	1.277.139,38
Extensao Rural	1.510.000,00	1.510.000,00	527.447,68	527.447,68	232.860,62	232.860,62	1,79	15,42	1.277.139,38
INDUSTRIA	1.280.000,00	1.280.000,00	451.761,77	451.761,77	144.985,92	144.985,92	1,11	11,33	1.135.014,08
Promocao Industrial	1.280.000,00	1.280.000,00	451.761,77	451.761,77	144.985,92	144.985,92	1,11	11,33	1.135.014,08
COMERCIO E SERVICOS	385.500,00	385.500,00	181.360,81	181.360,81	47.733,26	47.733,26	0,37	12,38	337.766,74
Turismo	385.500,00	385.500,00	181.360,81	181.360,81	47.733,26	47.733,26	0,37	12,38	337.766,74
TRANSPORTE	19.886.000,00	19.931.000,00	1.031.994,20	1.031.994,20	222.063,38	222.063,38	1,71	1,11	19.708.936,62
Infra-estrutura Urbana	18.060.000,00	18.060.000,00	1.031.994,20	1.031.994,20	222.063,38	222.063,38	1,71	1,11	18.060.000,00
Transporte Rodoviario	1.826.000,00	1.871.000,00	168.884,54	168.884,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.826.000,00
DESPORTO E LAZER	1.980.000,00	1.980.000,00	863.109,66	863.109,66	222.063,38	222.063,38	1,71	11,87	1.648.936,62
Desporto Comunitario	890.000,00	890.000,00	1.084.093,19	1.084.093,19	86.570,49	86.570,49	0,66	4,37	1.893.429,51
Lazer	1.090.000,00	1.090.000,00	889.000,00	889.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	890.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	3.910.500,00	3.910.500,00	195.093,19	195.093,19	86.570,49	86.570,49	0,66	7,94	1.003.429,51
Servico da Divida Interna	2.411.000,00	2.411.000,00	900.980,25	900.980,25	713.157,23	713.157,23	5,48	18,24	3.197.342,77
Transferencias	1.300.500,00	1.300.500,00	535.931,90	535.931,90	535.931,90	535.931,90	4,12	22,23	1.875.068,10
Outros Encargos Especiais	199.000,00	199.000,00	335.461,56	335.461,56	157.878,54	157.878,54	1,21	12,14	1.142.621,46
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.012.500,00	5.012.500,00	29.586,79	29.586,79	19.346,79	19.346,79	0,15	9,72	179.653,21
Reserva de Contingencia	5.012.500,00	5.012.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.012.500,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo (a-b)
			Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro (b)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (II)	7.350.800,00	7.609.514,88	1.296.133,95	1.296.133,95	951.262,23	951.262,23	6.658.252,65
LEGISLATIVA	105.000,00	105.000,00	9.398,34	9.398,34	9.398,34	9.398,34	95.601,66
Acao Legislativa	105.000,00	105.000,00	9.398,34	9.398,34	9.398,34	9.398,34	95.601,66
ADMINISTRACAO	597.000,00	597.000,00	307.993,96	307.993,96	101.110,64	101.110,64	495.889,36
Defesa do Interesse Publico no Processo Judicial	1.000,00	1.000,00	891,69	891,69	891,69	891,69	108,31
Representacao Judicial e Extrajudicial	35.000,00	35.000,00	6.514,70	6.514,70	6.514,70	6.514,70	28.485,30
Administracao Geral	560.000,00	560.000,00	300.587,57	300.587,57	93.704,25	93.704,25	466.295,75
Comunicacao Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SEGURANCA PUBLICA	5.000,00	5.000,00	2.500,00	2.500,00	115,62	115,62	4.884,38
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	2.500,00	2.500,00	115,62	115,62	4.884,38
ASSISTENCIA SOCIAL	104.300,00	104.300,00	19.985,05	19.985,05	19.685,05	19.685,05	84.614,95
Assistencia Comunitaria	104.300,00	104.300,00	19.985,05	19.985,05	19.685,05	19.685,05	84.614,95
PREVIDENCIA SOCIAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Previdencia do Regime Estatutario	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
SAUDE	1.570.000,00	1.570.000,00	280.657,08	280.657,08	272.056,06	272.056,06	1.297.943,94
Administracao Geral	100.000,00	100.000,00	9.769,98	9.769,98	9.769,98	9.769,98	90.230,02
Atuacao Basica	905.000,00	905.000,00	189.496,76	189.496,76	186.206,80	186.206,80	718.793,20

MUNICIPIO DE TIMBO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CONSOLIDADO

Pag: 3/3

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)	410.000,00	410.000,00	63.670,90	58.359,84	58.359,84	0,45	14,23	351.640,16
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	105.000,00	105.000,00	7.938,93	7.938,93	7.938,93	0,06	7,56	97.061,07
Vigilancia Sanitaria	50.000,00	50.000,00	9.780,51	9.780,51	9.780,51	0,08	19,56	40.219,49
Vigilancia Epidemiologica	6.000,00	6.000,00	2.900,00	442,78	442,78	0,00	7,38	5.557,22
TRABALHO	6.000,00	6.000,00	2.900,00	442,78	442,78	0,00	7,38	5.557,22
Fomento ao Trabalho	3.430.000,00	3.688.714,88	448.289,84	365.398,80	365.398,80	2,81	9,91	3.323.316,08
EDUCACAO	1.370.000,00	1.455.555,14	186.764,72	157.738,28	157.738,28	1,21	10,84	1.297.816,86
Ensino Fundamental	2.060.000,00	2.233.159,74	261.525,12	207.660,52	207.660,52	1,59	9,30	2.025.499,22
Educacao Infantil	68.000,00	68.000,00	12.254,32	7.451,14	7.451,14	0,06	10,96	60.548,86
CULTURA	23.000,00	23.000,00	3.046,50	1.696,50	1.696,50	0,01	7,38	21.303,50
Patrimonio Historico, Artistico e Arqueologic	45.000,00	45.000,00	9.207,82	5.754,64	5.754,64	0,04	12,79	39.245,36
Difusao Cultural	686.000,00	686.000,00	87.288,82	76.850,28	76.850,28	0,59	11,20	609.149,72
URBANISMO	186.000,00	186.000,00	19.703,62	19.703,62	19.703,62	0,15	10,59	166.296,38
Planejamento e Orcamento	500.000,00	500.000,00	67.585,20	57.146,66	57.146,66	0,44	11,43	442.853,34
Servicos Urbanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
HABITACAO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Habitacao Urbana	336.500,00	336.500,00	44.262,09	44.262,09	44.262,09	0,34	13,15	292.237,91
SANEAMENTO	336.500,00	336.500,00	44.262,09	44.262,09	44.262,09	0,34	13,15	292.237,91
Saneamento Basico Urbano	10.000,00	10.000,00	4.837,50	4.837,50	4.837,50	0,04	48,38	5.162,50
GESTAO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	4.837,50	4.837,50	4.837,50	0,04	48,38	5.162,50
Controle Ambiental	92.000,00	92.000,00	32.712,96	26.966,16	26.966,16	0,21	29,31	65.033,84
AGRICULTURA	92.000,00	92.000,00	32.712,96	26.966,16	26.966,16	0,21	29,31	65.033,84
Extensao Rural	90.000,00	90.000,00	15.858,33	8.869,31	8.869,31	0,07	9,85	81.130,69
INDUSTRIA	17.000,00	17.000,00	2.026,12	2.026,12	2.026,12	0,02	11,92	14.973,88
Promocao Industrial	17.000,00	17.000,00	2.026,12	2.026,12	2.026,12	0,02	11,92	14.973,88
COMERCIO E SERVICOS	69.000,00	69.000,00	17.239,10	8.614,90	8.614,90	0,07	12,49	60.385,10
Turismo	69.000,00	69.000,00	17.239,10	8.614,90	8.614,90	0,07	12,49	60.385,10
TRANSPORTE	62.000,00	62.000,00	7.930,44	3.177,44	3.177,44	0,02	5,12	58.822,56
Transporte Rodoviario	62.000,00	62.000,00	7.930,44	3.177,44	3.177,44	0,02	5,12	58.822,56
DESPORTO E LAZER	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Lazer	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outros Encargos Especiais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	153.168.000,00	154.158.028,70	26.394.142,72	13.020.860,17	13.020.860,17	100,00	8,45	141.137.768,53

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 11h e 47m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

MARIA ANGELICA FAGGIANI

SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES

Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE

Contador

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Fevereiro/2014

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

CONSOLIDADO ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
Março /2013	Abril /2013	Maió /2013	Junho /2013	Julho /2013	Agosto /2013	Setembro /2013	Outubro /2013	Novembro /2013	Dezembro /2013	Janeiro 2014	Fevereiro /2014				
6.748.961,82	13.399.870,67	7.775.812,72	6.932.432,72	8.218.183,65	7.170.933,45	9.446.255,91	8.523.761,18	7.000.637,24	13.234.901,59	8.024.431,19	10.770.037,43	107.547.258,44	113.115.000,00		
Receitas Correntes (I)															
Receita Tributária	1.029.341,06	5.726.585,19	2.037.224,72	1.304.608,27	1.246.325,86	1.155.758,98	1.268.085,96	934.893,93	1.020.891,77	1.949.156,58	982.564,19	19.977.965,95	19.283.000,00		
IPTU	129.553,29	3.944.733,32	290.615,36	197.185,81	199.875,29	158.074,49	139.385,21	27.021,75	29.373,79	62.534,13	12.840,07	1.116.017,52	6.307.210,03		
ISS	394.648,59	517.785,40	480.135,44	544.397,39	484.284,28	497.283,62	519.175,58	483.116,24	538.941,66	473.554,52	412.187,25	5.956.110,40	6.000.000,00		
ITBI	153.894,73	196.171,89	184.810,33	164.621,32	253.259,98	122.000,31	210.938,03	142.160,52	213.692,98	208.784,78	148.115,40	2.142.867,87	2.510.000,00		
Outras Receitas Tributárias	251.944,45	278.608,10	281.658,55	217.999,69	308.705,71	155.696,26	308.705,71	155.696,26	155.696,26	155.696,26	155.696,26	1.585.561,48	1.585.561,48		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.946,07	3.213.000,00		
Receita de Contribuições	64.227,02	935.802,89	932.553,45	258.256,37	223.046,15	232.709,90	189.953,78	136.816,97	144.703,35	187.793,64	89.033,00	3.576.			

INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro 2014	até Fevereiro 2013
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	6.200.000,00	6.200.000,00	901.259,08	901.259,08	475.044,53
RECEITAS CORRENTES	6.200.000,00	6.200.000,00	1.882.581,71	1.882.581,71	733.707,32
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	391.909,30	391.909,30	437.248,48
Pessoal Civil	0,00	0,00	391.909,30	391.909,30	437.248,48
Ativo	0,00	0,00	385.514,97	385.514,97	434.346,14
Inativo	0,00	0,00	6.394,33	6.394,33	2.902,34
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	2.420.000,00	2.420.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.380.000,00	3.380.000,00	1.416.537,51	1.416.537,51	248.602,04
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.380.000,00	3.380.000,00	1.416.537,51	1.416.537,51	248.602,04
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	400.000,00	400.000,00	74.134,90	74.134,90	47.856,80
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	18.640,51	18.640,51	15.591,38
Demais Receitas Correntes	300.000,00	300.000,00	55.494,39	55.494,39	32.265,47
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	981.322,68	981.322,68	258.662,79
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	800.000,00	4.800.000,00	764.938,09	764.938,09	668.171,92
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	11.000.000,00	11.000.000,00	1.666.197,17	1.666.197,17	1.143.216,45

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESP. PREVID. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	6.300.000,00	6.300.000,00	933.704,83	933.704,83	776.178,19
ADMINISTRAÇÃO	6.300.000,00	6.300.000,00	29.683,25	29.683,25	9.268,77
Despesas Correntes	6.200.000,00	6.200.000,00	29.683,25	29.683,25	9.268,77
Despesa Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	904.021,58	904.021,58	766.909,42
Pessoal Civil	0,00	0,00	904.021,58	904.021,58	766.909,42
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	857.811,79	857.811,79	696.010,80
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	46.209,79	46.209,79	70.898,62
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	6.400.000,00	6.400.000,00	933.704,83	933.704,83	776.178,19
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.600.000,00	4.600.000,00	732.492,34	732.492,34	367.038,26

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro 2014	até Fevereiro 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	4.600.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Janeiro/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	63.764,48	77.798,99	43.513,49
INVESTIMENTOS	51.180.026,31	53.011.657,52	52.292.346,27
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	4.800.000,00	4.800.000,00	764.938,09	764.938,09	668.171,92
Receita de Contribuições	4.800.000,00	4.800.000,00	764.938,09	764.938,09	668.171,92
Patronal	4.800.000,00	4.800.000,00	764.938,09	764.938,09	668.171,92
Pessoal Civil	4.800.000,00	4.800.000,00	764.938,09	764.938,09	668.171,92
Ativo	4.800.000,00	4.800.000,00	764.938,09	764.938,09	668.171,92
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	4.800.000,00	4.800.000,00	764.938,09	764.938,09	668.171,92

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 18/03/2014, Hora de emissão 15h e 19m.

GREYCE NARDELLI
Contador
CPF: 055.771.809-02
CRC: 036939/00

OSMAIR DE CASTILHO
PRESIDENTE
CPF: 351.053.489-15

(2/2)

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro 2014/ Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)
CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 31/Dez/2013 (b)	Em 28/Fev/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.691.388,77	3.691.388,77	3.394.106,79
DEDUÇÕES (II)	17.171.209,73	17.171.209,73	22.320.385,89
Disponibilidade de Caixa Bruto	18.755.528,98	18.755.528,98	22.943.413,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.584.319,25	1.584.319,25	623.027,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(13.479.820,96)	(13.479.820,96)	(18.926.279,10)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(13.479.820,96)	(13.479.820,96)	(18.926.279,10)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Janeiro à Fevereiro (c-b)	até Fevereiro (c-a)
VALOR	(5.446.458,14)	(5.446.458,14)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	11.474.939,20

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Dez/2013	Em 28/Fev/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	120.243.457,02	120.243.457,02	120.243.457,02
Passivo Atuarial	120.243.457,02	120.243.457,02	120.243.457,02
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	52.335.859,76	52.335.859,76	53.089.456,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.513,49	43.513,49	77.798,99
Investimentos	52.292.346,27	52.292.346,27	53.011.657,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	67.907.597,26	67.907.597,26	67.154.000,51
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	67.907.597,26	67.907.597,26	67.154.000,51

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 13h e 59m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014	até Fevereiro 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	103.251.430,00	17.238.952,61	17.238.952,61	13.985.499,16
Receitas Tributárias	19.263.000,00	2.906.089,62	2.906.089,62	1.599.833,40
IPTU	6.000.000,00	1.128.857,59	1.128.857,59	18.745,71
ISS	6.000.000,00	885.741,77	885.741,77	781.551,09
ITBI	2.510.000,00	354.900,18	354.900,18	414.824,66
IRRF	1.540.000,00	308.618,83	308.618,83	216.570,00
Outras Receitas Tributárias	3.213.000,00	227.971,25	227.971,25	168.141,94
Receitas de Contribuições	10.097.000,00	1.587.084,93	1.587.084,93	1.495.762,06
Receitas Previdenciárias	4.800.000,00	1.212.183,49	1.212.183,49	1.137.643,86
Outras Receitas de Contribuições	5.297.000,00	374.901,44	374.901,44	358.118,20
Receita Patrimonial Líquida	50.000,00	2.556,23	2.556,23	2.155,73
Receita Patrimonial	4.615.570,00	665.003,07	665.003,07	98.286,73
(-) Aplicações Financeiras	4.565.570,00	662.446,84	662.446,84	96.131,00
Transferências Correntes	63.001.750,00	10.956.820,93	10.956.820,93	9.462.888,29
Cota-Parte do FPM	14.400.000,00	2.952.058,28	2.952.058,28	2.584.843,20
Cota-Parte do ICMS	24.800.000,00	3.633.787,11	3.633.787,11	3.241.382,11
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	23.801.750,00	4.370.975,54	4.370.975,54	3.636.662,98
Demais Receitas Correntes	10.839.680,00	1.786.400,90	1.786.400,90	1.424.859,68
Dívida Ativa	1.290.000,00	374.809,78	374.809,78	140.000,53
Diversas Receitas Correntes	9.549.680,00	1.411.591,12	1.411.591,12	1.284.859,15
RECEITAS DE CAPITAL (II)	45.351.000,00	271.880,70	271.880,70	903.916,34
Operações de Crédito (III)	13.000.000,00	151.960,70	151.960,70	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	5.000,00	0,00	0,00	271,26
Alienação de Bens (V)	350.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	31.996.000,00	119.920,00	119.920,00	903.645,08
Convênios	31.996.000,00	119.920,00	119.920,00	903.645,08
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	31.996.000,00	119.920,00	119.920,00	903.645,08
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	135.247.430,00	17.358.872,61	17.358.872,61	14.889.144,24

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014	até Fevereiro 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	92.998.894,15	12.515.999,04	12.515.999,04	11.004.286,84
Pessoal e Encargos Sociais	52.404.142,92	7.285.324,87	7.285.324,87	7.046.990,13
Juros e Encargos da Dívida (IX)	358.000,00	86.689,22	86.689,22	32.796,48
Outras Despesas Correntes	40.236.751,23	5.143.984,95	5.143.984,95	3.924.500,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	92.640.894,15	12.429.309,82	12.429.309,82	10.971.490,36
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	56.129.234,55	504.861,13	504.861,13	509.484,06
Investimentos	54.076.234,55	55.618,45	55.618,45	355.600,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.053.000,00	449.242,68	449.242,68	153.883,90
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	54.076.234,55	55.618,45	55.618,45	355.600,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.030.500,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	151.747.628,70	12.484.928,27	12.484.928,27	11.327.090,52
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(16.500.198,70)	4.873.944,34	4.873.944,34	3.562.053,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			990.628,70	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(15.509.570,00)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 15h e 14m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES
Controle InternoKATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO VII (RE. art. 53, inciso V)

Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				CONSOLIDADO	
	Exercícios em Anteriores	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados
		Inscritos em 31/12/2013	Em exercícios anteriores						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	271.094,27	1.038.789,78	555.184,12	285.081,80		1.024.802,25	2.351.784,51	2.013.838,90	6.932,58
EXECUTIVO	271.094,27	1.004.678,37	530.711,90	285.081,80		990.680,84	2.300.032,51	1.982.086,90	6.932,58
Faz.							136,53	136,53	
Fundebomopm	47,53	1.691,79	791,11	948,21			17.668,84	17.214,04	19.008,34
Fundacao Cultural de Timbo - Fct	530,60	48.327,91	48.802,91	1.055,60			40.490,07	38.857,99	114.535,60
Fundacao Municipal de Esportes - Fme	248,20	5.715,48	4.955,22	1.007,46			132.163,28	11.908,62	316.842,95
Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente - F		325,94	325,94				50.835,55	11.903,60	1.266,00
Fundo Municipal de Assistencia Social - Fmas	202,01	19.427,56	19.427,56	5.937,25			30.737,18	29.912,56	45.562,18
Fundo Municipal de Emergencia de Defesa Civil		23,93	23,93				328.881,59	247.547,90	824,62
Fundo Municipal de Saude	22.888,23	114.320,54	118.060,22	19.118,55			22.414,87	418,59	1.194.841,32
Fundo Municipal de Turismo - Fumtur	1.050,00	48.904,86	48.904,86	1.050,00			495,33	495,33	25.699,14
Fundo Municipal de Meio Ambiente de Timbó		3.561,00	3.520,59	40,41			418,59	418,59	129.031,26
Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó		1.722,44	1.122,44	600,00			1.347,66	1.347,66	1.065,33
Procuradoria Geral do Município		4.363,70	4.363,70				5.687,75	5.687,75	8.822,67
Secr. de Planejamento, Transito e Meio Ambient		10.164,83	10.164,83	290,00			26.414,17	26.414,17	21.994,48
Secretaria da Articulaçao Política e Instituci		13.054,14	12.764,14	290,00			29.065,49	27.304,50	22.443,94
Secretaria da Fazenda e Administracao Municipa		93.016,17	92.766,17	250,00			449.131,64	448.857,06	76.466,19
Secretaria de Desenvolvimento Economico	79.009,76	31.177,70	31.032,70	145,00			327.534,70	317.680,59	1.938.800,14
Secretaria de Educacao	167.147,94	18.145,83	17.520,83	85.238,79			468.034,30	387.546,50	384.671,56
Secretaria de Obras e Servicos Urbanos		4.965,62	4.965,62	169.408,53			368.316,18	368.316,18	31.172,22
Secretaria do Patrimônio Municipal de Água e Esgoto		5.768,57	5.768,57				51.752,00	51.752,00	31.172,22
LEGISLATIVO Vereadores		34.111,41	34.111,41				25,00	25,00	
Legislativo Vereadores		34.111,41	34.111,41				25,00	25,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		8.585,76	8.585,76	285.081,80			2.351.809,51	2.013.863,90	6.932,58
TOTAL (III) = (I + II)	271.094,27	1.047.375,54	555.209,12	285.081,80		1.033.388,01	2.351.809,51	2.013.863,90	6.932,58

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 16h e 21m.
¹ Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
MDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)

CONSOLIDADO - Poder: Todos

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014 (b)	% (b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	17.520.000,00	17.520.000,00	2.964.949,85	2.964.949,85	16,92
1.1- Receita Result. do Imposto sobre a Prop. Predial e Territorial Urbana – IPTU	7.020.000,00	7.020.000,00	1.323.294,91	1.323.294,91	18,85
1.1.1- IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	1.128.924,59	1.128.924,59	18,82
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.179,23	1.179,23	2,36
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	750.000,00	750.000,00	145.401,01	145.401,01	19,39
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IPTU	220.000,00	220.000,00	47.857,08	47.857,08	21,75
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	67,00	67,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	2.522.000,00	2.522.000,00	354.900,18	354.900,18	14,07
1.2.1- ITBI	2.510.000,00	2.510.000,00	354.900,18	354.900,18	14,14
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	6.438.000,00	6.438.000,00	978.135,93	978.135,93	15,19
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	885.741,77	885.741,77	14,76
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	49.000,00	49.000,00	5.449,77	5.449,77	11,12
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	240.000,00	240.000,00	60.369,34	60.369,34	25,15
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ISS	149.000,00	149.000,00	26.575,05	26.575,05	17,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.540.000,00	1.540.000,00	308.618,83	308.618,83	20,04
1.4.1- IRRF	1.540.000,00	1.540.000,00	308.618,83	308.618,83	20,04
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art.153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	54.055.000,00	54.055.000,00	8.747.007,65	8.747.007,65	16,18
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.2- Parcela Referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	31.000.000,00	31.000.000,00	4.542.233,63	4.542.233,63	14,65
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	19.660,20	19.660,20	19,66
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	68.693,61	68.693,61	15,27
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	39,20	39,20	0,78
2.6- Cota-Parte IPVA	4.500.000,00	4.500.000,00	426.308,22	426.308,22	9,47
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	71.575.000,00	71.575.000,00	11.711.957,50	11.711.957,50	16,36
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014 (b)	% (b/a)
4- RECEITA DA APLIC. FINAN. DE OUTROS REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.575.000,00	1.575.000,00	277.343,36	277.343,36	17,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.130.000,00	1.130.000,00	211.452,52	211.452,52	18,71
5.2- Transferências Diretas do PDDE	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas do PNAE	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas do PNATE	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	52.502,76	52.502,76	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	13.388,08	13.388,08	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	3.454,27	3.454,27	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	3.454,27	3.454,27	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.575.000,00	1.575.000,00	280.797,63	280.797,63	17,83
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014 (b)	% (b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.811.000,00	10.811.000,00	1.749.401,10	1.749.401,10	16,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	738.014,51	738.014,51	20,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	6.200.000,00	6.200.000,00	908.446,52	908.446,52	14,65
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	3.932,04	3.932,04	19,66
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	90.000,00	90.000,00	13.738,74	13.738,74	15,27
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5+2.5))	1.000,00	1.000,00	7,83	7,83	0,78
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	900.000,00	900.000,00	85.261,46	85.261,46	9,47
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.310.000,00	13.310.000,00	2.441.197,26	2.441.197,26	18,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.281.000,00	13.281.000,00	2.431.515,83	2.431.515,83	18,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	29.000,00	29.000,00	9.681,43	9.681,43	33,38
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.470.000,00	2.470.000,00	682.114,73	682.114,73	27,62
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua (1/3)

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
MDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014 (e)	% (e/d)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.310.000,00	13.579.792,92	1.688.917,51	1.688.917,51	12,44
13.1- Com Educação Infantil	8.210.000,00	8.384.498,18	1.071.025,87	1.071.025,87	12,77
13.2- Com Ensino Fundamental	5.100.000,00	5.195.294,74	617.891,64	617.891,64	11,89
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.310.000,00	13.579.792,92	1.688.917,51	1.688.917,51	12,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
16.1 FUNDEB 60%					0,00
16.2 FUNDEB 40%					0,00
17- DESP. CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANC. EXERC. ANTERIOR DO FUNDEB					269.792,92
17.1 - FUNDEB 60%					269.792,92
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16 + 17)					269.792,92
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)					1.419.124,59
19.1 – Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 – (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					58,13
19.2 – Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 – (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 – Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 – (19.1 + 19.2)) %					41,87
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES			VALOR		
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					269.792,92
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					269.792,92
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	17.893.750,00	17.893.750,00	2.927.989,37	2.927.989,37	16,36
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014 (e)	% (e/d)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.345.000,00	12.614.355,75	1.491.905,00	1.491.905,00	11,83
23.1 - Creche	12.345.000,00	12.614.355,75	1.491.905,00	1.491.905,00	11,83
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.210.000,00	8.384.498,18	1.071.025,87	1.071.025,87	12,77
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.135.000,00	4.229.857,57	420.879,13	420.879,13	9,95
23.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.495.000,00	10.590.294,74	1.167.669,84	1.167.669,84	11,03
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.100.000,00	5.195.294,74	617.891,64	617.891,64	11,89
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.395.000,00	5.395.000,00	549.778,20	549.778,20	10,19
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	22.840.000,00	23.204.650,49	2.659.574,84	2.659.574,84	11,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					682.114,73
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)					9.681,43
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					269.792,92
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSC. NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00
36- CANCEL. NO EXERC. DE RESTOS A PAGAR INSC. COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)					0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					961.589,08
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23 + 24) - 37)					1.697.985,76
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(3) x 100)%					14,50

Continua (2/3)

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
MDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2014 (e)	% (e/d)
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.130.000,00	1.130.000,00	3.392,87	3.392,87	0,30
42- DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	445.000,00	512.862,45	59.647,44	59.647,44	11,63
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.575.000,00	1.642.862,45	63.040,31	63.040,31	3,84
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.415.000,00	24.847.512,94	2.722.615,15	2.722.615,15	10,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		189.423,67			0,00
46.1 – Executada com Recursos de Importos Vinculados ao Ensino		189.423,67			0,00
46.2 – Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00			0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	269.792,92	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.431.515,83	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.582.208,28	0,00
49.1 – Orçamento do Exercício	1.582.208,28	0,00
49.2 – Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.681,43	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.128.781,90	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 18/03/2014, Hora de emissão 11h e 05m.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

(3/3)

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)
CONSOLIDADO

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
		Até Fevereiro(b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	13.000.000,00	151.960,70	12.848.039,30

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS ²		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-(e+f))
		Liquidadas (e)	Insc. em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	56.129.234,55	504.861,13		55.624.373,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00		0,00
(-) Incentivos Fiscais Contribuintes por Instit.Financeiras	0,00	0,00		0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	56.129.234,55	504.861,13		55.624.373,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(43.129.234,55)		(352.900,43)	(42.776.334,12)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 16h e 28m.

Notas:

¹ < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2014 a 2088

RREO - ANEXO X (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2014	5.441.149,16	3.545.033,70	1.896.115,46	1.896.115,46
2015	5.495.560,65	3.628.794,48	1.866.766,17	3.762.881,63
2016	5.550.516,26	3.725.621,72	1.824.894,54	5.587.776,17
2017	5.606.021,42	3.903.984,55	1.702.036,87	7.289.813,04
2018	5.662.081,64	4.077.960,40	1.584.121,24	8.873.934,28
2019	5.718.702,45	4.217.517,57	1.501.184,88	10.375.119,16
2020	5.775.889,48	4.448.162,08	1.327.727,40	11.702.846,56
2021	5.833.648,37	4.599.144,11	1.234.504,26	12.937.350,82
2022	5.891.984,86	5.016.607,20	875.377,66	13.812.728,48
2023	5.950.904,70	5.310.882,78	640.021,92	14.452.750,40
2024	6.010.413,75	5.756.442,46	253.971,29	14.706.721,69
2025	6.070.517,89	6.027.409,40	43.108,49	14.749.830,18
2026	6.131.223,07	6.842.799,10	(711.576,03)	14.038.254,15
2027	6.192.535,30	7.309.788,71	(1.117.253,41)	12.921.000,74
2028	6.254.460,65	8.063.340,34	(1.808.879,69)	11.112.121,05
2029	6.317.005,26	8.656.970,74	(2.339.965,48)	8.772.155,57
2030	6.380.175,31	9.262.889,50	(2.882.714,19)	5.889.441,38
2031	6.443.977,06	9.710.296,93	(3.266.319,87)	2.623.121,51
2032	6.508.416,83	10.256.768,95	(3.748.352,12)	(1.125.230,61)
2033	6.573.501,00	10.935.638,28	(4.362.137,28)	(5.487.367,89)
2034	6.639.236,01	11.284.780,61	(4.645.544,60)	(10.132.912,49)
2035	6.705.628,37	11.768.211,80	(5.062.583,43)	(15.195.495,92)
2036	6.772.684,66	12.333.536,79	(5.560.852,13)	(20.756.348,05)
2037	6.840.411,50	12.979.900,18	(6.139.488,68)	(26.895.836,73)
2038	4.989.944,44	13.245.892,00	(8.255.947,56)	(35.151.784,29)
2039	5.039.843,88	13.510.355,01	(8.470.511,13)	(43.622.295,42)
2040	5.090.242,32	13.654.885,21	(8.564.642,89)	(52.186.938,31)
2041	5.141.144,74	13.867.324,04	(8.726.179,30)	(60.913.117,61)
2042	5.192.556,19	14.011.014,93	(8.818.458,74)	(69.731.576,35)
2043	5.244.481,75	14.001.294,49	(8.756.812,74)	(78.488.389,09)
2044	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2045	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2046	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2047	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2048	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2049	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2050	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2051	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2052	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2053	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2054	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2055	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2056	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2057	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2058	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2059	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2060	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2061	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2062	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2063	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2064	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)

1 Projeção atuarial elaborada em 18/03/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Valores

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 18/03/2014, Hora de emissão 15h e 22m.

INSTITUTO DE PREV DOS SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2014 a 2088

RREO - ANEXO X (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2065	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2066	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2067	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2068	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2069	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2070	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2071	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2072	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2073	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2074	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2075	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2076	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2077	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2078	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2079	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2080	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2081	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2082	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2083	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2084	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2085	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2086	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2087	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)
2088	0,00	0,00	0,00	(78.488.389,09)

1 Projeção atuarial elaborada em 18/03/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 18/03/2014, Hora de emissão 15h e 22m.

GREYCE NARDELLI
 Contador
 CPF: 055.771.809-02
 CRC: 036939/00

OSMAIR DE CASTILHO
 PRESIDENTE
 CPF: 351.053.489-15

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO
DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)
CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	350.000,00	239,19	349.760,81
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	350.000,00	239,19	349.760,81
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	239,19	49.760,81
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	0,00	300.000,00
TOTAL	350.000,00	239,19	349.760,81

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
Despesas de Capital	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
Investimentos	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i) = (Ib - (IIe + II f))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	30.076,53	239,19	30.315,72

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 16h e 38m.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.

No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES
Controlador Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

MUNICIPIO DE TIMBO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro de 2014

RREO - ANEXO XIII(LC 141/2012, art.35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Fevereiro 2014 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA(I)	17.520.000,00	17.520.000,00	2.964.949,85	16,92
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	1.128.857,59	18,81
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.510.000,00	2.510.000,00	354.900,18	14,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	885.741,77	14,76
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.540.000,00	1.540.000,00	308.618,83	20,04
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	100.000,00	100.000,00	6.629,00	6,62
Dívida Ativa dos Impostos	1.000.000,00	1.000.000,00	205.770,35	20,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	370.000,00	370.000,00	74.432,13	20,11
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(II)	54.055.000,00	54.055.000,00	8.747.007,65	16,18
Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	20,50
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	39,20	0,78
Cota-Parte IPVA	4.500.000,00	4.500.000,00	426.308,22	9,47
Cota-Parte ICMS	31.000.000,00	31.000.000,00	4.542.233,63	14,65
Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	68.693,61	15,26
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer. Constitucionais	100.000,00	100.000,00	19.660,20	19,66
Desoneração ICMS(LC 87/96)	100.000,00	100.000,00	19.660,20	19,66
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(III)=HII	71.575.000,00	71.575.000,00	11.711.957,50	16,36

CONSOLIDADO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Fevereiro 2014 (d)	% (d/c)
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.891.000,00	5.891.000,00	1.230.161,88	20,88
Provenientes da União	4.688.860,00	4.688.860,00	1.032.951,18	22,02
Provenientes dos Estados	978.890,00	978.890,00	176.605,92	18,04
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	223.250,00	223.250,00	20.604,78	9,22
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	16.849,84	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.891.000,00	5.891.000,00	1.247.011,72	21,16

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Fevereiro 2014 (f)	% (f/e)x100 (f/e)x100	até Fevereiro 2014 (g)	% (g/e)x100 (g/e)x100
DESPESAS CORRENTES	20.840.250,00	20.845.250,00	5.928.915,34	28,43	3.501.676,03	16,79
Pessoal e Encargos Sociais	13.275.000,00	13.275.000,00	2.178.421,61	16,40	2.163.153,61	16,29
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.565.250,00	7.570.250,00	3.748.493,73	49,51	1.338.522,42	17,68
DESPESAS DE CAPITAL	1.909.000,00	1.960.515,76	13.967,65	0,71	3.330,65	0,16
Investimentos	1.909.000,00	1.960.515,76	13.967,65	0,71	3.330,65	0,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	22.749.250,00	22.805.765,76	5.940.882,99	26,04	3.505.006,68	15,36

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Fevereiro 2014 (h)	% (h/vf)x100 (h/vf)x100	até Fevereiro 2014 (i)	% (i/desp. saúde) (i/desp.x100)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. COM ASSIST. À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINC. DE ACESSO UNIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.381.000,00	6.437.515,76	1.828.573,61	30,77	1.438.080,02	41,02
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	6.081.000,00	6.137.515,76	1.828.573,61	30,77	1.438.080,02	41,02
Recursos de Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR N. PROCES. INDEVID. EXERC. SEM DISPON. FINANC. (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. COM DISP. DE CAIXA VINCUL. AOS RESTOS A PAGAR CANCEL. (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. REC. VIN. PERC. MÍN. APLIC. EM AÇÕES/SAÚDE EM EX. ANT. (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	6.381.000,00	6.437.515,76	1.828.573,61	34,58	1.438.080,02	41,02
TOTAL DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	16.368.250,00	16.368.250,00	4.112.309,38	69,22	2.066.926,66	58,97

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS	17,69
CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI%)=(VIII/IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL (4 e 5)	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15 x IIIb))/100] (6)	310.366,87

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	Saldo Inicial	Saldo Final (Não Aplicado)
	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO			Saldo Final(Não Aplicado)		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)				
	0,00	0,00			0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Fevereiro 2014	% (l/total l)x100	até Fevereiro 2014 (m)	% (m/total m) x100
			(l)			
Atenção Básica	11.306.250,00	11.360.365,76	2.423.150,99	40,78	1.624.386,92	46,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.975.000,00	8.975.000,00	2.819.877,79	47,46	1.447.535,26	41,29
Suporte Profilático e Terapêutico	600.000,00	600.000,00	311.333,04	5,24	185.659,69	5,29
Vigilância Sanitária	570.000,00	570.000,00	110.874,12	1,86	54.885,91	1,56
Vigilância Epidemiológica	338.000,00	340.400,00	117.890,26	1,98	77.002,35	2,19
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	960.000,00	960.000,00	157.756,79	2,65	115.536,55	3,29
TOTAL	22.749.250,00	22.805.765,76	5.940.882,99	100,00	3.505.006,68	100,00

1 Essa linha apresentará valor somente no Rubrica Resumida da Execução Orçamentária do último bimestre de exercício.
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula IV(h÷l) - (15 x IIb)/100.

Fonte: Sistema ATENDE NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 13/03/2014, Hora de emissão 16h e 16m.

LAERGIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECR. FAZENDA E ADM.

GRACIELA INES UBER GOMES
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

(2/2)

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

RREO - Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)
CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)							
		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00							
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00							
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00							
TOTAL DE PASSIVOS (I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00							
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00							
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00							
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00							
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00							
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00							
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00							
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00							
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Entidades Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	91.162.813,69	94.889.391,89									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)=(IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/03/2014, Hora de emissão 16h e 55m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER GOMES
Controle Interno

KATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

MUNICIPIO DE TIMBO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro
RECEITAS			
Previsão Inicial	-		153.168.000,00
Previsão Atualizada	-		153.168.000,00
Receitas Realizadas	18.173.280,15		18.173.280,15
Déficit Orçamentário	-		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-		329.259,49
DESPESAS			
Dotação Inicial	-		153.168.000,00
Créditos Adicionais	-		990.628,70
Dotação Atualizada	-		154.158.628,70
Despesas Empenhadas	26.394.142,72		26.394.142,72
Despesas Liquidadas	13.020.860,17		13.020.860,17
Superávit Orçamentário	-		5.152.419,98
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro
Despesas Empenhadas		26.394.142,72	26.394.142,72
Despesas Liquidadas		13.020.860,17	13.020.860,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até Fevereiro
Receita Corrente Líquida			94.889.391,89
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro
Regime Geral de Previdência Social	0,00		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00		0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	1.666.197,17		1.666.197,17
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	933.704,83		933.704,83
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	732.492,34		732.492,34
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Fevereiro (b) % em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	11.474.939,20	(5.446.458,14)	(47,46)
Resultado Primário	(15.509.570,00)	4.873.944,34	(31,42)
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até Fevereiro
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.318.469,81	0,00	1.033.388,01
Poder Executivo	1.284.358,40	0,00	999.276,60
Poder Legislativo	34.111,41	0,00	34.111,41
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	7.066.146,34	6.932,58	2.013.863,90
Poder Executivo	6.983.222,12	6.932,58	1.962.111,90
Poder Legislativo	82.924,22	0,00	51.752,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.384.616,15	6.932,58	3.047.251,91

Continua (1/2)

MUNICIPIO DE TIMBO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Fevereiro/2014

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado até Fevereiro	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Fevereiro	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	1.697.985,76	25%	14,50	
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	1.419.124,59	60%	58,13	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Fevereiro	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito	151.960,70	12.848.039,30		
Despesa de Capital Líquida	504.861,13	55.624.373,42		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício ¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	5.441.149,16	6.010.413,75	6.639.236,01	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	3.545.033,70	5.756.442,46	11.284.780,61	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	1.896.115,46	253.971,29	(4.645.544,60)	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
	Valor Apurado até Fevereiro	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	239,19	349.760,81		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	350.000,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Fevereiro	Limite Constitucional Anual		
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até Fevereiro	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.066.926,66	15,00	17,65	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL(%)				

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 18/03/2014, Hora de emissão 15h e 08m.

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referênciaLAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER GOMES
Controle InternoKATHIA ELISA GUMZ HOWE
Contador

(2/2)

CÂMARA MUNICIPAL**Relação de Profissionais Cadastrados Para Integra Subcomissão Técnica Para Julgamento de Licitação de Publicidade**

A Câmara Municipal de Timbó informa que realizará, no dia 7 de Abril de 2014, sessão pública para o sorteio dos integrantes da subcomissão técnica que fará o julgamento das propostas técnicas da Tomada de Preços nº 01/2014.

A subcomissão será constituída por três pessoas sorteadas dentre as relacionadas abaixo, de acordo com o que estabelecem os §§ 2º e 3º do artigo 9º da Lei nº 12.232/2010:

Patrícia Xavier

CPF: 271.934.608.03

Formação/atuação: Superior em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo – Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Timbó.

Jaime Avendaño

CPF: 159.657.958.74

Formação/atuação: Superior em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo – Assessor de Comunicação na Prefeitura de Timbó e professor de Comunicação e Jornalismo.

Aurélio Kowalski

CPF: 050.418.419-93

Formação/atuação: Superior Administração e Marketing – professor de marketing – Sócio Administrativo da Agência SOU Digital.

Jorge Eduardo Manfrini

CPF: 052.470.879-76

Formação/atuação: Superior Comunicação Social - Publicidade e Propaganda / Professor Universitário e Mídia na agência Escala, Metra.

Thatiana Michelle Berri Krieger

Rua Chapecó, nº 241 Bairro Quintino - Timbó/SC

CPF 043.094.659/78

(47) 8803 8949

Formação: Superior em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Aldo Jr. Pasqualini

CPF: 006.319.889-47

CI: 4.836.753

Rua Maranhão, 373, Apto 301, Estados, Indaial (SC)

Registro profissional CONRERP RS/SC 2415

Formação: Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Timbó(SC), 25 de Março de 2014.

Jorge Augusto Krüger

Presidente

Três Barras**PREFEITURA****Lei Nº 3.109 de 25 de Março de 2014**

LEI Nº 3.109 DE 25 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSACIONAR NOS AUTOS Nº 015.03.006578-4 DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a transacionar nos autos nº 015.03.006578-4 da Ação de Desapropriação cujo trâmite se dá no Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canoinhas – SC, em que são partes o Município de Três Barras e Espólio de Antonio e Marta Stalicz.

Art. 2º. Para efeitos de justa indenização pagará o Município aos desapropriados o valor de R\$ 48,59 (quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) o metro quadrado correspondente a área desapropriada.

Art. 3º. O pagamento da complementação da indenização será realizado através de depósito na conta única do Tribunal de Justiça vinculada ao processo, em 04 (quatro) parcelas mensais, com vencimento da primeira no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, data em que será procedida a atualização do valor inicial depositado.

Art. 4º. A transação extingue o processo sem qualquer outro ônus para o Município.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação específica do orçamento.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 25 de março de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Lei Nº 3.107 de 25 de Março de 2014

LEI Nº 3.107 DE 25 DE MARÇO DE 2014

RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado pelo Município de Três Barras/SC, Protocolo de Intenções com a finalidade de instituir o CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, o qual será composto pelos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras ficando desde já autorizado o Chefe do

Poder Executivo a manifestar expressa anuência, em assembléia, em relação à aprovação do respectivo estatuto.

Art. 2º CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, mediante publicação do competente Estatuto.

Art. 3º Fica o Município de Três Barras autorizado a firmar contrato de rateio com o CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções, que através da presente Lei passa a denominar-se Contrato de Consórcio, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre Município de Três Barras/SC, Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva e Porto União e o CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 25 de março de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PREÂMBULO

Considerando a crescente delegação de serviços aos Municípios por parte dos demais entes federados, na maioria das vezes sem a necessária contrapartida econômico-financeira,
Considerando a necessidade de viabilização destes serviços a fim de garantir a qualidade, economicidade e perenidade dos mesmos, em benefício da população,
Considerando a possibilidade de ganho de escala através da gestão associada e da prestação de serviços públicos de forma consorciada,
Considerando a homogeneidade administrativa e identidade cultural comum aos dez Municípios que compõem a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE,
Considerando a necessidade da região da AMPLANORTE, disporem de um organismo institucional capaz de atuar de forma multifinalitária, no compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados,
Os Municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras representados neste ato pelos respectivos Chefes do Poder Executivo,

DELIBERAM

constituir o “CONSÓRCIO DE Desenvolvimento Econômico do Planalto norte catarinense – codeplan”, o qual reger-se-á pelo disposto na Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, pelo Decreto nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pelo Contrato de Consórcio Público, pelo Estatuto do Consórcio Público e pelos demais atos; adotando o regime de total sintonia e plena cooperação com sua formuladora, a “ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE

CATARINENSE - AMPLANORTE”.

Para tanto, os Chefes do Poder Executivo, legítimos representantes de cada um dos entes federativos acima mencionados subscrevem o presente “PROTOCOLO DE INTENÇÕES”, conforme cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS e do consorciamento

CLÁUSULA 1.ª - Subscrevem o Protocolo de Intenções:

I – O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede à Rua Estanislau Schumann – 839 - Centro, CEP 89.478-000, telefone (47) 3629-0182, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Damaso da Silveira, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº. 2.318.341, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº.754.056.019-34;

II – O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt – 10 - Centro, CEP 89.460-000, telefone (47) 3621-7700, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº. 482.932, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. 477.740.299-15;

III – O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.558/0001-05, com sede na Rua Paraná – 200 - , Centro, CEP 89.440-000, telefone (47)3625-1111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº 827.405, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 455.173.049-15;

IV – O MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.509.0001/72, com sede na Praça Des. Flávio Tavares - 12, Centro, CEP 89.300-000, telefone (47) 3641 4000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Roberto Agenor Sholze, brasileiro, solteiro, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº.4.961.265, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 009.399.399-53;

V – O MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.525/0001-65, com sede na Rua Alfredo Becker – 385 - Centro, CEP 89.380-000, telefone (47) 3654-0166, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Aldomir Roskamp, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº2.014.310, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº615.249.569-53;

VI – O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sergio Glevinski - 134, Centro, CEP 89.370-000, telefone (47) 3653-2166, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº.607.166, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº248.839.219-72;

VII– O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta – 126 -Centro, CEP 89.400-000, telefone (42) 3523-1155, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Anízio de Souza, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº.325.323, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 180.245.569-87;

VIII – O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Av. Santa Catarina – 616 -Centro, CEP 89.490-000, telefone (47) 3623-1084, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eloi José Quege, brasileiro, casado, Agente Político, portador da Cédula de Identidade nº.4.189.806-2, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 740.219.589-91;

§ 1º - Todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput

desta cláusula poderão consorciar-se mediante ratificação, nos termos da cláusula segunda.

§ 2º - Os municípios não subscritores deste Protocolo de Intenções, membros de Associação de Municípios confrontante com a área geográfica da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE e devidamente reconhecida junto a Federação Catarinense de Municípios – FECAM poderão, a qualquer tempo, ingressar no consórcio, o que se fará através de pedido formal ao Presidente do Consórcio, o qual, uma vez atendidos os requisitos legais do estatuto do consórcio e devidamente aprovado na Assembleia Geral, decidirá pela aceitação do novo consorciado, que deverá providenciar Lei de Ratificação, dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, subscrição dos contratos de programa e celebração dos contratos de rateio.

CLÁUSULA 2.ª - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 03 (três) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

§ 3º - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembleia Geral do Consórcio Público.

§ 4º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes consorciados, em Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

CLÁUSULA 3.ª - O “CONSÓRCIO de desenvolvimento econômico do planalto norte – codeplan”, constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único: O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO III

DO PRAZO, DA SEDE E DA ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA 4.ª - O CONSÓRCIO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único: A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, e ratificação, através de lei, por todos os entes consorciados.

CLÁUSULA 5.ª - A sede do Consórcio será junto à sede da Associação dos Municípios do Planalto Norte – AMPLANORTE, situada a Prof. Maria do Espírito Santo - 400 - CEP 89.300-000, Mafra, Estado de Santa Catarina.

§ 1º. A Assembleia Geral do Consórcio poderá alterar a sede, mediante motivação relevante e plenamente justificada, bem como aprovar sub-sedes operacionais regionais de acordo com a necessidade do Consórcio.

§ 2º. A Assembleia Geral do Consórcio poderá aprovar e instituir sub-sedes operacionais de acordo com a necessidade expressa pela Diretoria e Coordenadoria do Consórcio.

CLÁUSULA 6.ª - A área de atuação do consórcio será formada pela soma do território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Parágrafo único: Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES

CLÁUSULA 7.ª - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

IV – compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

CLÁUSULA 8.ª - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio ou no Estatuto.

CLÁUSULA 9.ª - Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA 10.ª - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – CODEPLAN, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas nas Cláusulas 11 e 12 deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – firmar protocolo de intenções;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

DO OBJETIVO GERAL E DAS FINALIDADES

CLÁUSULA 11 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – CODEPLAN, tem por objetivo geral o compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados.

CLÁUSULA 12 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – CODEPLAN, tem as seguintes finalidades:

I - a gestão associada de serviços públicos;

II – a prestação direta ou indireta e integrada de serviços públicos de assistência técnica, execução de obras e serviços especializados, consultoria e assessoria, produção de informações, elaboração e execução de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos, serviços públicos especializados nas diversas áreas da administração pública municipal em âmbito municipal e regional, visando o desenvolvimento territorial sustentável;

III – a aquisição, administração, gestão associada, compartilhamento e uso comum de instrumentos, equipamentos, instalações, máquinas, pessoal técnico, bens e serviços para o desenvolvimento

de ações ou programas nos municípios consorciados;

IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entidades de sua administração indireta;

V – a administração, supervisão e fiscalização de projetos, obras e serviços de iluminação pública; energia; transmissão de dados e aprimoramento dos sistemas de telecomunicações vinculados às novas tecnologias, de forma regionalizada;

VI – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e execução dos serviços de saneamento e de manejo de resíduos sólidos, inclusive para a co-geração de energia elétrica nos termos da legislação vigente;

VII – o apoio e o fomento de intercâmbio de experiências, informações, encontros, seminários, congressos e eventos de interesse do consórcio, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou semelhantes;

VIII – a aquisição de bens ou contratação de serviços técnicos especializados para o uso individual ou compartilhado dos municípios consorciados;

IX – a angariação de recursos onerosos e não onerosos, visando o financiamento das ações regionalizadas dentro dos objetivos e finalidades do consórcio;

X – o aprimoramento dos sistemas logísticos de transporte rodoviário, ferroviário, dutoviário, aéreo e hidroviário da região;

XI – o incentivo a gestão associada e integrada dos recursos hídricos e de soluções para a universalização do saneamento básico;

XII – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e destinação final de resíduos sólidos nos termos da legislação vigente;

XIII – a representação do conjunto dos municípios que o integram, em matéria referente à sua finalidade, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

XIV – o exercício das competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembleia Geral;

XV – delegação do poder de polícia administrativa dos Municípios, dentro das áreas específicas da administração pública, mediante determinação expressa do Chefe do Executivo do Ente consorciado, que especificará as atribuições, as condições e o prazo da delegação mediante Decreto;

XVI – receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra e venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias;

XVII – receber e analisar a documentação técnica encaminhada por requerentes de cada um dos Entes consorciados, no sentido de cumprir as determinações legais vigentes em face da tramitação administrativa dos procedimentos de licenciamento ambiental, exigindo as complementações que se fizerem necessárias para o correto enquadramento das atividades licenciáveis sob responsabilidade do Consórcio, definindo ainda a indicação de condicionantes e limites para a instalação e operação das atividades pretendidas;

XVIII – exercer, em caráter concorrente com os Entes consorciados e sob delegação dos mesmos, o poder de polícia, no sentido de cumprir as ações fiscalizatórias que visem à preservação e à proteção dos recursos naturais e do patrimônio histórico, artístico, cultural e arquitetônico;

XIX – atuar em conjunto com os Entes consorciados, em atividades, programas e projetos destinados à conscientização e à difusão de conhecimento sobre a importância do meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações, ações de educação fiscal e tributária, de maneira integrada ou isolada.

XX – o fortalecimento e a institucionalização das relações entre

o Consórcio e as Associações de Municípios das quais os entes consorciados participam, em especial a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, sede permanente do consórcio;

XXI – o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios através do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e de outros fóruns do gênero que por ventura surjam;

XXII – viabilizar licitações conjuntas de materiais diversos bem como, medicamentos, insumos e equipamentos voltados a saúde pública;

§ 1º - Os bens adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput serão de uso somente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma dos contratos de programa e de rateio.

§ 2º - É facultado o uso compartilhado de bens ou serviços adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput pelos demais entes consorciados mediante a celebração de contrato de rateio.

§ 3º - Para cumprimento de seus objetivos, o consórcio poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

III – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 13 - Os Municípios autorizam a gestão associada de serviços públicos nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, abrangendo o território daqueles que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único - Para a consecução da gestão associada, os Municípios delegam ao consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento dos objetivos e finalidades do consórcio, previstas nas cláusulas 11 e 12.

CLÁUSULA 14 - Para o cumprimento de suas finalidades deverá o CONSÓRCIO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

CLÁUSULA 15 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo único: As tarifas previstas neste artigo poderão ser

atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 16 - O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

CLÁUSULA 17 - O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

CLÁUSULA 18 - O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único: Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

Do contrato de programa

CLÁUSULA 19 - Ao CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV – os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados as previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI – as penalidades e sua forma de aplicação;

VII – os casos de extinção;

VIII – os bens reversíveis;

IX – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI – a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII – demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são

necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 20 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único: São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos

órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;
X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;
XI - demais condições previstas na Lei Federal n.º 11.107/2005 e no Decreto n.º 6.017/2007.

CAPÍTULO X

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA 21 - O CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções, pelo Estatuto do Consórcio e Regimento Interno.

Parágrafo Único - O consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

CAPÍTULO XI

Dos órgãos

CLÁUSULA 22 - O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, é constituído pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Coordenadoria;

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

CLÁUSULA 23 - A Assembleia Geral, instância máxima do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembléia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de 01 (um) ano, sendo permitida 01 (uma) reeleição.

§ 2º - Poderão concorrer à eleição para a Diretoria e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição.

§ 3º - Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 4º - No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 5º - O disposto no § 4º desta cláusula não se aplica nos casos em que tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito, o qual assumirá apenas os direitos de voz.

§ 6º - O servidor ou ocupante de cargo ou emprego de um município não poderá representar outro município na Assembleia Geral. A mesma proibição se estende aos servidores do consórcio.

§ 7º - Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º - A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

CLÁUSULA 24 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes ao ano, para proceder às eleições e apreciar o orçamento, o plano de trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1.º. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, declarando-se local, horário e pauta.

§ 2.º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Coordenadoria do Consórcio e através de publicação no órgão oficial de publicações do Consórcio de acordo com o disposto na Cláusula 47.

§ 3º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II – em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

CLÁUSULA 25 - Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

Parágrafo único - O voto será público e nominal.

CLÁUSULA 26 - Compete à Assembleia Geral:

I – eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II – homologar o ingresso no consórcio de município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição, conforme previsto na § 3º da Cláusula 2.º;

III – aprovar as alterações do Estatuto do Consórcio;

IV – aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V – aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI – deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio;

VII – aprovar:

a) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual de investimentos;

c) o programa anual de trabalho;

d) a realização de operações de crédito;

e) a celebração de convênios;

f) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;

VIII – criar fundo destinado aos investimentos em obras, estudos e outras atividades de interesse comum dos entes consorciados;

IX – aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao Consórcio;

X – autorizar o Presidente do consórcio a prover os empregos públicos;

XI – ratificar a nomeação do Coordenador Técnico-administrativo pela Diretoria do consórcio;

XII – deliberar sobre assuntos gerais do consórcio;

XIII – aprovar a extinção do consórcio;

XIV – apreciar e aprovar a mudança da sede.

CLÁUSULA 27 - O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I – Unanimidade de votos de todos os consorciados para a competência disposta no inciso XIII e XIV da cláusula anterior;

II - 2/3 (dois terços) dos presentes para as competências dispostas nos incisos II a XI da cláusula anterior;

III – maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

CLÁUSULA 28 – As deliberações da Assembleia Geral deverão ser registradas em atas numeradas sequencialmente seguidas do ano e as decisões que visem tomar efeito deverão ser registradas na forma de resoluções numeradas sequencialmente dentro de cada exercício.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

CLÁUSULA 29 - A Diretoria é composta por 05 (cinco) membros, de diferentes municípios consorciados, compreendendo:

I – 01 (um) Presidente;

II – 01 (um) 1.º Vice-Presidente;

III – 01 (um) 2.º Vice-Presidente;

IV – 01 (um) Diretor-Secretário;

V – 01 (um) Diretor-Tesoureiro.

Parágrafo único – Os membros da Diretoria serão eleitos pelos seus pares em Assembleia Geral convocada especificamente para esta finalidade.

§ 1º. Os membros eleitos a Diretoria deverão manifestar-se imediatamente sobre a indicação.

§ 2º. Nenhum dos membros da Diretoria perceberá remuneração

ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 3º. Somente poderá ocupar cargo na Diretoria o Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

CLÁUSULA 30 - A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, o Presidente exercerá voto minerva.

§ 1º. A Diretoria reunir-se-á mediante a convocação do Presidente.

§ 2º. A Diretoria será convocada com antecedência mínima de 2 (dez) dias, declarando-se local, horário e pauta.

§ 2º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Coordenadoria do Consórcio.

CLÁUSULA 31 - Compete à Diretoria:

I – elaborar o Regimento Interno

II – julgar recursos relativos à:

a) impugnação de edital de licitação e de concurso público, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

b) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

III – nomeação e exoneração do Coordenador Técnico-administrativo;

IV – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes.

Parágrafo único. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

CLÁUSULA 32 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência ou nos demais cargos da Diretoria.

SEÇÃO III

DO PRESIDENTE

CLÁUSULA 33 - Compete ao Presidente:

I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

III – convocar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

IV - nomear e exonerar os servidores do consórcio, observado o disposto no inciso III da Cláusula 31;

V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

VI – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

VII - movimentar recursos financeiros do consórcio, através de ordens bancárias, transferências, cheques nominais, gerenciador eletrônico financeiro, juntamente com o Diretor-Tesoureiro.

§ 1º. Com exceção das competências previstas nos incisos I, e IV, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Técnico-administrativo.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Técnico-administrativo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 34 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos, e os respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato coincidir com os membros da Diretoria.

§ 1º. Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 2º. Somente poderá ocupar cargo no Conselho Fiscal o Chefe de Poder Executivo do ente consorciado.

CLÁUSULA 35 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente as demonstrações fiscais, financeiras e contábeis do consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e

conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade;
III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas a Assembleia Geral;
IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar a Diretoria e o Coordenador Técnico-administrativo para prestarem informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO V

DA COORDENADORIA

CLÁUSULA 36 - A Coordenadoria é composta por 01 (um) Coordenador Técnico-administrativo de livre nomeação e exoneração da Diretoria.

CLÁUSULA 37 - Compete à Coordenadoria:

I - organizar e supervisionar os serviços do consórcio, zelando pela eficiência dos mesmos;

II - representar oficialmente a Diretoria, sempre que credenciado;

III - despachar os expedientes dirigidos ao consórcio;

IV - colaborar com o Presidente na elaboração do Relatório Geral de Atividades, bem como, na Prestação de Contas Anual a serem apresentados ao Conselho Fiscal e posteriormente à Assembleia Geral;

V - acompanhar as reuniões de Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

VI – elaborar o Plano de Trabalho e o Orçamento do consórcio, em conjunto com a Diretoria e a equipe técnica;

VII – executar as ações definidas no Plano de Trabalho do consórcio;

VIII - executar demais tarefas atribuídas pela Diretoria do consórcio.

CLÁUSULA 38 - Além do previsto no Estatuto do Consórcio, compete ao Coordenador Técnico-administrativo:

I - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente;

II – julgar recursos relativos à homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV – Solicitar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros;

VII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades da Coordenadoria;

VIII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal, em sintonia com a Secretaria Executiva da Associação dos Municípios em que ocorrer a reuniões;

IX - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

X - propor ao Presidente e a Diretoria a requisição e contratação dos empregados públicos do consórcio.

CLÁUSULA 39 - O emprego público de Coordenador Técnico-administrativo deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência e qualificação em gestão, com formação de nível superior, e seu provimento se dará por livre nomeação e exoneração, observado o disposto neste Protocolo.

CAPÍTULO XII**DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DOS AGENTES PÚBLICOS**

CLÁUSULA 40 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN os contratados para ocupar os empregos públicos, previstos no Anexo II do presente Protocolo de Intenções e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

CLÁUSULA 41 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e na Diretoria não serão remuneradas, sendo considerado trabalho público relevante.

Parágrafo único – Os empregados públicos do consórcio perceberão remuneração estabelecida para os cargos prevista no Anexo II, conforme proporcionalidade da carga horária estipulada, parte integrante do presente Protocolo de Intenções, acaso não percebam quaisquer outros tipos de remuneração de qualquer outro Ente federado ou órgão do Poder Público.

CLÁUSULA 42 - Os empregados públicos próprios do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º. Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores sem ônus para o consórcio, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º. O regulamento aprovado pela Assembleia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especificamente das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º. A dispensa de empregados públicos do consórcio dependerá da anuência prévia do Coordenador Técnico-administrativo, observadas as formalidades legais.

§ 4º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

CLÁUSULA 43 - O quadro de pessoal do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN é composto pelos empregados públicos constantes no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º - No prazo de 01(um) ano, da aprovação do plano de empregos e salários dos empregados públicos, o Consórcio realizará concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal.

§ 3º - As faixas de remuneração, a carga horária e as atribuições dos empregos públicos são as definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 4º - Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, após discussão prévia da Diretoria que considerar-se-á a média adotada pelos municípios que compõe o Consórcio e índice oficial de reajuste e/ou reposição.

§ 5º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º - A Assembleia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos, bem como alterar as faixas de remuneração, limitado as já existentes especificadas respectivamente para cada emprego, no quadro de agentes públicos do Anexo II.

CLÁUSULA 44 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente, mediante parecer da assessoria jurídica.

CLÁUSULA 45 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição Federal, através de processo seletivo simplificado, mediante disponibilidade orçamentária, nas seguintes situações:

I - até que se realize concurso público previsto no § 2º, da Cláusula 43, deste Protocolo de Intenções;

II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;

III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV - para atender demandas de serviço, com programas, convênios e serviços excepcionais;

V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI - realização de levantamentos declarados urgentes e inadiáveis;

VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta.

§ 1º. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º. As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA 46 - Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados públicos do consórcio os seguintes adicionais:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

Parágrafo único: O Estatuto preverá as formas de concessão de outras vantagens a serem concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

CAPÍTULO XIII**das publicações**

CLÁUSULA 47 – O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN será o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, expedido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Capítulo XIV**DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

CLÁUSULA 48 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA 49 - Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

I - as transferências mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

- I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;
- II – quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;
- III – na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º. O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas, conforme disposto na Cláusula 47.

§ 6º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º - Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA 50 - A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

CLÁUSULA 51 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo único - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

- I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;
- II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

CAPÍTULO XV

DA SAÍDA DO CONSÓRCIO E DO RECESSO

CLÁUSULA 52 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, ratificado por lei.

CLÁUSULA 53 - A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único: Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

- I – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;
- II – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO XVI

DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 54 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

- I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária

ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por meio de contrato de rateio;

II – Inadimplência das obrigações assumidas no contrato de rateio;

III – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA 55 - O Estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO XVII

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO

DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 56 - A extinção de contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por taxas, tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

§ 5º. A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 57 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005; Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções; pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram; pelo Estatuto do Consórcio e pelo Regimento Interno.

CLÁUSULA 58 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer documento ou ato do Consórcio;

IV – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V – respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo Consórcio sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CAPÍTULO XIX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 59 - A Assembleia Geral definirá os índices oficiais a serem aplicados para correção dos valores monetários previstos nos contratos de rateio.

CLÁUSULA 60 - O Regimento Interno do consórcio público deverá dispor no mínimo sobre:

I - procedimentos sobre eleição e posse dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal;

II - procedimentos a serem observados quando houver vacância de cargos da diretoria;

III - registro das atas das Assembléias Gerais;

IV - criação do site oficial do consórcio na rede mundial de computadores - Internet;

V - publicações dos documentos do consórcio e dos atos praticados pelos seus gestores;

VI - normas sobre processo administrativo, observados os princípios constantes na Lei nº 9.784/99;

VII - o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos;

VIII - Forma de expedição dos atos dos órgãos do Consórcio, observado o disposto na Cláusula 28.

CLÁUSULA 61 - As funções do Coordenador Técnico-administrativo do Consórcio poderão, a critério da Diretoria, serem exercidas, de forma cumulativa não remunerada pelo Secretário Executivo da AMPLANORTE, desde que atendidos os critérios para investidura, observando-se o disposto na descrição do emprego constante no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO XX**DO FORO**

CLÁUSULA 62 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público que originar, dos Contratos de Programa e Contratos de Rateio e Estatuto do Consórcio, fica eleito o foro da Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Mafra, ____/____/____.

Municípios subscritores do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN:

Gilberto Damaso da Silveira BELA VISTA DO TOLDO	Luiz Alberto Rincoski Faria CANOINHAS
Juliano Pozzi Pereira IRINEÓPOLIS	
Roberto Agenor Scholze MAFRA	
Aldomir Roskamp MONTE CASTELO	Dario Schicosvski PAPANDUVA
Anízio de Souza PORTO UNIÃO	Eloi José Quege TRÊS BARRAS

Municípios membros das Associações de Municípios confrontantes com a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE e passíveis de integrarem o CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN

- Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina Catarinense - AMUNESC: Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

- Associação dos Municípios da Região Sul do Paraná - AMSULEP: Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Agudos do Sul, Quitandinha e Pien.

- Associação dos Municípios da Região do Rio do Peixe - AMARP - Calmon, Matos Costa e Timbó Grande.

- Associação dos Municípios da Região do Contestado - AMURC - Santa Cecília.

ANEXO I**ESTATUTO DOS SERVIDORES****CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN****Capítulo I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Para os efeitos deste Estatuto, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 2º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Capítulo II**Do Provimto**

Art. 3º São requisitos básicos para investidura nos cargos públicos constantes do Anexo II do Protocolo de Intenções do consórcio público denominado CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

Art. 4º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 5º São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - readaptação;

III - reversão;

IV - aproveitamento;

V - reintegração;

VI - recondução.

Art. 6º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo efetivo ou em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 7º A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 8º O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem as normas do consórcio público, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no órgão oficial de publicação da CODEPLAN e no sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato

aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

§ 3º Os aprovados em concurso público, dentro do número de vagas estabelecida em edital, poderão ser nomeados até o prazo final de validade do concurso público, obedecidas as regras e os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 4º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 5º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 11. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 12. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou função pública.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para cargo em comissão, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

Art. 13. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 14. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais, que disciplinam as regras e limites do exercício profissional.

Art. 15. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

§ 1º A pontuação dos critérios referidos neste artigo varia de 1 (um) a 10 (dez), correspondendo respectivamente a:

I - Ótimo - 10,0 (dez).

II - Bom - 8,0 (oito).

III - Regular - 5,0 (cinco).

IV - Insatisfatório - 1,0 (um).

§ 2º A avaliação de desempenho será considerada positiva se o servidor alcançar, na média das avaliações anuais, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total possível; e insatisfatória se a avaliação não atingir o percentual de 60% (sessenta por cento).

§ 3º O Regimento Interno disciplinará os procedimentos e as situações não prevista neste artigo.

§ 4º Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, sem prejuízo da continuidade de apuração, ao longo dos anos, dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 5º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado, sendo inadmissível sua recondução ao cargo anteriormente ocupado, mesmo que estável no cargo de origem.

§ 6º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos concedidos ao servidor, salvo os decorrentes de férias e da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e será retomado a partir do término do impedimento.

Art. 16. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício e desde que aprovado em estágio probatório.

Parágrafo único. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 17. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo disciplinar ou de avaliação periódica de desempenho, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 18. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será encaminhado para aposentadoria.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 19. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 20. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 22.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 21. Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 22.

Art. 22. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 23. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 24. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - readaptação;
- IV - aposentadoria;
- V - posse em outro cargo inacumulável;
- VI - falecimento.

Art. 25. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 26. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Capítulo III

Da Remoção e da Redistribuição

Art. 27. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

- I - de ofício, no interesse da Administração;
- II - a pedido, a critério da Administração;

Capítulo IV

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 28. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado no Anexo II do Protocolo de Intenções da CODEPLAN.

Art. 29. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 30. O servidor perderá:

- I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;
 - II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 62, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.
- Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 31. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, salvo no que

toca às reposições e indenização em favor do erário.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 32. As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo,

aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento à decisão liminar, à tutela antecipada ou à sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

Art. 33. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 34. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Capítulo V

Das Vantagens

Art. 35. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - gratificações;
- III - adicionais; e
- IV - premiações.

Parágrafo único. As indenizações, premiações, gratificações e adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito, salvo se expressamente indicados em lei.

Art. 36. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores.

Art. 37. Constituem indenizações ao servidor:

- I - diárias;
- II - transporte.
- III - auxílio-moradia.

Art. 38. Os valores das indenizações estabelecidas no artigo anterior, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 39. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 3º Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou

microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

Art. 40. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de seu recebimento.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

Art. 41. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 42. Além do vencimento e das vantagens previstas neste Estatuto, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações, adicionais e premiações:

I - gratificação pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;

II - gratificação natalina;

III - adicional Por Tempo de Serviço

IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

V - adicional noturno;

VI - adicional de férias;

VIII - premiação pelo Cumprimento de Metas

Art. 43. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, nos termos do Regimento Interno do consórcio público, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 15% (quinze por cento) do vencimento base do cargo efetivo originariamente ocupado.

Parágrafo único. Cessada a função de direção, chefia ou assessoramento, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação.

Art. 44. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 45. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 46. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 47. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 48. Fica instituído o Adicional por Tempo de Serviço, designado de quinquênio, caracterizado pela progressão de 01 (uma) referência a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício das funções junto à CODEPLAN, contados da data da posse no cargo público do consórcio.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, o servidor, ao ser beneficiado pelo quinquênio, passará a ter como vencimento base o valor da referência imediatamente superior à anteriormente fixada para o cargo público ocupado, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.

§ 2º Fica suspensa a contagem do tempo, para fins de quinquênio, relativo ao período em que o servidor público não esteja em efetivo exercício, salvo se decorrente de acidente de trabalho, férias, licença maternidade e licença paternidade.

§ 3º Não será concedido o quinquênio nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em qualquer Avaliação Periódica de Desempenho, nos termos deste Estatuto e

das normas regimentais do consórcio público, realizada durante o período de contagem do referido quinquênio.

§ 4º O quinquênio será concedido por ato do Diretor Geral do consórcio, após analisados os requisitos fixado por este Estatuto e pelas normas regimentais para sua concessão.

Art. 49. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, nos termos da Constituição da República.

Art. 50. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada diária.

Art. 51. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 49.

Art. 52. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art. 53. Fica criada a Premiação pelo Cumprimento de Metas, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento base percebido pelo servidor.

§ 1º A referida gratificação será atribuída em função do alcance, pelo servidor público, das metas de desempenho funcional, dentro de cada período de 6 (seis) meses, consoante critérios estabelecidos em ato do Conselho de Administração do consórcio público, após aprovação pela Assembleia Geral.

§ 2º Caso alcançadas as metas e condições estabelecidas em Regimento Interno, a premiação será concedida em parcela única, devida no mês posterior à comprovação do alcance das metas fixadas, não se incorporando à remuneração do servidor público sob nenhuma circunstância.

§ 3º Poderão ser criados níveis progressivos de desempenho para fins da concessão da Premiação pelo Cumprimento de Metas, a fim de incentivar a eficiência no serviço público, sempre limitado ao percentual fixado no caput deste artigo.

§ 4º Não será concedida a premiação prevista neste artigo nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em Avaliação Periódica de Desempenho realizada nos últimos 12 (doze) meses, nos termos deste Estatuto e das normas regimentais.

§ 5º A premiação referida no caput deste artigo necessita, para sua implementação, da prévia regulamentação pelo Conselho de Administração do consórcio público.

Capítulo VI Das Férias

Art. 54. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 55. O pagamento da remuneração das férias será efetuado

até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

§ 1o O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

Art. 56 A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

Art. 57. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pelo Diretor Geral do consórcio público.

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez.

Capítulo VII Das Licenças

Art. 58. Conceder-se-á ao servidor licença para o serviço militar e para atividade política.

Art. 59. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica. Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Art. 60. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1o O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2o A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

Art. 61. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.

§ 1o Ato do Diretor Geral do consórcio público definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§ 2o Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos há pelo menos 2 (dois) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, excluído o período de estágio probatório.

§ 3o Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 6 (seis) anos, excluído o período de estágio probatório.

§ 4o Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos parágrafos anteriores deste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 5o Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no parágrafo anterior deste artigo, deverá ressarcir o consórcio público, na forma do art. 44 deste Estatuto, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

§ 6o Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no parágrafo anterior deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7o Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior as mesmas regras deste artigo.

Capítulo VIII Das Concessões

Art. 62. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III - por 3 (três) dias consecutivos em razão de :

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 63. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1o Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2o Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3o As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 30.

Capítulo IX Do Tempo de Serviço

Art. 64. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 65. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País ou exterior, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;

III - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para premiação pelo cumprimento de metas;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

c) para capacitação, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;

d) por convocação para o serviço militar;

Capítulo X Do Direito de Petição

Art. 66. É assegurado ao servidor o direito de requerer ao consórcio público, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 67. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 68. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 69. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 70. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 71. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 72. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 73. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 74. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 75. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 76. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 77. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

Capítulo XI

Dos Deveres dos Servidores Públicos

Art. 78. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal ao consórcio público e aos entes consorciados;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para resguardar o Poder Público.

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do

patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Capítulo XII

Das Proibições aos Servidores Públicos

Art. 79. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos casos de participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que os entes consorciados detenham, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.

Capítulo XIII

Da Acumulação de cargos, empregos e funções

Art. 80. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2o A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3o Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 81. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 82. O servidor vinculado ao regime deste Estatuto, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

Capítulo XIV

Das Responsabilidades dos Servidores Públicos

Art. 83. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 84. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1o Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 2o A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 85. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 86. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 87. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 88. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Capítulo XV

Das Penalidades aos Servidores Públicos

Art. 89. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Art. 90. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 91. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 79, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 92. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não

podendo

exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1o Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2o Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 93. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 94. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 79.

Art. 95. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o Diretor Geral do consórcio notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores efetivos, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1o A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2o A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 125 e 126.

§ 3o Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à

responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4o No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5o A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que deverá ser trazido comprovante do requerimento de exoneração dos cargos acumulados ilegalmente.

§ 6o Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7o O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8o O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do processo administrativo disciplinar.

Art. 96. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 97. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 25 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 98. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 94, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 99. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 79, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público nos municípios consorciados, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público nos municípios consorciados o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 94, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 100. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 101. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 102. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 103. Todas as penalidades disciplinares serão aplicadas pelo

Diretor Geral do consórcio público, salvo no caso de penalidade imputada a este, quando o Presidente do Conselho de Administração analisará, julgará e aplicará as sanções aplicáveis à espécie.

Art. 104. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1o O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2o Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3o A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4o Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Capítulo XVI

Disposições Gerais do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 105. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 106. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 107. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 108. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Capítulo XVII

Do Afastamento Preventivo

Art. 109. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Capítulo XVIII

Do Processo Disciplinar

Art. 110. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições

do cargo em que se encontre investido.

Art. 111. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores efetivos designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º No caso de não existirem servidores efetivos nas condições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, a comissão poderá composta, parcialmente ou integralmente, por servidores comissionados ou pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados.

Art. 112. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 113. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão; II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório; III - julgamento.

Art. 114. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 115. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 116. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 117. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 118. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 119. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda

via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 120. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 121. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 119 e 120.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 122. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 123. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, mediante requerimento tempestivo do interessado, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 124. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 125. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão de publicação oficial do consórcio público e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 126. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 3º Na ausência de servidor público efetivo, nos termos do parágrafo anterior, poderá ser nomeado como defensor dativo servidor exercente de cargo em comissão.

Art. 127. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 128. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 129. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Parágrafo único. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Art. 130. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 131. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 104, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo XIV.

Art. 132. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 133. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 134. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 135. Serão assegurados transporte e diárias:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 136. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será

requerida pelo respectivo curador.

Art. 137. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 138. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 139. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do consórcio público, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente competente para a instauração do processo de revisão.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 111.

Art. 140. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 141. A comissão revisora terá 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual prazo.

Art. 142. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 143. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 144. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

Capítulo XIX

Disposições Finais

Art. 145. As disposições estabelecidas neste Estatuto aplicam-se somente aos servidores públicos do consórcio público designado de CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN, não se estendendo, sob nenhuma circunstância, aos servidores, empregados e demais agentes públicos dos municípios consorciados.

Art. 146. No caso da extinção do consórcio público, os servidores públicos estáveis serão aproveitados nos quadros funcionais dos entes consorciados, nos termos definidos em Assembleia Geral e na lei de extinção do consórcio público.

Art. 147. As disposições deste Estatuto integram o Protocolo de Intenções do consórcio público designado de CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN.

ANEXO II

QUADRO DE SERVIDORES

Emprego	Vagas	Provimento	Ref. salarial Máxima/ proporcio- nal a carga horária	Carga Horária	Requisito
Coordenador Técnico-administrativo	01	Livre admissão e exoneração		40h	Ensino superior completo
Analista de Projetos	01	Concurso Público	R\$ 1.500,00	20h	Ensino Superior
Agente Administrativo	05	Concurso Público	R\$ 1.356,00	40h	Ensino Médio Completo
Fiscal Movimento Econômico	05	Concurso público	R\$ 1.356,00	40	Ensino Médio Completo

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

TÍTULO DO CARGO: Coordenador Técnico-administrativo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Administrar as ações desenvolvidas pelo consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de atingir os objetivos e finalidades do Consórcio.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Controlar a movimentação de documentos internos e externos;
- Implantar na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração do serviço público;
- Coordenar as atividades dos demais empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Diretoria;
- Elaborar as pautas das reuniões, responsabilizando-se por todas as questões afeitas ao tema, tais como convocação, preparação de espaço físico e material de apoio, em comum acordo com a Secretaria Executiva da Associação de Municípios em que ocorrer as reuniões;
- Manter sob controle a agenda de atividades, editais e atas do Consórcio;
- Administrar as questões orçamentárias e administrativas do Consórcio, solicitando a elaboração de análises e relatórios junto as Assessorias Jurídica e Contábil;
- Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos e finalidades definidas;
- Quando cabível, subscrever documentos em nome do Consórcio;
- Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balanços, estratégias e ações de valorização, no âmbito das competências do Consórcio;
- Exercer o gerenciamento em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando se necessários os resultados obtidos;
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação da Diretoria;
- Auxiliar as Assessorias Jurídica e Contábil nos processos de licitação pública e nos contratos administrativos;
- Planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços de tesouraria, com o necessário acompanhamento do fluxo financeiro;
- Superintender e coordenar as atividades referentes à arrecadação,

lançamento e registro dos atos e fatos de natureza contábil, financeira e patrimonial, execução orçamentária e atividades correlatas;
- Auxiliar a Diretoria nas suas atribuições;

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO:

Escolaridade: Superior completo, e comprovação de que o profissional possui competência (emérita e/ou pós-graduação).
Cursos Específicos: não exige.

TÍTULO DO CARGO: ANALISTA DE PROJETOS

DESCRIÇÃO: Cadastrar o Consórcio junto ao Sistema de Convênios – SICONV assessorando o Consórcio bem como os municípios filiados na elaboração de projetos visando a captação de recursos junto aos Governo Federal e Estadual e outras fontes financiadoras de recursos.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO:

Escolaridade: Superior Completo, preferencialmente em administração.
Curso Específico: Gestão de Projetos através do Sistema de Convênios – SICONV.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, regulação e fiscalização, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.
ESCOLARIDADE: ensino médio completo.

TÍTULO DO CARGO: FISCAL MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA

DESCRIÇÃO: Executa no âmbito dos municípios consorciados operações de fiscalização de mercadorias em trânsito conforme estabelece a Lei Complementar 63 de 11 de janeiro de 1990 em especial o Art. 6º, bem como o que estabelece o Convênio 2013 TN 000161 que celebram Estado de Santa Catarina, Federação Catarinense de Municípios – FECAM e Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO:

Escolaridade: Ensino Médio completo.
Cursos Específicos: Cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda direcionados a fiscalização de mercadorias.

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 31/2014

EXTRATO DE CONTRATO 31/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;
CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA;
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado A Quente) para revitalização de diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: 12/2014;
VIGÊNCIA: 24/03/2014 – 24/03/2015;
VALOR: R\$: R\$ 59.700,00 (Cinquenta e nove reais e setecentos reais);
DATA ASSINATURA: 24/03/2014;

TREZE TÍLIAS, 24 de Março de 2014.

Extrato de Contrato Nº 32/2014

EXTRATO DE CONTRATO 32/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA;
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias para conforme os itens constantes no Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: 15/2014;
VIGÊNCIA: 24/03/2014 – 24/03/2015;
VALOR: R\$: R\$ 48.808,00 (Quarenta mil e oito mil oitocentos e oito reais).
DATA ASSINATURA: 24/03/2014;

TREZE TÍLIAS, 24 de Março de 2014.

Extrato de Contrato Nº 33/2014

EXTRATO DE CONTRATO 33/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;
CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA;
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias para conforme os itens constantes no Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: PP 15/2014 – Registro de Preços.
VIGÊNCIA: 24/03/2014 – 24/03/2015;
VALOR: R\$: R\$ R\$ 40.440,00 (Quarenta mil quatrocentos e quarenta reais).
DATA ASSINATURA: 24/03/2014;

TREZE TÍLIAS, 24 de Março de 2014.

Extrato de Contrato Nº 34/2014

EXTRATO DE CONTRATO 34/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA.
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias para conforme os itens constantes no Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: PP 15/2014 – Registro de Preços.
VIGÊNCIA: 24/03/2014 – 24/03/2015;
VALOR: R\$: R\$ R\$ 48.808,00 (Quarenta mil e oito mil oitocentos e oito reais).
DATA ASSINATURA: 24/03/2014;

TREZE TÍLIAS, 24 de Março de 2014.

Extrato de Contrato Nº 35/2014

EXTRATO DE CONTRATO 35/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;
CONTRATADO: PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA.
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias para conforme os itens constantes no Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: PP 15/2014 – Registro de Preços.
VIGÊNCIA: 24/03/2014 – 24/03/2015;
VALOR: R\$ 10.108,00 (Dez mil, cento e oito reais).
DATA ASSINATURA: 24/03/2014;

TREZE TÍLIAS, 24 de Março de 2014.

Aviso de Licitação PP 22/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 22/2014 – PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital..

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 09/04/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

Processo 53/2014 Chocolates

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53/2014

Edital de Pregão Presencial nº 37/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por ITEM que tem por objeto à aquisição de Gêneros Alimentícios em comemoração as festividades da páscoa, distribuídos pela Secretaria Municipal da Educação, conforme especificações, quantitativos, constantes nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório

Entrega dos envelopes às 8h45min do dia 08 de abril de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Chamada Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TUNAPOLIS

CHAMADA PÚBLICA 01/2014

Proc.43/2013. O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de prerrogativas legais e considerando o disposto no art.21, da Resolução/CD/FNDE nº38, de 16/07/2009, torna público para o conhecimento dos interessados, que estará realizando CHAMADA PUBLICA para Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o Primeiro exercício de 2014 no município de TUNÁPOLIS/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009. A recepção da documentação para

Habilitação e a entrega dos projetos da venda e a abertura dos envelopes acontecerá no dia16/04/2014 às 9h no setor de compras e licitações. Maiores informações pelo telefone (0xx49) 36321122. Os interessados poderão adquirir cópia integral do edital no Setor de Compras, na Rua João Castilho nº111, Tunápolis, SC, nos horários : 7:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 de segunda a sexta feira.

Tunápolis, 25 de março de 2014

Enoi Scherer

Prefeito Municipal.

Contrato 31.2014

CONTRATO Nº 31/2014

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante

denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Informática Mondai Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.247.963/0001-08, estabelecida na Rua Ivoti, 106 no Município de Iporã do Oeste – SC, doravante denominado CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 31/2014 e Pregão Presencial nº 23/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

item	Qt	unid	Valor Unit	Marca	
01	1	unid	1.298,00	kawashima	Roçadeira lateral, motor 2 tempos, 33 cilindradas, com carretel para corte de grama, dosador de combustível e cinto de suporte com 4 pontos.
02	1	unid	1.145,00	kawashima	Cortadora de grama com motor 4 tempos a gasolina, área de corte mínima de 47 cm, motor que permite inclinação de ate 45 graus
03	1	unid	1.459,00	kawashima	Motoserra com motor 2 tempos a gasolina, cilindrada mínima de 45 cc e máximo de 50cc, sabre de no mínimo 30 cm e no máximo 35 cm.
04	1	unid	4.135,00	Behrhinger	Sistema de som contendo: 02 caixas acústicas passivas trapezoidais alto falante de 15 sub woofer e driver titanium 1 polegada crossover 2 vias potencia 500w. 01 mixer amplificado 16 canais, processador de efeitos, equalizador paramétrico e gráfico 1600 wrms digital, fbq, conectores amp speakon, 02 pedestais tripé em aço 2m altura para caixas acusticas trapezoidais, 01 kit cabos pp 2x1,0mm de 15 metros para cada caixa.
05	1	unid	215,00	Sony	Gravador de voz novo, com memória incorporada de no mínimo 2 gb, mínimo de 300 mw, formato de gravação em mp3, com porta usb e incluindo o cabo, ranhura para cartão de memória e com monitor de gravação.

06	1	unid	760,00	HP	Impressora Multifuncional Laser Jet (copiadora, impressora e scanner de mesa, base placa) velocidade de impressão de até ppm, ciclo mensal de trabalho de até 8.000 páginas, tecnologia laser de impressão, qualidade de impressão de 600 x 600 dpi, conexão USB 2.0, 110 V, toner incluso
07	1	unid	468,00	Honeywel	Leitor de código de barras à laser, com suporte de mesa, conexão USB, feixe único de laser, compatibilidade com DANFE e sistemas bancários on-line. Ativação de curto e longo alcance. Suporte ajustável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 9.480,00(nove mil quatrocentos e oitenta reais) será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos e apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos deverão ser entregues livres de frete e descarga, no Centro Administrativo Municipal, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto deste contrato, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 31/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município obriga-se adquirir os equipamentos acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 03 – Unid 02 Proj/Ativ.1.004 (dot 04)	4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Equip, e Materiais Permanentes para a Administração.
Órgão 06 – Unid 02 Proj/Ativ.1.021 (dot 101)	4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aquisição Maquinas, veículos e equipamentos para o Urbanismo

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
 10.1.3. Declaração de inidoneidade;
 10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, ____ de _____ de 2014.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Contratado

Contrato Nº 32/2014

CONTRATO Nº 32/2014

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Comercial Automotiva Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ: 45.987.005/0179-10, estabelecida à Rua Santos Dumont, 90, no Município de São Miguel do Oeste -SC, considerada simplesmente doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório nº 33/2014 e Pregão Presencial nº 24/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O Objeto do presente contrato consiste na aquisição de PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, conforme especificações e quantificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Quantidade	uni	Especificações	Preço unitário	Preço total
01	04	unid	Pneu misto borrachudo 275/80 r 22,50	1.490,00	5.960,00
02	02	unid	Pneu liso misto 275/80/22,5	1.420,00	2.840,00
03	04	unid	Pneu liso 215/75 aro 17,5	740,00	2.960,00
04	08	unid	Pneu 205/75 aro 16	430,00	3.440,00
05	16	unid	Pneu 175/ 70/ aro 13	138,00	2.208,00
06	04	unid	Pneu 185/70 aro 14	205,00	820,00
07	08	unid	Pneu – aro 9 x17,5	550,00	4.400,00
08	02	unid	Pneu liso 900-20	700,00	1.400,00

Todos os pneus são da marca Goodyear conforme proposta

Total geral

24.028,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 24.028,00 (Vinte quatro mil, e vinte oito centavos) cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias contados da efetiva entrega dos materiais contratados, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.4 Os preços contratados não terão reajuste.

2.5 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 O prazo de entrega deverá ocorrer em 10 (dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento, os Materiais solicitados deverão ser entregues, junto a Secretaria Municipal da Educação situado a Rua João Castilho nº 111, oportunidade em que serão conferidos quanto a qualidade e quantidade.

3.2 Se a qualidade e quantidade dos itens entregues não corresponder às especificações do edital e da autorização de Compra, o mesmo será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.3 Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se a receber os materiais nos termos e condições estabelecidas no pregão presencial nº 24/2014, que originou este contrato, bem como ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 33/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 O CONTRATADO obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

5.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Fundo Municipal da Saúde isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

5.4 Entregar os pneus no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os pneus objeto deste Contrato de acordo com as

especificações, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem em perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

5.6 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os Recursos Financeiros serão de origem própria, de transferências constitucionais e legais.

6.2 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (46,47,34) da Secretaria Municipal da Educação, para o ano de 2014.

CLAUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência até 31/12/2014, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento das obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 10 de março de 2014
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Comercial Automotiva Ltda
contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 35/2014

Contrato nº 35/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Castilho, Centro, Tunápolis, Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do

RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa JOHN RR SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Catharina Seger 491, Centro na cidade de Palma Sola/SC, inscrita no CNPJ sob Nº 09.813.930/0001-39, denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente instrumento, regulando-se pelas cláusulas e condições abaixo:

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, com Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato consiste na contratação de Empresa de Segurança e Vigilância com Monitoramento de Câmaras para a 11º EFACITUS.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelos serviços prestados, de acordo com os termos do presente contrato, a Contratada receberá o valor total de R\$ 16,48 (dezesesseis reais e quarenta e oito centavos) por hora, totalizando o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), mediante apresentação de nota fiscal de prestação de serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por este valor a contratada compromete-se realizar a Prestação de serviços de Vigilância/Segurança no evento acima citado conforme quadro:

DATA	QUANTIDADE DE SEGURANÇA	LOCAL, ESTANDES, SHOWS, PÁTIO, ESTACIONAMENTO. ORGANIZAÇÃO.	HORAS DE INÍCIOS	HORAS DE TÉRMINO	TOTAL DE HORAS
24/04/14	02 Seg.	Estandes	20:00	08:00	24:00
25/04/14	04 seg.	Abertura feira, pátio	19:00	24:00	20:00
25/04/14	07 seg.	Show	21:00	03:00	42:00
26/04/14	03 seg.	Estandes, pátio	00:00	08:00	24:00
26/04/14	03 seg.	Estandes, pátio	08:00	15:00	21:00
26/04/14	05 seg.	Estandes, fechamentos, pátio organização.	15:00	21:00	30:00
26/04/14	15 seg.	Shows	21:00	04:00	105:00
27/04/15	04 seg.	Estandes pátio	23:00	08:00	36:00
27/04/14	03 seg.	Estandes, pátio	08:00	18:00	30:00
27/04/14	06 seg.	Shows, Mate baile.	17:00	02:00	54:00
27/04/14	03 seg	Estandes e pátio	19:00	08:00	39:00
				Totais horas	425:00
		8 câmaras de segurança infravermelha de 20 metros, fazendo a vigilância 24 h.			

CLÁUSULA TERCEIRA - Além do cumprimento dos serviços constantes da cláusula primeira do presente contrato, a Contratada compromete-se à observância dos parágrafos a baixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada apresentará os seus funcionários, devidamente treinados inclusive com a Carteira de Identidade e Carteira do Curso de Vigilantes, uniformizados, além de arcar com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas com as atividades desenvolvidas, de acordo com este contrato, ficando a Contratante isenta de qualquer responsabilidade, especialmente aquelas decorrentes de acidente de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São da Contratada as responsabilidades civis e criminais decorrentes de todos os atos praticados pelos vigilantes na execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É de responsabilidade da Contratada o furto, roubo, extravio, depredação e danos causados às mercadorias das empresas expositoras.

PARÁGRAFO QUARTO - Todos os equipamentos como rádios de comunicação, lanternas, detectores de metal, etc serão fornecidos pela contratada e em perfeito estado de conservação.

CLÁUSULA QUARTA - Para execução dos serviços contratados, compromete-se a Contratante em colocar à disposição da empresa Contratada abrigo para os funcionários no local de serviço.

CLÁUSULA QUINTA- De comum acordo, as partes contratantes elegem o foro da Comarca de Itapiranga (SC), como competente para dirimir qualquer questão advinda do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E por assim estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma e para o mesmo efeito, o que fazem junto com as testemunhas abaixo a tudo presente, obrigando-se a bem e fielmente cumpri-lo, por si e por seus sucessores, em todas as cláusulas e condições.

Tunápolis, SC, 20 de março de 2014.

Enoi Scherer Prefeito Municipal	CONTRATADA JOHN SEGURANÇA LTDA
TESTEMUNHAS:	
Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Volmir Pedro Lawisch CPF: 710.744.149-34 Presidente Comissão Central Organizadora

Ata Freiburger

Ata registro de Registro de Preço ao Processo nº 38/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E ILUMINAÇÃO (INTERNAS), BEM COMO ASSISTÊNCIA EM BOMBAS DE ÁGUA, REBOBINAGENS, MEDIANTE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Aos vinte dias do mês de março de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro,

casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 38/2014., sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 04/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor : FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME inscrito sob o CNPJ n.º85.377.422/0001-33 , com sede na Avenida Cerro Largo, 515 centro, no Município de Tunápolis.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Qtd.	Horas	Características Principais	Preço
1	1.000	horas	Mão-de-obra referente serviços de instalações Elétricas prediais e iluminação (internas) em todos os estabelecimentos municipais	25,00
2	300	horas	Conserto, manutenção, recuperação, e rebobinagem, efetuados em bombas de água no interior e sede do município.	30,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 04/2014

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 – O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vista pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões

do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DA EXECUÇÃO

6.1 – Todos os materiais necessários para a execução do objeto ora licitado serão fornecidos pelo Município.

6.2 – Os serviços ora licitados englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações de qualquer serviço inerente ao objeto licitado.

6.3. – Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

9.3.1 – A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção e correção. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.2 – Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.3 – O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.3.4 – A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6.3.5 – A empresa deverá, durante a contratualidade:

a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução

dos serviços;

b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

9.3.7 – As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.8 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.9 – Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.10 – A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.11 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.12 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

9.3.13 – A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo município para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2– O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 12 meses, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n. 27/2014.

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 27/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 20 de março de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
Contratante

FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 33.2014 Freiburger

CONTRATO Nº 33/2014

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 085.377.422/0001-33, com sede na Avenida Cerro Largo, 515 centro, no Município de Tunápolis, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 38/2014 e Pregão Presencial nº 27/2014 e Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O Presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas), bem como assistência em bombas de água, rebobinagens, mediante execução de manutenção corretiva e preventiva no Município de Tunápolis.

Item	Qtd.	Horas	Características Principais	Preço Unit	Preço Total
1	1.000	horas	Mão-de-obra referente serviços de instalações Elétricas prediais e iluminação (internas) em todos os estabelecimentos municipais	25,00	25.000,00
2	300	horas	Conserto, manutenção, recuperação, e rebobinagem, efetuados em bombas de água no interior e sede do município.	30,00	9.000,00
Total Geral					34.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO:

2.1 O pagamento será efetuado ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter

todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.2 – O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

2.3 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1 - O Município ficará obrigado a:

- Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

3.2– O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

3.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 – Todos os materiais necessários para a execução do objeto ora licitado serão fornecidos pelo Município.

4.2 – Os serviços ora licitados englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações de qualquer serviço inerente ao objeto licitado.

4.3. – Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

4.3.1 – A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção e correção. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

4.3.2 – Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

4.3.3 – O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo

cumpridos os termos contratuais, não se excluiu a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3.4 – A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

4.3.5 – A empresa deverá, durante a contratualidade:

a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;

b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

4.3.7 – As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

4.3.8 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

4.3.9 – Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

4.3.10 – A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

4.3.11 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

4.3.12 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

4.3.13 – A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo município para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

CLÁUSULA QUINTA – DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS:

5.1 As despesas decorrentes da contratação dos itens do presente contrato e Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO:

6.1 O presente contrato tem sua vigência até 31/12/2014 iniciando após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/935, desde que observado o disposto nos itens 5.2 e 5.3 deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES:

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 5% (cinco) por cento sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE:

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 20 de março de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
Contratante

Freiberger Mat. Elétricos Ltda ME
Contratada

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

Errata de Notif de Repasse 009/2014

ERRATA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

Termo de Compromisso nº TC/PAC 710/09
Objeto: Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário
Origem dos Recursos: FUNASA/Ministério da Saúde

Valor da complementação da 5ª Parcela: R\$ 953.811,21
Data do repasse da complementação da 5ª parcela: 17/03/2014.

Turvo/SC, 25 de Março de 2014.

Convenio PMT 05/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVENIO No 005/2014

CONVENIADA: Associação dos Estudantes Técnico-Universitários de Turvo – SC.

OBJETO: Ajuda financeira objetivando auxiliar no custeio de despesas de transporte coletivo de acesso e retorno às cidades de Araranguá/SC e Criciúma/SC.

VALOR: R\$ 185.000,00
VIGÊNCIA: Março a Dezembro/2014

Convenio FMS 02/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVENIO No 002/2014

CONVENIADA: Hospital São Sebastião de Turvo.

OBJETO: Repasse de recurso financeiro, por parte do Fundo Municipal de Saúde ao Hospital São Sebastião de Turvo, objetivando auxiliar no custeio da folha de pagamento de funcionário e pagamento de fornecedores.

VALOR: R\$ 50.000,00

VIGÊNCIA: De 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente.

Leilao PMT 30/2014

Aviso de Licitação - Modalidade de Leilão

A Prefeitura Municipal de Turvo – SC, através de sua Leiloeira torna a publico que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Publico a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 30/2014 – Modalidade – LEILÃO nº 30/2014 – Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: O objeto da presente licitação é a Alienação Bens móveis Inservíveis a Administração Publica do Município de Turvo – SC.

Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida abertura para lances: a partir das 08:00 horas do dia 08/04/2014. Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo – SC, em 24 de março de 2014
Soeli Fatima Fernandes
Leiloeira

Vargeão

PREFEITURA

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MARIO WAEISS EPP
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício 2014.
VALOR ESTIMADO: R\$ 86.570,00 (oitenta e seis mil quinhentos e setenta reais) no ano.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 12/2014 e Contrato nº 065/2014.

Vargeão, SC, 25 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TORNEARIA FAXIANL LTDA - ME
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício 2014.
VALOR ESTIMADO: R\$ 62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais) no ano.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 12/2014 e Contrato nº 066/2014.

Vargeão, SC, 25 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TORNEARIA ZENATTI E DE SÁ LTDA - ME
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício 2014.
VALOR ESTIMADO: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) no ano.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 12/2014 e Contrato nº 067/2014.

Vargeão, SC, 25 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TRANSCOLAR CADU LTDA - ME

OBJETO: Prestação de serviços de chapeação, pintura, funilaria e fibra nos veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício 2014.
VALOR ESTIMADO: R\$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais) no ano.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 12/2014 e Contrato nº 068/2014.

Vargeão, SC, 25 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VALERIA FURINI - ME
OBJETO: Prestação de serviços de oficina nos veículos, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício 2014.
VALOR ESTIMADO: R\$ 22.450,00 (vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta reais) no ano.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 12/2014 e Contrato nº 069/2014.

Vargeão, SC, 25 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: UPEMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: Prestação de serviços de oficina mecânica nas máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício 2014.
VALOR ESTIMADO: R\$ 73.600,00 (setenta e três mil e seiscentos reais) no ano.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 12/2014 e Contrato nº 070/2014.

Vargeão, SC, 25 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA - ME
OBJETO: Contratação de empresa de representação artística para a apresentação de shows no evento comemorativo ao Aniversário do Município.
VALOR ESTIMADO: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 071/2014.

Vargeão, SC, 25 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Aquisição de Um Rolo Compactador de Solo - Vibratório

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº022/2014

Objeto: ROLO COMPACTADOR DE SOLO - VIBRATÓRIO, de fabricação nacional, novo, ano de fabricação 2014, e demais características elencadas na descrição do Objeto, constantes em Edital.

ABERTURA: dia 10 de abril de 2014 às 14h00min.

Recursos: Convênio Nº 2104/TR000018, entre o Município de Vargem Bonita e o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios – FUN-DAM e recursos próprios.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – Fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 25 de março de 2014.

Melânia Ap. Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Contrato Administrativo N.042/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº042/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31 através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrição no CNPJ sob o Nº 10.536.938/0001-84, representado neste ato por sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, portadora do CPF sob o Nº 028.724.059-25 residente e domiciliada na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, Adriano Sandi Informática ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.166.250/0001-70, com sede à Rua XV de Novembro, nº 1697, Centro, Vargem Bonita- SC, neste ato representado pelo seu representante legal Sr. Adriano Sandi, inscrito no CPF sob nº 053.820.579-23 e RG nº 4620702, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, Nº 1697, Centro, Vargem Bonita - SC doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº 005/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DE FORMA PARCELADA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada, e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 5.266,90 (cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de

valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DO EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
16	09.02	2.030	33.90.30.16	424.600,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2014 – Pregão Nº 005/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 07 de fevereiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Adriano Sandi
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

Contrato Administrativo N.043/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº043/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, Adriano Sandi Informática ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.166.250/0001-70, com sede à Rua XV de Novembro, nº 1697, Centro, Vargem Bonita - SC, neste ato representado pelo seu representante legal Sr. Adriano Sandi, inscrito no CPF sob n.º 053.820.579-23 e RG nº 4620702, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, Nº 1697, Centro, Vargem Bonita - SC doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 005/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PAR USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 14.145,70 (quatorze mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após

a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DO EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
19	04.01	2.008	33.90.30.16	424.600,00
37	05.01	2.012	33.90.30.16	147.000,00
43	05.01	2.013	33.90.30.16	160.000,00
53	05.01	2.017	33.90.30.16	59.080,00
100	09.03	2.034	33.90.30.16	19.280,00
117	09.03	2.040	33.90.30.16	122.485,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 007/2014 – Pregão Nº 005/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total

do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 07 de fevereiro de 2014.

Melânia A. Roman Meneghini Adriano Sandi
CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: 2ª Nome:
CPF: CPF:

Contrato Administrativo N.044/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, com sede à Rua Severino Slongo, nº 30, Centro, Lacerdópolis- SC, neste ato representado pelo seu representante legal Roberto Antonio Tessaro, inscrito no CPF sob nº 518.086.929-34 e RG nº 2140493, residente e domiciliado na Av. XV de Novembro, 818, Centro de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 007/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PAR USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 39.831,60 (trinta e nove mil oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado,

exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.2. Os combustíveis deverão ser fornecidos no estabelecimento da Contratada, com o abastecimento direto dos Veículos e Máquinas do Município de Vargem Bonita.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.4. Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela Contratada.

11.5. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
19	04.01	2.008	33.90.30.22	429.600,00
37	05.01	2.012	33.90.30.22	157.000,00
53	05.01	2.017	33.90.30.22	69.080,00
62	05.01	2.022	33.90.30.22	94.200,00
100	09.03	2.034	33.90.30.22	24.280,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 - Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais

ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 07 de fevereiro de 2013.

Melânia A. Roman Meneghini Roberto Antonio Tessaro
Contratante Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Nome:
CPF: CPF:

Contrato Administrativo N.045/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitória, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Mater Retífica de Motores Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.460.747/0001-08 com sede a Rua Avelino Volpato, 608 na cidade de Joaçaba - SC, neste ato representada pelo seu Gerente Sr. Sérgio Luiz Recalcatti, inscrito no CPF sob n.º 534.275.139-04 e CI nº. 1.705.974, doravante denominada CONTRATADO, nos termos do Processo Licitatório Nº 011/2014, na modalidade de Convite nº. 002/2014, firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS, NA RETIFICA DE UM MOTOR CUMNIS-6, SÉRIE BT DIESEL, DO CAMINHÃO FORD CARGO, ANO 2002, PLACA MFZ 9460 consistindo no fornecimento da mão de obra e peças, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 19.453,80 (Dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SVS	SERVIÇOS	10.011,80	10.011,80
02	01	PEÇAS	PEÇAS	9.442,00	9.442,00
			TOTAL GERAL		19.453,80

2.2. É parte integrante deste Contrato, a Proposta de Preços do CONTRATADO, com a relação dos Serviços e Peças, com seus preços unitários e totais.

2.3. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados à vista, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada: Caixa Econômica Federal - Agência 0418 - Conta Corrente Nº 2771-2.

4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados na Oficina do CONTRATADO, obedecendo sempre as normas e técnicas que regulam este tipo de atividade.

4.3. Os serviços contratados serão iniciados após e autorização do Setor competente da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
82	06.01	2.027	33.90.00.0000	640.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 12 de Fevereiro de 2014.

Melânia Roman Meneghini

Sérgio Luiz Recalcatti

Prefeita Municipal

CONTRATADO

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Contrato Administrativo N.046/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 046/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. Melânia A. Roman Meneghini, portadora do CPF sob o Nº 710.974.499-04, residente e domiciliada na na cidade de Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 93.388.031/0001-42, com sede à Rua Dr. João Caruso, 426, Distrito Industrial, na Cidade de Erechim - RS, neste ato representada pelo seu Representante Legal Sr. FLORIANO VACHILESKI, inscrito no CPF sob n.º 532.179.930-04 e CI nº. 7042272877 residente e domiciliado na cidade de Erechim - RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 008/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Fornecimento, de forma parcelada, de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus, para uso na frota de veículos automotores, ônibus, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 37.990,00 (Trinta e sete mil, novecentos e noventa reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	UN	Marca	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
02	Recapagem a frio, Pneu 215 / 75 R17.5	36	Pç	Vachileski	145,00	5.220,00
03	Recauchutagem a quente, Pneu 1400 x 24	12	Pç	Vachileski	530,00	6.360,00

04	Recauchutagem a quente, Pneu 17.5 x 25	08	Pç	Vachileski	600,00	4.800,00
05	Recapagem a frio, Pneu 215 / 70 R14	08	Pç	Vachileski	130,00	1.040,00
06	Recauchutagem a quente, Pneu 14 / 17.5 -	08	Pç	Vachileski	380,00	3.040,00
07	Recapagem a frio, Pneu 1000x20 - Liso	16	Pç	Vachileski	200,00	3.200,00
09	Recapagem a frio, Pneu 900x20 - Borrachudo	06	Pç	Vachileski	230,00	1.380,00
10	Recapagem a frio, Pneu 900x20 - Liso	06	Pç	Vachileski	185,00	1.110,00
11	Recauchutagem a quente, Pneu 7.50x16 - Liso	10	Pç	Vachileski	140,00	1.400,00
12	Recauchutagem a quente, Pneu 19.5 L 24	08	Pç	Vachileski	620,00	4.960,00
13	Recauchutagem a quente, Pneu 14.9 L 24	08	Pç	Vachileski	545,00	4.360,00
17	Recapagem a frio, Pneu 205/75 R 16 liso	08	Pç	Vachileski	140,00	1.120,00
TOTAL R\$						37.990,00

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita em até 30 (30) dias da data da entrega, importando os valores conforme a proposta de preços homologada, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, junto ao BCO DO BRASIL S/A, Agência 4090-8, Conta Corrente Nº 4788-0.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5 - Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o Objeto, em conformidade com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, normas da ABNT e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), sendo que os considerados inadequados, serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

4.6 - Entende-se por produto inadequado, aquele que apresentar-se: com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, deteriorações, especificações e marcas diferentes do exigido e ofertado; e

4.6.1 - Para testar se os produtos são adequados, além das verificações acima, durante o recebimento provisório, sob o risco de devolução nos prazos previstos no edital de licitação, conforme prevê o próprio código de defesa do consumidor, e sem prejuízo nas penalidades

contratuais e rescisão, poderão ainda ser realizados testes pelo método de amostragem, ficando

sujeito ainda à análise por laboratório oficial, com as custas por conta da Contratada ou debitadas da remuneração da mesma, caso constatar-se inadequações técnicas do produto em análise.

4.6.2 - Essas análises poderão ser frequentes, desde que houver suspeita de defeitos, acarretando a devolução de todo o lote adquirido, sem prejuízo nas penalidades previstas neste edital e minuta de contrato.

4.7 - Na forma do Código de Defesa do Consumidor, o Município adotará as regras previstas quanto aos produtos que poderão se sujeitar à devolução ou reposição, conforme abaixo:

4.7.1 - No caso de insatisfação quanto à qualidade do produto, o Município tem prazo de 07

(sete) dias úteis, do seu recebimento, para sua devolução;

4.7.2 - No caso de bens de consumo, sendo constatado qualquer defeito de fabricação ou

Inadequação, em relação ao exigido no edital, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento, o Município poderá devolvê-lo para reposição dentro do prazo estabelecido;

4.8 - O proponente vencedor deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados e ainda, obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

4.9 – Os serviços terão garantia mínima de 06 (seis) meses, sendo que, aqueles que apresentarem defeitos (soltar recape, outros, etc...) deverão ser refeitos pela proponente sem ônus para o Município;

4.10 - Os produtos deverão ser entregues de acordo com as solicitações e sem a cobrança de custos adicionais, nos Próprios Municipais indicados pelo Município, na cidade de Vargem Bonita – SC.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 010/2014 – Pregão Nº 008/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interposição ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 11 de Fevereiro de 2014

Melânia A. Roman Meneghini

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

FLORIANO VACHILESKI

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

CPF:

2ª Nome:

CPF:

Contrato Administrativo N.047/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 047/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. Melânia A. Roman Meneghini, portadora do CPF sob o Nº 710.974.499-04, residente e domiciliada na na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e

de outro lado a empresa FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.374.845/0001-49, com sede à Av. Maravilha, 833 - Centro, na Cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo seu Procurador Sr. IVO BADIA, inscrito no CPF sob nº 642.610.349-72 e CI nº. 183.789-2 residente e domiciliado na cidade de Maravilha - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 008/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Fornecimento, de forma parcelada, de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus, para uso na frota de veículos automotores, ônibus, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 22.560,00 (Vinte e dois mil, quinhentos e sessenta reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	UN	Marca	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Recapagem a frio, Pneu 205/70 R 15	8	Pç	FM Pneus	170,00	1.360,00
08	Recapagem a frio, Pneu 1000 x 20 Borrachudo	20	Pç	FM Pneus	240,00	4.800,00
14	Recauchutagem a quente, Pneu 18.4 x 34	08	Pç	FM Pneus	850,00	6.800,00
15	Recauchutagem a quente, Pneu 12.4 x 24	08	Pç	FM Pneus	400,00	3.200,00
16	Recauchutagem a quente, Pneu 18.4 x 30	08	Pç	FM Pneus	800,00	6.400,00
TOTAL R\$						22.560,00

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita em até (30) dias da data da entrega, importando os valores conforme a proposta de preços homologada, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto

contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, junto ao BCO DO BRASIL S/A, Agência 4072-X, Conta Corrente Nº 3100-3.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5 - Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o Objeto, em conformidade com o INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, normas da ABNT e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), sendo que os considerados inadequados, serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

4.6 - Entende-se por produto inadequado, aquele que apresentar-se: com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, deteriorações, especificações e marcas diferentes do exigido e ofertado; e

4.6.1 - Para testar se os produtos são adequados, além das verificações acima, durante o recebimento provisório, sob o risco de devolução nos prazos previstos no edital de licitação, conforme prevê o próprio código de defesa do consumidor, e sem prejuízo nas penalidades

contratuais e rescisão, poderão ainda ser realizados testes pelo método de amostragem, ficando

sujeito ainda à análise por laboratório oficial, com as custas por conta da Contratada ou debitadas da remuneração da mesma, caso constatar-se inadequações técnicas do produto em análise.

4.6.2 - Essas análises poderão ser frequentes, desde que houver suspeita de defeitos, acarretando a devolução de todo o lote adquirido, sem prejuízo nas penalidades previstas neste edital e minuta de contrato.

4.7 - Na forma do Código de Defesa do Consumidor, o Município adotará as regras previstas

quanto aos produtos que poderão se sujeitar à devolução ou reposição, conforme abaixo:

4.7.1 - No caso de insatisfação quanto à qualidade do produto, o Município tem prazo de 07

(sete) dias úteis, do seu recebimento, para sua devolução;

4.7.2 - No caso de bens de consumo, sendo constatado qualquer defeito de fabricação ou

Inadequação, em relação ao exigido no edital, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento, o

Município poderá devolvê-lo para reposição dentro do prazo estabelecido;

4.8 - O proponente vencedor deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias, buscando o fiel cumprimento dos pedidos

efetuados e ainda, obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

4.9 – Os serviços terão garantia mínima de 06 (seis) meses, sendo que, aqueles que apresentarem defeitos (soltar recape, outros, etc...) deverão ser refeitos pela proponente sem ônus para o Município;

4.10 - Os produtos deverão ser entregues de acordo com as solicitações e sem a cobrança de custos adicionais, nos Próprios Municipais indicados pelo Município, na cidade de Vargem Bonita – SC.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 010/2014 – Pregão Nº 008/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 11 de Fevereiro de 2014

Melânia A. Roman Meneghini IVO BADIA
Prefeita Municipal CONTRATADO
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: 2ª Nome:
CPF: CPF:

Contrato Administrativo N.048/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 048/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita

Municipal Sra. Melânia A. Roman Meneghini, portadora do CPF sob o Nº 710.974.499-04B residente e domiciliada na na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 94.510.682/0001-26 e Inscrição Estadual sob o nº. 010/006107, com sede à Rua Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, 56 – Bento Gonçalves - RS, neste ato representada pelo seu Responsável Sr. IGELSO LUDOVICO CECOM, inscrito no CPF sob nº. 102.757.970-15 e CI nº. 5019027035, residente e domiciliado na cidade de Bento Gonçalves - RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 007/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Aquisição, de forma parcelada, de PNEUS Novos, Câmaras de Ar e Protetores, para uso na Frota de Veículos Automotores Leves, Ônibus, Caminhões e Máquinas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, durante o Exercício de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 12.552,00 (Doze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	UN	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
14	Pneu 14 / 17.5 - 14 lonas	08	Pç	1.039,00	8.312,00
36	Protetor 19.5 L 24	08	Pç	300,00	2.400,00
37	Protetor 14.9 X 24	08	Pç	230,00	1.840,00
TOTAL R\$					12.552,00

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, no BANCO DO BRASIL S/A, Agência 4090-8 Conta 5249-3, informada no Edital de Licitação.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1 - Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2 - A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições,

especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3 - Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.4 - Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o Objeto, em conformidade com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, normas da ABNT e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os considerados inadequados, serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

4.5 - Entende-se por produto inadequado, aquele que apresentar-se: com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, deteriorações, com embalagens defeituosas e perfuradas, e especificações e marcas diferentes do exigido e ofertado; e

4.5.1 - Para testar se os produtos são adequados, além das verificações acima, durante o recebimento provisório, sob o risco de devolução nos prazos previstos neste edital de licitação, conforme prevê o próprio código de defesa do consumidor, e sem prejuízo nas penalidades

contratuais e rescisão, poderão ainda ser realizados testes pelo método de amostragem, ficando

sujeito ainda à análise por laboratório oficial, com as custas por conta da Contratada ou debitadas da remuneração da mesma, caso constatar-se inadequações técnicas do produto em análise.

4.5.2 - Essas análises poderão ser frequentes, desde que houver suspeita de defeitos, acarretando a devolução de todo o lote adquirido, sem prejuízo nas penalidades previstas neste edital e minuta de contrato.

4.6 - Na forma do Código de Defesa do Consumidor, o Município adotará as regras previstas

quanto aos produtos que poderão se sujeitar à devolução ou reposição, conforme abaixo:

4.6.1 - No caso de insatisfação quanto à qualidade do produto, o Município tem prazo de 07 (sete) dias úteis, do seu recebimento, para sua devolução;

4.6.2 - No caso de bens de consumo, sendo constatado qualquer defeito de fabricação ou

Inadequação, em relação ao exigido no edital, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento, o Município poderá devolvê-lo para reposição dentro do prazo estabelecido;

4.7 - O proponente vencedor deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados e ainda, obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

4.8 - O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.9 - Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, de acordo com as solicitações e sem a cobrança de custos adicionais, nos Próprios Municipais indicados pelo Município, na cidade de Vargem Bonita – SC.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº

974/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 009/2014 – Pregão Nº 007/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações

subseqüentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 11 de Fevereiro de 2014

Melânia A. Roman Meneghini

IGELSO LUDOVICO CECON

Prefeita Municipal

CONTRATADO

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Contrato Administrativo N.049/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI, portadora do CPF sob o Nº 710.974.499-04B residente e domiciliada na na cidade de Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.730.129/0001-29 e Inscrição Estadual sob o nº. 049/0028063, com sede à Rua Aparício Borges, 535, Centro – Frederico Westphalen - RS, neste ato representada pelo seu Procurador Sr. HERLON RICARDO SATO, inscrito no CPF sob n.º 000.407.550-10 e CI nº. 6070250409, residente e domiciliado na cidade de Frederico Westphalen - RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 007/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Aquisição, de forma parcelada, de PNEUS Novos, Câmaras de Ar e Protetores, para uso na Frota de Veículos Automotores Leves, Ônibus, Caminhões e Máquinas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, durante o Exercício de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 6.064,00 (Seis mil e sessenta e quatro reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e QUADRO DO OBJETO abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	UN	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Pneu 175 / 70 R 13 – Kelly METRIC XTRA	20	Pç	119,90	2.398,00
	Pneu 175 / 70 / R14 – I.C. 88T – Goodyear GT2	08	Pç	222,00	1.776,00
15	Pneu 215 / 70 R14 – Goodyear G32	06	Pç	315,00	1.890,00
TOTAL R\$					6.064,00

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I do Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1 - Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2 - A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3 - Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.4 - Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o Objeto, em conformidade com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, normas da ABNT e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os considerados inadequados, serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

4.5 - Entende-se por produto inadequado, aquele que

apresentar-se: com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, deteriorações, com embalagens defeituosas e perfuradas, e especificações e marcas diferentes do exigido e ofertado; e

4.5.1 - Para testar se os produtos são adequados, além das verificações acima, durante o recebimento provisório, sob o risco de devolução nos prazos previstos neste edital de licitação, conforme prevê o próprio código de defesa do consumidor, e sem prejuízo nas penalidades

contratuais e rescisão, poderão ainda ser realizados testes pelo método de amostragem, ficando

sujeito ainda à análise por laboratório oficial, com as custas por conta da Contratada ou debitadas da remuneração da mesma, caso constatar-se inadequações técnicas do produto em análise.

4.5.2 - Essas análises poderão ser frequentes, desde que houver suspeita de defeitos, acarretando a devolução de todo o lote adquirido, sem prejuízo nas penalidades previstas neste edital e minuta de contrato.

4.6 - Na forma do Código de Defesa do Consumidor, o Município adotará as regras previstas

quanto aos produtos que poderão se sujeitar à devolução ou reposição, conforme abaixo:

4.6.1 - No caso de insatisfação quanto à qualidade do produto, o Município tem prazo de 07

(sete) dias úteis, do seu recebimento, para sua devolução;

4.6.2 - No caso de bens de consumo, sendo constatado qualquer defeito de fabricação ou

Inadequação, em relação ao exigido no edital, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento, o

Município poderá devolvê-lo para reposição dentro do prazo estabelecido;

4.7 - O proponente vencedor deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados e ainda, obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

4.8 - O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.9 - Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, de acordo com as solicitações e sem a cobrança de custos adicionais, nos Próprios Municipais indicados pelo Município, na cidade de Vargem Bonita – SC.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 009/2014 – Pregão Nº 007/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das

hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 11 de Fevereiro de 2014

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI	HERLON RICARDO SATO
PREFEITA MUNICIPAL	CONTRATADO
CONTRATANTE	

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 11.060/14

DECRETO Nº 11.060/14, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 119.503,96 (Cento e dezenove mil, quinhentos e três reais e noventa e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração

03 – Segurança Pública

2.023 – Convênio Polícia Militar

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas

61.663,21

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0154 – Aplicações Diretas

57.840,75

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES

119.503,96

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, dos respectivos recursos vinculados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0565/14

PORTARIA nº 0565/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4777/14

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pelo SEBRAE/SC, dos dias 30 de março até 06 de abril de 2014, das 09h00min às 18h00min, a fim de instalar uma tenda para realizar atendimento ao empreendedor individual, em razão da Semana do Empreendedor Individual.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0566/14

PORTARIA nº 0566/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora MAIRALLINE PEREIRA FRAGOZO, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 15 de março de 2014 até 12 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2014.

Videira, 24 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0567/14

PORTARIA nº 0567/14

Autoriza o Uso das dependências do Parque da Uva

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 4439/14,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências do Parque da Uva, pela Paróquia Imaculada Conceição, nos dias 18 e 20 de abril de 2014, para a realização da 6ª Semana Santa Jovem de Videira/SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.057/14

DECRETO Nº 11.057/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.065/14, de 19 de março de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 285.377,32 (duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.080– Manutenção do CRAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0189.0 Aplicações Diretas	14.460,60
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081– Manutenção dos Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0147.0 Aplicações Diretas	6.022,95
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0150.0 Aplicações Diretas	19.763,41
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0190.0 Aplicações Diretas	6.233,86
	22.543,84
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0379.0 Aplicações Diretas	
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.082– Assistência a Pessoas com Deficiências	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0149.0 Aplicações Diretas	4.382,99
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083– Manutenção do CREAS	

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0151.0 Aplicações Diretas	25.324,84
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084– Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0192.0 Aplicações Diretas	123,76
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0192.0 Aplicações Diretas	472,41
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086– Manutenção do FMAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0285.0 Aplicações Diretas	48.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0152.0 Aplicações Diretas	40.100,69
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0199.0 Aplicações Diretas	1.562,63
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0285.0 Aplicações Diretas	80.385,34
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0152.0 Aplicações Diretas	16.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	285.377,32

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos vinculados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.058/14

DECRETO Nº 11.058/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.066/14, de 19 de março de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.260.081,79 (dois milhões duzentos e sessenta mil, oitenta e um reais e setenta e nove centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.68 – Aplicações Diretas	8.419,57
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 1.025 – Aquisição de Veículos	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	79.358,05

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0088.31- Aplicações Diretas	36.563,42
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.10- Aplicações Diretas	38.477,95
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.11- Aplicações Diretas	13.553,82
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.12- Aplicações Diretas	144.259,77
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.8- Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.9- Aplicações Diretas	146.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0164.10- Aplicações Diretas	46.323,58
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0164.10- Aplicações Diretas	100.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	37.960,78
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.59 – Aplicações Diretas	16.840,66
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas	18.711,80
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.59 – Aplicações Diretas	710,66
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas	10.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.16- Aplicações Diretas	165.107,48
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066.16- Aplicações Diretas	25.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.066 – Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.15- Aplicações Diretas	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0049.0- Aplicações Diretas	125.773,58
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0049.0- Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2067 – Programa DST/AIDS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	27.352,24
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067.13 – Aplicações Diretas	28.073,08
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0068.0- Aplicações Diretas	598.795,35
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0167.13- Aplicações Diretas	152.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	2.260.081,79

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2013 e excesso de arrecadação de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.062/14

LEI N.º 3.062/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF, inscrita no CNPJ nº 82.096.447/0001-70, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.062/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO BRF, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, inscrita no CNPJ nº 82.096.447/0001-70, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.062/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização de Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinária da CrediBRF, na data de 21 de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, na data de 21 de março de 2014.
- III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
 - a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
 e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
 IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.
 V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuabilidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data de 21 de março de 2014, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
 E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.

WILMAR CARELLI	COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO BRF
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 3.063/14

LEI Nº 3.063/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Reconhece, Mensura, Evidencia e Homologa o inventário dos bens móveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Videira, relacionados no Anexo Único, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido, mensurado, evidenciado e homologado o inventário dos bens móveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Videira, constatados e relacionados pela empresa DETZEL – Assessoria e Consultoria LTDA – ME, com os respectivos valores atualizados pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis, designadas pela Portaria nº 0407/13, conforme consta no Anexo Único desta lei.

Art. 2º A presente homologação também servirá como documento para regularizar inconsistências entre os saldos físicos dos bens móveis permanentes dos registros contábeis correspondentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 3.065/14

LEI Nº 3.065/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 285.377,32 (duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.080– Manutenção do CRAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0189.0 Aplicações Diretas	14.460,60
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081– Manutenção dos Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0147.0 Aplicações Diretas	6.022,95
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0150.0 Aplicações Diretas	19.763,41
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0190.0 Aplicações Diretas	6.233,86
	22.543,84
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0379.0 Aplicações Diretas	
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.082– Assistência a Pessoas com Deficiências	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0149.0 Aplicações Diretas	4.382,99
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083– Manutenção do CREAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0151.0 Aplicações Diretas	25.324,84

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084– Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0192.0 Aplicações Diretas	123,76
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0192.0 Aplicações Diretas	472,41
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086– Manutenção do FMS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0285.0 Aplicações Diretas	48.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0152.0 Aplicações Diretas	40.100,69
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0199.0 Aplicações Diretas	1.562,63
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0285.0 Aplicações Diretas	80.385,34
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0152.0 Aplicações Diretas	16.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	285.377,32

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos vinculados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.064/14

LEI N.º 3.064/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Homologa o Contrato de Prestação de Serviços – Arrecadação de Contas, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Videira e a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Contrato de Prestação de Serviços – Arrecadação de Contas, celebrado entre a Prefeitura de Videira e a Caixa Econômica Federal, nos termos do contrato anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.066/14

LEI Nº 3.066/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.260.081,79 (dois milhões duzentos e sessenta mil, oitenta e um reais e setenta e nove centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.68 – Aplicações Diretas	8.419,57
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 1.025 – Aquisição de Veículos	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	79.358,05
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0088.31 – Aplicações Diretas	36.563,42
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.10 – Aplicações Diretas	38.477,95
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.11 – Aplicações Diretas	13.553,82
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.12 – Aplicações Diretas	144.259,77
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.8 – Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	146.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0164.10 – Aplicações Diretas	46.323,58
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0164.10 – Aplicações Diretas	100.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	37.960,78
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0165.59 – Aplicações Diretas	16.840,66
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas	18.711,80
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0071.59 – Aplicações Diretas	710,66
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas	10.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	165.107,48
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	25.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.066 – Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.15 – Aplicações Diretas	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	125.773,58
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	

Proj/Ativ – 2067 – Programa DST/AIDS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	27.352,24
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067.13 – Aplicações Diretas	28.073,08
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0068.0 – Aplicações Diretas	598.795,35
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0167.13 – Aplicações Diretas	152.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	2.260.081,79

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2013 e excesso de arrecadação de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.067/14

LEI N.º 3.067/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira ao Clube de Diretores Lojistas de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira ao Clube de Diretores Lojistas de Videira, nos termos da minuta do convênio de cooperação anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente Lei é a cooperação financeira do Município para promover a decoração de páscoa nos principais centros e logradouros públicos da cidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

§ 1º O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

§ 2º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da

seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 3.067/14

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.400.036/0001-90, declarado de Utilidade Pública pela Lei nº 61/86, neste ato representado por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2014, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e o CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA, resolvem, nos termos da Lei nº 3.067/14, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a cooperação do Município para promover a decoração de páscoa nos principais centros e logradouros públicos da cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II - repassar o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício;
II- manter, sob sua custódia, o material de decoração para sua reutilização nos anos seguintes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA

I- realizar a compra do material necessário, promover sua colocação, manutenção e retirada final;
II- após a retirada, entregar o material de decoração ao Município, para futuras reutilizações;
III - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira,

MUNICÍPIO DE VIDEIRA WILMAR CARELLI Prefeito Municipal	CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA Presidente
--	---

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Extrato do Contrato N. 0316/14

Extrato do Contrato n. 0316/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE CARMO DO AMARAL

CPF: 035.446.519-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.931,92 (um mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos)

Extrato do Contrato N. 0343/14

Extrato do Contrato n. 0343/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TERESA MULLER

CPF: 513.670.689-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 17 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0344/14

Extrato do Contrato n. 0344/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: NILSON DE OLIVEIRA

CPF: 347.531.509-25

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Termo de Rescisão N. 0024/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0024/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0316/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE CARMO DO AMARAL

CPF: 035.446.519-80

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 13 de fevereiro de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0035/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0035/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0703/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA SILVEIRA DE AVILA

CPF: 007.653.279-88

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 13 de março de 2014.

Extrato do Termo Aditivo N. 0502/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0502/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTONIO CARLOS ROSSETTE

CPF: 933.502.799-53

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de julho de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0507/12

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0507/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DILTON ALEXANDRE DA SILVA

CPF: 807.838.309-63

VIGÊNCIA: de 11 de junho de 2012 até 04 de abril de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0520/12

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0520/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA

CPF: 061.104.929-57

VIGÊNCIA: de 19 de junho de 2012 até 30 de abril de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0643/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0643/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JÉSSICA MARIA CERON

CPF: 079.554.009-41

VIGÊNCIA: de 21 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0711/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0711/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANGELA RITTER RICCIARDI

CPF: 050.952.459-14

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2013 até 31 de maio de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0712/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0712/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVANA LOCATELLI SOVRANI
CPF: 798.846.879-00
VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2013 até 31 de maio de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0717/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0717/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA BUYNO DE OLIVEIRA
CPF: 058.799.729-99
VIGÊNCIA: de 18 de novembro de 2013 até 30 de junho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Pregão Presencial Nº 23/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014-FMS
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 23/2014-FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSOM PARA SER UTILIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 15/04/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 0088/14

Extrato do Contrato n. 0088/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KATIA DALLAGO
CPF: 828.946.639-00
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0109/14

Extrato do Contrato n. 0109/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA
CPF: 092.648.579-23
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0191/14

Extrato do Contrato n. 0191/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAYARA MARIA ARIOTTI
CPF: 058.917.329-47
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BEATRIZ SCAPINELLO PERIN AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0226/14

Extrato do Contrato n. 0226/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS
CPF: 034.514.719-73
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0249/14

Extrato do Contrato n. 0249/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTINA MARIA CAON GRANDO
CPF: 066.304.839-79
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0271/14

Extrato do Contrato n. 0271/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NILCEIA PADILHA CHAVES
CPF: 065.288.959-02
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0278/14

Extrato do Contrato n. 0278/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINETE FACHI

CPF: 812.707.049-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIANE CORREA DA ROCHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 03 de abril de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0280/14

Extrato do Contrato n. 0280/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES

CPF: 060.982.029-07

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NEIVA NERCI MARTINS GHELLER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 08 de abril de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0282/14

Extrato do Contrato n. 0282/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISIA ILENE BECKEMBACK VARELLA

CPF: 712.948.309-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DIRCE GAO DALLAGNOL EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 01 de março de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0286/14

Extrato do Contrato n. 0286/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IDETE MARCHETTI

CPF: 423.327.029-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIS REGINA BRUSCHI AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0287/14

Extrato do Contrato n. 0287/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANAIR PELENTIR

CPF: 296.716.479-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL

INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0294/14

Extrato do Contrato n. 0294/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA GEMELLI PIACENTINI

CPF: 008.440.879-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0306/14

Extrato do Contrato n. 0306/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEONICE PIMEL SALGADO

CPF: 950.469.769-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LINÉRIS TEREZINHA CORDEIRO ZONTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2014 a 20 de fevereiro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0307/14

Extrato do Contrato n. 0307/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLEUSI ELISE ROCHA

CPF: 579.215.209-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.287,95 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0330/14

Extrato do Contrato n. 0330/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANA REGINA BELLINCANTA

CPF: 016.183.809-07

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIZETE VESCOVI SOERGER EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2014 a 30 de abril de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0331/14

Extrato do Contrato n. 0331/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA SILVA DOMINGOS
CPF: 022.141.010-47
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0345/14

Extrato do Contrato n. 0345/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE SOUZA
CPF: 032.559.849-55
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0359/14

Extrato do Contrato n. 0359/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADINÉIA DE PAULA VERONEZI
CPF: 040.225.369-85
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.173,41 (um mil, cento e setenta e três reais e quarenta e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0361/14

Extrato do Contrato n. 0361/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANI DO NASCIMENTO
CPF: 433.578.490-20
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0362/14

Extrato do Contrato n. 0362/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELISANE BENEDETTI NEVES
CPF: 056.201.079-30
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 17 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0363/14

Extrato do Contrato n. 0363/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA VARELA OLIVÉRIO DI DOMENICO
CPF: 019.579.729-98
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2014 a 31 de março de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0364/14

Extrato do Contrato n. 0364/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE FRENZEL
CPF: 066.312.789-02
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CAROLINE PASQUALIN EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 24 de fevereiro de 2014 a 22 de março de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Dispensa de Licitação Nº 04/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014 - FMS
O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014 - FMS
HOMOLOGAÇÃO: 25/03/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS ADVIA 60 E BS300 DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.
CONTRATADO: MAFFAZZIOLI & PORTO EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.450,00 (seis mil quatrocentos e cinquenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, IV e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 25 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.044/14

DECRETO Nº 11.044/14, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVANE DA ROCHA PINTO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.045/14

DECRETO Nº 11.045/14, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Chefe do Almoxarifado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAMILA STRAPAZZON, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Almoxarifado, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.046/14

DECRETO Nº 11.046/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Planejamento Urbano

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, para exercer o cargo comissionado de Assessora de Planejamento Urbano, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.047/14

DECRETO Nº 11.047/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Diretora do Departamento de Pessoal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA CLÁUDIA CAGNIN, para exercer o cargo comissionado de Diretora do Departamento de Pessoal, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.048/14

DECRETO Nº 11.048/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Diretor de Agricultura e Meio Ambiente

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GILMAR PAULO RISSARDI, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.049/14

DECRETO Nº 11.049/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014
Nomeia Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANDERLEI CASSANEGO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.050/14

DECRETO Nº 11.050/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014
Nomeia Assessor do Departamento de Jardinagem e Paisagismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAETANO FIORELLI, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Jardinagem e Paisagismo, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.051/14

DECRETO Nº 11.051/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014
Nomeia Chefe de Equipe de Britagem

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALCINDO LUIZ POLEZZO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Equipe de Britagem, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.052/14

DECRETO Nº 11.052/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014
Nomeia Assessor de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUIZ ANTONIO DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Infraestrutura, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.053/14

DECRETO Nº 11.053/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014
Nomeia Assessor de Informática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSÉ CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Informática, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 19 de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.054/14

DECRETO Nº 11.054/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
Revoga o Decreto nº 11.023/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado, o Decreto nº 11.023/14, de 14 de março de 2014, que nomeou CAROLINE MARTELLO, para exercer o cargo comissionado de Assessor para Atividades Pedagógicas, símbolo DAS-4, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.055/14

DECRETO Nº 11.055/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor do Observatório Municipal e do Museu do Vinho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAROLINE MARTELLO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Observatório Municipal e do Museu do Vinho, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0459/14

PORTARIA nº 0459/14

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3852/14,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, em especial a sala 04, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Videira, nos dias 05, 12, 19 e 26 de abril e 03, 10, 17, 24 e 31 de maio de 2014, das 08h00min às 16h00min, a fim de ministrar aulas de noções de primeiros socorros aos futuros Bombeiros Comunitários oriundos do Projeto Social Bombeiro Comunitário.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições

das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0462/14

PORTARIA nº 0462/14

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Imóveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 2068/2014;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAURO ROBERTO CANAL, VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI e RAQUEL BRUSCHI, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, para fins de doação, os seguintes imóveis:

I - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 624,05 m2 (seiscentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), constante da área 01, sendo lote 07, e parte do lote 06, da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado nas ruas Jaçanã e Sabiá, formando esquina estas duas, no bairro São Cristóvão, 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, conforme Matrícula nº 29.978.

II - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 630,00 m2 (seiscentos e trinta metros quadrados), constante da área 02, sendo lote 05, e parte do lote 06, da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado na rua Jaçanã no bairro São Cristóvão, 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, conforme Matrícula nº 29.979.

III - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados), constante do lote nº 03,

da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado ao lado par da rua Jaçanã, no 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, conforme Matrícula nº 21.128.

IV - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados), constante do lote nº 04, da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado ao lado par da rua Jaçanã, no 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, conforme Matrícula nº 17.146.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0519/14

PORTARIA nº 0519/14

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 2694/14, nomeada pela Portaria nº 414/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 21 de março de 2014, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 2694/14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0520/14

PORTARIA nº 0520/14

Designa Sandra Baldo para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para, sem

prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0521/14

PORTARIA nº 0521/14

Designa Maristela Maria Vincenzi para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar MARISTELA MARIA VINCENZI, Datilógrafa, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 18 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 060/2014

PORTARIANº 060/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: ISOLDE TOZZI DE FRANÇA

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 25 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Aviso de Licitação 002/2014 FMS

Processo de Licitação 002/2014 FMS

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 001/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM 328,14m² NA RUA LEANDRO MENEGHELLI, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 10 de abril de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 26 de março de 2014.

Luiz Lúcio Fossa

Prefeito Municipal em exercício

Ata de Registro de Preços 1/2014 FAS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2014 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VITOR MEIRELES**

Aos 24 de Março de 2014, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 1/2014, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 24/03/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para Aquisição de cestas básica kit higiene e fraldas para a Secretaria da Assistência Social., para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	CESTA BASICA CONFORME ANEXO I DO EDITAL		420,00	68,50	28.770,00
00003	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND		420,00	23,88	10.029,60
Total do Fornecedor: 38.799,60 (TRINTA E OITO MIL E SETECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SESENTA CENTAVOS)						

10150.8 - CELIA REGINA W. SANI ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	UN	KIT LIMPEZA CONFORME ANEXO I CONFORME EDITAL		420,00	23,59	9.907,80
00004.00000	UN	FRALDA		1,00	31.530,00	31.530,00
00004.00001	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO GG		3.000,00	1,41	4.255,69
00004.00002	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G		3.000,00	1,41	4.255,69
00004.00003	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M		3.000,00	1,41	4.255,69
00004.00004	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P		3.600,00	1,41	5.106,96
00004.00005	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO XG		6.000,00	0,70	4.255,74
00004.00006	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO G		6.000,00	0,70	4.255,74
00004.00007	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO M		3.600,00	0,62	2.263,96
00004.00008	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO P		4.800,00	0,60	2.880,53
Total do Fornecedor: 41.437,80 (QUARENTA E HUM MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS)						

Total da Licitação: 80.237,40 (OITENTA MIL E DUZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

1.3 Este instrumento não obriga o FAS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 1/2014 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será no Fundo Municipal de Assistência Social e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FAS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e

o FAS não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pelo FAS.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;
II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FAS.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 24 de Março de 2014.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO
Pregoeiro

JAIR WIPPEL
Equipe de Apoio

LUIZ CARLOS BOING
Equipe de Apoio

CELIA REGINA W. SANI ME
ROBSON NATANAEL CHIQUIO
Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP
TIAGO LUIZ FOSSA
Contratada

Lei Nº 0874

LEI Nº 0874, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA COMPANHIA DE DANÇA FABIÚLA MORGANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a importância de até R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), para a Associação de Pais e Professores da Companhia de Dança Fabiúla Morgana.

§ 1º - A contribuição de que trata a presente Lei, será efetuada em 10 (dez) parcelas mensais, e será utilizada para custear os serviços de formação de grupos de dança, estimulando a produção cultural do nosso Município.

§ 2º - A Associação de Pais e Professores da Companhia de Dança Fabiúla Morgana deverá prestar contas dos recursos concedidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no orçamento vigente, e suplementar as referidas dotações, as quais serão utilizadas como fonte orçamentária para o art. 1º desta lei, conforme segue:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 – Manutenção do Ensino Fundamental
33000000 – Outras Despesas Correntes
33500000 – Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos
0.1.0100 – Rec. de Impostos e Transf, Impostos – Educação
R\$ 22.500,00

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.009.2038 – Proteção Social Básica - CRAS
33000000 – Outras Despesas Correntes
33500000 – Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos
0.1.5201 – CRAS – Centro de Ref. Da Assist. Social R\$ 15.000,00

Art. 3º - Utilizar-se-á, para suplementação da dotação do Art. 2º, da presente Lei, recursos de Provável Excesso de Arrecadação, em suas respectivas fontes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Vitor Meireles, 25 de março de 2014.
LUIZ LÚCIO FOSSA
Prefeito Municipal em Exercício

Xavantina

PREFEITURA

Pe 05/2014 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2014 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa especializada para ministrar aulas de artesanato de: pintura em tecido, pintura em MDF e confecção de edredom, profissional habilitado para realização de capacitação com a equipe do CRAS e contratação de peça teatral para trabalhar contra a violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS (Centro de Referência De Assistência Social) - atendendo crianças, adolescentes e adultos residentes neste Município, inseridos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, geração de renda e PAIF (Proteção e atendimento integral a família), conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital. Forma de Pregão: Eletrônico. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até às 08:00 horas do dia 08/04/2014. Início da Sessão: 08/04/2014, às 09:00 horas, no endereço eletrônico <http://cidadecompras.com.br>, horário de Brasília – DF.

Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 26 de março de 2014.
MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de TP 005 - Saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 078/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 005/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Tomada de Preço n. 005/2014, até às 08h45min do dia 11 de abril de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza, conservação e manutenção junto as Unidades de Saúde do Município de Xaxim – SC, de acordo com o termo de referência anexo ao edital, tipo menor preço global, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 25 de março de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 151 - PGT - Cunhataí

Extrato de Contrato nº 151/2014

Programa de Gestão Tributária – Cunhataí

CONTRATANTE: Município de Cunhataí

CNPJ: 01.612.116/0001-44

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 32/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 12 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 152 - Programa - Celso Ramos

Extrato de Contrato nº 152/2014

Contrato de Programa – Celso Ramos

CONTRATANTE: Município de Celso Ramos

CNPJ: 78.493.343/0001-22

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02/2014

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Celso Ramos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Celso Ramos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem

a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Celso Ramos, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 17 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 153 - Dom - Celso Ramos

Extrato de Contrato nº 153/2014

Contrato de Rateio – Celso Ramos

CONTRATANTE: Município de Celso Ramos

CNPJ: 78.493.343/0001-22

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 03/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Celso Ramos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 02/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 17 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 154 - Dom - Morro da Fumaça

Extrato de Contrato nº 154/2014

Contrato de Rateio – Morro da Fumaça

CONTRATANTE: Município de Morro da Fumaça

CNPJ: 83.000.323/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 007/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Morro da Fumaça e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 092/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 08 de janeiro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 155 - Dom - Lauro Muller

Extrato de Contrato nº 155/2014
Contrato de Rateio – Lauro Muller

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller
CNPJ: 82.558.909/0001-24

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 66/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Lauro Muller e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 77/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 20 de março de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 156 - Dom - Ipumirim

Extrato de Contrato nº 156/2014

Contrato de Rateio – Ipumirim

CONTRATANTE: Município de Ipumirim

CNPJ: 82.814.575/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 19/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Ipumirim e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 64/2012.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 21 de março de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA